

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Um olhar sobre as dinâmicas de mobilidade: imigrantes haitianos
como força de trabalho nas indústrias alimentícias de Encantado, RS**

Paloma Karuza Maroni da Silva

Brasília, DF

2019

Paloma Karuza Maroni da Silva

**Um olhar sobre as dinâmicas de mobilidade: imigrantes haitianos
como força de trabalho nas indústrias alimentícias de Encantado, RS**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Patriota
de Moura

Brasília, DF

2019

Paloma Karuza Maroni da Silva

**Um olhar sobre as dinâmicas de mobilidade: imigrantes haitianos
como força de trabalho nas indústrias alimentícias de Encantado, RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Patriota de Moura

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cristina Patriota de Moura (DAN-UnB – Presidente)

Prof^a. Dr^a. Antonádia Monteiro Borges (DAN/UnB – Membro)

Prof. Dr. Handerson Joseph (UFAP – Membro)

Prof. Dr. Ruben Oliven (UFRGS – Membro)

Prof^a. Dr^a. Andréa de Souza Lobo (DAN/UnB – Suplente)

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Tenho a clara consciência de que a realização deste trabalho não seria possível sem o apoio de pessoas que já fazem parte da minha vida há muito tempo e de outras que a cruzaram recentemente durante o percurso de construção desta pesquisa. Agradeço à minha mãe, que me acolheu em momentos de angústia, descrença e dúvidas, sempre oferecendo o seu melhor, quando eu mesma estava longe de ser uma boa companhia. Sei que ela, movida por sua imensa sabedoria de mãe, se dedicou diariamente ao sucesso desse empreendimento, com os cuidados diários, orações, afagos, incentivos e – como esquecer! – suas comidinhas maravilhosas, afinal, eu tinha que “comer direito para que a mente funcionasse”. Ai de mim de recusá-las! A meu pai agradeço pelo suporte: não me deixou na mão em nenhum momento de aperto e soube transmitir essa segurança do seu jeito meio calado e reservado. Ao meu namorado, Rafael, pelo tempo que dedicou a ouvir minhas lamúrias, por me acompanhar nessa luta diária, literalmente, me visitando em campo, em Encantado-RS, e escolhendo inúmeras vezes o campus da UnB (e a Katakumba) como espaço de trabalho e de estudo somente para estar ao meu lado, mesmo que – para isso – fosse necessário vencer quilômetros e quilômetros! Hoje vejo que a distância durante a imersão em campo não foi um empecilho, pelo contrário, nos aproximou de uma forma única. Mesmo não sendo a sua área de formação, se dispôs a ler o que eu escrevia, dando sua opinião e, quando necessário, orientando-me nas questões jurídicas que atravessaram a tese. Nesse caminho sei que aprendi muito sobre o campo do Direito, enquanto ele já é quase formado em Antropologia.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Cristina, por mais uma vez estar a meu lado (é a terceira vez!) nessa etapa acadêmica. Quantas vezes eu me vi batendo a cabeça em algo que, naquele momento, não era tão relevante para o desenvolvimento do raciocínio e me impedia de seguir adiante e ela, sabiamente, me alertava e dava aquele norte salvador. Leu e releu incansáveis vezes os fragmentos e capítulos que enviava, retornando-me com sua crítica atenta e seus conselhos valiosos. Muito obrigada!

Agradeço a todos os professores que contribuíram direta ou indiretamente para o amadurecimento deste trabalho. Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Andréa Lobo e Joaze Bernadino Costa, sou grata pelas críticas, conselhos e incentivos fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ainda a oportunidade de participar, já na reta final do doutorado, das aulas da disciplina de

“Antropologia da Globalização: Migrações”, ministrada pela Profa. Andréa Lobo, e da disciplina de “Tópicos Avançados em Sociologia das Relações Raciais”, ministrado pelo Prof. Joaze Bernadino Costa. Devo agradecer ainda o Prof. Stephen G. Baines, cujas aulas de “Análise de Sistemas Interétnicos” me inspiraram a elaborar o projeto de pesquisa.

Sou grata a todos que me receberam carinhosamente em Encantado. De modo especial, agradeço a Jempson, que tão alegremente se dispôs a dividir o seu tempo comigo, num primeiro momento para responder a um questionário interminável (ainda estava testando aquele instrumento), depois em animadas conversas. Obrigada por me apresentar o universo do protestantismo haitiano em Encantado, especialmente o Coral da Igreja Filadélfia, e por diversas vezes esclarecer minhas dúvidas sobre o *créole*, que foram fundamentais para a elaboração das aulas de português. Ainda me comove lembrar a surpresa que você fez questão de organizar com os alunos na aula de despedida. Sei que aprendi e recebi muito mais do que fui capaz de contribuir. Devo agradecer imensamente a todos os haitianos/as que se dispuseram a conversar comigo, apesar da correria cotidiana, da exaustão causada pela árdua jornada de trabalho e do exíguo tempo livre.

Aos Leigos Scalabrinianos, sou grata por abrirem espaço não só para o desenvolvimento da pesquisa, ao me incluírem em suas atividades religiosas e sociais, como por me acolherem também enquanto migrante. Admiro muito a dedicação de vocês, que doam a si mesmos a causa em que acreditam. Não tenho palavras para agradecer a Ivonete, que se mostrou como uma mãe para mim, fazendo questão de me receber em sua casa, junto a sua família, por tantas vezes! Agradeço ainda a Vani e Eni pelo carinho e companhia! Sou grata a todos os meus interlocutores, tanto os imigrantes haitianos, quanto os encantadenses: este trabalho não teria sentido algum sem vocês.

À Profa. Antonádia Monteiro Borges, ao Prof. Handerson Joseph e ao Prof. Ruben Oliven, sou grata por aceitarem participar da banca de avaliação, contribuindo com este trabalho.

Aos companheiros da Katakumba, agradeço pelas “terapias em grupo” e compartilhamento das experiências de escrita.

A todos os amigos dos quais eu acabei me afastando durante o período de campo e de escrita, peço sinceras desculpas.

À Capes e ao CNPq, que durante esses quatro anos me disponibilizaram a bolsa de doutorado, agradeço, pois sem isso esta pesquisa não seria uma realidade.

RESUMO

Neste trabalho, analiso em que medida a iniciativa de recrutamento da força de trabalho haitiana por uma indústria frigorífica de Encantado – município situado no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – contribuiu para a constituição de novas espacialidades, articulando-as à lógica dos espaços sociais transnacionais haitianos e da internacionalização da mão de obra no contexto da economia globalizada. As dinâmicas sociais particulares ao contexto etnográfico local não são retratadas nesta tese como realidades independentes e nem como reflexos mecânicos de processos sociais transnacionais, mas como elementos que participam da constituição do global. Neste empreendimento, parto da compreensão das dinâmicas de poder subjacentes ao sistema interétnico e inter-racial de Encantado como forma de lançar luz sobre o impacto das construções culturais de desigualdade (étnico-cultural, racial, de gênero e de status jurídico migratório) na conformação das relações sociais de trabalho. A indústria é analisada como espaço social de exploração, disciplina e resistência, indicando tanto as tecnologias de controle da força de trabalho, como as estratégias de resistência dos trabalhadores, incluindo o recurso à mobilidade. Através das noções antropológicas de dádiva e dívida, abordo os diferentes tipos de práticas de dons e contradons que vinculavam os recém-chegados imigrantes haitianos aos moradores locais estabelecidos, engendrando simultaneamente relações de solidariedade e de dependência. Por fim, discuto as condições sociais de inserção dos recém-chegados haitianos no mercado imobiliário formal e informal de Encantado, identificando dois movimentos: a tentativa de imobilização seletiva da força de trabalho pela indústria frigorífica através de políticas de habitação voltadas aos funcionários estrangeiros, cujo acesso estava condicionado à continuidade do vínculo empregatício; e os processos sociais de marginalização e sub-habitação aos quais os haitianos estavam submetidos.

Palavras-chave: imigração haitiana; raça; etnicidade; dádiva/ dívida; trabalho precário; indústria frigorífica; controle/mobilidade da força de trabalho; atos de resistência.

ABSTRACT

This work analyses the extent to which the recruitment of Haitian workers by a meat-packing company in Encantado - a town situated in the Taquari Valley, Rio Grande do Sul - has contributed to the making of new spaces, articulating them to the logic of Haitian transnational spaces and to the internationalization of labor in the context of a global economy. The specific social dynamics pertaining to the ethnographic context are not portrayed as independent realities nor as mechanical reflexes of transnational social processes, but as elements which participate in the constitution of the global. I have benefited from the comprehension of the underlying power dynamics involved in the interethnic and interracial system in Encantado so as to shed light over the impact of cultural constructions of inequality (ethnic, cultural, racial, gender and migratory juridical status) on the social configuration of labor relations. The company is analyzed as a social space of exploitation, discipline and resistance, which indicate technologies of control of the work force as well as resistance strategies on the part of the works which include the resource of mobility itself. The anthropological notions of gift and debt are used to deal with different types of gifts and counter-gifts which bind the recently-arrives Haitian immigrants to the established local dwellers, also generations relations of solidarity and dependence. Finally, I discuss the social conditions for the insertion of the Haitians in Encantado's formal and informal housing market, by identifying two movements: the attempt at selective immobilization of the work force by residential policies geared towards foreign employees whose access to housing was conditioned to the continuity of job contracts; and the social processes of marginalization and precarious housing to which Haitian were submitted.

Key-words: Haitian immigration, race, ethnicity, gift/debt, precarious work, meat industry, control/mobility of the work force, acts of resistance.

SUMÁRIO

Lista de Siglas.....	X
Lista de Imagens.....	XIII
Lista de Tabelas e Gráficos.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	01
<i>Sobre a organização da tese.....</i>	<i>17</i>
CAPÍTULO I.....	21
A construção da italianidade e do gauchismo em retrospectiva: leituras locais sobre a história da formação urbana de Encantado	
<i>Sobre protagonismos e ausências no tempo dos pioneiros.....</i>	<i>28</i>
<i>O tipo de homem que acredita no trabalho.....</i>	<i>48</i>
<i>Os herdeiros do empreendedorismo italiano.....</i>	<i>53</i>
<i>Consagrando identidades nos lugares de memória.....</i>	<i>62</i>
<i>A construção local do tradicionalismo gaúcho.....</i>	<i>68</i>
CAPÍTULO II.....	78
Retóricas de raça e etnicidade na construção das hierarquias de poder locais	
<i>Construindo o cenário: as dinâmicas étnico-raciais locais.....</i>	<i>83</i>
<i>Frentes de luta e resistência.....</i>	<i>99</i>
<i>A emergência do fluxo de imigrantes haitianos.....</i>	<i>110</i>
<i>Medo de uns, esperança de outros.....</i>	<i>116</i>
<i>Amor, desejo e discriminação.....</i>	<i>123</i>
<i>O lugar da alteridade.....</i>	<i>131</i>
CAPÍTULO III.....	141
Brasil, Haiti e os discursos da dádiva/dívida	
<i>A representação do Outro pela carência.....</i>	<i>143</i>
<i>MINUSTAH e ajuda humanitária.....</i>	<i>155</i>
<i>Emprego e visto humanitário como dádivas.....</i>	<i>160</i>
<i>Recepção e integração.....</i>	<i>168</i>
<i>A rede haitiana de apoio mútuo.....</i>	<i>178</i>
<i>A dádiva caritativa e os seus sentidos.....</i>	<i>185</i>

CAPÍTULO IV.....	216
A inserção haitiana em contextos fabris: exploração, disciplina, discriminação e resistência	
<i>O recrutamento da mão de obra haitiana.....</i>	<i>221</i>
<i>Trajetórias e projetos migratórios.....</i>	<i>231</i>
<i>Trabalhos precários no contexto de crise.....</i>	<i>238</i>
<i>Frigoríficos, acidentes e doenças laborais.....</i>	<i>249</i>
<i>Corpo mole e teimosia.....</i>	<i>261</i>
<i>Construindo resistências possíveis.....</i>	<i>274</i>
CAPÍTULO V.....	287
A questão da habitação: entre o controle e a mobilidade da força de trabalho	
<i>Controle e assistência nas fronteiras.....</i>	<i>288</i>
<i>A oferta de hospedagem temporária.....</i>	<i>296</i>
<i>O condicionamento da moradia ao emprego.....</i>	<i>300</i>
<i>Discriminação no mercado imobiliário.....</i>	<i>317</i>
<i>A marginalização no bairro Navegantes.....</i>	<i>326</i>
<i>As dinâmicas de mobilidade dos haitianos.....</i>	<i>351</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373

Lista de Siglas

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal
ACSURS – Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul
AIHB – Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil
ASSIBRE – Associação Ítalo-Brasileira
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRABAT – Batalhão Brasileiro de Força de Paz
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPEF – Centro de Apoio a Pesquisas e Encontros Familiares
CDTT – Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados
CONSUNI – Conselho Universitário
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DORT – Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
FACEAT – Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FTIA/RS – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul
GAN – Grupo de Artes Nativas
HIV – Human Immunodeficiency Virus
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IR7 – 7ª Inspeção Regional
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MHAVE – Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior
MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti
MLS – Movimento de Leigos Missionários Scalabrinianos
MPS – Ministério da Previdência Social
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIOS – United Nations Office of Internal Oversight Services
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PBMIH – Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PJE – Processo Judicial Eletrônico
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RN – Resolução Normativa
SEDS – Secretário de Estado de Desenvolvimento Social
SEJUDH – Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos

SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

SINCRE – Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros

SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

STI – Sistema de Tráfego Internacional

STI-Alimentação – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Encantado e Região

SUS – Sistema Único de Saúde

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TPS – Status de Proteção Temporária

TRT4 – Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNASUL – União de Nações Sul Americanas

UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPF – Universidade de Passo Fundo

UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora

Índice de Imagens

Imagem 1: Mapa do Vale do Taquari.....	05
Imagem 2: Gino Ferri apresentando o Memorial Gino Ferri às crianças.....	27
Imagem 3: Acampamento Kaingang às margens da rodovia RS 129.....	40
Imagem 4: Acampamento Kaingang em detalhe.....	40
Imagem 5: Área do acampamento Kaingang.....	41
Imagem 6: O mesmo acampamento indígena visto de perto.....	41
Imagem 7: Escadaria de acesso à rodovia RS 129.....	42
Imagem 8: Igreja Matriz São Pedro.....	45
Imagem 9: Bandeira e Brasão do Município de Encantado.....	50
Imagem 10: A Igreja Matriz São Pedro e o Pannel Encantado ao Imigrante.....	63
Imagem 11: Praça do Centenário.....	64
Imagem 12: Pichação em um muro nas ruas de Encantado.....	88
Imagem 13: Ilustração selecionada pelo estudante haitiano Jameson.....	157
Imagem 14: Aula de português para haitianos.....	307

Índice de Tabelas e Gráficos

População residente de Encantado-RS por cor ou raça.....	81
Taxa de alfabetização da população de Encantado, segundo a cor ou raça.....	84
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo rendimento.....	90
Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução e a cor ou raça.....	95
População de Encantado segundo nível de instrução e a cor ou raça (branca).....	96
População de Encantado segundo nível de instrução e a cor ou raça (preta).....	96
Admissão X Demissão de haitianos, Brasil (2010 - 2017).....	241
Prevalência de doenças em empregados do setor de abate de suínos, aves e bovinos.....	250
Ações trabalhistas relativas a acidentes e ou doenças laborais ajuizadas por autores/reclamantes de nacionalidade haitiana.....	259
Índice de inadmissibilidade das solicitações de asilo de cidadãos haitianos nos EUA.....	359

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta tese é parte de um investimento mais longo na compreensão do fenômeno migratório haitiano. O início se deu no mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS-UnB, há sete anos, quando optei por me aventurar em um universo até então desconhecido: o campo das migrações e, especificamente, da diáspora haitiana. Naquela época, dois anos após a ocorrência do terremoto¹ que impactou profundamente as condições de vida no Haiti, os fluxos de haitianos nas fronteiras nacionais estavam em pleno crescimento e ganhavam a atenção da mídia, que ora criminalizava os migrantes como agentes da desordem (como “risco” de disseminação de doenças, de aumento do desemprego e da criminalidade e de exaustão dos serviços públicos, independente de qualquer fundamentação para tal), ora enfatizava o caráter humanitário da acolhida no Brasil. As ambiguidades nessas atitudes, que oscilavam entre a necessidade de assistência e de repressão, despertaram meu interesse como objeto de reflexão por dois motivos. Um era o interesse de ampliar minha visão de mundo a partir do investimento bibliográfico – não somente acadêmico, como literário – sobre a sociedade haitiana e, especialmente, através de novas vivências e aprendizados junto aos haitianos que adentravam o território brasileiro. Já a outra razão era aproveitar esse momento ímpar como um desafio para repensar a nossa própria sociedade, que ainda se vê como excepcionalmente acolhedora e liberta de preconceitos raciais, embora frequentemente não o seja nem mesmo em relação aos grupos internos historicamente marginalizados no passado e na contemporaneidade.

De certa forma, este trabalho se apresenta como um desenvolvimento da investigação empreendida no mestrado, quando me propus refletir sobre a mobilidade haitiana a partir do contexto de entrada em solo brasileiro pelo município de Tabatinga-AM, que é contíguo à cidade colombiana de Letícia e se conecta a Santa Rosa, no Peru,

¹ O terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, de grau 7,3 na escala Richter, destacou-se em meio ao longo histórico de catástrofes naturais do Haiti devido à intensidade da destruição. O fato do epicentro do terremoto ter sido a 25 km de Porto Príncipe, uma cidade densamente povoada e com infraestrutura deficiente, que já apresentava problemas de moradia e de escassez de alimentos, potencializou os danos: 230 mil pessoas morreram, 500 mil ficaram feridas, 4 mil foram amputadas e mais de 1 milhão ficaram desabrigadas. Parte dos desabrigados foram deslocados para acampamentos coletivos sem saneamento, coleta de lixo, rede de água e esgoto, condições propícias à proliferação da cólera, que matou mais de 4 mil pessoas. A amplitude da devastação e a persistência do contexto de crise teve relação não apenas com a incontestável potência destruidora do terremoto em si, mas também com as frágeis estruturas governamentais, administrativas e econômicas do Haiti, estas corroídas pelos anos de colonialismo, de instabilidade política pós-independência e de contínua ingerência externa das grandes potências e das organizações internacionais no destino da nação caribenha (Maroni-Silva, 2014).

pelas águas rio Solimões, constituindo a chamada tríplice fronteira norte. O que mais me interessava no contexto fronteiriço de Tabatinga era a situação de relativa *liminaridade* que correspondia ao tempo de espera pela emissão do protocolo de solicitação de refúgio pela Polícia Federal, ou seja, ao intervalo de fixação dos imigrantes haitianos na fronteira, cuja dinâmica era em grande medida a de um *lugar de passagem*. Como é comum às experiências etnográficas, especialmente em estudos relativos às rotas migratórias, fui surpreendida pela diminuição drástica da densidade dos fluxos de pessoas – que se concentraram em outra rota de entrada, via Acre, em 2013 – e pela intensificação de sua transitoriedade, não mais três meses, mas uns três dias e já seguiam à Manaus com o documento em mãos. Os interlocutores com os quais entrei em contato nos dois pontos da rota – Tabatinga e Manaus – se apresentaram mais enquanto viajantes do que como residentes de uma localidade, mesmo que temporários.

Nas reflexões sobre essa experiência com as rotas fugidias, explorei mais a contribuição dos fluxos multiescalares de pessoas, coisas, valores e ideias no processo histórico de composição do Haiti como Estado-nação singular e de conformação de valores e práticas da sociedade haitiana, situando nesse contexto a estruturação da nova rota migratória Haiti-Brasil. Já no doutorado, optei por trilhar um caminho distinto, mas complementar, desenvolvendo a investigação etnográfica em Encantado, um município no interior do Rio Grande do Sul que foi integrado às rotas e espaços da mobilidade haitiana graças às iniciativas de recrutamento empreendidas por uma indústria frigorífica, que chamarei de “Suíno Mais”. O desencadeamento desses fluxos migratórios com destino a Encantado não se constituiu, portanto, como movimento espontâneo, já que foi inaugurado com a chegada da primeira turma de trabalhadores haitianos em outubro de 2012, que foi conduzida por representantes da Suíno Mais desde um acampamento público de imigrantes no Acre. É preciso dizer que nem todos os operários recrutados se mantiveram na cidade, mas se estabeleceu nessa localidade um contingente suficiente de imigrantes para sustentar novos fluxos espontâneos de indivíduos e famílias – e não apenas de potenciais trabalhadores – através da mobilização das redes sociais haitianas. A operação dessas redes de contato alimentou, além da vinda de haitianos, a de dominicanos², embora estes últimos constituíssem um

² República Dominicana e o Haiti correspondem, respectivamente, à parte oriental e ocidental de uma mesma ilha no Caribe. A chamada de ilha de Hispaniola ou de São Domingos é uma das maiores ilhas das Antilhas, situada no mar das Caraíbas a sudeste de Cuba e a oeste de Porto Rico. No período colonial, a parte espanhola foi nomeada Santo Domingo e a francesa Saint-Domingue, as quais deram origem aos atuais Estados da República Dominicana e do Haiti.

segmento menor em Encantado. O caso da cidade gaúcha de Encantado, fora da rota dos grandes centros urbanos, demonstra o poder de influência do empresariado na distribuição espacial dos fluxos de haitianos no Brasil.

Há, portanto, diferenças substanciais em relação à experiência do mestrado, já que dessa vez tive oportunidade de interagir com indivíduos e grupos de nacionais do Haiti que estavam investindo em projetos de instalação na cidade gaúcha, inclusive contribuindo com a vinda de familiares, vizinhos e amigos integrados às suas redes de contato. A primeira ida a Encantado ocorreu nos meses de fevereiro e de março de 2016, como experiência de campo preliminar que orientou a elaboração do projeto de pesquisa para fins de qualificação do doutorado em agosto de 2016. Já o campo propriamente dito, quando residi na cidade gaúcha, compreende o período entre setembro de 2016 até agosto de 2017. Os materiais etnográficos incluem observações *in loco*, conversas informais e mais de 22 horas de entrevistas semi-estruturadas com interlocutores haitianos, dominicanos e moradores locais estabelecidos, de nacionalidade brasileira.

O fato do município de Encantado apresentar uma população diminuta, de apenas 20.510 habitantes (Censo IBGE – 2010), contou na escolha deste *locus* de observação, já que me ofereceria – *a priori* – melhores condições de visibilidade do contingente haitiano – na mídia, falava-se em aproximadamente trezentos³ – e de seus processos de organização social em face das interações com os residentes locais e com os espaços públicos da cidade. Apesar de o município compreender área extensa, 139,160 km², o espaço ocupado pela cidade é relativamente reduzido, em comparação a outros centros urbanos ou capitais. Essa expectativa de fato se concretizou. Foi fácil identificar as áreas da cidade onde os migrantes se concentravam e observá-los circulando e se apropriando dos espaços urbanos, embora o acesso aos mesmos enquanto interlocutores representou certos desafios, especialmente devido ao curto tempo livre deles, consumido por longas e exaustivas jornadas de trabalho na fábrica. Se as condições de abordagem etnográfica foram outras, viabilizando a convivência cotidiana em um espaço urbano delimitado, ainda existiam continuidades significativas na forma de pensar as interações sociais a partir dessa localidade. A dinâmica de fluxos,

³ Também tive como indicativo os dados da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos do Rio Grande do Sul, que registrava 288 haitianos sindicalizados no município de Encantado, no ano de 2014. O número é expressivo, ainda mais considerando o fato de que a sindicalização não é obrigatória e, nesse sentido, o número de sindicalizados quase sempre é inferior ao total de trabalhadores industriais do setor (Bocchi et al, 2014).

circulações e trocas ainda estava lá, saltando aos olhos não só da antropóloga, como dos encantadenses, que atribuíam uma série de significados e valores morais à notória disposição dos haitianos de manterem-se em movimento. Nesse sentido, a compreensão das ideologias e práticas sociais dos haitianos já exigia o rompimento com a “tentação da aldeia”, como define Magnani (2002), pois mesmo as relações observadas naquele meio urbano – sejam elas econômicas, sociais, familiares, religiosas ou políticas – estavam estreitamente vinculadas a outros espaços sociais, demandando da antropóloga a mobilização de diferentes planos de análise para dar conta minimamente dessa realidade. Os limites político-administrativos da cidade não coincidiam com os da análise, que requeria seu desdobramento em múltiplos planos e escalas. Vale dizer que os fluxos não eram exclusividade dos recém-chegados haitianos, visto que eram centrais a autorrepresentação da sociedade encantadense como descendente das *famílias italianas pioneiras* que protagonizaram a história de fundação da cidade. O passado de imigração, no entanto, era extremamente idealizado pela sociedade encantadense, estando distante de significar uma identificação imediata e simples com todo e qualquer imigrante contemporâneo. A figura do colonizador europeu – a quem é conferido o mérito da implantação do desenvolvimento socioeconômico na região e, principalmente, do “sucesso da missão civilizadora” nas narrativas dominantes – era mobilizada constantemente como referência para avaliar o desempenho dos novos imigrantes, aquém dos “heróis” daqueles tempos, que – abandonados à própria sorte – teriam dado muito mais do que recebido, através da disposição ao trabalho duro. A formação histórica do município de Encantado e da região em que está situada, o Vale do Taquari, remete às políticas governamentais de incentivo à vinda de imigrantes europeus – na segunda metade do século XIX e início do século XX – para a expansão da fronteira agrícola do Sul do país. A seguir, apresento um mapa da região do Vale do Taquari, a fim de situar geograficamente o leitor:

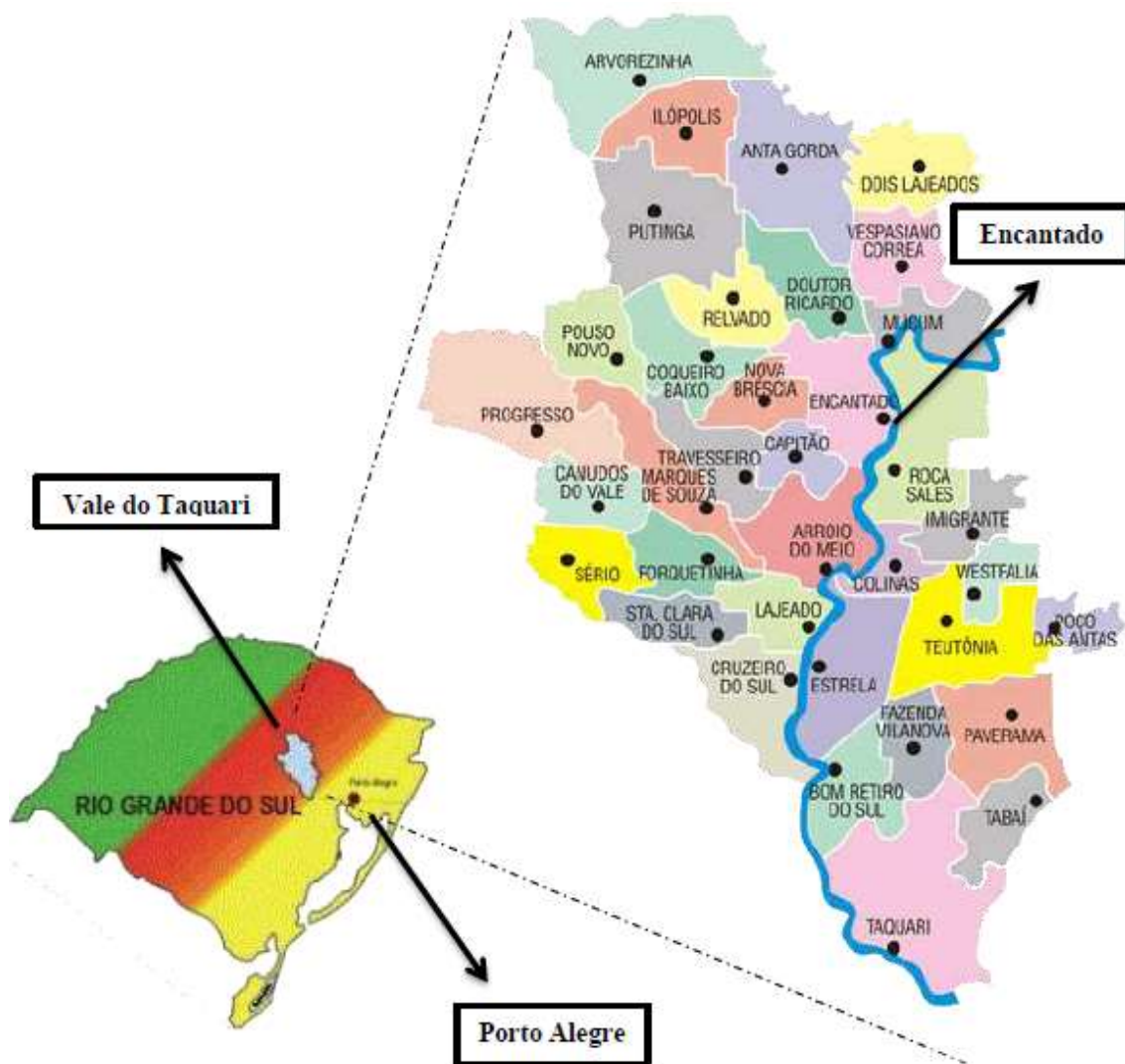


Imagem 1: Mapa do Vale do Taquari.
 Fonte: Site⁴. Acréscimos meus de legendas e de setas.

O município de Encantado, situado à margem direita do rio Taquari, faz limite com Muçum, Roca Sales, Arroio do Meio, Doutor Ricardo, Relvado e Capitão. Localizado na região central do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 150 quilômetros de Porto Alegre, o Vale do Taquari é formado por 36 municípios. Os pequenos estão voltados ao setor da agropecuária, através de pequenas e médias propriedades rurais, enquanto os maiores se destacam por atividades econômicas associadas à indústria, ao comércio e ao setor de serviços. A região constitui um importante polo do agronegócio e da indústria alimentícia do estado gaúcho. Encantado segue esse mesmo perfil de atividades econômicas, em ordem de importância: o setor de serviços, com ênfase na terceirização; o setor industrial, com aproximadamente 147

⁴ Site: <<http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/cic-vt/o-vale-do-taquari/>>. Acesso em: 08/07/2016.

indústrias, destacando-se a alimentação, com tradição em abate de suínos, frigorífico, cortes e embutidos e, secundariamente, a indústria de cosméticos e perfumaria; a agropecuária, com produção de milho, soja e fumo, além da suinocultura, avicultura e gado leiteiro; e o comércio de matriz diversificada. Apesar dessa relativa diversificação econômica, a mão de obra haitiana e dominicana era absorvida quase exclusivamente pela indústria frigorífica de suínos em funções não qualificadas, como operários da linha de produção, independentemente do grau de escolaridade dos migrantes, que muitas vezes experimentavam a decadência de status sócio-profissional.

Além da opção estratégica por uma cidade pequena – que facilitasse o mapeamento das redes sociais haitianas, identificando a densidade de seus nós e conexões com outros espaços em diferentes escalas – eu também nutria o interesse em compreender as relações de trabalho dos haitianos no país, desde que a pesquisa anterior havia indicado a centralidade da busca por oportunidades de trabalho na organização dos projetos migratórios dos sujeitos haitianos. Ademais, o trabalho de campo em Encantado me permitia analisar a inserção laboral de haitianos em um dos setores de maior contratação desse segmento, as indústrias frigoríficas e de abate de animais de corte concentradas no Centro Sul do país. O ambiente de trabalho do frigorífico foi, ao menos inicialmente, um dos espaços de contatos mais diretos entre os residentes nacionais e os recém-chegados haitianos no contexto urbano de Encantado. A princípio, meu objetivo era realizar uma etnografia das relações de trabalho no chão de fábrica, mas não tive condições de realizá-la diretamente, dado o rígido controle de acesso ao frigorífico em Encantado. A abordagem das questões trabalhistas através do sindicato também não se mostrou frutífera, já que os imigrantes caribenhos não costumavam acionar o sindicato como órgão de classe, mas somente para ter acesso aos serviços de saúde e odontológicos. Ademais, os funcionários estrangeiros desconfiavam do sindicato, considerando-o como uma espécie de extensão da empresa, uma interpretação da sua postura menos combativa. Apesar dessas limitações, não deixei de abordar a inserção diferenciada dos haitianos na divisão do trabalho fabril, nem as clivagens, os conflitos e as relações de cooperação entre os grupos étnico-raciais no ambiente de produção, pois o fiz de forma indireta, através de entrevistas, conversas informais e análise de ações trabalhistas ajuizadas por autores haitianos contra a Suíno Mais. Não obstante, as condições de inserção no campo e de construção da etnografia me conduziram a uma ampliação do olhar da fábrica em direção ao cotidiano da cidade, refletindo sobre os efeitos das chegadas (e das partidas) desses imigrantes na

constituição de novas especialidades em Encantado, que estão para além da reconfiguração da estrutura e da dinâmica do mercado de trabalho local.

Devido à dificuldade de ultrapassar os muros da fábrica, em consequência do rígido controle de trânsito de estranhos – sejam estes curiosos ou antropólogos (um misto dos dois) – por parte da administração do frigorífico, optei por me aproximar das redes sociais haitianas, em um primeiro momento, por intermédio da Igreja Católica ou, mais especificamente, de um grupo de base local do Movimento de Leigos Missionários Scalabrinianos⁵ (MLS), que me recebeu calorosamente. Esse grupo faz parte de uma comunidade transnacional de fiéis que se atribui a missão de acolher integralmente a pessoa do migrante, como define o próprio movimento. Em Encantado, dado o contexto de imobilismo dos poderes públicos, os Leigos atuavam voluntariamente na oferta de serviços gratuitos de orientação aos estrangeiros a respeito das etapas e procedimentos de documentação, organizavam campanhas de doações de roupas, alimentos e móveis na comunidade, desenvolviam iniciativas sociais e ainda ofereciam aulas de português a esse público-alvo. O curso de português foi organizado desde a chegada do primeiro grupo de haitianos por voluntárias do grupo de Leigos Scalabrinianos da Igreja Matriz São Pedro de Encantado. Uma vez na cidade, fui acolhida de imediato pelos Leigos, que generosamente me concederam a oportunidade de auxiliar no planejamento e execução de projetos sociais de iniciativa do grupo e de ministrar aulas de português para alunos haitianos semanalmente em uma sala cedida pela igreja durante o período de setembro de 2016 a agosto de 2017. Ainda por meio do grupo, que gozava de reconhecimento na comunidade haitiana local, fui apresentada a várias famílias de imigrantes e visitei suas casas, iniciando assim a construção de relações de confiança.

O contato com os alunos em sala de aula – todos eles de nacionalidade haitiana⁶ – viabilizou com o tempo a minha inserção mais independente na rede haitiana local.

⁵ O nome é em referência a João Batista Scalabrini, que é considerado o “Apóstolo dos Migrantes” pela Igreja Católica. Ele foi um padre italiano que fundou a Congregação dos Missionários de São Carlos, cujos membros também são chamados de carlistas, com a finalidade de prestar assistência religiosa, moral e social aos emigrantes. Em 1998 foi instituído o Secretariado Geral para a Promoção dos Leigos Scalabrinianos no seio da referida congregação. O primeiro fundamento da formação Scalabriniana é o estudo da trajetória, obra e ensinamentos de João Batista Scalabrini, que constituem o eixo da identidade e vocação do laicato.

⁶ Como falantes de espanhol, os dominicanos não enfrentavam o mesmo grau de dificuldade em relação à comunicação em português se comparados aos haitianos, cuja língua materna era o *créole* e, nas escolas, o francês.

Para complementar essa experiência de convivência, realizei entrevistas⁷ semi-estruturadas com os interlocutores de nacionalidade haitiana que aceitaram ceder parte do seu exíguo tempo livre. É preciso considerar que além de enfrentarem longas e exaustivas jornadas de trabalho e horas extras no frigorífico, nos finais de semana, muitos frequentavam cultos evangélicos em *créole* e estudos bíblicos. Outra especificidade da minha inserção, que já adianto aqui, foi o maior contato com homens, pois os alunos do curso de português eram majoritariamente do sexo masculino. Raramente observei mulheres em sala de aula, o que dificultou meu contato com as mesmas que, quando ocorria, era mediado pelos seus companheiros.

Para a construção desta tese, estabeleço diálogo com a literatura acadêmica sobre a diáspora haitiana, que aborda a multiplicidade de experiências de mobilidade que, desde os tempos coloniais até a atualidade, configuram o *espaço transnacional haitiano* (Basch, Schiller & Blanc, 1994), atentando igualmente para as contribuições daquelas enquanto elementos centrais nas dinâmicas de reprodução e de transformação da sociedade haitiana no país de origem (Charles, 2006; Portes & Grosfoguel, 1994). A profundidade histórica das referidas práticas de mobilidade haitiana revela as relações de poder em que estão imersas. Cabe salientar que os distintos fluxos migratórios observados ao longo da história do Haiti estão inseridos no contexto mais amplo de expansão do capitalismo e, nesse sentido, se constituem como movimentos de internacionalização da força de trabalho haitiana. Esta última foi reiteradamente apropriada pelo capital em diferentes contextos, que foram determinantes para a sua internacionalização, como o colonialismo europeu, o imperialismo norte-americano e o capitalismo global, com seu novo regime de acumulação flexível, que ora vivenciamos.

As especificidades do novo modelo de desenvolvimento que emergiu em fins do século XX – conforme Harvey (1989) – estão estreitamente associadas às inovações tecnológicas nos setores de informação, comunicação e transportes, que forneceram a infraestrutura que viabilizou a reorganização do capitalismo global. Conformou-se um sistema altamente integrado – subordinado ao capital financeiro – que se sustenta na mobilidade e na alta dispersão geográfica, refletindo-se na flexibilização dos processos produtivos, do mercado de trabalho e do consumo, que se adaptam rapidamente às mudanças de demandas do mercado. As mudanças desencadeadas pela incorporação das

⁷ Realizei as entrevistas em português e em francês, já que muitos haitianos dominam o francês, além do *créole*. Enquanto o *créole* é a língua materna propriamente dita, o francês é aprendido a partir do ensino escolar regular e, nesse sentido, é falado e compreendido por aqueles com maior grau de instrução.

inovações tecnológicas não se limitaram ao sistema econômico, alcançando as múltiplas dimensões da vida humana com a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações através das fronteiras nacionais e o avanço da chamada compressão do espaço-tempo, definida por Harvey (1989) como a sensação de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias geográficas, já que eventos remotos alcançam os mais diversos lugares e pessoas no globo na simultaneidade de um instante. Não obstante, é importante relativizar o ineditismo dessa “nova era global”, como adverte Lobo (2018), pois os fluxos de pessoas, capitais, mercadorias, informações e símbolos não são inteiramente novidades da era da globalização e, de certa forma, sempre estiveram sob o olhar da Antropologia, embora não ocupassem a centralidade das análises. Conforme Lobo (2018), nos anos 90 observamos uma mudança de ênfase nos estudos antropológicos, especialmente no campo das migrações, que deram maior atenção às experiências sociais que atravessam as fronteiras nacionais por intermédio das dinâmicas de troca e de circulação, forjando conexões em diferentes escalas (local, nacional, global). A dimensão disruptiva dos fluxos é contrabalanceada nas análises por reflexões sobre a contribuição destes na estruturação de sistemas e na constituição de identidades, inclusive aquelas que têm como referência localidades particulares.

Nesse sentido, a adoção do conceito de *campo (ou espaço) social transnacional* proposto por Basch, Schiller e Blanc (1994) é uma forma de me situar criticamente contra as abordagens que fragmentam o ato migratório em somente uma de suas dimensões, como a emigração e a imigração, sem atentar para as conexões constituídas pela circulação de pessoas, objetos, dinheiro, ideias e valores nos espaços transnacionais e seus efeitos na conformação de identidades e de práticas socioculturais imersas em localidades. As experiências de mobilidade dos haitianos rompem com a noção de um movimento unidirecional de um país de origem a um país de destino, não apenas porque o ato migratório não implica necessariamente em ruptura como pré-condição da integração na sociedade receptora, mas em consequência da centralidade da *mobilidade como valor* (Dias & Lobo, 2012), em suas diferentes escalas. Isso se manifesta através de dois aspectos: a efetiva continuidade da circulação dos sujeitos, acompanhada de fluxos de outras naturezas, através das fronteiras dos Estados-nações; e a circulação como *campo de possibilidades* (Velho, 1994) em aberto no horizonte dos haitianos, mesmo nas situações em que os sujeitos optam por investir em projetos de permanência em localidades, mais ou menos temporários.

Partimos do entendimento de que as dinâmicas dos fluxos migratórios engendram continuamente novas espacialidades materializadas em redes com pontos de maior nodosidade, que mantêm relações de poder e de interdependência entre si. Como corolário, o espaço transnacional haitiano não é homogêneo: orienta-se em direção aos grandes centros urbanos, especialmente dos países que ocupam posições hegemônicas na geopolítica global, como Estados Unidos, Canadá e França (Joseph, 2017). Entretanto, os circuitos migratórios não se resumem a estes, como a emergência e a consolidação de fluxos de haitianos para o Brasil evidencia. O terremoto que assolou o Haiti em 12 de janeiro de 2010 marcou tanto a emergência de fluxos migratórios de haitianos em direção ao território brasileiro e a outros países da América Latina, como Venezuela, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Chile e Argentina (Godoy, 2011), como a intensificação da mobilidade a destinos já consolidados pelo contingente transnacional haitiano: Estados Unidos, Canadá, França, Guiana Francesa e Caribe. Como foi dito, as dinâmicas de mobilidade haitiana, sejam estas locais, nacionais ou globais, são fatores estruturantes na formação histórica do Haiti (Charles, 2006; Portes & Grosfoguel, 1994). Estima-se que 4,5 milhões⁸ de haitianos estejam vivendo no exterior. Devo ressaltar que esse contingente representa uma importante fonte de renda para familiares que se encontram na pátria mãe, já que o costume do envio de remessas é uma prática comum no interior da organização familiar haitiana (Itzigsohn, 1995).

Esta tese, que aqui delinheio as questões norteadoras, se inscreve em um esforço mais amplo de constituição do campo de estudos sobre os fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, que é tão recente quanto o fenômeno sobre o qual se debruça. A fim de erigir-se, ele se nutre das matrizes teórico-metodológicas de diferentes campos disciplinares, como as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), de onde falo, assim como outros: Geografia, Demografia, Relações Internacionais, Direito, História, Linguística, Serviço Social e Psicologia. Entre estes, há os estudos que abordam as motivações subjetivas e as condições socioeconômicas, políticas e culturais que influenciaram na adição do Brasil ao campo de possibilidades migratórias dos haitianos (Baeninger & Magalhães, 2015; Baptiste & Vieira, 2016; Bocchi et al, 2014; Carrera, 2014; Giacomini & Bernartt, 2017; Joseph, 2017; Maroni-Silva, 2014; Metzner, 2014; Silva, 2012).

⁸ Estimativa do Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior (MHAVE).

São discutidos os efeitos do recrudescimento do caráter restritivo das políticas migratórias nos países centrais, notadamente EUA, Canadá e França, aliado às práticas de deportação presentes em muitas territorialidades do circuito transnacional haitiano, na diversificação dos destinos migratórios para além da orientação Sul-Norte. A crise capitalista pós-2008, que impactou negativamente as condições de vida de haitianos residentes em países centrais, com desemprego, diminuição dos níveis de salário e, conseqüentemente, de remessas, também influenciou no redirecionamento dos fluxos migratórios de haitianos para ampliação das rotas Sul-Sul. Cabe atentar para o fato desse redirecionamento não significar necessariamente o abandono do sonho de alcançar o Norte Global, pois constatou-se que muitos haitianos veem o Brasil como um degrau (ou etapa) que os aproximaria da realização futura desse projeto migratório. Soma-se a este cenário o fato de o Brasil ter, nesse momento, se destacado pela expansão econômica e pelo concomitante aumento da oferta de empregos (embora precários), estes também vinculados à realização de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A presença brasileira no Haiti também é mencionada como fator importante para a atração de fluxos migratórios de haitianos. Esta se dá especialmente em três aspectos: militarmente, com a atuação do exército brasileiro na liderança da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, de 2004 a 2017; economicamente, através da atuação de empreiteiras nacionais, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a OAS, entre outras, na construção de estradas, edifícios e portos no Haiti; e politicamente, com os acordos de cooperação⁹ estabelecidos entre Brasil e Haiti, que se reforçaram após o abalo sísmico de 2010. Em suma, existe um consenso na literatura acerca da complexidade da emergência da rota Haiti-Brasil, que não pode ser creditada a nenhum fator único, como o terremoto de 12 de janeiro de 2010, mas deve-se a um conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas, não só atuais como também vinculadas aos processos históricos de longa duração já mencionados. Em relação às motivações subjetivas que estão por trás da mobilidade orientada ao Brasil, destaca-se: o desejo por uma vida melhor, através do acesso a oportunidades de trabalho e de formação educacional e profissional, o dever de contribuir com o sustento dos parentes e com o projeto familiar

⁹ Segundo Bocchi: “O Brasil desenvolve em torno de 40 projetos de em benefício do Haiti, com base no Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral de 2004, desenvolvidos em parceria com entidades internacionais, abrangendo as áreas da agricultura, segurança alimentar, formação profissional, saúde, segurança pública, educação, justiça, inserção social e esportiva, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento” (Bocchi et al, 2014, p.28).

de mobilidade socioeconômica ascendente; a vivência de novas experiências socialmente valorizadas para o crescimento pessoal.

Uma ampla gama de estudos desenhou o panorama da imigração haitiana no Brasil a partir de dados quantitativos e qualitativos, indicando o perfil sociodemográfico desse contingente e sua distribuição geográfica e laboral no país (Baeninger & Peres, 2016, 2017; Cavalcanti et al, 2015; Cavalcanti & Tonhati, 2017; Cavalcanti et al, 2018; Uebel & Ruckert, 2017), já outros identificaram as principais rotas utilizadas pelos haitianos que adentraram o Brasil, incluindo a análise dos efeitos sociais nos locais de origem, trânsito e destino (Carrera, 2014; Fernandes & Castro, 2014; Fernandes & Faria, 2016; Metzner, 2014; Vásquez et al, 2014), o enfoque no contexto de recepção das fronteiras (Cotinguiba & Cotinguiba, 2016; Joseph, 2015; Mamed & Lima, 2016; Maroni-Silva, 2014) e nos abrigos temporários em capitais (Oliveira & Silva, 2016).

Entre 2010 e 2015, foi registrada a entrada de 85.079¹⁰ imigrantes haitianos no Brasil conforme dados do Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros-Sincre e do Sistema de Tráfego Internacional-STI (Baeninger & Peres, 2017), que incluem aqueles que se registraram em postos de controle de fronteiras terrestres (52%) para solicitar o refúgio¹¹ e os que entraram já com o visto permanente em mãos (47,78), geralmente pelos aeroportos internacionais do país. Com a adição do Brasil ao espaço transnacional da diáspora haitiana, o Governo brasileiro tentou controlar esses fluxos através da imposição de limite aos vistos emitidos, mas com o fracasso desta medida evidenciado pelo aumento do uso da via irregular de acesso ao país, o limite foi revogado em medida posterior. O governo também passou a investir no aumento da capacidade de atendimento na embaixada brasileira no Haiti, no Equador e no Peru, com vista a diminuir o tempo de espera, a fim de redirecionar os fluxos irregulares de haitianos para a via de migração legalizada, combatendo as redes de tráfico de pessoas e as práticas de extorsão perpetradas pelos *raketè*¹². De fato, em 2015, houve a redução de 47,7% do passivo de solicitações de refúgio no Brasil¹³, com diminuição significativa do uso das rotas terrestres de entrada pelas fronteiras nacionais, que geralmente são

¹⁰ Há microdados mais atuais do Sincre e do STI sobre a entrada de haitianos em território brasileiro que ainda não foram tratados por meio de análise estatística.

¹¹ No caso dos haitianos, os pedidos de refúgio eram encaminhados ao Ministério do Trabalho (CNIg) para a concessão do visto humanitário, já que eles não se enquadravam na categoria de refúgio segundo a legislação migratória vigente e as normativas internacionais.

¹² Termo em *créole* para designar os agentes que conduzem, mediante pagamento, os imigrantes nas rotas migratórias clandestinas e nas travessias de áreas de fronteira (Joseph, 2015).

¹³ Dados do Departamento de Polícia Federal, divulgado pela publicação do Sistema de Refúgio Brasileiro, do Ministério da Justiça.

utilizadas como vias irregulares de ingresso ao país. Diversas rotas migratórias irregulares¹⁴ foram utilizadas, que se atualizavam constantemente, mas as principais entradas por via terrestre foram os municípios fronteiriços de Brasileia e Epitaciolândia, no Acre; Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; Pacaraima, em Rondônia; Oiapoque, no Amapá e Tabatinga, no Amazonas. Por outro lado, os aeroportos de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Manaus foram os meios de entrada mais comuns entre aqueles que já tinham em mãos o visto permanente por razões humanitárias, requerido antecipadamente no exterior. Cabe considerar que as estratégias de entrada irregular e a via migratória regularizada não se opõem necessariamente na perspectiva dos haitianos, pois ambas são constituintes do saber-circular.

Do ponto de vista dos haitianos que fizeram uso dos agenciadores de viagens “clandestinas”¹⁵ não há uma condenação absoluta da natureza de suas atividades, vistas como socialmente legítimas, por proporcionarem a mobilidade em um contexto de políticas migratórias restritivas (Joseph, 2015). A distinção desses agenciadores de viagens “clandestinas” em *ajans* ou *raketè* depende da avaliação da qualidade de seus serviços (idem). Os *ajans* ou agenciadores são assim definidos para enfatizar o caráter profissional de seus serviços, mas também lucram com a organização de documentos, itinerários e logísticas desse tipo de viagem. Já a categoria *raketè* tem um sentido pejorativo e é usado como categoria de acusação contra quem cobra dinheiro de pessoas para realizar vários tipos de transações na informalidade ou ilegalidade, não necessariamente vinculadas ao universo da migração. São assim chamados os agenciadores que, nos casos mais graves, se utilizam de extorsão, coação e violência, ou que dão falsas informações sobre os circuitos migratórios, que não cumprem com o combinado, seja cobrando um valor maior que o previsto, não completando ou modificando arbitrariamente a rota e o destino da viagem ou não proporcionando um

¹⁴ Na dissertação de mestrado, descrevi as rotas migratórias que foram mais utilizadas pelos haitianos que entraram por via terrestre em território brasileiro, que foram confirmadas pelos relatos dos meus interlocutores haitianos em Encantado: “Ao sair do Haiti é comum realizar o seguinte itinerário de avião: República Dominicana, Panamá, Equador. O caminho do Equador ao Peru é geralmente realizado por via terrestre, de ônibus ou de carro. Aqueles que pretendem entrar pelo estado do Acre seguem por via terrestre até Iñapari, cidade peruana que faz fronteira com o Brasil, através da diminuta cidade de Assis Brasil, e com a Bolívia, através de Bolpebra. Os imigrantes haitianos seguem para as cidades contíguas de Brasileia e Epitaciolândia, onde realizam o registro na Polícia Federal. Também é comum entrar através da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, passando pela cidade de Cobija. Já para entrar pelo território brasileiro através do estado do Amazonas, costuma-se passar por Iquitos, onde se pega uma embarcação até Santa Rosa e, por sua vez, um pequeno barco até Tabatinga. Há relatos de imigrantes que, para fazer esse percurso, passaram antes pela capital do Peru, Lima, para depois seguir em direção a Iquitos.” (Maroni-Silva, 2014, p.80).

¹⁵ As rotas migratórias irregulares são enquadradas como “clandestinas” pela ótica da sociedade de imigração e do Estado-nação correspondente, já que escapa ao seu controle.

mínimo de bem-estar e segurança durante o deslocamento. As localidades de entrada mais utilizadas pela população haitiana se diferem dos espaços de residência mais ou menos temporários e de inserção no mercado de trabalho, a saber, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e, em menor grau, Mato Grosso e Minas Gerais.

Diversas investigações deram ênfase às estratégias migratórias dos sujeitos, com destaque para o acionamento de redes sociais com vista ao acesso a recursos sociais, econômicos, simbólicos e linguísticos na dinâmica da mobilidade (De Paula, 2017; Diehl, 2017; Ferreira, 2017; Friedrich et al, 2017; Joseph, 2017; Oliveira, 2017; Sá, 2015; Uebel e Ruckert, 2017), à compreensão dos sentidos do termo “*diaspora*” e de outras categorias endógenas de autodefinição dos grupos haitianos (Cotinguiba e Cotinguiba, 2016; Joseph, 2015), do modo de constituição dos circuitos da mobilidade haitiana e das lógicas que lhes são subjacentes (Joseph, 2015), como a das dinâmicas de familiaridade e das configurações de casas que vinculam os haitianos em situação de imobilidade àqueles em mobilidade no campo social transnacional (Braum et al, 2014; Dalmaso, 2014; Joseph, 2015) e o movimento de remessas (Magalhães & Baeninger, 2016).

Os termos adotados pelo Estado para classificar os haitianos e as modalidades de deslocamento desse segmento – como “solicitante de refúgio”, “imigrante”, “estrangeiro”, “migração forçada”, “visto humanitário” – não necessariamente coincidem com a visão dos haitianos a respeito de si mesmos. Segundo o antropólogo Handerson Joseph (2015), que se debruçou sobre os pontos de vista dos haitianos que acionam as redes migratórias nos circuitos para o Brasil, Suriname e Guiana Francesa, o ato de solicitação do refúgio está eivado de ambiguidades, deslocamentos de sentidos e usos estratégicos. A solicitação de refúgio não significa necessariamente a demanda de reconhecimento pelo Estado de uma autopercepção prévia do solicitante como “refugiado” (*refijye*, em *créole*), até porque os sentidos dados pelas políticas migratórias governamentais e os acionados pelos haitianos são muito diversos. Ser identificado como refugiado geralmente apresenta uma conotação pejorativa no universo haitiano, por remeter a condições de extrema precariedade de viagens enquadradas como “clandestinas”, que – associadas à perseguição e criminalização estatais sofridas nos países que se intenta ingressar – repercutem negativamente como desonra e desprestígio à reputação dos indivíduos assim fixados e, por extensão, também de seus familiares e associados (Joseph, 2015). A imagem dos *boat people* representa essa situação de degradação extrema que os haitianos em mobilidade buscam se afastar ao acionar as

redes migratórias, o que envolve atos estratégicos antecipados, mas também saber lidar com situações inesperadas de enquadramentos em políticas migratórias governamentais. Nesse sentido, acionar a categoria de “refúgio” na relação com o Estado pode também se inscrever como indicativo de um saber circular através dos universos legais, na medida em que possibilita aos solicitantes lutar por melhores condições de vida, de habitação e de trabalho e cumprir com as obrigações¹⁶ para com familiares e outros dependentes que permaneceram no Haiti e que, frequentemente, foram responsáveis por financiar o processo de mobilidade dos que partiram.

As relações de sentido e de distanciamento entre *refijye* e *diaspora*¹⁷, analisadas por Joseph (2015), que partiu dos significados e usos práticos dessas categorias, revela tanto a dimensão moral do ato de migrar, quanto uma profunda hierarquização de destinos na geografia da mobilidade haitiana. O campo social transnacional haitiano, delineado a partir das experiências de mobilidade da diáspora haitiana, também é um espaço de constituição e de reprodução de desigualdades sociais no Haiti (Joseph, 2015). No topo desse campo, encontram-se os denominados *gran peyi* ou *gwo peyi*¹⁸, literalmente, países grandes, mas que se referem não à extensão geográfica dos mesmos e sim à posição de poder que ocupam na hierarquia geopolítica global (idem). Estados Unidos, Canadá e França são os destinos mais cobiçados, especialmente pela valorização da moeda (dólar e euro) e o acesso a bens tecnológicos. Há uma idealização amplamente difundida no imaginário haitiano que situa esses espaços como símbolos de perfeição e dinheiro fácil, o que contrasta com a marginalidade imposta a muitos haitianos que tentam a vida nos mesmos (idem). No lado inferior da escala, há os países

¹⁶ As obrigações para com familiares e outros membros das redes sociais de apoio – constituídas por vínculos de consanguinidade, afinidade, amizade ou vizinhança – acionadas no processo migratório incluem, além do envio de remessas na forma de dinheiro ou objetos, a manutenção de laços afetivos e a responsabilidade de investir na reprodução da mobilidade no interior da rede.

¹⁷ A partir do uso em discursos políticos de denúncia contra a ditadura Duvalier propagado pelos haitianos no exílio, especialmente nos EUA, o termo diáspora se popularizou na década de 90, sendo utilizado para designar a comunidade transnacional haitiana (Basch, L. et al, 1994).

¹⁸ Os países mais desenvolvidos socioeconomicamente também são chamados de *peyi blan*, literalmente, países brancos. Como qualificador *blan* é um termo polissêmico. Pode significar, em seu sentido mais amplo, simplesmente estrangeiro, um índice de alteridade, mas também está associado a um modelo de superioridade, seja em relação a desenvolvimento econômico e tecnológico, seja em relação a comportamento individual. Dinheiro branco (*lajan blan*) ou dinheiro diáspora (*lajan diaspora*) remete ao euro ou dólar americano. Uma pessoa que se comporta como *blan* é geralmente aquela considerada mais civilizada, fina, educada, com acesso a recursos socioeconômicos, conforto e luxo. O posicionamento do *blan* como qualificador de prestígio dentro de uma escala de superioridade é reflexo da reprodução de valores coloniais que inferioriza o negro e o haitiano. Entretanto, mesmo no campo semântico, há espaço para a contra-hegemonia, pois o termo *blan* também pode ser utilizado como categoria de acusação quando se pretende evidenciar uma relação de subordinação e dominação. É acionada, por exemplo, em discursos políticos contra a ingerência de forças estrangeiras no país (Joseph, 2015).

“pequenos” (*ti peyi*), como República Dominicana, Panamá, Equador e Peru, enquanto outros se situam numa posição ambivalente, mais ou menos próxima ao ideal de *gran peyi*, a depender da experiência de mobilidade de quem avalia (*idem*). O Brasil, o Chile e a Guiana Francesa encontram-se nesse espaço liminar, sendo vistos frequentemente como o início de um processo de mobilidade maior, rumo a posições mais prestigiosas no espaço transnacional haitiano. A desvalorização do real perante o dólar americano, associado aos baixos salários acessados no mercado de trabalho pelos haitianos, são fatores cruciais para a mudança de percepção quanto à posição do país dentro dos projetos de mobilidade. De todo modo, a posse de vistos de residência permanente, ainda que em *ti peyi*, são recursos altamente valorizados no universo haitiano, pois representam uma alternativa provisória num percurso imaginado rumo a posições superiores na geografia da mobilidade haitiana.

O contexto e as implicações da criação do “visto permanente por razões humanitárias” pelo Estado brasileiro mobilizaram várias reflexões entre estudiosos, que desenvolveram críticas em relação ao descompasso entre as normativas jurídicas e a realidade de implementação das políticas migratórias nos diferentes estados do país que, quando não inexistentes, eram emergenciais, imediatistas e careciam de coordenação, dada a ausência de coerência entre as ações no âmbito Municipal, Estadual e Federal (Araújo, 2016; Faria, 2016; Fernandes e Faria, 2016; Freitas, 2016; Godoy, 2011; Jarochinski Silva, 2016; Maroni-Silva, 2016; Parise, 2016; Seixas, 2016; Silva, 2012, 2016). Pesquisou-se ainda a integração dos imigrantes na sociedade brasileira a partir do contexto de atuação direta de diversas instituições-chaves na execução das políticas migratórias ou na prestação de assistência aos haitianos, abrangendo setores governamentais, entidades religiosas, ONGs, universidades, escolas, creches, com apontamento das oportunidades e desafios encontrados (Alexandre & Abramowicz, 2017; Barbosa & São Bernardo, 2017; Bocchi et al, 2014; Borba & Moreira, 2016; Castro et al, 2016; Castro & Aguilar, 2016; Fernandes & Castro, 2016; Friedrich et al, 2017; Parise, 2016; Peraza-Breedy & Lussi, 2014). A abordagem dos desafios associados ao movimento de inserção marginalizada dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro e seus impactos no desenvolvimento urbano local, regional e nacional foi um tema recorrente entre os acadêmicos (Bernartt et al, 2016; Bocchi et al, 2014; Brightwell et al, 2016; Castro et al, 2016; Cavalcanti et al, 2015; Dutra, 2017; Grego, 2016; Joseph, 2017; Magalhães, 2014, 2016; Magalhães & Baeninger, 2015; Mamed & Lima, 2015; Oliveira, 2017; Risson & Dal Magro, 2014; Risson et al, 2017;

Sá, 2015). Por fim, indico algumas questões menos comuns, como: o enfoque nas relações de gênero (Dutra, 2017; Peres, 2016; Oliveira & Silva, 2016); nas experiências religiosas (Pereira, 2017); na construção de imaginários coletivos e de estereótipos atribuídos externamente aos haitianos no contexto migratório (Diehl, 2017; Grego, 2016; Rodrigues da Silva et al, 2016); e nos processos de autoconstrução identitária e de distinção étnico-racial dos haitianos frente a grupos nacionais ou estrangeiros (Diehl, 2017; Ferreira, 2017).

Tendo mapeado em linhas gerais os contornos das produções acadêmicas sobre a diáspora haitiana no Brasil, cabe situar o lugar desta tese nesse panorama. A centralidade atribuída pelos próprios haitianos em seus projetos migratórios à avaliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho justifica, em parte, o esforço de reflexão sobre a dimensão das relações sociais de produção estabelecidas no cotidiano do frigorífico, assim como as condições concretas de reprodução da vida na cidade de Encantado. A mobilização da perspectiva antropológica para a compreensão dessa temática contribuiu para a construção de uma análise mais integrada, que situa o trabalho como aspecto fundamental da experiência vivida pelos haitianos em mobilidade e não como um sistema de relações isolado pelos muros da indústria. A literatura antropológica já demonstrou a intensa permeabilidade desses muros, que nada apresentam de isolamento. Mesmo a eficácia relativa do controle da força de trabalho depende da mobilização das mais variadas estruturas assimétricas de poder que atravessam as comunidades locais e o sistema capitalista global, como as desigualdades étnico-culturais, raciais e de gênero. Dado esse quadro, não posso me furtar de dar a devida atenção às interconexões entre etnicidade, raça e gênero no contexto de integração dos imigrantes haitianos na comunidade encantadense.

Sobre a organização da tese

A presente tese está estruturada em cinco capítulos. No capítulo I, “A construção da italianidade e do gauchismo em retrospectiva: leituras locais sobre a história da formação urbana de Encantado”, exploro como os grupos dominantes da sociedade local reconstróem os processos históricos de colonização da região e de desenvolvimento do espaço urbano de Encantado. Para tanto, analiso diferentes formas de “*lugares de memória*” (Nora, 1993) ali existentes, que são definidos pela sua capacidade de remanejar a memória coletiva, reforçando pertencimentos e celebrando valores

considerados centrais à sociedade local. Mobilizo como materiais de análise desde livros escritos por autores regionais (sobre a história do município e de entidades tradicionalistas locais), até monumentos urbanos, memoriais, acervos, eventos sociais que acompanhei em campo e atos simbólicos, como a instauração do *Gemellaggio*¹⁹ entre Encantado e sua cidade-irmã na Itália, Valdástico, de onde vieram as famílias pioneiras de colonos. Essa retrospectiva é fundamental para se compreender a profundidade histórica das identidades étnico-raciais e regionais mobilizadas pelos moradores locais estabelecidos – as das famílias italianas pioneiras, dos ítalo-gaúchos e dos gaúchos – e os valores que orientam o comportamento desses grupos. Também é um caminho para dar visibilidade aos fluxos (locais, regionais, nacionais e transnacionais) de pessoas, ideias, valores e símbolos que contribuíram e que continuam a contribuir na construção daquela espacialidade.

No capítulo II, “Retóricas de raça e etnicidade na construção das hierarquias de poder locais”, continuo a desenhar a dinâmica das relações de força entre os grupos étnico-raciais de Encantado antes da chegada dos haitianos, mas – dessa vez – explorando identidades não-hegemônicas, especialmente as evocadas pelos segmentos negros. Com isso, viso apreender os sentidos dados à branquidade e à negritude no contexto da região Sul do Brasil, analisando suas construções discursivas de modo interconectado pela dinâmica de distinção nós/eles. Finalmente, na segunda parte do capítulo, abordo a emergência do fluxo de imigrantes haitianos com destino ao município: a incorporação dessa população estrangeira majoritariamente negra no cotidiano da cidade – acompanhada de suas dinâmicas de sociabilidade, estilos de vida, redes e sistemas de trocas nas esferas comunitária, cultural, religiosa e política – engendraram mudanças nas dinâmicas de poder subjacentes ao sistema interétnico e racial local? E quais foram as continuidades observadas em relação ao lugar da alteridade nesse contexto?

Intitulado “Brasil, Haiti e os discursos da dádiva/dívida”, o capítulo III é voltado à discussão sobre os diferentes tipos de práticas de dons e contradons que vinculavam os recém-chegados imigrantes haitianos aos moradores locais estabelecidos, engendrando simultaneamente relações de *solidariedade* e de *dependência*. Abordo as doações caritativas diretas da comunidade encantadense para os segmentos considerados vulneráveis (imigrantes haitianos, dominicanos e indígenas) e as

¹⁹ Geminação em italiano.

oferecidas indiretamente através da intermediação da organização dos Leigos Scalabrinianos, apontando as tensões intergrupais daí advindas e os desencontros dos sentidos atribuídos por doadores, de um lado, e por donatários, de outro. Argumento que, ao aceitarem as dádivas caritativas, os haitianos contemplados têm suas condutas acompanhadas e avaliadas pela comunidade encantadense, que os classificam – a partir de critérios morais fundados na valorização do trabalho duro – em “merecedores” da dádiva ou então como “ingratos”, “acomodados” e “orgulhosos”. Como o título sugere, a reflexão sobre as relações de crédito e de dívida que aproximam e distanciam os grupos se desdobra em diferentes planos: da realidade micro das relações face a face observadas no cotidiano de Encantado à escala macro das relações internacionais entre Haiti e Brasil. Ao final, a predominância da representação do Haiti e do povo haitiano pelo viés da carência na mídia brasileira também é problematizada. Indico os efeitos nefastos da consolidação desses estereótipos na vida dos sujeitos haitianos, que lutam para que as trajetórias de suas famílias, assim como a história do seu povo, sejam reconhecidas igualmente por aspectos positivos. A questão não é negar os graves problemas enfrentados pelo país, mas se representar e ser reconhecido como sujeito pleno de subjetividade, capaz de agir sobre o seu destino, construir saberes, expressar-se artisticamente, imprimir beleza ao mundo, enfim, um igual.

Já no capítulo IV, “A inserção haitiana em contextos fabris no Centro-Sul do Brasil: exploração, disciplina, discriminação e resistência”, abro espaço para a discussão das tecnologias de poder que se valem de construções culturais pré-existentes de desigualdade – étnicas, raciais, de gênero e de status jurídico migratório – no recrutamento de mão de obra à longa distância e na gestão das relações sociais de produção como forma de aumentar o controle sobre a força de trabalho de determinados segmentos, como o haitiano. Ao mesmo tempo, identifico as estratégias de resistência dos operários das indústrias de alimentação, sejam elas abertas ou subterrâneas, individuais ou coletivas. No contexto local, reflito em que medida as experiências compartilhadas de exploração e de discriminação étnico-racial no ambiente laboral são canalizadas para a mobilização coletiva dos operários haitianos. As experiências de trabalho dos haitianos no frigorífico de Encantado são situadas no contexto mais amplo das trajetórias migratórias, educacionais e profissionais dos sujeitos, identificando como eles avaliam o campo de possibilidades e constroem seus projetos de vida.

No último capítulo, “A questão da habitação: entre o controle e a mobilidade da força de trabalho”, examino a interdependência entre as condições de acesso à moradia

e a forma de inserção dos haitianos no mercado de trabalho de Encantado. Na primeira parte, abordo as práticas de controle e de assistência direcionadas aos imigrantes em abrigos temporários. Esses espaços improvisados e extremamente precários deram suporte às ações de recrutamento de mão de obra estrangeira por empresas concentradas no Centro-Sul do país, que inclui o caso etnográfico em tela. Sigo explorando os desdobramentos da oferta de hospedagem temporária aos grupos de trabalhadores haitianos recrutados em Brasileia-AC e na capital de São Paulo pela indústria frigorífica encantadense, a “Suíno Mais”, entre 2012 e 2014. Posteriormente, tematizo as condições sociais de inserção dos recém-chegados haitianos no mercado imobiliário formal e informal de Encantado, identificando dois movimentos: a tentativa de imobilização seletiva da força de trabalho pela Suíno Mais através de políticas de habitação voltadas aos funcionários estrangeiros, cujo acesso estava condicionado à continuidade do vínculo empregatício; e os processos sociais de marginalização e sub-habitação aos quais os haitianos e dominicanos estavam submetidos, que os condicionavam a concentrarem-se em áreas urbanas desvalorizadas e carentes de infraestrutura e de serviços públicos de qualidade.

CAPÍTULO I

A construção da italianidade e do gauchismo em retrospectiva: leituras locais sobre a história da formação urbana de Encantado

Situado na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, o município de Encantado é o contexto particular que elegi para pensar a presença haitiana no Brasil. A opção por pensar o referido contexto de interação a partir da perspectiva das relações interétnicas e inter-raciais conduz não apenas à análise do presente etnográfico, através das observações de campo, como também à inclusão da dimensão diacrônica, por meio do resgate dos processos históricos de constituição das identidades em jogo – a de famílias italianas pioneiras, de ítalo-gaúchos e de gaúchos – que caminham lado a lado das narrativas de desenvolvimento do espaço urbano de Encantado. Esse retorno é necessário para compreender o cenário em que se desenvolveram os processos de organização social dos imigrantes haitianos em face das interações com os moradores estabelecidos²⁰ e as instituições sociais locais. É importante dizer que parto do pressuposto de que essas interações não ocorrem em um vácuo de poder, mas estão imbricadas nele. Nesse sentido, o objetivo também é compreender de que forma os processos de etnicização e racialização dos grupos sociais são relevantes na conformação das relações de cooperação, sujeição, dominação e exclusão no espaço urbano de Encantado.

Na construção da tese, alinho-me às abordagens teórico-metodológicas de caráter mais global e sistêmico das relações interétnicas (Balandier, 1993; Barth, 1998, 2000; Cardoso de Oliveira, 1976, 1978, 1996; Carneiro da Cunha, 2009; Cohen, 1974; Oliveira Filho, 1999). Entendo que a compreensão das dinâmicas identitárias da etnicidade não implica na ficção de uma cultura autônoma e anterior à situação de contato, mas em situá-las no sistema interétnico mais amplo, que se constitui sempre em relação e não apesar do contato entre grupos que se veem e são percebidos como culturalmente distintos. Desse modo, contraponho-me às vertentes culturalistas da etnicidade que definem os grupos étnicos como “unidades portadoras de cultura” – a

²⁰ Refiro-me aos moradores locais estabelecidos desde longa data no município de Encantado e região, independente do local de nascimento, aos quais chamarei de “encantadenses”. Exclui-se desse grupo os recém-chegados, mais especificamente, aqueles que ali se fixaram nos últimos anos, os quais são tratados pelo grupo de antigos residentes como *outsiders* (Elias & Scotson, 2000). É o caso dos haitianos e dos dominicanos, entre outros, que chegaram a partir do ano de 2012.

partir de noções essencialistas que equacionam cultura, sociedade, língua e etnia – e que dispensam análises integradas do sistema interétnico. Neste campo, Barth (1998, 2000) se notabilizou por deslocar o foco da análise dos conteúdos culturais de cada grupo étnico separadamente para dar atenção aos processos sociais envolvidos na construção e manutenção de fronteiras intergrupais. Ao defender que a importância das fronteiras étnicas se dava no contato e não no isolamento, Barth desconstrói a ideia da existência de grupos étnicos indivisos, circunscritos, impermeáveis e singulares.

Indicaremos de que forma a reivindicação da italianidade e do gauchismo está intimamente associada à oposição a outros grupos étnico-raciais excluídos do processo de colonização da região e, contemporaneamente, aos recém-chegados imigrantes haitianos, os quais foram incorporados de forma subalterna ao mercado de trabalho local. Autores como Carneiro da Cunha (2009) e Cardoso de Oliveira (1976) ressaltam a centralidade da interação e da interdependência entre os grupos étnicos em seus processos identitários de autoafirmação – respectivamente, através dos conceitos de “cultura de contraste” e de “identidade contrastiva” – explorando a dinâmica dicotômica do tipo nós/eles que os orienta. Essas perspectivas teóricas aqui adotadas sublinham a importância de se observar os deslocamentos de sentidos, a reelaboração de critérios de pertença étnica, da seleção e significação de traços culturais diferenciais e opositivos engendrados pela situação migratória de grupos em novos contextos de interação.

Parto do conceito de símbolos de identidades étnicas proposto por Barth (1998): aqueles que atuam como princípios organizadores das relações sociais através da codificação das diferenças culturais em fronteiras intergrupais. Nesse sentido, entendo que Barth não ignora a importância das formas culturais na dinâmica das relações interétnicas. O que ele faz é rejeitar como critério de definição do grupo étnico e de suas fronteiras a simples identificação e inventário, por parte do observador externo, de um conjunto de características culturais distintivas. Estas últimas seriam mais consequência da estrutura de organização do grupo étnico do que sua causa determinante. Desse modo, Barth propõe outra abordagem que desloca a ênfase de um critério externo de definição para um interno ao próprio grupo em análise. Em suas palavras:

“[...] grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (1998, p.189).

Com efeito, são esses critérios culturais de avaliação elegidos pelo grupo que constituem as fronteiras étnicas e não a totalidade do conteúdo cultural exibido pelo

grupo. Não podemos antecipar quais elementos culturais internos ao grupo serão operacionalizados como critério de distinção nós/eles, pois tais seleções dependem da estrutura da situação de contato, como a que objetivamos discutir. Se neste capítulo me volto para os sinais diacríticos e valores reivindicados pelos (italo)-gaúchos como critérios de pertencimento étnico ao longo da história de formação da cidade, nos seguintes indicarei quais destes se destacaram efetivamente nos esforços de distinção e autoafirmação frente aos imigrantes haitianos.

Há uma variedade de elementos culturais que são sinais diacríticos que as pessoas exibem para indicar sua identidade no curso da interação. Mais significativos que estes são as características culturais que constituem as orientações de valores fundamentais ou, nas palavras de Barth, “os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas” (1998, p.194). É aqui que reside a força da identificação étnica na organização das interações sociais. Fazer parte de um mesmo grupo étnico implica, portanto, o compartilhamento de valores de orientação do comportamento e de critérios de avaliação das ações individuais, por isso estes receberão destaque ao longo deste trabalho.

Tendo em vista que compreendemos a etnicidade como sendo fundamentada em conceitos nativos de auto-atribuição de identidades e valores coletivos, sua análise requer alguns cuidados que são sintetizados por Carneiro da Cunha:

“[...] como forma de organização política, ela [a etnicidade] só existe em um meio mais amplo (daí, aliás, seu exacerbamento em situações de contato mais íntimo com outros grupos), e é esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias dessa linguagem. A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste [...]” (2009, p.237, acréscimo entre colchetes meu).

Em outras palavras, a identidade étnica é definida como uma forma de organização política cuja realidade está em seu uso efetivo pelos agentes sociais. Como reforça Carneiro da Cunha (2009), a identidade étnica, assim como outros tipos de identidades, tem caráter ideológico, no sentido mais amplo de ser uma forma de interpretação e organização do mundo, por um lado, e mais especificamente, ser uma linguagem de legitimação de valores e práticas sociais através da apresentação dos mesmos como atributos naturais, dados na ordem das coisas. Dito de outro modo, os grupos étnicos tendem a se representar frente a outros como unos, indivisos, coesos e sempre orientados pela reprodução fiel dos valores e normas tradicionais. Sendo assim, a adoção do conceito nativo como categoria analítica, de modo acrítico, corre o risco de

reificá-lo, ou seja, reforçar a representação do grupo étnico como uma unidade de fronteiras rígidas, estáveis, isoladas e fixas, sempre alheias às dinâmicas de transformações históricas e às reelaborações de símbolos e de seus significados em novas situações de contato. A fim de evitar a simples reprodução das ideias naturalizadoras veiculadas pelos próprios grupos étnicos, combinamos nesta tese a análise dos discursos nativos com a observação da dinâmica de organização dos grupos étnicos em face de outros no curso das interações sociais.

Começo por apresentar a cidade de Encantado, o *locus* de observação, a partir da história de sua formação dentro do contexto sul-rio-grandense como meio de abordar as identidades étnicas mais acionadas pelos antigos residentes, a saber, as de descendente de italiano e de gaúcho. Em adição à experiência etnográfica, mobilizo como materiais de análise quatro livros escritos por autores regionais: “Encantado II: Sua história, sua gente” (2007) e “Encantado Centenário” (2015), ambos de Gino Ferri e “CTG Giuseppe Garibaldi: Sua história e seus pioneiros” (2001) e “20 anos Grupo de Artes Nativas Anita Garibaldi: uma história de tradição e família” (2014) de autoria de Jorge Moreira. Os dois primeiros são dedicados à história da cidade, um por ocasião da comemoração dos 125 anos de colonização italiana do território de Encantado, completos em 2007, e o outro no ensejo do centenário de emancipação do município, festejado em 2015. Já os livros de Jorge Moreira contam a história de fundação e de atuação das entidades tradicionalistas locais, referências na construção social da identidade gaúcha e na difusão e controle sobre o que deve ser considerado como autêntica cultura gaúcha e como valores e bens simbólicos do estado (Oliven, 2006): o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Giuseppe Garibaldi, criado em 1961, e o Grupo de Artes Nativas (GAN) Anita Garibaldi, instituído mais recentemente nos anos 90.

Tomei conhecimento sobre esses autores e suas variadas publicações através de visita à Casa de Cultura Dr. Pedro José Lahude, que abriga a biblioteca pública de Encantado. Havia uma seção classificada como “regional” que ocupava uma estante. Ela exibia desde livros escritos por autores nascidos ou radicados em Encantado e imediações, independente da temática, até livros que versavam sobre a história da região, independente da origem dos autores. Jorge Moreira, cujas publicações²¹ constavam nessas prateleiras, por exemplo, é natural de Boa Vista do Cadeado-RS, mas

²¹ Até o ano de 2016, existiam 12 publicações de sua autoria, principalmente livros de poesias gauchescas e tradicionalistas, mas também uma autobiografia em prosa e obras sobre entidades tradicionalistas da região do Vale do Taquari.

reside em Encantado desde 1955, tendo inclusive recebido o título de “cidadão honorário” do município pelo seu destaque na área cultural como escritor, poeta e compositor tradicionalista. Como referência em obras sobre a história das entidades tradicionalistas de Encantado e região, a escolha por incluí-lo nesse estudo foi simples. Ademais, Jorge Moreira não escreve apenas da perspectiva de um estudioso que investigou a história das entidades tradicionalistas da cidade por meio de consulta a documentos e atas oficiais, mas principalmente a partir de sua memória como participante ativo desses processos. Ele foi membro fundador do primeiro Centro de Tradições Gaúchas de Encantado, o CTG Giuseppe Garibaldi, e acompanhou de perto²² a criação do segundo, além de ter influenciado e continuar influenciando os rumos do movimento tradicionalista no município e fora dele, assumindo diversas funções de destaque²³.

Já o escritor e historiador Antônio Genuíno Ferri²⁴, conhecido como “Seu Gino”, se destacava como autor de vinte e sete publicações, a maioria relacionada à história do município de Encantado e região. Entretanto, antes mesmo de atentar para o reconhecimento público do escritor pelo valor de suas pesquisas e obras literárias, o nome “Gino Ferri” já me era familiar por outra via, o “Memorial Gino Ferri”, que consiste em um espaço inaugurado em 2005 pelo escritor com a finalidade de expor permanentemente ao público um conjunto de documentos, fotos, artefatos antigos e livros, além de um acervo de pesquisa sobre a história do município. Uma parcela importante desse acervo foi incorporada a partir da iniciativa de Gino Ferri em investigar a relação ao longo do tempo entre sua cidade de nascimento, Encantado, e *San Pietro Valdastico*, situado ao norte da Província de Vicenza, Região do Vêneto, na Itália. Este último é de particular interesse histórico, uma vez que foi a localidade de onde partiu a maior parte das famílias pioneiras que participaram da fundação e do desenvolvimento da antiga vila de São Pedro de Encantado. A própria eleição do nome

²² Jorge Moreira participou da comissão para elaboração do estatuto do Grupo de Artes Nativas Anita Garibaldi.

²³ No âmbito local, Jorge Moreira foi fundador do CTG Giuseppe Garibaldi e assumiu o cargo de Patrão dessa entidade em três mandatos distintos. Regionalmente, foi Coordenador da 24ª Região Tradicionalista, que agrega entidades de 34 municípios, a maioria pertencente à região do Vale do Taquari. Em adição, exerceu a função de Conselheiro Benemérito do Movimento Tradicionalista Gaúcho, entre outros cargos.

²⁴ Gino Ferri era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e atuou como auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul. Paralelamente, ele sempre se dedicou aos seus projetos literários e estudos históricos, antes e depois da aposentadoria. Um pouco antes de se aposentar como servidor do estado, Ferri também começou a lecionar na Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari (Faceat), onde mais tarde foi diretor.

do vilarejo, São Pedro de Encantado, foi uma forma dos colonos italianos recordarem seu torrão natal: *San Pietro Valdastico*. Nos dias atuais apenas o topônimo “Encantado” restou como nome definitivo da cidade, mas a memória do vínculo simbólico entre os dois lugares permanece cristalizada no padroeiro da Igreja Matriz por meio da resolução dos colonos italianos de erigi-la sob a invocação de São Pedro Apóstolo, em 1896.

A investigação histórica conduzida por Gino Ferri deu origem, em 1991, ao movimento pela instauração do *Gemellaggio*²⁵ - um acordo de irmanamento e de cooperação - entre as cidades de Encantado e de Valdástico, que foi concretizado em 1994. Segundo Ferri, esta teria sido a primeira irmandade entre uma cidade gaúcha e uma italiana. A liderança de Gino Ferri nesse processo²⁶ rendeu-lhe reconhecimento através da outorga do título²⁷ de cidadão honorário de Valdástico. Além do caráter simbólico, a parceria entre as cidades-irmãs visava facilitar a elaboração de projetos de cooperação nas áreas social, cultural e econômica, assim como o intercâmbio de experiências, informações e pessoas. De fato, a instituição do *Gemellaggio* intensificou a circulação de pessoas entre as cidades-irmãs. De acordo com os registros²⁸ do Memorial Gino Ferri, nos dez anos de *Gemellaggio*, cinco centenas de cidadãos italianos de Valdástico e de outras localidades visitaram Encantado e mais de quatrocentos encantadenses foram até a cidade italiana. Muitas comitivas foram organizadas em virtude de eventos, como foi o caso do lançamento do livro de Gino Ferri “*Gemellaggio: Encantado – Valdástico*” (1996), que movimentou uma comitiva de trinta pessoas de Encantado e de municípios vizinhos para a solenidade na Itália.

Como é notório, Gino Ferri participou ativamente na construção da memória histórica da cidade, não só dedicando-se a pesquisa historiográfica, registro de

²⁵ *Gemellaggio* é o termo em italiano para “geminção”, que – no contexto em tela – designa a irmandade estabelecida entre duas localidades, que podem ser chamadas de cidades-irmãs ou gêmeas. Instituído por lei municipal específica, esse tipo de convênio de cooperação a longo prazo tem o objetivo de estreitar as relações entre cidades que possuem características em comum ou interesses convergentes. Ele pode abranger a promoção de projetos bilaterais em diversas áreas, variando a cada caso conforme os interesses mútuos, como cultura, educação, saúde, turismo, transportes, gestão pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Embora o estabelecimento de tratados internacionais seja de competência exclusiva do Governo Federal, os municípios, como entes subnacionais, dispõem de autonomia para elaborar programas de cooperação com outras cidades no globo.

²⁶ Em 1991, Gino Ferri, na qualidade de vereador de Encantado, apresentou projeto de lei propondo irmandade entre Encantado e Valdástico, que foi aprovado com unanimidade. Resultou na Lei 1.569, de 11 de março de 1992.

²⁷ Em 1996, Gino Ferri viajou para a Itália a convite do Conselho Municipal de Valdástico para receber o diploma de Cidadania Honorária e também uma cópia da lei italiana, aprovada em 1993, que declarou o *Gemellaggio* de Encantado e Valdástico.

²⁸ Após a declaração do *Gemellaggio*, as comitivas de oito ou mais italianos em visita a Encantado são registradas em livro no Memorial Gino Ferri, a fim de acompanhar a dimensão da circulação de pessoas entre as cidades-irmãs (Ferri, 2015).

memórias, ditos e causos populares, mas também criando “lugares de memória”, no sentido proposto por Pierre Nora (1993), que operam administrando a presença do passado no presente. Gino Ferri converteu muito daquilo que era memória vivida para ele, uma relação de caráter íntimo com o passado, em minucioso arquivo histórico público impregnado de significação simbólica. Dessa maneira, as novas gerações obtiveram a possibilidade de acessar o legado desse homem-memória na forma de fragmentos de história, ainda que de forma mais distanciada.



Imagem 2– Gino Ferri apresentando o Memorial Gino Ferri às crianças²⁹.

Como afirma Pierre Nora (1993), é essa ambiguidade que caracteriza os lugares de memória, a oscilação entre o memorial, que se mantém vivo no cotidiano, e o histórico, restrito aos tempos ou lugares institucionais de consagração. Nesse processo, não apenas a percepção do passado é alterada, como a vivência do mesmo no presente, principalmente pelas novas gerações. Como lugar de memória por excelência, visto que se fundamenta em uma releitura do passado carregada de simbolismo, o *Gemellaggio* entre Encantado e Valdástico ampliou os canais de comunicação e de circulação transnacionais, estimulando – por exemplo – a atualização das dinâmicas identitárias locais, com a valorização das reivindicações de origens italianas regionais, mais particularizadas que a condição genérica de descendentes de italianos.

A narrativa de Gino Ferri apresenta, segundo o autor, “fatos importantes desta epopeia vitoriosa, desde a pré-história, chegando à colonização, ao povoamento, à emancipação, até hoje, data magna comemorativa ao ‘Centenário de Emancipação

²⁹ Não há informações quanto à autoria da imagem, que foi divulgada pelo site do próprio Gino Ferri e família. Disponível em: <<http://www.ginoferrri.com.br/2011/12/memorial-gino-ferri.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Política do Município de Encantado” (2015, p.10). Com o termo “pré-história” o autor designa o período anterior à chegada dos imigrantes, aos quais, notavelmente, são atribuídos os papéis de protagonistas da história que se intenciona contar. Antes de adentrar essa narrativa é oportuno ampliar a perspectiva, situando o Rio Grande do Sul no contexto histórico da nação.

Sobre protagonismos e ausências no tempo dos pioneiros

Em comparação ao resto do país, o Rio Grande do Sul apresenta uma história singular de colonização e de povoamento, sinalizada por sua incorporação tardia ao Império Colonial Português. Embora as incursões ao território gaúcho datem do início do século XVI, a Coroa Portuguesa promoveu sua colonização somente dois séculos mais tarde através da distribuição de sesmarias, que originariam as estâncias de gado. O estímulo à ocupação do solo sul-rio-grandense respondeu ao interesse de assegurar o domínio luso na zona da bacia do Prata, região de intensas disputas com os espanhóis pela posse de terras e pelo controle do comércio (Oliven, 2006, p.63).

Ao longo do século XVI e início do XVII, até mesmo a atividade econômica mais importante da região – a preia do gado selvagem para extração de couro – se encontrava à margem da economia do Brasil Colonial. A economia sulina só obteve relevância dentro do sistema produtivo da colônia – regido pelo modo de produção escravista mercantil – com a emergência de um mercado interno para consumo de gado na florescente mineração da zona das Gerais (Oliven, 2006). No final do século XVII, com a descoberta de ouro e posteriormente de diamante na região das Minas Gerais, a demanda por rebanhos para tração, transporte de carga e alimentação aumentou como consequência da implantação do sistema de extração de minérios e da crescente concentração de população nessas áreas (Oliven, 2006).

A criação de gado, entretanto, não era desenvolvida em todo Rio Grande do Sul, mas particularmente no sudoeste do estado, em área limítrofe ao Uruguai e à Argentina. Caracterizada por áreas pastoris de latifúndio, a Campanha³⁰ foi – portanto – a única região gaúcha a ser subsidiária da economia escravista de exportação no Brasil Colonial. Esta ocupou posição de hegemonia econômica, política e demográfica no

³⁰ A Campanha Gaúcha é um bioma que ocupa mais da metade do território do Rio Grande do Sul e parte do Uruguai e da Argentina. Também é conhecido como Pampa, Pampas, Campos Sulinos ou Campos do Sul.

estado do século XVIII até meados do século XIX³¹ (Oliven, 2006). Já a região dos Vales³², situada no centro do estado, não apresentava os complexos pastoris característicos da Campanha Gaúcha e, nesse sentido, encontrava-se fora do eixo hegemônico sul-rio-grandense.

Nesse contexto de marginalização do aproveitamento econômico da região dos vales, a colonização do Vale do Taquari ocorreu apenas na segunda metade do século XVIII, inicialmente com a implantação de fazendas extrativistas escravistas e o desenvolvimento de áreas de minifúndio de colonização açoriana (Ahlert & Gedoz, 2001). Essas formas de ocupação não se verificaram igualmente em toda a extensão do Vale do Taquari, de outro modo, concentraram-se ao sul³³, nas áreas mais próximas a Porto Alegre, uma vez que o acesso e o tempo de escoamento da produção – por via fluvial – era fator determinante para a viabilidade dos empreendimentos. Estes se especializaram na extração de erva mate e de madeira de lei, que eram destinadas principalmente para consumo em Porto Alegre, núcleo urbano mais próximo. Também exerciam, em caráter complementar, a produção de subsistência para reprodução da força de trabalho local, composta regularmente por escravos e homens livres³⁴ (idem). Diferente dos latifúndios escravistas do nordeste e sudeste, essas fazendas extrativistas não estavam consistentemente integradas a um mercado externo, por conseguinte, não apresentavam desenvolvimento similar àqueles complexos agroexportadores, mas de menor porte e com expressividade circunscrita à região (idem).

Muitas das fazendas³⁵ extrativistas seriam adquiridas, a partir de meados do século XIX, por empreendedores privados que as converteriam em pequenas propriedades rurais para atender ao projeto de estabelecimento de colônias via agenciamento e fixação de imigrantes europeus (Ahlert & Gedoz, 2001). Esses empreendimentos privados de colonização modificaram radicalmente o panorama

³¹ A Campanha gaúcha perdeu importância com a instauração da crise da pecuária a partir de 1870.

³² A Região dos Vales une quatro vales de rios: Vale do Jacuí, Vale do Rio Pardo, Vale do Caí e Vale do Taquari.

³³ Os principais empreendimentos rurais foram instalados ao sul do Vale do Taquari, acompanhando o curso do rio a partir de Porto Alegre, o que abrangia as áreas dos atuais municípios de Taquari, a cidade-mãe da região, Estrela e Lajeado.

³⁴ De acordo com dados do censo (Fundação de Economia e Estatística, 1981), em 1814 o contingente escravo da região, denominada então por freguesia de São José de Taquary, era de 433 habitantes, enquanto o de brancos era de 1.092 habitantes. Já o censo de 1858 para o então município de Taquary apontava para a existência de 1.646 escravos e 4.528 homens livres. A partir dessas informações, infere-se que a força de trabalho local era composta regularmente por mão de obra escrava nesse período, embora não constituísse uma maioria.

³⁵ Um dos principais proprietários de terras na região do Vale do Taquari foi Antônio Fialho de Vargas, que investiu na compra de fazendas a partir de 1850 para revender aos colonos (Ahlert & Gedoz, 2001, p.6).

demográfico do Vale do Taquari, além de movimentarem, nas décadas seguintes, o mercado fundiário da região de modo inédito (idem). As colônias de imigrantes foram instaladas inicialmente na parte baixa do rio Taquari, nas mesmas áreas das antigas fazendas extrativistas (idem). Como principal rio da região, o Taquari funcionou como estrada fluvial, viabilizando o fluxo de mercadorias entre as colônias e Porto Alegre, além de ser o meio de chegada dos imigrantes. Com o desenvolvimento das linhas coloniais e povoações, cuja expansão se deu ao longo do rio Taquari, os loteamentos atingiram a parte norte do vale, até então ocupada por populações indígenas e por posseiros (idem). Esse foi o caso da área que daria espaço ao município de Encantado, localizada no Alto Taquari.

O processo de colonização com reconhecimento do Estado no Vale do Taquari, assim como em outras regiões gaúchas, remete a políticas governamentais de incentivo à vinda de imigrantes europeus com vista à expansão da fronteira agrícola do Sul do país³⁶. Os imigrantes agenciados para colonizar essa região foram sobretudo açorianos, alemães e italianos, os quais chegaram, respectivamente, a partir de meados do século XVIII, de 1853 e de 1878³⁷ (Ahlert & Gedoz, 2001; Laroque et al, 2016). Uma particularidade dos processos oficiais de colonização que aí se desenvolveram foi a função desempenhada pelo Governo da Província que, na maior parte das vezes, não atuou diretamente, mas supervisionou a implantação e a direção das colônias agropastoris, atividades estas assumidas pela iniciativa privada. Empresas e particulares³⁸ compraram grandes extensões de terra do Governo Imperial – as

³⁶ O projeto de colonização do território do Vale do Taquari inicialmente também foi uma forma velada do Império do Brasil assegurar a independência nos anos seguintes a sua proclamação através do reforço da defesa militar do Rio Grande do Sul. Nos anos iniciais após a independência do Brasil, o agenciamento de colonos alemães e italianos era também um meio não declarado de arrematar soldados para o Corpo de Estrangeiros, contratados a partir de 1823. Com a estabilização do Império do Brasil, o interesse em realmente atrair colonos estrangeiros para colonizar o território brasileiro se tornou prioritário (Ahlert & Gedoz, 2001, p.6-7).

³⁷ Em comparação a outras regiões sul-rio-grandenses, o projeto de colonização do Vale do Taquari por imigrantes europeus se iniciou mais tarde, o que possibilitou a atração não apenas de colonos vindos diretamente do exterior, como também de membros de colônias mais antigas e de seus descendentes. Enquanto os primeiros grupos de colonos alemães fixaram-se no Rio Grande do Sul a partir de 1824, no Vale do Taquari isso só ocorreu vinte e nove anos mais tarde. Quanto à imigração italiana, a diferença foi menor, ocorreu três anos depois.

³⁸ Um dos principais compradores de terras no Vale do Taquari foi Antônio Fialho de Vargas e sua família, através da Empresa de Colonização Baptista, Fialho & Companhia e em próprio nome, no período de 1850 até 1885, de acordo com Ahlert e Gedoz (2001). Filho de pai açoriano e mãe gaúcha, Antônio Fialho de Vargas fundou em 1855 a colônia Conventos em área que hoje pertence ao município de Lajeado. Ele foi morador e administrador dessa colônia. Ferri também o cita como um dos maiores proprietários de terras nos primeiros tempos da colonização, ao lado de uma dúzia de outros que dispunham de numerosos lotes para venda na área que mais tarde faria parte do município de Encantado (2015, p.63-64). Segundo Ahlert e Gedoz, o empresário atuava desde o agenciamento de colonos no

chamadas “terras devolutas” – e de antigos proprietários para posteriormente fracioná-las e revendê-las na forma de pequenas propriedades rurais aos colonos.

Na segunda metade do século XIX, a compra e venda de terras associadas à colonização se tornou um mercado extremamente lucrativo no Vale do Taquari. Uma estratégia comum das empresas e dos particulares que atuavam no ramo da colonização era investir o dinheiro da venda dos rentáveis minifúndios na compra de grandes extensões de terras a preços baixos, já que mais distantes das áreas efetivamente ocupadas e, portanto, menos valorizadas, para revendê-las mais tarde aos colonos (Ahlert & Gedoz, 2001). Esses negócios ocorreram sob a égide da Lei de Terras de 1850³⁹, que – segundo Ahlert e Gedoz (2001) – foi um dos principais fatores que favoreceram a concentração de propriedade agrária na região, já que a lei estipulava que os possuidores de terras cultivadas ou utilizadas para criação de animais gozariam de preferência na compra de terras que lhes fossem contíguas. Além dos aspectos legais que favoreceram a concentração fundiária, cabe atentar para o fato de que a própria transformação da terra em mercadoria já excluiu a maior parte da população do acesso à mesma, e não por acaso.

É necessário ter em perspectiva que o projeto de colonização a partir de pequenas propriedades familiares voltadas à produção agrícola cumpria a meta de ocupação de terras públicas consideradas “vazias” – por serem ocupadas por povos nativos marginalizados, vistos pelo Estado como aquém do reconhecimento – e de missão civilizadora frente às massas, formadas majoritariamente por negros, indígenas e mestiços. O novo modelo de colonização, oposto ao sistema de *plantation* até então desenvolvido, não se restringia à esfera socioeconômica nos seus objetivos, pois estava inserido em uma política de Estado mais ampla, de caráter modernizante e civilizatório. Enquanto o sistema de *plantation* era sustentado pelo uso sistemático da força de trabalho escravo nos latifúndios, cuja produção de *commodities* era destinada à exportação para as metrópoles europeias; as pequenas propriedades familiares, apoiadas na força de trabalho de colonos livres, se voltavam para o suprimento do mercado interno com produtos da lavoura e da criação de animais. Desde o início, a referida

exterior através de contratos provisórios que eram efetivados no momento em que os imigrantes aportavam no Brasil (2001, p.20). Ele oferecia financiamento aos imigrantes na compra das terras e também das sementes e da alimentação até a primeira colheita (idem).

³⁹ BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 art. 15. Dispõe sobre a Lei de Terras devolutas do Império. “Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contíguas, contanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las.”

política de colonização não se limitou a critérios exclusivamente técnicos para a seleção daqueles que desempenhariam a função de colonos livres (Seyferth, 1987, 1991, 1993, 1996, 2000). A experiência na lida do campo era importante, mas não suficiente, pois também se avaliava, a partir de critérios eurocêntricos, o estágio civilizatório e as supostas virtudes e vícios atribuídos aos diferentes povos, inclusive os internos ao Brasil (idem). Nesse sentido, as políticas de Estado relativas à colonização partiam de noções racistas importadas das teorias europeias sobre a desigualdade das raças humanas, em voga no século XIX, que classificavam os povos não ocidentais em diferentes níveis de civilização (idem). Quanto mais os povos se afastavam do modelo europeu, mais decresciam na escala civilizatória, já que os únicos valores reconhecidos como superiores, nessa visão discriminatória, eram os europeus. Grosso modo, os povos classificados como não-ocidentais e não-brancos eram tidos como indesejáveis pelas políticas imigratórias.

Partindo do dogma da superioridade branca europeia, a classe política dominante no Brasil acreditava que o desenvolvimento da agricultura moderna no país requeria o emprego de camponeses europeus. Nessa equação os trabalhadores rurais brasileiros, sejam eles negros, indígenas ou mestiços, ao lado dos povos africanos e asiáticos eram considerados pela elite política e econômica como inferiores, incapazes de criarem uma civilização moderna a partir dos parâmetros da europeia (Azevedo, 1987; Seyferth, 1991). Na idealização do processo colonizador, não existia espaço de protagonismo para negros, indígenas e mestiços que, no máximo, eram estimados como úteis auxiliares do imigrante europeu na fase preliminar de desbravamento da terra, seja pela experiência acumulada de circulação na região, seja pela suposição de maior adaptabilidade ao clima (Seyferth, 1991). A marginalização desses grupos étnicos e raciais no processo de colonização também é sinalizada na narrativa de Gino Ferri (2015) sobre o referido período, que se volta fundamentalmente para os imigrantes italianos⁴⁰ e seus descendentes como sujeitos de ação da história local. Segue a primeira

⁴⁰ A narrativa de Ferri a respeito da colonização está centrada na contribuição dos imigrantes italianos, que constituíam maioria no antigo vilarejo de São Pedro de Encantado, embora o autor mencione que outros segmentos também teriam concorrido para o progresso e o desenvolvimento dessa localidade na época da colonização, a saber, os alemães, portugueses, franceses, belgas, sírios e africanos. Cabe ressaltar que Ferri se refere às nacionalidades acima como “etnias”, ao mesmo passo em que também trata a designação “africana” nos mesmos termos (Ferri, 2007, p.38), muito embora se trate de um continente multiétnico. Enquanto os europeus são particularizados por diferentes nacionalidades, assim como os sírios, os diferentes povos do continente africano são reduzidos a uma única “etnia”. Em algumas linhas, Ferri cita sobrenomes de famílias locais representantes de cada uma dessas chamadas “etnias” como, por exemplo, Camargo, Saldanha e Silva para a “etnia africana”, mas não traz maiores informações sobre a mesma. O autor oferece informações adicionais apenas sobre a “etnia alemã” e a “síria”. Sobre os

estrofe de um acróstico que versa sobre a centralidade dos imigrantes italianos na narrativa construída pelo autor:

“Encantado – Encanta com seus encantos,
No passado *era apenas mata verdejante*,
Com a chegada do imigrante italiano
Amainou a terra fértil e exuberante
Nela lançou, com amor, a boa semente,
Também construiu a morada, com ardor,
Aqui abriu as primeiras ruas e estradas e
Do trabalho, amor e alegria, ele viveu,
Orando e agradecendo ao seu criador.” (Ferri, 2015, p.11, grifo meu).

Esse trecho expõe uma representação recorrente do imigrante italiano no imaginário sul-rio-grandense e até mesmo da nação: colonizadores hábeis, disciplinados e zelosos que, pelo mérito do próprio trabalho, venceram inúmeras adversidades para instaurar o desenvolvimento do campo e das cidades nas regiões em que se fixaram. Já a valorização da região ocorre principalmente por via da natureza, sua beleza, abundância e fertilidade e não pelo fator humano. O período pré-colonização é caracterizado pela supremacia da natureza – “era apenas mata verdejante” – que, somente pelas mãos dos imigrantes italianos é domesticada com muito esforço e, assim, convertida em campos férteis e cidades. A interpretação heroica da colonização de Encantado oferecida por Ferri, assim como diversos outros discursos sobre as trajetórias dos italianos no Rio Grande do Sul, reproduz a representação do imigrante italiano como pioneiro por excelência, em outras palavras, como herói civilizador que desbravou a natureza selvagem e, com seu trabalho, implantou as sementes do progresso (Beneduzi, 2011; Santos & Zanini, 2009; Zanini, 2004). Afasta-se dessa representação qualquer sombra de ilegitimidade da presença do colonizador europeu através da autoridade conferida pela missão civilizadora, seja em relação ao domínio do território ou aos conflitos com outros grupos étnicos e raciais. A presença indígena na região não é esquecida por Ferri, que dedica versos ao tema:

“Ao ser descoberto o Brasil
O indígena vagava errante,
Pelo imenso território sem fim.
Era “dono” [sic] absoluto das terras,

alemães, Ferri conta que várias famílias vieram de uma área vizinha, Lajeado, como funcionários públicos do distrito, agricultores, industriais ou até como grandes proprietários de terras. Sobre as famílias sírias, Ferri afirma que a maioria se dedicou ao comércio, seja em estabelecimentos ou como mascates. Já em relação às famílias italianas pioneiras, há notavelmente maior riqueza de detalhes. Ferri oferece uma síntese da genealogia e história de duas famílias italianas pioneiras, a Lucca e a Bratti, além de citar a origem de dezenas de outras famílias italianas, com seus sobrenomes destacados, e a localização das terras que foram adquiridas na vila de São Pedro de Encantado.

Quem iam até além do horizonte.
Maravilhando-se com a natureza
E com o tamanho da mata gigante.

Foi ele o primeiro habitante,
Deste solo, que foi abençoado,
Mas, eis que veio o bandeirante,
Que o aprisionou sem piedade,
Levando-o para terras distantes,
À força, cativo e acorrentado.

Um homem, vindo de além mar,
Trajando longas vestes negras,
Aqui veio, em missão de paz,
Procurando ao índio catequizar.” (Ferri, 2015, p.12).

Através de versos como esses e textos em prosa, o autor sintetiza o período que classifica como “pré-história”⁴¹ de Encantado ou “antecedentes históricos” da colonização, único momento em que figuram os povos indígenas em sua narrativa. Assim como nos versos acima, Ferri resgata o tempo em que os povos indígenas ocupavam a região e aborda o contato destes com o colonizador através das missões jesuíticas e, posteriormente, do avanço de bandeiras paulistas. Enquanto o contato entre os índios e os jesuítas é visto com bons olhos pelo autor, que representa positivamente as missões jesuíticas como justas e pacíficas em seu propósito de catequização, sem maiores críticas, os bandeirantes paulistas são caracterizados como vilões impiedosos que invadiram o território do Alto Taquari violentamente para saquear aldeias e reduções jesuíticas, aprisionar indígenas e levá-los como cativos para serem comercializados em São Paulo. Até a escolha das palavras denuncia a preferência por um e não pelo outro, como “visita”⁴² para se referir a chegada dos jesuítas no Alto Taquari e “invasão”⁴³ para indicar a dos bandeirantes paulistas na região. Tudo se passa como se a fundação de reduções pelos jesuítas não envolvesse conflitos de interesses, uso de estratégias de coerção e violência, assim como manifestação por parte das populações nativas de resistência ao aldeamento e à catequização. Essa manifesta

⁴¹ Na organização do livro “Encantado Centenário” (Ferri, 2015), o assunto é tratado no “Capítulo III - O alvorecer de Encantado” com o subtítulo “Antecedentes históricos”. Já no livro “Encantado II: Sua história, sua gente” (2007), o assunto é abordado em capítulo intitulado “Antecedentes históricos” a partir dos tópicos “Período Indígena” e “Bandeiras Paulistas”.

⁴² “Em 1635, os índios moradores da região [hoje Encantado] foram *visitados* pelos Padres Jesuítas vindos da Redução de Santa Tereza, localizada nas proximidades de Passo Fundo, com a intenção de catequizá-los, ou reuni-los em uma nova redução. O que não se concretizou devido ao território ser muito montanhoso e não oferecer espaço adequado e suficiente para a criação de gado.” (Ferri, 2015, p.58, acréscimo entre colchetes e grifo meu).

⁴³ “Em 1636, o território [hoje Encantado] foi *invadido* pelos bandeirantes paulistas, comandados por Antônio Raposo Tavares, que se instalaram nas margens do rio Taquari, na localidade de Corvo (hoje município de Colinas), aprisionando grande número de indígenas, na Região, levando-os cativos para São Paulo.” (Ferri, 2015, p.58, acréscimo entre colchetes e grifo meu).

afinidade de Ferri com as missões jesuíticas pode ser explicada pelo fato do propósito declarado de catequização dos povos pagãos pelos jesuítas se aproximar mais da idealização da missão civilizadora – revelada na narrativa de Ferri sobre as famílias italianas pioneiras –, que as incursões dos bandeirantes paulistas para saques e aprisionamento de indígenas, até pelo compartilhamento da dimensão religiosa de fé católica.

A naturalidade que permeia a narrativa de Ferri sobre o contato dos jesuítas com as populações indígenas do Vale do Taquari, como se fosse completamente isenta de conflitos⁴⁴, também acompanha de forma similar a imagem da colonização dessa área pelos imigrantes italianos, que é assim legitimada aos olhos do leitor:

“Há 125 anos atrás, o vale “Encantado”, às margens do rio Taquari, estava coberto pela mata centenária. Alguns índios guaranis *perambulavam* em meio à floresta, *espreitando de longe o movimento de pessoas estranhas* [os imigrantes italianos pioneiros], que chegavam através do rio e abriam caminhos e clareiras para construir rústicas choupanas de pau a pique, cobrindo-as com ramos de palmeiras ou de outros arbustos. [...] Aumentava o número de habitantes [imigrantes italianos do vilarejo de São Pedro de Encantado e das linhas rurais de colonização], *enquanto o restante dos índios se retirava mais para o interior, em áreas a eles destinadas*. (Ferri, 2007, p.11, acréscimo entre colchetes e grifo meu).

Como o trecho acima sugere, Ferri não oferece nenhuma narrativa de interação ou contato direto entre os imigrantes europeus que vieram colonizar o vale e os povos indígenas que já ocupavam anteriormente a área, já que – segundo o autor – estes últimos teriam “se retirado mais para o interior, em áreas a eles destinadas”. Nota-se

⁴⁴ A tônica da representação oferecida por Ferri da relação entre os jesuítas e os povos indígenas era a ausência de conflitos, especialmente da parte dos missionários, representados por Ferri como visitantes benévolos. Sem contrariar essas imagens, Ferri narra um único episódio violento entre eles: “Afastando-se do local, o índio Parapoti passou a conclamar outros chefes indígenas para uma revolta contra os Padres Jesuítas, do que resultou a morte do Padre Cristóvão de Mendoza, em 26 de abril de 1635, em Piaí, localidade próxima a atual cidade de Caxias do Sul.” (2007, p.26). Cabe situar que o índio Parapoti (outra grafia encontrada: Parapopi) foi apresentado por Ferri como “o mais famoso mercador de indígenas de toda região de Ibia”, que compreendia o território entre os rios Caí e Antas. Segundo o autor, esse afamado mercador de indígena aprisionava índios de outras tribos para vender aos bandeirantes paulistas em troca de “pequenos objetos, ferramentas ou outras bugigangas” (idem). A incitação da revolta teria ocorrido tempos depois dos padres jesuítas destruírem uma paliçada do índio Parapoti, onde ele mantinha índios cativos, o que sugere ao leitor que se tratava de um simples ato de represália, motivado apenas por interesses comerciais de Parapoti, aliado dos bandeirantes paulistas. O autor não cogita a hipótese dessa revolta contra os jesuítas ser também uma manifestação de resistência dos índios ibianguaras – como eram genericamente denominados pelo colonizador branco os índios que viviam na área de Ibia, que pertenciam ao tronco Jê (Herrlein Júnior et al, 1999) – ao aldeamento e cristianização compulsórias, que implicavam na repressão ao modo de vida indígena, suas cosmologias, crenças e valores tradicionais. Não há uma problematização da dimensão de violência intrínseca aos processos de cooptação e conversão em massa de populações indígenas pelas missões jesuíticas. Similarmente, nas duas obras analisadas (2007, 2015), Ferri omite o fato da adoção pelos padres jesuítas de estratégias de caráter violento para forçar a adesão coletiva de indígenas às reduções, como a destruição de aldeias, roçados e víveres, que está presente em outra fonte sobre as missões jesuítas no Rio Grande do Sul (Kreutz, 2015, p.236).

ainda que a relação dos grupos indígenas com o território é caracterizada pelo aparente desapareço no discurso de Ferri, que não problematiza a dinâmica de movimentações destes após a chegada dos colonizadores. Tudo se passa como se “perambular em meio à floresta” fosse da natureza dos indígenas, que não constituiriam vínculos com o território além de um pertencimento vago à “floresta”, ao contrário dos colonos italianos, cuja ocupação é descrita como “fixação” em área circunscrita, a partir da compra de terras. Vale sublinhar que o abandono da região pelos povos nativos é apresentado ao leitor como fato incontroverso e uma reação simplesmente espontânea diante da constatação da colonização, sem quaisquer vestígios de conflito. Em outro momento, Ferri reforça a mesma imagem:

“Muitos anos mais tarde [1878], *com o advento da colonização e do povoamento do território, os índios foram se embrenhando mais para o interior das matas*. Hoje, ainda existem diversos aglomerados de índios chamados Kaingangs em vários pontos no interior do estado do Rio Grande do Sul [...]” (2007, p.26, acréscimo e grifo meu).

Há a menção a uma etnia indígena presente contemporaneamente “em vários pontos no interior do estado do Rio Grande do Sul”, o povo indígena Kaingang, mas Ferri não vincula a mesma a Encantado ou ao Vale do Taquari, como vemos acima, mas a pontos genéricos no interior do estado. Não obstante, o Vale do Taquari apresenta atualmente três agrupamentos indígenas Kaingang em contextos urbanos: a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh (conhecida como Linha Glória), no município de Estrela, a Terra Indígena Foxá, no município de Lajeado e a Terra Indígena Pó Mág, no município de Tabaí, um recente desdobramento dessa última⁴⁵ (Silva & Laroque, 2012; Lappe & Laroque, 2016; Busolli, 2016). O fato desses espaços não constituírem Terras Indígenas demarcadas, com direitos de ocupação garantidos pelo Estado Nacional, não anula a relação de pertencimento dos grupos Kaingang com a região do Vale do Taquari, cuja ocupação é compreendida por eles como o retorno a um antigo território Kaingang (Silva & Laroque, 2012). Continuando a análise do trecho citado, nota-se que Ferri reitera o desaparecimento das populações indígenas da área com o início do que ele entende por história propriamente dita, que é a fundação das colônias agrícolas e da vila de São Pedro de Encantado. É assim que o “espaço vazio” ou “vazio demográfico” são forjados na narrativa de enaltecimento dos heróis civilizadores, cujos papéis eram

⁴⁵ Em 2013 foi criada a Terra Indígena Pó Mág às margens da BR 386, a dois quilômetros do centro do Município de Tabaí, como medida compensatória às comunidades Kaingang da região atingidas direta ou indiretamente pelas obras de duplicação da BR 386. Lá se fixaram grupos Kaingang oriundos da Terra Indígena Foxá (Busolli, 2016).

converter as terras “incultas” e “despovoadas” em desenvolvimento. Essa imagem está em consonância com a percepção do Estado – no âmbito da federação e das províncias – como patrocinador do sistema de colonização das ditas “terras devolutas” no Sul do país, por meio da fixação de imigrantes europeus brancos. A eficácia do processo civilizador assim concebido não estava apenas na inserção massiva de imigrantes europeus brancos, mas também na exclusão e expropriação de grupos étnicos e raciais tidos como inferiores do território que se intencionava desenvolver.

Até o século XVII, a Bacia Hidrográfica do rio Taquari estava longe de ser uma região desabitada. Era povoada predominantemente por índios do tronco Tupi-Guarani, que se expandiram originalmente da Bacia Amazônica em direção ao Sul no início da Era Cristã (Kreutz et al, 2014; Kreutz, 2015). Há indícios de que eles ocuparam as planícies férteis ao longo dos principais rios e arroios da região do Vale do Taquari, que incluem, além do próprio rio Taquari, o rio Forqueta e os arroios Forquetinha, Boa Vista e Estrela (Kreutz et al, 2014, p.46). Enquanto os guaranis colonizaram especialmente as áreas de menor altitude⁴⁶ na região do Vale do Taquari, como as várzeas e colinas que margeiam os cursos d’água, indígenas genericamente denominados pelos jesuítas como Ibirajaras (Kaingang setecentistas⁴⁷), que pertenciam ao tronco linguístico Jê, se situavam mais ao norte, na encosta da serra em direção ao planalto, em terras altas e acidentadas (Herrlein Jr. & Carvalho, 1999, p.30). A chamada nação “Ibirajara”, que ocupava especialmente as zonas de maior altitude, como a Região do Planalto das Araucárias⁴⁸ e a Região do Ibiá⁴⁹, de acordo com os relatos dos jesuítas, era a mais resistente à expansão jesuítica espanhola e eventualmente se aliava, a partir de tribos locais e não como totalidade, aos luso-brasileiros no ciclo do escambo de índios cativos, que eram capturados em conflitos com povos rivais, especialmente os guaranis (Freitas, 2005, p.112).

⁴⁶ Segundo Kreutz (2015), os guaranis evitavam ocupar espaços muito acidentados ou altos, pois estes não eram os mais favoráveis à reprodução do seu modo de vida. Entretanto, após colonizarem as áreas mais favoráveis, a saber, as planícies ao longo dos rios e arroios de maior expressão, os guaranis se expandiram em direção aos cursos d’água de menor porte e às porções mais altas dos vales dos rios já ocupados pelos mesmos.

⁴⁷ O uso da denominação “Kaingang” para se referir a um grupo étnico indígena é relativamente recente, seu registro escrito mais antigo data de 1867 (Lappe & Laroque, 2016). Anteriormente, diversas outras formas de nomenclatura eram empregadas pelos agentes do Estado, religiosos e pela sociedade envolvente não-indígena, como Caáguas, Guananasés, Guayaná, Bugre, Gualacho, Botocudo, Xokleng e Coroados (idem). Os Kaingang são considerados descendentes dos antigos Guayaná. Eles pertencem à família linguística Jê e ao tronco linguístico Macro-Jê (idem).

⁴⁸ Também denominado Campos de Cima da Serra ou Campos de Altitude.

⁴⁹ A Região do Ibiá se estendia dos Campos de Cima da Serra, passando pelo curso do Taquari-Antas e do Caí. De acordo com as referências elaboradas pelos jesuítas setecentistas e oitocentistas, uma parcialidade da nação indígena “Ibirajara”, chamada de “Ibianguara”, dominava a o Ibiá (Freitas, 2005, p.99).

A partir da terceira década do século XVII, com as incursões dos padres jesuítas e as entradas das bandeiras paulistas no vale do rio Taquari, as quais agudizaram os conflitos interétnicos entre os povos indígenas daquela região, as populações nativas sofreram significativa redução pelo impacto da escravização, do extermínio, das epidemias e da desterritorialização forçada. Esses povos foram destituídos de seus territórios, submetidos a fortes pressões assimilacionistas, de caráter violento e compulsório, e a processos de subalternização, esquecimento e silenciamento que marcaram os projetos de dominação colonial portuguesa e mais tarde foram incorporados nos discursos e nas práticas do Estado-nação brasileiro pós-colonial.

Segundo Silva e Laroque (2012), os povos indígenas Kaingang que atualmente constituem a Terra Indígena Glória, no Vale do Taquari, recorreram ao contínuo deslocamento geográfico como forma de resistência à violência e às pressões integracionistas e expropriatórias da sociedade nacional, que incluem as próprias políticas nacionais de colonização, que incentivavam a fixação dos colonos europeus no território independente da presença prévia de povos indígenas, os aldeamentos compulsórios e as iniciativas de expulsão por parte de fazendeiros, agricultores, extrativistas e posseiros na região. Ainda é preciso considerar que, no século XX, mesmo as terras indígenas demarcadas sofreram expropriação parcial ou total pelos poderes públicos, como foi o caso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que reduziu áreas indígenas na década de 60 sob o argumento de improdutividade e de urgência de reforma agrária (Silva & Laroque, 2012, p.438).

A partir da década de 50, como estratégia de resistência à tutela integradora e civilizatória do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que atraía e confinava populações indígenas dispersas em espaços delimitados pelo Estado, as movimentações de retorno de indígenas Kaingang ao Vale do Taquari foram intensificadas, dando origem a acampamentos indígenas nas cidades e beiras de rodovias (Silva & Laroque, 2012, p.438). Sobre a atuação do órgão indigenista na época:

“Proteger, no sentido estipulado pelas autoridades do SPI, não significava necessariamente defender direitos sobre territórios auto reconhecidos como tradicionais pelos indígenas e/ou a manutenção de sistemas socioculturais particulares e específicos de cada grupo étnico.” (Nötzold & Bringmann, 2013, p.148).

A prioridade do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) era fazer dos Postos Indígenas espaços “autossustentáveis”, no sentido de não dependerem exclusivamente de recursos do Governo Federal, através da implementação de programas

desenvolvimentistas que instrumentalizavam a força de trabalho indígena (Nötzold & Bringmann, 2013). Permanecer nas Terras Indígenas sob tutela do SPI implicava na submissão ao chamado regime do “panelão”⁵⁰, que retirava o poder de autonomia dos indígenas em relação ao emprego do próprio tempo, da força de trabalho, da renda e dos recursos naturais. Nesse contexto, retornar a territórios considerados tradicionais pelo grupo, ainda que em situação de precariedade de vida, às margens de rodovias, era uma alternativa para os grupos indígenas reconquistarem sua autonomia.

Os indígenas Kaingang que atualmente constituem a Terra Indígena Linha Glória foram os primeiros a se (re)territorializarem no Vale do Taquari na década de 60 (Silva & Laroque, 2012). Eles se estabeleceram no quilômetro 360 da rodovia BR 386 no município de Estrela, fundando a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh. Por volta do ano 2000, ocorreu outra movimentação de retorno de indígenas Kaingang, dessa vez com destino ao município de Lajeado, dando origem à Terra Indígena Foxá, situada às margens da rodovia RS 130, no bairro Jardim do Cedro (Lappe & Laroque, 2016). Mais recentemente, em 2013, foi criada a Terra Indígena Pó Mág às margens da BR 386, no município de Tabaí, como desdobramento da Terra Indígena Foxá (Busolli, 2016). Atualmente na área correspondente ao município de Encantado, que foi reduzida desde sua emancipação, em 1915, não há nenhuma Terra Indígena Kaingang. Entretanto, sazonalmente pequenos grupos vindos dessas Terras Indígenas costumam se estabelecer em um acampamento situado em uma área verde às margens da rodovia RS 129, que corta a área urbana de Encantado. Segue uma imagem do acampamento visto da estrada:

⁵⁰ Trata-se de um regime de trabalho coletivo de exploração da mão de obra indígena que foi implantado nos Postos Indígenas como parte de projetos de desenvolvimento promovidos pelo Sistema de Proteção ao Índio (SPI) por volta da década de 40 até a extinção do órgão indigenista, em 1967 (Nötzold & Bringmann, 2013). Nesse sistema, que ficou conhecido como “panelão” entre os Kaingang da 7ª Inspeção Regional (IR7), que compreendia os Postos indígenas do Sul do Brasil, os indígenas eram obrigados a trabalhar nas lavouras do Posto e impedidos de trabalhar nos próprios roçados, recebendo apenas a alimentação como pago (idem). A força de trabalho indígena era empregada em atividades agrícolas, pecuárias, industriais e extrativas com o objetivo maior de produzir excedentes para a comercialização. A meta do programa, portanto, era tornar os indígenas “economicamente úteis”, na perspectiva etnocêntrica da sociedade envolvente, para inseri-los futuramente na categoria de trabalhadores nacionais. O controle do uso do tempo dos indígenas pelo órgão tutelar, que assim retirava a autonomia dos indígenas para realizar suas atividades cotidianas, era fundamental para moldá-los como trabalhadores rurais subalternos, o que implicava na modificação radical da organização sociocultural e espacial dos grupos étnicos indígenas (idem).



Imagem 3: Acampamento Kaingang às margens da rodovia RS 129, em Encantado. 28/12/2016.



Imagem 4: Acampamento Kaingang em detalhe. 28/12/2016.

Diferente dos três agrupamentos indígenas mencionados, esse acampamento ocupa uma área significativamente menor e não se mantém o ano inteiro. Serve de abrigo provisório para indígenas da etnia Kaingang que se dirigem à zona urbana de Encantado com o objetivo principal de vender artesanato às margens da rodovia de acesso, como se pode observar nas fotos acima, nas praças da cidade e em frente a estabelecimentos comerciais no centro. As peças de artesanato caracteristicamente multicoloridas são expostas em varais, os quais podem ser avistados ao longe devido a suas cores chamativas. A comercialização dessas peças de artesanato, que são confeccionadas pelo grupo, se tornou indispensável para a reprodução social dos indígenas Kaingang (Lappe & Laroque, 2016). Essa atividade, não obstante, é vista por parte da população de Encantado como camuflagem para a mendicância. Paralelamente à comercialização de artesanato, não é incomum observar indígenas – especialmente as crianças – solicitando doações de dinheiro ou comida aos transeuntes. Na cidade de Encantado, não por acaso, esse acampamento indígena é ocultado em plena vista.



Imagem 5 (à esquerda): As barracas de lona estavam montadas ao lado da rodovia RS 129, em uma parte do terreno mais baixa em relação à pista, o que – em conjunto com a paisagem repleta de árvores frondosas – as deixam relativamente encobertas. 28/12/2016.



Imagem 6 (à direita): O mesmo acampamento indígena visto de perto. 28/12/2016.

Embora montado às margens de uma rodovia em meio a árvores, o que pode dar uma ideia de relativo isolamento, o acampamento está a apenas alguns passos de uma área residencial nobre. Basta descer uma escadaria para alcançar a área urbana:



Imagem 7: Escadaria de acesso à rodovia RS 129. 28/12/2016.

O caráter temporário do acampamento indígena é acionado pela comunidade encantadense como justificativa para a minimização e marginalização da presença indígena no município: os indígenas não seriam habitantes da cidade, estariam apenas de passagem. E mesmo essa presença intermitente dos Kaingangs é vista pela comunidade não-indígena envolvente como ilegítima, por vezes ocasionando conflitos e tensões pela forma do uso do espaço, que serão tratados em outro momento. Por ora, cabe frisar a relação entre a invisibilização e a exclusão das etnias indígenas contemporâneas na região do Vale do Taquari e o modo como os índios são representados na história de constituição das cidades, a exemplo de Encantado. Nas obras de Ferri, os índios são figuras pretéritas que desapareceram gradualmente com o

avanço da colonização. Há, pois, um hiato nessas narrativas que separa o índio do passado e as etnias indígenas contemporâneas. Se aquele é retratado como o “primeiro habitante” e o “dono absoluto das terras” (Ferri, 2015, p.12), em contraste, a relação histórica entre os grupos indígenas contemporâneos e o território compreendido pela Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas não é sequer reconhecida pela sociedade não-indígena envolvente. O movimento de reterritorialização dos grupos indígenas Kaingang no Vale do Taquari encontrou resistência por parte da sociedade envolvente não apenas em Encantado, mas também em outros contextos urbanos da região, como Estrela, Lajeado e Tabai (Busolli, 2016; Lappe & Laroque, 2016; Silva & Laroque, 2012).

Geralmente a presença e a circulação indígena nas zonas urbanas são apreendidas enquanto “problemas sociais” pelos poderes públicos locais e pela sociedade não-indígena da região, que – em situações de conflito de interesses⁵¹ – utilizaram categorias discriminatórias para se referirem aos Kaingang, como “intrusos”, “sem-terra”, “nômades”, “desocupados/ desempregados” e “bugres” (Busolli, 2016; Lappe & Laroque, 2016; Silva & Laroque, 2012). Em suma, esses antagonismos são estimulados pela recusa da sociedade envolvente em reconhecer a identidade étnica Kaingang e até mesmo em reconhecê-los enquanto indígenas. Ainda é predominante no imaginário coletivo a ideia de que os “verdadeiros índios” pertenceriam a uma diferente temporalidade histórica e, por conseguinte, seriam incompatíveis com a “civilização moderna” (Oliveira Filho, 1999). Ideia esta que se desdobra na ignorância e no preconceito em relação a grupos indígenas que habitam contextos urbanos, como é o caso em questão. Consequentemente, os grupos indígenas no Vale do Taquari são erroneamente classificados como “falsos índios” ou “índios aculturados” (Busolli, 2016), cujas demandas por reconhecimento, demarcação de território⁵² e serviços como saúde e educação são, assim, compreendidas como ilegítimas.

⁵¹ Busolli indica como os conflitos de interesses entre os grupos indígenas Kaingang e a sociedade envolvente não-indígena no Vale do Taquari foram intensificados a partir do ano de 2010, com o início da obras de duplicação da rodovia BR 368, que atingiria diretamente a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh (2016, p.254). Por resistirem ao avanço da estrada sob seu território, que seria parcialmente desapropriado, os Kaingang foram tratados pela imprensa como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da região. O autor ainda aborda a relutância da sociedade envolvente e do poder público local em viabilizar o acesso dos grupos indígenas da Terra Indígena Pó Mág aos serviços de saúde e de educação no município de Tabai.

⁵² Segundo Silva, a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh, em Estrela, foi reconhecida como “Terra Indígena” pela FUNAI em 2002, após quarenta anos de luta da comunidade indígena (2011, p.89).

Enquanto umas identidades étnicas não são reconhecidas, outras estão no centro das narrativas dominantes sobre a história da constituição urbana dos municípios do Vale do Taquari. Retornando à narrativa de Ferri, o início propriamente dito dessa história é atribuído à chegada dos imigrantes europeus. Em 1882, deu-se início ao processo oficial de colonização e de povoamento do espaço onde futuramente seria fundado o município de Encantado, quando se estabeleceram as primeiras famílias vindas da Itália, além de imigrantes italianos que se deslocaram de outras regiões de colonização mais antiga, como as que compreendem atualmente Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (Ferri, 2007, 2015; Kreutz, 2015). A descrição do “tempo dos pioneiros” por Ferri é caracterizada pela ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes italianos e pela celebração de suas qualidades. Ao sublinhar o caráter árduo dos esforços iniciais de domesticação da natureza, intelectuais como Ferri agregam mais valor ao itinerário de sucesso dos pioneiros, cuja vitória sobre a natureza seria atestada pelo desenvolvimento da região. Sobre o “alvorecer” de Encantado, diz o autor:

“Com as primeiras colheitas, aumentam as esperanças e os anseios e novas atividades começam a fluir. Surge a primeira escola com ensino em italiano [1889]. Desponta a capelinha no alto da colina [1888], numa demonstração de fé e espírito cristãos trazidos pelos imigrantes. Vislumbra-se o progresso nas mais diversas atividades. O povoado cresce e se expande em várias direções. [...] O interior vai sendo colonizado nas mais diversas linhas, com a formação de novos núcleos de povoadores. [...] Surgem novas indústrias e o comércio se expande rapidamente. A bela cidade toma forma. O desenvolvimento é cada vez maior, fazendo jus às metas idealizadas pelos primitivos povoadores que aqui [Encantado] aportaram a partir de 1882, em busca de um mundo melhor. [...] o pujante município de Encantado, forjado na têmpera do “HOMEM QUE ACREDITA NO TRABALHO” [...]” (Ferri, 2007, p.11-12, acréscimo entre colchetes meu).

Essa estrutura discursiva não é única, mas faz parte de outros esforços das elites intelectuais, econômicas e políticas ítalo-gaúchas de construir e reivindicarem para si a identidade étnica de descendentes de imigrantes italianos, especialmente através da releitura da origem histórica do grupo (Santos & Zanini, 2009). Enquanto sentimento de pertencimento que se fundamenta numa origem compartilhada, a constituição da italianidade depende em grande medida da propagação e do culto a trajetórias idealizadas do colono italiano como vocacionado ao progresso: o imigrante pobre, camponês, que se destacou na indústria, comércio ou política exclusivamente graças ao próprio esforço e mérito (Santos & Zanini, 2009).

A religiosidade dos pioneiros é um elemento importante nas tradições cultivadas pelos descendentes de italianos na região. Como indica a última citação, “fé e espírito cristãos” são considerados como uma herança dos primeiros imigrantes italianos que

contribuíram para a edificação da vila de São Pedro de Encantado. Um evento ilustre que faz parte da tradição de memória da cidade é a visita do Bispo de Piacenza, Monsenhor João Batista Scalabrini⁵³, a Encantado em 1904 com a finalidade de abençoar e inaugurar a nova Igreja Matriz São Pedro, além de conhecer a situação em que viviam os emigrantes italianos nas Américas. Segue foto da Igreja Matriz:



Imagem 8: Igreja Matriz São Pedro – Município de Encantado/RS. 31/07/2017.

O sacerdote italiano Dom Scalabrini é mundialmente conhecido no meio católico como o fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos, que foi criada em 1887 com o propósito de prestar assistência religiosa, moral, social e legal aos emigrantes⁵⁴. Em 1896, a Igreja Matriz de Encantado foi a primeira no Rio Grande do Sul a ter um sacerdote da Congregação de São Carlos como pároco, o italiano Domênico Vicentini, convocado por Scalabrini (Ferri, 2015). Até os dias atuais, os sacerdotes da Igreja Matriz são oriundos da Congregação de São Carlos, popularmente denominados como scalabrinianos ou carlistas. O prestígio da visita⁵⁵ de D. Scalabrini

⁵³Há uma placa de mármore defronte a igreja matriz com o registro da solene visita de Scalabrini a Encantado, que é evocada com orgulho na promoção de roteiros turísticos da cidade. O evento também recebe destaque na narrativa de Ferri (2007, 2015) sobre a história do município.

⁵⁴ Além de fundar a Congregação dos Missionários de São Carlos, em 1887, João Batista Scalabrini criou a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, em 1895, e a Sociedade São Rafael, um movimento leigo a serviço dos migrantes. Fonte: <<http://www.scalabriniane.org/pt-br/joao-batista-scalabrini/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

⁵⁵ A visita de D. Scalabrini a Encantado é rememorada em um monumento e em várias inscrições expostas na Igreja Matriz São Pedro. Uma delas traz os dizeres: “105 anos da presença dos padres Scalabrinianos (Carlistas)/ 87 anos da visita do Bem-Aventurado João B. Scalabrini. Encantado, 29 junho de 2001.

se tornou ainda maior em 1997, ano em que ele foi beatificado com o título de Pai dos Migrantes pelo Papa João Paulo II, em referência a dedicação do apóstolo à causa da proteção aos milhões de italianos que, impelidos pela pobreza, embarcaram para as Américas em condições muitas vezes dramáticas. Atualmente os Scalabrinianos constituem uma rede global que atua na assistência aos migrantes de diversas origens, nacionais ou internacionais. Devido a sua formação histórica, a pequena cidade de Encantado faz parte dessa rede. Há um grupo do Movimento de Leigos Missionários Scalabrinianos na comunidade católica encantadense que auxilia no acolhimento de estrangeiros, oferecendo serviços voluntários de orientação nos processos de documentação, aulas de português e organizando campanhas de doações e assistência material.

A partir de 1975, ano de celebração do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, ocorreu uma proliferação de discursos laudatórios sobre a contribuição das famílias italianas pioneiras e dos seus descendentes como determinantes ao desenvolvimento socioeconômico do estado (Santos & Zanini, 2009). As obras de Ferri aqui analisadas (2007, 2015) se inscrevem no contexto maior de reivindicação da italianidade, voltando-se para a história do município e da região do Vale do Taquari. Um dos desdobramentos desse movimento de reivindicação étnica em Encantado, que recebeu substantiva contribuição de Gino Ferri, foi a criação da Semana de Imigração Italiana (*Settimana Dell'Imigrazione Italiana*) no início dos anos noventa. Por meio desse evento, o município celebra anualmente a memória da colonização italiana de Encantado, com ênfase na saga dos primeiros imigrantes e no resgate das tradições. Em eventos como este, a identidade encantadense hegemônica⁵⁶, a de descendente de imigrantes italianos, se mantém conectada com a memória, atualizando-se no cotidiano das novas gerações. Em minha estadia em Encantado, acompanhei a programação da 25ª edição dessa semana comemorativa, entre os dias 19 a 25 de julho de 2017, que abrangia diversas atividades, como: apresentações de grupos de teatro e de canções italianas; encenação pública de aula em dialeto italiano para um pequeno grupo de crianças; missa solene em dialeto italiano; café da manhã com comidas típicas

⁵⁶ Não afirmo que a maior parte da população se reconhece nessa identidade – a de descendente de imigrantes italianos – mas sim que essa representação da condição étnica distintiva da população é dominante nas relações de poder locais.

italianas⁵⁷ servido à comunidade em uma mini vila italiana⁵⁸; realização de filós⁵⁹ italianos em diversos bairros, que são eventos comunitários noturnos – às vezes ambientados com luz de lampiões – com cantorias de músicas italianas e compartilhamento de pratos típicos. Ao lado de outros espaços e tempos de consagração da história, a Semana de Imigração Italiana responde a uma vontade de memória de caráter coletivo, que é fundamental para a sustentação da identidade étnica de ítalo-gaúchos. Os conteúdos exibidos no evento em questão indicam a revalorização simbólica do colono e da vida no campo, cujos costumes e valores são resgatados através de ‘lugares de memória’ como esse (Nora, 1993). A proliferação de iniciativas desse tipo se mostra necessária em um contexto em que a memória dos costumes e valores camponeses, que remete à saga imigrantista, não habita mais naturalmente o cotidiano da população, que é majoritariamente urbana. Nesse sentido, as novas gerações urbanas de ítalo-gaúchos são socializadas no mito de origem do grupo e nas virtudes e comportamentos ideais também através de eventos públicos subvencionados pelo governo do município.

⁵⁷ O cardápio do café da manhã incluía cuca, pão, polenta frita, queijos, salame, torresmo, brodo (caldo de frango e carne), graspa (bebida alcoólica feita com bagaço de uvas aromatizada com folhas de arruda), entre outros itens.

⁵⁸ A vila italiana em miniatura foi montada em uma pequena praça em frente à Casa de Cultura, no centro de Encantado. De acordo com a secretária de Educação, Neide Graciola, em entrevista aos jornais locais (A Hora, 2017), a intenção do projeto foi reproduzir o estilo de vida dos primeiros moradores de Encantado, os imigrantes italianos, como estratégia didática de transmissão da “história viva” dos antepassados às crianças e de resgate dos valores como fé, união e qualidade de vida através da proximidade com a natureza e da produção doméstica de alimentos. O espaço contava com a réplica de pontos de encontro considerados importantes do antigo vilarejo, a saber, a igreja, a escola e a bodega (armazém), além de uma cerca de pau a pique, carroça com alimentos típicos cultivados pelos pioneiros, animais domésticos criados para o sustento das famílias, como galinhas e porcos, uma videira e garrafões de vinho. Além do café da manhã comunitário, outra atividade realizada no espaço da Vila Italiana foi a integração entre crianças e grupos da terceira idade através da narração de histórias sobre a vida de antigamente.

⁵⁹ De acordo com Ferri (2007, 2015), o filó era um costume dos imigrantes italianos e dos seus descendentes, que consistia em encontros entre familiares, amigos e vizinhos, especialmente à noite, na casa de um anfitrião, com o propósito de compartilhar experiências e confraternizar. Essas reuniões eram abertas com orações católicas, como a reza do terço, seguida de atividades de sociabilidade, estas geralmente diferenciadas por gênero. Em um ambiente separado, os homens contavam causos, conversavam sobre a lida diária, negócios, jogavam cartas (jogos como mora, quadrilho, três sete e bisca) e bebiam vinho. Já as mulheres socializavam entre si enquanto fiavam linho e lã para confecção de roupas, bordavam e trançavam a palha para fazer chapéus e cestas. A música também caracterizava esses eventos, com a cantoria de músicas tradicionais italianas, acompanhada do compartilhamento de alimentos, como polenta, pães, queijos, salame, torresmo, brodo (caldo de frango e carne), fortaia (tipo de omelete com queijo e ou salame, pimenta e azeite), carne de porco, cuca, doces caseiros (como o grostoli), chimia (geleia de frutas), batata doce e vinho. Atualmente o filó é considerado uma tradição italiana que deve ser objeto de incentivo por iniciativas da sociedade e inclusive do poder público. No município de Encantado, a “Noite do Filó” foi instituída através da Lei Municipal nº 2.360 de 2003, com o objetivo de resgatar os costumes trazidos pelos imigrantes italianos. Os filós são realizados anualmente em diferentes bairros com a organização da Secretaria da Juventude, Desporto e Turismo.

O tipo de homem que acredita no trabalho

Embora a constituição da italianidade apresente trajetórias múltiplas a depender do contexto histórico de cada localidade, conforme alertam Santos e Zanini (2009), a forma de demarcação das fronteiras étnicas dos ítalo-gaúchos em Encantado também exhibe elementos comuns aos encontrados em outras regiões de colonização italiana no Brasil, posto que são atravessados por dinâmicas nacionais e transnacionais (Beneduzi, 2009, 2011; Colbari, 1997; Santos, 2014; Santos & Zanini, 2009; Seyferth, 1991; Manfio, 2017; Vendrame & Zanini, 2014; Zanini, 2004, 2007, 2013). A disposição ao trabalho duro é uma das qualidades morais mais ressaltadas pela auto-representação do grupo de ítalo-gaúchos, que teria sido herdada dos pioneiros. Como citado anteriormente, Ferri (2007, 2015) sustenta orgulhosamente que o município de Encantado foi “forjado na têmpera do homem que acredita no trabalho”, fazendo referência aos imigrantes italianos. Essa imagem não está presente apenas nos livros, mas no senso comum da população encantadense, que reitera o apego ao trabalho como caráter intrínseco aos imigrantes italianos e aos seus descendentes.

Durante uma comitiva de fiéis encantadenses a Roma, em 1986, para participar de um congresso católico e, em um segundo momento, visitar a província de Vicenza, Ferri é convidado a discursar ao público italiano ao fim de uma missa:

“Dirigi-me ao altar e após a saudação fiz algumas referências sobre o imigrante italiano, suas dificuldades nos primeiros tempos, enviados em meio à mata, enfrentando as intempéries, os perigos com as feras e predadores, sem amparo, nem assistência médica, social ou religiosa e mesmo assim, *ele venceu pelo seu esforço, seu trabalho e sua grande fé.*” (2015, p.217, grifo meu).

Temos novamente o elogio ao pioneirismo dos colonos italianos e o acionamento dos mesmos como exemplo de conduta, afirmando por essa via a crença no esforço e no trabalho do indivíduo como meio determinante de ascensão social e, ao mesmo passo, de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma região. São ressaltadas ainda as qualidades morais superiores atribuídas aos imigrantes italianos, como o apego ao trabalho e à fé católica. A saga dos pioneiros ainda é acionada pelos descendentes de italianos para reforçar os valores do próprio grupo, o que observei por incontáveis vezes no convívio com ítalo-gaúchos. Durante um intervalo entre as atividades programadas no Encontro dos Leigos Scalabrinianos da Região Sul⁶⁰,

⁶⁰ O evento ocorreu no município de Guaporé, nos dias 19 e 20 de novembro de 2016. Participaram cerca de cinquenta leigos scalabrinianos de grupos de base de Corumbá (MS), Cascavel (PR), Campos Novos

conversei com um senhor – Seu José – que, sabendo do meu interesse pelo tema da imigração, me explicou entusiasmadamente como era a situação dos primeiros imigrantes italianos que vieram para as colônias no Rio Grande do Sul. Ele insistiu nas semelhanças entre as imigrações do passado e as de hoje, que continuariam sendo engendradas por situações de pobreza extrema, mas também apontou as diferenças. Nos tempos antigos, de acordo com Seu José, os pioneiros enfrentaram maiores adversidades que as vividas por imigrantes no contexto brasileiro contemporâneo: em meio à mata, sem estrutura mínima, eles foram abandonados à própria sorte, dispendo tão somente dos frutos do próprio trabalho, enquanto os últimos teriam a possibilidade, ainda que escassa, de receber auxílio das populações locais já estabelecidas, da sociedade civil organizada e do Estado, em suas diferentes esferas. Os colonos teriam sido verdadeiros heróis, na visão de Seu José, que conta o quanto eles se sacrificaram para construir as colônias agrícolas e as vilas em meio a incontáveis adversidades. A força do imaginário do pioneiro italiano como herói-mártir foi estimulada, conforme apontam Santos e Zanini (2009), pela generalização de uma série de depoimentos sobre a situação de penúria vivida por famílias de imigrantes italianos em assentamentos coloniais no Rio Grande do Sul, como forma de denunciar o desempenho do Estado enquanto organizador do movimento colonizador, como o descumprimento de condições asseguradas nos contratos de imigração firmados na origem. Houve uma preocupação, externada por Seu José, em reiterar que os italianos não ganharam terras e nem quaisquer outras vantagens do Estado, mas que pagaram por suas propriedades em parcelas com os rendimentos obtidos através da venda de excedentes da lavoura e da criação de animais. A idealização do trabalho como valor na sociedade encantadense é indicada pelos elementos escolhidos para compor o Brasão do município:

(SC), Sarandi (RS), Serafina Corrêa (RS), Guaporé (RS), Nova Bassano (RS) e Encantado (RS), além dos padres Genoir Pieta e Alexandre Biolchi. Nesse encontro anual, os membros dos grupos de base trocam experiências sobre os projetos executados e em andamento, que tenham como objetivo o acolhimento ao migrante, fazem planejamentos, estudam as diretrizes dos Leigos Scalabrinianos, além de rezarem e confraternizarem. O grupo de Encantado me convidou para conhecer mais sobre o Movimento Leigo Scalabriniano e também para apresentar uma palestra, contando sobre minha experiência de pesquisa com imigrantes haitianos no Brasil.



Imagem 9 – Bandeira e Brasão do Município de Encantado.

Criado em 1962, o Brasão do Município de Encantado carrega o seguinte lema: “Vencerás pelo trabalho”. A centralidade do labor também aparece nas imagens escolhidas para representar a cidade: uma engrenagem, que remete ao setor industrial, e um porco, que indica a importância da suinocultura para Encantado, além da agricultura, que é referenciada pela máquina agrícola, a erva-mate e o trigo. É importante salientar que as cores predominantes da bandeira, verde, branco e vermelho, são as mesmas da bandeira italiana, embora as faixas estejam em posição distinta, na diagonal. Apresento a seguir outro símbolo que expressa os valores que alicerçam a identidade étnica de ítalo-gaúchos:

“HINO DE ENCANTADO

Letra e música: Cândida Carvalho Chanan.

Escondido entre montanhas,
Embalado pelo Taquari fagueiro,
Tu surgiste Encantado
Ante os olhos surpreendidos do estrangeiro.
Teu povo hospitaleiro
Trabalhou, mas foi recompensado,
Pois tu, torrão amado,
Cresceste forte e dos grilhões foste arrancado.
Encantado meu torrão!

Terra de farta produção.
Teu solo é fértil,
Teu povo é franco,
Deus te abençoe capital do ouro branco.”.

Instituído em 1979, o hino faz menção ao “estrangeiro”, sem referência direta ao imigrante italiano que, como foi dito, é costumeiramente celebrado na cidade através da imagem idealizada de colono pioneiro. Devido a sua alegada capacidade empreendedora, o colono italiano é frequentemente representado como o principal responsável pelo desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do município e de suas riquezas. A natureza é glorificada, especialmente pela referência ao rio Taquari, símbolo de fertilidade e de abundância dos frutos da terra. O termo “ouro branco” é, por sua vez, nova referência à suinocultura.

A criação de porcos remonta aos primeiros tempos de colonização de Encantado, época em que essa atividade fazia parte da economia doméstica das famílias de imigrantes italianos. De item de pequena produção voltado à subsistência familiar e à comercialização de excedentes, a suinocultura se desenvolveu no município a partir das pequenas propriedades coloniais, especialmente na primeira metade do século XX, com a expansão da criação de suínos e instalação de matadouros, frigoríficos e indústrias de processamento para produção de banha, embutidos e defumados (Ferri, 2007, 2015).

Coroando o incremento da suinocultura, na década de 40 o município de Encantado recebeu o título de “capital do ouro branco”⁶¹ ao atingir a marca de maior produtor de banha do estado do Rio Grande do Sul. A fundação da cooperativa de suinocultores “Suíno Mais”⁶² em 1947, com instalação de abatedouro e frigorífico na cidade, foi um marco importante na consolidação do setor suinícola no município. Assim criou-se o vínculo direto entre os criadores locais de suínos e a indústria de alimentos. A partir da década de 50, com a introdução do óleo de soja no mercado interno através de companhias multinacionais e a difusão eficaz de propagandas⁶³ que

⁶¹ De acordo com Ferri (2007, 2015), a atribuição do título de “capital do ouro branco” a Encantado foi popularizada através do álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, publicado em 1950, que caracterizou o município como maior produtor de banha do estado. Importante lembrar que na época o município de Encantado compreendia um território maior que o contemporâneo, já que surgiram outros municípios que se tornaram independentes, desmembrando-se da área original.

⁶² Nome fictício que escolhi para me referir à empresa/cooperativa de suinocultores no decorrer da tese.

⁶³ Até meados do século XX, as gorduras animais, como a banha de porco, a manteiga, os laticínios integrais e a gema de ovo, eram ingredientes fundamentais no preparo diário de alimentos de grande parte da população brasileira. A partir dessa época, a mídia, informada por pesquisas médicas, difundiu a crença de que o consumo de gorduras animais, especialmente a banha de porco, estava associado ao aumento dos níveis de colesterol, ao sobrepeso, a incidência de doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais e aterosclerose, popularmente chamada de “entupimento das artérias”. Ao mesmo

incentivavam a substituição de gorduras animais, como a banha de porco, por óleos vegetais como alternativas mais saudáveis, ocorreu uma modificação profunda nos hábitos alimentares da população e, conseqüentemente, uma queda acentuada no consumo da banha de porco. Com o fim do império do “ouro branco”, a suinocultura foi obrigada a passar por uma reestruturação⁶⁴ a fim de manter seu espaço no mercado, dedicando-se não mais prioritariamente à produção de banha, cujo espaço no mercado foi ocupado pelos óleos vegetais, mas de carne suína magra. A partir dos anos 60, acompanhando essas mudanças, outras atividades econômicas se destacaram no município, como a produção de óleo de soja, cortes suínos e embutidos.

Nos dias atuais, a produção de banha de porco não é mais o carro-chefe da economia de Encantado, que se diversificou com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, industriais e comerciais. Os principais setores da economia do município são: 1) o setor de serviços, com ênfase na terceirização; 2) o setor industrial, com aproximadamente 147 indústrias, destacando-se a alimentação, com tradição em frigoríficos, cortes e embutidos e, secundariamente, a indústria de cosméticos e perfumaria; 3) a agropecuária, com produção de milho, soja e fumo, além da suinocultura, avicultura e gado leiteiro; 4) e o comércio de matriz diversificada⁶⁵.

tempo, a mídia também propagou a crença de que os óleos vegetais seriam alternativas mais saudáveis e, portanto, deveriam substituir as gorduras animais no preparo diário de alimentos. Atualmente não há um consenso da ciência médica sobre a questão, que se mostrou mais complexa e, nesse sentido, sujeita a controvérsia.

⁶⁴ Em meados do século XX, a suinocultura brasileira estava voltada principalmente para a comercialização de banha, por isso predominavam as criações de porcos classificados como “tipo banha”, ou seja, as raças nacionais apresentavam alta concentração de gordura em sua composição. Na década de 60, com a concorrência do óleo de soja, as Associações de Criadores investiram no desenvolvimento de raças voltadas para a produção de carne – o “suíno-light” –, ou seja, raças caracterizadas por apresentar camada de gordura mais fina e menos gordura intramuscular (Fávero et al, 2011). Esse processo de mudança do porco “tipo banha” para o “suíno light” ocorreu através de melhoramento genético dos animais. Nos anos 60, as Associações de Criadores lideraram a introdução do controle genealógico dos suínos e a importação de raças exóticas da Argentina, dos Estados Unidos e da Europa (idem). Já na década de 70, a importação de materiais genéticos no setor suinícola também foi incentivada e coordenada pelas agroindústrias através da expansão dos contratos de integração com os produtores (idem). Em 1975, a Embrapa centralizou o controle das ações de “melhoramento genético” no país com a criação do “Centro Nacional de Pesquisa de Suínos”, mais tarde nomeado como “Embrapa Suínos e Aves” (idem). Informações disponíveis em: <<https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-suina/producao-de-suinos/melhoramento-genetico>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

⁶⁵ Sobre o Produto Interno Bruto do município de Encantado em 2015, o valor adicionado bruto dos serviços ocupa a primeira posição, com 321.743.000 reais, seguido da indústria, com 216.575.000 reais e da agropecuária, com 30.054.000 reais (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2015).

É notório que o cenário econômico de Encantado mudou, diversificou-se, não obstante o município continua sendo referência no abate de suínos e no processamento de derivados através da Suíno Mais, que se destaca como uma das maiores indústrias da região.

Embora o ramo frigorífico constitua ainda hoje a principal atividade da Suíno Mais⁶⁶, com o passar dos anos a empresa incorporou outros setores de atuação como a fábrica de óleo de soja⁶⁷, em 1957, a fábrica de rações, em 1963, e a indústria de laticínios, em 1965. O poder de influência local dessa empresa-cooperativa está muito além dos números que mensuram sua capacidade de produção ou seu valor de mercado. Mesmo forasteiros, como eu, logo são capazes de experienciar a extensão do prestígio conferido à Suíno Mais em Encantado. É significativo, pois, que o fundador da referida cooperativa, João Batista Marchese, seja cultuado publicamente através da edificação de lugares de memória a ele dedicados. Descendente de italianos e filho de colonos, como grande parte da população do município, João B. Marchese é constantemente lembrado como aquele que liderou mais de 380 pequenos agricultores da região, em 15 de junho de 1947, na fundação da cooperativa de suinocultores Suíno Mais. Em 1997, as autoridades públicas de Encantado alteraram a denominação do Parque Municipal, a fim de incorporar o nome de João Batista Marchese, através de lei (Lei Municipal N° 1.842/96 de 11 de setembro de 1996). Outra homenagem *post mortem* a João B. Marchese foi a fixação de um marco comemorativo em frente à Casa de Cultura em 2007, ano do centenário de seu nascimento. A placa traz os dizeres: “Um homem de relevante vida pública, cujo legado é permanente lição de vida”.

Marchese notabilizou-se não apenas pelo empreendedorismo no setor suinícola, mas também como político influente na cidade. Nascido em 1907, João B. Marchese exerceu o cargo de prefeito⁶⁸ do município de Encantado na década de quarenta e, mais

⁶⁶ Informalmente em Encantado a empresa-cooperativa Suíno Mais e suas unidades de produção são chamadas pela população local simplesmente como “a cooperativa”. Vale frisar que a empresa possui uma rede de supermercados e de produtos que carrega o mesmo nome.

⁶⁷ A indústria de óleos vegetais da Suíno Mais foi desativada em 1996 (Herold, 2015, p.242).

⁶⁸ João Batista Marchese exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Encantado em três períodos: de 03/03/1945 a 15/11/1945; de 21/06/1946 a 25/04/1947; e de 06/12/1947 a 13/03/1948 (Herold, 2015, p.68).

tarde, foi eleito deputado estadual⁶⁹ pelo PSD no Rio Grande do Sul. Falecido em 1995, aos 87 anos, João B. Marchese é cultuado não apenas como sócio-fundador da cooperativa, mas como idealizador dos princípios norteadores da mesma, que compõem seu legado. Os tributos públicos a João B. Marchese, além de outras iniciativas de enaltecimento de sua imagem, como o registro e a publicação de sua história de liderança na cooperativa⁷⁰, manifestam a vontade de memória da própria empresa, juntamente com seus associados – pequenos e médios produtores rurais – e colaboradores, já que o fortalecimento do vínculo da cooperativa com a história da própria cidade, especialmente as trajetórias dos pioneiros e dos colonos descendentes de imigrantes europeus, agrega valor à marca e a todos os envolvidos que se reconhecem nos antepassados cultuados. O depoimento do Presidente do Conselho de Administração da Suíno Mais, que chamarei de Enrico Bellini, reforça essa narrativa:

“E a razão de existir de uma cooperativa grande como é a Suíno Mais mostra a *grandeza das famílias associadas que temos na nossa região*. São pequenos, hoje médios produtores, porque cresceram na atividade. Essa é a razão, a natureza, a essência, a cultura estão exatamente aí. *Se tinha na etnia lá atrás, raízes de cooperativismo, pelas experiências europeias, italianas, alemãs, lusas, polonesas, enfim, mas já estamos na terceira ou quarta geração e isso acaba sendo cultivado*, estamos numa das regiões mais cooperativistas do país, chegando a níveis europeus. Mostra que a diferença que a Suíno Mais faz e fez na nossa região é o que mostra o valor que esse associado tem. O recado que eu dou é a frase que João Batista Marchese falou há muitos anos, que é ao redor de uma mesa que a gente senta, resolve os problemas, busca soluções, todos pensando no bem comum e não em si próprio. Esse é o grande lema que nos traz até aqui e é isso que deve ser seguido,

⁶⁹ João Batista Marchese exerceu o mandato de deputado estadual por nove anos (31/01/1951 a 31/12/1959), além de assumir o mandato de deputado estadual durante 209 dias como suplente da bancada do PSD (01/02/1960 a 07/05/1961) (Herold, 2015, 68-69).

⁷⁰ Cito três iniciativas desse tipo. Uma delas foi o lançamento, em 2015, de um livro intitulado “A força dos pequenos, a crença no trabalho, a fé no progresso”, de Celso Luiz Herold. O livro, que conta com um capítulo dedicado a João B. Marchese, foi escrito tanto a partir de pesquisa histórica em documentos, atas e jornais, como através do resgate de arquivos pessoais e da recordação de conversas entre o autor e Marchese ao longo dos anos de convivência na cooperativa (Herold, 2015). Outra iniciativa do tipo, mais recente, foi a publicação, em 2017, de um livro chamado “Os destemidos”, de Tânia e Charles Tonet. O livro foi encomendado pela “Suíno Mais” à empresa Três Tempos – Memória Corporativa, para comemorar os setenta anos da cooperativa. A Três Tempos é especializada em compor histórias empresariais, que – segundo informações do próprio site da empresa – eternizaria o legado dos fundadores e líderes das instituições, estimularia o reconhecimento aos responsáveis pela perpetuação da empresa, afloraria o sentimento de pertença entre os funcionários, aumentando a produtividade dos mesmos e legitimaria o discurso da marca. Informações disponíveis em: <<http://www.3tempos.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2018. Na primeira parte do livro elaborado pela Três Tempos é abordada a história do desenvolvimento do cooperativismo na Europa, que se inicia com a criação da Sociedade dos Probos de Rochdale, na Inglaterra, em 1844, apresentada como a primeira cooperativa da história. Também são explanados os fundamentos da doutrina cooperativista e os diferentes modelos que surgiram na Europa, os quais são relacionados, na segunda parte, à fundação da “Suíno Mais” pelos descendentes de imigrantes italianos, apresentada como pioneira no contexto sul-rio-grandense. O livro “Os destemidos” foi lançado em um evento comemorativo dos 70 anos de fundação da “Suíno Mais”, no dia 15 de junho de 2017, sendo distribuído aos 600 convidados presentes. Na ocasião também foi exibido aos convidados um vídeo institucional que foi produzido pela TOO Comunicação e seguia o enredo do livro de Charles e Tânia Tonet.

essa é razão da existência e da fundação da cooperativa 70 anos atrás.”. Enrico Bellini, 57 anos. (Entrevista publicada em revista comemorativa de 70 anos da “Suíno Mais”).

Ainda que constitua um discurso oficial de uma empresa em particular, como condição para sua eficácia, é necessário que ele invoque elementos centrais de repertórios identitários e valores que tem apelo na sociedade local, ou seja, que são dotados de sentido coletivo. A estratégia de distinção adotada pela cooperativa – que ressalta sua origem europeia e se apropria de trajetórias idealizadas de imigrantes pioneiros – é comum a outros âmbitos, como o privado, via indivíduo ou família, que é um meio de diferenciar-se socialmente. Esses recursos pressupõem um mercado regional e nacional de bens simbólicos, onde as identidades étnicas são distintamente avaliadas, relacionando-se de forma hierárquica. Dois elementos já discutidos – a crença na vocação para o trabalho e para o empreendedorismo dos ítalo-gaúchos – são novamente acionados como virtudes dos imigrantes pioneiros que foram transmitidas para as novas gerações, seja por linha de descendência como qualidade inata, seja pelos costumes e valores culturais ensinados e assim perpetuados. As concepções de natureza e cultura se entrelaçam e se sobrepõem nesses discursos que se autodenominam étnicos. Na citação acima, se fala de uma só vez em “natureza”, “essência”, “cultura”, “etnia” e “experiência” sem fixar os sentidos das palavras, mantendo-os fluidos, como é comum na linguagem cotidiana.

A eleição da trajetória de vida de João Batista Marchese como digna de consagração pública em Encantado indica elementos peculiares à forma de constituição da italianidade na cidade. Ademais as virtudes civilizatórias já citadas, como o pioneirismo, o empreendedorismo – que por sua vez está associado a outras qualidades, como criatividade, persistência, hábito de poupança e crença no trabalho duro como valor –, a religiosidade, a honestidade, a moralidade e a centralidade da família, outros princípios morais são mobilizados como símbolos de demarcação das fronteiras de pertencimento do grupo dos ítalo-gaúchos em Encantado. O associativismo e o valor da cooperação mútua estariam do mesmo modo na veia e na alma dos imigrantes europeus – italianos e alemães, principalmente, mas também lusos e poloneses – e dos seus descendentes que se estabeleceram na região do Vale do Taquari. Conforme Herold:

“A segunda guerra mundial travada nesse período, também trouxe uma série de mudanças nos conceitos econômicos e sociais para Encantado e região. Houve um grande crescimento, porque atçou a criatividade e o espírito empreendedorista que o imigrante colonizador trazia nas veias. Como os imigrantes alemães e italianos, principalmente, foram maioria, não se esquecendo dos demais, traziam na bagagem

uma grande força para o trabalho e um espírito comunitário e associativo, com facilidade encontravam as soluções para as dificuldades que surgiam pela frente.” (2015, p.28).

Se João Batista Marchese assumiu a liderança na mobilização dos colonos da região e na concretização do projeto cooperativista, o mérito do sucesso do empreendimento não seria exclusivamente dele, pois já se atribuía – conforme o imaginário étnico dominante – o “espírito comunitário e associativo” aos imigrantes italianos e alemães e aos seus descendentes. Herold argumenta que:

“A comunidade, agregada ao valor de cooperação mútua e recíproca, construía escolas, mantinha igrejas, pavilhões, estradas, enfim era a comunidade que realizava as obras que proporcionavam melhores condições de vida e convivência de seus habitantes, das pessoas. Na verdade, faltava-lhes algo comunitário que proporcionasse melhores condições no que dizia respeito ao capital, ao investimento, ao crescimento econômico. [...] Consequentemente pode-se afirmar que não foi necessária a doutrinação, a fundamentação de seus princípios, a justificação da necessidade de cooperação. Isso já estava na alma dos produtores que cooperadamente já tinham construído bens e serviços comunitários, que cresceram nas condições sociais. [...] Se buscar historicamente o cooperativismo na região, este tem aqui o seu principal ponto de sustentação. O produtor já vivia o conceito, na prática de seus interesses sociais. Somente lhes faltava atender seus interesses econômicos.” (2015, p.19-20).

De acordo com essas narrativas locais, existiria uma cultura de cooperação mútua já consolidada na região antes mesmo da divulgação da doutrina cooperativista com fins econômicos. Há, de fato, um vasto registro das principais obras comunitárias⁷¹ de Encantado nos livros de Gino Ferri (2007, 2015), que exalta a vitalidade da cultura de cooperação da população como um todo, cuja participação ocorria por meio do empenho do próprio trabalho em mutirões, da doação de materiais de construção e até mesmo de terrenos. As famílias que mais contribuíram materialmente para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços comunitários – como capelas, igrejas, centros de saúde, escolas, estradas, entre outros – ao longo da história de Encantado são destacadas por Ferri (2007, 2015). Em Encantado, as próprias edificações erigidas através de doações, como a Igreja Matriz, costumam apresentar inscrições em placas comemorativas agradecendo a comunidade de modo geral e as famílias particulares que contribuíram mais substancialmente, cujos sobrenomes⁷² são exibidos com distinção.

⁷¹ Entre as principais obras comunitárias citadas por Ferri estão a construção, as reformas e as ampliações da Igreja Matriz São Pedro, a Capela e o colégio Santo Antônio, a primeira Casa de Saúde de Encantado e a antiga instalação do Hospital Santa Terezinha (Ferri, 2015).

⁷² Constam em uma placa na Igreja Matriz as seguintes homenagens: “HOMENAGEM DE GRATIDÃO. A Paróquia São Pedro de Encantado presta sua homenagem de gratidão aos doadores dos vitrais. VITRAIS ANTIGOS (1956): Alunos Esc. M. Margarida; Ângelo Dal Pascoal; Ângelo Ecker; Ângelo Preto; Antônio Buffon; Armínio Miotto; Associação Sant’Ana; Carlos Giordani; Capelas Nossa Senhora Auxiliadora, São Carlos, São Francisco, São João, São Luiz, São Marcos, São Roque, Santa Terezinha,

A inclusão do legado da vida pública de João Batista Marchese na tradição de memória de Encantado como ilustre sócio-fundador, idealizador e líder cooperativista demonstra a continuidade da valorização da imagem do “colono” através do elogio à força e ao sucesso do cooperativismo que uniu os pequenos produtores rurais da região, em sua maioria, descendentes de imigrantes europeus que se organizavam em unidades produtivas familiares. Seguem estrofes de um poema escrito pelo tradicionalista Jorge Moreira sobre a fundação da cooperativa, em comemoração aos seus setenta anos:

“[...] O *colono* trabalhava
De sol a sol, todo o dia...
E aquilo que produzia,
Nos mais pesados momentos,
Mal dava pro seu sustento,
Embora a *fibra de imigrante*
Que o transformava num gigante
Correndo atrás do alimento!

*Da força desse trabalho
Nasceste “Cooperativa”,
Reunindo as forças vivas,
Colonos, suinocultores,
Que enfrentaram dissabores,
Lutando de peito aberto
Pra encontrar o que era certo
E saírem vencedores!*

Nestes teus setenta anos
Que comemoras festiva,
A memória mais se aviva,
Pois não és mais a esperança,
Hoje és de fato a pujança
De uma feliz realidade
Que orgulha o campo e a cidade:
Com labor tudo se alcança!
Verteste o suor dos colonos
De mãos rudes, calejadas,
Surgiste quase do nada,
Com poucos bens materiais,

Santo Antônio; Cyro Crist; Dr. Darcy Conceição; Dr. Erioh Annerl; Ema e Inês Fontana; Ernesto Lavratti; Ernesto Santini; Família Zuchetti; Filhas de Maria – Associação Católica; Guerino Sangalli; Guilherme Sulzbach; Irmãos Berté; Irmãos Lahude; Hélia C. Cé; José Pozza; Pompílio e Ênio Costi; Ricardo Martini; Sétimo Pangelli e famílias. VITRAIS ATUAIS (1999): Androaldo Conzatti; Albino E. Zuchetti; Alcides Preto; Alexandre R. Schmitz; Anilo C. Turatti; Armando L. Reali; Associação Sant’Ana; Balduino Caumo; Carlos A. Schäffer; Carlos Giordani; Catequese Familiar; Chapeação e Pintura Chanan LTDA; Coriolano F. Rodriguez; “*Suíno Mais*”; Derci Tramontini; Dorvalino Magagnin; Dorvalino Pattussi; Doutor Benato; ER. Seguros - Adm. Ênio Röhsig; Fam. Luiz Ferri; Fam. Maioli; Farmácia Berté; Gênês Vescovi; Hermes e Sérgio Goldoni; Hugo Peretti; Irmãos Lahude; João Arlindo Deves; João e Angelina Zilio Baldo; Lino Denes; Lino Tramontini; Marcos Tonin; Paroquianos; Pastoraes Paroquiais; Pedro Fontana; Pedro L. Nolibos; Raul Castoldi; Severino Bertozzi; Severino Augusto Preto; Sicredi; Sociedade Beneficente Santo Antão; Soc. Cemit. São Pedro; Valdir R. Bagatini e famílias. Comunidades: São Carlos, São José; Santo Agostinho.”. Além dessa placa única com múltiplos agradecimentos, foram fixadas placas individuais debaixo de cada vitral da Igreja Matriz São Pedro com duas homenagens por vez a pessoas, famílias ou empresas específicas que doaram recursos para a compra dos vitrais novos.

*Respeitando os ideais
Da causa cooperativista
Do seu maior ativista,
Líder de grande valor
E o seu maior Defensor,
SEU MARCHESE, O JOÃO
BATISTA! [...]* (Poema publicado em revista comemorativa de 70 anos da “Suíno Mais”, grifo meu).

A crença no trabalho como valor em si, que dignificaria o homem, e como meio de ascensão social é reafirmada nos versos acima, sendo resumida na sentença: “Com labor tudo se alcança!”. O pendor ao trabalho é atribuído pelo poeta à “fibra de imigrante” que os colonos teriam herdado dos antepassados. Essa autoimagem centrada na descendência europeia é constantemente acionada nos dias atuais por parte da população encantadense como razão para a alegada qualidade superior dos trabalhadores da região, como veremos. As trajetórias de vida perpetuadas pela memória coletiva não são, pois, aleatórias: são escolhidas pela sua capacidade de transmitir os valores socialmente relevantes em um contexto histórico particular. Ademais, a celebração da figura de João Batista Marchese, sempre associada à criação da cooperativa, evoca uma multiplicidade de itinerários de colonos que atualmente são rememorados pelos descendentes como exitosos. Geralmente ao reconstituírem o itinerário dos antepassados, conforme Zanini (2004), os descendentes ítalo-brasileiros reproduziriam uma estrutura discursiva composta por três etapas: migrar (“a travessia”), colonizar e ascender. De acordo com essa estrutura, a migração representaria o início da ruptura da condição de despossuído pelo antepassado que, no sul do Brasil, conquistaria o status de civilizador e de proprietário (Zanini, 2004). Veremos que a narrativa de fundação da cooperativa é estrategicamente incorporada a essa narrativa maior que recapitula os itinerários das famílias de imigrantes europeus que aportaram na região. Segue um trecho de um vídeo institucional da Suíno Mais:

“Com muitas promessas do governo brasileiro, aqui chegados os imigrantes encontraram uma situação diferente da prometida, porém tinham a certeza de terem feito a opção correta, perante o desemprego, a fome e o desalento que abatia na Europa. Cerca de 50 mil alemães e 100 mil italianos vieram para o Rio Grande do Sul. Esses imigrantes moldaram uma nova cultura no Brasil. A proximidade das propriedades favoreceu o associativismo, propiciando desenvolvimento e a criação do cooperativismo brasileiro. Em 1880, os imigrantes italianos iniciaram o povoamento da Região Alta do Vale do Taquari. [...] Em 1946 surge a ideia da constituição de uma cooperativa de suinocultores em Encantado, a Suíno Mais. Com a intenção de acabar com a exploração por parte dos frigoríficos, os colonos se organizam em cooperativa para assim terem o seu próprio frigorífico. Em 15 de junho de 1947 a ideia foi aceita e o então prefeito de Encantado, João Batista Marchese, um homem simples e de ideias claras foi convidado a liderar o

movimento, com isto deixando o seu cargo para se dedicar a nova cooperativa com a crença na sua convicção: “Só existe justiça social com o cooperativismo””.

Se a vinda dos antepassados para o Brasil é representada pelos descendentes como a superação da condição de servo para a de senhor, a fundação da cooperativa pelos pequenos proprietários rurais é retratada como um passo a mais nessa mesma direção. De acordo com esses discursos, a união dos suinocultores via cooperativa criaria as condições para que os associados se libertassem do grande poder de mercado que a indústria de suínos exercia sobre eles, já que passariam a produzir para seu próprio matadouro e frigorífico. Sobre os ideais da causa cooperativista defendidos por João Batista Marchese, Herold afirma (2015):

“A função social do empreendimento [a cooperativa Suíno Mais], idealizado pelo Sr. João Batista Marchese é imensurável e permanece porque seu fundador sempre foi um homem simples, honesto, correto, desprendido de seus próprios interesses, voltado ao homem simples da terra, o colono, como sempre gostava de dizer. Um grande líder, político nato e perspicaz, um empreendedor com visão de futuro, um batalhador por ideias que sempre continham a esperança de melhores dias, aos menos privilegiados. [...] Via, que na ação cooperativa haveria justiça social, distribuição de renda e conseqüentemente, melhoria nas condições sociais de todos, respeitadas as individualidades. Via, também, que no cooperativismo a liberdade seria respeitada, as ideias partilhadas e seria oportunizado o crescimento dependendo apenas do interesse de cada um.” (Herold, 2015, p.69-70).

Embora o elogio ao cooperativismo se apresente à primeira vista, nesse contexto, como uma forma de valorização dos pequenos produtores rurais enquanto tais, o reforço de sua doutrina pode ser utilizado para reabilitar a crença na meritocracia, como ocorre acima. Que essa crença seja forte entre os ítalo-brasileiros não é uma surpresa, visto que o culto aos pioneiros – os antepassados que migraram e efetuaram a ruptura, conforme definição de Santos e Zanini (2009) – é amplamente difundido em seu meio. Dito de outro modo, os antepassados são valorizados em grande medida através da reconstituição dos seus itinerários de sucesso, geração a geração, em narrativas que atribuem o mérito ao esforço dos próprios indivíduos, ao mesmo tempo em que reafirmam a crença nas virtudes étnicas (Zanini, 2004). Como corolário, os colonos que se destacaram política ou economicamente tendem a ser retratados como heróis pelos seus descendentes e pela comunidade ítalo-brasileira. Encantado não é uma exceção, além dos cultos oficiais aos imigrantes pioneiros – especialmente os que contribuíram para a implantação da vila de São Pedro de Encantado e das primeiras linhas rurais de colonização, mas também aqueles que se notabilizaram como precursores em diversas áreas, como a agropecuária, o comércio, a indústria e a política – conduzidos pelos

poderes públicos, existem também os cultos à ancestralidade de caráter mais particularizado, posto que realizados no seio familiar. Estes últimos serão tratados mais adiante.

Ao longo do tempo, os poderes públicos locais juntamente com setores da iniciativa privada investiram na divulgação da suinocultura como diferencial da cidade, além de assegurarem a competitividade do setor. A instituição de uma festa gastronômica para promoção do consumo de produtos suínos – a “Suinofest”⁷³ – em 1995 é um demonstrativo da visibilidade e da importância conferida ao setor suinícola no município. Realizada anualmente, a Suinofest foi iniciativa do município, dos criadores de suínos e das indústrias frigoríficas⁷⁴ da região e de outras entidades, que ambicionavam promover a cidade de Encantado em roteiros turísticos do Vale do Taquari e reabilitar⁷⁵ o consumo de carne suína e seus derivados em um contexto de

⁷³ As atrações e atividades desenvolvidas na Suinofest abrangiam: 1) degustação de pratos da culinária gaúcha e italiana, privilegiando os elaborados a partir de produtos suínos e de outros alimentos produzidos por agroindústrias e produtores locais; 2) oficinas gastronômicas direcionadas à valorização da culinária da região e ao fortalecimento da suinocultura; 3) salão de compras com expositores comerciais, industriais e de serviços, incluindo máquinas, equipamentos agrícolas, veículos, confecções, calçados, acessórios, perfumaria, produtos de beleza, artesanato, decoração, cama, mesa, banho, móveis, colchões, livros e animais de pequeno porte; 4) feira da agroindústria familiar com produtos regionais, como doces, compotas, conservas, sucos, mel, derivados de cana de açúcar, derivados de carne suína, geleias, frutas cristalizadas, panificados, biscoitos, queijos, massas, farinha de milho, cuias, plantas e flores; 5) apresentações culturais e artísticas regionais, especialmente as tradicionalistas e nativistas gaúchas; 6) seminários para debate de temas relevantes ao setor suinícola como cooperativismo, desenvolvimento regional, inovações tecnológicas em suinocultura, segurança, sustentabilidade e turismo; 7) Divulgação de roteiros turísticos de Encantado elaborados pela Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales, que atualmente incluem paisagens naturais, monumentos históricos, museus, bibliotecas, fábricas e estabelecimentos comerciais. O roteiro começa com a Lagoa da Garibaldi, seguida pela visita à fábrica da Divine Chocolates Finos, à Casa do Artesão, à loja MarciArtes, especializada em decoração com peças de madeira personalizadas, à Casa de Cultura Dr. Pedro José Lahude, que abriga o Museu Municipal, a Biblioteca Pública Municipal e o Espaço Literário Gino Ferri, para conhecer a história de Encantado e região, à Igreja Matriz São Pedro, ao Memorial Gino Ferri e, por fim, ao Parque e Memorial “Suíno Mais”, que conta a história da empresa desde a fundação da cooperativa até o presente. Informações disponíveis em: <<http://www.amturvales.com.br/roteiros/roteiro-encantado>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

⁷⁴ Refiro-me à “Suíno Mais” e ao frigorífico Costi S/A. Vale ressaltar que a primeira indústria a se instalar no município de Encantado foi o frigorífico Costi S/A, em 1906. Antigamente denominada “Costi & Filhos”, essa empresa contava com um matadouro e frigorífico de suínos instalados na cidade de Encantado e atuava na industrialização da banha (Ferri, 2015). Posteriormente a empresa “Costi & Filhos” foi desmembrada entre os herdeiros, dando origem a outras instalações industriais em Putinga, Passo Fundo e Anta Gorda (Ferri, 2015). Em 1996 a empresa “Costi & Filhos” entrou em falência. O Parque Industrial da Massa Falida Costi abrigou de 2007 a 2013 a Frigovale. Após um ano e meio fechado, as instalações da antiga “Costi” foram adquiridas pelo Grupo Quinta do Vale Alimentos, que implantou uma indústria de embutidos no local, em funcionamento até os dias atuais.

⁷⁵ Uns dos recursos utilizados para a reabilitação do consumo de produtos suínos foram os seminários gratuitos oferecidos ao público nas edições da Suinofest, os quais discutiram diversos temas pertinentes ao setor suinícola, entre eles, a promoção da noção de “suíno light” ou “porco-carne”. O objetivo era valorizar o suíno, um dos principais produtos das agroindústrias e dos criadores da região, desvinculado-o do difamado “porco-banha”, que é geralmente associado pelo senso comum ao colesterol alto e às doenças cardiovasculares (Ferri, 2015). Nas palavras espirituosas de Ferri, “*o porco fez regime e se tornou suíno*” (2015, p.146).

crescente substituição destes por outras fontes de proteínas e gorduras tidas como mais saudáveis (Ferri, 2015). Como evento gastronômico, a Suinofest investe na culinária italiana e gaúcha, especialmente nos pratos a base de produtos suínos e de outros fornecidos pelas agroindústrias locais, como leite, erva-mate e embutidos. Ademais a promoção da suinocultura em toda sua cadeia produtiva, as edições da Suinofest costumam ser espaços de divulgação de empresas, associações e estabelecimentos comerciais locais, além dos produtores rurais da região, que contam com estandes reservadas na feira. A última edição da Suinofest⁷⁶, cuja programação pude acompanhar pessoalmente, ocorreu nos dias 9, 10, 11, 16, 17 e 18 de junho de 2017, no Parque João Batista Marchese, situado no bairro Lambari, a dois quilômetros do centro de Encantado. Diversas casas comerciais na cidade – das mais variadas especialidades, como papelarias, lojas de roupas, calçados, doces, eletrodomésticos e móveis, entre outras – enfeitaram-se com a temática “suína”, exibindo ilustrações divertidas ou bichos de pelúcia de “porquinhos” em suas vitrines. Os postes das principais ruas da cidade, especialmente as que conectavam o centro urbano ao espaço do evento, foram pintados com fchas horizontais nas cores vermelha, branca e verde, que correspondem às da Bandeira do Município que, por sua vez, faz alusão à Bandeira da Itália. Por ser um dos maiores eventos de Encantado, que atraem visitantes⁷⁷ da região e de fora dela, a Suinofest é uma oportunidade do município se representar para si e para o outro. Em outras palavras, é um espaço de difusão de construções identitárias e imaginários coletivos dotados de força na comunidade local. A invocação da italianidade e das tradições gaúchas através da culinária e das manifestações culturais, como dança, música e teatro, que compõem a tônica do evento da Suinofest, nos diz muito sobre quais dentre as identidades acionáveis pela população encantadense são valorizadas e, por conseguinte, gozam de visibilidade no mercado simbólico da região.

⁷⁶ A Suinofest de 2017 reuniu um conjunto de empresas privadas, associações, instituições e órgãos públicos como diferentes tipos de colaboradores do evento.

⁷⁷ Mais de 32 mil pessoas passaram pelo Parque João Batista Marchese durante os seis dias da Suinofest de 2017. A entrada no parque é gratuita, o que dá acesso ao pavilhão de expositores industriais, comerciais e de serviços, à feira da agroindústria familiar e de animais de pequeno porte, à praça de alimentação, às apresentações culturais e artísticas e aos seminários e oficinas de gastronomia. Apenas a entrada no Salão Gastronômico é paga (76 a 80 reais por adulto), pois inclui o consumo liberado dos pratos e das bebidas do cardápio. A edição de 2017 alcançou público de 9.554 pessoas no Salão Gastronômico. Além disso, o Festival de Compras movimentou dois milhões e meio em negócios. Informações da “Assessoria de comunicação do Festival de Compras e Gastronomia da Suinofest” disponíveis em: <<http://www.suinofest.com.br/author/admin/>> Acesso em: 12 mar. 2018.

Consagrando identidades nos lugares de memória

É preciso considerar que a definição do que é representativo da região não é dada pela realidade objetiva, mas sim matéria de disputas entre diferentes percepções da realidade. No contexto histórico de Encantado, além de os imigrantes europeus serem priorizados no processo de ocupação do território através das políticas de Estado, suas narrativas sobre os vínculos que construíram com o espaço urbano foram consagradas em numerosos lugares de memória. As relações de poder operam desde a definição das narrativas oficiais, até na construção do que será promovido como “típico”, “nativo” ou “regional”. As relações sociocsmológicas dos grupos indígenas Kaingang com o território do Vale do Taquari, por exemplo, não tem espaço no imaginário coletivo dominante. Em consonância, os grupos indígenas Kaingang não encontram espaço para a comercialização do artesanato confeccionado por eles nas feiras de grande porte da região (Lappe & Laroque, 2016, p.12), como é o caso da Suinofest. O indígena é resgatado apenas em algumas representações sociais locais, como nas artes, mas está associado exclusivamente ao passado, sem viva relação com o presente de Encantado. Já o negro não tem espaço nesses imaginários, em nenhuma temporalidade.

O eixo da identidade do encantadense está fundamentado na construção da memória coletiva de colonização italiana na cidade. Mesmo um rápido passeio pelas ruas de Encantado é capaz de evidenciar a autoimagem construída pelo nativo da região. Há diversos monumentos que homenageiam os colonos italianos como valorosos desbravadores e como imigrantes laboriosos, que construíram a cidade com o esforço de seu trabalho, como o abaixo:



Imagem 10 - A Igreja Matriz São Pedro em conjunto com o Painel Encantado ao Imigrante, em primeiro plano, foram adotados como símbolos oficiais do município. O mosaico que estampa a entrada da igreja foi inaugurado em memória do início da colonização italiana no município de Encantado, que remonta ao ano de 1882. Tirada em: 12/08/2015.

O mosaico intitulado “Painel Encantado ao Imigrante”, que é revestido com retalhos de cerâmica, está localizado no centro das escadarias da Igreja Matriz, com vinte e cinco metros de comprimento. Ele representa a chegada dos imigrantes italianos e o seu trabalho em prol do desenvolvimento de Encantado. Foi inaugurado em 1971 para perpetuar a passagem do centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (Ferri, 2015). Outro lugar de memória importante é a seguinte praça:



Imagem 11 – Praça do Centenário. 17/08/2015.

O monumento acima foi inaugurado em celebração ao centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, em 1975. Erigido no centro da Praça do Centenário, o monumento representa um casal de pioneiros italianos com trajes camponeses. Há uma placa com os dizeres: “Homenagem dos descendentes aos pioneiros italianos que aqui implantaram uma nova civilização. Encantado, maio de 1975.”. Representando as qualidades imaginadas dos ítalo-gaúchos, os pioneiros são celebrados em vários outros lugares de memória como esse. Cabe observar que o imaginário que circunda os heróis fundadores, que analisamos detidamente, corresponde em grande medida à imagem do imigrante desejado pelas autoridades públicas nas políticas imigrantistas de colonização para desempenhar a função de colono. Conforme Seyferth, a partir dos debates articulados pela elite econômica e política do Brasil durante o século XIX, estabeleceu-se que o imigrante ideal para desempenhar a função de colono deveria ser “branco, camponês ou artesão, saudável, resignado, sóbrio, apegado ao trabalho, maleável e submisso às autoridades.” (1991, p.165). O objetivo não era atrair um europeu genérico, mas um tipo de colono específico: moralizado, ordeiro, acompanhado da família, que viesse realmente a se fixar nos assentamentos coloniais, de forma definitiva, sem rebelar-se contra a precariedade das condições de vida e de trabalho. Muitas dessas características são valorizadas até hoje pelos ítalo-gaúchos, que as incorporaram em sua

autoimagem. Sobre a construção e invocação da forma italiana de ser pelos ítalo-gaúchos, Zanini sumariza:

“Ser ítalo-brasileiro significa ser portador de uma história de sucesso e membro de um grupo que manteve, apesar de todas as dificuldades, uma determinada ordem moral. Significa, em suma, ser uma pessoa boa, ordeira e, acima de tudo, trabalhadora.” (2004, p.61).

Até os dias atuais a figura do “vagabundo”, “preguiçoso” ou “boa-vida” são execradas pelos indivíduos que reivindicam a italianidade como identidade étnica. Esses comportamentos são representados como exógenos ao grupo étnico por definição. Avaliações morais do outro são formas comuns de demarcação das fronteiras de pertencimento do próprio grupo étnico.

A tradição de memória não é reservada apenas a lugares institucionais, como os monumentos públicos que analisamos. Ao explorar a seção categorizada como “regional” na Biblioteca Municipal de Encantado, me chamou a atenção a existência de numerosas publicações independentes sobre a história de famílias de imigrantes, principalmente italianas, mas também de outras nacionalidades, como alemã, síria, libanesa, entre outras. Nas sociedades contemporâneas, o dever de memória não se mantém restrito ao Estado, à Igreja ou às elites, conforme Pierre Nora (1993), mas popularizou-se ao ser internalizado por indivíduos e famílias comuns que veem a materialização de suas memórias particulares como um meio de reencontrem suas identidades e pertencimentos. Compartilhar a história da família, especialmente a dos antepassados mais longínquos identificados, faz parte da sociabilidade em Encantado. Observei por diversas vezes esse tópico surgir espontaneamente em conversas, nas quais os participantes contavam entusiasticamente sobre as origens estrangeiras de sua família, os sobrenomes do lado paterno e materno, quem foram os primeiros emigrados, os hábitos alimentícios e outros costumes dos antigos, enquanto também perguntavam a respeito das histórias dos demais. Questionada, eu revelava a minha ascendência italiana, do lado materno, mas sem ter o que acrescentar a respeito da história da família em si, que se perdeu. Até meu namorado, Rafael, que fora me visitar nas férias, foi questionado por Dora, uma senhora de aproximadamente setenta anos, durante uma confraternização de fim de ano dos Leigos Scalabrinianos, em 2016. Dora perguntou se ele era italiano ou alemão, como se essas fossem as únicas possibilidades, embora seus

traços físicos⁷⁸ não sugerissem tais ascendências. Constrangido pela pergunta inusitada, sorrindo, ele respondeu que era apenas goiano. Assim como eu, estava claro que ele era um forasteiro, já que os presentes sabiam que éramos de Brasília, além dos nossos sotaques serem um lembrete constante. Ainda que Rafael fosse da região, a descendência italiana ou alemã não seriam as únicas alternativas. Questionamentos do tipo, que se apoiam em um imaginário restrito a respeito da formação étnica da população, demarcam fronteiras de pertencimento, quem está dentro e quem está fora.

A realização de pesquisas sobre a origem genealógica das famílias, até chegar aos antepassados que emigraram da Europa, é extremamente comum entre descendentes de italianos na Região Sul do Brasil. Segundo Zanini (2004), as motivações que sustentam a popularização das práticas de investigação das origens familiares são de ordem pragmática, como o acesso à cidadania italiana e a oportunidades de trabalho e de estudo no exterior, e de ordem simbólica, uma forma de tributo aos antepassados e, simultaneamente, de valorização dos descendentes contemporâneos. Ao reconstituir as memórias e os itinerários dos antepassados, explorando questões como a motivação da emigração e a origem geográfica dos pioneiros na Itália, os descendentes se apropriam de uma história particularizada da saga familiar como patrimônio simbólico, agregando-a a sua própria identidade (Zanini, 2004). Além da reafirmação étnica, muitas vezes o projeto familiar de investigação das origens oportuniza a inserção em redes transnacionais de reciprocidade, como as alicerçadas na italianidade, em identidades italianas regionalizadas (como lombardos, vicentinos, trentinos, vênets, friulanos, mantovanos, sicilianos, napolitanos, piemontês, entre outros) ou em famílias que compartilham um mesmo sobrenome e, por vezes, um brasão. Se as investigações sobre as histórias imigratórias dos antepassados abrem portas para a inserção em redes de trocas mais amplas com indivíduos que compartilham uma origem comum, as novas tecnologias de comunicação e de deslocamento funcionam como facilitadoras nesses processos experimentados como jornadas de redescoberta do eu.

No contexto de Encantado, há uma valorização das famílias que reconstruíram os itinerários de sucesso dos antepassados que emigraram da Itália – e de outros países europeus – que conferem prestígio às mesmas. Como afirma Zanini (2004), a saga imigrantista da família é acionada como patrimônio simbólico pelos ítalo-gaúchos. Nas hierarquias assim configuradas, há diferentes situações. Apresento, por um lado, o relato

⁷⁸ Ele se autodenomina “pardo”. Tem cabelos escuros, olhos castanhos e pele amorenada, com tonalidade clara. No contexto brasileiro, ele poderia ser classificado como “branco”.

de Joscelito⁷⁹, que é funcionário da linha de produção do frigorífico há mais de quinze anos. Ele contou que sua família é de origem italiana, mas que não conhece muito a respeito dos itinerários dos seus antepassados. As poucas informações que ele dispõe se devem ao fato de um parente seu ter consultado a matriarca da família para realizar uma atividade do colégio sobre árvore genealógica. Tardamente, ele quis sistematizar a história dos antepassados, mas a matriarca já tinha falecido e sua família não guardava registros que pudessem auxiliar na reconstituição da memória. Já Fabrício se relaciona de outra forma com a história da família. Há dois anos ele fez contato com parentes até então desconhecidos na Itália através de uma rede social, ao notar que compartilhavam o mesmo sobrenome. Com a troca de informações, eles conseguiram estabelecer o grau de parentesco: a família da Itália descendia dos irmãos do avô de Fabrício. Desde então eles se aproximaram, mantendo conversas semanais pela internet. Os pais de Fabrício falavam o “dialeto”⁸⁰, que aprenderam com os avós que emigraram da Itália. Na geração de Fabrício, apenas ele falava o “dialeto” por opção, já os irmãos não teriam se interessado em aprender a língua dos antepassados. Com a aproximação com a família na Itália, Fabrício reformulou suas noções de pertencimento, aprendendo sobre as diferenças entre as tradições cultivadas nas regiões de colonização italiana no Brasil e os costumes existentes na Itália contemporânea. O contato pela internet oportunizou o planejamento de visitas mútuas entre as famílias em Encantado e em Trento, na Itália. Primeiro, os recém-descobertos parentes da Itália se hospedaram na casa de Fabrício. No ano seguinte, eles insistiram para que a família de Fabrício retribuísse a visita, presenteando-os com passagens aéreas. Com a viagem para Trento, Fabrício teve a oportunidade de conhecer uma série de particularidades da vida de seus antepassados, tendo inclusive se hospedado na mesma casa que fora de seu avô, ainda conservada pelos familiares. No contexto de Encantado, os intercâmbios entre ítalo-brasileiros e italianos não são estimulados apenas na esfera da família, mas se estendem para outros meios, como congressos religiosos, eventos culturais e artísticos, como os festivais de

⁷⁹ Nesta tese, atribuo nomes fictícios a todos os meus interlocutores, como forma de proteger a privacidade de cada um.

⁸⁰ Meu interlocutor se refere à fala dialetal italiana que é mantida por parte dos descendentes de italianos no Brasil, que difere da língua italiana contemporânea. Antes da unificação da Itália, em cada reino ou região predominava um dialeto próprio, por vezes, incompreensíveis entre si. Apenas com a criação do Estado-Nação da Itália, na segunda metade do século XIX, adotou-se o dialeto de Florença como língua oficial do país. Os dialetos italianos que existem atualmente no Rio Grande do Sul derivam dos dialetos das regiões italianas de onde partiram os imigrantes com destino ao Brasil, a partir do século XIX. Os dialetos italianos falados no Brasil se desenvolveram de forma distinta das variantes faladas na Itália, pois tiveram influências distintas. Os primeiros teriam guardado mais semelhanças com os dialetos arcaicos, ou melhor, com as variantes linguísticas faladas na Itália do século XIX.

danças folclóricas, e outras atividades articuladas pelas autoridades municipais⁸¹ e por diversas instituições, como a Associação Ítalo-Brasileira (ASSIBRE) e o Círculo Trentino. A ASSIBRE⁸² foi fundada em 1994 com a missão de difundir a cultura, os costumes e os valores étnicos italianos, assim como congregar os descendentes de imigrantes italianos e incentivar o intercâmbio cultural, científico, tecnológico, industrial e comercial com a Itália (Ferri, 2007). A entidade mantém o “Cantuccio Letterario Italiano”, que contém livros e vídeos no idioma italiano sobre história, literatura e cultura. O próprio Ferri é um entusiasta da causa, já tendo desempenhado a função de presidente e de vice-presidente da entidade. Fundado em 2003, o “Círculo trentino di Encantado” é uma entidade italiana de caráter regionalizado, que representa os descendentes da região de Trento.

A construção local do tradicionalismo gaúcho

A identidade de descendente de italianos não é a única que goza de prestígio na região do Vale do Taquari, o gaúcho também é considerado um modelo de representação identitária para os grupos étnicos locais. Conforme Oliven (2006), o movimento de apropriação da figura idealizada do gaúcho como símbolo da identidade sul-rio-grandense se iniciou em meados do século XIX. Sobre os valores que compõem o imaginário heroico do gaúcho, Oliven resume:

“Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura,

⁸¹ A Administração Municipal de Encantado incentiva o intercâmbio entre Brasil e Itália através de algumas iniciativas. Em 2017, por exemplo, a Administração Municipal de Encantado custeou viagens com destino à Itália (translado e estadia de dez dias) para as vencedoras do Concurso das Soberanas de Encantado, que ocorreu na ocasião da festa de comemoração dos 102 anos de emancipação político-administrativa de Encantado, no dia 31 de março de 2017. É um costume do município de Encantado e também de outros do Vale do Taquari escolher de tempos em tempos (atualmente com intervalo de 4 anos) as chamadas “soberanas” da cidade, uma “corte” com uma rainha e duas princesas, que passam por um concurso de beleza, desfiles e entrevistas, sendo escolhidas por jurados em um evento público. O evento reuniu quase 3 mil pessoas, segundo a imprensa local, no ginásio do Parque João Batista Marchese. Foram escolhidas a Rainha Daiane Bergamaschi e as Princesas Thais Maria de Lima Agostini e Letícia Baroni, cujos sobrenomes de origem italiana são evidentes. A rainha recebeu o prêmio de R\$3.000, enquanto as princesas receberam R\$1.500 cada, além de uma viagem para a Itália. As 19 candidatas representavam diversas entidades e empresas de Encantado, que se inscreveram no concurso. Ver notícia sobre o evento no site da Prefeitura: <<http://www.encantado-rs.com.br/site/noticia.php?id=3861>>. Acesso em 26 abr. 2017.

⁸² Segundo a imprensa local, após a reativação da sala da ASSIBRE, em julho de 2016, a entidade iniciaria um projeto para a elaboração de um livro “Os Italianos” dividido em fascículos onde cada família interessada poderia contar a história dos seus antepassados, resgatando assim a memória da colonização da cidade pelos imigrantes italianos. Fonte: <<http://www.encantado-rs.com.br/site/noticia.php?id=3542>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.” (Oliven, 2006, p.66).

A diversidade étnica, cultural e social da população do Rio Grande do Sul não impediu a eficácia da representação do “gaúcho” como tipo dominante no estado, apesar de remeter a um modo de vida campeira que teria existido apenas nas regiões pastoris da Campanha (Oliven, 2006). Em outras palavras, as tradições construídas como tipicamente gaúchas – que envolvem uma série de imagens como o peão de estância, o galpão, o cavalo, o chimarrão e o churrasco, entre outras – inexistiam nas regiões de colonização alemã e italiana, mas foram adotadas a partir de meados do século XX, com a expansão dos Centros de Tradição Gaúcha (Oliven, 2006). Como o município de Encantado foi constituído historicamente como área de minifúndios de colonização predominantemente italiana, a popularização⁸³ dos costumes, valores e formas de sociabilidade atribuídas às estâncias de gado – características das áreas pastoris de latifúndio de colonização lusa – se deu a partir de 1961, com a criação da primeira entidade tradicionalista gaúcha da cidade: o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Giuseppe Garibaldi. Jorge Moreira, um dos fundadores do CTG, recriou esse momento em versos, como os seguintes:

“Dou de rédeas ao meu verso
Que sai chucro da memória.
Vou recontando as histórias
De uma *saga de pioneiros*,
Os *legítimos tropeiros*
Que na poeira e na fumaça,
Mesclando sangue e raças
Por amor à Tradição
Fizeram brotar do chão
Nosso guapo CTG
Cuja importância já se vê
Pela imponência do Galpão... [...]” (2001, p.5-7, grifo meu).

Primeira estrofe do poema “CTG Giuseppe Garibaldi – 40 anos”.

⁸³ Antes da fundação do CTG, o uso da indumentária gaúcha, por exemplo, não era comum em Encantado. De acordo com Moreira (2001), a Diretoria do CTG Giuseppe Garibaldi decidiu que não seria obrigatório o uso da pilcha de gaúcho (bombachas, botas, lenço e chapéu) durante o primeiro baile promovido pela entidade, chamado de fandango, pois comprometeria o número de participantes, visto que poucas pessoas na cidade possuíam esse tipo de vestimenta. Moreira também afirma que as primeiras invernações artísticas apresentadas por outros CTGs convidados à cidade de Encantado conquistaram rapidamente o público “não só pelo *ineditismo das danças* como também pela beleza e uniformidade das coreografias” (2001, p.20). Essas informações dadas por Moreira sugerem que a difusão de práticas tidas como tradicionalistas gaúchas foram posterior à fundação do CTG Giuseppe Garibaldi e devido à atuação pedagógica do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

A escolha da expressão “saga de pioneiros” por Moreira para se referir aos esforços conjuntos de criação da entidade não parece ser fortuita, pois remete a uma categoria revestida de prestígio e poder na região: a de civilizadores que os imigrantes europeus – especialmente os italianos – e seus descendentes construíram para si na região. A autenticidade das tradições gaúchas celebradas pelo CTG de Encantado é reafirmada por Moreira ao reverenciar os fundadores, que inclui o próprio autor, como “legítimos tropeiros”, independente da origem étnica dos mesmos. No prefácio do livro de Jorge Moreira, Gino Ferri aborda a “mescla de sangue e raças” através da trajetória de vida do autor que, nas palavras de Ferri, se casara com uma mulher de origem itálica “numa perfeita miscigenação, no caldeamento de raças, legando aos seus descendentes, as belas tradições luso-italianas” (Moreira, 2001, p.8). De ascendência lusa, Jorge Moreira nasceu no município de Cruz Alta⁸⁴, que se consolidou como ponto de pouso de tropeiros em fins do século XVIII. Embora não seja condição necessária para atuar no movimento tradicionalista gaúcho, Jorge Moreira veio – de fato – de uma região em que as figuras dos peões e dos tropeiros eram dominantes. Ainda sobre o prefácio da obra de Moreira, Gino Ferri segue argumentando que, embora a maior parte da população encantadense tenha ascendência italiana, esta teria aderido com facilidade aos usos e costumes do “elemento étnico luso”, que o autor identifica como a origem da tradição gaúcha⁸⁵, citando como exemplos o chimarrão, o carreteiro, o churrasco, a feijoada, as lides campeiras, a bombacha, o fandango e as carreiras de cancha reta. Cabe observar que somente as nacionalidades europeias recebem destaque no elogio ao “caldeamento de raças” que comporia o novo tipo social, o gaúcho. De acordo com Oliven (2006, p.68-73), a construção da identidade regional do Rio Grande do Sul na tradição literária e na historiografia gaúcha do século XIX e XX foi caracterizada pela ocultação e

⁸⁴ Intitulada como “cidade dos tropeiros”, Cruz Alta está localizada na Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense, a 238 km de Encantado. No final do século XVII, essa área estava na rota dos tropeiros que partiam das fronteiras argentina e uruguaia com destino à feira de Sorocaba para comercialização de mulas.

⁸⁵ Nas disputas em torno da identidade gaúcha, o Movimento Tradicionalista Gaúcho – associação que congrega os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins desde 1966 – arroga para si o direito de definir os critérios de autenticidade da cultura gaúcha e dos seus valores tradicionais, com o intuito de combater o que classificam como descaracterização dos costumes, o que proporciona à associação maior controle sob o mercado de bens simbólicos do estado (Oliven, 2006, p.175-176). Segundo Oliven: “Os tradicionalistas foram inventando e se apropriando de uma série de tradições, algumas das quais se tornaram tão populares que frequentemente são consideradas como sendo de origem folclórica apesar de seus criadores sempre ressaltarem que elas são criações suas.” (2006, p.170). Constam entre as reapropriações de costumes de diferentes origens e invenções da tradição as músicas, coreografias e indumentárias (pilchas e vestidos de prendas) hoje consideradas tradicionalistas (Oliven, 2006, p.166-177). Não obstante, Oliven (2006, p.178) adverte que atualmente existem outras expressões culturais gaúchas fora da esfera dos CTGs que gozam de reconhecimento social, disputando fatias do mercado de bens simbólicos rio-grandense.

depreciação da participação negra, indígena e mestiça na formação do “tipo gaúcho”, que é representado exclusivamente a partir do fenótipo branco.

É notória a predominância dos sobrenomes de origem lusa entre as lideranças do movimento de criação do CTG, que contava com Jorge Moreira, Oly Antão da Rosa, Dr. Darcy Conceição, Osvaldo Campos de Oliveira, Clovis Pereira, Edvi Duarte, Alfeu Perez, Tenente Osvaldo de Souza, entre outros. Não obstante, mesmo em seu início, o movimento tradicionalista contou com a ampla adesão de famílias de origem italiana e alemã, que constam nas comissões coordenadoras registradas por Moreira (2001). Ademais, o prefeito municipal Francisco Borsatto Filho e o padre Ernesto Alitti, importantes representantes do poder executivo e da Igreja Católica na cidade, ambos de origem itálica, foram escolhidos como presidentes de honra no ato de fundação do CTG em 1961. Somado a isso, a escolha do nome da entidade tradicionalista – “CTG Giuseppe Garibaldi” – é outro indicativo do interesse dos sócio-fundadores em enaltecer a nacionalidade dos imigrantes pioneiros que erigiram a cidade, que corresponde à origem de grande parte da população encantadense. Segundo Moreira, a opção pela denominação “Giuseppe Garibaldi” foi uma forma de homenagear um herói da “Epopéia Farroupilha” que ainda era italiano, o que seria adequado para uma cidade, nas palavras do autor, com “99% de sua população de origem italiana” (2001, p.14). Cabe ressaltar que a Revolução Farroupilha está no centro da simbologia rio-grandense (Oliven, 2006, p.77), pois a partir dela se idealizou o panteão de heróis do Rio Grande do Sul, referência na construção da identidade gaúcha e dos seus valores. Como uma espécie de mito fundador da identidade rio-grandense, a Revolução Farroupilha é evocada a partir dos anos 20 como expressão heroica do patriotismo gaúcho, apesar da evidente dimensão separatista do movimento que deu origem à malograda declaração de independência da “República Rio-Grandense” (Oliven, 2006, p.75-76). Em outras palavras, para que a Revolução Farroupilha fosse habilitada como mito fundador da identidade rio-grandense sem, contudo, negar a brasilidade dos gaúchos, foi necessário ocultar os aspectos separatistas do movimento através de releituras historiográficas. Embora o culto à Revolução Farroupilha seja eivado de contradições, ele se mantém firme enquanto simbologia da identidade gaúcha, pois seria capaz de representar – de acordo com Oliven – a tensão entre autonomia e integração que caracterizaria a relação entre o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil. Nas palavras do autor:

“Enfatizar as peculiaridades do estado e simultaneamente afirmar seu pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade

gaúcha, que é projetada do passado até nossos dias, informando a ação e criando práticas no presente.” (Oliven, 2006, p.13).

No contexto de crescente centralização econômica, política e administrativa que foi instaurado no país a partir da Revolução de 1930 e que caracterizou a Era Vargas, era imperioso afirmar-se enquanto parte da nação brasileira, o que influenciou – segundo Oliven (2006) – a dimensão patriótica associada à positividade da identidade rio-grandense. O desafio de construir a unidade da nação brasileira em meio a diversidade interna do país – racial, linguística e cultural – mobilizou a intelectualidade brasileira e se tornou prioridade dentro da agenda política do Estado por sucessivos governos, até a maior consolidação do processo de integração econômica e política nacionais, em fins dos anos 70. A criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas de Encantado em 1961 se inscreve nesse contexto de crescente centralização do Estado, em que o ideário nacionalista era dominante. Embora a campanha de nacionalização violenta tenha encontrado seu auge no Estado Novo (1937-1945), que reprimiu as manifestações étnicas por parte dos imigrantes e dos seus descendentes por enquadrá-las como riscos à integridade da nação, é plausível que as marcas das perseguições sofridas tenham subsistido na memória desses grupos⁸⁶. Nesse sentido, se posicionar publicamente como gaúchos e, portanto, como brasileiros, era ainda mais significativo para os descendentes de italianos, que assim procuravam afastar a desconfiança direcionada a eles como elementos antagônicos aos interesses nacionais. Outra motivação para os colonos acionarem a identidade gaúcha, como indica Oliven (2006, p.114), era acessar símbolos de prestígio social, já que a imagem do gaúcho – vinculada à elite pecuarista do estado – era idealizada como um tipo socialmente superior em comparação ao pequeno agricultor familiar.

Sobre a adoção das tradições rio-grandenses por italianos em Encantado, Jorge Moreira conta um fato curioso. No período em que assumiu a patronagem do CTG (1963-1969), Jorge Moreira convidou Remo Murer – um italiano de nascimento – para exercer a função de tesoureiro da entidade:

⁸⁶ Um dos efeitos duradouros da perseguição sofrida por imigrantes italianos e seus descendentes durante a II Guerra Mundial no contexto do Rio Grande do Sul foi o desencadeamento do processo de “varredura cultural”, como Zanini denomina a estratégia de defesa adotada por famílias de imigrantes que passaram a destruir quaisquer vestígios de pertencimento italiano e a ocultar a memória dos antepassados das gerações seguintes, movidas pelo temor de sofrer repressões por parte do Estado e da sociedade envolvente (2004, p.54-55). Devido ao posicionamento político adotado pelo Brasil na II Guerra Mundial, na época os imigrantes e descendentes de italianos, alemães e japoneses foram tratados pelo governo brasileiro como inimigos nacionais em potencial.

“Teve um italiano legítimo, que veio da Itália para Encantado e foi meu tesoureiro durante todos os anos em que fui Patrão. Era o Remo Murer, tinha uma barbearia na frente do Posto Schell. Este, também, *apesar de italiano, assumiu a pilcha gaúcha e as tradições do Rio Grande.*” (2001, p.52, grifo meu).

Alguns anos depois, esse mesmo italiano foi indicado por Jorge Moreira e seus apoiadores para assumir o posto de Patrão do CTG Giuseppe Garibaldi. Sobre a repercussão disso, Moreira comenta:

“Houve até algum comentário contra esta indicação. Ora, diziam, onde já se viu um italiano ser Patrão de CTG. Mas mantivemos nossa indicação e o elegemos para espanto dos pelo-duros⁸⁷.” (2001, p.57).

Moreira chama de “pelo-duros” a ala que se opôs à indicação de Remo Murer à presidência do CTG, sugerindo assim que o motivo da resistência era a crença de que um italiano, por mais que cultivasse as tradições rio-grandenses, não seria jamais um gaúcho “autêntico”, por não ser o Rio Grande do Sul a sua terra de nascimento. No entanto, o apoio se mostrou maior e Remo Murer foi eleito o Patrão do CTG, exercendo a função entre 1971 e 1973. Ser autenticamente gaúcho não é um dado da natureza incontroverso, mas uma construção histórica cujo critério de autenticidade é objeto de disputa entre grupos étnicos e raciais. Nesse sentido, essas categorias identitárias são definidas a partir de relações de poder que privilegiam certos grupos em detrimento de outros, situando estes como verdadeiros “guardiões da tradição” por serem reconhecidos enquanto “nativos” de uma região, ou melhor, como legítimos ocupantes de um território. No Vale do Taquari, os descendentes de colonos de origem europeia, que ocupam posições socialmente dominantes na região, não sofreram rejeição do Movimento Tradicionalista Gaúcho ao aderirem aos costumes prestigiados como rio-grandenses. A categoria identitária gaúcha se mostra, de fato, mais acessível a grupos brancos de ascendência estrangeira em comparação a grupos não-brancos nacionais, como indígenas e negros. No tradicionalismo gaúcho, os negros⁸⁸ encontram mais dificuldade para serem integrados às atividades sociais e à organização das entidades, embora a discriminação seja muitas vezes escamoteada por outras justificativas, como é

⁸⁷“Pêlo-duro” é um termo popular rio-grandense que, a depender do contexto, assume um dos três sentidos a seguir: 1) cavalo sem estirpe, resultante do cruzamento de várias raças; 2) indivíduo rude, sem educação, com modos grosseiros; 3) gaúcho autêntico, “crioulo”, genuinamente rio-grandense. Fonte: <http://www1.prefpoa.com.br/pwmove/cidadao.php?reg=45&p_secao=158>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁸⁸ Nos registros fotográficos dos grupos de dança tradicionalista gaúchas de Encantado, que constam no livro de Moreira (2014), a maioria dos integrantes era branca, mas também se observava a participação de não-brancos, ainda que extremamente incomum. Vale registrar que uma garota negra do Grupo de Artes Nativas Anita Garibaldi de Encantado – Bruna Gomes Dalpian – conquistou o títulos de 1ª Prenda Mirim do GAN de 2004/2005, de 1ª Prenda mirim da 24ª Região Tradicionalista de 2005/2006 e de 2ª Prenda da 24ª Região Tradicionalista de 2012/2013. Ela se destaca como a única integrante negra em uma série de fotos dos grupos de danças mirim e juvenil dos anos de 2003, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2013.

comum ao racismo à brasileira (Oliven, 2006, p.161-162). Sobre a figura idealizada do gaúcho, Oliver afirma:

“Trata-se de uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando fora a metade do território sul-rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais. [...] o tipo representativo do Rio Grande do Sul continua a ser a figura do gaúcho da Campanha como teria existido no passado. Se a construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos alemães e italianos, ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio que comparecem no nível das representações de uma forma extremamente pálida. (Oliven, 2006, p.154-155).

Os índios até figuram no imaginário gaúcho, mas isso não se traduz em um reconhecimento efetivo do valor dos grupos indígenas contemporâneos. Assim como na construção da nacionalidade brasileira, na formação da identidade rio-grandense não há espaço para os indígenas reais, pois o elemento indígena só aparece no nível das representações a partir da apropriação folclórica de seus símbolos pelos grupos sociais dominantes. Estes estereotipam e romantizam a figura do índio, descolando-a da realidade das etnias indígenas remanescentes no estado, cujas lutas por direitos se mantêm invisibilizadas. Em relação ao negro, se sua existência generalizada no Rio Grande do Sul durante o século XIX não é ocultada pela historiografia gaúcha, é menosprezada quanto à importância econômica que desempenhou. O fato de o fluxo regular de escravos ter sido decisivo para a economia da região, principalmente a partir do fim do século XVIII, como força de trabalho nas charqueadas e nas fazendas de criação de gado e, em menor medida, na produção de trigo, é geralmente ignorado pela historiografia (Oliven, 2006, p.69). É necessário ainda considerar os efeitos nocivos do mito da democracia racial sulina, que nega a desumanização imposta aos negros escravizados na história do estado, obscurecendo a permanência dos preconceitos raciais no presente. Na mesma direção, se atribui ideais abolicionistas à Revolução Farroupilha, os quais não correspondem à realidade, já que os farroupilhas, mesmo tendo incorporado número significativo de negros nas tropas rebeldes, não tinham interesse no fim da escravatura negra, que de fato continuou após a assinatura da paz com o Império.

Ainda sobre o movimento tradicionalista em Encantado, uma segunda entidade foi criada em 1994, a partir da dissidência de lideranças femininas e de um grupo de mães de prendas e peões filiadas ao CTG Giuseppe Garibaldi, cuja patronagem se recusava a oferecer espaço e recursos para o desenvolvimento de projetos no campo das Invernadas Artísticas Mirim e Juvenil, dando prioridade ao Rodeio Crioulo Estadual

(Moreira, 2014). A fim de investir mais nas atividades artísticas voltadas às crianças e adolescentes, que incluiriam não apenas as manifestações culturais gaúchas, mas também as danças italianas tradicionais⁸⁹, e nas iniciativas de resgate dos usos, costumes e história do Rio Grande do Sul, um grupo decidiu fundar o Grupo de Artes Nativas Anita Garibaldi (GAN) em 1994: Juliana Fontana, Rejane Nedeff, Lani Marchioretto, Ivete Almeida, José Marchioretto e Márcia Raquel Graciola (Moreira, 2014). Embora não figure entre os fundadores, Jorge Moreira foi convidado a participar da comissão para elaboração do Estatuto da entidade tradicionalista.

O caráter da dupla identidade ítalo-gaúcha é evidenciado pela proposta do GAN que, mesmo priorizando as tradições classificadas como rio-grandenses, abre espaço para a cultura italiana, legitimada a partir do discurso de reconhecimento da contribuição da etnia italiana para a formação do gaúcho contemporâneo. O engajamento de ítalo-gaúchos em entidades tradicionalistas como o GAN Anita Garibaldi ainda é capaz de oportunizar uma inserção diferenciada em redes internacionais através da participação em festivais de danças folclóricas em vários países⁹⁰, como Alemanha, Holanda, Itália e Polônia, onde os grupos de danças promovem o folclore gaúcho, fortalecendo essa dimensão de suas identidades.

Durante a Semana Farroupilha⁹¹, as atividades artísticas, campeiras e culturais promovidas pelas entidades tradicionalistas do município obtêm maior evidência e participação popular⁹², pois são realizadas no centro da cidade – na praça da Bandeira – onde é montada uma estrutura para os festejos. As comemorações se iniciam com o acendimento da Chama Crioula, símbolo dos festejos alusivos ao período revolucionário

⁸⁹ Em 1994, foi fundado um grupo de dança italiana “La Campanella” dentro do GAN Anita Garibaldi.

⁹⁰ Segundo Moreira (2014), a apresentação do grupo de dança folclórica gaúcha do GAN na Alemanha, em 2007, foi oportunizada por um convite do Centro de Apoio a Pesquisas e Encontros Familiares (CAPEF), da cidade de Teutônia/RS, para representar o Brasil no 10º. Encontro Internacional de Grupos de Danças Folclóricas na cidade de Lagenbeck na Alemanha. Nessa ocasião, os integrantes do grupo se apresentaram em duas cidades alemãs e em uma holandesa. A participação do grupo no Circuito de Festivais de Verão da União Folclórica Italiana, em 2009, ocorreu a partir de um convite feito por um grupo de dança italiana que conheceram na Alemanha. Nessa oportunidade, o grupo também participou do “XIV Incontro Internazionale Gruppi Folcloristici”, do “22º. Festival Internazionale Del Folklore”, do “41º Festival Del Folklore Aviano” e do “20º International Folk Festival of Treviso”. Já em 2013, o grupo participou de diversos festivais de folclore na Polônia.

⁹¹ Comemorada anualmente entre os dias 14 e 20 de setembro, a Semana Farroupilha é um período especial de culto às tradições gaúchas que celebra os heróis da Guerra dos Farrapos (1835-1845). A Semana Farroupilha foi oficializada no Rio Grande do Sul pela Lei Estadual Nº 4.850, de 11 de dezembro de 1964.

⁹² Há outros eventos de caráter tradicionalista, como o Rodeio Crioulo Estadual, que consiste em um concurso de atividades campeiras e artísticas. Entretanto este é realizado no Parque João Batista Marchese, a dois quilômetros do centro de Encantado e não em praça pública, em pleno centro.

e culminam no dia do gaúcho⁹³, que é feriado no Rio Grande do Sul. Geralmente a abertura é realizada com um desfile de cavalarianos – membros de entidades tradicionalistas – que conduzem a centelha até o acampamento farroupilha, sendo recepcionados por autoridades do município. A programação⁹⁴ inclui desfile, atrações musicais, apresentações de grupos de dança folclórica, teatro, oficinas e preparo de costelões à moda gaúcha, no fogo de chão. Os símbolos da identidade gaúcha, que remetem aos valores rurais de um passado idealizado, são evocados nesses eventos. Sobre os valores morais do gaúcho, Juliana Fontana, então Prenda do CTG Giuseppe Garibaldi, afirma:

“O amor ao pago, a nossa querida querência, o *desejo de estar próximo à natureza* e a habilidade em achar nas outras querências os desempenhos e contornos da nossa – o Telurismo é típico, é único, é simplesmente gaúcho. A identificação a qual temos pelo *fogo de chão*, pelos pássaros, pelas *lides campeiras*, pelos rios e arroios, pelas coxilhas e montanhas, pelo mar, pela *campanha*, respeitando a natureza antes mesmo de ser moda a ecologia. [...] No dia a dia, ao oferecer um *chimarrão* exercitamos a *Hospitalidade*, e a vontade de bem estar e bem viver com os outros. A Hospitalidade do gaúcho é conhecida em todos os cantos do País e do mundo. Eram nos *galpões* e ainda hoje são nas *fazendas e estâncias* de fato, principalmente, onde o *Patrão e o Peão irmanam-se nas rodas de mate ou na churrasqueada*. Lembro do meu Pai preparando suas caçadas, sempre levava pacote de cigarro para os Peões e o garrafão de vinho para o Patrão porque sabia que seria bem recebido com toda a Hospitalidade e que acabaria sentado à mesa para saborear uma especialidade da “Patroa”. [...] O feliz e saudável hábito de “valer o fio do bigode”, ou o de “*honrar com a palavra empenhada*”, compõem o viver em sociedade, respeitando as organizações, a *família*.” (Moreira, 2001, p.131-135, grifo meu).

A fala acima foi apresentada em um congresso tradicionalista pela prenda Juliana Fontana que, anos depois, já adulta, foi uma das lideranças do movimento pela fundação do GAN Anita Garibaldi. Ela reproduz a noção dominante de que o caráter do tipo gaúcho foi constituído pela relação particular com a natureza, mas ao invés de enfatizar as adversidades da vida campeira e a necessidade constante de dominar as forças da natureza, como é comum a esses discursos de glorificação do gaúcho e de sua virilidade, agrega a marca das novas gerações através da consciência ecológica moderna. Os costumes e os valores celebrados como tipicamente gaúchos remetem ao ambiente das fazendas de criação de gado da Campanha: as lides campeiras, o fogo de chão, as churrasqueadas, as rodas de mate nos galpões das estâncias e a sociabilidade

⁹³ Com o decreto Nº 36.180 de 18 de setembro de 1995, o Dia o Gaúcho, ápice da comemoração da Revolução Farroupilha, se tornou feriado civil no Rio Grande do Sul, constituindo um incentivo à sua celebração. A data faz referência ao início da Revolução Farroupilha, decretada em 20 de setembro de 1835, com a invasão de Porto Alegre pelos rebeldes.

⁹⁴ O evento é realizado pela Administração do Município com apoio de entidades tradicionalistas, associações e empresas.

idealizada entre patrões e peões. Ao falar do irmanamento que uniria a classe senhorial e a servil no ambiente das estâncias, Juliana Fontana faz referência o mito da democracia sulina, que idealiza a tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e peões, ocultando as relações de dominação e as formas instituídas de distinção social. Vale observar que diversos atributos da imagem que os gaúchos construíram para si – valores morais conservadores – correspondem a outros eleitos pelos descendentes de italianos como forma de ser: um tipo ordeiro, trabalhador, honrado, que respeita a família como pilar da sociedade e é devoto a Deus. Além das expressões campeiras, o modo de ser do povo rio-grandense compreenderia os atributos idealizados dos heróis farroupilhas: um tipo livre, bravo, que luta por causas nobres, pela liberdade, igualdade e justiça, com um senso de civismo elevado e, acima de tudo, amor à pátria.

Embora a população gaúcha seja culturalmente heterogênea, tendo se formado ao longo da história a partir da contribuição de grupos étnico-raciais distintos, muitas vezes o gaúcho é mobilizado discursivamente como se constituísse um tipo único, especialmente quando contraposto a indivíduos ou grupos de outras regiões do Brasil (Oliveira, 2006, p.142). Assim como os descendentes de italianos, os gaúchos também acionam um discurso étnico para reforçar a identidade distintiva do grupo, delimitando suas fronteiras de pertencimento. Outra semelhança está na força da crença na transmissão das qualidades étnicas – modo de ser e agir, virtudes e valores – às gerações seguintes, independente do local de fixação dos descendentes, seja pelo poder atribuído ao sangue ou à cultura gaúcha. As identidades itálica e gaúcha se combinam nos discursos dominantes dos grupos locais, que ora enfatizam uma dimensão, ora outra, posto que ambas são valorizadas no mercado de bens simbólicos local. Entretanto, é necessário manter em perspectiva que há uma série de outras identidades marginalizadas acionadas por grupos étnico-raciais minoritários que lutam por reconhecimento no contexto de Encantado.

CAPÍTULO II

Retóricas de raça e etnicidade na construção das hierarquias de poder locais

“O belo nome que a cidade e o município ostentam com ufania, desde os tempos anteriores à colonização, “ENCANTADO”, teve sua origem em épocas remotas, que se perdem nas brumas dos tempos. Chegou até o homem civilizado [sic] através da tradição de uma *velha lenda indígena*, transmitida oralmente, primeiro entre os índios e, posteriormente, ratificada e consagrada pelos primitivos moradores e pelos colonizadores, como uma expressão de “encantamento”, “enlevo”, “sedução”, ou mesmo de “espanto”. Assim, fala a lenda do “riacho encantado”: ‘Muito tempo antes de Encantado ser colonizado, o índio “Maná”, cacique da tribo que habitava a região, certa noite, ao navegar pelo rio Taquari, “Tebiquary”, em sua canoa, acompanhado por dois componentes de sua tribo, quando se encontravam nas proximidades da foz de um riacho, avistaram um vulto branco, sem precisarem exatamente sua forma, o qual, ao pressentir a aproximação dos indígenas, jogou-se nas águas profundas do rio, desaparecendo como por encanto. Perplexos, diante de tão misteriosa visão, o cacique e seus companheiros ficaram mudos de espanto, como que “encantados” diante do desconhecido, sem poderem pronunciar qualquer palavra. Somente depois de passados alguns instantes, refeitos do susto, é que o cacique conseguiu balbuciar algumas palavras, ainda sob forte impressão do que presenciara.’. Esta *lenda* tornou-se conhecida, e o riacho em cuja foz se dera a visão foi denominado de arroio “encantado”, cujo nome permanece até os dias de hoje.”. (Ferri, 2007, p.31, grifo meu).

Há uma série de narrativas⁹⁵ que são mobilizadas pela população da região com o intuito de explicar a origem do topônimo “Encantado”. A que apresento acima através das palavras de Ferri é a que tem prevalecido nos dias atuais. A atribuição do nome da cidade à “velha lenda indígena” do riacho encantado não resulta, como foi exposto no capítulo anterior, em uma valorização efetiva dos grupos indígenas contemporâneos e nem mesmo dos grupos étnicos indígenas que habitavam a região no século XIX. Trata-

⁹⁵ Ferri apresenta duas versões concorrentes do que ele chama de “lenda”: a exposta na citação que abre o capítulo e outra que atribui a escolha do nome aos colonizadores italianos, que teriam se surpreendido com a paisagem avistada, “encantando-se” com a grandiosidade da natureza exuberante. Aquela versão foi defendida por Ferri (2007, 2015) como a mais plausível, por remeter o surgimento da denominação ao chamado “período indígena”. Isso porque o registro mais antigo do topônimo ‘Encantado’ data de 1856 – o termo designava um arroio tributário do rio Taquari –, o que significa que o nome já era utilizado há pelo menos três décadas antes da chegada das primeiras famílias de colonos italianos que se estabeleceriam na área, fundando o antigo vilarejo de São Pedro de Encantado (Ferri, 2007, p.32-32). Um monumento foi erguido na entrada do Parque Municipal João Batista Marchese para representar a primeira versão da “lenda” sobre a origem do nome da cidade: a imagem de um grupo de indígenas navegando em uma canoa no rio Taquari. Já a segunda versão da “lenda” inspirou a confecção de uma tela que atualmente é exibida no saguão de entrada do Centro Administrativo Municipal de Encantado. A tela foi encomendada a Emil Zelinski, um artista de Porto Alegre, em 1965, para a ocasião da comemoração dos 50 anos de emancipação do município (Ferri, 2015, p.180-181). Ela retrata um grupo de colonizadores, todos brancos, acompanhados por um índio nu, que segura uma lança e se encontra a frente do grupo, sentado. No centro da tela, em pé, há um homem adulto branco, de corpo robusto, que segura um machado enquanto observa a paisagem ao longe. O restante do grupo é composto por um padre, um menino, um senhor mais velho, um colono que carrega uma enxada e duas mulheres jovens, uma delas segurando um bebê enquanto o amamenta. Todos brancos, com exceção do indígena. Ao fundo está o vale do rio Taquari.

se da mera apropriação folclórica da imagem romantizada do “índio” genérico pelos grupos sociais dominantes e não do reconhecimento do valor de grupos étnicos indígenas que ocuparam em tempos pretéritos áreas internas ao Vale do Taquari, que estavam integradas aos seus territórios tradicionais mais amplos através de relações sócio-político-cosmológicas. O não reconhecimento pleno dos vínculos de pertencimento construídos no curso da história por grupos étnicos indígenas – como os Kaingang e os Guarani – em relação a territórios situados na região atualmente denominada como Vale do Taquari indica a posição inferior ocupada por esses grupos étnicos nas hierarquias de poder locais. Como a citação acima revela ao distinguir o “índio” do “homem civilizado”, no caso, os imigrantes europeus e os seus descendentes, a noção de civilização é um critério sociocultural determinante para o estabelecimento do lugar da alteridade na região a partir da perspectiva hegemônica da sociedade encantadense e, igualmente, da chamada sociedade nacional. O “índio” idealizado é ainda vinculado a uma temporalidade radicalmente distinta: “épocas remotas, que se perdem nas brumas dos tempos”. Dinâmica esta que o aprisiona em um passado mítico, enquanto o afasta do presente, já que é erroneamente classificado como elemento estranho à sociedade moderna, desqualificado como “não civilizado, atrasado e inferior”. A retórica de raça é referência comum de uma multiplicidade de discursos dos grupos sociais dominantes que a apropriam de maneiras distintas a depender das estratégias de poder em jogo. Apesar dessa diversidade de elementos discursivos que não se apresentam necessariamente como um conjunto internamente coerente, as retóricas de raça que se sustentam na crença em uma superioridade branco-europeia subsistem enquanto cerne das estratégias de inscrição do outro no lugar de sujeito subalterno, destituído de agência histórica. No contexto local, os colonos pioneiros de origem europeia – especialmente os italianos e os alemães – são representados como heróis civilizadores por excelência, uma vez que o sucesso da domesticação da natureza e da implantação do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região são atribuídos a eles nos discursos dominantes. Nesse sentido, indígenas e colonos pioneiros estão situados em pontos opostos nos discursos étnico-raciais dominantes, que reforçam as fronteiras étnicas e a distinção nós/eles.

A sociedade encantadense se representa principalmente a partir das identidades italiana e gaúcha, as quais, não por acaso, gozam de prestígio na região e até mesmo nacionalmente (Oliven, 2006). Esse cenário, não obstante, é mais complexo do que aparenta à primeira vista, como proponho demonstrar neste presente capítulo. Há

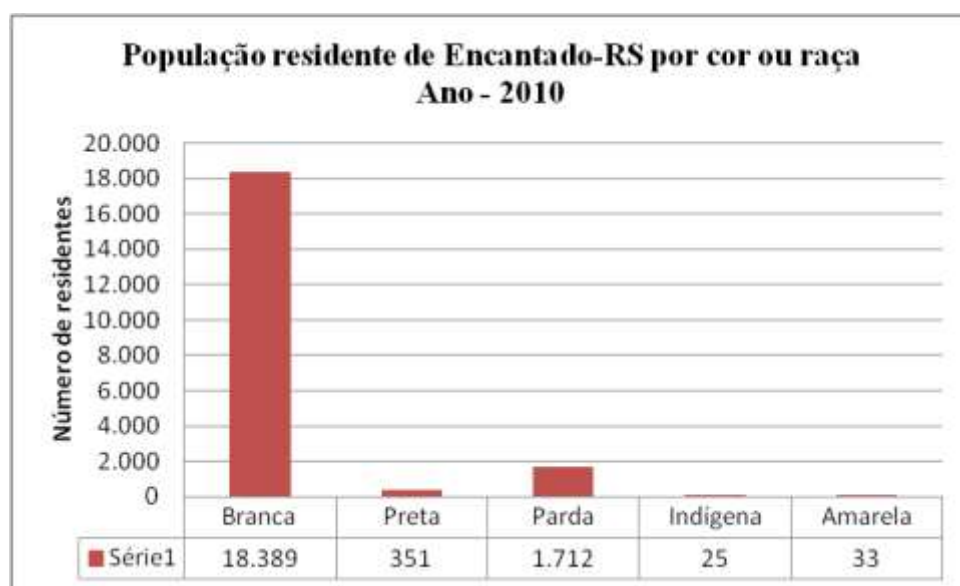
disputas internas aos grupos que se identificam como descendentes de italianos, como ítalo-gaúchos ou simplesmente gaúchos, que são engendradas por segmentos – étnicos, raciais, de gênero, de classe, religiosos, de orientações afetivo-sexuais não hegemônicas, etc. – que lutam por inclusão, maior representatividade ou maior espaço de atuação dentro dos mesmos. Há casos daqueles que se identificam como membros dos grupos étnico-regionais⁹⁶ em questão – gaúchos, ítalo-gaúchos e descendentes de italianos – mas não são plenamente reconhecidos pelos seus pares. Ademais, há outras identidades étnico-raciais em jogo que não devem ser ignoradas, pois embora não gozem de visibilidade, são fundamentais para diversos grupos locais que se encontram excluídos dos principais espaços de poder.

Os segmentos negros locais ocuparão o primeiro plano no presente capítulo, onde abordarei a reivindicação da identidade étnico-regional gaúcha pelos mesmos, além da invocação de outras identidades não-hegemônicas. O objetivo é apresentar o contexto das relações de poder entre os grupos étnico-raciais locais antes da chegada do contingente de imigrantes negros. Para abordar as percepções dos gaúchos que se autodenominam negros acerca da dinâmica das relações raciais na cidade antes da vinda dos haitianos, apresentarei no decorrer do texto fragmentos de diálogos com três membros de uma família negra estabelecida há gerações na região – os Castro⁹⁷ – que se destaca pela liderança comunitária no bairro de Navegantes, o mesmo onde os recém-chegados imigrantes haitianos irão se estabelecer a partir de 2012. A matriarca é a Mãe

⁹⁶ Assim como Oliven (2006), opto por tratar os gaúchos e os ítalo-gaúchos como grupos étnico-regionais, uma vez que se comportam como tais no curso das interações sociais, mobilizando noções de distintividade como forma de organização da interação com outros grupos, aos quais se contrapõem a partir de uma dinâmica nós/eles. O autor argumenta que: “Tradicionalmente, o gaúcho é visto pela historiografia como um tipo social para o qual contribuíram, de formas distintas, diferentes etnias: índios, portugueses, negros e depois os imigrantes alemães e italianos. Apesar dessa mistura étnica, ao se contrapor e ao ser contraposto a outros brasileiros, o gaúcho é apresentado como um tipo único. Ele acaba formando um grupo étnico cujas características homogêneas seriam transmitidas genética e culturalmente: filhos de gaúchos continuariam sendo gaúchos, mesmo quando nascidos fora do Rio Grande do Sul.” (Oliven, 2006, p.142). Nesse contexto, o culto às tradições gaúchas é um dos meios do grupo afirmar sua identidade distintiva e estabelecer fronteiras com outros grupos.

⁹⁷ Adoto um sobrenome fictício para a família, que assim como o sobrenome real, é de origem portuguesa. Optei por manter um sobrenome similar, pelo fato da origem do nome e da história que o cerca ser significativa para as relações sociais locais. Os sobrenomes e as suposições de suas origens jamais passam despercebidos no contexto urbano de Encantado. A título de exemplo, durante uma entrevista com moradores antigos de Navegantes, um senhor de idade, que chamarei de Geraldo Castro, disse: “Tem [população negra em Encantado], no nosso bairro tem aqui em baixo. Gente com mesmo sobrenome nosso, tudo preto! E não são parentes nossos, né.” (30/07/17). Ao seu lado, Antônio Castro complementou: “Nós somos Castro e tem os Castro aqui também e são crioulo mesmo.” (30/07/17). Eles se referiam a mesma família que apresento neste capítulo.

Jurema de Oxum⁹⁸, que é uma conhecida Mãe de Santo da cidade. Os outros dois membros são seus filhos, Pai Tião de Ogum⁹⁹ e Joacir Castro, que é Presidente da Associação Afro Nova Geração, de cunho não religioso. No decorrer do texto, apresentarei uma série de indicadores sociais do município anteriores ao ano de 2012, a fim de situar as trajetórias de vida da família Castro dentro do contexto das relações étnico-raciais locais, em sua dimensão socioeconômica, política, cultural e educacional. Infelizmente, não disponho de dados quantitativos mais recentes que contemplem o recorte de cor e raça para realizar uma comparação com o período posterior à emergência do fluxo de haitianos à cidade. As continuidades e as mudanças sociais engendradas com a presença do contingente de haitianos em Encantado serão sugeridas por outra via, através das percepções dos residentes estabelecidos em Encantado. Antes da chegada dos imigrantes haitianos, a composição da população de Encantado por cor ou raça era a seguinte:



Fonte: IBGE – Censo demográfico. (Gráfico de minha autoria)

A composição da população residente de Encantado por cor ou raça apresentava – e ainda apresenta – uma série de particularidades em comparação ao perfil nacional. A maior parte da população do município de Encantado se identificava como branca, mais exatamente, 89,66% dos habitantes, isto é, quase o dobro da proporção nacional de

⁹⁸ Mãe Jurema de Oxum denomina a sua fé de “Religião Afro”, sem fazer referência direta à Umbanda ou ao Candomblé. Entretanto, Mãe Jurema é filiada à Federação Espírita de Umbanda do Rio Grande do Sul.

⁹⁹ Pai Tião de Ogum foi formado como Pai de Santo pela própria Mãe Jurema, que também é sua mãe biológica. Ele denomina a religião que professa de “Religião Afro” e também usa o termo “Umbanda”.

brancos (47,8%¹⁰⁰). Já os pretos ou pardos correspondiam a 10,06% dos habitantes de Encantado, constituindo um segmento minoritário, enquanto o percentual nacional de pretos ou pardos equivalia a mais da metade da população (51,2%¹⁰¹). A região Sul apresentava esse contraste com o perfil nacional, sendo a região do Brasil com menor percentual de pretos ou pardos (21,4%¹⁰²). O município de Encantado não era completamente atípico, por conseguinte, mas se inscrevia no perfil da Região Sul, composta pelas três das quatro únicas Unidades da Federação em que as pessoas que se declararam como brancas eram maioria (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo)¹⁰³. Em relação ao contingente de imigrantes haitianos (e dominicanos) que se estabeleceu no município a partir de 2012, há apenas estimativas imprecisas, pois não se trata de uma população que se fixou permanentemente na cidade, mas de fluxos de pessoas que estão constantemente chegando, se estabelecendo mais ou menos temporariamente, incentivando e ou financiando a vinda de familiares, amigos e outros agregados, mas que também não deixaram de circular dentro do vasto campo social transnacional haitiano, seja retornando a espaços sociais já conhecidos, seja partindo com o propósito de explorar outros aparentemente mais promissores. Tendo em perspectiva esse caráter dos fluxos, que não se prestam a modelos analíticos mais estáticos, apresento como referência uma estimativa do ano de 2016, que sugeria o contingente de aproximadamente quatrocentos¹⁰⁴ haitianos na cidade. A partir disso, podemos afirmar que, ao menos no auge dos fluxos migratórios de haitianos, a população negra residente em Encantado duplicou (nessa hipótese, salta de 1,7% da população para 3,6%), embora ainda esteja muito distante de se equiparar ao segmento de habitantes brancos, que se mantém próximo de 90% da população.

¹⁰⁰ Distribuição percentual da população por cor ou raça no Brasil. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

¹⁰¹ Distribuição percentual da população por cor ou raça no Brasil. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2011).

¹⁰² Sobre a proporção da população preta ou parda nas grandes regiões do Brasil, em ordem crescente, temos: a região Sul com 21,4%, seguida do Sudeste com 43,4%, o Centro Oeste com 55,8%, o Nordeste com 70,3% e o Norte com 74,4%. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2011).

¹⁰³ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014).

¹⁰⁴ Baseio-me na estimativa apresentada pela supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais em 2016, empresa que recrutou imigrantes haitianos no Acre e em São Paulo para trabalhar na unidade frigorífica de Encantado.

Início o esboço do contexto anterior à vinda do contingente de haitianos, que ocorreu em 2012, abordando a invisibilidade do segmento negro que reivindica para si a identidade étnico-regional gaúcha. No universo tradicionalista gaúcho, os negros geralmente enfrentam mais dificuldades para se inserirem nas organizações sociais locais e para ascenderem a posições de destaque dentro das mesmas (Oliven, 2006). Segue o depoimento de Pai Tião de Ogum, um encantadense negro que atua como sacerdote umbandista na cidade:

“Claro, principalmente eu, que já fui barrado na porta de um CTG [Centro de Tradição Gaúcha] aqui em Encantado pela cor. Faz vinte anos. Eu senti na pele o que é a dor do racismo, que aconteceu comigo. E o racismo ele tá em todo o Brasil, não é só em Encantado. Só que... como que existe o racismo? É no dia a dia, não é no papel. No papel não existe mais racismo, mas na prática, no dia a dia, nas situações existe. Só que eles dão a entender que não. Que não tem como eu ir lá e dizer que eu sofri racismo, que tu não vai entender isso. É nos atos e nos gestos, por isso que muitas vezes o negro não pode tomar atitude, né?” (Pai Tião de Ogum, 36 anos, 28 de outubro de 2016).

Como foi apontado acima por Pai Tião, as barreiras de cor podem se manifestar das mais diversas maneiras, em atos declaradamente racistas e, como é mais comum, através de formas dissimuladas de discriminação. A sutileza que caracteriza os “atos” e os “gestos” de viés racista não torna o preconceito de raça menos violento, como testemunha Pai Tião, que sentiu na pele a “dor do racismo”, como ele mesmo descreve. Essa sutileza não suaviza a dor, apenas dificulta a reação por parte do discriminado, o que torna esse tipo de racismo particularmente perverso. Sobre as especificidades do racismo no Brasil, Beatriz Nascimento afirma:

“De tal forma o preconceito contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil, que ele existe latente e muitas vezes vem à tona na relação entre nós mesmos. Temos, vamos dizer, uma atitude de amor e de ódio por nós mesmos; a presença, o confronto com o outro nos incomoda também.” (Nascimento, 1974).

O racismo à brasileira seria, portanto, caracterizado por um aparente paradoxo: ele se apresentaria simultaneamente sutil e violento, latente e manifesto, com elementos de amor e de ódio nas relações intra e inter-raciais. O contexto de Encantado não constitui uma exceção às desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira. Se o racismo persiste no Brasil como problema social desde os tempos coloniais até a atualidade, no micro contexto em questão não é diferente. As desigualdades raciais no

município de Encantado podem ser evidenciadas por uma série de indicativos, como o seguinte, relativo ao ano 2000:

Taxa de alfabetização da população de Encantado-RS, segundo a cor ou raça								
Ano - 2000								
Cor ou raça	Total		Branca		Preta ou Parda		Sem declaração***	
Alfabetização	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Número de habitantes*	16.053	1.204	15.401	1.077	607	127	45	-
% **	93	7	93,5	6,5	82,7	17,3	100	-
* Pessoas de 5 anos ou mais de idade.								
** Porcentagem relativa ao total de cada categoria de cor ou raça.								
*** As categorias “amarela” e “indígena” não tiveram ocorrências.								
Fonte: IBGE – Censo Demográfico								

A proporção de analfabetos era quase três vezes maior no segmento de pretos ou pardos (17,3%) em comparação ao de brancos (6,5%), embora em termos absolutos o número de analfabetos que se declaravam como brancos seja maior, o que é esperado, já que constituíam quase 90% da população local. A partir de indicadores como esse acima, os estudos contemporâneos sobre as relações raciais no Brasil são pródigos em confirmar a importância das variáveis de raça/cor na estruturação das desigualdades em diversas esferas da vida social, como educação, saúde, segurança, mercado de trabalho, renda e acesso a bens, serviços e políticas públicas, em suma, são determinantes na estratificação social como um todo (Carneiro, 2005; Heringer, 2002; IBGE, 2015; IPEA, 2011). O fato de existir a um só tempo nas organizações sociais uma diversidade de níveis de integração do negro não significa que a barreira de cor perdeu sua eficácia, mas nos dá pistas da forma como ela opera no cotidiano. As situações variam desde a vedação do acesso de um indivíduo negro à sede de uma entidade tradicionalista, como foi o caso do jovem Tião, até a premiação¹⁰⁵ de participantes negros pelos seus desempenhos em competições e concursos no mesmo meio tradicionalista. A aceitação da presença e da participação negra varia conforme os contextos particulares, nos quais os espaços, as ocasiões e a extensão das redes de apoio são fatores determinantes. É necessário ressaltar que a superação de obstáculos por sujeitos negros em contextos específicos não anula a existência dos mesmos, apenas os confirma.

¹⁰⁵ Cito o caso de uma jovem negra que conquistou o título de 1ª Prênda Mirim de uma entidade tradicionalista da cidade, além de outras premiações nos eventos tradicionalistas da região.

A imposição da cor como principal dado de identificação dos sujeitos negros no curso da interação (Fanon, 2008; Nascimento, 1974; Ratts, 2006), independe da multiplicidade de símbolos identitários reivindicados e de engajamentos subjetivos cultivados. Nesse sentido, ela se configura como uma forma de opressão, posto que minimiza o valor das diversas identidades construídas pelos sujeitos não-brancos, a exemplo da gaúcha. A noção de corpo-documento proposta por Alex Ratts (2006) a partir de diálogo intensivo com a produção intelectual de Beatriz Nascimento explicita esse mecanismo de racialização do outro. De acordo com Ratts (2006, p.68), o olhar branco reduz violentamente o sujeito negro ao seu próprio corpo – cor da pele, feições do rosto, textura do cabelo e aparência –, convertendo-o no seu principal documento, no sentido de que será identificado e discriminado a partir dele. Sueli Carneiro analisa magistralmente o funcionamento daquilo que ela denomina de “dispositivo de racialidade”¹⁰⁶:

“[...] a redução empreendida pela racialidade transforma a negritude do negro como essência do “sujeito” (um sujeito entre aspas na medida em que essa redução redundaria na própria negação da condição de sujeito) negro construindo a supremacia da representação sobre a diversidade de “eus”. Diferentemente, à branquitude estará disponível a pluralidade de “eus” que compõem o sujeito. [...] A multiplicidade de identidades que entrecortam os indivíduos, contemporaneamente ditadas por suas diferentes inserções ocupacional, de gênero, de classe etc, desaparecem quando adentra o negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza. Todas essas outras dimensões do indivíduo negro têm que ser resgatadas a posteriori. Depois da averiguação, como convém aos suspeitos a priori. É como esse negro se recusa a sair desse lugar hegemônico, mesmo após a averiguação ele será submetido a diferentes testes para provar que seja algo além do que um negro. [...] O negro “representado”, construído pelas práticas discursivas congela os “eus” latentes no interior do corpo negro, torna-os dormentes, anêmicos, pulsões irrealizáveis pela tirania do “negro” anexado. Quando chega um branco, contudo, não sabemos diante de quem estamos.” (Carneiro, 2005, p.131,132).

Ante o olhar dos grupos racialmente dominantes, o corpo negro é um signo e como tal não se dissocia dos valores sociais de um sistema que hierarquiza os

¹⁰⁶ Carneiro (2005) aciona os conceitos foucaultianos de dispositivo e de biopoder para a análise do campo das relações raciais no Brasil, desenvolvendo-os a partir da articulação com uma série de outras perspectivas teóricas, como a ontologia de Heidegger. Seu objetivo é desvelar o mecanismo de perpetuação de práticas discriminatórias que engendram discursos, práticas educativas e não ditos e são por eles engendrados. Na abordagem da autora, a articulação entre redes de poder, saberes e modos de subjetivação é privilegiada na análise. A estratégia de imposição do epistemicídio à negritude – a negação da condição de sujeitos de conhecimento ao negros e a deslegitimação de seus saberes – e a produção de resistências à mesma são tratadas com minúcia. Ao explorar os efeitos do dispositivo de racialidade e seus impactos sobre a educação no Brasil, Carneiro esmiúça as dinâmicas de afirmação da superioridade do Eu (branco) a partir da inscrição do Outro (negro) no paradigma de inferioridade, ao mesmo tempo em que identifica as resistências produzidas enquanto práticas educadoras no seio do mesmo sistema de subordinação racial.

indivíduos e os grupos a partir de pressupostos raciais que produzem e, ao mesmo passo, naturalizam a diferença. A relação de dominação que se institui é sustentada pela fabricação de uma alteridade, o “negro anexado”, como define a autora, que é mais do que a fixação de um estigma ao corpo negro, uma vez que se trata da negação da própria condição de sujeito do Outro. Mantém-se aberta a possibilidade dos sujeitos racialmente subalternizados individualmente e situacionalmente contornarem interditos sociais, cuja aplicação não é uniforme e absoluta, mas varia conforme os espaços e as ocasiões, a inserção em redes de apoio e relações de poder econômica, política, cultural, entre outras. Após averiguação, as outras dimensões do sujeito podem ser restituídas ao negro – “pai de família”, “trabalhador”, “profissional de sucesso”, “mulher de família”, “estudante dedicada”, etc. – não obstante, ele não escapará do estado de suspeição, que é permanente, já que está inscrita no seu corpo como signo. Crítica semelhante é feita por Fanon (2008), que tematiza os desdobramentos sociais, culturais e psicológicos da opressão que constitui o olhar branco sobre o corpo negro:

“Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negritão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, e sobretudo com “y’a bon banania”. Nessa época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito longe do meu estar-aqui, constituindo-me como objeto. O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? No entanto, eu não queria esta reconsideração, esta esquematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente.” (Fanon, 2008, p.105,106).

Fanon (2008) define a “epidermização da inferioridade” como um processo de alienação ao qual o negro é submetido violentamente quando o olhar para si passa a ser um ato mediado pelo olhar branco. A relação do negro com o seu próprio corpo é radicalmente afetada, convertendo-se em dolorosa atividade de negação. O corpo racializado se apresenta como território das relações de poder, que aprisiona o negro em um tipo genérico, destituindo-o de suas singularidades. É nesse sentido que Fanon (2008) declara que o negro é apreendido socialmente como representante de sua cor, de sua raça, de seus ancestrais, ao contrário do branco, que exerce o direito de ser reconhecido *a priori* como ser singular. Ainda sobre a lógica de funcionamento do racismo, Fanon (2008) o caracteriza pelo confinamento do negro como alteridade na “zona do não-ser” em consequência da ruptura da dinâmica do reconhecimento mútuo

entre o Eu e o Outro. Não haveria “ser-para-o-outro” quando se trata da relação entre colonizados e colonizadores, uma vez que esses últimos não veem os primeiros como seres plenos e, nesse sentido, não os reconhecem como iguais. A psicologia do opressor e a do oprimido são analisadas de forma interdependente por Fanon (2008), que identifica as dinâmicas bilaterais de engajamentos subjetivos dos sujeitos na situação colonial. Nessa dinâmica perversa, a construção do não-ser é fundamental para a afirmação do ser enquanto positividade. Ou seja, o colonizador nega no sujeito colonizado as características que pretende monopolizar para si, como cultura, civilização, autodisciplina, aptidão à liberdade e a autogovernança. A consciência pungente de não ter o próprio valor reconhecido pela sociedade dominante também está presente no discurso de Pai Tião:

“O negro aqui é visto como um chinelo. Por isso que o pessoal não admite que o negro ter mais que o branco aqui em Encantado. Tipo a minha casa lá. O branco não admite que um negro possa ter feito o que eu fiz. Mas se for um de cor branca, é normal: ele foi trabalhar, lutou e conseguiu. O negro não. Não é assim? Se eu tiver um carro: ‘como que ele conseguiu e eu não consegui?’, eles vão perguntar. Mas tipo assim, se ele chegar na prefeitura com essa roupa que ele está [o irmão que estava com roupas mais formais: casaco alinhado, sapatos sociais, calça jeans escura] e eu entrar com essa [vestia um casaco gasto, gorro de lã, meias e chinelos], eu sou o lixeiro e ele é o advogado. Mas tu [como mulher branca] pode entrar do jeito que tu quiser, pela sociedade mesmo. A mesma coisa assim num jantar, um negro chega pra entrar, todo mundo para, isso aconteceu comigo. Todo mundo para pra te ver, não sabem de onde tu tirou aquela roupa mais bonita. Mas se eu for assim num jantar, ninguém te vê. E eu já penso diferente, acho que a roupa não faz a pessoa, o que faz é a sua personalidade, o caráter. E eu quando eu vou num lugar, eu prefiro dar atenção para aquele que está mal arrumado, porque lá mora a sinceridade. [...] Se for numa cafeteria ou numa balada que tem em Encantado ou num restaurantezinho, você vai ver pouco negro que vai entrar de... negro já entra com medo, sentindo o terreno pra ver o que vai fazer. Então nós negros já temos esse defeito, nós mesmos já nos oprimimos, antes de chegar num lugar”. (Pai Tião de Ogum, 36 anos, 28 de outubro de 2016).

No curso das interações sociais, os marcadores raciais e de classe exercem grande influência na configuração das microrrelações de poder, o que é reconhecido por Pai Tião. Os constrangimentos raciais se intensificam em situações de interação com pessoas de fora dos círculos sociais mais íntimos, como relata Pai Tião, que nesses contextos – enquanto negro – sente que será desprezado caso não carregue em seu próprio corpo símbolos de poder e de distinção compensatórios, como roupas de marca. O que Fanon (2008) conceitualiza como um movimento gradativo de aniquilamento do esquema corporal do negro e de “epidermização da inferioridade”, Pai Tião apreende como “defeito do próprio negro”, que pelo receio de ser discriminado adentra os ambientes sociais desconhecidos com cautela, “sentindo o terreno” antes de agir

espontaneamente. Pela sua experiência de vida, Pai Tião sente que o sucesso econômico de um indivíduo negro é geralmente visto com desconfiança pela sociedade, que não credita as conquistas do negro como mérito do indivíduo que “trabalhou, lutou e conseguiu”. Já o sucesso dos grupos racialmente dominantes seria aceito *a priori* como consequência dos seus esforços pessoais e, como vimos no capítulo anterior, também como virtude do “sangue” ou da “cultura” italiana – especialmente os descendentes de famílias pioneiras – e ou gaúcha. No momento em que Pai Tião compartilhou suas impressões acerca do racismo, não pude deixar de lembrar de uma inscrição com tom de denúncia em um muro no centro da cidade, que me marcou à primeira vista:



Imagem 12: Pichação em um muro nas ruas de Encantado.

Curiosamente a pichação com os dizeres “uns preferem morrer ao ver um preto vencer!”, que subverteu momentaneamente o silêncio acerca das desigualdades raciais, continuou intocada durante o tempo em que residi na cidade. Os elementos não-ditos do racismo são parte dos efeitos da forma como os grupos raciais dominantes no Brasil constroem suas identidades, via de regra escamoteando a dimensão racializada da branquidade. Sobre a fantasia socialmente construída da branquidade como não-marcada, afirma Ware:

“[...] ela [a branquidade] difere dos outros constructos de identidade racial por ser comumente não-marcada, invisível e, portanto, presumida como condição hegemônica” (2004, p.34).

Embora a negritude e a branquidade sejam constructos sociais profundamente interdependentes, tudo se passa como se apenas as pessoas classificadas socialmente como “não-brancas” fossem racializadas, a partir desse ideário, enquanto se pressupõe que “ser branco” é o estado normal e universal do ser, a partir do qual os outros são avaliados (Ware, 2004). Como posição hegemônica que corporifica o privilégio racial, a branquidade não precisa necessariamente ser marcada para ter eficácia na manutenção do *status quo*. As distinções raciais não são, pois, naturais, elas sempre pressupõem a existência prévia de concepções raciais socialmente construídas (Boas, 2010; Caneiro, 2005; Fanon, 2008; Grosfoguel, 2016). Entretanto, a eficácia dos discursos racistas e racializadores está justamente em naturalizar classificações sociais, ou seja, atribuir realidade física e biológica a distinções entre grupos sociais, que subordinam uns e reforçam o domínio de outros por meio da validação de preconceitos. Há também versões mais recentes de racismo que naturalizam as diferenças sociais entre negros e brancos via cultura que, entretanto, é tratada como uma extensão da natureza: unidades com contornos delimitados, fixos, imutáveis, ahistóricos, de dinâmica estritamente endodeterminada. Por isso, para fins dessa análise, considero como identidades étnico-raciais tanto a negra, a haitiana e a indígena quanto as que são representadas como racialmente não marcadas, como a de descendente de italianos, a ítalo-gaúcha e a gaúcha.

As semelhanças entre dinâmicas raciais em diferentes contextos são explicadas não por uma essência da condição negra, mas pelo compartilhamento de uma experiência histórica comum de escravidão, além do intenso, antigo e contínuo intercâmbio triangular entre a Europa, o Novo Mundo e a África, que globalizou ideias raciais, discursos anticolonialistas e antirracistas, noções de negritude e de um pan-africanismo no chamado “Atlântico Negro” (Gilroy, 2001). Os múltiplos sentidos locais da negritude e da branquidade estão vinculados a dinâmicas globais, uma vez que o conceito de raça está integrado à economia política do sistema capitalista mundial, mas apresenta especificidades a depender dos contextos particulares. A globalização de ideias, objetos, imagens, símbolos e valores raciais não implica na homogeneização de seus significados nos contextos locais, já que os fluxos implicam apropriações diferenciadas e transformações de sentido. Sobre a forma como as categorias raciais são discursivamente produzidas no contexto particular de consolidação do Estado-nação brasileiro:

“Em vez de tentar segregar a população em bases raciais, fizeram-se esforços para incentivar a miscigenação, a fim de “embranquecer” e unir a população. Essa política surtiu efeito de preservar as estruturas de poder que privilegiavam os que podiam identificar-se como brancos, à custa dos que não podiam fazê-lo, sem codificar a ideia raça como base legal para a ação política coletiva, fosse a favor da supremacia branca, fosse contra ela” (Ware, 2004, p.23).

No Brasil, a valorização da miscigenação no discurso nacionalista brasileiro – especialmente no mito das três raças – não impõe um desafio à sustentação do privilégio racial dos brancos, mas sim dificulta o combate às estruturas racistas de dominação ao justificar erroneamente a continuidade das graves desigualdades raciais como consequência inevitável das distinções de classe e não como evidência de racismo (Ware, 2004). Não obstante, os dispositivos de raça continuam a impactar a estrutura de classes no Brasil, enquanto a supervalorização do conceito de classe como fator explicativo para as desigualdades sociais mascara as dinâmicas raciais de poder na sociedade. No contexto de Encantado, os indicadores de rendimento relativos ao ano de 2010 apontam para a dimensão das desigualdades raciais na esfera econômica:

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo rendimento						
Município de Encantado-RS						
Ano - 2010						
Classes de rendimento nominal mensal	Cor ou Raça					
	Total	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela
Total	18293 (100%)	16447 (100%)	505 (100%)	1300 (100%)	23 (100%)	18 (100%)
Até 1/2 s.m.*	346 (1,89%)	276 (1,68%)	13 (2,57%)	56 (4,31%)	-	1 (5,55%)
+ de 1/2 a 1 s.m.	3667 (20,05%)	3242 (19,71%)	118 (23,37%)	294 (22,61%)	7 (30,43%)	6 (33,33%)
+ de 1 a 2 s.m.	6229 (34,05%)	5602 (34,06%)	172 (34,01%)	441 (33,92%)	8 (34,78%)	6 (33,33%)
+ de 2 a 3 s.m.	1833 (10,02%)	1726 (10,49%)	32 (6,34%)	73 (5,61%)	1 (4,35%)	1 (5,55%)
+ de 3 a 5 s.m.	1205 (6,59%)	1156 (7,03%)	12 (2,38%)	37 (2,85%)	-	-
+ de 5 a 10 s.m.	678 (3,71%)	665 (4,04%)	5 (0,99%)	8 (0,61%)	-	-
+ de 10 s.m.	181 (0,99%)	177 (1,08%)	-	3 (0,23%)	-	1 (5,55%)
Sem rendimento**	4154 (22,71%)	3603 (21,91%)	153 (30,3%)	388 (29,85%)	7 (30,43%)	3 (16,67%)
* Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.						
** A categoria Sem rendimento inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.						
Fonte: IBGE Censo Demográfico						

Enquanto 1,7% da população que se autodeclarava branca em Encantado recebia até meio salário mínimo, entre pretos ou pardos o percentual era superior ao dobro, a saber, 3,8%, o que sugere a maior vulnerabilidade socioeconômica desse segmento. É significativo ainda que dos 181 residentes de Encantado que recebiam mais de 10 salários mínimos, 177 se declaravam como brancos e nenhum como negro. Em suma, os

brancos estavam super-representados no topo dos rendimentos, ao passo que os negros, indígenas e pardos estavam sub-representados no grupo dos mais ricos, para não dizer ausentes, no caso dos dois primeiros. Dada essa estrutura assimétrica, muitas vezes o acesso a bens materiais e simbólicos pelo negro, que requer a superação da barreira de cor, era condicionado pela extensão de suas redes de apoio, como sugere Pai Tião:

“Eles não dão oportunidade pro negro. Aquela injeção de ânimo pra tu crescer. Tipo, tu ver um negro gerenciando em tal lugar, tipo um negro gerenciando um setor da cooperativa, isso não existe aqui. [...] A minha prima mesmo [mulher negra], se ela quiser oportunidade ela vai ter que buscar fora, porque ela não tem um padrinho nas costas. Então surgiu uma oportunidade pra ela em Guaporé, ela está em Guaporé fazendo faculdade, estudando, ao contrário do Carlos [advogado e vereador negro], esse que nós perguntamos, que esse sim teve um padrinho atrás, mas de origem italiana. O crescimento em Encantado, tudo vem se tu tiver uma pessoa maior atrás de ti que te... Como é essa pessoa que eu tô te falando que é outra advogada, ela começou do baixo, com os méritos dela. Mas ela teve que buscar oportunidade através da mãe [do próprio Tião] que tem o conhecimento fora, na cidade vizinha que é Guaporé, porque ela não tem um padrinho aqui. Então aqui todas as portas se fechou pra ela, profissionalmente. Agora ela tá trabalhando de faxineira pra fazer faculdade lá. É diferente do Carlos, porque atrás dele teve um. Teve ali uma corrente de elos que deu suporte pra ele chegar onde chegou. [...] Não tem ninguém que me leva, eu que tenho que me puxar.” (Pai Tião de Ogum, 36 anos, 28 de outubro de 2016).

Pai Tião reconhece a importância do apoio de “padrinhos”, geralmente ítalo-gaúchos influentes, para contornar situacionalmente a barreira de cor que estrutura diversos campos da vida social e assim obter acesso a melhores oportunidades educacionais e profissionais. Veremos adiante que o mesmo ocorre com os haitianos na cidade de Encantado, também marginalizados por sua condição étnico-racial. Dado que a reprodução da exclusão histórica dos agrupamentos negros no Brasil se realiza, em grande medida, pelo controle do acesso, permanência e sucesso dos grupos racialmente subordinados no sistema de educação (Carneiro, 2005, p.114), as estratégias atomizadas de acionamento de “padrinhos” ou “madrinhas” para o acesso individual a oportunidades sociais não configura uma ruptura com a ordem social racialmente hierárquica, já que tem efeito social limitado. Embora essas estratégias sejam capazes de viabilizar a ascensão social de um grupo ainda minoritário, é preciso dizer, elas não são acompanhadas necessariamente pela crítica à legitimidade do sistema de distribuição de poder e de privilégios raciais.

A partir da reflexão sobre as próprias trajetórias de vida e a de outros indivíduos da comunidade negra da região, a família Castro – Mãe Jurema, Pai Tião e Joacir Castro – me alertou em diversos momentos para o vínculo estreito entre o racismo e as desigualdades sociais, como indica o fala a seguir:

“Como a nossa cidade aqui é de gringo¹⁰⁷, a nossa cidade é de italiano, de gringo, sempre vai prevalecer o gringo. O negro ele é válido dentro de Encantado quando é pra ser faxineira, quando é pra varrer as ruas da cidade, quando é pra servir o branco, são poucos que tu vai ver aí em destaque tipo de... Hoje em dia até que tu enxerga caixa de mercado, esse aí o Carlos, que ele citou, que é advogado, mas meia dúzia, entre cem negros que tem na cidade.” (Pai Tião, 28 de outubro de 2016).

É significativo que apesar de realizar uma crítica à configuração das relações de poder entre os grupos étnico-raciais locais como injusta e excludente, Pai Tião acaba por assentir em seu discurso a ideia de que a cidade é de “gringo”, referindo-se claramente à narrativa histórica de fundação da vila e da cidade pelas famílias italianas consideradas “pioneiras”, que faz parte da forma como o município se representa interna e externamente. A categoria de “pioneiro” não é meramente descritiva, mas está evada de valores e se expressa em relações de poder notadamente assimétricas. É importante considerar que o “pioneirismo italiano” emerge enquanto discurso dominante em meados do século XX, com o desenvolvimento econômico das regiões de colonização europeia no Sul do Brasil (Santos, 2014). A constituição de uma elite econômica e política de ascendência italiana foi fundamental para a construção desse espaço de poder através do mito do pioneirismo, que serviu de suporte para legitimar sua posição social (Santos, 2014). Cabe pontuar que as representações simbólicas acerca do pioneirismo são comuns não apenas aos discursos étnicos de imigrantes italianos e de seus descendentes, mas incluem também os de origem alemã e polonesa, que participaram dos projetos colonizadores no Sul do Brasil durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX (Seyferth, 1987, 1993, 1996, 2000). Esses grupos étnicos¹⁰⁸ se apropriaram do passado de colonização para se posicionarem enquanto

¹⁰⁷ Termo utilizado localmente em referência aos descendentes de italianos. Também é acionado pelos próprios ítalo-gaúchos para se autodenominarem. Os descendentes de italianos e de alemães também costumam se declarar simplesmente como “italianos” e como “alemães”, independente de possuírem dupla-cidadania ou de terem de fato direito de requerê-la.

¹⁰⁸ De acordo com Seyferth (1987, 1993, 1996, 2000), esses diferentes grupos étnicos – imigrantes alemães, italianos e poloneses e seus descendentes – utilizaram uma categoria mais ampla de identificação, a de “colono de origem” ou simplesmente “colono”, que é estreitamente vinculada a de “pioneiro”. Inicialmente parte da terminologia oficial do Estado, a categoria de “colono” foi apropriada como identidade social camponesa com conteúdo étnico pelos imigrantes de origem europeia e seus descendentes – com exceção dos portugueses – que participaram do projeto de colonização de terras devolutas no Sul do Brasil (idem). Isso ocorreu especialmente a partir da década de 30, momento em que o contato com os demais brasileiros foi intensificado em consequência do desenvolvimento industrial das áreas de colonização (idem). Além de expressar um *ethos* camponês, com características sociais, econômicas e culturais próprias do contexto histórico de colonização, a categoria de “colono” apresenta uma dimensão étnica, pois pressupõe o compartilhamento de uma origem europeia, apesar das diferenças internas, e é acionada para marcar a distintividade cultural e racial do grupo em relação aos demais brasileiros, incluindo negros, caboclos e indígenas, esses últimos estigmatizados através do termo “bugre” (idem). O *ethos* do trabalho é a principal característica reivindicada pelos “colonos de origem” e “pioneiros”, a partir da apropriação de uma série de virtudes camponesas idealizadas como virtudes

sucedores das famílias pioneiras de imigrantes que, de acordo com esses discursos, teriam “transformado a selva em civilização” através do trabalho árduo graças à suposta “capacidade inata para o desenvolvimento”, distinguindo-se assim dos demais brasileiros, sejam indígenas, negros ou mestiços (Seyferth, 1987, 1993, 1996, 2000).

A mobilização de noções de pioneirismo com vista à legitimação de direitos e de pertencimentos a espaços sociais é comum a vários contextos socioculturais, não estando restrita às áreas de colonização europeia no Sul do Brasil. Na análise de processos de expansão urbana em Brasília, Patriota de Moura (2011) propôs o termo “participação simbólica” para indicar o movimento complexo de constituição recíproca entre sujeitos e espaços urbanos. De acordo com Patriota de Moura (2011), os sujeitos que se identificavam como “pioneiros” por terem participado direta ou indiretamente da consolidação de Brasília e os seus descendentes acionavam essa identidade para reivindicar o direito à cidade. No contexto de Encantado, o termo pioneiro é mobilizado de forma similar. De fato, o ato de afirmar a italianidade permite ao indivíduo se posicionar discursivamente enquanto herdeiro legítimo dos pioneiros que fundaram a cidade de Encantado e, assim, alegar direitos especiais a esse espaço urbano, se não no sentido jurídico, em uma dimensão simbólica, que confere prestígio social ao grupo étnico-racial frente a outros. Como a fala de Pai Tião sugere, outros grupos étnico-raciais reconhecem a participação simbólica dos “gringos” na constituição do espaço urbano de Encantado, até porque o pioneirismo italiano está entalhado nos monumentos arquitetônicos, é ratificado pelos discursos oficiais das autoridades governamentais, além de ser reforçado pela historiografia e literatura produzidas por descendentes de imigrantes italianos e pelas publicações comemorativas de emancipação do município e de marcos da imigração italiana na região.

Em nossa roda de conversa, os membros da família Castro oscilaram entre a denúncia às estruturas institucionais reprodutoras do racismo e a atribuição de uma

étnicas, que seriam transmitidas pelo sangue e pelas tradições de geração em geração (idem). A capacidade superior de trabalho seria comprovada tanto cotidianamente, quanto pela memória da fase pioneira da colonização, representada como a vitória da civilização pelo trabalho árduo sem auxílio externo (idem). É dessa maneira que os colonos se opõem aos brasileiros, desqualificados discursivamente como “preguiçosos, malandros, atrasados, selvagens, sem raízes, relaxados e descuidados”, em suma, como incapazes de assumirem a condição de pioneiros, por supostamente serem desprovidos de virtudes natas (idem). No contexto urbano de Encantado, a categoria de “colono” se mostrou secundária, embora assumisse o primeiro plano em eventos específicos, como a comemoração do dia do colono. Talvez por se tratar de um contexto urbano, os descendentes de imigrantes italianos se identificavam mais enquanto “italianos” e descendentes de “pioneiros” e não como “colonos”, embora seus antepassados sejam designados por essa categoria.

parcela de responsabilidade pela perpetuação da exclusão da população negra às próprias vítimas desse sistema. Segue outro trecho da conversa com a família Castro:

“Mãe Jurema: Tem que ter vontade [de melhorar de vida].

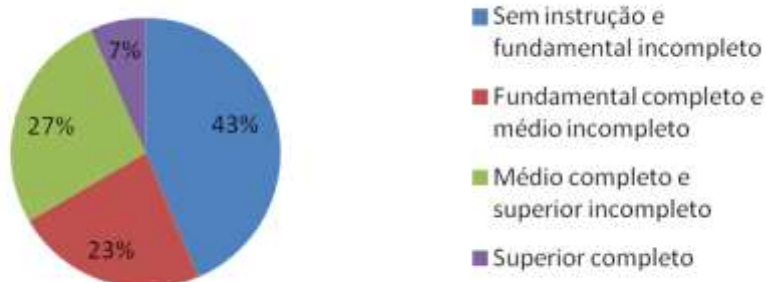
Pai Tião: Vontade de crescer [falta ao negro]. O que falta do negro é vontade de estudar, porque o estudo que diz tudo. Tipo assim, que nem eu... tive tantas oportunidades e não tive vontade de estudar, sabe. O Rui é a mesma coisa, o Pablo é a mesma coisa e assim por diante como outras famílias também. Às vezes tá no próprio negro não ter vontade de estudar, porque é o estudo que vai te fazer o bem, o amanhã. Às vezes a gente diz, “ah, o negro não tá lá!”, mas não teve estudo. Que nem tu colocou do Severino, é o cara assim que tem uma inteligência do cão, mas não tem estudo. Pra gente se estabilizar profissionalmente, tem que ter estudo.” (28 de outubro de 2016).

O discurso alternava entre a necessidade de enfrentamento do racismo em um contexto em que o “gringo” e o “alemão” eram considerados como modelos superiores de civilização, virtude, moralidade, estética e fé religiosa, e uma autocrítica que deslocava o olhar das instituições para se voltar ao âmbito de ação dos indivíduos em condição de subalternidade. O individualismo e a meritocracia revelaram-se, pois, como elementos centrais nos discursos dominantes que são interiorizados por diferentes grupos étnico-raciais. Reafirmando ou não a crença na superação da pobreza pelo esforço do indivíduo, que é amplamente difundida no contexto em questão, os grupos étnico-raciais são avaliados a partir da própria posição nas relações de dominação e subordinação, o que pode reforçar a positivação ou a desqualificação de si e do grupo. Dito de outra forma, a meritocracia enquanto discurso dominante funciona como instrumento de legitimação da ordem étnica hierarquizada, já que o fato de um grupo étnico-racial se manter em posição de marginalização socioeconômica e cultural com o passar das gerações é visto como indicativo de atributos morais inferiores do indivíduo e da coletividade através da qual é identificado. É principalmente no campo da educação que as trajetórias individuais e coletivas de sucesso e fracasso serão constituídas e avaliadas, já que o grau de instrução é um fator determinante no acesso às ocupações mais valorizadas no mercado de trabalho. Nesse sentido, a relação entre o grau de instrução e a cor ou raça são fundamentais para identificar a reprodução da exclusão no contexto de Encantado, como apresento através da tabela a seguir, referente ao ano de 2010:

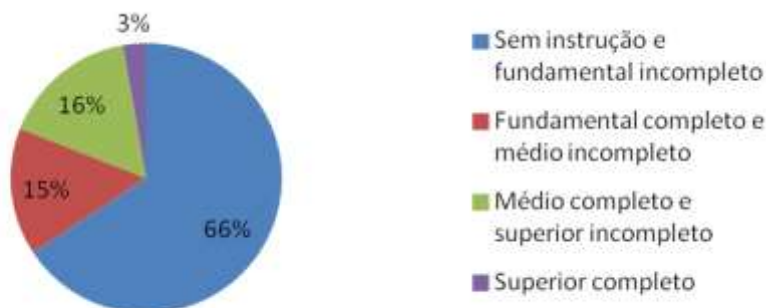
Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução e a cor ou raça		
Município de Encantado-RS		
Ano – 2010		
Cor ou raça	Nível de instrução	Nº de residentes
População Total	Sem instrução e fundamental incompleto	7608
	Fundamental completo e médio incompleto	3775
	Médio completo e superior incompleto	4404
	Superior completo	1054
Branca	Sem instrução e fundamental incompleto	6628
	Fundamental completo e médio incompleto	3489
	Médio completo e superior incompleto	4063
	Superior completo	1016
Preta	Sem instrução e fundamental incompleto	190
	Fundamental completo e médio incompleto	44
	Médio completo e superior incompleto	47
	Superior completo	8
Parda	Sem instrução e fundamental incompleto	762
	Fundamental completo e médio incompleto	242
	Médio completo e superior incompleto	283
	Superior completo	30
Indígena	Sem instrução e fundamental incompleto	19
	Fundamental completo e médio incompleto	-
	Médio completo e superior incompleto	-
	Superior completo	-
Amarela	Sem instrução e fundamental incompleto	10
	Fundamental completo e médio incompleto	-
	Médio completo e superior incompleto	12
	Superior completo	-
* Do universo de 16889 pessoas, 47 pessoas não informaram o grau de instrução		
Fonte: IBGE Censo Demográfico		

O dado mais alarmante é o do segmento indígena, um grupo diminuto, cuja totalidade não tinha instrução ou não tinha concluído o ensino fundamental, em suma, apresentava o grau de instrução formal mais baixo de todos. Esses dados indicam a marginalização dos indígenas no contexto local, que parece persistir nos dias atuais. Com o propósito de facilitar a comparação entre os residentes de Encantado com 15 anos ou mais de idade que se identificavam como “brancos” e as pessoas que se autodenominavam “pretas”, apresento os gráficos a seguir confeccionados a partir dos dados da tabela acima, referente ao ano de 2010:

População de Encantado segundo nível de instrução e cor ou raça - BRANCA -



População de Encantado segundo nível de instrução e cor ou raça - PRETA -



O universo de referência é o total de cada segmento de cor ou raça em 2010, já que se realizasse uma comparação em termos absolutos, o segmento de brancos, que era majoritário, apresentaria números superiores em todos os níveis de instrução. Dentro do universo de residentes com 15 anos ou mais de idade que se designavam como pretos em Encantado, 66% não tinham instrução formal ou apresentavam ensino fundamental incompleto. Já entre os brancos, a proporção era significativamente menor, 43%. Apenas 3% do total de pretos haviam concluído o ensino superior, enquanto no universo de brancos, 7% tinham ensino superior, ou seja, mais que o dobro. Enquanto 15% dos pretos apresentavam ensino fundamental completo e médio incompleto, 23% dos

brancos tinham esse grau de instrução, 8% a mais em comparação aos primeiros. Em relação àqueles que possuíam ensino médio completo e superior incompleto, eles constituíam 16% do total de pretos e 27% do total de brancos. Em suma, o segmento de brancos apresentava de modo consistente os melhores índices de educação escolar, enquanto mais da metade do segmento de pretos não tinha nenhum tipo de instrução ou ensino fundamental incompleto.

A marginalização sociopolítica e cultural de negros e indígenas – indicada por dados como os apresentados acima – ainda hoje é convertida por múltiplos discursos dominantes em um problema cuja causa estaria no âmbito de ação do indivíduo: a anemia da vontade, o comodismo e a falta de capacidade, competência e qualificação. A centralidade do culto aos pioneiros na sociedade local é um fator importante para a compreensão da proeminência da retórica do sucesso e do enriquecimento pelo trabalho árduo e pelo esforço do próprio indivíduo, inclusive no campo da educação. Vale lembrar que o culto aos pioneiros – que idealiza as trajetórias de famílias de colonos italianos e alemães que ascenderam econômica ou politicamente na região – sustenta a crença no sucesso como mérito exclusivo dos esforços individuais dos antepassados e das gerações contemporâneas, validando simultaneamente as representações sociais acerca das virtudes étnicas do grupo. Sobre as características atribuídas aos descendentes de colonos europeus, Bianca Donati¹⁰⁹ afirma:

“[...] o perfil dos nossos habitantes aqui [na região do Vale do Taquari] é de trabalhador, é de desbravador, de origem alemã e italiana, trabalham muito.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal do frigorífico de Encantado, 3 de março de 2016).

Nas representações sociais locais, o lugar do pioneiro por excelência é conferido aos imigrantes europeus, especialmente os italianos, uma vez que essa foi a nacionalidade predominante entre as famílias de estrangeiros que participaram do processo de colonização da área que deu lugar ao município. Os “pioneiros italianos” são representados localmente – e na região Sul do Brasil – como colonos vocacionados ao progresso graças às suas supostas qualidades étnicas: empreendedorismo, racionalidade econômica (diligência no trabalho, frugalidade, hábito de poupança), criatividade, persistência, trabalho árduo como valor, moralidade, religiosidade e familismo, entre outras (Santos & Zanini, 2009; Santos, 2014; Zanini, 2004). Não obstante, um dos desdobramentos desse modo de posituação étnica calcado na

¹⁰⁹ Nome e sobrenome são fictícios, mas mantive a origem italiana em conformidade com os reais.

meritocracia é a atribuição da falta e da carência como inerentes aos grupos étnico-raciais situados nos estratos sociais inferiores. Sobre os estereótipos negativos atribuídos à população negra pelos ítalo-gaúchos, a Irmã Efigênia comenta:

“Irmã Efigênia: Eu acho até que mudaram a maneira de ver [o negro depois da chegada dos imigrantes haitianos na cidade], porque o italiano é muito racista. Eu sou italiana, posso dizer isso.

Paloma: A senhora é italiana?

Irmã Efigênia: De origem. Meu bisavô que era da Itália. E aí eu sei, na minha família, no meu povo, digo eu, então... Negro é negro né. [risos encabulados]. Tem muitas piadinhas até nesse sentido assim né. Que negro é *preguiçoso*, que negro é *relaxado*, que negro é não sei o que, que negro é não sei o que, que negro é *assaltante*.

Paloma: Não tem uma população negra, fora a estrangeira, muito grande aqui, não é?

Irmã Efigênia: Não tinha. Era muito difícil ver um negro ali. Então agora mudou, sabe. Parece que mudou o conceito também né em vista do negro.

Paloma: Você acha que a convivência [com os imigrantes haitianos] foi positiva pra mudar esses estereótipos?

Irmã Efigênia: Eu acho que sim. Até porque a igreja me parece assim que teve assim um papel bonito nisso né, porque quantas vezes de acolher o estrangeiro, de a gente procurar atender os imigrantes né, aquela história toda né. Então eu penso que ajudou bastante. Eu acho que o pessoal foi se tornando mais solidário. [...] Porque hoje são todos nascidos aqui né, são descendentes de imigrantes [a população de Encantado].” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

Irmã Efigênia reconhece a dimensão racista do ideário étnico ítalo-gaúcho que, enquanto geralmente representa o próprio grupo pela dedicação extrema ao trabalho e por outras virtudes morais, caracteriza os agrupamentos negros como “preguiçosos”, “relaxados” e “criminosos”, ou seja, a imagem oposta de si. Irmã Efigênia foi uma das poucas pessoas de ascendência europeia que falou de forma franca sobre as práticas racistas na região, situando-as enquanto parte de um problema de natureza coletiva. Abordar a temática do racismo com meus interlocutores encantadenses durante a pesquisa etnográfica foi um desafio, pois frequentemente a discriminação se dá de forma silenciada, escamoteada por outras dinâmicas, ou então se reserva à intimidade, sendo suprimida em certas interações sociais para incorporar estranhos, como é o meu caso, uma antropóloga de Brasília. É comum que as pessoas que estão em posições raciais privilegiadas reivindicuem para si mesmas a ausência de ideário ou de comportamentos racistas, elegendo outras explicações para fazer uso de tratamentos discriminatórios.

Frentes de luta e resistência

Pensar os mecanismos estruturais que reproduzem a desigualdade racial sem passar pela multiplicidade de estratégias de resistência que se configuram nas relações de poder seria estéril, como nos alerta Foucault (2004), pois a própria dinâmica de exercício do poder pressupõe movimentos antagônicos a ela. Pela sua experiência, Joacir Castro entende que o enfrentamento das desigualdades raciais no campo da educação deveria romper com a lógica meritocrática e ir além de projetos individuais de sucesso escolar:

“Não sei se vocês me entenderam, mas é essa sensibilidade que o negro ele tem, que o negro se sente inferior, tipo. Ele [Pai Tião] fala do colégio, porque o negro não quer estudar. Realmente, existe, mas falta incentivo! Olha, eu como é que eu, filho do Joacir, morador lá de Navegantes, como é que eu vou estudar do lado lá do filho do Sérgio Goldoni, até a minha veste vai mudar, eu tô lá de chinelo havaiana. Será que eu enquanto pai, eu tenho condições de dar? Começa tudo ali, começa errado, eu acredito. Porque assim, olha, é a mesma coisa tu ir trabalhar dentro de um colégio, pegar o aluno, ele é evangélico, o outro é católico, o outro é praticante afro, que é essa aqui, então são três facções diferentes dentro de uma sala de aula. O professor ele tá preparado pra trabalhar essas três em uma aula de religião? Ele não tá preparado, ele pode estar assim na cabeça dele, mas você acha que ele vai tirar dez minutos pra trabalhar a afro? Ele vai trabalhar o católico. Ali é o ato discriminatório.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

As desigualdades raciais, como argumenta Joacir, não se esgotam na dimensão socioeconômica, como os discursos dominantes fazem crer, mas envolvem um conjunto mais complexo de relações de poder, de produção de saberes e de gestão de oportunidades sociais e de privilégios que atravessam simultaneamente outras dimensões da vida para reproduzir a exclusão dos agrupamentos não-brancos: educacional, cultural, moral, religiosa, política, estética, entre outras. Se os negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais não-brancos já sofrem com a dificuldade de acesso à educação, de continuar os estudos e de alcançar o sucesso escolar, como apontam os dados, não se pode esquecer que as instituições escolares e acadêmicas, enquanto espaços de produção e de difusão de saberes, estão permeadas por relações de poder. Nesse sentido, enquanto campo estratégico das relações de poder, a educação pode contribuir tanto para a formação de subjetividades subalternas, com a negação da condição de sujeitos de conhecimento aos negros, indígenas e outros grupos racialmente subalternizados, como para a constituição de múltiplas formas de resistência mais ou menos fragmentadas e de linhas de fuga que atuam na subversão do modelo de

racialidade dominante e na circulação dos desejos antagônicos (Carneiro, 2005; Deleuze & Guattari, 1995; Foucault, 2001, 2004, 2010).

No intuito de pensar a potência criativa que está presente nos diversos processos socioculturais, cabe acrescentar a sugestão de Henrietta Moore (2007), que nos estimula a não nos contentarmos apenas com a análise dos conteúdos dos símbolos públicos, mas avançar também em relação às formas mais particulares¹¹⁰ de identificação dos sujeitos com determinadas posições subjetivas, apreendendo assim como os desejos são inscritos nos mais variados engajamentos subjetivos, os quais escapam às formações discursivas hegemônicas que versam sobre normas, crenças e ideais morais. Os processos socioculturais também são construídos, pois, através das circulações, conexões parciais, contradições e impasses entre os desejos e não apenas através da sua repressão ou canalização em meios socialmente sancionados.

Nesse contexto de resistência, a família Castro se posiciona como protagonista na luta pela emancipação plena da população negra em diversas vertentes. Suas práticas cotidianas de enfrentamento do racismo ultrapassaram o âmbito individual, constituindo diferentes frentes de luta coletiva. Joacir Castro, como presidente da Associação Afro Nova Geração, e Mãe Jurema e Pai Tião como membros atuantes do mesmo coletivo investem conjuntamente na articulação de projetos educativos, que incluem a promoção de identidades positivas da negritude, com resgate de referências culturais “afro” e outras diversas através de palestras e desfiles em escolas da cidade e da realização de eventos culturais e de ações sociais geralmente voltadas para a comunidade do bairro Navegantes, mas que também a ultrapassam, como o Dia da Consciência Negra¹¹¹, Missa Afro¹¹², Carnaval, Semana Farroupilha, Festa de Dia das Crianças, festivais de

¹¹⁰ Henrietta Moore fala em termos de fantasias, imagens e representações, cujos signos seguiriam uma lógica distinta das regras convencionais, a saber, operariam mais pela condensação, substituição, combinação e metonímia (2007).

¹¹¹ A realização de eventos públicos no Dia da Consciência Negra pela Associação Afro Nova Geração não ocorreria em todos os anos, segundo a família Castro, devido a dificuldades de organização: por um lado, a escassez de recursos próprios e a ausência de incentivos de qualquer natureza por parte dos poderes públicos e, por outro, a baixa participação da população negra de Encantado. De acordo com Pai Tião: “A consciência negra não existe em Encantado, não sei se a negra, mas existe em Santa Cruz do Sul. Sabe, não existe outro negro além do Jeremias que trabalha consciência negra, porque em Encantado o próprio negro se oprime, o próprio negro tem vergonha de ser negro, de dar a cara a tapa. O dia da consciência negra nós vamos se unir, independente da religião que for, é o dia da consciência negra, não da umbanda, o dia do crente ou o dia do padre: é o dia da consciência negra! Então ali não é religião, é tudo em prol de uma raça. Se ele movimentar, aparece umas vinte, trinta lá, que nossa... e morreu o assunto. E quando aparece, porque é um que não pode, outro não pode... É assim que funciona. Ou a mãe põe na obrigação pra ir. O ano passado nós fomos em Doutor Ricardo, não é? A minha mãe botou todo mundo na obrigação pra ir lá, apareceu uns vinte, trinta.” (28 de outubro de 2016).

¹¹² As chamadas “missas afro” – celebradas geralmente em ocasiões especiais como em comemoração do Dia da Consciência Negra – seguem normas litúrgicas como qualquer outra celebração eucarística e são

música, campeonatos esportivos, entre outros. Sobre a distinção entre a atuação de Mãe Jurema e Pai Tião enquanto lideranças religiosas e as atividades da Associação Afro Nova Geração, os irmãos Castro explicam:

“Pesquisadora: A Associação Afro tem cunho religioso ou é estritamente racial?”

Pai Tião: Cunho racial, as pessoas é que confundem. Tipo assim, tu é católica apostólica romana, mas tu quer fazer parte da associação negra, se souber que a mãe dele [do presidente] é mãe de santo, então já acha que vai entrar para o terreiro. A associação dele é do negro, que resgata a história do negro, os direitos dos negros, aquela coisa toda que ele comentou contigo. Tipo quilombola, coisas assim. Isso pertence pra ele. Pra mim e pra minha mãe pertence a parte religiosa. Só que as pessoas confundem. Então na época que a gente tinha a associação bem forte, tinha brancos, negros e amarelos, muitos confundiam a religião com a associação.

Joacir Castro: Porque fica aquela gozação dentro do próprio colégio ou no teu próprio ambiente de trabalho, ‘ah, é porque tu tá lá com os batuqueiros, porque tá lá as negradas’. [...] O país inteiro em qualquer município que tu chegar, qualquer capital tu vai ver a consciência negra, Zumbi dos Palmares, lá com a sua bandeira. Você vai encontrar isso e aonde que essa religião tá reconhecida? Porque veio da religião, vem uma consciência. Zumbi, ele não morreu sozinho, ele tinha a religião dele lá escondida. Por isso que atrás da Associação Afro Nova Geração existe sim uma religião, mas não se mistura, tá lá. É lá que eu recarrego minhas baterias, lá que eu busco as minhas energias, que me dá esse dom que eu tô passando pra você.”. (28 de outubro de 2016).

Há, portanto, uma separação relativa entre os coletivos. O engajamento na Associação Afro Nova Geração não requer a adoção de uma fé religiosa específica, como a umbanda, nem a participação nos terreiros de Mãe Jurema ou de Pai Tião. Não obstante, aqueles que optam por se juntar à Associação Afro, por se posicionarem publicamente pela valorização da população negra, de sua história, conhecimentos e manifestações culturais, são discriminados da mesma forma que os umbandistas, com os quais compartilham o mesmo espaço de luta. Joacir aponta para uma dimensão igualmente importante, a relação das religiões de matrizes africanas e a consciência

aprovadas pela Igreja Católica. O que as diferenciam das missas usuais são apenas a estética das vestes litúrgicas; as músicas e os instrumentos musicais, como berimbaus, atabaques e cavaquinhos; e os ritmos africanos, como afoxé, toada e lundum. Mãe Jurema e Pai Tião dizem não ter abertura com os padres de Encantado para organizar e participar de “missas afro”, que não costumam ser celebradas na cidade. Eles só conseguiram promover uma “missa afro” na cidade quando foram atrás de um padre negro que residia em outra cidade da região, Santa Cruz do Sul. Tendo aceitado a proposta, esse padre celebrou uma missa especial em afro na cidade. Há um desejo por parte dos referidos pais e mães de santo de maior diálogo e convivência com a Igreja Católica. Embora oficialmente aprovadas pela Igreja Católica, as “missas afro” não estão livres de polêmica, o que é esperado em um contexto onde as culturas africanas são demonizadas ou vistas erroneamente como erros e superstições sem valor de “povos pagãos”. Os defensores das “missas afro” as veem como uma forma de contemplar a cultura afro-brasileira, utilizando símbolos, expressões, linguagens e gestos de inspiração africana como meio de transmitir as mesmas “verdades do evangelho” ensinadas em missas tradicionais ocidentais. Entretanto, essa estilização tem limites para não “adulterar” as normas do “verdadeiro e autêntico” espírito litúrgico, que seria apenas utilizar as expressões culturais como meios de evangelização sem incorporar conteúdos estranhos. Esse limite é extremamente subjetivo e, nesse sentido, matéria de disputas e de discordâncias. Pai Tião entende as missas afro como missas católicas com uma estética, estilo e ritmos musicais africanos, mas tem consciência de que outras pessoas, principalmente as brancas que não são umbandistas ou candomblecistas, podem ter uma opinião diferente.

negra, isto é, a valorização do negro como sujeito de conhecimento, como agente de sua própria história e não como objeto subalterno, destituído de subjetividade. Nesse sentido, a conscientização da população de Encantado a respeito do valor das religiões afro-brasileiras – a fim de combater a ignorância que estimula o ódio e o medo em relação aos praticantes das religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé – é necessária não somente para minorar a intolerância no campo religioso, como também para positivar uma das identidades associadas à negritude. Sobre esses objetivos, Joacir Castro comenta:

"Aquele quadro lá [na parede da sala], a garota afro mirim, caracteriza a mais bela negra, não caracteriza? Olha que projeto audacioso pra nós trabalhar dentro dos colégios municipais e estaduais. Isso a gente procurou sempre conchamar isso, procurei entender *o porquê não se trabalha a negritude dentro do colégio ou quando se trabalha só se trabalha o negro lá como escravo*. [...]. Então, assim, valores, a gente tem os valores da gente, as qualidades da gente, claro que tem os defeitos, assim como... Todas as etnias tu vai encontrar, certo, então assim, uma religião não reconhecida pela maioria da grande sociedade, não reconhecida no... só obscura, então essa é a nossa grande batalha aqui. Essas últimas administrações que tivemos aqui, teve um *encontro das etnias* e então tá, nós fomos lá fazer a nossa coreografias, do negro, muito lindo, né? *Mas não, não pode, dentro do CTG batucando lá! Não é batuque, gente!* Eles misturam muito as coisas, a coreografia do negro, eles queriam que nós chegássemos lá com corrente de cinco metros, algemados e não nós apresentarmos o nosso crescimento, o nosso bem-estar, as nossas coreografias." (Joacir Castro, 28 de outubro de 2016).

O “encontro das etnias” mencionado por Joacir é a celebração do “Dia Municipal das Etnias”, que foi adicionado ao calendário oficial de eventos de Encantado a partir da Lei Municipal N° 2.730/2006¹¹³, de 09 de agosto de 2006. Comemorado

¹¹³ A justificativa para a instituição da Lei Municipal N° 2.730/2006, que consta anexada ao texto da lei, é a seguinte: “Poucos lugares do mundo possuem o grau de abertura para o novo como o Brasil. A base disso é justamente a *democracia racial* que se construiu ao longo dos séculos. *O povo brasileiro descende de uma mistura de raças, sendo caracterizado como o mais miscigenado racialmente, o que lhe dá uma imagem de harmonia e benquerença entre os descendentes das diversas origens étnicas*. Da mesma forma, *em nosso Estado e Município, temos convivido harmoniosamente com pessoas de várias origens, numa sintonia perfeita, preservando a cultura de cada povo que compõe o tecido étnico de nossa população*. Algumas etnias já comemoram de forma independente e espontânea suas próprias origens, costumes, tradições e festas típicas. O projeto de lei que ora apresentamos contempla uma data especial onde podemos comemorar conjuntamente e de maneira expressiva *o congraçamento de todas as etnias que constituem o povo encantadense*, de forma a integrar todas essas *contribuições étnicas, que compuseram o caldeamento racial de nossa população que muito contribuíram para a formação da identidade da população encantadense no decurso da história*. Uma data em que todas as etnias podem celebrar suas origens e suas peculiaridades históricas, o que certamente se constituirá num evento digno de ser enaltecido e comemorado pelos poderes constituídos e por toda a sociedade. Assim, como todos os festejos que são comemorados anualmente com invulgar brilho e colorido, é oportuno e elogiável, que se cultivem também as tradições de *todas as etnias aqui radicadas e que cimentaram neste solo uma civilização forte, brava e empreendedora*.” Como é notório, a Lei que institui o Dia Municipal das Etnias é fundamentada na crença na “democracia racial brasileira”, que se verificaria inclusive em Encantado, cujo povo teria sido formado pela mistura de “raças” e pela convivência harmônica entre descendentes de diversas “origens étnicas”. Nota-se também o intercâmbio entre os termos “raça” e “etnia”, indissociáveis no discurso acima. Isto é, os discursos étnicos locais apresentam uma dimensão racial, ou seja, a crença

anualmente no último domingo do mês de setembro, a festividade do Dia das Etnias geralmente compreende a realização de um jantar com pratos típicos de cada “etnia”, organizado pela Administração Municipal e pelo Conselho Municipal de Cultura. Os colégios locais também costumam realizar projetos na área de ciências humanas para discutir as particularidades de cada “etnia” que teria contribuído para a formação do povo encantadense, com a organização de apresentações artísticas no formato de desfiles e de uma mostra gastronômica referente às diferentes etnias pelos alunos. De acordo com o relato da família Castro e do vice-diretor de um colégio da cidade, a Associação Afro Nova Geração é frequentemente convidada para se apresentar nesses desfiles do Dia das Etnias como representante do que eles chamam de “etnia africana”. Como termo local, adotado pela administração do município e pela população, a “etnia” apresenta um significado diferente do conceito antropológico, pois equipara uma série de origens nacionais particularizadas – “italiana”, “alemã”, “lusa”, “francesa”, “polonesa”, “síria”, “espanhola”, “belga”, “israelense”, “japonesa” e mais recentemente “argentina”, “uruguaia”, “paraguaia”, “dominicana” e “haitiana” – com a chamada “etnia africana”, embora a África não seja um país com uma cultura mais ou menos unificada, mas sim um continente multiétnico. De acordo com a perspectiva de Joacir, a musicalidade, a coreografia e as danças de matriz africana são estereotipadas pelos outros como “batuque”, em outras palavras, como expressão religiosa estigmatizada no contexto local. Há, portanto, sérias divergências entre as concepções internas e externas do que seriam as tradições afro-brasileiras, isto é, entre aqueles que se identificam como afro-brasileiros e os que não se identificam. A representação externa do afro-brasileiro pela imagem única e generalizante de “escravos” ou “ex-escravos” é uma forma de negar aos sujeitos negros a expressão de múltiplas identificações positivas ou, nos termos de Fanon (2008), seria uma estratégia de inscrição do negro na esfera do não-ser (da natureza, da irracionalidade e da anormalidade), atribuindo-lhe arbitrariamente uma suposta incompletude humana como parte de sua essência, marcada tão somente pela falta. Já a Associação Afro Nova Geração queria retratar os negros positivados em suas diversas manifestações culturais, com músicas, danças, gastronomia e vestimentas.

No período em que estive em Encantado, entre 2016 e 2017, a Associação Afro Nova Geração não estava mais em atividade plena: sem reuniões periódicas, apenas

na pertinência dos laços de sangue ou da ascendência comum na definição de fronteiras étnicas caminha lado a lado com o acionamento de diferenças culturais como manifestação objetiva dessas mesmas identidades étnicas (Seyferth, 2000).

realizava eventos menores e palestras quando convidada por alguma instituição, como colégios ou a Administração do Município. De acordo com a família Castro, os convites da Prefeitura para a participação em eventos, como o desfile do Dia da Independência, geralmente estavam relacionados a interesses políticos efêmeros, como angariar votos na época das eleições, já que na maior parte do tempo os coletivos negros seriam esquecidos pelos poderes públicos. A dificuldade de conseguir recursos públicos ou apoio da iniciativa privada para promover eventos de naturezas diversas tem sido o maior obstáculo para a continuidade das atividades do coletivo. Joacir Castro acreditava que, a partir de novas eleições, com a vitória de outro grupo político com o qual nutria maiores afinidades, eles conseguiriam dar novo impulso ao grupo. Sobre os eventos tradicionalmente produzidos pelo coletivo, Joacir Castro comenta:

“Olha, quando nós tínhamos 1,8% negros aqui, pardos, nós éramos uma minoria, mas nós movimentava! Chegava maio, novembro e final de ano, nós movimentava! Nós sacudia a cidade com uma minoria! O branco ele ficava assim... muitos se aliavam a nós, mas não assim com a... porque tu sente... Mas achavam bonito nossos cânticos, nossas roupas, nossas vestes, o que nós estávamos fazendo, mas nunca botaram nós lá com pedestal número um. Hoje nós temos um evento na cidade que é marca nacional, que é o Canto da Lagoa. O Canto da Lagoa ele se criou, porque assim... porque ele foi tirado de nós, da minha comunidade, lá da massa falida, aonde nós criamos o Canto Vozes da Terra. Só que lá o investimento foi tudo feito da negrada, da massa falida lá. Ai então o coronel ficou aqui: ‘oh, deu certo, então nós temos condições de levar lá, mas agora não posso colocar um negro lá, de líder lá, vou ter que botar um de nós’. E foi onde... olha o reconhecimento nacional tá aí. Quando cheguei no cartório que era aqui pra nós registrar pra ninguém... aí já tinham criado o Canto da Lagoa. [...] É um evento cultural, de música. Tá, então de renome. Então assim, esse projeto era formado por negros. Carnaval, a negrada parou. Baiana, quem é que trás baiana pra cidade? A massa falida lá, que apresenta, que custeia. Vê o carnaval, a massa falida, a negrada tá lá. Tá todo mundo assim. Sabe, então assim, o preconceito na minha cidade, me perdoe se eu me empolguei ou vou falar uma bobagem, mas o preconceito não terminou, é difícil, é difícil de se trabalhar! [...] Porque negro antes não... ‘Entrar num CTG? Deus me livre!’ Então nós criamos a massa falida a Semana Farroupilha, nós distribuimos cabanas assim num esquinação, que nós batizamos na minha comunidade lá, cabaninhas assim. Hoje tá sendo copiado num município próximo aqui, que se chama Muçum e parabéns pra eles pela iniciativa, com poder público tem condições, tem verbas. Agora nós não temos verba, não temos estrutura que é que eles tem pra nós darmos sequência a tudo isso né, que a gente tinha criado e desenvolvido aqui com muita ênfase, com muito orgulho.” (Joacir Castro, 28 de outubro de 2016).

São eventos de diversas naturezas, como o festival de música “Canto Vozes da Terra”, um acampamento público para comemorar um dos maiores símbolos tradicionalistas gaúcho, que é a Revolução Farroupilha, o Carnaval de rua em Navegantes, a festa de Dia das Crianças para as famílias pobres do bairro Navegantes, entre outros de iniciativa do coletivo. A família Castro argumenta que, a partir do sucesso de qualquer evento tradicionalmente realizado pelo grupo, ao invés de apoiar a

iniciativa, a elite econômica e política da cidade se apropriaria dessas ideias e organizaria outro evento semelhante com mais recursos, já que teria maior influência para acessar verbas públicas e ou privadas. Outro modo de sujeição do dispositivo de racialidade seria afastar a liderança negra da posição de mando nas instituições e associações através do ataque à sua imagem, desacreditando-a publicamente diante da comunidade. De acordo com Joacir e sua família, isso ocorreria em consequência do racismo, em outras palavras, da recusa em aceitar um negro como liderança em qualquer projeto que envolva um aporte financeiro maior ou mesmo prestígio social perante uma dada comunidade. Nas palavras de Joacir:

“Mas tem uma associação comunitária dos moradores do bairro Navegantes em Encantado registrada com diário oficial, com recurso municipal, estadual e federal. Pois bem, essa associação foi criada lá em 85. Porém assim, pra fundar essa associação eles precisaram dum negro, o negro botou a associação a funcionar. A associação começou a funcionar, a ganhar corpo, foi, foi, foi, foi... [...] E aí que vem o preconceito. O negro às vezes ele também deixa a desejar. Aí a associação chegou a um momento que ela perdeu a força, começou a perder força, por quê? Por as influências de pessoas de outra cor, querendo tomar o lugar daquele negro. Olha eu te dizendo, "eu te ajudo lá, se tu tirar aquele negro lá.". "Mas como é que eu vou tirar? Porque ele tá ajudando dez pessoas.". "Não, bota na cabeça do povo lá que ele tá roubando, bota na cabeça do povo lá, daquelas dez pessoas que tá lá aliada, que ele bate na mulher em casa, que ele judia dos filhos!". Sabe? [...] Aí o que acontece com esse aí? Tu te desestabiliza dentro da comunidade, porque tu perde força, né? As pessoas vão se afastando. Então essa é a nossa maior discriminação que nós temos dentro do nosso município. Não se deixe nenhuma força viva, negro, sendo negro, a frente de qualquer situação dentro do nosso município.” (Joacir Castro, 28 de outubro de 2016).

Sobre a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Navegantes, Joacir comentou sua história de fundação em termos gerais, sem citar nomes, já que envolvia questões delicadas. Falou da estratégia política de desmoralização do fundador da associação, uma liderança negra, sem mencionar seu nome, que teria contribuído muito para com o coletivo, mas que não teve o devido reconhecimento. Outra faceta da discriminação, de acordo com meus interlocutores, seria a resistência e a desaprovação da sociedade em relação aos casamentos inter-raciais e às relações afetivo-sexuais, situações que seriam capazes de fazer manifesto o preconceito antes camuflado. Mãe Jurema contou um caso emblemático de racismo que ela testemunhou:

“Eu tenho um filho de santo que é italiano e ele tem uma filha de criação, que pegou de adoção. E, meu Deus, ele quer ser negro! Ele quer se pintar que nem nós, porque ele gosta muito da raça negra, porque gosta e gosta e gosta... E aí um neto meu se apaixonou pela filha dele. Não se apaixonou, tava se encantando com a filha dele. Mas olha, ele ficou louco! Ele e a mulher ficaram loucos, porque onde é que se viu a filha dele namorar um negro?! Ela tinha que namorar um juiz! Não é porque ele é negro, é porque ela tem que namorar gente da altura dela, juiz ou advogado... Não, o Betinho não podia namorar ela. Aí um dia ele chegou bravo bravo ali na minha casa,

lá em baixo. Aí eu perguntei: por que a Juju não pode namorar o Paulinho? Porque ele é negro? ‘Não, mãe, não é porque ele é negro! É porque ela tem que namorar gente da posição dela.’ Pra não dizer a palavra negro!” (Mãe Jurema, 71 anos, 28 de outubro de 2016).

A discriminação não se manifesta necessariamente como impeditivo para o estabelecimento de relações de amizade ou coleguismo entre indivíduos de grupos étnico-raciais distintos. Não obstante, há limites que dificilmente são ultrapassados sem qualquer resistência, como os casamentos e os namoros entre negros e brancos. O filho de santo “italiano” de Mãe Jurema, que aparentemente não nutria preconceitos de cor mais arraigados, já que não adotava o frequente distanciamento dos circuitos sociais negros na cidade, pelo contrário, cultuava uma religião de matriz africana e devotava grande respeito por uma líder religiosa negra, se mostrou completamente contrário à relação romântica entre sua filha e o neto negro de Mãe Jurema. Discursivamente, o filho de santo italiano era entusiástico das culturas de origem africana, se apropriava do saber dos ancestrais negros e orixás e sempre se posicionava contra o racismo e a intolerância religiosa. Não obstante, essa aparente valorização de uma forma de saber de matriz africana não implicava na simultânea valorização dos sujeitos negros, como ocorre frequentemente, pois não há uma relação necessária. Ele se enfureceu quando soube da relação entre sua filha e Betinho, um jovem negro, e não se intimidou em pedir apoio da própria avó do garoto, Mãe Jurema, a fim de garantir o distanciamento dos dois. O filho de santo procurou se desvencilhar da acusação de racismo alegando zelar pela condição socioeconômica de sua filha, ou seja, os membros de sua família deveriam se casar sempre com outras pessoas de status equivalente ou superior e jamais abaixo. Mãe Jurema define relações como essa, aparentemente contraditórias, que unem intimidade e distanciamento, como um tipo de respeito apenas do pescoço para cima, como ela indicou com as mãos, mas que não viria acompanhado do mesmo sentimento no coração. Situações como essa não são raras, mas fazem parte da própria dinâmica dos terreiros na cidade de Encantado, que acolhem filhos de santo que não se assumem como umbandistas na arena pública. Sobre esse tipo de adepto, Pai Tião comenta:

“A nossa religião é muito mal vista dentro de Encantado ainda. Ela não floresceu ainda, ela não tá... Tipo assim, tu bate tambor na sexta e tu não me conhece no domingo. O que eu quero te dizer é que tu consultou comigo hoje, mas lá na rua tu não me conhece. Ela [a religião afro] tá tipo escondida, por isso que tu não achou [o Centro Afro]. Ninguém sabe, ninguém viu, mas eu frequento lá, tu que não sabe! Em Encantado é isso aí! É princípios de criação, sabe? Vindo de geração pra geração e agora a coisa foi mudando. E as próprias igrejas também se intimidam com isso, principalmente com a mãe, que tem um prestígio muito grande dentro de Encantado, com a força que ela tem, sabe? A história que ela criou. Só que eu sou daquela

lógica [...], que tem muita religião e igreja que só existe graças as mães e pais de santo. Porque quando um negro bate na porta da igreja ou branco também, porque eu tenho filho de santo branco e negro, é pra tirar o Exu e a Pombagira. Então se não existisse a umbanda e o candomblé, não existia o crente. Quem sustenta a religião dos crente é nós, os umbandistas, sabe? Porque, vamos dizer, tu não frequenta a minha religião, né? A primeira coisa que um batuqueiro vai fazer é ir pra uma igreja, eles vão tirar Exu e Pombagira, mas eles nem sabem o que estão dizendo, porque Exu e Pombagira não faz mal, como muitos acham que faz. Exu e Pombagira faz o que tu pedir, que eles são as entidades que estão mais próximos a nós na terra, que qualquer outro orixá.” (Pai Tião, 28 de outubro de 2016).

Dentre os fiéis que frequentam regularmente os Centros Afro¹¹⁴ na cidade e os eventuais consulentes que já procuraram por orientação junto ao Pai ou Mãe de Santo, muitos não se assumiriam publicamente como praticantes dos cultos Afro, nem manteriam relações cordiais com os líderes religiosos à vista de todos, optando pelo distanciamento com o propósito de escapar do estigma de “batuqueiros”¹¹⁵. De acordo com Ari Oro (2002), os terreiros gaúchos não estariam livres das desigualdades raciais que caracterizam a sociedade sul-rio-grandense e brasileira. Ocorreria uma relativa suspensão dos preconceitos raciais na convivência entre fiéis brancos e negros no espaço religioso dos terreiros, mas que seria limitada inclusive dentro dessa temporalidade, já que a assimetria de poder econômico e político também se refletiria no contexto das práticas religiosas (Oro, 2002). É interessante observar como Pai Tião inverte discursivamente as relações de poder entre os umbandistas, fortemente estigmatizados na região, e os evangélicos a partir do seu conhecimento religioso especializado em relação às manifestações de entidades como o Exu e a Pombagira. Na perspectiva de Pai Tião, os “crentes”¹¹⁶ seriam dependentes dos umbandistas, no sentido de que uma parte significativa dos seus fiéis se vincularia a essas igrejas com a finalidade de se “libertar” dessas entidades, que são frequentemente demonizadas nesses contextos religiosos.

Ainda sobre a Associação Afro Nova Geração, Pai Tião não a define enquanto um coletivo exclusivamente negro, mas faz questão de enfatizar a “reunião das raças”, a “mistura”, que – na sua perspectiva – seria importante para o sucesso dos projetos sociais organizados pelo grupo. Nas palavras de Pai Tião:

¹¹⁴ Como são chamados os terreiros de Mãe Jurema e Pai Tião, acompanhado pela denominação dos seus Orixás.

¹¹⁵ No contexto local, o termo “batuqueiro” é utilizado com sentido pejorativo para designar de modo genérico os praticantes de religiões afro-brasileiras.

¹¹⁶ O uso da denominação “crente” para se referir genericamente aos adeptos de numerosas denominações religiosas protestantes é pejorativo no contexto local e nacional. Os próprios fiéis costumam se designar genericamente como “evangélicos” ou ressaltar a denominação específica de que faz parte.

“Esqueceu de dizer que é a [Associação Afro] Nova Geração mas resgatando junto a mistura das raças, não é um trabalho só em cima do negro, mas sim das raças. Quando tu se expressa [o irmão Joacir Dutra], tu passa impressão que é só o negro. É puxado o branco e o negro junto. É que não tem nenhuma camisa aqui pra te mostrar, uma mão branca e uma preta juntas. Reunião das raças. Pra qualquer coisa que tu vier a fazer pra dar certo, tem que ser união de raças.” (Pai Tião, 28 de outubro de 2016).

Na fala acima transparece um receio de investir em um tipo de mobilização política a partir de linhas étnico-raciais polarizadas: negro x branco. A necessidade de maior união entre negros para lutar em defesa de seus direitos, frequentemente desprezados pelos setores dominantes da sociedade, é um objetivo do coletivo. É evidente que o grupo apresenta uma visão crítica em relação a noção de democracia racial, como demonstrado no decorrer do capítulo. Eles têm consciência da distância entre o discurso de igualdade entre as raças e a realidade cotidiana de discriminação, que marca suas próprias trajetórias de vida. Entretanto, a noção de democracia racial não deixou de ser uma utopia a ser almejada, como Pai Tião faz questão de enfatizar, o que indica a força dos discursos e valores associados à igualdade e a união das raças que comporiam o povo brasileiro. Não cabe associar a apropriação de tal ideologia – a da democracia racial – como falsa consciência étnico-racial, já que ela não significa necessariamente um obstáculo para a mobilização política com vista à emancipação dos racialmente oprimidos.

O mito ou fábula das três raças representa a tentativa da imaginação política de resolver o problema da construção da nação brasileira através do estabelecimento de uma unidade. Oliveira Filho analisa esse mito decompondo-o em dois movimentos (1999). O primeiro movimento essencializa a diversidade das três raças: os colonos portugueses, as populações autóctones e os escravos africanos. As três raças são consideradas igualmente como fundadoras da nacionalidade brasileira, cada uma contribuindo com virtudes distintas que se complementariam. A ideia de horizontalidade entre as três raças na constituição da nação brasileira é um dos axiomas mais resistentes do mito da democracia racial. Já no segundo movimento, a diversidade é negada através da apologia da mistura enquanto estratégia de branqueamento: a solução pretensamente justa e pacífica para resolver as contradições sociais e raciais e tornar o Brasil uma sociedade moderna e democrática. Em certa medida, a tese do branqueamento que foi propagada por intelectuais e acadêmicos brasileiros – entre eles, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Paulo Prado, Oliveira Viana e Gilberto Freyre – era uma tentativa de autodeterminação nacional, no sentido em que

negava o destino de degeneração do país como sociedade mestiça, como apregoava o racismo científico europeu, que foi a ideologia dominante entre os anos de 1870 e 1930. Por outro lado, a tese do branqueamento ainda naturalizava os pressupostos racistas do discurso moderno/colonial, que situava o negro e o índio como inferiores, enquanto considerava a influência biológica e cultural dos europeus brancos, através da miscigenação, como a única forma de conquistar a civilização e a modernidade.

Segundo Guerreiro Ramos (1957), a crença no contínuo clareamento de cor de pele da população brasileira através da miscigenação era menos uma tendência demográfica e mais um projeto político deliberado para a resolução do chamado “problema racial” brasileiro, que – pelo mesmo motivo – foi exaustivamente tematizado pelas Ciências Sociais brasileiras. Sob a luz da psicanálise sociológica, Guerreiro Ramos situa o “problema do negro” como equívoco ou má-fé dos intelectuais nacionais, que refletiriam a alienação e o sentimento coletivo de inferioridade da sociedade na medida em que expressam a rejeição da própria história de formação étnica e racial do país para adotar de forma irrefletida ideias, normas e valores de supremacia branca europeia. A supervalorização da brancura como excelência estética associada à necessária inferiorização da cor negra como signo de degradação é parte da ideologia de manutenção das relações de dominação e subordinação no país (Ramos, 1957).

A relevância do dispositivo de raça na conformação das relações de poder locais está longe de ser uma exclusividade do histórico de colonização da Região Sul do Brasil. A própria invenção do padrão de poder do sistema-mundo se fez a partir da mobilização das noções de raça e racismo como princípios organizadores das relações entre conquistadores e conquistados que, por sua vez, sustentou a lógica de acumulação do capital em escala mundial (Bernadino-Costa & Grosfoguel, 2016), além de se traduzir em outras relações como a existente entre sujeitos de dominação/conhecimento e objetos de dominação/conhecimento. Nesse sentido, as noções de raça e racismo foram centrais para os discursos modernos/coloniais eurocêntricos de invenção, classificação e subalternização dos povos não-ocidentais a partir do século XVI (Bernadino-Costa & Grosfoguel, 2016). Modernidade e raça estão, portanto, interligadas de modo fundamental através do sistema capitalista global de exploração, que é sustentado por relações raciais profundamente assimétricas de dominação e subordinação. A branquidade é assim instituída como estrutura ideológica subjacente ao projeto político modernizante de colonização, que faz da identidade do homem europeu o padrão a partir do qual os povos serão medidos (Ware, 2004). As diferenças coloniais

também fizeram parte das fronteiras internas dos Impérios e dos Estados-nações, impondo as relações de dominação e de subalternidade nos processos de colonização internas.

A eficácia do ideário racista está relacionada à sua capacidade de naturalizar, por um lado, a superioridade do homem branco ocidental e, por outro, as suas concepções sobre os outros não-ocidentais como corpos subalternos destituídos de subjetividade, incapazes de produzir conhecimento e de organizar uma luta política de emancipação. Em outras palavras, se naturaliza uma noção restritiva de “humanidade” atrelada à imagem do europeu do sexo masculino, enquanto o sujeito colonizado é fixado em categorias que lhe são estranhas, que negam sua plena humanidade e o reduzem ao estatuto de objeto, seja como “máquina de trabalho”, seja como “corpo de desejo”, ambos feitos para servir. Em suma, o dispositivo racial foi e ainda é indispensável para a conformação das relações de poder na região, seja pelos critérios de seletividade das políticas migratórias governamentais, que promovia a vinda de famílias brancas de origem europeia, com vista ao futuro branqueamento dos brasileiros pela miscigenação, seja pela subalternização das populações nacionais negras, indígenas e mestiças nos processos de territorialização do Estado e nos dias atuais.

A emergência do fluxo de imigrantes haitianos

Proponho situar a emergência do fluxo migratório de haitianos para a região Sul do Brasil como uma oportunidade de repensar as dinâmicas étnico-raciais em duas frentes. Primeiramente, o que a chegada (e a partida) de grupos de imigrantes haitianos provocou em termos de mudanças e de continuidades nas relações sociais entre os diferentes grupos étnico-raciais no espaço urbano de Encantado? E no contexto da nação, a presença (e ausência) dessa população estrangeira majoritariamente negra suscitou questionamentos acerca da autoimagem do nosso país diante da sociedade? A relevância dessa questão se justifica pelo fato do Brasil ainda ser marcado pelo mito fundador da democracia racial, mesmo com a persistência dos critérios raciais na distribuição de privilégios materiais e simbólicos que sustentam a supremacia branca, enquanto as relações de dominação, exploração e de exclusão social são reproduzidas através do racismo. Começo apresentando a percepção de Joacir Castro em relação à chegada dos primeiros grupos de haitianos recrutados na fronteira acreana por uma empresa da cidade:

“Tudo no *Face* [a rede social Facebook] deles, eles puxavam [as fotos] e mostravam ‘pai, pai, pai’ [como alguns haitianos mais próximos o chamavam por respeito]. E tu vê o pessoal chegando de barco [na fronteira], como eram os nossos antepassados do passado a 600, 800 anos atrás. Da escravidão, na época da escravatura. Mas é triste mesmo, eles marcado, como é que eles chegavam... Aí eles começaram a comentar por onde que eles vinham, Chile, Colômbia, que passavam por mato, que eles tem que fazer os lote em comboio e se unem. Pra eles é uma aventura, se eles passarem, eles vão se dar bem. Os que passaram, chegaram no Acre e tinha alguém ali. Ali eles estavam bem. Agora muitos, vamos dizer, saem, eles saíam do Haiti em 100, todos juntos, aí chegavam ali no Acre em 60, 40, se perdiam, morriam, bicho comia ou matavam. A coisa é muito triste, triste, triste, ouvindo as histórias deles. E assim eu comecei a me aprofundar, aprofundar pra conhecer um pouco mais deles.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

As histórias que os haitianos confidenciaram a Joacir se referiam ao uso de rotas migratórias “clandestinas”, estratégia adotada pelos haitianos que entraram de modo irregular em território brasileiro para posteriormente solicitar o refúgio¹¹⁷. É interessante o fato de Joacir Castro associar as dificuldades e os perigos aos quais os haitianos ficam expostos durante as longas jornadas migratórias em direção ao Brasil ou a outros países da América do Sul ao tráfico transatlântico de negros escravizados no período colonial, que ele identifica como seus antepassados. Para Joacir Castro, o sofrimento dos haitianos que se arriscam em rotas irregulares – especialmente nas travessias de fronteiras nacionais por via terrestre e fluvial para driblar a fiscalização – na esperança de realizar seus projetos migratórios em busca de uma vida melhor suscitou a lembrança da imagem dos africanos que foram submetidos ao deslocamento forçado no regime escravocrata. É também como uma forma de deslocamento forçado, mas de um tipo distinto, que o recente fluxo de haitianos em direção ao Brasil foi apreendido pelo

¹¹⁷ A solicitação de refúgio nas fronteiras foi uma estratégia migratória amplamente utilizada pelos haitianos desde 2010 e que encontrou seu ápice em 2014. Embora eles não tenham sido reconhecidos oficialmente como refugiados pelo Estado – por não atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação brasileira segundo entendimento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) – esse foi um meio de acessar a regularização provisória do status jurídico do estrangeiro. Enquanto tem seu pedido analisado pelas autoridades competentes, o solicitante de refúgio tem assegurado – em tese – o direito de não deportação, mesmo nos casos de ingresso irregular em território brasileiro. Com o protocolo de solicitação de refúgio em mãos, os haitianos se valiam de uma situação temporariamente regular que lhes permitia registrar o CPF e a Carteira de Trabalho (CTPS), para ter acesso ao mercado de trabalho formal e aos serviços públicos disponíveis, como saúde e educação, enquanto davam continuidade aos procedimentos burocráticos de registro de estrangeiro com esperança de um dia obter a autorização de residência permanente junto às autoridades brasileiras. Segundo o CONARE, até o fim de 2017 apenas dois nacionais do Haiti foram reconhecidos como refugiados. O não reconhecimento do refúgio para todos os demais haitianos não significou a impossibilidade de regularização de sua permanência no país. Os Ministérios do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e da Justiça assinaram, em outubro de 2015, um ato autorizando 43.781 haitianos solicitantes de refúgio a tirar o visto de residência permanente no País (Portal Brasil, 2015). O número de 43.781 corresponde ao total de haitianos que solicitaram refúgio entre janeiro de 2011 e julho de 2015, sendo composto por 77% de homens e 23% de mulheres. Abriu-se o prazo de um ano, a contar do dia 12 de outubro de 2015, para que os haitianos contemplados procurassem a Polícia Federal com o intuito de solicitar o novo status – entrar com o pedido de residência permanente – e emitir a carteira de identidade de estrangeiro.

Estado brasileiro, o que possibilitou a oferta de um tipo de proteção provisória diferenciada aos imigrantes dessa nacionalidade: o “visto permanente por razões humanitárias”. Este foi instituído em 12 de janeiro de 2012 através da Resolução Normativa nº97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que especifica as razões humanitárias de caráter extraordinário¹¹⁸ como aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência dos efeitos funestos do terremoto que abalou o Haiti no início do ano de 2010. Não fosse por isso, o fluxo de haitianos seria classificado como migração econômica, para a qual não há proteção diferenciada. Em 2017, com a instituição da nova Lei de Migração (Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017), surgiu uma tipificação de visto para fins de “acolhida humanitária”, cujos requisitos de elegibilidade¹¹⁹ continuaram a enquadrar o caso contemporâneo dos haitianos. Isso em consequência dos desastres ambientais que abateram o Haiti, a saber, o referido terremoto em 2010, cujas consequências são sentidas até hoje, e o furacão Matthew em 2016.

Tendo em vista os elementos do imaginário local, abordado mais detidamente no capítulo anterior, outras associações estariam no campo de possibilidades de Joacir, ao menos teoricamente, como a saga dos pioneiros italianos propalada intensamente na região. Vale recordar que nas narrativas acerca do “tempo dos pioneiros”, há a ênfase na trajetória idealizada dos imigrantes italianos pobres, de origem camponesa, que vieram para o Brasil com o sonho do acesso a terra e ao trabalho e, a partir do próprio esforço e

¹¹⁸ A resolução normativa do CNIg nº97 de 12/01/12, que instituiu o visto permanente por razões humanitárias, estabeleceu o prazo de dois anos para a sua vigência, com possibilidade de prorrogação. O prazo da vigência da resolução foi prorrogado por diversas vezes desde então através de aprovações do referido conselho (Resolução Normativa CNIg nº 106 de 24/10/2013; Resolução Normativa CNIg nº 113 de 09/12/2014; Resolução Normativa CNIg nº 117 de 12/08/2015; Resolução Normativa CNIg nº 123 de 13/09/2016), sendo que a última destas renovou a data limite até 30 de outubro de 2017. Com a criação da nova Lei de Migração (Nº 13.445, de 24/05/17), vigente desde sua regulamentação em fins de 2017 (pelo Decreto nº 9.199 de 20/11/17), os nacionais do Haiti continuaram a ser contemplados por uma proteção provisória diferenciada, o visto temporário para fins de acolhida humanitária, que inclui a hipótese de desastre ambiental, entre outras. Os procedimentos adotados para as concessões do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária foram estabelecidos pela Portaria Interministerial Nº10, de 6 de abril de 2018, com validade especificamente para os cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, embora outras hipóteses de acolhida humanitária possam ser reconhecidas futuramente através de portarias próprias. Apenas a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe poderá conceder o visto temporário para acolhida humanitária aos nacionais do Haiti. Já os haitianos e apátridas que residiam no Haiti e que tenham chegado ao Brasil até o dia 9 de abril de 2018 sem o visto em mãos poderão solicitar autorização de residência para fins de acolhida humanitária em uma unidade da Polícia Federal.

¹¹⁹“O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.” BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 art. 14, inciso III, § 3º. Institui a Lei de Migração.

da “vocação étnica para o progresso”, foram capazes de vencer a natureza selvagem, repleta de perigos, como animais ferozes, doenças e ataques de “ ndios bravios”, para implantar a civilização. Por outro lado, as narrativas sobre o pioneirismo italiano podem se distanciar da experiência migratória contemporânea dos imigrantes haitianos devido aos marcadores raciais e ao ideário da branquidade que é subjacente àquela. O fato de Joacir optar por abordar a memória da diáspora africana e da escravidão nesse contexto nos remete à noção de d vida histórica da sociedade brasileira em relação aos descendentes dos negros escravizados cuja exploração do trabalho sustentou diversos setores da economia, como é apontado por Joacir Castro em outro momento:

“Eu fui na delegacia de ensino, que   em Estrela [município próximo a Encantado], fazer uma solicitação a muitos anos atrás, de nós estudar os nossos antepassados, porque eu sempre tive na minha cabeça que *tudo que temos hoje no nosso país, devemos a todos os nossos antepassados, e nos foi tirado tudo!* E pra vocês ver que   uma coisa interessante, que o tempo coloca as coisas no lugar, de que agora a gente ouve assim no governo, no próprio governo Lula, aonde que ele bota um projeto l  de dar cotas aos negros. Aí me chama a atenção aquilo que eu vinha conclamando a muito tempo atrás, porque é *uma maneira deles pagarem aquilo que foi nos tirado l  dos nossos antepassados*. Então por isso que se oferece cotas, mas não precisamos de cotas. Eu não vejo que nós precisamos de cotas, de favores. Não, nós precisamos é de direitos!   eu ter o mesmo direito de que você, direitos iguais.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

Embora Joacir não afirme explicitamente que o acolhimento dos imigrantes haitianos, enquanto segmento majoritariamente negro, pela sociedade brasileira nos dias atuais seja uma forma de compensação da d vida histórica em relação   população negra, essa interpretação se situa no horizonte de possibilidades. A noção de d vida histórica, cara ao movimento negro no Brasil, não faz referência exclusivamente ao violento desterro dos africanos e aos séculos de exploração da mão de obra escrava em condições desumanas de sobrevivência. Ela problematiza igualmente o *status quo* p s-abolição, ao evidenciar a manutenção dos critérios racialmente discriminatórios como fatores determinantes na configuração da estrutura de classes no Brasil. Esses critérios raciais, ainda que não explícitos em leis, operaram na sociedade de forma a acarretar a incorporação subordinada da população negra na força de trabalho e a dificultar o acesso a direitos fundamentais, como educação, trabalho, moradia, saúde e segurança. É o reconhecimento da existência dessa d vida histórica e da persistência de práticas discriminatórias reprodutoras das desigualdades raciais que fundamentou as políticas de ações afirmativas¹²⁰ adotadas na última década pelo Estado, com o objetivo de

¹²⁰ Cito como exemplos: a instituição do Estatuto da Igualdade Racial através da Lei n  12.288, de 20 de julho de 2010; a aprovação da Lei n  12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida popularmente como “lei

promover a inserção plena da população negra em condições de igualdade nas esferas econômica, social, política e cultural do país. A existência dessa dívida histórica é afirmada por Joacir, embora ele apresente uma postura ambígua em relação às cotas raciais como instrumento de reparação. A ambivalência está em alegar um débito histórico da sociedade em relação aos negros, a necessidade de pagá-lo e, ao mesmo tempo, situar a política de cotas raciais como “favor”, ou seja, como um serviço gratuito que, por definição, só pode ser oferecido por quem está desobrigado e nada deve ao outro, mas opta por agir assim como cortesia ou mostra de caridade. Essa postura de Joacir não é inusitada, dado o caráter polêmico da matéria e a necessidade de mais espaços de reflexão e de debate informado na esfera pública. Para falar nos termos de Mauss (2003), a definição das cotas raciais como dádiva que obriga e subordina o outro, no sentido de engendrar ou reafirmar hierarquias, ou como contradádiva inferior e não equivalente, que não anula a dívida, mas fortalece as relações, envolve interesses divergentes e até opostos por parte dos diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Afinal de contas, estamos falando de uma política cujo objetivo maior é modificar o *status quo*, ou mais especificamente, as relações sociais profundamente assimétricas que marginalizam os negros na sociedade, enquanto contribuem para a superconcentração da riqueza, do poder e do prestígio nas mãos da elite branca.

Como líder comunitário negro, Joacir se identificou com a situação dos imigrantes haitianos que aportaram em Encantado a partir de 2012. Da família Castro, foi Joacir quem se aproximou mais desse segmento devido a sua atuação na esfera social e política local. Já a Mãe Jurema e o Pai Tião afirmaram não ter muita experiência de interação com os haitianos, à exceção de Benjamin, um padre haitiano que atuou na Igreja Matriz de Encantado entre os anos de 2014 e 2015. Eles atribuíram esse distanciamento comum a divergências religiosas¹²¹, mais especificamente ao fato da maioria dos estrangeiros declarar fé protestante e um dos seus segmentos demonizar os cultos afro-brasileiros e afro-caribenhos, similarmente a certos grupos evangélicos nacionais. Uma hipótese que eu aventava até então era a convergência entre os

de cotas”, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo cotas para candidatos de escolas públicas, de baixa renda, para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência; e a criação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva para pretos e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal.

¹²¹ Observei inclusive a utilização do termo pejorativo “macumbeiro” por imigrantes haitianos para se referir aos umbandistas locais.

voduístas haitianos e os umbandistas brasileiros, mas não encontrei nenhum indício dessa aproximação durante a minha estadia em Encantado¹²². Sobre o convívio entre Pai Tião e o padre Benjamin, ele conta:

“Na minha casa mesmo, o padre haitiano esteve comigo, ele consultou comigo e quis conhecer profundamente a minha religião. Pra saber realmente o que eu era, aquilo que eu faço. Então ele te dá um espaço, te dá uma corda pra ver até onde tu vai. E o padre quando ele é gringo, alemão, independente de raça, ele não te procura na tua casa, ele não te puxa pra igreja. Ele puxa só quando tem batizado, que aí ele tem que ir atrás, no casamento, etc. Daí é tipo uma obrigação que tu vá, porque eu sou católico e eu não cultuo o católico, eu cultuo o africanismo. Então eu sou católico porque sou batizado na igreja católica, mas não cultuo o católico, cultuo o africanismo. Não tem como tu agradar dois deus ao mesmo tempo.” (Pai Tião de Ogum, 36 anos, 28 de outubro de 2016).

De acordo com Pai Tião, os sacerdotes de religiões afro-brasileiras, assim como os demais adeptos, seriam invisíveis à Igreja Católica. Entretanto, o padre Benjamin mostrou uma postura diferenciada, pois demonstrou interesse em conhecer e em manter relações amistosas com as mães e os pais de santo da cidade. Independe da motivação do padre haitiano, sua atitude foi aprovada por Pai Tião, que a compreendeu como um ato de consideração e de respeito. Não tive a oportunidade de conhecer o padre Benjamin pessoalmente, apenas em conversas por telefone, pois em fevereiro de 2016, na minha primeira visita a Encantado, ele já havia partido da cidade. Entretanto, o tempo de sua atuação em Encantado deixou marcas na pesquisa etnográfica através das frequentes referências a seu nome em meio a conversas informais e entrevistas com interlocutores haitianos e brasileiros, a exemplo de Pai Tião. A partir da experiência com o vodu, cujas crenças e práticas atravessam o universo haitiano, Padre Benjamin desconfiava de qualquer noção de separação absoluta entre as religiões, inclusive no contexto de Encantado. Se no Haiti muitos fiéis que se identificam como cristãos se valem dos saberes ancestrais associados aos rituais do vodu em certas situações, sejam

¹²² Na opinião do padre Benjamin, seus conterrâneos jamais recorreriam aos terreiros de umbanda ou candomblé no Brasil, mesmo os adeptos do vodu, apesar das semelhanças entre as religiões de matriz africana. Isso porque há a crença comum, da qual o padre compartilha, de que a magia haitiana seria superior a todas as demais e, nesse sentido, o poder do melhor feiticeiro estrangeiro não estaria aos pés de qualquer haitiano comum. O padre Benjamin declarou que o vodu não serviria apenas para a realização do mal, pois o seu uso incluiria objetivos benévolos, como proteção, sucesso, saúde, amor e até a libertação de um povo inteiro, como seria o caso do Haiti. Ele se referia à cerimônia de Bois Caiman, que é comemorada no Haiti como o ato religioso que deflagrou a maior insurreição escrava da Revolução Haitiana. Conta-se que na noite de 14 de agosto de 1791, Boukman – sacerdote do vodu e líder revolucionário – se reuniu junto a outros líderes negros numa floresta para realizar um pacto com os espíritos através de um ritual de sacrifício de sangue de um porco imolado, com o objetivo de garantir o sucesso da libertação dos escravos. Essa seria a maior prova do poder do vodu haitiano. De acordo com padre Benjamin, o vodu é tão poderoso que é capaz de matar uma vítima à distância. Em relação às religiões afro-brasileiras, ele concluiu que seriam utilizadas para finalidades menos macabras, dada a sua limitação, como conquista de amor, dinheiro e sucesso.

católicos ou protestantes, a fim de obter proteção contra magia ou resolver um problema difícil, padre Benjamin supôs que no Brasil não seria diferente em relação à umbanda e ao candomblé, o que ele confirmou com Mãe Jurema e Pai Tião.

Medo de uns, esperança de outros

A indignação diante do que Joacir considerou como um ato público de racismo contra os imigrantes haitianos e que, de certa forma, o atingia enquanto negro, foi o que o motivou a se aproximar deles e a conhecê-los. Em abril de 2013, ao ouvir uma rádio de notícias da cidade, Joacir soube do conteúdo de um discurso proferido por Jonas Calvi, então presidente da Câmara dos vereadores de Encantado, que o incomodou profundamente, sentindo-se ofendido. Por isso ele decidira entrar em contato com os haitianos e informá-los sobre as acusações que estavam circulando nas mídias locais, como expõe adiante:

“Eu represento a Associação Afro Nova Geração e na comunidade a gente escutou um dia desses um chamamento sobre a raça negra. Eu entendi um ato discriminatório na época, escutando o rádio em relação ao que se chamava da negritude né, que seria dos haitianos. Como se dizia na época, sobre o descaso com o que eles estavam fazendo, depredando ou trazendo doenças, etc. Enfim, aquilo me chamou atenção, como negro, e a gente foi buscar a informação, o recurso, o esclarecimento de onde partiu, como saiu e porque saiu. [...] Foi na Câmara de Vereadores que tinha saído isso. Bom, mas não pode ser normal isso né? Na época fiquei muito triste como negro. Aí comecei a procurar, encontrei um haitiano aqui, um ali, fui pedindo, conversando com eles. Era difícil da gente entender a língua deles e até que encontrei um que falava inglês e o ‘dileto’ mais assim, falava um português ruim né pra entender o meu e eu entendendo mais ou menos assim, prestando bastante atenção. Aí nós fomos, sentamos e fomos conversar. Eu falei que queria conversar com ele alguma coisa que eu tinha escutado na rádio a respeito dele e eu queria saber a real situação deles, se eles precisavam de ajuda, o que a gente poderia fazer com eles. [...] Aí depois nós fomos, conseguimos uma cópia num CD dos comentários, coloquei pra eles escutarem. Aí levei mais pra baixo, pra minha casa e coloquei pra eles a situação e queria saber deles até onde eles estavam indo e como estavam indo, o que estava sendo dificultoso para eles e tal. Mas aí tinha alguém de dentro da empresa que respondia por eles. Eles acreditavam muito na Bianca, que era uma de dentro da cooperativa. Ah, então vamos lá, vamos conversar. Daí fui lá, conversei com ela, com eles junto. E surgiu a ideia minha de formar entre eles uma associação pra eles adquirirem os direitos deles. [...] E solicitamos então a cessão do pavilhão da nossa comunidade, nós fizemos uma reunião lá. Reunimos eles, que moravam num hotel, outros tinham casas alugadas, eles andavam tudo divididos. E fomos lá pra essa reunião para nós formar essa associação entre eles.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

Nessa época, o vereador Jonas Calvi resolvera chamar a atenção na tribuna do Legislativo para comentários de moradores locais sobre supostos comportamentos inadequados dos recém-chegados imigrantes haitianos, reverberando a imagem de que os estrangeiros eram responsáveis por aumentar a criminalidade e a violência na cidade,

mesmo sem qualquer indício para tal. Também os acusava de disseminar doenças na cidade. Na visão de Joacir, os imigrantes haitianos foram criminalizados antecipadamente por parte da opinião pública não em razão de xenofobia, mas de racismo, já que outros estrangeiros – especialmente os europeus de pele clara – não despertariam esse tipo de suspeita. Como abordado anteriormente, as dinâmicas de racialização do outro operam de modo a reduzir o indivíduo e ou grupo ao corpo negro coisificado, que é imposto externamente como signo de subalternidade, destituindo-os *a priori* de subjetividade e de outros marcadores sociais (Carneiro, 2005; Fanon, 2008; Nascimento, 1974; Ratts, 2006). Na condição de estranhos sem vínculos pessoais com os moradores estabelecidos de Encantado, especialmente nos meses iniciais, os imigrantes haitianos eram sujeitos ainda mais facilmente ao dispositivo de racialidade, que os aprisionava em um estado de suspeição. Uma senhora de ascendência italiana me confidenciou que inicialmente os seus vizinhos estavam apreensivos com os crescentes fluxos de haitianos para a cidade como se fosse um mau agouro: “Ah, só vejo nuvens negras, não importa em que direção eu olhe sempre tem uma nuvem negra!”. Os marcadores raciais, através dos quais os haitianos eram apreendidos pelo olhar do outro, estavam inegavelmente em primeiro plano no contexto urbano de Encantado. Temia-se que a cidade se tornasse majoritariamente negra no futuro, com a incorporação dos imigrantes haitianos pela miscigenação com a população local. Para minha interlocutora, a aparente manutenção do distanciamento entre os moradores mais antigos e os recém-chegados imigrantes haitianos teria dissipado o receio do “enegrecimento” da população.

Através de Joacir Castro, os imigrantes haitianos souberam da difamação de que eram objeto na cidade. O desapontamento foi grande, de acordo com a supervisora do Setor Pessoal do frigorífico que empregava a maior parte dos imigrantes haitianos:

“Problemas a gente teve de todo tipo [no frigorífico]. Depois de um tempo que os haitianos estavam aqui, a sociedade falou que tinha aumentado a violência, o índice de criminalidade, o que não era verdade. A gente teve que mobilizar a Secretaria de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, aí apaziguaram tudo. [...] Eles nos chamaram lá, um grupo [de haitianos] disse pra gente que eles estavam muito tristes com a cidade, porque a cidade não gostava deles. Mas não tinha nada a ver, uma pessoa enfim falou bobagem. Aí depois a gente envolveu a Secretaria e resolveu.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais. 03/03/2016).

Inconformados, os imigrantes haitianos se mobilizaram enquanto trabalhadores, a fim de que suas vozes fossem ouvidas para viabilizar a exigência de maiores esclarecimentos. O impasse não foi resolvido na primeira reunião entre os

representantes dos funcionários haitianos e da indústria de alimentos, apesar dos esforços dessa última em negar a gravidade da calúnia. A empresa optou então por acionar a Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre para mediar o conflito. Após incentivar levemente o preconceito contra os haitianos em Encantado, fez-se necessária uma retratação pública por parte do vereador a fim de apaziguar as relações com os trabalhadores haitianos. Com o intuito de se reconciliar com os estrangeiros e assim contornar a crise desencadeada, o próprio Jonas Calvi (PTB) convidou dois representantes do grupo de haitianos, que eram funcionários do frigorífico, para visitar o Legislativo. Eles se reuniram no dia 14 de maio de 2013 para discutir os problemas enfrentados pela comunidade haitiana e os seus anseios: atendimento na área trabalhista, médica e melhor aproveitamento da mão de obra. Joacir Castro também participou desse encontro como Presidente da Associação Afro Nova Geração do bairro de Navegantes. Vale ressaltar a dimensão política-partidária que recobriu esses eventos. A repercussão do discurso ofensivo do vereador foi compreendida por muitos encantadenses como uma estratégia da oposição – que incluiria políticos apoiados por Joacir Castro – para desgastar sua imagem pública. A percepção das disputas políticas associadas ao caso também alcançou parte dos haitianos, como Julien:

“Eu fiquei sabendo disso, mas eu acho que isso é... [...] Eu posso dizer, foi duas pessoas políticas. Um vereador e também um “*prétendant*”. Sabe o que é “*prétendant*”? Um que quer ser candidato na próxima vez né. Eles estão brigando os dois. O vereador que eles acusam disso aqui, que falou mal de nós, ele é um pastor. [...] Mas ele chegou a falar conosco. Não é ele que falou, ele foi defender que... nós que tava na igreja dele. Ele conversa conosco, diz que não, ele não falou mal dos haitianos. Ele falou o nome do vereador que fala isso, um cara que chama Jonas, que falou. O nome de quem falar não tava no jornal. Só isso sair jornal, [...] os haitianos contaminado com muita doença, vai transmitir as doenças para as pessoas na cidade. É um monte de coisas que fala. [...] Os haitianos estão confundindo. [...] Mas eles dois estão brigando por causa de política”. (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

Se a denúncia do caráter discriminatório do discurso do vereador foi “oportunismo político”, como muitos alegam, isso depende das filiações ou afinidades partidárias de quem avalia. No entanto, sua dimensão política não invalida outras possibilidades de significação do evento por diferentes atores sociais. Para uma parte da população negra, o evento em tela se mostrou apropriado para tornar público o racismo velado que está arraigado na sociedade brasileira. Já especificamente para a comunidade haitiana, foi uma oportunidade para a mobilização do coletivo, ainda que temporária, e para a exposição de problemas enfrentados pelo grupo no contexto urbano de Encantado, ou seja, seus interesses comuns.

Com o fim desse episódio, conforme Joacir, a relação de proximidade com os haitianos não se prolongou, nem o projeto de associação que ele propôs. O compartilhamento da condição racial e da experiência de opressão do racismo não foram suficientes para sedimentar a relação entre eles. Havia outros elementos que os distanciavam, como acredita Joacir:

“Daí nós temos um pastor de uma igreja quadrangular, que inclusive é vereador ainda hoje. Na época ele deu espaço pra eles [haitianos] na igreja, e fizeram uma banda musical, que eles tinham esse sonho de mostrar o talento deles, aí então eu fiquei pequenininho próximo deles. [...] Aí um foi se perdendo pra lá, foi se perdendo por um outro lado e até que comecei a perder o espaço entre eles. A Igreja Quadrangular já puxou a negrada pra cima, depois já veio outra igreja aqui, a Filadélfia, aí já puxou a negrada pra cima, aí a nossa Igreja Católica, depois mais tarde já teve o padre negro [haitiano] aqui também, então já inseriram eles no colégio e na igreja que faziam a imigração. Então eu acredito que assim, que eu perdi o vínculo pelas minhas condições, porque eles viam assim que... Bem, o Joacir, ele é da nossa cor. Certo, mas o que nós precisamos, nós não vamos encontrar nele. [...] Daí então, pô, eu sou negro, eu vou pela minha cor. Eu não conhecia ninguém. É lá do outro lado do mundo [o Haiti], eu vou fazer o que? Eu não posso deixar isso aí, compactuar com o racismo. E assim criei aquele vínculo com aquela minoria de haitianos. Recebia eles na minha casa sempre sempre e a gente conversava.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

Outras identidades sociais, como a fé protestante, assumiram maior relevância entre os haitianos em suas interações cotidianas com os gaúchos, eclipsando a alternativa de identificação através de uma negritude abstrata, sem conteúdos étnicos. A aproximação entre os grupos de haitianos protestantes, que constituíam a maioria dos imigrantes, com as igrejas evangélicas locais viabilizou a disponibilização de espaços, mediante acordos¹²³, para realização de cultos em crioulo ministrados por pastores haitianos. Através de contatos no meio evangélico, eles também conseguiram montar uma banda de música haitiana, exclusivamente de louvor. Em um contexto de escassez de espaços de sociabilidade haitiana que ultrapassem a esfera doméstica, a inserção no circuito evangélico da região abriu novas oportunidades de participação e de reconhecimento à comunidade haitiana. Um festival de música gospel organizado pela igreja Assembleia de Deus de Roca Sales, cidade vizinha a Encantado, foi um dos raros eventos culturais que tive a oportunidade de acompanhar¹²⁴ que reuniu propositalmente

¹²³ Desde 2016, um pastor brasileiro cedeu o espaço da Igreja Filadélfia para os fiéis haitianos realizarem os cultos em crioulo em horários definidos, já que o espaço era compartilhado. Em contrapartida, eles ofertavam o montante dos dízimos recolhidos com o objetivo de auxiliar o custeio da manutenção do espaço (água, luz e limpeza) e do aluguel, já que o imóvel não era de propriedade da igreja brasileira. De acordo com o pastor haitiano Julien, anteriormente eles utilizavam o espaço de outra igreja evangélica cedida por um pastor que era vereador de Encantado, mas o mesmo encerrou repentinamente o acordo sem explicar o porquê. Apesar disso, eles ainda manteriam relações amistosas.

¹²⁴ O evento ocorreu em 11 de março de 2017 em um espaço montado no Centro do Município de Roca Sales. A igreja anfitriã contratou um ônibus para o transporte dos membros do coral e de outros fiéis

brasileiros e haitianos, estes últimos como plateia e como participantes ativos. O coral de haitianos da igreja Filadélfia foi convidado para se apresentar no palco do evento, assim como outros membros da igreja interessados em comparecer.

A percepção dos imigrantes haitianos a respeito de atos discriminatórios sofridos é difícil de ser classificada. Nas entrevistas¹²⁵, quando eu questionava diretamente a respeito da opinião sobre a existência de racismo no Brasil, nos casos afirmativos os entrevistados narravam o que compreendiam como atos discriminatórios em relação aos haitianos como coletividade, que eram contrastados a facilidades ou favorecimentos a brasileiros, sem qualquer distinção explícita de raça ou cor. Em suma, raramente os interlocutores haitianos utilizavam espontaneamente o termo “racismo” e suas variantes (*rasis* em crioulo, *racisme* em francês) nas conversas informais e entrevistas com a antropóloga, o que não significa que isso não ocorresse nas situações cotidianas de interação. A maior parte dos relatos de discriminação “contra haitianos” se referia a situações em dois contextos: o ambiente de trabalho e o mercado de aluguéis de imóveis. Especialmente em relação à indústria frigorífica, muitos haitianos se queixavam de: receberem os piores serviços (mais pesados, sujos ou desagradáveis); não terem direito a opinar, diferente dos colegas brasileiros, que se posicionariam normalmente sem sofrer retaliações; serem vistos com suspeita pelos colegas por conversarem em *créole* entre si; e serem os únicos a sofrerem punições no caso de conflito com funcionários brasileiros, como suspensão ou demissão. Já em relação ao mercado imobiliário, notava-se a dificuldade de atendimento pelas agências, que – de acordo com a percepção de alguns haitianos – era uma estratégia para evitar assinar contratos com a clientela dessa nacionalidade. Em relação ao atendimento médico, muitos haitianos acreditavam que seus relatos de mal-estar, dor e outros sintomas eram ignorados, sem ocasionar maiores investigações e sendo-lhes negado atestado médico.

As mulheres haitianas eram alvo de outro tipo de discriminação, intensificada quando estavam gestantes. Muitas vezes elas eram vistas pelos encantadenses e até pelos dominicanos como “oportunistas”, como ônus para os empregadores e para a Previdência Social, no caso das haitianas regularmente empregadas que tem direito à licença maternidade, e como causa da sobrecarga dos serviços públicos, como hospitais

interessados em Encantado, que pagaram dez reais cada pela passagem de ida e volta. Durante a apresentação do coral, o pastor e presidente do grupo, Julien, falou em português em nome dos demais, agradecendo a oportunidade e avisando à plateia que cantariam músicas em outras línguas – em crioulo haitiano e em francês – mas que Deus tudo compreende.

¹²⁵ Dependendo da fluência do entrevistado em relação à língua portuguesa, a entrevista era realizada em francês, como alternativa.

e creches. Não é raro ouvir declarações como: “Elas só veem ao Brasil para engravidar!”. A Irmã Efigênia, que presta serviço voluntário de atendimento aos estrangeiros em Encantado, relatou a pressão por parte de encantadenses que desejavam que ela interferisse no planejamento das famílias haitianas:

“Até no começo o pessoal dizia assim: 'Tem que dizer pra eles que não pode engravidar, que não pode ter filho!'. Eu disse, isso quem manda são eles. Não sou eu que vai dizer se deve ter filho ou não. Se eles tem que ter as condições? Tá certo, a gente procura orientar, mas o fato de ter filho ou não ter filho são eles que vão decidir. E olha, eu disse, são quase todos casais novos. [...] Faz parte ter uma família, ter filhos. Eu disse, mas eles não tem tantos não. ‘Ah, tem gente que tem três!’. Eu disse, sim, mas tem brasileiros que tem quatro, cinco... O que vai dizer, né? [risos]. Acho que eu conheço daqui [famílias haitianas] que tem três crianças é só um que mora aqui debaixo.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

A imagem de que as famílias haitianas estão aumentando “excessivamente” é comum na cidade. Essa acusação não é direcionada somente a casos específicos e sequer depende da verificação da média de filhos por família haitiana, embora a mobilização de dados estatísticos – como adverte Foucault (2010) – reforçaria a constituição desse campo de intervenção da biopolítica. Trata-se de um juízo de valor que implica na discriminação em relação à população haitiana como um todo. Suas raízes se alimentam daquele receio já mencionado: o enegrecimento da população da cidade. Frequentemente o racismo subjacente a essas expectativas de controle regulatório é ocultado por razões outras, como a presumida limitação financeira das famílias haitianas que, nesse tipo de argumentação, não teriam condições materiais de arcar com a criação e o sustento dos filhos, se numerosos. Através dessa lógica aparentemente objetiva, que sustenta a legitimidade de administração da população através do ajustamento aos imperativos econômicos, as famílias haitianas são severamente responsabilizadas pelo controle da natalidade, caso contrário, se converteriam em objetos legítimos de intervenção da biopolítica, como questão de “saúde pública” e de “equilíbrio econômico”. A crença na legitimidade da ingerência na vida das famílias haitianas é demonstrada em discursos como o seguinte:

“O que eu penso [sobre a vinda dos haitianos para o Brasil] é que não foi planejado isso daí, porque eles deveriam de dar comprimido pra eles não terem filhos, porque tá se dobrando! Eles vêm, vou dar um exemplo, eles vêm em dez e já estão em quinze, dezesseis, porque as famílias estão aumentando! Aí vai faltar até lugar, casas pra alugar, vai faltar tudo para os brasileiros! Mas eu gosto deles, entende... Eu não tenho preconceito nenhum. Só que eu acho que isso aí foi muito mal planejado, pelo menos aqui em Encantado, que a cidade é pequena. A Suíno Mais [empresa] que trouxe eles, eles deviam de dizer: 'Oh, aqui vai ser assim, vocês tem que tomar o comprimido, as mulheres não podem tá tendo...'. Tem gente que já tem três filhos aqui em Encantado!” (Gilda, dona de um brechó, 01/08/17).

Um futuro catastrófico de escassez de recursos essenciais para os cidadãos nacionais é vinculado por Gilda ao crescimento demográfico “desordenado” da população de imigrantes haitianos, que careceria, portanto, de interferência externa, seja do Estado, seja das empresas que usufruem de sua força de trabalho. A expansão da população imigrante no país parece se justificar apenas na medida em que atende à demanda de mão de obra do sistema de produção, pois o segmento não absorvido ou que não apresenta utilidade imediata àquele é apreendido como anormalidade e, nesse sentido, como excesso que deve ser regularizado. A acusação direcionada às mulheres haitianas que engravidam também está associada à sua relativa perda de utilidade como força de trabalho no período de licença maternidade. Ademais, cabe ressaltar que a tolerância da presença da população imigrante é condicionada à demanda de sua mão de obra, que é idealizada pela sociedade receptora como necessariamente temporária (Sayad, 1998). Embora não seja sinônimo de fixação, a reprodução das famílias de imigrantes em solo brasileiro – cujos filhos são cidadãos brasileiros – é um lembrete do caráter ficcional dessa provisoriedade. A reprovação da natalidade de famílias de imigrantes negros como desordem por parte da sociedade brasileira indica ainda a persistência silenciosa do projeto nacional de embranquecimento, que não se deseja atravancar.

Se na esfera jurídica, a trabalhadora estrangeira que contribuiu regularmente com no mínimo dez prestações mensais ao regime de Previdência Social tem o direito de usufruir da licença e do salário maternidade, na esfera moral existe uma forte crítica à mulher que engravida como aproveitadora. No contexto em questão, as mulheres de nacionalidade haitiana sofrem mais intensamente a condenação moral de parte da sociedade local por engravidarem. A título de exemplo, Martina, uma senhora encantadense que dava aulas de português como voluntária a imigrantes haitianos, defendia essa visão. Ela fora requisitada duas vezes por alunas haitianas para que as acompanhassem até uma pequena indústria de alimentos da cidade, a fim de interceder por vagas de trabalho, atestando a confiabilidade das mesmas, e auxiliando na comunicação durante a entrevista. Segundo Martina, nessas ocasiões a empregadora questionava se as candidatas pretendiam engravidar, ao que elas negavam. Na primeira vez, a visita à indústria foi exitosa e rendeu uma contratação, já na segunda não. Martina disse que a empregadora havia se decepcionado com as funcionárias haitianas, que engravidariam “muito rápido” e, durante a gestação apresentariam atestados médicos com frequência, “como se gravidez fosse doença”. Mesmo as ausências justificadas por

razões de saúde são suscetíveis de serem apreendidas como moralmente abusivas pelos empregadores, noção esta que independe da esfera jurídica. Para Martina, esse tipo de atitude, que é atribuída às imigrantes haitianas, era indício da falta de comprometimento com o emprego, o que justificaria a recusa da contratação ou a demissão desse segmento por empresas locais.

Amor, desejo e discriminação

As famílias haitianas que residiam em Encantado eram compostas geralmente por cônjuges de mesma nacionalidade. Casamentos ou uniões entre imigrantes haitianos e brasileiros eram no mínimo incomum, dado que não soube da existência de nenhum durante a minha estadia na cidade. Os primeiros grupos de imigrantes haitianos eram majoritariamente do sexo masculino. Da primeira turma recrutada pela empresa em 2012, por exemplo, 54 eram homens e apenas 4 mulheres. A maior parte das mulheres veio numa segunda etapa, para encontrarem seus maridos ou familiares. Havia também mulheres que migraram de forma independente, mas não era o caso mais comum. Apesar da união pública e notória entre cônjuges haitianos e brasileiros serem infrequentes, falava-se muito na existência de relações afetivo-sexuais entre homens haitianos e mulheres brasileiras, enquanto o contrário não era nem mesmo cogitado. A maior parte dos interlocutores haitianos alegou ou já ter vivido um relacionamento amoroso com brasileira ou conhecer um conterrâneo que passou por essa experiência na cidade. Já os brasileiros de ambos os sexos costumavam se referir a essa situação em contexto de zombaria ou de reprovação ao comportamento feminino. A dimensão das relações afetivas e sexuais entre os grupos étnico-raciais dizem muito a respeito da força dos estereótipos, como veremos.

Um representante do sindicato das indústrias de alimentação comentou aos risos que, nos meses iniciais da contratação de haitianos pelo frigorífico, as mulheres da fábrica disputaram entre si para conquistar a atenção dos estrangeiros, interessadas pela “carne nova no pedaço”. A promiscuidade das mulheres do frigorífico já não seria novidade, de acordo com esse senhor, que as distinguiu da “mulher de família” encantadense, esta recatada, digna e devotada à família. Ele não reprovou o comportamento dos homens haitianos, que estaria dentro da normalidade masculina em sua concepção, sempre aberta às investidas sexuais, mas condenou a suposta permissividade das operárias, ávidas por sexo. Como muitas eram comprometidas, os

rumores acerca do clima de licenciosidade na fábrica engendraram numerosos conflitos por motivos de ciúmes. Essa imagem foi confirmada por um funcionário antigo do frigorífico, que conheci na festa de aniversário de um amigo haitiano, Jameson. Há trinta anos empregado no mesmo frigorífico, João disse ter presenciado inúmeras discussões entre colegas em razão de ciúmes, as quais envolviam aproximação entre brasileiras e haitianos no ambiente de trabalho. Em sua opinião, o problema é que muitas funcionárias “dão mole” para os haitianos. Independente da veracidade dos eventos narrados, essas fofocas dizem muito acerca dos estereótipos sociais, os quais repercutem nas relações cotidianas entre os diferentes grupos étnico-raciais. A ideia de que as mulheres de classes populares – especialmente as que compartilham o ambiente de trabalho com o sexo oposto – são sexualmente imorais e indignas de respeito e de consideração é uma marca do sexismo e do preconceito de classe estruturais da sociedade. Devido a esses estereótipos dominantes, as mulheres também reproduzem a noção de que a disponibilidade de outras, moralmente perdidas, é a causa da depravação sexual. Ao questionar uma jovem funcionária do frigorífico a respeito da existência de namoro dentro do ambiente de trabalho, ela respondeu o seguinte:

“Jovem: Não pode ter, mas já pegaram muitos. Não pode, mas já pegaram bastante namoro. Eu entrei há pouco tempo.

Mãe da jovem: As brasileiras gostam bastante dos haitianos. [risos]

Jovem: Ah, eu não gosto não! Credo, Deus me livre!

Mãe da jovem: Tem umas gurias que se apaixonaram por uns haitianos...

Jovem: Não pela cor né, mas eu não quero haitiano.” (30/07/17).

A jovem entrevistada e sua mãe eram brancas, como a maior parte das trabalhadoras do frigorífico em Encantado. Vale lembrar que aproximadamente 90% dos residentes de Encantado se declararam de cor ou raça branca, segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010. O engajamento amoroso entre brasileiras e haitianos foi descrito com desdém e ar de gozação pelas entrevistadas, que não explicaram a razão da reprovação dessas relações, talvez por suporem como óbvia à pesquisadora.

Por parte dos homens haitianos era recorrente a ideia de que os brasileiros eram excessivamente ciumentos e que, portanto, era necessária cautela na interação com mulheres brasileiras como forma de evitar conflitos. Essa preocupação era presente inclusive na relação que estabeleciam comigo como pesquisadora, o que muitos externalizaram repetidas vezes ao questionarem se o fato de aceitarem me conceder entrevistas ou de repassarem contato de celular gerariam possíveis conflitos com o meu

companheiro, que a maioria apenas supunha a existência. Um caso particular de confronto violento repercutiu na comunidade haitiana: um brasileiro ameaçou um colega de trabalho de nacionalidade haitiana com um facão, por suspeitar de seu envolvimento com sua mulher. Ainda que sem fatalidades ou lesões graves, histórias como essas circulam entre os imigrantes haitianos, servindo de advertência aos recém-chegados. Lucien, um haitiano de 32 anos, não compreendeu essa situação como exceção, mas como um perigo eminente a qualquer haitiano que se envolvesse com mulheres brasileiras ou que se suspeitasse de tal envolvimento íntimo, mesmo se inexistente. Para ele, os encantadenses conviveriam amigavelmente com os imigrantes haitianos, mas essa cordialidade cessaria em situações de ciúmes em relação as suas companheiras. Já Reginald, um haitiano de 23 anos, contou outra versão dessa história: um brasileiro teria ferido um haitiano com um facão por ciúmes da esposa. Para Reginald, que era funcionário do frigorífico, esse “caso” que lhe fora contado corroboraria a ideia de que os homens brasileiros seriam ciumentos e matariam haitianos que se aproximassem de suas esposas ou namoradas. Sobre os namoros entre haitianos e brasileiras na fábrica, o pastor haitiano Julien deu sua opinião:

“Mas porque vai ser um problema? Como você já sabe, vai começar a tratar mal algum de nós [haitianos] é quando eles começar a namorar, o que acontece. Muitas pessoas na firma, muitas mulheres que trabalha, o marido não trabalha na firma. O marido pode trabalhar na outra firma, mas não tá nessa firma. A mulher pode dizer que 'eu não tem marido', mas na verdade tem. Isso dá problema. Isso também é coisa de fofoqueiro, porque você não sabe da verdade. Eu ouvi falar também, tem um haitiano que tava namorando com uma mulher brasileira. O brasileiro chega que ele tava conversando junto, chega em casa, bota em coisa mortal, um tipo de veneno, toma, não sei o que é, depois morreu. Se matou por causa disso. [...] Não saiu no jornal, a causa da morte acho que não. Não sei se tem investigação, polícia vai saber. Na verdade, o que eu sei? Eu sei o marido da mulher morreu na verdade. Mas eu sei também o haitiano tava namorando com ela. Mas é o que eu ouvi falar, eu não posso confirmar. [...] Na verdade eu queria dizer, o problema começa é quando os haitianos começa a namorar com as brasileiras. [...] Esse caso não repete. Se for de um, duas, não tem muito. Porque a maioria [dos imigrantes haitianos] traz esposa aqui. É muita briga por isso. É por isso que as pessoas começam a se tratar um pouco mal.” (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

Discreto, Julien afirmou que prefere não se envolver pessoalmente com os colegas de trabalho, mantendo o profissionalismo para evitar conflitos, não só em relação às mulheres. Julien fez parte do primeiro grupo de haitianos que chegou a cidade em 2012. Ele veio com o intuito de realizar o projeto migratório da família, especialmente sua esposa e seu filho. Dois anos depois de chegar ao Brasil, quando finalmente conseguiu reunir os recursos necessários, financiou a vinda da esposa. Na época estava organizando os documentos necessários para solicitar o visto de reunião

familiar para o filho. A história do suicídio do marido ciumento narrada por Julien reforça a percepção dos haitianos de que relacionamentos amorosos com brasileiras são potencialmente conflituosos ou até mesmo trágicos. Já outros haitianos são mais otimistas em relação aos namoros com brasileiras, embora isso não signifique necessariamente a negação das tensões associadas. Sobre essa questão, Jameson, um jovem haitiano de 25 anos, acreditava que os homens brasileiros viam o convívio de suas parceiras com colegas haitianos como ameaça para o relacionamento amoroso. Questionei se ele saberia dizer a razão disso, ao que Jameson respondeu que os haitianos costumam ter uma conversa interessante, além de serem carinhosos com as amigas, o que despertaria ciúmes. Questionei se ocorreria o inverso, homens haitianos com ciúmes das companheiras de mesma nacionalidade com homens brasileiros. Para ele, o caso não se aplica, pois desconhecia qualquer situação de envolvimento de uma mulher haitiana com brasileiro. Na época solteiro, Jameson já tinha namorado uma jovem encantadense, mas o relacionamento acabou quando ela se mudou para Santa Catarina com os pais.

Sobre o relativo isolamento das haitianas em relação à comunidade gaúcha, Jameson acreditava que a causa seria o menor domínio do português pelas mulheres. De fato, a dificuldade de comunicação com as mulheres era visivelmente maior, mas esse argumento acaba sendo tautológico: elas interagem menos porque não dominam a língua, mas não dominam a língua também porque interagem menos. Segundo Renata de Melo Rosa (2007), embora as mulheres haitianas sejam as maiores responsáveis pelo sustento da economia informal do Haiti, elas constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, posto que as desigualdades de gênero são estruturais nos mais diversos domínios da vida no país. Com maior dificuldade de acessar e de dar continuidade aos estudos formais, a maioria das mulheres haitianas acaba não dominando o francês e se restringindo ao idioma materno, o *créole* (Rosa, 2007, p.72), o que faz com que elas enfrentem maiores problemas no aprendizado de línguas estrangeiras. Voltando-se para o contexto migratório haitiano em Santo Domingo, na República Dominicana, Rosa encontra um cenário semelhante de isolamento das mulheres:

“As relações amorosas entre haitianas e dominicanos são totalmente invisibilizadas e negadas no contexto dominicano, embora as relações amorosas entre haitianos e dominicanas também sejam vistas de forma altamente negativa e jocosa, elas conseguem adquirir alguma visibilidade. [...] A partir de um olhar recortado por gênero, podemos perceber que os imigrantes haitianos acumulam algumas vantagens

comparativas, por assim dizer, em relação às imigrantes haitianas devido à liberdade sexual, muito mais visibilizada e propagandeada do que a do grupo feminino. Embora, em termos quantitativos, a diferença possa ser mínima (ainda não há pesquisas conhecidas a esse respeito), a tematização da liberdade sexual passível de ser exercida com dominicanos/as é concebida quase que exclusivamente a partir e para o masculino haitiano. [...] Sua liberdade sexual é vigiada pelos compatriotas haitianos, que as vêem como guardiãs absolutas da nação e, embora com muito menos apelo sexual que as dominicanas, constituem parceiras ideais para o casamento com um haitiano”. (Rosa, 2007, p.82-83).

A autora argumenta que, além das dificuldades linguísticas, outros três fatores influenciariam a maior dificuldade de integração das mulheres haitianas na sociedade dominicana, que compararei ao contexto migratório no Brasil. Em primeiro lugar, as estruturas racistas e sexistas da sociedade dominicana confluem para o posicionamento das mulheres haitianas no estrato mais inferior da hierarquia social, abaixo dos homens haitianos. Dentro desse contexto de exclusão, é importante frisar que os marcadores étnico-raciais haitianos, como a cor da pele e os cabelos crespos – estes geralmente trançados ou presos com lenços ou toucas¹²⁶, no caso das mulheres – compõem uma estética feminina indesejável dentro dos padrões dominicanos, cujos referenciais associam por contraste os cabelos alisados naturais ou quimicamente como signos de dominicanidade, beleza e modernidade. Embora o contexto migratório no Brasil não seja marcado por um nacionalismo anti-haitiano como na República Dominicana, há uma forte rejeição da estética feminina negra que ocorre simultaneamente a hipersexualização do corpo negro, ambas as atitudes alicerçadas no racismo e no sexismo. O segundo fator apontado por Rosa é o controle da sexualidade das haitianas pelos compatriotas masculinos no contexto migratório, independente dos laços de parentesco. Enquanto os homens haitianos dominam a esfera pública, a esfera doméstica é reservada ao feminino, cujos valores idealizados são os de pureza e submissão, avessos, portanto, ao exercício livre da sexualidade (Rosa, 2007, p.83).

No contexto de Encantado, os homens haitianos se portavam geralmente como porta-vozes das mulheres na arena pública. Até mesmo nas situações em que as mulheres se candidatavam a vagas de trabalho, muitas vezes eram os seus esposos que falavam por elas nas entrevistas de emprego, o que surpreendeu os empregadores. De acordo com relatos de enfermeiras que trabalham no hospital da cidade, os homens

¹²⁶ Daniela, uma dominico-haitiana negra de 32 anos, ressentia-se da implicância que suas colegas de trabalho brasileiras tinham com os acessórios que ela gostava de usar da cabeça, como toucas de lã ou crochê e gorros, mesmo no verão. Ela compreendeu essas atitudes como racistas, já que era ridicularizada pela forma como apresentava seus cabelos crespos, comum entre as mulheres haitianas. Apesar disso, ela caracterizou a convivência com as colegas no ambiente de trabalho do frigorífico como positiva de modo geral.

haitianos se colocavam como mediadores entre os profissionais de saúde e suas esposas, realizando as traduções do *créole* para o português e vice-versa. Essa situação de dependência associada à dificuldade de comunicação preocupava as enfermeiras, pois não sabiam se as orientações médicas estavam sendo compreendidas adequadamente pelas mulheres, uma vez que elas não tinham controle sob a fiabilidade das traduções. Rosa (2007) defende que a representação da mulher no nacionalismo haitiano como guardiã da nação dificulta a integração das imigrantes nas sociedades receptoras e, mais diretamente, influi na adoção mais rígida da endogamia pela diáspora feminina, que assim se distingue da masculina, que exerce sua sexualidade com maior liberdade no contexto migratório. A endogamia das mulheres seria suposta como normalidade pela diáspora haitiana, uma condição obrigatória para o reconhecimento da nacionalidade das imigrantes (Rosa, 2007, p.82). O corpo feminino seria, nesse sentido, extensão do território da nação haitiana que, por essa razão, deveria ser protegida de invasões estrangeiras. Não pude confirmar esse ideário a partir do diálogo com as mulheres haitianas, posto que minha relação com a diáspora feminina não alcançou a intimidade necessária. Já os imigrantes não confirmaram e nem negaram essas concepções em nossos diálogos, pois geralmente mencionavam outras razões para o relativo isolamento das mulheres: dificuldade linguística, falta de interesse das próprias mulheres e incapacidade nata de aprendizado. Seria necessário obter maior proximidade em relação à intimidade das famílias haitianas para distinguir em que medida há um cerceamento da autonomia das mulheres no contexto migratório.

Ainda sobre o universo das relações afetivo-sexuais, abordarei um aspecto recorrente do imaginário do contato interétnico. Trata-se de uma espécie de mito, cuja repercussão identifiquei no contexto gaúcho e, similarmente, na tríplice-fronteira norte, em Tabatinga-AM. Na cidade de Encantado circulava uma história, em suas diferentes versões, a respeito de uma mulher gaúcha que, depois de uma experiência sexual com dois parceiros haitianos, necessitou de socorro médico no hospital. O caso, que é contado como verídico, apresenta um teor cômico, que se avizinha ao ridículo pelo aspecto caricato, e geralmente vem acompanhado de crítica ao comportamento sexual feminino, retratado como moralmente depravado. A difusão dessa história, com variações de detalhes que não alteram a estrutura, não se limitou ao contato face a face,

pois também foi convertida em anedota nas páginas de um jornal de circulação local. Reproduzo a anedota¹²⁷ abaixo, intitulada “noite de orgia”:

“Aconteceu no final de ano. Foi numa das cidades dos Vales do Taquari e Rio Pardo. O caso, por ser delicado, terá seus detalhes suprimidos. A fonte é de confiança. O casal, na faixa dos 50 anos, com filhos, é o tipo cabeça aberta e que curte *fortes emoções sexuais*. A dupla é muito conhecida girando nas altas rodas sociais de sua cidade. Ela adora variar parceiros, inclusive homens mais jovens. E é exigente. Costuma dar nota sobre o desempenho dos parceiros. A nota máxima, entre os escolhidos foi seis. Ele, em paralelo, tem atração por ver sua esposa se relacionar com terceiros. Numa destas noitadas festivas decidem avançar nas emoções carnavais. Convidam *dois estrangeiros afros* para uma orgia. *A mulher foi parar no hospital. Sim, tudo aquilo que você imagina. E paro por aqui.*” (Coluna do Mazzarino, Edição 241, Jornal Antena, Vale do Taquari, 26 de janeiro de 2015, grifo meu).

Essa história figurou entre outras supostamente divertidas, para entreter o leitor. Nota-se que a anedota não faz menção a haitianos, mas a “estrangeiros afros”, sem definição de nacionalidade por razões óbvias, já que o conteúdo é extremamente ofensivo. Ademais, para que a narrativa mantenha o sentido é suficiente a menção à negritude, cujo exotismo se acresce com a marcação da origem estrangeira. A mística em torno da potência sexual do negro como faceta do racismo é abordada por Fanon:

“Para a maioria dos brancos, o negro representa o instituto sexual (não educado). O preto encarna a potência genital acima da moral e das interdições. As brancas, por uma verdadeira indução, sempre percebem o preto na porta impalpável do reino dos sabás, das bacanais, das sensações sexuais alucinantes... Mostramos que a realidade desmente todas essas crenças. Mas tudo isso se acha no plano do imaginário, ou, na pior das hipóteses, no do paralogismo.” (Fanon, 2008, p.152).

Embora a potência sexual masculina seja valorizada socialmente, a hipersexualização do negro – e similarmente da mulher negra – remete à crença na essência animalesca atribuída ao Outro racialmente subordinado, que por isso é tido como corpo instintivo e, nesse sentido, sexualmente incontrolável. Desse imaginário advêm estereótipos com efeitos sociais nefastos como: o mito das mulheres negras como selvagens sexuais, sempre desejosas e disponíveis diante das investidas masculinas, independente de sua expressão de consentimento, o que tem sido utilizado para encorajar e justificar a exploração sexual da mulher negra desde a época da escravidão até os dias atuais; e o mito do negro violador, como forma de criminalização antecipada dos sujeitos negros e de controle da sexualidade das mulheres brancas (Hooks, 1981). Caracterizadas como promíscuas no imaginário dominante no Brasil, as populações negras empobrecidas são tidas como incapazes de controlar a natalidade e,

¹²⁷ Disponível em: <<http://v1.jornalantena.com.br/adriano-mazzarino/5415-coluna-do-mazzarino-edicao-241>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

como corolário, são culpabilizadas por não ascenderem socialmente, eximindo a sociedade da responsabilidade pela manutenção das desigualdades raciais e sociais. Como adverte Fanon, o imaginário ou inconsciente coletivo – que informa as atitudes sociais em relação a grupos determinados – não é nato, mas uma construção histórica que, no entanto, se apresenta ao indivíduo como um fato da natureza, ainda que seja na realidade uma imposição cultural irrefletida (2008, p.162).

Certa vez fui abordada por um grupo de homens desconhecidos que desejava me advertir do risco de ser explorada sexualmente ao me envolver com imigrantes haitianos em Encantado. Estávamos em um restaurante onde eu costumava marcar entrevistas nos dias chuvosos e tinha acabado de me despedir de um grupo de haitianos, dois rapazes e uma jovem. O grupo que me abordou se apresentou: eram dois brasileiros e um dominicano, funcionários da Suíno Mais. Quem mais tomou a palavra foi um dos brasileiros, de pele e olhos claros, aparentando ter uns trinta anos. O propósito alegado pelo grupo não era de expor uma opinião entre outras a respeito dos imigrantes haitianos, mas dados da realidade que seriam autoevidentes e indiscutíveis e que, portanto, deveriam ser considerados pela antropóloga como investigadora e também como mulher (branca), já que se tratava de um “alerta”. Para eles, os haitianos veriam as mulheres brasileiras como meras prostitutas, a quem não demonstrariam qualquer respeito ou consideração, apenas interesse sexual. Do fato da população do Haiti apresentar um baixo índice de escolaridade, eles deduziram que todos os haitianos seriam mal-educados, não só no sentido de “iletrados” ou de “pouca educação formal”, mas também de “desrespeitosos”, “desorganizados”, “incivilizados”, “sujos” e “imorais”. Tal raciocínio carece evidentemente de fundamentação lógica e de materialidade dos fatos, pois se sustenta tão somente em preconceitos. Não obstante eles retrataram essa relação como necessária: se há baixa escolaridade formal, logo há “desrespeito”, “desorganização”, “sujeira”, “imoralidade” e “incivilidade” generalizada no povo.

Como é comum nesse tipo de comportamento discriminatório, o grupo tomou o cuidado de afastar de si o rótulo de racista, o que aumenta a eficácia das práticas de exclusão. Apesar disso, eles não se sentiram constrangidos em defender a liberdade de insultar os outros denominando-os de “macacos”, o que seria legítimo por supostamente não estar associado à cor ou raça. Eles tinham consciência de que tal atitude seria enquadrada como racista no país, o que é crime, mas viam a situação como injusta e até absurda. Chamar uma pessoa negra de macaco não seria racismo, conforme declarou o

grupo, pois argumentaram que seria igualmente possível ofender uma pessoa branca com o mesmo termo, caso ela apresentasse modos inapropriados e merecesse esse rótulo. Ou seja, eles estavam negando a óbvia conotação racial da ofensa, de onde advém o seu poder de desumanizar e atentar contra a dignidade da população negra. Para eles, não existiria racismo em Encantado, caracterizada como uma cidade acolhedora em que as pessoas apreciam receber bem os estrangeiros, sejam eles negros ou brancos. Entretanto há um condicionante: os estrangeiros devem aceitar se “adaptar” aos “costumes locais” para serem integrados.

Para me convencer dos “maus costumes” dos imigrantes haitianos, o grupo ofereceu exemplos extremamente prosaicos. A forma como os haitianos atravessariam a faixa de pedestre, que supostamente seria sempre vagarosamente, como se estivessem zombando dos motoristas que se veem obrigados a parar o carro e esperar, mostrando-se assim superiores a todos. Outro exemplo foi o suposto desrespeito à ordem de chegada em filas nas mais variadas ocasiões, como na entrada da fábrica ao início do expediente, para registrar o ponto, na padaria, na venda de gás, no mercado, etc. Para eles, os haitianos só considerariam os conterrâneos em suas ações, dando preferência sempre ao favorecimento de outros de mesma nacionalidade. São perspectivas situadas, não verdades absolutas e, por isso, passíveis de serem contrapostas por outras, igualmente situadas. Os grupos de haitianos costumam alegar o mesmo, que eles são desrespeitados ou preteridos em variadas situações em que os brasileiros são normalmente beneficiados.

O lugar da alteridade

O contexto das relações étnico-raciais em Encantado após a vinda dos estrangeiros negros não é adequadamente definido pela oposição entre dois grupos internamente homogêneos, com perspectivas monolíticas defendidas amplamente por seus membros: brasileiros (ou gaúchos) X haitianos. A situação é mais complexa, há divergências internas de interesses, como também empatias, experiências compartilhadas ou identificações outras que entrecortam e aproximam segmentos dos gaúchos e dos imigrantes haitianos em situações específicas. Como exemplo, um senhor de idade gaúcho afirmou que:

“E uma coisa também que eu notei [...] é quando eles [os haitianos] estão passando o nosso povo [gaúcho] não para na faixa [de pedestre]. Se um haitiano vai passar a

faixa, eles vão, eles não querem nem saber que o haitiano vai passar ou não. Assim que ele entrou pra começar a passar a faixa, esses nossos motoristas não deixam eles passar. Você tem que ver que coisa de louco!” (Antônio, 30/07/17).

O fato de se identificar como parte de um “povo” em particular não impede o Seu Antônio de manter uma postura crítica em relação a determinadas atitudes de seus pares, que ele avalia como desarrazoadas. Cabe frisar que, a depender da situação, indivíduos que se percebem e que, por sua vez, são percebidos como membros de grupos étnico-raciais distintos podem se aproximar ou se distanciar a partir de outros marcadores sociais, embora os critérios de raça tendam a permanecer como tensores nessas relações, ainda que em segundo plano. Essa flexibilidade é ocultada pelo caráter ideológico da etnicidade (Carneiro da Cunha, 2009), cuja tendência é essencializar os limites socialmente instituídos entre os grupos étnicos, como se fossem naturais e intransponíveis, embora sejam constantemente atualizados nas situações de contato.

A dinamicidade da condição étnica é abordada por Cardoso de Oliveira (1976), que evita defini-la em termos absolutos, já que – a depender do contexto – ela apresenta relevância distinta, podendo ser inclusive escamoteada, embora sempre exista a possibilidade da identidade étnica voltar à centralidade em situações futuras. Nesse sentido, a identidade étnica não é mobilizada indiscriminadamente em todas as situações de contato. Indicamos como, em determinados contextos, a identidade de “evangélico” foi operacionalizada por agrupamentos haitianos para reivindicar a integração à comunidade gaúcha evangélica ou à cristã, mais abrangente, mantendo a etnicidade haitiana em segundo plano. Em suma, a depender do contexto de interação, nem sempre as organizações de caráter étnico serão avaliadas ou adotadas como melhor meio de viabilizar a mobilidade, a integração nas localidades, conquistar a ascensão social ou mobilizar politicamente o grupo. Esses cuidados por parte do antropólogo evitam que o mesmo crie ficções de enclaves étnicos e deixe de perceber outras formas de identidade e de relações que atravessam as fronteiras étnicas, conectando os membros do grupo à sociedade envolvente.

A condição racial também pode ser enfatizada através da exibição de marcadores étnico-raciais associados à negritude ou minimizada situacionalmente através da ênfase em outros elementos do estatuto individual, como nacionalidade, etnia, classe, religião, gênero, status jurídico migratório, profissão, geração, orientação sexual, entre outros. Vimos como o compartilhamento da mesma condição racial possibilitou a convergência temporária entre imigrantes haitianos e segmentos nacionais negros na luta contra

estereótipos negativos associados à negritude, como a associação à criminalidade. Sobre essa afinidade de interesses, Joacir Castro comenta:

“Nós, enquanto negros, a gente merece o mesmo respeito e a gente já tem pouco, mas aquele pouco eu gostaria que eles [os imigrantes haitianos], quando eles estavam chegando na época, também tivessem aquele respeito, porque é meu irmão. Por parte de Deus, é meu irmão. Ele é negro, sou negro também. [...] Teve pessoas que se aproximaram deles, prometeram mundos e fundos, prometeram uma vida melhor, prometeram dar o espaço pra eles, aonde que não conseguiram dar, porque haitiano não dá voto. Haitiano por ser negro a sociedade ela recusa. Se nós [gaúchos negros] aqui já é uma dificuldade! É difícil aqui um negro crescer em nosso município, isso é bem verdade.” (Joacir Castro, 55 anos, 28 de outubro de 2016).

A especificidade da condição de estrangeiro, que “não dá voto”, não desapareceu no curso das interações, como indica a fala acima, mas a identidade negra recebeu maior realce naquela situação. Por outro lado, não devemos supor que a solidariedade entre grupos racializados sempre sobrepujará outras formas de identificação e de distinção sociais. O reconhecimento da ascendência africana, como origem comum, e da experiência de discriminação racial não garante que indivíduos e grupos se mobilizarão prioritariamente através da identidade negra em quaisquer situações. No contexto de Encantado, imigrantes haitianos muitas vezes optaram por destacar a fé cristã em determinadas situações como forma de se distinguirem de grupos negros locais classificados pejorativamente de “macumbeiros”. A título de exemplo, Robenson, um haitiano de fé protestante, declarou o seguinte:

"Bairro que mora muito brasileiro parece que tem descendência africana, aqui abaixo no bairro Navegantes, porque eu vi muito lá que parece... que parece africano. Tem macumbeiro lá também. [...] Eu não entende lugar de brasileiro, mas esse aqui abaixo [o Centro Afro], às vezes eu passeando, eu entendi, entrou na casa, mas parece alguma coisa de macumbeiro. Tá fazendo cerimônia dentro da casa. Bateu uma coisa, não sei como diz [instrumentos de percussão]." (Robenson, 34 anos, 02/03/2016).

Surpresa com o uso do termo “macumbeiro”, indaguei se ele já tinha ouvido falar em umbanda ou candomblé, ao que respondeu negativamente: “eu não entende lugar de brasileiro”. Embora não conhecesse as religiões afro-brasileiras em suas singularidades, Robenson já as rejeitava, apreendendo-as através da categoria genérica de “macumba”, que incluiria o vodu, que faz parte de sua realidade. Sua visão de mundo compreendia, de um lado, o Deus criador e, de outro lado, os falsos deuses ou ídolos que os “macumbeiros” serviriam, apenas criaturas limitadas e não criadores. As pessoas que não teriam conhecimento da palavra de Deus, da Bíblia sagrada, serviriam os falsos deuses:

“Eu não acredito nisso [em espíritos maus], mas eu sei que existe. Existe, porque espírito mau vem de satanás. [...] Eu não creio no macumbeiro, o macumbeiro é criatura como eu. Não vou deixar Deus criador para servir um macumbeiro que vai morrer, somos passageiros na terra. Que nem tem a vida para ele mesmo, como ele vai me dar a vida? [...] Deus tem a vida, só ele pode dar pra qualquer pessoa.” (Robenson, 34 anos, 02/03/2016).

Em determinadas situações, as divergências religiosas podem se sobrepor, portanto, à percepção de ancestralidade comum. Na autorrepresentação identitária dos imigrantes haitianos em Encantado, a negritude é uma dimensão de destaque, mas sua construção é interdependente do nacionalismo haitiano que, no contexto migratório, converte-se em conteúdo étnico, como identificamos na fala a seguir:

“O povo haitiano é o primeiro que ganhou a liberdade. Foi o primeiro *povo negro* que ganhou a liberdade no mundo, então pra mim já é muito [orgulho] de ser haitiano. Eu não mudo, não vou virar americano, brasileiro, francês. Eu não vou mudar o meu país [a nacionalidade]. Eu sou haitiano e sou feliz. [...] Eu não escolhi pra nascer lá, Deus quis que eu nascesse ali. Então eu nasci no Haiti, eu vou ficar haitiano até que eu morra. Ser haitiano significa muito pra mim, [...] eu tenho orgulho de ser haitiano: o povo da liberdade, que ajudou outros países a ganhar a liberdade. Então pra mim ser haitiano é ser o centro do mundo, porque *ensinamos países a como ganhar a liberdade*, como sair da escravidão. *Ser haitiano é ser o professor, o exemplo da liberdade, porque a gente não aceita a escravidão*, não paramos de brigar. É o povo que gosta de mudança, mesmo a gente tá sofrendo agora, uma crise lá no Haiti, mas não quer dizer que a gente tá desistindo de brigar ou desistindo de sonhar. É um povo que sonha muito, é um povo que pensa, vamos dizer, que não aceita de ficar num cantinho [...] é um povo que... não tenho palavras pra explicar o meu orgulho de ser haitiano.” (Jameson, 25 anos, 27 de fevereiro de 2017).

É notório no discurso acima o quanto a identidade haitiana é construída como forma singular de posituação da negritude. A noção de liberdade¹²⁸ como conquista do povo haitiano, que lutou por ela e ensinou outros povos a fazer o mesmo, é fundamental no ideário nacionalista haitiano, mobilizado nos contextos migratórios. Nesse sentido, a etnicidade haitiana se contrapõe às práticas discursivas ocidentais modernas que desqualificam os outros não-ocidentais como corpos colonizados, incapazes de produzir conhecimento e de organizar uma luta política de emancipação. Se na estrutura de poder do sistema-mundo o Haiti é situado em posição subordinada, caracterizada pela pobreza e pela extrema dependência internacional, na ordem dos discursos contra-hegemônicos de circulação global, ele figura como centralidade nos esforços de resistência e empoderamento via posituação da identidade negra. A profunda crise econômica e política vivida pelo povo haitiano não anula a força do imaginário do negro revolucionário que acompanha as narrativas contra-hegemônicas da independência

¹²⁸ O Haiti foi primeira república negra a conquistar a independência, em 1804, através da libertação do domínio colonial francês, e a declarar, simultaneamente, o fim da escravidão.

haitiana. Dessa forma elas se mantêm como fonte de subjetividades dissidentes, capazes de se opor ao modelo de racialidade dominante. Em grande parte das situações de interação cotidianas no espaço urbano de Encantado, os imigrantes haitianos optaram por enfatizar a identidade haitiana, inclusive em contextos racialmente discriminatórios. Questionado diretamente pela antropóloga sobre a existência de práticas racistas na cidade, Jameson responde:

“Difícilmente uma pessoa vai dizer ‘eu sou racista, você não pode ficar aqui, você é negro’. A pessoa não chega e fala, mas às vezes o jeito também de... a reação da pessoa... não vou dizer que é racismo, porque a pessoa não falou uma coisa, uma palavra que tenha a ver... Mas que nem que eu falei pra você sobre a casa, o aluguel ali, talvez isso é racismo, porque chega o *haitiano*, pedir uma casa, a casa está vazia, a casa está pronta pra alugar e você não quer alugar para o haitiano. Aí vai uma *brasileira* e pede a chave e a chave está pronta pra brasileira, mas o haitiano pediu e falaram que a chave não tava pronta e só semana que vem. [...] Então eu acho que isso é racismo.” (Jameson, 25 anos, 27 de fevereiro de 2017).

Nas situações em que eu não introduzi o termo “racismo” e suas variantes, os imigrantes haitianos recorreram mais à oposição entre haitianos e brasileiros, sem referência explícita a distinções raciais, para denunciar tratamentos discriminatórios. Até no caso acima, Jameson opta por manter esses termos em oposição. No entanto, adianto que no contexto das relações de trabalho – que é abordado no capítulo IV – a dimensão racial dos conflitos entre haitianos e brasileiros recebeu maior destaque nas narrativas dos primeiros. Retornando à situação descrita acima por Jameson, desconfiado, ele solicitou a ajuda de uma amiga brasileira, para que ela fosse a imobiliária que continuamente apresentava empecilhos para que ele e outros haitianos não tivessem acesso à casa que estavam interessados em alugar. No mesmo dia, a casa que “estava em reforma” para eles, estava pronta para ser visitada por ela, que conseguiu rapidamente a chave para conhecer o espaço. Eu conheci a mulher que o ajudou e, embora ele não ressaltasse isso, ela era negra¹²⁹. Mas o fato de ser brasileira a distanciava dos preconceitos atribuídos aos estrangeiros negros, pois a condição de migrante, sem raízes na cidade, intensificava a desconfiança em relação à intenção dos clientes haitianos de honrar com os compromissos financeiros previstos no contrato imobiliário e de não abandonar a cidade subitamente. Nesse sentido, a mobilidade dos imigrantes haitianos era avaliada pelos residentes nacionais da cidade como exacerbada e até mesmo patológica, já que dificultava o controle da população estrangeira. Diversas imobiliárias alegaram o receio de arcarem com ônus extras em razão de

¹²⁹ Não perguntei como ela se definia, mas ela seria facilmente classificada como negra no Brasil, devido a cor da pele, ao cabelo crespo e a fisionomia.

descumprimento de contrato de locatários haitianos, apesar das cautelas contratuais de praxe, situação que é abordada mais detidamente no capítulo V. Por ora, cabe dizer que os estereótipos negativos associados aos haitianos dificultavam o acesso às habitações de maior qualidade. A reação de muitos proprietários de imóveis para locação foi rejeitar a ideia de realizar contratos com haitianos, pois tinham medo de prejuízos. Circulava na cidade a ideia de que os haitianos não prezavam pela conservação dos espaços habitados, em decorrência de atribuída falta de limpeza, de descuido de manuseio e de ignorância quanto à funcionalidade dos componentes estruturais da casa. Por isso, de acordo com esses discursos, os imigrantes haitianos danificariam o encanamento, a rede elétrica, a pintura das paredes e uma série de itens da casa, como vidros, maçanetas e eventuais peças embutidas, tendo em vista que as casas em sua maioria não eram mobiliadas.

Como a investigação no interior gaúcho aponta, o combate à discriminação sentida pelos haitianos no contexto migratório não necessariamente passará pela positivação de uma identidade negra ‘universalizada’, ou seja, aquela cujas fronteiras de pertencimento não são estreitadas por critérios de exclusividade étnica. Vale lembrar que aquilo que é construído como cultura afro ou negra no Brasil não necessariamente coincide com as concepções de negritude de outros grupos igualmente identificados como negros. A título de exemplo, os ritmos, os instrumentos musicais, as vestimentas e a estética que Pai Tião compreende como pertencentes a “tradições afro” são diferenciadas do modo de ser haitiano. Segundo o sacerdote umbandista negro:

“[A missa católica afro] É a mesma missa, só que em estilo afro, pai nosso em afro, ave-maria em afro. Tem tambor, tem chocalho, tem outros instrumentos, tem até gaita. E as vestes afro. Não exós de entidade, veste afro. Uma calça pro homem, mais ou menos aquilo ali [aponta para um retrato na parede]. Não tem nada de umbandista, não é cantado pra orixá, nada. Pai nosso, ave-maria, mas tudo em afro. A melodia em afro, sabe? Os ritos, os princípios da igreja são os mesmos. Só que quem fez isso, com toda essa idade, que eu tenho 45 anos, foi só o padre Egídio [negro] e esse haitiano que veio agora, que faz a missa dele em ritmo haitiano, não em afro, que é diferente. É uma missa muito boa, muito agradável.” (Pai Tião de Ogum, 36 anos, 28 de outubro de 2016).

No trecho acima, Pai Tião discute acerca da incorporação do “estilo afro” em missas católicas. Ele faz referência a uma concepção específica de tradição afro – uma entre outras possíveis – que é filtrada de conteúdos, como as cosmologias das religiões de matrizes africanas, e voltada para a forma, como estilo e estética afros, que, por sua vez, são distinguidos do “ritmo haitiano”. Há uma multiplicidade de formas de conceber a negritude e a cultura negra, o que não impede que cada uma reivindique a sua

autenticidade ou maior fidelidade às raízes africanas. Segundo Sansone (2003), enquanto umas expressões de negritude optam por enfatizar o apego a tradição e ao passado, outras valorizam um discurso de participação na modernidade e de inovação.

A construção da identidade negra se diferencia de outras identidades étnicas por estar associada a usos específicos do corpo negro, como aparência física, gestualidade e expressões linguísticas (Sansone, 2003). Sobre a construção social da negritude no Brasil, Lívio Sansone declara que a negritude:

“[...] não é uma categoria racial fixada numa diferença biológica, mas uma identidade racial e étnica que pode basear-se numa multiplicidade de fatores: o modo de administrar a aparência física negra; o uso de traços culturais associados à tradição afro-brasileira (particularmente na religião, na música e na culinária); o status; ou uma combinação desses fatores.” (2003, p.25).

A associação da identidade à corporalidade negra é utilizada tanto para estigmatizar o outro quanto para criar meios de auto-reconhecimento como população racializada, o que é importante tanto para a positivação da negritude, quanto para a luta coletiva de emancipação da população negra. Por outro lado, as manipulações dos signos raciais inscritos no corpo negro – como através de adoção de estética diferenciada, associada às elites brancas, exibição de signos de poder, clareamento de pele, alisamento de cabelo ou até mesmo cirurgias plásticas – com o objetivo de contornar os estigmas e ascender socialmente apresenta limites, mesmo no contexto brasileiro, caracterizado pela ambiguidade dos marcadores étnico-raciais. Em outras palavras, as identidades raciais não apresentam a mesma flexibilidade que a etnicidade, pois as manipulações a que os signos raciais são suscetíveis tem limites, ou seja, só ocorrem até certo grau. Embora os imigrantes haitianos possam optar, em contextos específicos, por enfatizar, outros componentes do estatuto individual, que não a etnicidade haitiana, eles não deixarão de serem apreendidos socialmente como negros.

No Brasil, as dinâmicas de racialização se aproximam mais do modelo do *continuum* de cor e não de um sistema polarizado de relações raciais, com fronteiras rígidas e nitidamente demarcadas entre brancos e pretos (Sansone, 2003). Essa particularidade das dinâmicas de racialização¹³⁰ no Brasil e na América Latina

¹³⁰ Segundo Sansone (2003), a lógica da classificação racial no Brasil é extremamente complexa, subjetiva e situacional. A escolha dos termos para se auto-classificar ou para classificar o outro quanto a cor dependeria de muitos fatores: 1) a idade, o grau de instrução e o nível de renda dos falantes, o que influencia na escolha das categorias de designação, que são numerosas; 2) o status do indivíduo que será objeto de classificação, pois quanto maior o status socioeconômico, maior a chance de embranquecê-lo ou clareá-lo na classificação de cor ou raça; 3) a ausência ou presença do indivíduo que será objeto de apreciação no momento da fala, pois há mais chance de classificá-lo como preto/negro se estiver ausente;

(Sansone, 2003), entretanto, não exclui e nem compromete a eficácia da lógica que orienta as estratégias de hierarquização e de exclusão de grupos a partir de critérios raciais, como argumenta Carneiro (2005):

“[...] a miscigenação tem-se constituído num instrumento eficaz de embranquecimento do país, por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra” oferecendo, aos intermediários, o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, o branco. Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros, em função desse imaginário social que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras, ou seus descendentes miscigenados, adotam para se auto definirem racialmente tais como: moreno escuro, moreno claro, moreno-jambo, marron-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzos, ou seja, confusos, de tal maneira, que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE, pardo! Algo que ninguém consegue definir seja enquanto raça ou cor. Talvez o termo pardo preste-se apenas para agregar aqueles que, por terem a sua identidade étnica e racial destroçadas pelo racismo, a discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou simplesmente não desejam ser o que são. Portanto, essas diferenciações vêm funcionando, com eficácia, como elementos de fragmentação da identidade negra e coibindo que esta se transforme em elemento aglutinador no campo político, para reivindicações coletivas por equidade racial posto que, ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresentam condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual, define-se hoje, política e sociologicamente a categoria negro, como a somatória daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos.” (2005, p.64-65).

Compartilho com Sueli Carneiro (2005) e Oliveira Filho (1999) a compreensão de que a eleição da mestiçagem como estratégia de promoção da igualdade racial de fato e, simultaneamente, como medida de sucesso da democracia racial no Brasil é falaciosa, posto que o elogio à mistura e sua implementação como realidade não implica necessariamente na crítica aos paradigmas racistas, não significa a ausência de conflitos raciais e nem estimula a efetiva integração do negro e do indígena na sociedade em condições de igualdade. Enquanto projeto político que visava o contínuo e gradativo clareamento da população brasileira, o discurso de enaltecimento da miscigenação é uma forma de lidar com as diferenças étnico-raciais suprimindo-as, como se elas

4) a relação entre o falante e a outra pessoa, se próxima ou distante, sendo que no primeiro caso, tende-se a embranquecer o indivíduo avaliado; 5) a intenção do falante na situação, se ressaltar sua superioridade, igualdade ou submissão em relação ao outro, sendo que as figuras de poder são geralmente embranquecidas nas designações de cor ou raça; 6) a consciência da própria identidade negra, no sentido de ter acesso a discursos de empoderamento via positividade da negritude. Como esses fatores mudam a depender da situação, a classificação de uma mesma pessoa em termos de cor ou raça também pode variar significativamente conforme o contexto. Em resumo, as pessoas tenderiam a utilizar designações mais nítidas e abstratas, como branco e preto/negro, para definir pessoas ou grupos mais distantes, com os quais não são mantidas relações pessoais, e a usar categorias que remetem a gradações de cor ou à miscigenação, como moreno escuro/ moreno claro/ mulato/ pardo, para embranquecer aqueles com os quais se tem maior intimidade.

mesmas fossem os maiores empecilhos na construção de uma sociedade justa e democrática. Nesse sentido, ela atua na manutenção do *status quo* e não na superação das relações de dominação e subordinação raciais. Assim como Carneiro (2005) e Oliveira Filho (1999), entendo que a popularidade da ideologia da morenidade e a ampla adesão à categoria censitária de pardo no Brasil não são compreendidas adequadamente sem considerar o contexto histórico de estigmatização das identidades negras e indígenas. Ao adotar essa perspectiva, me afasto relativamente de Sansone¹³¹ (2003), que situa o movimento contemporâneo de mobilização política via reconhecimento da identidade negra como imposição arbitrária do modelo norte-americano de relações raciais polarizadas. Se essa não é a única forma de luta contra as desigualdades raciais, como alega o autor, entendo¹³² que não há nada que justifique descartá-la de antemão como modismo norte-americano avesso à realidade brasileira. Argumentos como esse, que invocam a singularidade das relações raciais no Brasil, supostamente avessa a polarizações, são comuns entre os setores contrários à instituição de políticas públicas de ações afirmativas que visam integrar as populações historicamente marginalizadas, democratizando o acesso aos espaços de poder racialmente segregados, como as próprias universidades públicas.

Com o fluxo de imigrantes haitianos para Encantado, no interior gaúcho, aumentou o número e a intensidade de situações de interação entre brancos e negros, inclusive em ambientes sociais onde seria possível estabelecer “relações relativamente igualitárias”, como entre fiéis nas igrejas evangélicas, entre colegas de trabalho nas indústrias e entre vizinhos. Refiro-me às amizades construídas entre gaúchos e haitianos em contextos como esses que, embora não sejam regra, posto que há conflitos, relações de poder e indiferença, constituem realidades significativas para aqueles que as vivem. Essa experiência de convivência foi aproveitada por parte dos encantadenses para

¹³¹ Sansone (2003) defende que as ambiguidades raciais que caracterizam as dinâmicas de racialização no Brasil não deveriam ser rejeitadas pelas Ciências Sociais como índice de falsa consciência racial, mas sim valorizadas como singularidade sociocultural. Para o autor, a ideologia da democracia racial seria uma fonte de imaginação política alternativa mais adequada ao contexto brasileiro, por ser amplamente difundida na sociedade como valor e reproduzida na vida cotidiana. O autor, entretanto, não nega a realidade de discriminação e exclusão do negro no Brasil, mas vê na ideologia da democracia racial uma oportunidade de mudança. Nesse sentido, o autor defende que o paradigma da democracia racial – ainda que não configure uma realidade de fato – poderia operar como projeto utópico, orientando a construção de um projeto nacional de emancipação dos segmentos racialmente oprimidos no Brasil.

¹³² Assim como Carvalho, entendo que não cabe aos cientistas sociais desautorizarem as estratégias políticas articuladas por movimentos sociais na luta por direitos – como a defesa das cotas raciais pelo Movimento Negro – a partir de paradigmas teóricos inflexíveis, construídos em um ambiente instituído sob o signo da branquidade, como as universidades brasileiras (Carvalho, 2005-2006).

repensar a injustiça subjacente às desigualdades étnico-raciais no Brasil, como sugere a o diálogo abaixo:

“Paloma: Do final de 2012 pra cá, que foi quando se iniciou a vinda dos haitianos pra essa cidade, você percebeu alguma mudança no cotidiano da cidade, do dia a dia do bairro? O movimento...

Morador de Navegantes: Só no sentido de que tinha poucos pretos né. Agora a gente sai na rua e vê sempre, todo dia eles né. [...]

Paloma: E depois com a vinda dos haitianos pra cá, essa experiência de convivência no bairro, na cidade, o senhor aprendeu, descobriu alguma coisa a mais sobre o povo, sobre as pessoas, seja costume, comportamento, cultura, qualquer coisa?

Morador de Navegantes: Melhorou, porque antes até tinha racismo, agora todo mundo aceita né. E eles no caso são muito educados, limpos.

Paloma: Então você acha que com a vinda dessa população negra pra cá ajudou no combate ao racismo pela convivência?

Morador de Navegantes: Melhorou bastante. Até nas empresas que a gente antes escutava, de que se tinha um preto, meu Deus! Até as empresas não pegam né. Mas agora até os colegas tudo trabalham e não tem diferença nenhuma, não sente mais isso aí né. [...]

Paloma: Apesar de que tem uma população negra brasileira na região.

Morador de Navegantes: É, mas não eram... Eram poucas e até eles eram excluídos né. Por causa da cor. Agora tá diferente né.” (30/07/17).

O entrevistado, de aproximadamente 40 anos, retratou a vinda dos imigrantes haitianos à cidade como positiva, pois teria diversificado a composição étnico-racial de certos espaços sociais, como o ambiente de trabalho das indústrias, a vizinhança e os espaços públicos da cidade, que eram quase exclusivamente brancos. O fato de agora estarem lá, a vista de todos, convivendo lado a lado nesses ambientes é interpretado como mostra de tolerância, já que agora “aceitam” a presença de negros. A aparente ausência de conflitos étnicos e raciais abertos não significa, entretanto, a inexistência de mecanismos de subalternização racial. É preciso qualificar a integração dos haitianos na sociedade encantadense, dando atenção para as dinâmicas de poder que perpassam até mesmo relações aparentemente horizontais.

A incorporação subordinada dessa população estrangeira como mão de obra na indústria alimentícia, a exclusão de muitos através do subemprego e do desemprego e a marginalização da maioria em sub-habitações no bairro de Navegantes indicam a eficácia dos mecanismos de segregação étnico-racial, para além das desigualdades socioeconômicas. A análise do imaginário e dos estereótipos étnico-raciais negativos, que são acionados em situações de interação cotidiana, das mais impessoais às mais íntimas, nos proporcionou um olhar sobre a lógica e a dinâmica dos processos de marginalização dos imigrantes haitianos no ambiente urbano de Encantado.

CAPÍTULO III

Brasil, Haiti e os discursos da dádiva/dívida

“Ele estava completamente nu. Não tinha mais do que 4 anos. E nu, brincava no meio do esgoto, descalço, na companhia de três ou quatro porcos que faziam o mesmo. Longe de casa? Não, ele estava a menos de 15 metros da porta. Lá sua mãe cozinhava — não na calçada, porque ali nem havia calçada — mas do lado de fora do casebre, uma sopa na qual nem os porcos pareciam interessados. O cheiro de tudo aquilo era indescritível, nunca havia inalado nada parecido. Algumas poucas cabras também circulavam por ali. Curiosamente, ratos e urubus não. Como não tinham “donos”, os exemplares dessas aves devoradoras de lixo e os roedores da região já foram comidos pela população. [...]

Estou sob um mosquito, num confortável alojamento do Brabat 23, o 23º Batalhão do Exército Brasileiro. Onde? Em Porto Príncipe, capital do Haiti. Vim para ver e tentar entender o que o Brasil está fazendo aqui. E senti orgulho. Confesso que foi a única coisa que me trouxe algum sentimento positivo nesses últimos dias. Mas volto a este assunto mais à frente. Peço desculpas por talvez carregar um pouco na tinta das próximas linhas, mas estou *com o estômago embrulhado*. E não é por causa do *esgoto, do cheiro, dos porcos, do lixo...* nada disso. Depois de tudo o que vi hoje, em Cité Soleil, uma favela com mais de 300 mil habitantes à beira do maravilhoso mar turquesa do Caribe, acho que definitivamente *a Humanidade não deu certo. Falhamos*. [...]

Mas como estou indo dormir, preciso arejar os pensamentos com coisas positivas, então volto ao 23º Brabat, o batalhão do Exército brasileiro que participa da Missão de Paz da ONU em território haitiano. Como disse, *foi a única coisa boa que encontrei por aqui*. Senti orgulho da nossa bandeira. Tive orgulho de ser brasileiro. Um grupo de 856 cidadãos, brasileiros e brasileiras, com uma média de idade de cerca de 23 anos, voluntários no meio desse caos. Pessoas que deixaram filhos, mulheres, pais e mães, famílias inteiras, para servir a uma pátria que não é a deles. Entendendo que na verdade *não há pátria que não seja o planeta e a Humanidade. Para ajudar. Para tentar trazer luz a este apagão social*. Eu vi, com meus próprios olhos, o carinho que a população escancara na presença dos nossos soldados. Nossos meninos vestidos de soldados frente a frente com aquele menino nu. *Todos sorrindo. Sigo minha missão, empoderando através da TV, aqueles que até então estavam fora dos radares*. No caso do Haiti, os soldados brasileiros, que bravamente aplacam o sofrimento local. Produzimos mais de 12 horas de um riquíssimo material jornalístico, que em breve *irá disseminar nos lares brasileiros uma mensagem positiva e de esperança*. Vou dormir. Espero algum dia acordar em um mundo mais justo. Pode parecer piegas, e é. Mas não é utopia.” (Huck, O GLOBO, 5 de junho de 2016, grifo meu).

Rodney, um jovem haitiano, chegou ao município de Encantado acompanhado de sua família – mãe, pai e irmãos – em 2013. Ele relembra que não enfrentou dificuldades para se integrar ao ambiente escolar brasileiro: à época com 12 anos de idade, aprendeu o português com rapidez, já estando familiarizado com a língua espanhola devido à experiência migratória no Equador (2 anos) e Peru (5 meses), e fez muitos amigos, apesar de ser o único garoto haitiano da sua classe. Gostava de jogar futebol com os novos amigos, o que lhe rendeu uma fratura, mas isso não o desanimou, ainda sonhava ser jogador de futebol ou médico. Ele era um adolescente desenvolto e

comunicativo, sabendo circular com maestria na rede haitiana local e entre os gaúchos, dos quais era difícil distingui-lo pelo domínio que demonstrava do português. Para Rodney, o maior obstáculo que enfrentou foi o aprendizado da língua espanhola no Equador, o país estrangeiro onde vivenciou sua primeira experiência migratória. Lá seus irmãos sofreram cotidianamente atos de discriminação racial, o que revestiu de contornos negativos suas recordações desse período. Nas ruas, especialmente à noite, os equatorianos demonstravam medo dos dois irmãos mais velhos de Rodney, apenas por serem negros, e afastavam-se deles como se fossem criminosos ou sujeitos violentos.

Comparativamente, o Brasil era “bom de viver” e “tranquilo”, como sucintamente definiu Rodney, que afirmou nunca ter vivido situações de racismo no país. Ele se sentia feliz na escola, pois vivia rodeado de amigos que não o excluía da convivência, nem pela nacionalidade estrangeira, como haitiano, ou cor da pele, como negro. Não obstante, Rodney confidenciou-me uma série de dificuldades que volta e outra enfrentava na relação com os colegas gaúchos na escola, que o reputavam de “mentiroso”, mas que ele não compreendia como forma de discriminação. Os colegas de escola mantinham uma visão negativa do Haiti como cenário de completa miséria e se recusavam a acreditar nas histórias de Rodney, que afirmava que tivera uma “vida normal” no país natal, como definiu. Entre a palavra de Rodney e as imagens que viam da TV e na internet, os colegas acreditavam nessas últimas, que retratavam tão somente cenas de extrema pobreza, sujeira, desorganização e ausência de tudo: água, saneamento básico, escolas, hospitais, internet, etc. Na esteira dessa tendência generalizada da mídia de se limitar a caracterizar o Haiti pela carência absoluta, em suas múltiplas dimensões, Rodney mencionou especificamente um programa de TV do Luciano Huck¹³³, que divulgou imagens do subúrbio de Porto Príncipe – chamado de *Cité Soleil* – como metonímia do Haiti, o que causou forte impacto na opinião de seus colegas de escola, confirmando o que já desconfiavam: não há vida no Haiti para além do sofrimento. Enquanto Rodney insistia que tivera uma infância comum no Haiti, cujas recordações ele guardava com carinho e um misto de saudade, os colegas estavam convictos de que ele escondia histórias tristes por vergonha, pois, como haitiano, com certeza ele teria sofrido pela ausência de recursos essenciais à sobrevivência humana e à manutenção da dignidade.

¹³³ Divulgado pela TV Globo no dia 8 de junho de 2016.

Os trechos que abrem este capítulo, de autoria de Luciano Huck, foram escritos como parte de um artigo de opinião publicado em 5 de junho de 2016 pelo jornal O Globo, após visita do apresentador ao Haiti, dando destaque ao valor humanitário das atividades desempenhadas pelos soldados brasileiros integrados à Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A partir dessa viagem, a equipe do Luciano Huck elaborou a matéria televisiva mencionada por Rodney, que foi ao ar pela TV Globo no dia 8 de junho de 2016. A primeira parte da reportagem foi exibida em horário nobre, em um momento em que se esperava uma grande audiência do público brasileiro e haitiano: o intervalo do jogo de futebol das seleções brasileira e haitiana. Vale ressaltar que o futebol é uma paixão haitiana. Ademais, o nosso futebol é conhecido e admirado não apenas pelos imigrantes haitianos que residem no Brasil, mas pela maior parte da população do Haiti, que acompanha e vibra com os jogos da seleção brasileira¹³⁴. Inclusive, muitos dos meus interlocutores haitianos revelaram que, no momento em que decidiram vir ao Brasil, quase nada conheciam a respeito do país – além da indicação de contatos da rede haitiana sobre a disponibilidade de trabalho no país – nem mesmo a língua falada, mas já eram fãs da seleção brasileira: um amor em comum. Já a segunda parte da reportagem sobre o Haiti foi transmitida no programa do Caldeirão na TV Globo.

O depoimento de Rodney, que – no cotidiano escolar – sentiu os efeitos da representação negativa do seu país pelas lentes da mídia hegemônica, nos conduz à reflexão sobre as implicações da preeminência desse tipo de narrativa que caracteriza o outro exclusivamente pelo viés da carência, ainda que seu objetivo seja incentivar a solidariedade através da sensibilização da audiência quanto ao sofrimento de um grupo humano em particular. Encarnando a miséria humana através desses discursos dominantes da mídia global, o povo haitiano – e, por extensão, os imigrantes haitianos –

¹³⁴ Uma das perguntas do roteiro de entrevista direcionado aos haitianos era: “Que informações ou imagens você tinha do Brasil antes de vir para cá? O que conhecia sobre o Brasil?” ou “*Que savez-vous sur le Brésil avant de venir ici?*”. O futebol era uma constante nas respostas, inclusive geralmente era a primeira imagem acionada pelos entrevistados, com entusiasmo e um sorriso no rosto. Sobre o tema, comenta Julien: “Mas [os haitianos] gostam muito dos brasileiros por causa de jogo de futebol. Mas lá [no Haiti] tem uma discussão muito grande quando tem jogo entre Brasil e Argentina. Tem poucos fanáticos da Argentina, mas tem bastante do Brasil. Quando esses dois times estão jogando, aqueles que são de Argentina ficam em discussão com aqueles que são de Brasil. Então isso leva a uma discussão muito grande. [...] Quando a seleção haitiana vai jogar, ah, não vale a pena né... Mas quando é a seleção do Brasil! Eles fazem até festa, pega rua com carro [carreata comemorativa], com moto, a pé também.” (Julien, 29 anos, 05/03/2016)

é enquadrado na posição de destinatário por excelência da dádiva caritativa, cujas dinâmicas serão abordadas nesse capítulo a partir da análise do microcosmo de Encantado-RS.

Na cidade, o grupo de base local do Movimento de Leigos Missionários Scalabrinianos era um dos principais agentes da dádiva caritativa, mobilizando a comunidade quanto à causa dos imigrantes haitianos e dominicanos. Vale salientar que antes da chegada dos imigrantes caribenhos a Encantado, essa organização já se dedicava à reflexão sobre o fenômeno da mobilidade humana pela perspectiva cristã e à sensibilização diante das necessidades dos migrantes, as quais fazem parte das atividades de formação contínua no âmbito do Movimento Scalabriniano¹³⁵. Ou seja, o grupo já se identificava discursivamente com a missão de acolhimento ao migrante antes mesmo de ter um público alvo definido a fim de exercer cotidianamente a missão do laicato Scalabriniano. Embora se represente como cidade construída por imigrantes italianos, Encantado somente se reinseriu como ponto significativo de rotas migratórias internacionais na atualidade a partir de 2012.

Apoiando-me em materiais etnográficos e mobilizando como instrumentais teóricos as noções antropológicas de dádiva e de dívida (Godelier, 2001; Graeber, 2016; Mauss, 2003; Steiner, 2017), abordo os valores morais que orientavam as doações caritativas destinadas aos segmentos vistos pela sociedade encantadense como vulneráveis – especialmente os imigrantes haitianos, mas também dominicanos e indígenas –, indicando os conflitos e desencontros entre as distintas expectativas de comportamento e os sentidos atribuídos por doadores, de um lado, e por receptores, de

¹³⁵ As reuniões semanais do grupo de base de Encantado – denominado “Padre Máximo Rinaldi” – do Movimento Leigo Scalabriniano (MLS) são dedicadas: 1) ao cultivo da espiritualidade, por meio de orações e leituras da Bíblia; 2) ao estudo de materiais relativos ao tema da mobilidade humana pelo prisma do carisma Scalabriniano, que faz parte das atividades de formação contínua dos membros do grupo dentro das diretrizes e dos critérios de identidade que são definidos por instâncias superiores do MLS; 3) à organização das atividades do grupo, no domínio da espiritualidade e da “missão”, esta última relativa à solidariedade como eixo de sustentação dos projetos de acolhimento do migrante nos aspectos religioso, familiar, social, econômico, político e cultural. A formação contínua do grupo de base nas diretrizes do MLS também é realizada através da participação em assembleias provinciais e encontros regionais, ocasiões em que a articulação entre os diferentes grupos de base é intensificada, com trocas de experiências sobre os projetos de acolhimento ao migrante, cultivo da espiritualidade, apresentação das diretrizes do MLS e confraternização entre os grupos. Estive presente em várias reuniões do grupo de base de Encantado e, a convite do mesmo, participei do Encontro Provincial do Movimento Leigo Scalabriniano (MLS) realizado novembro de 2016 em Guaporé (RS). O grupo de base de Encantado faz parte da Província de São Pedro, que junto das Províncias de São José e São Paulo compõem a chamada “Região Sul-Americana Nossa Senhora Mãe dos Migrantes”. Essa Região compreende sete países sul-americanos – Paraguai, Chile, Bolívia, Brasil, Argentina, Peru e Uruguai – nos quais a Congregação dos Missionários de São Carlos, Scalabrinianos, mantém ações missionárias.

outro lado, e problematizando a reprodução de hierarquias de poder nesse processo, assim como suas formas de legitimação.

No decorrer do texto, analiso os discursos de autorrepresentação e de representação do Outro que são acionados pelos moradores estabelecidos no município de Encantado – que chamarei de “encantadenses” – e pelos imigrantes haitianos recém-chegados. Enquanto os últimos se inseriram no espaço urbano como *outsiders*, os primeiros se veem e são reconhecidos como o *establishment* local, nos termos de Elias e Scotson (2000), não somente pelo fato das famílias antigas da cidade, de ascendência italiana, concentrarem em suas mãos as posições de prestígio e de poder nas instituições públicas, incluindo cargos políticos e administrativos, e privadas, como associações e clubes recreativos, mas também pelos ítalo-gaúchos, como herdeiros simbólicos dos imigrantes italianos pioneiros que fundaram a cidade, serem celebrados na cidade e na região como modelo de virtude e de moralidade superior. No caso etnográfico em tela, o princípio de antiguidade se mostrou relevante para se compreender a distinção e o diferencial de poder entre os grupos, como advogam Elias e Scotson (2000), mas não isoladamente, pois o fator étnico-racial era determinante nesse contexto, como foi demonstrado nos capítulos um e dois. Se a antiguidade era um fator corriqueiramente mobilizado pelas famílias encantadenses para reivindicar o direito à cidade, a participação simbólica nas trajetórias dos heróis-fundadores italianos – que se confundiam com a própria história de constituição do espaço urbano (Patriota de Moura, 2011) – era ainda mais valorizada, seja através do vínculo de parentesco com as famílias italianas pioneiras ou, de forma mais ampla, do acionamento da ascendência italiana comum.

Através de uma dimensão específica das interações intergrupais – as práticas de dons e contradons, que se revelaram significativas pela investigação etnográfica – abordo o tema mais amplo da sociodinâmica da estigmatização na relação entre o grupo de residentes estabelecidos, que encarna os valores morais superiores da “boa sociedade”, e o dos recém-chegados haitianos, vistos no mínimo com suspeita pela sociedade envolvente, o que está estreitamente vinculado ao seu enquadramento como alvo de caridade.

Tomarei a matéria televisiva mencionada por Rodney e criticada por outros interlocutores de nacionalidade haitiana, assim como o artigo de opinião associado, como objetos de reflexão sobre os discursos dominantes construídos pela mídia no Brasil e no mundo em relação ao Haiti e ao povo haitiano. Aponto os tipos de imagens e

de informações que foram priorizados sobre o Haiti nesses espaços midiáticos, de modo a compreender as dificuldades vividas por Rodney na relação com os colegas da escola e o movimento crítico organizado através da internet por milhares de imigrantes haitianos residentes em diversos pontos do Brasil, que se sentiram ultrajados em sua dignidade com o conteúdo da reportagem.

Na abertura da matéria, é apresentado um resumo do contexto socioeconômico e político do Haiti nos dias atuais, seguido de um apanhado de sua história, que visa explicá-lo. O Haiti foi definido como um país marcado pela instabilidade política, econômica e social, com o título de país mais pobre das Américas. A violência urbana seria enorme, o que justificaria a implantação da MINUSTAH em 2004 e o seu prolongamento por mais de uma década¹³⁶. Sobre a história do Haiti, mencionaram a colonização; a dizimação dos povos nativos; o ciclo canavieiro e a vinda de africanos escravizados como mão de obra; a revolução dos escravos liderada pelo chamado “jacobino negro” Toussaint Louverture, com a conquista da independência do país em 1804; e a ditadura de Papa Doc que inicia em 1957 com apoio dos EUA, marcada pela corrupção, violência e empobrecimento da população. Em linhas gerais, a história do Haiti é apresentada como trágica, sendo a destruição catastrófica do terremoto em janeiro de 2010 apenas a cereja do bolo. O jornalista e escritor Eduardo Bueno finaliza a síntese histórica com uma crítica: as “desgraças” do Haiti não teriam nascido ali, na ilha caribenha, mas foram implantadas e sedimentadas no país através da exploração colonialista da Europa sobre a América e, nesse sentido, o autor argumenta, o mundo inteiro teria responsabilidades para com o destino do país.

Em seguida, a reportagem se volta à atuação dos militares brasileiros no âmbito da MINUSTAH. A matéria constrói o contexto de instituição dessa missão pelas Nações Unidas: em 2004 uma guerra civil estava prestes a eclodir no Haiti, com grupos rebeldes atuando por meios violentos com o objetivo de derrubar o governo de Jean Bertrand Aristide, o que culminou com seu exílio. O Brasil surge como protagonista nesse cenário, mais especificamente, as Forças Armadas, que lideraram o componente militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) desde a sua

¹³⁶ À época da exibição da matéria do Luciano Huck, a lembrar, junho de 2016, a MINUSTAH ainda estava em funcionamento, cujo encerramento ocorreu somente em outubro de 2017. Através da Resolução 2350 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 13 de abril de 2017, foi estabelecida a transição da MINUSTAH, estendida por mais seis meses, para a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). A nova missão, que entrou em vigor em 15 de outubro de 2017, não apresenta componente militar, é composta somente de civis e unidades de polícia. Seu objetivo é apoiar o fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti, as instituições judiciais e a defesa dos direitos humanos.

criação, com a participação de 2.370 militares de 19 países. Se o caráter militar da missão nos remeteria ao uso da força por tropas estrangeiras, a despeito da vontade da população, uma questão no mínimo polêmica, outro aspecto nos é apresentado: a pacificação de comunidades pobres, que estariam reféns de grupos rebeldes armados. Nesse sentido, a ação dos “capacetes azuis” seria uma forma de altruísmo: se arriscar por uma pátria que não a sua, movidos pelo desejo de restituir a paz ao contexto social e político caótico de uma sociedade que, repetidamente flagelada por tragédias, não estava em condições de garantir segurança aos seus cidadãos. Em outras palavras, a estabilização do país é apresentada pela reportagem como a forma acabada da dádiva ofertada gratuitamente pelo Brasil e pelos demais Estados-Nações membros da ONU, que disponibilizaram os recursos financeiros¹³⁷, humanos¹³⁸ e tecnológicos para a MINUSTAH. A relação entre os soldados brasileiros e a população haitiana é retratada como excelente, resultado de uma relação de confiança construída no decorrer dos anos de missão no país. A positividade da presença dos soldados brasileiros e das demais tropas da MINUSTAH seria evidenciada pela pacificação de *Cité Soleil*, uma favela de Porto Príncipe, que antes era considerada como o lugar mais perigoso do mundo, com tiroteios diários e ruas esvaziadas pelo medo. Graças às patrulhas diárias dos militares nessa área, as gangues atualmente desmanteladas não mais atuam, mas a comuna de *Cité Soleil* ainda estaria “longe de ser boa”, já que as condições sociais de pobreza

¹³⁷ O financiamento das operações de paz da ONU é responsabilidade coletiva de todos os Estados Membros das Nações Unidas, que pagam quotas segundo uma fórmula decidida e acordada por eles mesmos. Esta fórmula estabelece as maiores quotas para os membros permanentes do Conselho de Segurança (Level A), enquanto os demais países contribuem segundo sua classificação em categorias (Level B – J) com taxas de descontos que correspondem a níveis de desenvolvimento diferenciados, a partir de índices como o montante do PIB e da renda per capita. Enquanto o Brasil fazia parte do “Level I” e subiu voluntariamente para o “Level H” nos últimos anos, o Haiti permanece na última categoria dos países menos desenvolvidos, o “Level J”. Em 2016, os dez maiores contribuintes para o orçamento das missões de manutenção de paz da ONU foram, respectivamente, EUA, China, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Rússia, Itália, Canadá e Espanha, que juntos subsidiaram 80% dos recursos. O maior contribuinte é os EUA, que sozinho forneceu 28% dos fundos necessários. Já o Brasil contribuiu com 0,76% em 2016, enquanto o Haiti custeou 0,0003%. Nos últimos anos o Brasil vem aumentando a sua contribuição. Em 2009 era responsável por apenas 0,17% do orçamento das missões de manutenção de paz da ONU, já entre 2010 e 2012 passou a contribuir com 0,32% e entre 2013 e 2015 com 0,59%. Fonte: Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Documento “A/67/224/Add.1”, 27 dez. 2012; Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Documento “A/70/331/Add.1”, 28 dez. 2015.

¹³⁸ Os soldados que participam de operações de manutenção de paz são pagos pelos seus próprios governos, a partir dos planos salariais do seu país e dos postos ocupados na hierarquia militar. Os países que, como o Brasil, disponibilizam voluntariamente pessoal militar para operações de paz são reembolsados parcialmente pelas Nações Unidas por soldado, equipamento e outros itens. Já o custo com o treinamento prévio dos militares não é ressarcido pela ONU (Kawaguti, 2016b). De 2004 até o fim de 2013, o Brasil investiu até R\$ 2,1 bilhões na operação militar no Haiti pela MINUSTAH, sendo que 35% desse valor foi reembolsado pela ONU, segundo o Ministério da Defesa (Kawaguti, 2014).

extrema continuariam inalteradas, assim como as graves deficiências de abastecimento de água, energia e esgoto.

Posteriormente, a reportagem mostrou o aspecto “humanitário” da atuação dos militares¹³⁹, no sentido de não se relacionar diretamente ao controle ostensivo de conflitos armados, como a organização da distribuição de alimentos e água para a população. Ao mesmo passo, retratou a carência dos haitianos, seja após o terremoto que desabrigou milhares de famílias e intensificou as necessidades mais básicas, que em muito excediam a oferta de ajuda disponível, seja atualmente. A pobreza no Haiti é caracterizada como extrema e, através de comparação com o Brasil, é colocada em outros patamares: com altos índices de mortalidade infantil e de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, o quadro de grave escassez é pintado como singular e dramático. As cenas mostram muita sujeira, esgoto a céu aberto, lixo acumulado nas ruas e animais como porcos, vacas e cachorros revirando entulhos, ao lado de crianças e outros moradores. Os soldados são apresentados como um porto seguro para as crianças e as famílias haitianas através de imagens de militares cumprimentando os habitantes locais durante as patrulhas e compartilhando sorrisos. Por fim, o foco é deslocado para uma série de histórias pessoais de separação temporária da família vivenciadas pelos soldados brasileiros, que era o objetivo central da matéria, dado o tempo dedicado ao tema, cujo encerramento se deu com o reencontro dos familiares no Brasil.

Já a matéria escrita por Luciano Huck é muito mais apelativa que a televisiva, o que se observa já nos parágrafos iniciais, que foram reproduzidos na abertura deste capítulo. Luciano Huck retrata um garoto nu, descalço, que se entretinha no lixo junto a animais, enquanto a mãe cozinhava na área externa do casebre uma sopa com aroma tão repulsivo que não agradaria nem aos porcos, os quais, no entanto, se interessavam pelos dejetos do lixão. Ele ainda sugere que a população haitiana já teria comido a maior parte dos ratos e urubus, que por isso não seriam mais visíveis na área. Em outra parte, Huck diz que as situações que ele observou no Haiti o fizeram concluir que a humanidade não deu certo:

“Depois de tudo o que vi hoje, em *Cité Soleil*, uma favela com mais de 300 mil habitantes à beira do maravilhoso mar turquesa do Caribe, acho que definitivamente a *Humanidade não deu certo*. Falhamos. Não é justo alguém viver naquelas

¹³⁹ Os capacetes azuis não atuam apenas nas questões de segurança e de combate a grupos paramilitares, mas também em ações sociais sistemáticas – como a oferta de atendimento médico e odontológico e a distribuição de alimentos e água – e em projetos de infraestrutura. Há três unidades de engenharia militar da MINUSTAH, sendo uma delas brasileira, que asfaltaram ruas, construíram pontes e abriram poços artesianos (Kawaguti, 2014).

condições. *E não estou nos sertões africanos*, onde a miséria toma conta de boa parte do território continental. Bem ao contrário, estou a uma hora de voo da maior e mais rica economia do mundo.” (Huck, O GLOBO, 5 de junho de 2016, grifo meu).

A existência de um cenário de privações extremas tão próximo dos EUA, o baluarte da civilização, seria chocante, na visão de Huck, como se os “sertões africanos”, espaço onde a pobreza é discursivamente naturalizada, estivessem na América, e nesse sentido, fora de lugar. Em outro momento, Huck aborda o fracasso da reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010: “Porque aqui nada foi reconstruído. Começando pela *dignidade humana*.”. Ele enfatiza a importância da união de todos para ajudarem a reconstruir o Haiti, depois emenda essa exortação de solidariedade com um elogio à atuação dos militares na missão de paz:

“Tive orgulho de ser brasileiro. Um grupo de 856 cidadãos, brasileiros e brasileiras, com uma média de idade de cerca de 23 anos, *voluntários no meio desse caos*. Pessoas que deixaram filhos, mulheres, pais e mães, famílias inteiras, para servir a uma pátria que não é a deles. Entendendo que na verdade *não há pátria que não seja o planeta e a Humanidade*. Para ajudar. Para tentar *trazer luz a este apagão social*.” (Huck, O GLOBO, 5 de junho de 2016, grifo meu).

O autor apela à solidariedade a partir de sua vertente secularizada – o humanitarismo – que se sustenta em princípios morais de responsabilização difusa frente ao destino compartilhado pelos seres humanos como entidade abstrata e planetária, ou seja, sem fronteiras divisórias. Os militares brasileiros são caracterizados pelo autor como cidadãos do mundo que voluntariamente chamaram para si o encargo de lutar pelo desenvolvimento do Haiti, aplacando o sofrimento local em meio ao “caos” e ao “apagão social”, como Huck define o Haiti. De modo semelhante, o apresentador se vê como um colaborador ao abrir espaço na TV brasileira para expor as injustiças sociais vividas pelo povo haitiano:

“Sigo minha missão, *empoderando através da TV*, aqueles que até então estavam fora dos radares. [...] Produzimos mais de 12 horas de um riquíssimo material jornalístico, que em breve irá disseminar nos lares brasileiros uma *mensagem positiva e de esperança*.” (Huck, O GLOBO, 5 de junho de 2016, grifo meu).

O tom do texto é marcadamente negativo, em sintonia com a matéria televisiva que foi ao ar. O gosto final não é de esperança, como supõe Huck, mas de descrença na viabilidade do Haiti. Se há positividade é somente em relação aos soldados brasileiros, como heróis que se sacrificam por uma causa nobre, altruísta, que é construída como independente dos interesses nacionais.

Nas entrevistas¹⁴⁰ realizadas com moradores de Encantado, assim como nas conversas informais cotidianas, era comum a representação dos imigrantes haitianos residentes na cidade como extremamente carentes e socialmente vulneráveis, em consonância com as imagens reproduzidas pela mídia nacional e internacional sobre o Haiti e o povo haitiano. Segue abaixo uma série de respostas de moradores do bairro Navegantes, de nacionalidade brasileira, relatando o que sabiam a respeito do Haiti antes do início dos fluxos migratórios de haitianos para Encantado:

“Teve uma tragédia no Haiti, né? Teve um terremoto. Foi o que a gente viu pelas notícias. Aí depois começou a aparecer a imigração pra cá.” (Genuíno, 30/07/17).

“É, aquela imagem [na TV]... vê aquelas crianças tudo, tudo, tudo doente... Bah, aquilo lá doía. Aí o que acontece, aqui sempre que você está doente, mas sempre trabalha, né. Sempre tem condições de se tratar e lá [no Haiti] não, lá tinha que depender de ajuda humana de fora. Isso aí, a gente via na televisão. Tudo aquele pessoal ajudando, bah! [...] Se no país deles [no Haiti] tava ruim, eles vem pra cá, conseguem sobreviver e tudo. Tem lugar pra todo mundo, tem sol pra todo mundo.” (Antônio, 30/07/17).

“[Sabia pela TV] Que foi destruído lá [no Haiti].” (Joaquim, 30/07/17).

“Olha, sabe que eu nunca pensei isso aí? O pensamento seria que eles não tem lá [no Haiti], eles vêm aqui, onde é que tem, pra poder se socorrer. Alimentação, colégio, médico... [...] Que era um povo [haitiano] sofrido né. Isso aí que eu tinha assim, pensava, que a gente assiste, vê na televisão. Sofre demais, sofre muito, porque lá não tem recursos como nós tem aqui.” (Rosa, 30/07/17).

“[Os haitianos virem para o Brasil] Para eles é bom pra melhorar a vida deles, porque eles passam muito trabalho. Deve ser ruim pra lá [no Haiti], eu não sei. [...] Eles passavam muito trabalho lá fora. Coisas que a gente vê na televisão. Tudo magrinho, esmilungido, passando fome, trabalho. Não deve ser muito bom lá não. [...] Que nem eles vêm de lá pra cá, vem assim fugido né, aí eles tem que pousar às vezes na estrada, na rua, às vezes sem comer nada cinco dias.” (Juliana, 30/07/17).

“É, [sabia] só o que via na TV. A miséria, tristeza. [...] Eu acho que eles [haitianos] estão tendo uma oportunidade agora [em Encantado] de trabalho, de casa, porque tem muitos que não tinham nada lá [no Haiti].” (Patrícia, 30/07/2017).

“Ah, eu sempre soube assim que eles [haitianos] tinham necessidade. Mas que eles ganham muita coisa do Canadá, dos EUA. [...]” (Gilda, 01/08/17).

“Olha, eu acho assim, que no país deles eles não tem como ganhar o sustento deles, então eles vem procurar no outro país, eu acho que tá certo né. Se não tivesse no Brasil o meu sustento, eu ia buscar em outro também né.” (Roberto, membro da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Navegantes de Encantado, 22/07/2017).

Nota-se a repetição de imagens do Haiti associadas à miséria, fome, doenças e catástrofes naturais. O Haiti é representado como lugar da carência extrema, onde não existiria “nada” além dos efeitos desumanos da falta: de alimentação, saúde, moradia,

¹⁴⁰ Entrevistas semi-estruturadas com 9 mulheres e 11 homens abordados nas ruas e nas varandas das casas no bairro Navegantes.

educação e trabalho. Supõe-se a completa ausência de recursos para suprir as necessidades humanas mais fundamentais, constituindo um cenário de pungente sofrimento do povo haitiano. Um dos entrevistados mencionou o estado de dependência do povo haitiano em relação à ajuda humanitária de ONGs estrangeiras, o que indicaria a gravidade da escassez de recursos nacionais. A memória da cobertura midiática do terremoto de 12 de janeiro de 2010, que causou enorme destruição no Haiti, foi acionada por parte dos entrevistados para corroborar essa imagem de indigência generalizada da população haitiana.

A espetacularização do sofrimento do povo haitiano pela mídia contribuiu para que os imigrantes dessa nacionalidade encarnassem a miséria do mundo (Godelier, 2001) aos olhos da sociedade encantadense, orientada seja por noções de caridade cristã, seja de solidariedade humanitária secular. Não por acaso os donativos oferecidos pelos moradores estabelecidos de Encantado aos imigrantes haitianos foram tão numerosos, especialmente no início dos fluxos.

Muitos dos meus interlocutores haitianos residentes em Encantado expressaram descontentamento com o caráter reducionista da cobertura midiática, que representa o Haiti e o povo haitiano exclusivamente pelo viés da carência, em particular, o quadro do apresentador Luciano Huck, na TV Globo, devido à ampla repercussão do caso nas redes sociais haitianas pelo Brasil e afora. Não foi difícil encontrar vestígios das reações de rejeição organizadas por comunidades haitianas no Brasil que criticaram a representação negativa do Haiti, seja através do *Facebook* em perfis coletivos de associações de haitianos, umas gerais e outras circunscritas a localidades específicas do país, seja através de vídeos de protesto no *YouTube* e até mesmo na televisão e em jornais¹⁴¹ de circulação nacional.

Devido à extensa repercussão de uma dessas críticas materializada em vídeo¹⁴² na internet, Luciano Huck abriu espaço¹⁴³ em seu programa de televisão para que os

¹⁴¹ Como indicativo da ampla repercussão, apresento três reportagens que abordaram a crítica realizada por imigrantes haitianos de Curitiba à matéria de Luciano Huck: (O Estado de São Paulo, 2016; Veja, 2016; Pragmatismo Político, 2016).

¹⁴² Um grupo de haitianos residentes em Curitiba criticou através de um vídeo postado no *YouTube* a reportagem do apresentador Luciano Huck sobre o Haiti exibida no dia 8 de junho durante o intervalo do jogo Brasil x Haiti, pela Copa América. O vídeo foi publicado em 20 de junho de 2016 e tem duração de 3 minutos e 4 segundos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rKp5LDeKero>>. Visto em 21 mar. 2017.

¹⁴³ No link a seguir há um resumo escrito da reportagem apresentada no Caldeirão do Huck, vídeos do programa exibido no ar, o vídeo da crítica dos haitianos e também o momento em que os haitianos que realizaram esse vídeo vão ao programa para falar do Haiti que eles conhecem e que gostariam de ser

seus autores – um grupo de haitianos residentes em Curitiba – falassem sobre o Haiti que eles gostariam que o Brasil conhecesse, que não se resumia à comuna¹⁴⁴ empobrecida de *Cité Soleil*, aos arredores de Porto Príncipe, superexplorada na reportagem sobre o país caribenho. Foram convidados ao palco do Caldeirão do Huck sete haitianos que participaram da feitura do vídeo de crítica, os quais eram estudantes vinculados ao Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujas imagens foram gravadas pelo fotógrafo Bruno Covello. Reproduzo a seguir a mensagem veiculada no vídeo em questão:

“No dia 08.06 durante a transmissão do jogo Brasil x Haiti, o apresentador Luciano Huck fez uma reportagem sobre sua recente viagem ao Haiti e retratou apenas o bairro de *Cité Soleil*, na capital do país. Chegou a afirmar que “a humanidade não deu certo”. Ao mostrar apenas imagens da pobreza, deixou *os haitianos que moram no Brasil indignados* e eles fizeram uma resposta ao apresentador:

Prezado senhor Luciano Huck, foi com a imensa atenção que nosso grupo de migrantes em Curitiba assistiu a sua reportagem. *Reconhecemos o apoio do Brasil na liderança da missão de paz no Haiti e agradecemos o apoio à concessão de visto humanitário* aos irmãos haitianos que estão procurando uma vida melhor aqui no Brasil. Esse apoio sempre vai ficar na minha memória. O objetivo do vídeo é falar sobre como foi veiculada a imagem do país numa das maiores emissoras do Brasil. O dia 8 de junho não foi apenas marcado pela derrota da seleção haitiana, mas pela sua reportagem, que caracteriza o *Haiti como um país que só tem guerra, miséria*. Nesses últimos tempos, o Haiti voltou a ser *um dos destinos favoritos do Caribe*, muitos investimentos foram feitos nesse sentido. Luciano, *você acabou prejudicando a imagem do país, talvez sem querer. Prejudicou não só nosso orgulho de ser humano*. Somos humanos, além de haitianos. Concordamos com vocês que a humanidade não deu certo. Com a ajuda de todos nós, talvez a humanidade dê certo.”.

O grupo de haitianos de Curitiba fez referência direta a uma frase do artigo de opinião escrito por Huck, a saber, que depois da experiência no Haiti ele concluíra que a humanidade fracassou. As boas intenções do apresentador, se acompanhadas ou não de interesses sensacionalistas, não impediram os imigrantes haitianos de se sentirem profundamente ofendidos, como manifestaram no vídeo. Para eles, a reportagem foi extremamente nociva à imagem do Haiti ao retratá-lo exclusivamente através de cenas de pobreza e de violência, inclusive com o uso de imagens de 2004, quando o país estava no auge de uma guerra civil, e de 2010, imediatamente após o terremoto que

divulgado pela mídia. Link: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/07/luciano-huck-vai-ao-haiti-e-mostra-vida-dos-militares-brasileiros.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

¹⁴⁴ A República do Haiti apresenta as seguintes divisões administrativas: 10 departamentos (*départements*, em francês), 42 distritos (*arrondissements*), 133 comunas (*communes*) e 565 seções comunais (*sections communales*). A comuna é uma circunscrição territorial de terceiro nível, dotada de autonomia administrativa e financeira. A *Cité Soleil* é uma comuna de mais de 250 mil habitantes, que está situada na área metropolitana de Porto Príncipe, capital do Haiti.

causou imensa destruição. Em depoimento, o grupo de haitianos afirmou que atitudes como esta, por parte da mídia nacional e internacional, ferem o orgulho de ser humano dos seus compatriotas e como resposta de esperança concluiu que, talvez com a ajuda de todos, a humanidade dê certo. Nesse sentido, os haitianos se incluíram na equação, antes ausentes, como agentes ativos de seu destino e não meros expectadores.

Já durante a rápida aparição desse grupo de haitianos no programa do Caldeirão do Huck, de aproximadamente seis minutos, eles apontam várias questões. Apesar do tempo exíguo, uma comparação extremamente pertinente foi realizada pelos convidados: quando nós queremos apresentar o Brasil ao mundo, a primeira imagem escolhida é a do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, quando queremos falar de Nova York, mostramos a Estátua da Liberdade, mas ao falar do Haiti elegemos a pobreza, sujeira e violência de uma área em particular, por quê? E ainda complementam: divulgar imagens fragmentadas do Haiti, de caráter negativos, ainda que reais, induziria o público a tirar conclusões precipitadas sobre o país em sua totalidade. Por fim, o grupo de haitianos sugeriu outras imagens alternativas a fim de representar o lado positivo do Haiti que eles conhecem: a natureza exuberante do país, como as praias caribenhas de *Labadee*, outros pontos turísticos históricos, como o forte *Citadelle Laferrière*, conhecido como Cidadela, a cultura, a história do povo e o caráter acolhedor e trabalhador do mesmo. O Estado haitiano – alvo de críticas contundentes devido aos sucessivos governos autoritários que aprofundaram as desigualdades sociais e econômicas e, em detrimento de interesses coletivos, acentuaram a concentração de riquezas nas mãos de uma elite política pós-colonial – foi distinguido da população, da cultura, da história e da natureza exuberante do país, caracterizadas como extremamente ricas.

Observei a mesma estrutura discursiva de autodefinição da haitianidade no decorrer da investigação etnográfica no contexto do interior gaúcho e, anteriormente, no contexto de entrada pela tríplice fronteira norte¹⁴⁵. Por diversas vezes meus interlocutores haitianos, residentes em Encantado, se mostraram críticos em relação aos governos que se sucederam no controle do aparelho do Estado do Haiti, vistos como autoritários, corruptos ou ineficientes, ao mesmo tempo em que denunciavam a ingerência de organismos internacionais e nações estrangeiras no rumo do país. Já o povo haitiano era motivo de imenso orgulho pelo vanguardismo na luta pela liberdade

¹⁴⁵ Ver: (Maroni-Silva, 2014).

dos negros escravizados, que fundaram a 1º República negra do mundo, derrotando o exército napoleônico da França colonialista. O orgulho não se referia apenas às virtudes nacionais demonstradas nesse celebrado evento histórico, mas igualmente à coragem e à força do povo haitiano em continuar lutando diante de contextos de exploração, dificuldades e calamidades, resistindo e mantendo a esperança da conquistar uma vida melhor. Nesse sentido, os projetos de mobilidade, simultaneamente individuais e familiares, são acionados discursivamente pelos sujeitos haitianos neles engajados, como uma forma de luta e de resistência frente às crises socioeconômicas e políticas que assolam o Haiti na atualidade, assim como as catástrofes naturais que atingiram o país caribenho nos últimos anos, como o terremoto de magnitude 7 de janeiro de 2010, a epidemia de cólera que se seguiu, e o furacão Mathew em outubro de 2016.

De forma similar ao grupo de haitianos que se notabilizou através do vídeo de repúdio contra a estigmatização do Haiti pela mídia, vários dos meus interlocutores haitianos optaram por divulgar atrações turísticas¹⁴⁶ internacionais em seu país de origem como forma de combater a associação única do Haiti à miséria e ao sofrimento. Em conversas informais ou entrevistas, eles me contavam sobre as belezas naturais do Haiti, especialmente as praias do Mar do Caribe, e a riqueza histórica materializada em construções arquitetônicas, muitas vezes com o auxílio de fotos e vídeos exibidos com o uso do celular.

O jovem Rodney, a seu modo, se contrapôs à redução do Haiti e dos seus conterrâneos à condição de indigência. O Haiti de suas recordações era um país que, “mesmo com dificuldades, dá pra viver”, que tem escolas com educação de qualidade e, sublinha Rodney, com maior disciplina e respeito aos professores, se comparada à sua experiência nas escolas brasileiras. Também fez questão de ressaltar que lá se recebia muitos turistas estrangeiros antes do terremoto, o que significava, na visão de Rodney, que o Haiti era um lugar que valia a pena ser visitado, que tinha qualidades, ainda que ignoradas pela mídia dominante. Com o objetivo de contestá-la através de outras imagens e vivências do Haiti, Rodney apresentou um seminário aos colegas da escola em que estudava na ocasião da comemoração do “Dia Municipal das Etnias”. Ele não foi o único a usar de espaços de fala semelhantes: outros estudantes de nacionalidade haitiana que ingressaram nas escolas municipais, como Jhon e Jameson, aproveitaram a oportunidade de apresentar imagens alternativas do Haiti aos gaúchos, mais plurais,

¹⁴⁶ Ferreira (2017) identificou a mesma estratégia de autoafirmação da identidade haitiana em pesquisa em Encantado-RS e Lajeado-RS.

através de seminários e mostras culturais¹⁴⁷. Entre os tópicos abordados pelos estudantes haitianos, estavam a música, as comidas típicas, a organização e qualidade das escolas do Haiti, a vivência comunitária como modo de ser haitiano, a cultura funerária¹⁴⁸, os grandes líderes da história do Haiti, as ditaduras de Papa Doc e Baby Doc, o terremoto de janeiro de 2010 e, finalmente, a MINUSTAH, que nos interessa discutir aqui, já que contrapõe diretamente a ideia de ato dadivoso e desinteressado veiculada pela mídia dominante e alegada pelos Estados-Nações engajados nas operações de paz da ONU e no campo da ajuda humanitária. Rodney e Jameson expuseram as denúncias de violência e abusos de poder cometidos por parte das Forças de Paz da ONU e demonstraram desconfiança em relação às razões das sucessivas renovações do mandato da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança da ONU, que ocultariam interesses econômicos e políticos, na visão dos estudantes. Para eles, se o objetivo era a estabilização do cenário político do país, o orçamento da operação de paz da ONU deveria ser aplicado diretamente na Polícia Nacional do Haiti e não nas forças militares estrangeiras.

MINUSTAH e ajuda humanitária

Análises como a de Kelly Silva (2008), que se voltam ao campo da ajuda humanitária e da cooperação internacional, desvelam, à luz da economia política da dádiva, as estratégias de construção de hegemonia adotadas pelos Estados-Nações, que usam do expediente das doações internacionais como forma de disputar maior influência na condução das políticas internas dos países que se encontram na condição de beneficiários. Como doações a fundos perdidos, as dádivas ofertadas não geram dívida monetária, mas consolidam uma relação de obrigação moral e de subjugação política do Estado-Nação receptor diante dos Estados-Nações doadores (Silva, 2008). Além dos interesses comerciais e políticos que subjazem os argumentos públicos de

¹⁴⁷ Essas palestras ocorreram no contexto de comemoração do “Dia Municipal das Etnias” nas instituições escolares de Encantando, que elaboram anualmente projetos pedagógicos junto aos alunos sobre as “etnias” que contribuíram para a formação da população local e das suas tradições culturais, incluindo os novos fluxos migratórios.

¹⁴⁸ Rodney, especificamente, sentiu a necessidade de falar sobre os costumes funerários do povo haitiano a fim de combater a imagem entre os seus colegas de que os haitianos se alegrariam com a morte dos seus, já que organizariam uma “festa” na véspera do enterro. Rodney explicou que a reunião entre familiares e amigos do morto não seria sinônimo de contentamento pela morte, mas uma forma de aliviar a dor e de prestar homenagens aos entes queridos que se foram. No Haiti, entre a morte e o enterro se passaria normalmente uns 5 ou 7 dias, a fim de dar tempo hábil para que os familiares e amigos se reunissem para a despedida, inclusive aqueles que residem no exterior.

solidariedade evocados pelos Estados-Nações doadores, Silva indica outras motivações e seus encadeamentos menos aparentes, como o uso das doações como estratégia de constituição de identidades nacionais dos diferentes doadores diante do mundo, de aumento de poder e prestígio em arenas regionais e globais de negociação (no caso em questão, o Mercado Comum do Sul-MERCOSUL, a União de Nações Sul Americanas-UNASUL e o Conselho de Segurança da ONU) e de conformação de alianças entre doadores e governos.

Não aprofundarei a discussão sobre o que estaria em jogo¹⁴⁹ na atuação do Brasil no âmbito da MINUSTAH. O que nos interessa nessa matéria é identificar os diferentes sentidos atribuídos pelos atores sociais às relações instituídas entre o Brasil e o Haiti, respectivamente, como doador e donatário no campo das operações de paz da ONU e da ajuda humanitária. Ao liderar o comando militar da operação multilateral de paz no Haiti, à frente de contingentes de vários países latino-americanos, e se envolver com iniciativas na área de cooperação técnica, financeira¹⁵⁰ e ajuda humanitária no país caribenho, o Estado-Nação brasileiro construía a sua imagem de líder da América Latina e Caribe diante dos Estados-membros das Nações Unidas, consolidando sua influência no subcontinente e visando elevar seu status político no cenário global. De

¹⁴⁹ Sobre as vantagens políticas, econômicas e militares específicas advindas da participação do Brasil como liderança na MINUSTAH, ver: (Bracey, 2011). Em linhas gerais, seria uma oportunidade para o Brasil angariar mais legitimidade ao pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como representante latino-americano. A participação do Brasil como liderança na MINUSTAH, especialmente por essa missão ser composta por uma maioria de países latino-americanos, ainda proporciona uma experiência concreta de coordenação política e econômica mais estreita entre essas nações, o que pode ter um efeito positivo na resolução de impasses no âmbito das negociações de livre comércio na América do Sul. Também é um investimento de baixo-custo para as Forças Armadas, já que parte do valor é ressarcida pela organização, que proporciona treinamento em uma situação de risco relativamente baixo (inferior a de uma guerra de maiores proporções) e promove aperfeiçoamento na capacitação dos militares, assim como incentiva a melhoria da qualidade dos equipamentos militares. Também é uma oportunidade das Forças Armadas do Brasil compararem suas estratégias operacionais com a de outras nações, cuja vantagem é avançar em termos de inteligência, logística e tecnologia. A experiência dos militares brasileiros na missão de paz no Haiti foi convertida em aprendizado de táticas de uso de força em cenário urbano, tendo colaborado para o desenvolvimento do modelo de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), usadas para retomar o controle do Estado nas favelas do Rio de Janeiro.

¹⁵⁰ Há ambiguidades nas pretensões do Brasil de elevar seu comprometimento com as Nações Unidas com o objetivo de futuramente pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Apesar de voluntariamente aumentar sua contribuição ao orçamento das operações de paz da ONU, o Brasil frequentemente atrasava os pagamentos à entidade multilateral. Segundo uma notícia de setembro de 2016 (O Povo, 2016), a dívida do Brasil com a ONU seria de US\$ 424,9 milhões, a segunda maior do mundo, superada apenas pelos EUA, que deve US\$ 3,5 bilhões. Do montante da dívida brasileira, US\$ 194 milhões deveriam ser destinados para as operações de paz, como a do Haiti. Os EUA, no entanto, contribuem dez vezes mais que o Brasil para o orçamento da ONU, uma vez que é membro permanente do Conselho de Segurança e a decisão de segurar parte dos recursos teria objetivos políticos. Outros países com maiores dívidas em 2016 são a França, com US\$ 227 milhões, a Rússia, com US\$ 226 milhões e a Itália, com US\$ 165 milhões.

um lado, era estratégico ao Brasil engrandecer as dádivas ofertadas ao Haiti, afirmando-se como ator relevante para a estabilização e o desenvolvimento da região. De outro lado, a percepção da sociedade haitiana como receptora da dádiva não era equivalente a da comunidade internacional de doadores, esta composta por Estados-membros da ONU que contribuíram com a ajuda humanitária e com a operação de paz no Haiti. Parte significativa do povo haitiano era contrária à ocupação do país pelas forças de paz da ONU, atribuindo sentidos e valores morais distintos às dádivas ofertadas pela comunidade internacional. Jameson – um dos estudantes haitianos mencionados – fez uma crítica sobre a relação entre o Estado brasileiro e haitiano através de um seminário apresentado no curso técnico de Contabilidade na área de Gestão na Instituição de Ensino Monsenhor Scalabrini. Um dos *slides* que ele confeccionou através do Power Point apresentava os seguintes dizeres acompanhados da imagem abaixo:



Imagem 13 - Ilustração selecionada pelo estudante haitiano Jameson.

“O Haiti é torcedor da seleção brasileira faz muito tempo, mas quando chegaram os soldados brasileiros em 2004 no Haiti eles queriam acalmar a crise política, mas a maneira não era boa para os haitianos, por nada atiraram encima deles pensavam que todos eram bandidos. Por isso surgiu essa frase: BÈL DAN PA DI ZANMI [Tradução do provérbio haitiano: dentes bonitos não significa que ele seja seu amigo].” (Trecho do trabalho apresentado em 2016 no curso técnico de Contabilidade por Jameson).

Essa perspectiva crítica em relação à presença das forças militares estrangeiras no país dá visibilidade às denúncias de práticas de violência, exploração e abusos sexuais (Kolbe, 2015; OIOS, 2015) e outras formas de violações¹⁵¹ dos direitos

¹⁵¹ Diversos casos de violações dos direitos humanos por parte de pacificadores – militares, policiais e civis integrantes da operação de paz da ONU no Haiti – foram denunciados pela sociedade haitiana, motivando manifestações pelo país. As situações de violação dos direitos humanos foram monitoradas por organizações governamentais e não governamentais, incluso a ONU através do Escritório de Serviços de Supervisão Interna (United Nations Office of Internal Oversight Services-OIOS). Entretanto, a morosidade e ineficiência da ONU em oferecer mecanismos de denúncia confiáveis, dar assistência adequada às vítimas, conduzir investigações, identificar violações, coibi-las e combater a impunidade afetou a credibilidade da missão de paz da ONU diante da sociedade haitiana e da comunidade

humanos cometidos por pacificadores contra civis, que atingiram direta ou indiretamente toda a sociedade haitiana e não apenas as ditas “gângues”, “grupos rebeldes” ou “paramilitares” no contexto das operações de paz da ONU.

Como mostra de manifestações críticas da sociedade haitiana em relação à atuação das tropas da ONU no Haiti, Jameson e Rodney me apresentaram um vídeo¹⁵², na plataforma do YouTube, de uma música satírica que se popularizou no carnaval de 2006 no Haiti, que acusa os militares das forças de paz da ONU de roubarem cabritos de camponeses. Meus interlocutores também disseram que o líder desse grupo de música, Demele, depois teria sofrido represálias violentas dos capacetes azuis. Não encontrei menção a qualquer agressão a Demele, somente uma reportagem em que ele alegava ter sido excluído da programação do carnaval de 2007, ano seguinte à polêmica, como uma forma de censura ao teor político de suas músicas (Jamaica Observer, 2007). O sonoro “*Minustah voulè kabrit*”, que se tornou hino não só do carnaval, mas principalmente de protestos anti-ONU, dizia mais do que parecia dizer: expressava o cansaço da população com a contínua ocupação do país por forças estrangeiras, o que incluía a intervenção da ONU através da MINUSTAH.

Outros grupos musicais também expressaram o descontentamento de parte da população com a intervenção da ONU no país. Faz parte da tradição carnavalesca haitiana satirizar figuras e instituições públicas, como políticos, policiais e funcionários públicos corruptos e ou ineficientes, além de gângues de rua e sequestradores de grupos paramilitares armados que exploram a população. Essas sátiras são cantadas em um ritmo popular do país, o “*mèringue*” haitiano, que tem uma dimensão política evidente, ao dar vazão às frustrações do povo de uma forma descontraída e em linguagem simples. O grupo Vwadezil cantava: “MINUSTAH, você é realmente apenas um turista. Você está impedindo o meu país de avançar. Você está apenas relaxando por aqui, então por que você não vai... embora.”¹⁵³. Chamar os oficiais da ONU de turistas – que ocupam os espaços sociais das elites, como praias particulares, restaurantes e hotéis

internacional. Uma das críticas à ONU se referia a sua dificuldade em cobrar ações efetivas dos diferentes sistemas de justiça dos Estados de origem dos agentes investigados por violações dos direitos humanos, que eram responsáveis por julgá-los e aplicar as punições devidas, de acordo com a Convenção sobre Privilégios e Imunidade da ONU. As denúncias de violação dos direitos humanos e os casos de impunidade foram divulgados em numerosas reportagens da mídia internacional e nacional. Fontes: (Chade, 2017; Notícias R7, 2017; HUMANS RIGHTS WATCH, 2016; Dodds, 2017).

¹⁵² Link do vídeo (acesso em 20/03/2017 às 16h30): [https://www.youtube.com/watch?v=3mATqmNITaI].

¹⁵³ Originalmente: “ ‘MINUSTAH, you're really just a tourist. You're holding back my country’, the group Vwadezil sings in one popular and profanity-laced song. ‘You're just lounging around so why don't you get ... out’.” (Jamaica Observer, 2007).

luxuosos no país – era uma forma de acusá-los de não ter verdadeiro comprometimento com o desenvolvimento do país, apenas interesses egoístas. Outro grupo popular, T-Vice, dizia: “MINUSTAH, você invadiu nosso país, você tem o dever de melhorar as coisas”¹⁵⁴. Há outros exemplos de insatisfação do povo haitiano com a MINUSTAH em letras de músicas populares, que demonstram a percepção de violação da soberania do país e, por outro lado, a fadiga pelo constante adiamento de compromissos assumidos pela ONU, como: a reestruturação da polícia nacional haitiana para garantir a autonomia do país frente à manutenção do Estado de direito¹⁵⁵; a restauração do processo democrático, com destaque para o fortalecimento do sistema judiciário e a garantia de eleições livres e idôneas¹⁵⁶; o desarmamento e desmobilização de milícias armadas¹⁵⁷; a reconstrução do país pós-terremoto e o investimento em infraestrutura e serviços¹⁵⁸ e a retirada dos militares da ONU com o fim da missão, que só veio a ocorrer em 2017, completando 13 anos de mandato. Nesse sentido, se não houve o reconhecimento do valor moral das dádivas ofertadas à população haitiana, ao menos não de forma equivalente às expectativas do Brasil como doador, elas também divergiram daquilo que fora prometido em troca da submissão do Haiti ao mandato das Nações Unidas.

No plano das relações internacionais, o Estado-Nação brasileiro assumiu a posição de donatário em relação ao Haiti através da ajuda humanitária e das ações de cooperação financeira e técnica entre os países. Como foi argumentado, as iniciativas do Brasil no campo da ajuda humanitária são indissociáveis de sua atuação como liderança

¹⁵⁴ Originalmente: “MINUSTAH, you've invaded our country, you must make things better” (Jamaica Observer, 2007).

¹⁵⁵ Em 2016, apesar de mais de uma década de missão, a MINUSTAH ainda não tinha alcançado uma das metas principais para a retirada de suas tropas do país: a reestruturação da Polícia Nacional do Haiti, que deveria ter um efetivo mínimo de 15 mil homens. No fim de 2016, a PNH reunia apenas 13.200 policiais (Kawaguti, 2016a).

¹⁵⁶ Do início da missão até 2016, ocorreram três eleições presidenciais livres consecutivas no Haiti, entretanto as transições de poder ainda assim foram conturbadas, com acusações de fraudes eleitorais em partes do processo, o que rendeu atrasos, novos pleitos e casos de violência entre grupos políticos armados, apesar de localizados (Kawaguti, 2016a).

¹⁵⁷ Em 2007, os últimos rebeldes das milícias armadas foram presos, mortos em combate ou se desmobilizaram. Desde então não se registrou a ocorrência de confrontos significativos entre os grupos armados de rebeldes e as tropas estrangeiras da ONU. Contudo, em maio de 2016, o país voltou a registrar operações violentas de paramilitares que estariam supostamente ligados a grupos políticos, segundo as autoridades haitianas (Kawaguti, 2016a).

¹⁵⁸ Após o terremoto de 2010, as promessas de doação de recursos para a reconstrução do Haiti foram muitas, mas nem todas foram cumpridas pelos países. E do montante de recursos que realmente chegou ao Haiti, parte significativa foi investida na manutenção das estruturas de milhares de ONGs internacionais que operam no território haitiano e não diretamente no país. No ano do desastre, o Brasil prometeu construir no país quatro unidades médicas no modelo brasileiro UPA (Unidade de Pronto Atendimento), mas a primeira delas só saiu do papel em 2014. Outro grande projeto que não tem perspectiva de execução é o de uma usina hidrelétrica, elaborado pelo Exército brasileiro, que ajudaria a suprir o déficit de energia do Haiti (Kawaguti, 2016a).

militar na operação de paz da ONU no Haiti (2004-2017), uma vez que essas ações em conjunto constituem estratégias de gestão de relações de poder entre os Estados, que geram obrigações, dependência e conformam alianças (Silva, 2008). As dívidas que se supõem contraídas na escala macro das relações internacionais também repercutem nas realidades microssociais, especialmente no imaginário coletivo, que afeta diferentes atores sociais, e nas expectativas de conduta dos imigrantes haitianos.

Emprego e visto humanitário como dádivas

A chegada do primeiro grupo de haitianos na cidade de Encantado ocorreu em outubro de 2012, a partir do recrutamento de cinquenta e oito imigrantes dessa nacionalidade em um alojamento situado no município de Brasiléia (AC), região de fronteira, por iniciativa da Suíno Mais. O recrutamento foi intermediado pela Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos (SEJUDH), que cadastrou as empresas interessadas, assegurou a emissão da documentação provisória dos haitianos (protocolo de solicitação de refúgio, CPF e carteira de trabalho) e orientou os processos de contratação de mão-de-obra estrangeira. A SEJUDH estabeleceu como condição que as empresas garantissem a moradia aos imigrantes haitianos, custeando-a pelos seis primeiros meses. A empresa frigorífica, então, optou por acomodar seus novos funcionários em um hotel às margens da RS 129, em Encantado, oferecendo o transporte diário de ida e volta à unidade fabril. Repetindo essa estratégia, a segunda turma de setenta e cinco haitianos foi recrutada meses depois, em janeiro de 2013, com as mesmas condições. Já a terceira e última turma de haitianos, composta por aproximadamente vinte trabalhadores, foi recrutada pelos representantes da mesma empresa enviados a São Paulo, entre o final de 2013 e o início de 2014. Dessa vez, a empresa se comprometeu a oferecer alojamento por três meses.

A oferta do emprego, o custeio do transporte dos pontos de recrutamentos até o interior gaúcho e da habitação nos meses iniciais podem ser compreendidos como dádivas ofertadas pela empresa frigorífica aos imigrantes haitianos. É importante frisar que, na visão de muitos encantadenses, essa “dádiva” era atribuída erroneamente ao Governo Federal, ou mais especificamente, à Presidenta Dilma ou ao Partido dos Trabalhadores. Era comum a crença de que a “Dilma” abriu as fronteiras aos estrangeiros, deu-lhes o “visto humanitário”, acolheu nos alojamentos e, inclusive, ofereceu o transporte gratuito para que os haitianos chegassem a Encantado, custeando

as diárias no hotel e a alimentação por seis meses. A expressão dessa ideia era acompanhada de crítica ao que seriam “regalias”, assemelhando-se à rejeição dos setores conservadores às políticas públicas de acesso a direitos sociais, cujo exemplo mais notório é o Programa Bolsa Família. De todo modo, se iniciativa da empresa ou do Governo Federal, essas ofertas eram percebidas localmente como “dádivas”, não como relações contratuais de interesse mútuo ou expressão de direitos. Enquanto tais, elas geravam obrigações, não necessariamente jurídico-legais, mas de caráter moral: esperava-se a expressão de gratidão na conduta do indivíduo, em forma de servilismo e de submissão irrestrita às condições laborais e salariais. Sobre o recrutamento, Augustin, que fez parte da segunda turma de haitianos vinda do Acre, afirma:

“Paloma: Você pediu demissão do frigorífico?

Augustin: Não! Lá na Suíno Mais, meu Deus do céu, é uma empresa que eu tenho gratidão! Foi a Suíno Mais a responsável que foi me buscar no Acre. Comecei no dia 1º de fevereiro 2013 na Suíno Mais. E lá quando chegou aqui, eu nem saber o que é português.” (02/08/2017).

No caso acima, Augustin externava essa gratidão pela empresa que enviou seus representantes ao abrigo no Acre para oferecer vagas de trabalho aos seus conterrâneos. Ele não se demitiu, mas fora dispensado sem justa causa um ano e dois meses depois de ingressar como funcionário no frigorífico. Como Augustin era extremamente assíduo no trabalho, sem acumular nenhuma falta, ainda que justificada com atestado médico, e não tinha reclamações em relação a sua produtividade, ele suspeitava que a razão da demissão fora uma denúncia anônima de que ele tinha escrito um cartaz em crioulo com tradução em português conclamando os funcionários – do diurno, turno contrário ao seu – a realizarem uma paralização, que não teve sua participação. Como ele era um dos únicos funcionários haitianos que compreendia melhor o português, a suspeita recaiu sobre ele, que foi chamado ao departamento de recursos humanos e negou sua participação, mas foi desacreditado. Para Augustin, a gratidão à empresa não significava submissão absoluta, sem questionamentos, nem antes e nem após a demissão. Uma vez dispensado, ele acionou um advogado – não vinculado ao sindicato – a fim de conferir se todos os valores a que tinha direito foram cumpridos adequadamente (tais como, salário do período de aviso prévio, indenização rescisória, saldo salarial, FGTS, férias vencidas e proporcionais mais um terço do salário normal, 13º proporcional, seguro desemprego) e, por conta disso, ainda foi feito um acréscimo ao montante final. Augustin não foi o único estrangeiro a reivindicar direitos trabalhistas, dezenas de haitianos seguiram o mesmo caminho, seja em ações trabalhistas que situavam a

empresa frigorífica como Reclamada, seja em acordos extrajudiciais com o apoio de advogados. A maioria dessas ações trabalhistas não era incentivada pelo sindicato (STI-Alimentação)¹⁵⁹, nem se davam por meio dele, que mantinha uma postura de diálogo com os empregadores e de não enfrentamento, salvo exceções. No capítulo IV analisaremos mais detidamente as relações de trabalho, por ora nos interessa somente identificar os vínculos morais construídos com a oferta da dádiva do emprego aos imigrantes, as expectativas direcionadas a essa mão de obra e os ressentimentos suscitados com a ruptura da sujeição idealizada.

Dentro da comunidade encantadense, o grupo de Leigos Scalabrinianos se colocou a frente da recepção desses estrangeiros. Formado por aproximadamente quinze voluntários, a maior parte mulheres acima de cinquenta anos, o grupo de fato se aproximou da comunidade haitiana emergente através da promoção de uma série de iniciativas e projetos sociais desde a chegada do primeiro grupo contratado pelo frigorífico. De acordo com os relatos dos próprios Leigos, em outubro de 2012, eles participaram da recepção dos 58 haitianos – 54 homens e 4 mulheres – que vieram de ônibus de um alojamento improvisado situado no município acreano de Brasiléia, recrutados pela Suíno Mais. Esse abrigo na fronteira foi denominado como “o refúgio” por alguns dos meus interlocutores haitianos que o vivenciaram em seus itinerários migratórios. Entretanto, o fato de recorrerem a espaços como esses na procura por acolhimento – abrigo, alimentação e ou orientação – em pontos do circuito migratório não significa que esses mesmos sujeitos se autodesignem como refugiados, o que não se mostrou comum, a não ser situacionalmente por questões migratórias estratégicas. Ao explicar o motivo da escolha do Brasil como destino, a maior parte dos meus interlocutores de nacionalidade haitiana recorria à imagem do Brasil como país que “abriu as portas” para o povo haitiano, o que era objetivado na possibilidade de acesso ao chamado “visto humanitário”, como indica a fala de Julien:

"Uma vez a presidenta Dilma foi lá no Haiti. [...] Acho que ela foi depois do terremoto, acho que ela foi em 2012 que ela foi ali. Então ela viu a situação, muitos haitianos estavam em situação difícil por causa do terremoto que destruiu quase tudo do país. Então povo fica um pouco com dificuldade pra viver. Ela falou que pode ter uma oportunidade para trabalhar aqui no Brasil. Se não fosse assim, acho que ninguém não vai estar aqui, porque... mas na verdade... Ela falou que vai mandar visto suficiente para eles... cada um pode achar um visto que quer! Quem que quer ir pode procurar um visto, então pode entrar no país tranquilo. Se não, se o governo não dá acesso para nós, acho que... quem que deve dar papel? Quem que deve dar

¹⁵⁹ No caso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Encantado e Região, que é filiado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA/RS).

carteira de trabalho? Quem que deve dar CPF? É o governo! Se não aceita, se não concorda, ninguém de nós não vai estar aqui, porque sem carteira não dá pra trabalhar. Sem CPF não dá para fazer nada...". (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

Ele se referia a uma declaração¹⁶⁰ proferida pela Presidenta Dilma Rousseff à imprensa em sua visita ao Haiti, no dia 1º de fevereiro de 2012. Essa não foi a primeira vez que testemunhei¹⁶¹ imigrantes haitianos acionarem o discurso dessa figura de autoridade com o objetivo de fundamentar a percepção de abertura das fronteiras do Brasil. De acordo com Julien, o “Governo brasileiro”, situacionalmente corporificado na Presidenta Dilma Rousseff, apoiou a vinda dos haitianos ao país, oferecendo oportunidades de acessar o status migratório regularizado, trabalhar legalmente e assim reconstruir paulatinamente a vida após o terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010. Não obstante, o “Governo” só é uma unidade coesa nessas representações que o reificam, pois – na prática – está eivado de contradições internas. Se considerarmos somente as ações (e omissões) do Estado nos diferentes níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal – são notórias as contradições em relação, por exemplo, às políticas migratórias (Araújo, 2016; Jarochinski Silva, 2016; Seixas, 2016; Silva, 2016), que são evidenciadas pelos desentendimentos entre suas múltiplas instâncias, como orientações conflitantes em relação à “abertura” ou “fechamento” das fronteiras e até acusações de negligência ou cobranças de responsabilidade, recursos e maior eficiência.

¹⁶⁰ Reproduzo, a seguir, um trecho do discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff à imprensa por ocasião de visita oficial ao Haiti, em 1º de fevereiro de 2012: “Nós conversamos também sobre os haitianos que migram para o Brasil em busca de oportunidades. Reiterei que continuaremos cooperando com vistas a criar, para os haitianos, condições melhores de vida no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que, como é da natureza dos brasileiros, *estamos abertos a receber os cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil*. Assinalei também que, nesse processo, devemos combater as redes criminosas de intermediários. Os chamados coiotes, que se aproveitam da vulnerabilidade de trabalhadores e suas famílias, submetendo-os, no trajeto do Haiti ao Brasil, a situações degradantes e desumanas, além de explorá-los cobrando taxas escorchantes. Reafirmo o duplo propósito das novas medidas de risco para os haitianos, adotadas pelo Brasil: *garantir o acesso ao nosso país em condições de segurança e dignidade dos haitianos que lá escolham viver* e, ao mesmo tempo, combater o tráfico de pessoas, o que nós temos feito em coordenação com países vizinhos. Concordamos em trabalhar juntos – governos do Brasil e do Haiti – para dar divulgação às novas medidas brasileiras. Por meio delas, *o governo brasileiro – sensível às dificuldades sociais, econômicas e humanitárias enfrentadas pelo Haiti – criou categoria de visto permanente, exclusiva para haitianos*, cuja concessão não fica subordinada à demonstração, por exemplo, de vínculo empregatício no Brasil, e isso por um prazo de cinco anos. Poderemos receber nessa categoria até 1.200 famílias haitianas por ano. Do mesmo modo, legalizaremos as que já se encontram no Brasil. Tudo isso, sem prejuízos dos vistos normais concedidos.” Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-porto-principi-haiti>>. Acesso em: 03 set. 2018.

¹⁶¹ Já na pesquisa de mestrado constatei que: “Essa declaração de Dilma Rousseff ganhou repercussão na mídia haitiana e somou-se a outros incentivos subjetivos à migração, embora o objetivo da presidenta não fosse esse, mas divulgar a resolução normativa nº97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), de 12 de janeiro de 2012, a qual instituiu o visto permanente por razões humanitárias, que foram especificadas como aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto.” (Maroni-Silva, 2014, p.67).

Sendo o primeiro de sua família a vir para o Brasil, Julien custeou a vinda de sua esposa a partir da contínua economia do salário obtido com o trabalho fabril em Encantado. Ao lado de sua mulher, com quem teve um filho em Encantado, o pastor já fazia planos para trazer seu filho mais velho que ficou com os avós no Haiti através da solicitação de reunião familiar. O acesso a documentos como o “visto humanitário”, o CPF e a Carteira de Trabalho, que são expedidos por distintas esferas do Estado, foi compreendido por Julien e outros conterrâneos como uma forma de participação simbólica na nação brasileira, nos termos de Peirano (2006), o que aos seus olhos conferiria legitimidade à permanência no país. Diferente de outros países, Julien pontuou, no Brasil os haitianos conquistariam o status migratório regularizado mais facilmente, o que lhes permitiria sair do país, visitar o Haiti e retornar ao Brasil sem maiores entraves. A liberdade de circular transnacionalmente é extremamente valorizada pelos haitianos, que assim dispõem de meios mais diretos de fortalecer os vínculos com a família e com o país de origem, além de viabilizar novas estratégias de mobilidade com o propósito de alçar posições de maior prestígio no campo social transnacional haitiano. Por outro lado, a retração econômica do Brasil desde 2015 – cujos efeitos foram o aumento do índice de desemprego e custo de vida, a desvalorização do real em relação ao dólar americano e o achatamento dos salários – agigantou os fatores de imobilização da população haitiana que tem tornado o Brasil menos atraente.

Se os imigrantes haitianos compreendem o acesso ao visto humanitário como demonstração unívoca da concordância do Estado brasileiro com sua entrada e permanência no país, assim legitimada pela autoridade maior, essa visão não é compartilhada por parte da sociedade brasileira. Frequentemente a admissão desses imigrantes em território brasileiro tem sido encarada por instituições, empresas e cidadãos nacionais não como conquista de um direito, como o acolhimento humanitário, mas sim como uma dádiva no sentido maussiano (Mauss, 2003) que, ao ser aceita, acarreta a obrigação do retorno. Sobre essas expectativas, segue a fala da supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais:

“[...] quando eles [os imigrantes haitianos] se candidataram para trabalhar no Brasil, eles receberam uma cartilha lá [no abrigo na fronteira acreana] dizendo que eles tinham que se adaptar ao Brasil, não era o Brasil que ia se adaptar a eles, era justamente o contrário. E isso eles recebiam lá.” (Bianca Donati, Supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 6 de março de 2016).

A representante da empresa se refere a cartilhas bilíngues¹⁶² – em português e em crioulo haitiano – com a apresentação de vocabulário básico, noções de pronúncia e informações sintéticas sobre procedimentos burocráticos para solicitar a regularização do status migratório, obter documentos importantes e acessar serviços públicos no Brasil. O conteúdo das cartilhas era voltado para auxiliar os imigrantes haitianos a se situarem no país, orientando em relação a questões de ordem prática do dia a dia. A interpretação de Bianca, que viu a distribuição desses materiais informativos aos imigrantes como se fosse uma forma de esclarecimento dos “termos de contrato” para a entrada e a permanência no Brasil, demonstra como a “adaptação” é considerada como obrigação unilateral, que eximiria a sociedade envolvente de aprender a lidar com a diferença. Ou seja, o conceito de “adaptação”, tal como é acionado, equivale à adequação a normas de comportamento e a assimilação de valores da sociedade receptora, que está muito além da submissão às leis. Sobre a ambivalência da dádiva, Godelier afirma:

“Dar parece instituir simultaneamente uma *relação dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de *solidariedade*, pois quem dá partilha o que tem, quicá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de *superioridade*, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado. Dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de *status* entre doador e donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia: se esta já existisse entre eles antes do dom, ele viria expressá-la e legitimá-la ao mesmo tempo.” (2001, p.23).

Godelier (2001) reforça o entendimento de Mauss (2003) a respeito da dimensão moral das trocas de dons, que estabelece e reproduz vínculos sociais e obrigações mútuas entre os contratantes. Nos termos de Godelier (2001), aceitar a oferta voluntária do dom é endividar-se em relação ao doador, ficar sob dependência do mesmo até a retribuição de um dom de valor equivalente ou superior. A prática da dádiva tanto pode consolidar a comunhão e a aliança entre grupos sociais, quanto estabelecer relações hierárquicas e de dependência entre eles (Godelier, 2001; Mauss, 2003). Godelier propõe pensar a dádiva a partir desse duplo aspecto, simultaneamente como forma de

¹⁶² A mais comum era a cartilha “Ann Pale Potigè”, com 33 páginas, que foi escrita por Rwolds Augustin, Miriam Spezia e Emilio Travieso. A primeira edição foi publicada pela Pastoral da Mobilidade Humana da Diocese do Alto Solimões, em Tabatinga (AM), em 2011, no início da entrada de haitianos no Brasil por via terrestre. Já a segunda edição foi publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos, em Brasília, no ano de 2012, e distribuída em diversos pontos do Brasil. Disponível em: <<https://haiti.iom.int/bvac/sites/default/files/pdf/cartilha-kreyol-vocabulario.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2018.

partilha e de dívida. A depender da relação de poder entre doadores e donatários, se eles apresentam status relativamente equivalentes ou radicalmente desiguais, a instituição da dádiva tenderá mais à solidariedade e reciprocidade ou à violência e subordinação (Godelier, 2001). No caso em tela, o doador é o Estado brasileiro, que disponibilizou voluntariamente o visto humanitário aos imigrantes de nacionalidade haitiana. Como entidade soberana sobre o seu território, o Estado-nação não é obrigado a ofertar o dom e ainda conserva o poder de suspendê-lo a qualquer momento. Tendo em vista a assimetria extrema de poder entre as partes envolvidas e a relativa sacralização do Estado-nação no mundo moderno, aproximarei o caso analisado à modalidade de dádiva ofertada aos deuses. Conforme Godelier (2001, p.279), o valor dos dons dados pelos deuses aos homens é incomensuravelmente superior a todos e quaisquer contradons que eles poderiam retribuir às divindades, já que estas lhes ofereceram voluntariamente a vida, a fertilidade e a ordem do cosmos. Sendo assim, os deuses não seriam obrigados nem a aceitar os sacrifícios e oferendas dos homens, nem a retribuí-las, mas ainda assim demonstrariam enorme generosidade ao conceder graças. Enquanto Mauss (2003) situa os sacrifícios rituais aos deuses como um tipo de contrato, que incita os deuses a serem generosos com os homens, Godelier (2001, p.51) contesta esse entendimento, sob a justificativa de que os deuses, como verdadeiros proprietários de todas as coisas, são infinitamente superiores aos homens, condição que impossibilita a negociação dos termos da relação entre eles. As potências sobre-humanas ofertariam espontaneamente as dádivas aos homens, como a própria vida, restando aos homens – eternamente em dívida – observarem as obrigações e os limites das trocas impostas pelos deuses. Aos imigrantes também não é dada a possibilidade de negociar os termos contratuais com o Estado-nação que, se permite a sua entrada, do mesmo modo estabelece as condições de sua permanência, que se quer controlar. Um interlocutor haitiano, Robenson, que declarava fé protestante, estabeleceu um paralelo interessante entre a relação dos haitianos com Deus e com o Estado. Para ele, as leis divinas – materializadas na Bíblia, que determinam o certo e o errado no comportamento dos homens – são como os procedimentos jurídico-burocráticos relativos à solicitação de visto permanente em um país estrangeiro. Assim como o caminho de encontro a Deus é um só, sem recurso válido a atalhos ou improvisos, na opinião de Robenson, é necessário agir da mesma forma a fim de obter sucesso na regularização da estadia em um país em que se deseja viver, ou seja: seguir rigorosamente os protocolos de ação definidos pelas normas e regulamentos do Estado. Robenson entendia que a palavra de Deus e as leis do Estado

eram igualmente rígidas, em outros termos, não admitiam interpretações díspares por parte dos seus subordinados, a quem não cabia discordar, nem modificar o que já estava escrito, somente obedecer a fim de obter aprovação.

Aceitar o “visto humanitário” como concessão dadivosa do Estado não implicaria tão somente na expectativa de obediência a condições jurídico-burocráticas, mas também de expectativas morais frente aos imigrantes haitianos no microcontexto das relações cotidianas, que são nutridas por setores da sociedade envolvente. Essas expectativas que se mantêm, apesar de serem repetidamente frustradas pelos comportamentos reais dos sujeitos, são objeto de reflexão de Sayad (1998), que as denomina de “ficções da imigração ortodoxa”¹⁶³. A ficção que me interessa aqui é o entendimento de que a existência do imigrante na sociedade de recepção deve ser temporária, por direito, e ainda requer contínuos esforços de justificação por parte do sujeito. Conforme Sayad (1998), a subordinação absoluta ao trabalho é a única forma de presença/ausência que é autorizada ao imigrante/emigrante, ou seja, a única forma socialmente aceita para conferir legitimidade ao estatuto social do migrante. Proponho pensar a observância dessas obrigações morais como a contradádiva esperada e exigida por parte da sociedade envolvente, como indica a fala de Bianca:

“Bianca: Eu diria que é uma visão diferente de trabalho, eles [os haitianos] vêm de uma cultura diferente da nossa brasileira e da nossa regional. Nós descendentes de europeus, a gente trabalha, trabalha, trabalha... Eles têm um perfil um pouco diferente. Eles trabalham também, *eles vieram para o Brasil para trabalhar*, mas eles têm o horário deles e vão embora.

Paloma: Outro ritmo?

Bianca: É, exatamente, o ritmo deles é diferente. Pode dizer que o ritmo é diferente porque eles não conhecem a atividade? Não. Mesmo estando treinados, trabalhando há tempo, o ritmo é o mesmo. Talvez o ritmo seja um pouco mais lento, mas o que diferencia eles dos brasileiros é que eles são assíduos, muito assíduos. [...] Não faltam ao trabalho. O que na verdade nós temos problemas com isso, brasileiros não cumprirem horário, mas eles não. Isso é muito bom. *E são muito disponíveis, claro... se formos pensar assim, eu vou para um outro país para trabalhar, vou trabalhar.*” (Bianca, Supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 6 de março de 2016).

O discurso da entrevistada reproduz a ideia de que a necessidade de encontrar um emprego é o que justifica a emigração dos sujeitos. Vale dizer que a centralidade do

¹⁶³ Sayad (1998) aborda as ficções relativas à definição de imigrante que seriam construídas em conformidade com a lógica do Estado-nação. Ele argumenta que esse imaginário seria reproduzido não só pela sociedade de imigração, mas pela sociedade de emigração e pelos sujeitos imigrantes/emigrantes. No caso etnográfico em análise, identifico o acionamento dessas ficções por parte dos cidadãos nacionais da sociedade de imigração e não dos demais, como Sayad. Vale ressaltar que imigrante, para Sayad, não é sinônimo de estrangeiro, mas um estatuto social distintivo de dominado, que independe do estatuto jurídico. Em outras palavras, o acesso a cidadania não impede que um sujeito seja marcado socialmente como “imigrante”.

trabalho também era marcante nas falas dos imigrantes haitianos, mas esse não era o único motivo alegado, que incluía o desejo de estudar, profissionalizar-se, ajudar a família e até mesmo conhecer o mundo pelo prazer do descobrimento e de viver novas experiências. Para Bianca, a permanente disponibilidade ao trabalho demonstrada pelos funcionários haitianos no frigorífico seria uma condição óbvia do imigrante que, nesse sentido, seria esperada (e contabilizada) pelos empregadores. Um imigrante que se recusa a trabalhar sob as condições oferecidas é julgado moralmente como inadequado, ou seja, alguém que nem deveria ter se candidatado ao ingresso ou à regularização da residência no país de recepção. A legitimidade da existência do imigrante na sociedade de recepção não é plenamente reconhecida pela mesma, independentemente do status jurídico do sujeito, por isso é forçoso que ele demonstre continuamente que é um “bom imigrante” através da forma de vida adotada. Se essa exigência já é uma forma de discriminação, recusar-se ou mostrar-se incapaz de oferecê-la, no caso dos imigrantes desempregados, potencializa esse mecanismo de exclusão. No caso em análise, observa-se que mesmo o acesso ao “visto permanente por razões humanitárias” não livra o imigrante haitiano de ser continuamente constrangido a legitimar sua existência através da adequação ao trabalho. Essa visão não foi incorporada inteiramente pelos haitianos em Encantado, posto que muitos defendiam a legitimidade definitiva da imigração através da construção da imagem do Brasil como país que “abriu as portas” para recebê-los. Essa abertura atribuída ao Estado brasileiro, por vezes corporificado na Presidenta Dilma como agente do “convite”, não necessariamente é encontrada pelos imigrantes haitianos na escala micro das relações face a face, como veremos.

Recepção e integração

No dia das atividades de integração da primeira turma de imigrantes haitianos recrutada pela Suíno Mais, o grupo de Leigos se dirigiu ao local para dar as boas-vindas aos estrangeiros. Esse encontro ainda foi marcado por uma dádiva caritativa: a distribuição de sacolas de roupas doadas pela comunidade. A dificuldade de comunicação foi o que marcou as primeiras aproximações. Nas palavras de Dona Clara, membro e ex-presidente do grupo de Leigos:

“O primeiro encontro ninguém falava nada, ninguém sabia nada, ninguém entendia nada, aquela confusão e a gente ficou... claro. [...] E tinha um ou dois [haitianos] que falavam um pouco de espanhol, porque tinham morado na República Dominicana. Então o padre que foi com a gente falava espanhol, um pouco de espanhol, então foi

o que ajudou. [...] E aí, mas o interessante foi assim, a questão afetiva, eu digo que na migração é muito importante o toque. Sabe tu abraçar, tu afagar, tu dá a mão? Então isso foi uma coisa que a gente... foi uma coisa espontânea nossa no desejo de demonstrar de alguma maneira que a gente tava acolhendo. Foi abraçar, beijar as mulheres, sabe? Aquela coisa assim e isso eu acho que ajudou muito, porque essa primeira turma a gente teve uma afinidade tão grande com essa primeira turma! Assim, eles eram amigos nossos, com o passar do tempo.” (Dona Clara, 63 anos, Leiga Scalabriniana, 24/02/2016).

De início, a comunicação com os haitianos se dava principalmente através de uma minoria que tinha algum conhecimento da língua espanhola, geralmente aprendida a partir de experiência migratória na República Dominicana. Além da língua materna, o *créole*, a maioria compreendia o francês, idioma oficial aprendido nas escolas haitianas. No Brasil, aqueles que falavam espanhol, ainda que pouco, geralmente se tornaram porta-vozes dos demais conterrâneos, acompanhando-os nas mais diversas situações que demandavam comunicação, pois compreendiam mais facilmente o português e conseguiam se fazer entender minimamente. Ainda sobre o primeiro contato, no momento em que a comunicação verbal fracassou, o recurso às expressões corporais e gestos foi o modo que os Leigos encontraram para tentar transmitir a mensagem de que os haitianos eram bem-vindos à Encantado, como conta Dona Clara. Vale ressaltar que, a partir do serviço voluntário de acolhimento aos imigrantes, Dona Clara se tornou referência entre os haitianos na cidade, que passaram a indicar aos recém-chegados o endereço de sua casa para que eles recebessem orientação quanto aos processos de documentação referentes ao visto permanente por razões humanitárias, ao visto de reunião familiar e a outras demandas de ordem burocrática. Essa senhora é chamada de mãe por muitos haitianos, um indicativo do respeito e do carinho que lhe são dedicados. Também é reconhecida por seu empenho em atender as demandas dos haitianos, na medida de suas possibilidades, e também por ouvi-los, sensibilizar-se com a situação em que vivem e os problemas que enfrentam. Ao me apresentar na Igreja Católica como antropóloga interessada em estudar a imigração haitiana, de pronto já me indicaram Dona Clara como a “especialista” no assunto, no sentido de ser reconhecida como a pessoa mais indicada para me informar sobre o acolhimento aos imigrantes. Na comunidade encantadense, Dona Clara se tornou uma das minhas principais interlocutoras e amiga, recebendo-me constantemente em sua casa.

Tive oportunidade de conversar com alguns haitianos que fizeram parte da primeira turma recrutada, pois muitos não se encontravam mais na cidade e, talvez, nem no país. A primeira impressão que eles tiveram da recepção dos encantadenses foi muito positiva, como a seguinte:

"Em 2012, que nós chegamos no primeiro grupo que chegou aqui, os encantadenses foram atender nós com muita muita alegria, posso dizer isso. Muita alegria, fazer festa conosco ali, as pessoas da firma, uma festa muito grande! Tem jogos de time entre haitianos e brasileiros." (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

As atividades de integração dos estrangeiros junto aos funcionários brasileiros que foram promovidas pela empresa, com almoço coletivo, visita guiada pela cidade e jogo de futebol, foram reconhecidas como gesto de hospitalidade pelo grupo. Um padre da igreja matriz da cidade também foi chamado pela empresa, sendo acompanhado pelos Leigos Scalabrinianos. A recepção dos fluxos seguintes de imigrantes haitianos não seguiu a mesma formalidade, com eventos de integração, pois – segundo a Supervisora do Setor Pessoal da empresa – eles preferiram fazer uso de porta-vozes haitianos já integrados, que compreendiam o português, a fim de explicar aos novatos a rotina laboral e apoiá-los na adaptação. Não obstante, o grupo de Leigos – como representantes da Igreja Católica – manteve sua atuação na acolhida. Ainda sobre as impressões da recepção, segue a opinião de Jameson, um jovem haitiano de 25 anos, que chegou em Encantado no início de 2014:

“Somos todos iguais, na frente de Deus, na frente daqueles que não são racistas. Vai ter pessoas que vão falar que os haitianos são inferiores aos brasileiros, pode acontecer. Nunca cheguei a ouvir, né, mas ninguém sabe, pode acontecer. Uma pessoa falou ‘ah, o povo haitiano é inferior’, mas quando eu cheguei aqui eles não me receberam assim, porque eu fui recebido na igreja católica. *O jeito que o povo brasileiro aqui em Encantado me recebeu, falaram pra mim ‘você é bem-vindo, você está na sua casa, pode morar aqui’.* É assim que eles me receberam, mas pode ter uma pessoa que não gosta do povo haitiano, mas pra mim somos iguais, brasileiro, haitiano, americano, dominicano, africano. Somos todos iguais, é um povo só, somos humanos. Temos esse nome em comum que é “humanos”.” (Jameson, 25 anos, 15/02/2017).

Com três anos de experiência de vida no Brasil, o jovem Jameson apresentava uma visão relativamente positiva acerca da convivência entre haitianos e brasileiros, mas não deixava de estar ciente da existência de indivíduos que eram contrários à entrada e à permanência de haitianos no país, manifestando um tipo de xenofobia atrelada ao racismo. Por meio da perspectiva cristã da irmandade em Deus, Jameson reforçou a noção de igualdade entre os distintos grupos étnico-raciais, ainda que esta não seja reconhecida por todos. Sobre as doações da comunidade de Encantado às famílias haitianas, que foram organizadas e mediadas por um grupo de cidadãos brasileiros concretos, os Leigos Scalabrinianos, elas seriam mais do que uma forma de caridade, na perspectiva de Jameson, que se sentiu acolhido pelo atos dadivosos: “É um jeito de falar que nós somos bem-vindos. Vocês podem morar aqui, viver aqui.”

Há notáveis divergências de interesses e de opiniões a respeito da presença haitiana em Encantado. Para a empresa que recrutou grupos dessa nacionalidade recém-chegados ao Brasil, a presença haitiana representou uma solução eficaz para o antigo problema da falta de mão de obra na região. Pela ótica da empresa, os haitianos são reduzidos a simples força de trabalho, não reconhecendo responsabilidades sociais para além dos muros da fábrica. Em outros termos, a empresa limita sua atuação ao que a lei determina como obrigação. Nas palavras de Bianca:

“E a gente [a empresa] sofria muita pressão externa e até hoje sofre, por exemplo, do hospital, de que “ah, estrangeiro tem que tratar diferente” ou com mais regalias ou com menos. A gente não pode fazer isso, *legalmente eu não posso ter diferenciação, pra nós todos aqui são trabalhadores*. [...] Com relação ao hospital. Até hoje o hospital é a instituição que tem tido mais problemas com os haitianos. Por quê? Eles não se adequaram. Então chegou um haitiano lá, eles acham que a responsabilidade de mandar alguém pra fazer tradução é da empresa. Não, eles estão aqui como cidadãos encantadenses, eu não tenho como tirar alguém do trabalho pra mandar lá. Eles ligam querendo que alguém da empresa vá lá ajudar a traduzir. Eles não entendem. Final de semana eles ligam pra gente em casa. Eles não conseguiram ver a grandiosidade da... não viram que o Brasil está aberto para estrangeiros. *A abertura não foi da empresa, isso foi o Governo Federal que instituiu isso, essa abertura pra receber pessoas estrangeiras*. Então a gente tem tido dificuldade. Ali a gente tem tido problema, mas a gente explica que *a responsabilidade não é nossa*.” (Bianca, Supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 6 de março de 2016).

Temos, mais uma vez, a imagem do Governo Federal como agente da abertura das fronteiras aos imigrantes nacionais do Haiti, que é acionada pela representante da empresa para defender-se das cobranças de responsabilidade extra – a que transborda a função de empregadora na letra da lei – pela iniciativa do recrutamento de trabalhadores dessa nacionalidade e sua inserção em Encantado. Não obstante, o argumento de que “legalmente eu não posso ter diferenciação” para negar o que é chamado erroneamente de “regalias”, como a disponibilização de tradutores aos trabalhadores haitianos, não tem fundamento, já que – se não é obrigação legal – tampouco é proibido por lei. Também conversei com a assistente de direção do hospital da cidade, que atende constantemente o público haitiano. Ela criticou a ausência de colaboração da empresa frigorífica, que não aceitaria dispensar ninguém do trabalho – um funcionário haitiano que tivesse maior domínio do português – com a finalidade de acompanhar um paciente haitiano com dificuldade de comunicação no atendimento médico. Principalmente no início dos fluxos, eram poucos os haitianos que se comunicavam satisfatoriamente em português, o que acabava por sobrecarregá-los com essas incumbências de acompanhamento e tradução.

A prefeitura, por sua vez, não se atribuiu o dever de criar políticas públicas específicas para facilitar a integração dos estrangeiros. De fato, não foi instituída nenhuma política pública municipal que tivesse os imigrantes caribenhos como alvo, mas isso não significou sua exclusão do acesso aos serviços públicos, que ocorreu normalmente, em conformidade com os dispositivos constitucionais que vedam qualquer discriminação. O chefe de gabinete do prefeito argumentou, em fevereiro de 2016, que a prefeitura estava de mãos atadas, com demandas acima dos recursos disponíveis. Também ressaltou que a prefeitura não teve participação direta ou indireta no recrutamento de haitianos, cuja iniciativa e responsabilidade seriam exclusivas da indústria frigorífica. O argumento se concentrava no seguinte raciocínio: não trouxemos os haitianos, não criamos o “problema”, portanto, não há legitimidade em cobrar soluções imediatas por parte da prefeitura, que faz o que pode. Em entrevista, o Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente afirmou que os haitianos e outros estrangeiros foram incorporados no Sistema Único de Saúde (SUS) existente e eram atendidos em situação de igualdade com qualquer cidadão de Encantado. A Secretaria de Saúde não disporia de um registro das demandas de serviços de saúde diferenciadas pela nacionalidade do demandante, o que dificultaria a construção de um perfil do público haitiano e, por conseguinte, do próprio planejamento de ações na área de saúde que visasse especificamente essa população. Mesmo sem essa sistematização, seria notório – segundo o secretário – o impacto da presença haitiana em dois aspectos: o aumento do número de parturientes atendidas pelo SUS e de pessoas soropositivas que fazem acompanhamento médico.

Em relação ao sistema de educação pública, inicialmente o impacto foi menor, pois o fluxo migratório de imigrantes haitianos em idade escolar foi ínfimo. O cenário mudou com o nascimento dos filhos de casais haitianos, o que aumentou a demanda por vagas em creches da rede pública. No início de 2016, mais de 30 crianças de descendência haitiana estavam matriculadas na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Navegantes, situada no bairro de mesmo nome, onde reside a maioria dos imigrantes haitianos. De acordo com o diretor da EMEI Navegantes, em setembro de 2017 a creche já se encontrava no limite de lotação, com aproximadamente 90 crianças com idade entre 4 meses e 6 anos, quase a metade de ascendência haitiana. Devido à falta de vagas, os pais já não conseguiam matricular seus filhos dirigindo-se diretamente à creche do bairro Navegantes. Era necessário ir à Secretaria de Educação, na Prefeitura, para inscrever a criança na fila de espera e aguardar informações sobre vagas em outras

creches. Na época, já havia 20 crianças nessa lista, esperando por vagas em uma das nove escolas de educação infantil da rede pública da cidade. A maior parte das famílias haitianas dava preferência à creche do bairro Navegantes por ser próxima ao local de residência e ao frigorífico, que empregava muitos imigrantes. O período de funcionamento da creche – das 6 às 18 horas – era adaptado de modo que os pais tivessem condições de deixar a criança antes do início do expediente, voltando para buscá-la ao término do dia de trabalho. Outras famílias haitianas optavam pela creche do bairro Nossa Senhora Aparecida, onde estão localizadas duas empresas menores com alguns funcionários dessa nacionalidade: uma fábrica de plásticos e uma fábrica de pizzas.

O fluxo de haitianos à cidade engendrou, com o crescimento das famílias, o aumento da demanda por creches na rede pública. Em 2017, os filhos de imigrantes haitianos, nascidos já no Brasil, estavam iniciando o ingresso na pré-escola, enquanto o ensino fundamental ainda não tinha absorvido alunos haitianos, com raras exceções. Em relação ao ensino médio, exigências relativas à documentação afunilaram o número de jovens e adultos haitianos que queriam continuar os estudos em Encantado. Em conversa com o vice-diretor do Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini¹⁶⁴, soube que os alunos haitianos matriculados no ensino médio estudavam no período noturno, com apenas uma exceção, para conciliar com a jornada de trabalho. No auge dos fluxos migratórios de haitianos, por volta de 2014, a escola chegou a receber mais de trinta alunos dessa nacionalidade, mas na época da entrevista, em 2017, eram poucos. A maior dificuldade, além da comunicação em português e da conciliação entre estudo e emprego, era a exigência de histórico escolar para realizar a matrícula. De início, permitiu-se que os alunos estrangeiros frequentassem as aulas antes de apresentarem o histórico escolar, já que em muitos casos era necessário solicitá-lo a instituições escolares do Haiti e aguardar a expedição e entrega via correspondência, que demorava até seis meses. Segundo o vice-diretor, devido às diferenças de formato do ensino brasileiro (séries e anos) e haitiano (ciclos semestrais), o histórico escolar era indispensável para definir a série correspondente. Houve casos em que a definição prévia da série, somente a partir das informações fornecidas pelo aluno, divergiu da

¹⁶⁴ É a única escola pública na cidade que oferece vagas no Ensino Médio. Além disso, dispõe de Ensino Médio Politécnico, Curso Normal Magistério e Pós-Médio, este último com opção de curso técnico em contabilidade, na área de gestão, com duração de um ano e meio.

indicada pela análise oficial, ou seja, aquela realizada posteriormente com a entrega do histórico escolar, como explica o vice-diretor:

“- Vice-diretor: Nós temos um grupo grande que chegou há uns três anos atrás. Mais de trinta. Só que tem dificuldade, eles começam a priorizar o trabalho e não estudar. E daí chegava a documentação [histórico escolar] depois de seis meses, um ano. Eles esperavam [para matricular] para o ano seguinte...

- Paloma: E tem como começarem a estudar antes da documentação? Esperando a documentação?

- Vice-diretor: Não, nós não podemos. Pela questão da lei exige que tenha um atestado, uma documentação. De início até aceitou, aceitou meio que na confiança. Mas daí quando chegava aquela questão do ciclo, a gente não sabia qual era o ciclo, eles também não sabiam se tinham terminado ou não o semestre lá... o ciclo, daí dava confusão na hora de... [...] Porque às vezes antes de chegar a documentação tinha uma classificação errada, daí não tinha como... Nosso medo era esse, a gente classificava errado, depois no final do terceiro ano não tinha como eles pedirem o certificado [de conclusão do ensino médio].” (Vice-diretor do turno noturno do Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini. 31 de julho de 2017).

Se pela análise oficial o estudante foi destinado a uma série anterior à que ele já vinha cursando na escola brasileira, esse tempo de estudo é invalidado e ele é obrigado a recomeçar. Houve casos de abandono da escola por alunos haitianos que se frustraram com esse rebaixamento de ano. A escola seguia as orientações da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, que analisava o currículo escolar do estudante estrangeiro para identificar a série correspondente no sistema de ensino brasileiro. Essas frustrações com entraves de natureza burocrática contribuem para que muitos desistam de dar continuidade aos estudos no Brasil. O vice-diretor relatou o caso de cinco haitianos que concluíram com sucesso o ensino médio e o curso técnico em contabilidade, na área de gestão, ambos pela instituição, mas cujos diplomas não seriam reconhecidos enquanto o certificado de conclusão do ensino médio, que fora cursado no Brasil, não fosse validado no Haiti, recebendo um “carimbo verde”. A falta de carimbo aqui ou ali, embora soe como algo simples, de fácil resolução, na prática se constitui como mecanismo de exclusão da população haitiana:

“Quando eles [haitianos] vieram pra escola, veio de... todas noites chegava no balcão, matrícula, matrícula. O que mais nos impedia assim, o que era? Questão burocrática. De aceitação [social] não tinha problema nenhum. Mas a questão burocrática de não pecar em... falhar em uma documentação pra eles. Eles voltam muito pra escola hoje [para visitar]. Os que já se formaram, eles vem pra escola a noite, passam aqui depois do trabalho, querem ficar e visitar a escola. Quando tem jogos, agora a festa de São João, eles vieram participar.” (Vice-diretor do turno noturno do Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini. 31 de julho de 2017).

Se a adaptação às escolas brasileiras, com uma língua que ainda não dominam, já é um desafio para os estudantes haitianos, o fato é que ele não começa e nem acaba

aí. Tanto na matrícula, como na emissão dos diplomas, a exigência de documentos específicos alonga e dificulta esses processos, na melhor das hipóteses, quando não os impede de serem concretizados. Os mesmos obstáculos de caráter burocrático, que emperram a matrícula de alunos haitianos, foram apontados pela coordenadora pedagógica de outra instituição de ensino – Lume Centro de Educação Profissional – que oferece cursos técnicos¹⁶⁵ e cursos profissionalizantes¹⁶⁶ na cidade. A coordenadora relatou o caso de um aluno haitiano que se inscreveu no curso técnico em enfermagem, mas que acabou desistindo pela dificuldade de validação do diploma de conclusão do ensino médio, que fora cursado no Haiti. A 3ª Coordenadoria Regional de Educação teria orientado a Lume quanto à obrigatoriedade de tradução e de validação do diploma no Brasil. Pela ausência de um carimbo do Haiti, ainda não era garantida a aceitação do diploma ao fim do processo, que era longo e oneroso. Por esse motivo, o aluno haitiano desistiu de dar seguimento ao seu projeto de profissionalização em Encantado.

Retornando à questão dos diferentes posicionamentos sustentados por instituições da sociedade encantadense em relação à presença haitiana no município, sigo delineando o assumido por membros do grupo de Leigos Scalabrinianos e das irmãs da Cáritas¹⁶⁷. Em linhas gerais, eles costumavam atribuir responsabilidade pela integração dos estrangeiros na sociedade envolvente aos poderes públicos e a reivindicar maior colaboração por parte da empresa. Sobre a efêmera articulação entre a Prefeitura e a Igreja Católica para discutir as estratégias de integração da recém-chegada população haitiana, a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) relata:

“A gente não estava preparado [para receber as dezenas de haitianos recrutados pela Suíno Mais]. A gente não sabia, nós como administração pública, essas coisas, a

¹⁶⁵ Os cursos técnicos tem duração média de 2 anos, inferior ao tempo de duração de cursos superiores e superior ao tempo de duração de cursos profissionalizantes (horas/aula). Há pré-requisitos como estar cursando o Ensino Médio ou já tê-lo concluído, o que dificulta a participação de haitianos, que enfrentam problemas para validação de diploma no Brasil. Todos os cursos técnicos precisam da aprovação do MEC e geram um certificado de validade nacional.

¹⁶⁶ Os cursos profissionalizantes, geralmente, não se estendem por mais de 6 meses e não costumam ter nenhum pré-requisito, facilitando o acesso. Ele não precisa ser aprovado pelo MEC, por isso é considerado um curso livre e não emite diploma, embora possa gerar um certificado de conclusão da instituição, que não tem validade perante o MEC. Pode ser de formação inicial (profissionalizante) ou continuada (aperfeiçoamento). Até o mês de setembro de 2017, seis clientes haitianos concluíram cursos profissionalizantes pela Lume Centro de Educação Profissional: dois no curso de elétrica residencial (carga horária de 72 horas), dois no de instalação de câmeras e alarmes (40h) e mais dois no de informática, que incluía pacote office e internet (75 horas).

¹⁶⁷ A Cáritas Brasileira integra uma rede de organizações humanitárias da Igreja Católica - a “*Caritas Internationalis*” - composta por mais de 160 membros de diversos países do mundo, que atuam na defesa de direitos e na assistência solidária a grupos empobrecidos e socialmente excluídos.

gente não sabia que ia chegar essas pessoas. Mas ao mesmo tempo eles foram se organizando entre eles [os próprios haitianos]. Os primeiros seis meses eles tinham moradia né, ficaram no hotel. E depois eles foram se organizando e quem ajudou bastante foi a igreja, através da Cáritas. A Secretaria de Educação disponibilizou professores e aula de português, sala para eles estudarem. E nós enquanto assistência social, a gente colaborou com as doações que recebiam de móveis, utensílios, roupas... da comunidade. A gente repassava pra eles. E foi isso. Só que eles nunca chegaram... A secretaria da saúde então fazendo todo o seu papel da política pública da saúde em relação a consultas, medicamentos, internações hospitalares, todo esse atendimento também pra eles. Aí eles tiveram dificuldade em relação a língua. Tinha um que sabia o português, mas ele tinha que ficar se deslocando para todos os lados, hospital teve dificuldade de atender por causa da língua. [...] E só que ele era um né... Agora não sei como é que tá, ele era sozinho pra tudo. Então não dava conta, às vezes chegava no hospital alguém doente, muitas vezes me ligaram até pra saber o que eles iam fazer... Puxa, eu não sei! Tem que chamar aquele rapaz que né... Eles se reuniram [os haitianos], formaram um grupo de pessoas assim pra poder lidar com essas dificuldades. Fizemos reuniões na igreja, todas as secretarias do município pra ver o que a gente podia fazer pra auxiliar eles no começo... no começo não, depois de passado esses seis meses, que eles já estava em suas casas. A questão de alugar moradias também eles estavam tendo dificuldade, porque sabe né? Tem que ter avalista, fiador, aquela coisa toda... Então a igreja começou, as irmãs da Cáritas começaram a dar esse suporte pra eles, mais direto do que nós, entendeu? [...] Muitos adoeceram, parece que tem problema de HIV. Muitas... aí vieram as famílias. Pelo o que a gente sabe, a gente já pagou vários auxílios funerários... Vários funerários pra crianças que nascem natimortos..." (Vilma, coordenadora do CRAS, 25/02/2016).

De início, a Prefeitura cedeu salas de aulas em um colégio público próximo ao hotel em que os haitianos estavam residindo temporariamente, além de oferecer materiais escolares. Entretanto, quem ministrou os cursos de português para os estrangeiros foram os voluntários da Igreja Católica e não professores contratados da rede pública. A articulação entre as Secretarias Municipais e a Igreja Católica só ocorreu no momento em que a situação se agravou, a saber, ao término do período de custeio de moradia pela empresa para acomodar a primeira turma de haitianos recrutada na fronteira acreana. Entretanto, de fato não foi elaborada nenhuma política pública específica para o público haitiano. Os serviços públicos de saúde, educação e assistência social estavam à disposição dos estrangeiros, como é de direito, mas não houve nenhuma adaptação para melhor atendê-los, como a contratação de tradutores. Os próprios haitianos se organizavam como podiam, por exemplo, os mais experientes costumavam acompanhar os recém-chegados para resolver questões de ordem prática que requeriam comunicação em português, como o atendimento relativo à documentação na Polícia Federal em Santa Cruz do Sul, consultas médicas, se inscrever em vagas de emprego, alugar casas, se matricular em escolas, entre outras.

Como a própria coordenadora do CRAS admite, os voluntários da Igreja Católica se aproximaram mais da comunidade haitiana e, em consequência da ausência de políticas públicas adequadas, acabaram por assumir, com o apoio de parte da

sociedade encantadense, os serviços de auxílio aos estrangeiros em relação à documentação, ao aprendizado da língua portuguesa e à assistência aos segmentos mais vulneráveis, como os desempregados. O número de atendimentos prestados pelo CRAS aos haitianos, de acordo com a coordenadora, era pequeno, isso porque raramente existiria “demanda”. Sobre o programa do Bolsa-família, a coordenadora explica:

“Eles [os haitianos] não tem cadastro do Bolsa Família. Eles não vem fazer. Eles vem fazer essa ficha aqui quando muito. [...] A renda deles não comporta o benefício pra maioria, porque eles trabalham né. Eles ganham mais de mil reais. Então esses poucos que não trabalham... mas eles já vieram aqui, a gente já deu as informações e eles não procuraram de novo. Então, sinal de que, né? Tem esses casos pontuais, agora esse que tá doente.... Mas nos outros não tem muito problema, pelo o que a gente vê aqui, né? Eles estão sempre sendo auxiliados de uma forma ou de outra. [...] Mas eles, assim oh, particularmente eles não criam transtorno nenhum. Não sei daqui pra frente como vai ficar, agora o país em crise... De repente o desemprego... Enquanto eles estão trabalhando, eles se viram. Eles são organizados, eles são trabalhadores, mas no momento que não tiver o emprego pra eles, eu não sei como vai ficar. Nós estamos aqui pra auxiliar, pra atender essa demanda.” (Vilma, coordenadora do CRAS, 25/02/2016).

A maior parte das casas haitianas tem membros que estão empregados, entretanto é precipitado concluir que são raras as situações de vulnerabilidade nesse segmento. Muitas residências habitadas por grupos de haitianos – que nem sempre são membros da mesma família ou mesmo amigos íntimos – são sustentadas pelos salários de poucos, que frequentemente ainda estão comprometidos com envio de remessas para auxiliar a família no país de origem ou saldar dívidas contraídas com o projeto migratório. Se a solicitação de auxílio no CRAS por haitianos eram raras, isso poderia ser consequência da falta de orientação. É significativo que aqueles que se dirigiram ao CRAS estavam acompanhados por irmãs da Cáritas. Afinal de contas, eles dependiam de orientação que era geralmente dada pelas religiosas. Elas informavam os haitianos que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade que eles tinham direito ao auxílio no CRAS, disponibilizando-se a acompanhá-los. Embora caracterize a comunidade haitiana de Encantado como trabalhadora e organizada, Vilma admitia temer pelo futuro, com o aprofundamento da crise econômica no Brasil e o avanço dos níveis de desemprego, pois – em sua perspectiva – as levadas de estrangeiros desempregados poderiam “causar transtornos” ainda desconhecidos. Nesse sentido, construía-se o comportamento haitiano como virtualmente perigoso, ainda que não fosse justificável reprová-lo tal como se manifestava objetivamente no presente.

Os tipos de solicitações mais comuns no CRAS eram as seguintes: fotos para emissão de documentos, como a Carteira de Trabalho; cestas básicas; fraldas; leite para

recém-nascidos; auxílios funerais; e encaminhamento de crianças para as creches, que estão com falta de vagas. Geralmente os haitianos atendidos pelo CRAS eram aqueles em situação de extrema vulnerabilidade, como foi o caso de um homem de 41 anos, desempregado, soropositivo, sozinho, em más condições de saúde e em depressão, que solicitou auxílio para alimentação. Ele estava apenas há quatro meses em Encantado, vindo de Camboriú-SC, já doente. Outro caso foi a solicitação de leite para um bebê que estava desnutrido. A mãe não tinha muito tempo para amamentá-lo, já que trabalhava no frigorífico de uma cidade próxima, Lajeado, e saía às 4 horas da manhã. O bebê era cuidado pelo marido desempregado e estava muito abaixo do peso. As assistentes sociais suspeitaram de negligência por parte do pai, mas depois que o leite foi fornecido a criança recuperou o peso adequado.

No caso de Encantado, o CRAS foi coadjuvante, por assim dizer, no atendimento aos estrangeiros. Essa função foi desempenhada mais intensamente por um grupo de voluntários da Igreja Católica, como abordaremos adiante. Mas antes de adentrar nas práticas de dons intermediadas por esses grupos de voluntários da igreja católica, que repassavam os objetos doados pela sociedade encantadense aos imigrantes caribenhos, é pertinente apresentar as formas de circulação de dons entre os próprios haitianos.

A rede haitiana de apoio mútuo

Refiro-me à organização de redes de apoio internas pela comunidade haitiana para orientar e assistir aos imigrantes recém-chegados, inexperientes ou com mais dificuldade de comunicação, apesar da escassez de tempo, consumido pelas longas jornadas de trabalho nas indústrias locais. Jameson era um desses haitianos desenvoltos na comunicação em português, constantemente requisitado por seus conterrâneos, sejam eles familiares, amigos, colegas e até mesmo desconhecidos. Esse tipo de suporte era geralmente oferecido sem a cobrança imediata de valor monetário, a partir da lógica da dádiva, como indicou Jameson:

“Eu não vou dizer que eu sou o melhor daqui, que eu sou o haitiano que fala melhor o português, porque tem outros haitianos que falam bem o português e poderiam ajudar o outro a traduzir. Eu não sou o único que fala, mas que nem que eu falei, o amigo disse que *eu tenho um jeito de receber a pessoa que eu vou ajudar*. Eu tô ajudando, eu tô recebendo você *com carinho*. *Te ajudando não quer dizer que eu sou superior, te ajudando não quer dizer que eu tenho poder sobre você, te ajudando não quer dizer que eu vou mandar em você, que eu vou falar ‘você tem*

que fazer tal coisa pra mim te ajudar'. Então, se é assim não é ajuda, é negócio. É assim que eu penso. Então, acho que por isso que as pessoas procuram eu pra ajudar e não procura os outros. Não vou dizer que não procura também, pode procurar, mas acho que procura mais eu pra ajudar, pra levar em Santa Cruz, pra ir no aeroporto em Porto Alegre buscar pessoas pra eles. Eu vou sem problemas, sem pedir 'você tem que me pagar o tempo', não. [...] Eu não aceito que paga comida pra mim, ajudando, eu levo meu próprio dinheiro pra comprar a minha comida. Você vai achar... como eu posso dizer, 'O que eu vou dar pra ele? O que eu vou dar pra ele?', entendeu? Às vezes eu mesmo ofereço pra pessoa pra mim comprar pra ela, por exemplo, eu tô te ajudando, aí eu falo pra você 'ah, eu compro pra você'. Eu não deixo você pensar 'ah, eu tenho que dar comida pra ele, tenho que fazer tal...'. Você não é obrigado a pagar ou a comprar alguma coisa pra mim. Não penso assim. Eu penso o que é melhor ser o teu amigo, vamos dizer, porque o dinheiro não compra a sinceridade, não compra o valor da pessoa. Eu não vou deixar o dinheiro comprar a minha personalidade, eu não vou deixar o dinheiro comprar o Jameson que eu sou. [...] Você planta hoje, você vai colher amanhã, né? Então, se eu tô ajudando hoje sem cobrar, sem pedir nada, eu acho que um dia uma pessoa também pode me ajudar sem me cobrar ou sem pedir que eu tenha que dar uma coisa em troca, por isso que eu dou meu coração pra ajudar, eu entrego eu pra ajudar uma pessoa quando eu posso, quando dá pra mim ajudar, eu faço sem pensar duas vezes, sem falar talvez, seu eu posso, eu posso." (Jameson, 25 anos, 15/02/2017).

Conforme definição de Mauss, a economia da dádiva “não é nem a da prestação puramente livre e puramente gratuita, nem a da produção e da troca puramente interessadas pelo útil” (2003, p.303). Sem dúvida, o tipo de prestação de auxílio¹⁶⁸ em questão situava-se no universo das trocas, mas ao mesmo tempo não se confundia com um negócio propriamente dito, como Jameson cuidadosamente esclareceu. Era uma troca, pois implicava na expectativa de uma contradádiva futura: “se eu tô ajudando hoje sem cobrar, sem pedir nada, eu acho que um dia uma pessoa também pode me ajudar sem me cobrar ou sem pedir que eu tenha que dar uma coisa em troca”. Era necessário manter a aparência desinteressada nessas relações de troca, como parte da etiqueta, mas isso não significava a dispensa da contradádiva e, nesse sentido, o donatário tinha plena consciência de que encontrava-se em dívida. Ademais, o retorno não deveria ser imediato, a princípio, nem calculado em moeda, sob pena de converter-se em simples comércio. Para Mauss (2003), a noção de crédito, ou melhor, de tempo entre a dádiva e a contradádiva, é fundamental para a caracterização das trocas voluntárias-obrigatórias. Jameson ainda defendia uma ética mais rígida, como recusar o custeio de alimentação ou de transporte durante o acompanhamento, o que não era um consenso no meio. Os haitianos que solicitavam auxílio sabiam que o outro não tinha

¹⁶⁸ Ao analisar as estratégias de autoafirmação identitária de haitianos em Encantado-RS e Lajeado-RS, Ferreira (2017) aponta a disposição à partilha – inclusive de dinheiro – como característica distintiva reivindicada pelos imigrantes em oposição aos brasileiros, vistos como mais individualistas e egoístas. As expectativas relacionadas a essas trocas de dons são similares às apresentadas aqui: “se um haitiano possui dinheiro e outro precisa, ele deve emprestar sem esperar nada em troca, assim quando ele necessitar, o outro também vai partilhar o que possui” (p.123).

obrigação de estar lá, apoiando-os, mas mesmo assim o fazia. Oferecer um lanche ou custear a passagem não era uma forma de pagamento, estava aquém disso, mas era um indicativo de que se estava em dívida para com o outro. Essas retribuições adiantadas, de menor valor, deveriam ser feitas de forma aparentemente espontânea, como se não fossem uma obrigação. Para não ser uma venda de serviço, a dádiva não deveria ocorrer mediante retribuição monetária no ato. Além disso, o doador não deveria estipular antecipadamente as condições da prestação, seja em dinheiro, mercadoria ou serviços: “te ajudando não quer dizer que eu vou mandar em você, que eu vou falar ‘você tem que fazer tal coisa pra mim te ajudar’”. Não que esses auxílios nunca assumissem a forma de comércio entre os imigrantes haitianos, mas nesses casos abria-se mão da possibilidade de forjar ou fortalecer vínculos sociais mais duradouros entre os indivíduos. Conforme Mauss (2003), a depender do contexto etnográfico, as trocas de dons respondem a motivações subjetivas diversas – desafiar os rivais, engrandecer o nome do clã, concorrer a títulos de prestígio ou a posições de poder, estabelecer ou fortalecer alianças, entre outras – mas a produção do sentimento de solidariedade no grupo se destaca como um dos principais efeitos sociais da circulação da dádiva. Jameson utilizou a linguagem da amizade, de viés mais individualista, para falar desses efeitos sociais, dificilmente alcançáveis pelo comércio. Sobre a quebra do protocolo das doações, Renel – dominicano de ascendência haitiana – comenta:

“Ah, [uma forma de doar que não é inteiramente boa é] *aquela doação que tu dá com a mão direita e a esquerda fica sabendo*. Exemplo, eu sou dominicano, eu já doei... Não tenho certeza, não lembro... Eu dei umas coisas pra meus colegas. *Aquelas coisas que eu dava para os meus colegas eu não posso chegar e falar...* Eu acho que aquela doação não vai ser 100%. Eu dei uma vez uma cama para uma colega, daí chega outra colega: 'Ah, eu dei a cama que ela tá dormindo, fui eu que dei para ela'. Eu acho que eu doei aquilo, fui eu que doei. Eu doei sem esperar nada cambia [em troca]. Não é bom, tipo assim, *tem pessoa que doa uma coisa pra receber algum benefício. Eu acho que isso aí tá errado. Se doar alguma coisa é só para ver aquela pessoa que tá precisando sentir-se feliz.*” (Renel, 18/07/17).

Renel era amigo de Jameson e morava na mesma casa, compartilhada com outros amigos e familiares. Na fala acima ele condena a ostentação orgulhosa da dádiva pelo donatário a partir de uma ética cristã, fazendo referência a uma célebre passagem bíblica, que reproduzo abaixo:

“Guardai-vos, não façais as vossas boas obras diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles; de outra sorte não tereis a recompensa da mão de vosso Pai, que está nos Céus. Quando, pois, dás a esmola, não faças tocar a trombeta diante de ti, como praticam os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem honrados dos homens; em verdade vos digo que eles já receberam a sua recompensa. *Mas quando dás a esmola, não saibas a tua esquerda o que faz a tua direita;* para que a tua

esmola fique escondida, e teu Pai, que vê o que fazes em segredo, te pagará.”
(Bíblia, Mateus, VI: 1-4).

Apesar de fazer referência à ética cristã da caridade, Renel não justifica explicitamente o mérito da discrição em relação aos dons ofertados aos necessitados como condição para merecer a recompensa divina. A atitude de “esconder a mão que dá” – ou seja, de não fazer da caridade um ato público – é compreendida por Renel como a verdadeira generosidade, que não visaria o engrandecimento do nome do doador à custa da humilhação do donatário, assim exposto em suas necessidades, nem receber vantagens materiais como recompensa, mas sim “*ver aquela pessoa que tá precisando sentir-se feliz*”. Nesse sentido, a satisfação é encontrada no próprio ato de ajudar o próximo, de vê-lo feliz. A recompensa da dádiva, se verdadeira, viria de Deus.

Ainda sobre a rede de ajuda mútua interna à comunidade haitiana, retorno ao caso de Jameson. Na época da entrevista, ele usufruía de licença médica, pois havia fraturado o braço em um acidente jogando futebol. Ele se manteve afastado do trabalho para tratamento de saúde e recuperação dos movimentos da mão e do braço por aproximadamente um ano. Com maior tempo livre à disposição, Jameson se dedicou ainda mais a ajudar aqueles que o procuravam, geralmente por indicação de um terceiro, tornando-se bastante popular na comunidade haitiana. Mesmo quando era requisitado por conterrâneos que ele desconhecia, geralmente recém-chegados que não pertenciam às redes de parentesco e de vizinhança mais imediatas, esses indivíduos eram incorporados à rede comunitária haitiana em meio a essas relações de reciprocidade. Nesse sentido, as formas de ajuda mútua mencionadas, ainda que incluam haitianos até então “desconhecidos”, raramente ultrapassavam o círculo restrito das relações interpessoais, sendo regidas por relações afetivas e vínculos de caráter eminentemente pessoal. Isso ocorre devido à dimensão diminuta da comunidade haitiana na cidade, onde as relações face a face são dominantes. Em outros contextos, como em cidades maiores ou em meio ao circuito migratório, é mais comum a prestação de ajuda a anônimos, mas que compartilham a condição de mobilidade e a identidade haitiana. Augustin falou sobre a experiência de ajudar a um estranho, de nacionalidade haitiana, em Porto Maldonado, no Peru:

“Chegou no último ponto, que é Porto Maldonado, em Peru. Lá tem um monte dos haitianos que o dinheiro acabou, que tá esperando o dinheiro do parente lá nos EUA, no Haiti, porque acabou dinheiro tem que pagar passagem lá. [...] Porque Porto Maldonado faz fronteira, pra entrar em Iñapari, um lugar brasileiro. [...] Só lá tem que pagar 150 dólares cada um, pra um taxista. [...] Em Porto Maldonado tem uma praça. Tem haitiano que fala espanhol, porque tava na República Dominicana, tem

quem fala nada... E tava eu no hotel, os hotéis estavam cheio de gente. Alguém acha que eu falo espanhol e pede coisa que precisa. Um haitiano me chamou né, ba ba ba... Eu acho que ele tá precisando de alguma coisa, chega conversar, ba ba ba... Não tinha dinheiro. Eu pago hotel, como posso ajudar eu ajudo. Do que eu posso ajudar uma pessoa eu ajudo.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

Augustin se sensibilizou com a situação de um conterrâneo que estava sem dinheiro, aguardando o depósito de um familiar, e não tinha meios de pagar por hospedagem nesse meio tempo. Essas situações não eram incomuns nos espaços de mobilidade haitiana, como defende Joseph (2015, p.106), que identifica a importância das relações de solidariedade construídas durante o itinerário migratório dos sujeitos. As amizades que se fundam nesses atos de ajuda mútua influenciam na redefinição das rotas e das estratégias de circulação adotadas pelos haitianos, o que imprime forte dimensão de imprevisibilidade aos itinerários migratórios. Joseph nos lembra que a vida e o seu caráter de indeterminação se aplicam igualmente às situações de deslocamento: os sujeitos adoecem, morrem, se apaixonam, engravidam e, assim, refazem continuamente os seus projetos, adequando-se às condições mutantes da vida. Os encantadenses que tinham maior convivência com os imigrantes reconheciam essas práticas de apoio recíproco dos haitianos como próprio da cultura deles:

“Eu aprendi muito [com os haitianos] que eles, eu vou te dizer, eles se gostam muito um com outro! Eles não fazem pouco um do outro. Se um precisa, o outro já tá pronto pra ajudar. Coisa que a gente não vê aqui. Aqui os gringos [descendentes de italianos], especialmente, [o que tem] é pra ele. E os haitianos não. Se eles podem, um tá ajudando o outro, nem que ele tenha pouco. Eles não são egoístas, isso é muito bonito. [...] Nós, a gente não se importa muito com os outros. Geralmente a gente só quer tipo crescer e não repartir e eles repartam. Isso aí é bonito neles. Eles repartem tudo, nem que eles não tenham comida, dinheiro. É muito bonito.” (Gilda, 01/08/17).

A solidariedade entre os imigrantes haitianos, ainda que não compartilhem laços de parentesco, é vista como generalizada, um traço da cultura haitiana. Na fala acima, Gilda, que se identifica como “gringa”, diferencia o costume do seu grupo étnico – os ítalo-gaúchos – dos haitianos, a fim de elogiar a generosidade dos últimos. Vale dizer que essa não é uma visão tão comum, já que a maioria dos encantadenses não acompanha a intimidade das famílias haitianas. As formas mais corriqueiras de ajuda mútua na comunidade haitiana local eram a doação de tempo, disposição e conhecimento, principalmente da língua portuguesa, para orientar os recém-chegados em diversas situações: no acompanhamento à Polícia Federal, cuja unidade mais próxima ficava no município de Santa Cruz do Sul, a 89 quilômetros de Encantado, para dar prosseguimento aos procedimentos de solicitação do visto permanente; na procura

por emprego, indo junto aos locais onde outros imigrantes haitianos já estavam trabalhando, intercedendo por vagas e mediando a comunicação com os representantes das empresas; nos postos de saúde ou hospitais, para viabilizar o diálogo com os profissionais de saúde, fundamental para um diagnóstico acertado e a compreensão das orientações médicas; e na busca por imóveis para alugar, pois era necessário saber quem procurar, onde procurar e entender os trâmites associados, como a assinatura de contrato ou os acordos verbais.

Como adverte Mauss (2003), uma hierarquia é estabelecida entre doador e donatário através do ato da dádiva. Para analisar esse mesmo vínculo de dependência, Mauss (2003) aciona a categoria de “crédito”, enquanto Godelier (2001) recorre à noção de “dívida”, cada qual direcionando o olhar para um dos lados da relação, que se complementam. Os casos mencionados não constituíam uma exceção, pois o indivíduo que prestava o serviço acumulava um “crédito” em relação ao outro, que ficava em “dívida” para com ele. O desequilíbrio de poder instaurado poderia ser de maior ou menor grau e sua duração também variava conforme o caso. No trecho analisado, Jameson rejeitou a dimensão de poder que subjaz às relações de ajuda mútua, ao mesmo tempo em que a reconhecia: “Te ajudando não quer dizer que eu sou superior, te ajudando não quer dizer que eu tenho poder sobre você”. Para ele, aquele que prestava o serviço gratuitamente ao outro deveria tratá-lo de modo afetuoso, como amigo, a fim de não insinuar a sua superioridade, que era socialmente reconhecida. Ora a relação de dependência, ora a de solidariedade seria evidenciada, a depender da situação, das relações de poder entre os sujeitos envolvidos e das atitudes demonstradas por eles. Em Encantado, observei outras relações de reciprocidade dentro da comunidade haitiana ainda mais delicadas, que geralmente requeriam maior intimidade, como emprestar ou doar de dinheiro, compartilhar alimentos e acolher na própria casa alguém que no momento não tinha condições de contribuir financeiramente. Nesses casos, o estado de endividamento e, nesse sentido, de dependência de um parceiro em relação ao outro era geralmente mais pronunciado, embora a solidariedade também compusesse a relação. Jameson comentou que valorizava a discrição nessas situações em que se prestava auxílio ao outro, pois alardear o fato de ter ajudado alguém diante de terceiros não envolvidos seria uma forma de se mostrar superior a partir da diminuição do outro, o que comprometeria o sentido da ajuda. Vale lembrar que os projetos migratórios dos haitianos geralmente apresentavam caráter coletivo, envolvendo uma rede de parentesco extensa. Nesse sentido, geralmente recorria-se à família – os membros que residiam no

Haiti e ou os que viviam em outros países estrangeiros – antes de acionar as redes locais de ajuda mútua para solicitar doações ou empréstimos de dinheiro.

Nos casos analisados inicialmente, em que um imigrante mais experiente ajudava um recém-chegado com orientação e dispondo-se a acompanhá-lo, rompia-se com o desequilíbrio de status engendrado pela contração da dívida não só através de contraprestações futuras, mas também com o aprendizado no contexto migratório. Nessas situações descritas, observamos a instituição da dependência não apenas entre indivíduos, mas entre categorias de imigrantes haitianos: de um lado, os recém-chegados, de outro, os mais experientes ou os que dispõem de maiores recursos materiais ou simbólicos que constituem ou sustentam o saber circular nos contextos migratórios de interesse. Nos contextos de interação, os próprios haitianos em situação de mobilidade acionam categorias de distinção intragrupal, como demonstra Joseph (2015). O autor analisa duas categorias em *créole* que são definidas em oposição uma a outra: *diaspora* ou *vyewo* (veterano), por um lado, e *kongo* (recém-chegado), por outro. Os designados como *diaspora* ou *vyewo* ocupam posição de prestígio, seja pelo princípio de antiguidade, que influencia na capacidade de inserção nas redes de solidariedades locais e de circulação de informações sobre os melhores itinerários e estratégias de viagem, seja pela disposição de maiores recursos educacionais, linguísticos e ou econômicos (Joseph, 2015). O grau de familiaridade com as tecnologias da informação e da comunicação, como argumenta Joseph, também é importante para situar um indivíduo como *diaspora/vyewo* ou *kongo*. Como termo depreciativo, *kongo* dificilmente é empregado como autodesignação, servindo para demarcar a inexperiência e ignorância de indivíduos no universo migratório (Joseph, 2015).

No contexto de Encantado, um dos maiores demarcadores de diferenças entre os próprios haitianos era o domínio satisfatório do português. Quem falava apenas o *créole* enfrentava maiores obstáculos para se integrar à sociedade envolvente, encontrando-se em relação de dependência com outros compatriotas mais experientes e ou instruídos, enquanto os falantes de francês, espanhol e ou inglês acabavam assumindo posições de liderança nos grupos locais, como o próprio Jameson. Conforme Joseph (2015), essas distinções que se dão nos espaços transnacionais de mobilidade reproduzem desigualdades históricas constituintes da sociedade haitiana, como as dicotomias raciais, socioeconômicas, educacionais e linguísticas, expressas frequentemente pelas relações de poder entre a capital e as grandes cidades (*vil*), por um

lado, e as zonas rurais e interioranas (*andeyò*, literalmente o que está “fora de”, “à margem”), por outro.

A dádiva caritativa e os seus sentidos

As dádivas caritativas que vinculavam a sociedade encantadense aos imigrantes caribenhos ressaltavam outros tipos de desigualdades pré-existentes entre doadores e donatários virtuais, que constituíam grupos étnico-raciais distintos. Diferentemente das trocas de dons entre os próprios haitianos, a circulação dessas dádivas caritativas não se dava de forma direta, com relação face a face entre doador e donatário, mas através da intermediação de um grupo de voluntários da igreja católica. Os Leigos Scalabrinianos e as irmãs da Cáritas organizaram uma estrutura¹⁶⁹ com a finalidade de coletar e distribuir continuamente diversos tipos de recursos doados pela comunidade local: alimentos; vestuário, com destaque para as roupas de frio¹⁷⁰, roupas de cama (lençóis, fronhas, cobertores, edredons) e enxovais de bebê¹⁷¹; móveis, eletrodomésticos e outros objetos

¹⁶⁹ De acordo com Irmã Efigênia, inicialmente eles guardavam as doações nos fundos de um lote, cuja casa da frente era alugada por um grupo de haitianos. Devido a ocorrência de furtos – que eram facilmente praticados, já que o lote não era completamente cercado e os moradores passavam o dia fora trabalhando – o depósito foi transferido para uma sala nos fundos da igreja, que fora cedida pelo padre. Eles adotaram a seguinte logística: davam preferência por apanhar os móveis doados ou outros objetos de grande porte no mesmo dia em que entregariam às famílias haitianas, assim deixava-se de ocupar o espaço do depósito sem necessidade, agilizando o processo. Quase sempre o transporte dos objetos doados era feito apenas por um voluntário da igreja, que fazia uso de sua picape. A distribuição das roupas era diferente. Duas vezes por semana, às tardes, os interessados poderiam se dirigir a uma sala no Centro de Evangelização, onde os Leigos responsáveis acompanhavam as doações de peças de roupas novas ou usadas, que ali eram recebidas, organizadas e disponibilizadas ao público. Por vezes era necessário fazer uma triagem das roupas, pois eventualmente se recebia roupas velhas ou mesmo sujas sem condições de uso. E a distribuição de “ranchos” – cesta básica – ocorreria ao longo do ano, conforme as demandas, como o caso de grupos de haitianos desempregados, e também em períodos especiais, como o Natal. O encaminhamento das demandas pelas cestas básicas ocorria diretamente, com os haitianos relatando suas dificuldades para os voluntários da igreja, ou indiretamente, através da intercessão por um terceiro. Por exemplo, em uma das entrevistas que realizei com um aluno haitiano do curso de português, ele me confessou timidamente que estava com dificuldades para comprar alimentos, pois estava desempregado há meses e a esposa, também desempregada, estava grávida. Conversei com Dona Clara a respeito da necessidade da família desse aluno e me propus a ajudar, mas o grupo de Leigos já estava acompanhando a situação da família e iria encaminhar uma cesta básica.

¹⁷⁰ Na região do Vale do Taquari, o período de frio geralmente ocorre de maio a setembro.

¹⁷¹ De acordo com Dona Clara, o grupo de Leigos Scalabrinianos organiza doações da comunidade para compor enxovais de bebê que são entregues pessoalmente na casa das famílias haitianas com recém-nascidos. Em diversas ocasiões fui convidada a acompanhar Dona Clara e Mariana nas visitas às casas de famílias haitianas para conhecer os bebês, entregar os enxovais e jogar conversa fora. Como a maioria dos haitianos moram no bairro de Navegantes, não era preciso se deslocar muito para visitar várias famílias na mesma tarde, o que era feito tranquilamente a pé. Como essa prática de doação é de conhecimento da comunidade haitiana, as próprias mulheres haitianas costumavam informar Dona Clara da previsão do parto, que anotava o endereço da família e o nome do bebê para preparar os enxovais com itens básicos. Essa lista de crianças da comunidade haitiana também é utilizada para a organização de eventos, como a festa de Natal. Em 2015, por exemplo, o grupo de Leigos preparou uma festa de Natal para as crianças

úteis (cama, colchão, guarda-roupa, berço, sofá, armário, fogão, geladeira, utensílios de cozinha, ferro de passar, entre outros). A fim de compreender os sentidos sociais e as moralidades subjacentes a esses circuitos de troca, mobilizo a noção de “dívida organizacional” proposta por Steiner (2017), que reflete sobre os efeitos sociais da adição de um terceiro elemento, as organizações, como intermediário entre doadores e donatários nas sociedades contemporâneas.

A estrutura maussiana da dívida, originalmente diádica, é modificada com a intervenção das organizações, que apresentam as seguintes características assinaladas por Steiner:

“A organização é o constructo social, muitas vezes resultado da intervenção de um “empreendedor de causa”, que permite a dívida à distância, dívida que a separação espacial e a impossibilidade de relações diretas, cara a cara, impediriam de se realizar. Assim, a organização tem um duplo papel mediador: como “empreendedor de causa”, sensibiliza e produz o “sofrimento a distância”, nas palavras de Luc Boltanski (1993), ao passo que, no mesmo movimento, permite apaziguar esse sofrimento, facilitando a doação. Ao mesmo tempo que traz um motivo para se comprometer, a organização fornece os meios para agir – essa é a primeira diferença importante em relação à mídia, à qual Boltanski dedicou sua reflexão. Com a organização, é possível oferecer, apesar da separação, os meios para um envolvimento fraco.” (Steiner, 2017, p.30-31).

Graças à atuação das organizações, a separação entre doadores e donatários engendra uma nova forma de dom. Para que esta se realize, não é mais necessária a existência de relações face a face entre doadores e receptores. No caso etnográfico em questão, a distância não é geográfica, já que doadores e donatários são habitantes de uma mesma cidade. Ao atuar como intermediadores das práticas de dívida, o grupo de Leigos Scalabrinianos viabiliza a doação à distância, mas não proíbe a aproximação entre doador e donatário. O anonimato não é regra, embora seja um efeito comum das doações mediadas, já que doadores e donatários dificilmente se encontram. Os doadores da comunidade de Encantado não são impedidos de se envolver diretamente, mas a organização de fato traz essa comodidade, uma vez que dispensa a aproximação ou, como define Steiner, oferece os meios para um “envolvimento fraco”: delegar a ação altruísta ao grupo de Leigos Scalabrinianos como seus representantes. Nesse sentido, a organização incentiva uma forma de expressão de solidariedade que não requer deslocamento, engajamento direto ou comprometimento intenso com a causa, a menos

haitianas, que somavam 33 na época. Foram distribuídos convites em crioulo haitiano para as famílias, que compareceram no dia da confraternização, com comes e bebes, distribuição de roupinhas novas e brinquedos para as crianças.

que o doador eventualmente demonstre interesse em participar do ato de entrega ou queira se juntar à própria organização como membro.

A falta de contato mais intenso entre a comunidade encantadense e os recém-chegados imigrantes haitianos e dominicanos, potenciais receptores, é um dado anterior à ação da organização. Esta última apenas facilita a logística das doações ao público alvo, ao utilizar a sua estrutura¹⁷² e o seu conhecimento acerca das demandas específicas do segmento de imigrantes para direcionar as doações de forma eficiente. Desse modo, não é necessário que o doador tenha conhecimento a respeito da situação de cada família haitiana e dominicana para que possa encontrar quem necessite daquilo que ele se dispõe a oferecer no momento. Isso não significa que a organização monopolizou o circuito de trocas na cidade, pois muitas doações continuam a ocorrer através de outras redes, por vias mais diretas, como as relações de vizinhança. Os relatos de solidariedade são comuns, como o de Joaquim, cabeleireiro que reside em Navegantes:

“Vizinho: Vocês [Joaquim e outros] ajudaram muito eles [os imigrantes haitianos].

Joaquim: Sim. No começo, né? Ali que vieram... Meu Deus, o que a gente tinha a gente ajudou e muito! Que eles não tinham nem roupa!

Paloma: Então teve muitas doações aqui da comunidade [do bairro Navegantes]?

Joaquim: Bastante. Demos tudo! São muito educados, inteligentes, eles são... E sinceros, no caso. Se eles falarem assim: 'Joaquim, a gente tá pedindo pra cortar meu cabelo, pago tal dia'. Mas sem erro nenhum! Vinham e sempre acertavam.”
(Joaquim, morador do bairro Navegantes).

Diferente das dádivas inseridas nessas relações pessoais diretas que vinculam vizinhos, colegas de trabalho, fiéis de uma igreja, as doações intermediadas pelo grupo de voluntários é indireta e não ocasiona um fortalecimento significativo de laços sociais ou coesão entre doadores e donatários. A relação triádica de dádiva se afasta da noção maussiana quanto à força das obrigações mútuas engendradas pelo circuito de trocas: dar, receber e retribuir. Esses compromissos sociais ainda são sentidos, em certa medida, mas estão longe de exercer o mesmo poder de influência. A reversibilidade do comprometimento da parte dos doadores é notória, já que a obrigação de dar ou de continuar doando não é imperiosa. Por meio da atuação do grupo de voluntários da igreja católica, o morador estabelecido de Encantado é capaz de expressar sua solidariedade em relação aos grupos vistos como vulneráveis, como os imigrantes caribenhos e os indígenas, de forma prática, à distância, sem relações diretas e, nesse

¹⁷² A estrutura do grupo de Leigos Scalabrinianos e das Irmãs da Cáritas consiste na força de trabalho voluntário, em um depósito para guardar os objetos doados que ainda não foram demandados e uma sala para receber roupas doadas, armazená-las e servir de ponto de distribuição. A picape de um dos voluntários também é utilizada como frete, na coleta e entrega das doações, mas é de propriedade do mesmo.

sentido, sem arriscar a sua autonomia e liberdade. Uma contribuição valorosa de Steiner é a sua reflexão sobre as vantagens advindas da distância entre doador e receptor, que não são ignoradas pelos agentes sociais. O fato das doações serem intermediadas e, nesse sentido, manterem-se anônimas, favorece a preservação da liberdade e da autonomia de doadores e donatários, que se mantêm livres de sofrer e de exercer influência uns sobre os outros (Steiner, 2017). Não ocorreria assim nem a “solidariedade excessiva”, decorrente da pressão dos donatários em favor de contínuos auxílios, nem a “subordinação de retorno”, ou seja, a imposição de serviços de retribuição em proveito dos doadores (Steiner, 2017). Sobre os aspectos negativos dessas obrigações mútuas que são fortalecidas pelas relações diretas de dons – aquelas não intermediadas por organizações – um residente estabelecido do bairro Navegantes, que chamarei de Jonas, me confidenciou sua opinião. Era um homem branco, por volta de 40 anos, que quis me apontar, em privado, aquilo que entendia como “excessos” nas relações de ajuda entre vizinhos haitianos e brasileiros, embora reconhecesse os aspectos positivos, que foram ressaltados anteriormente por amigos seus em entrevista, como mostro abaixo:

Genuíno (o anfitrião): Eu quase tenho uma haitiana. [risos]. Quase tive uma filhota. Tenho saudades dela até hoje... Não só eu, mas minha filha e minha esposa também.

Paloma: Ela era afilhada?

Amélia (a anfitriã): É que morava aqui do lado.

Genuíno: Ela não era nada. Ela se apegou tanto em nós, que quando começou a caminhar [interrupção].

Amélia: Ela nasceu aí e ficou até quase dois aninhos.

Genuíno: Quando ela começou a caminhar, ela vinha até o portão e chamava a Rafaela, minha filha, pra vir aqui e passar um tempo com nós aí.” (Entrevista em grupo, 30/07/17).

Eu havia abordado um grupo de gaúchos que estavam sentados na varanda de uma casa no bairro Navegante compartilhando chimarrão em roda. A maior parte do grupo era branca, mas havia também dois gaúchos negros, amigos do dono da casa, que se mantiveram mais reservados durante a entrevista. Expliquei que era uma pesquisadora interessada na imigração haitiana, especificamente na convivência com os encantadenses e eles se mostraram muito receptivos. Fiz uma série de perguntas ao grupo, sem direcionar a nenhum dos presentes em particular. Seu Genuíno, muito comunicativo e brincalhão, que era o anfitrião, assumiu a dianteira, dando seu depoimento. Ele sentia falta de uma família haitiana que morava ao lado de sua casa, especialmente da criança que nascera em Encantado e que ele e sua família acompanharam o crescimento nos dois anos iniciais. Essa não era uma situação

incomum, pois observei diretamente, assim como tive conhecimento de vários casos de famílias gaúchas que acabaram “apadrinhando” crianças ou mesmo adultos haitianos, com quem desenvolveram forte afeição. Digo entre aspas, pois na maioria dos casos não era uma relação formalizada, com escolha de padrinho ou madrinha de batismo na igreja católica. Mas a relação se assemelhava em dois aspectos: a afetividade que atravessava a convivência cotidiana entre os envolvidos; e a diferença de status socioeconômico entre “madrinhas ou padrinhos”, situados mais acima na hierarquia, e “afilhadas ou afilhados”, mais abaixo. Geralmente com mais recursos materiais e ou simbólicos, as famílias dos “padrinhos” costumavam oferecer apoio aos estrangeiros em diversas situações cotidianas, aproximando-os. Com essa relativa intimidade, os “apadrinhados” tendiam a se sentirem mais confortáveis para solicitar ajuda aos “padrinhos” ou “madrinhas” em questões práticas do dia a dia. Como foi dito, Jonas era crítico dessas relações e quis falar posteriormente comigo em privado. Em sua visão, tudo começou quando uma vizinha haitiana pediu a ajuda de vizinhos gaúchos – a família anfitriã do trecho reproduzido acima – para montar um berço que havia recebido da comunidade encantadense por meio da igreja católica, já que não tinha nem mesmo as ferramentas necessárias. Em pouco tempo, eles teriam se apegado à filha da vizinha haitiana, dispondo-se a ajudar sua família e dando presentes à criança.

Na opinião de Jonas, a exemplo da vizinha haitiana, os nacionais do Haiti seriam “acomodados”: uma vez que os ajudassem, eles passariam a “se escorar” na pessoa sem limite. Jonas ainda sustentava a imagem de que os imigrantes haitianos em Encantado, como essa vizinha, não saberiam se manter de forma independente, pois já estariam acostumados a “ganhar tudo de graça”, ou seja, sem ter que dar nada em troca. Vale dizer que se trata de uma perspectiva situada, não só de um morador estabelecido há longa data na cidade, mas de um encantadense que não se envolveu mais intensamente com os imigrantes haitianos. Ele reproduzia uma acusação comum de parte da comunidade encantadense em relação aos imigrantes haitianos recém-chegados à cidade. Enquanto a sociedade dominante se autorepresentava como um povo vocacionado ao trabalho e ao progresso, enquanto herdeiros dos pioneiros italianos, ela concebia o imigrante haitiano como sua antítese: “acomodado” ou “deitado”, como se costumava dizer para desqualificar o outro julgado como indolente, que supostamente não se esforçaria o suficiente através do trabalho para melhorar de vida, dependendo sempre da ajuda de terceiros. Vale lembrar que no imaginário dominante da região, os antepassados italianos eram celebrados como os únicos responsáveis por transformar a

natureza selvagem em desenvolvimento do campo e da cidade, isso sem qualquer ajuda externa, apenas como a labuta diária e a disciplina. A representação do imigrante haitiano era construída em oposição à imagem dominante do ítalo-gaúcho, o que acabava por valorizá-la ainda mais como modelo de excelência. Por meio dessa ótica as ações caritativas direcionadas aos imigrantes caribenhos eram mobilizadas nos discursos de parte dos encantadenses estabelecidos como “evidências” de supostos “privilégios” usufruídos por esse segmento. A ideia de que os imigrantes haitianos eram privilegiados encontrou terreno fértil nas classes populares estabelecidas em Encantado, que concorriam com os estrangeiros por vagas de trabalho não qualificadas nas fábricas locais, como indica a fala a seguir:

“Moradora do bairro Navegantes: Eu não tenho muito convívio, não sei também, mas eu acho que aqui eles [haitianos] tem, *como aqui eles ganham de tudo né*, eles tem despesa livre pelo o que eu sei, pelo o que eu entendi, *eles tem despesa livre*. Então *eles se prevalecem naquilo dali*, porque eles tem despesa livre. A *Suíno Mais* [empresa frigorífica] é uma firma grande, então *paga aluguel, creche, mantém eles né*. Mantém eles, eles ganham o salário livre deles. Pelo o que eu sei.” (30/07/17).

Na ocasião eu entrevistava duas mulheres no bairro Navegantes. A mais velha, cuja fala reproduzi acima, era mãe de uma funcionária do frigorífico que trabalhava junto a colegas brasileiros, haitianos e dominicanos em funções equivalentes. Para elas, era evidente que “*aqui eles ganham de tudo né*”, o que fazia com que numerosos rumores sem qualquer fundamento na realidade – como a ideia de que as despesas básicas dos funcionários haitianos eram custeadas pela empresa empregadora sem desconto do salário – soassem como verídicos por confirmarem a representação dominante acerca dos imigrantes haitianos. A suposição de que essas dádivas não seriam retribuídas de nenhuma forma pelos haitianos é o que acaba por desqualificá-los moralmente ao olhar de parte da sociedade encantadense. Vistos ou como segmentos injustamente privilegiados, a exemplo da opinião reproduzida acima, ou como segmentos vulneráveis que, estando “em dívida” pelos auxílios recebidos, como o próprio visto humanitário, deveriam se mostrar mais “merecedores” através da incorporação exemplar da ética do trabalho, que supõe subordinação. Ainda há, portanto, a noção de que as dádivas recebidas devem ser retribuídas sob pena de inferiorizar socialmente o donatário. Nas relações diretas, as obrigações mútuas são mais facilmente sentidas e exploradas pelas partes, mas no caso das doações intermediadas pela organização religiosa, a distância e o anonimato modificam as expectativas de retorno, as formas de retribuição possíveis, assim como seus

destinatários, como veremos adiante. Steiner utiliza a metáfora da ponte e da porta de Simmel para pensar a atuação das organizações nos circuitos da dádiva: aquela conectaria elementos separados, enquanto esta ora viabilizaria a conexão, ora a impediria (2017, p.30). O autor conclui que as organizações funcionariam mais ao modo da porta, pois a separação seria um aspecto tão significativo quanto a união. Esse tipo de dom caritativo que vincula desconhecidos por intermédio de uma organização é marcado pela impessoalidade e, nesse sentido, não relaciona indivíduos particulares, mas sujeitos abstratos. No caso etnográfico em tela, doadores e donatários se representam como grupos étnico-raciais distintos: de um lado, gaúchos e ítalo-gaúchos, de outro, haitianos. Isso produz efeitos específicos no imaginário coletivo, porque apesar do anonimato, se cria uma imagem genérica do doador e do donatário que é identificada com grupos sociais concretos, um subordinado ao outro pela dívida contraída.

Se na perspectiva dos doadores que utilizam a intermediação da organização religiosa o dom é realizado de modo impessoal e à distância, o caso é distinto quando consideramos os Leigos Scalabrinianos, que interagem diretamente com os destinatários da caridade. Sobre a realização desse serviço voluntário, Irmã Efigênia afirma:

“É bom o trabalho, sabe, é gratificante, porque tu ajuda aqueles que tu sabe que não tem nada para dar em troca. Então tu faz o bem, mas sem esperar em troca. Por outro lado tu recebe assim a satisfação de ter ajudado alguém. Eles são reconhecidos, são bem legais né. Então é bom a gente fazer amizade com eles.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

Os voluntários da igreja, como a irmã Efigênia, que atuam no serviço aos imigrantes veem o público haitiano como um segmento mais necessitado, que “não tem nada para dar em troca”, além da gratidão, o que dignificaria ainda mais esse tipo de atividade. O fortalecimento das relações também seria um subproduto da caridade, que vincularia os voluntários ao público haitiano atendido. De modo semelhante, Dona Clara caracteriza a caridade como uma via de mão-dupla, que é uma experiência positiva tanto para quem doa, quanto para quem recebe, seja uma oferta de coisas ou alimentos, seja de tempo, dedicação ou escuta:

“Se a gente tivesse algumas parcerias, a gente podia ter feito até um trabalho melhor. Eu sei que a gente fez muito e continuou fazendo muito por nossa conta, por vontade própria, porque *a gente tem um idealismo. É voluntariado, ninguém ganha nada.* A gente muitas vezes puxa do bolso, porque como não tem financiamento. [...] Tem gente que diz, ah, mas vocês não podem ser paternalistas... Só que assim, *pra comunidade é uma experiência rica porque de tu saber abrir mão daquilo que pra ti não é necessário, não ficar acumulando coisa.* Então, ao invés de, sei lá, botar na

rua pro lixo levar, doa! O pessoal sabe que a gente vai entregar pra quem precisa. *Então é uma experiência dupla, pra quem dá e pra quem recebe. E também assim, não é que a gente dá tudo... Dá o essencial.* Teve um período de muito frio ano passado, aí cobertores... a gente precisava de cobertores, sabe? Eles não tinham, porque a gente sabia que tinha gente que tava dormindo, que não tinha cama ainda e tava dormindo no chão e com aquele frio. Então, como é que tu deita de noite e dorme tranquilo? Eu sou uma pessoa que não vou dormir direito.” (Dona Clara, 63 anos, Leiga Scalabriniana, 24/02/2016).

Mesmo como organização religiosa, os Leigos Scalabrinianos significavam o dom caritativo também por um viés mais laicizado, como gesto de solidariedade humana que atenderia aqueles em situação de maior necessidade. A ação encontra seu sentido em si mesma, ou seja, na própria prática da caridade que atinge seu fim ao prover o outro menos favorecido, sem visar um retorno material vindouro. Na prática do dom generoso considerava-se igualmente o crescimento interno do doador, como argumenta Dona Clara, que aprenderia com a experiência da doação a abrir mão de bens materiais excedentes, que não estariam satisfazendo a nenhuma necessidade do doador, mas faltaria ao donatário. Outro sentido importante dado pelos Leigos à sua atuação como intermediários das doações é a oportunidade de exercer sistematicamente o carisma Scalabriniano, sensibilizando a comunidade encantadense quanto à importância da caridade e do amor pelos migrantes. Para Irmã Efigênia, o idealismo que animava os sacerdotes scalabrinianos, assim como os Leigos, direcionando-os a acolher os migrantes, influenciara a relativa fixação dos haitianos no município de Encantado:

“E depois os próprios padres daqui tem o carisma de atender o imigrante, então eu penso que também ajudou né? Porque outras cidades eu me lembro... Lá em Paraí, por exemplo, foram vários haitianos e acabou todo mundo saindo, que é a minha terra, entende? Por isso que eu disse que a igreja teve um papel positivo nisso, de acolhida, de valorização, de... sei lá, de abrir as portas, tentar ajudar.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

A Irmã Efigênia faz um elogio não às virtudes cristãs abstratas, mas especificamente ao carisma scalabriniano, que desenvolveria a empatia da comunidade em relação ao sofrimento dos migrantes que vivem em situação de maior vulnerabilidade. A organização religiosa goza, pois, de prestígio dentro da comunidade encantadense como reconhecimento pela organização de atividades filantrópicas. Enquanto os nomes dos múltiplos doadores são desconhecidos, o nome da organização é público, o que gera um relativo deslocamento do lugar de prestígio dos doadores para os intermediários. É aos Leigos que a comunidade haitiana expressa seus sentimentos de gratidão pelas doações, já que são eles que interagem diretamente, representando os doadores no ato da dádiva. A reputação de generosidade pela atuação na coleta,

gerenciamento e distribuição de doações, entre outros projetos sociais voltados aos migrantes, não é construída somente frente à comunidade local, pois também se valoriza o reconhecimento de outros grupos de base do Movimento Leigo Scalabriniano, que se articulam e interagem mais diretamente através de reuniões regulares, como as chamadas “assembleias provinciais”, realizadas a cada um ou dois anos, e os “encontros regionais”, a cada cinco anos. Nessas reuniões, os grupos de base compartilham suas experiências com a elaboração e execução de projetos sociais de serviço ao migrante que desenvolveram junto a suas comunidades, delineando as metas que os nortearam e os resultados efetivamente alcançados. Mostrar-se comprometido com a missão scalabriniana e ser positivamente avaliado nessas ocasiões pelos seus pares são elementos importantes para a autoimagem dos voluntários, além de contribuir à constituição do capital simbólico do grupo de Leigos.

Vale ressaltar que, além do nome da organização, seus membros recebem a estima dos donatários também individualmente, assim como outros membros atuantes da igreja. Estes frequentemente são chamados de “mãe” e “pai” pelos haitianos. Em 2014 e início de 2015, um dos padres da Igreja Matriz São Pedro concentrou em si parte significativa das funções desempenhadas atualmente pelos Leigos Scalabrinianos e pelas Irmãs da Cáritas. Sobre esse período, segue abaixo o relato de Renel:

“Hoje em dia [nós haitianos] estamos quase um pouco limitados em base a isso [a oferta de ajuda]. O padre Benjamin, ele tava sempre em cima das pessoas, sabe. Quando falo em cima era sempre cuidando. Ele chegava na tua casa, ainda tu não tinha feito o rancho. Ele dizia 'ah, não tem nada nessa casa?'. 'Ainda não fiz o rancho...'. 'Não, não, para aí'. Ele às vezes te botava dentro dum carro, ia lá na igreja, sabe aquelas coisas que doam na igreja? 'Vai lá cozinha, vai lá cozinha'. Hoje em dia é diferente, para mim. O meu caso é diferente. Com o tempo, a experiência que tenho aqui, eu sempre trato de guardar um dinheirinho para doença, coisa que eu espero nunca usar. Sempre tenho reservado.” (Renel, 18/07/17).

De nacionalidade haitiana, o Padre Benjamin costumava frequentar as casas das famílias haitianas, construindo uma relação de maior proximidade que lhe permitia averiguar as necessidades de cada um e direcionar parte das doações da comunidade encantadense. Apesar da curta estadia do Padre Benjamin, as recordações de sua passagem por Encantado ainda se faziam presentes nos relatos dos meus interlocutores haitianos, como demonstra Renel.

Assim como os intermediários, os doadores que delegam o ato de solidariedade à organização religiosa podem encontrar sentido no exercício da caridade em si, sem esperar por retornos materiais. Como afirma Steiner (2017), a reciprocidade não seria

uma característica marcante das dádivas organizacionais, que se realizam à distância e de modo impessoal. Entretanto, o autor admite a possibilidade dos doadores cultivarem certa expectativa de retorno, ainda que extremamente subjetiva ou difusa. Como os doadores interagem apenas com a organização caritativa, suas expectativas são voltadas igualmente a ela. Poderá existir a demanda, por parte dos doadores, de que o grupo de Leigos demonstre valorizar sua contribuição, reconhecendo explicitamente a grandeza de sentimentos que a motivaram, por exemplo. Entendo que as expectativas dos doadores vão além da simples expressão de gratidão, pois o caso etnográfico sugere que eles também esperam um tipo de conduta por parte dos receptores da ajuda, avaliados não individualmente, mas como coletivo. A frustração dessas expectativas, que são sustentadas no imaginário dos doadores, é capaz de gerar ressentimentos contra os imigrantes haitianos, que são vistos por parte da comunidade encantadense como indignos de receber as dádivas por causa de supostos comportamentos atribuídos ao grupo, como o descarte precoce de objetos doados nas ruas como lixo. Há também ressentimentos direcionados aos Leigos, que não doariam para “quem realmente necessita”, como os encantadenses pobres, nos casos em que os haitianos são julgados como ingratos, acomodados ou orgulhosos.

Desde o início da minha estada na cidade, ao caminhar pelas ruas eu frequentemente ouvia reclamações de moradores a respeito de quem descartava móveis danificados ou usados e até mesmo sacolas de roupas como lixo na calçada. As acusações eram quase sempre direcionadas aos haitianos, que teriam recebido esses materiais na forma de doação da comunidade e, de acordo com essas visões, os rejeitariam sem razão, ainda em plena serventia, ou jogariam fora depois de destruí-los por falta de cuidado. Segue a fala de Seu Antônio:

“Eu trabalho em obra, sabe? Então, numa empresa, então faz bastante reforma das casas que era pra eles morar, sabe? Mas assim, umas coisas assim que não tinha condições de botar um ser humano morar, sabe? Não tinha condições! Então a gente ia dar uma arrumada, uma ajeitada, mas só que tem uns que, eles ganham as coisas, calçado, roupa... Aí um dia eu fui dar uma ajeitada no forro da casa, porque casa velha caía muita sujeira pra baixo, do telhado. Então aí eu coloquei um ponto assim, aí tinha que tirar a cama do outro lado. Tinha a cama, né? Meu Deus do céu, quanto calçado! Quanta roupa! Eles não usam! Eles ganham e enfiam em baixo, não usam! Depois botam tudo fora! Eu nunca vi coisa igual. [...] Pegam também, 'ah, tenho um jogo de cozinha, um sofá', um negócio já velho, que vão trocar. Só que a pessoa vai trocar, mas tá ainda bom, porque a pessoa, se tá rasgado, bota fora. Aí eles vão morar em tal lugar, as pessoas vão lá, montam tudo, colocam pra eles. Daqui a pouco eles quebram tudo, botam tudo lá fora e ficam sem nada! Eles não compram novo. Eles ganham e estragam tudo! Mas como será que é no país deles? Será que eles vivem aonde? No meio da rua? Eles não se apegam a nada! Não adianta eles se apegar, só que se tu tem uma vida, tu quer ter as tuas coisinhas tudo direitinho, né?

Eles não estão nem aí. Eles quebram tudo, eles destroem!” (Seu Antônio, morador do bairro Navegantes, 30/07/17).

Os moradores nacionais estabelecidos há maior tempo em Encantado atribuem o “descuido” e o “desapego” como características da “cultura” ou do “modo de ser” dos imigrantes haitianos, que se oporiam ao “capricho” e a “racionalidade econômica” dos ítalo-gaúchos. Nessa visão estereotipada, o descuido com as coisas materiais seria consequência de um modo de vida ambulante e quase indigente, no sentido de “estar acostumado a não ter nada” e, ao mesmo tempo, a “receber tudo”. Há essa imagem de que os haitianos não conservariam roupas, calçados, objetos, móveis e inclusive imóveis, ainda que sem mobília nenhuma, o que produz sérias consequências na vida dos estrangeiros, como a dificuldade de alugar casas e apartamentos pelas imobiliárias ou diretamente com os proprietários. Essa questão será discutida no capítulo V, por ora, cabe ressaltar que muitas vezes os haitianos tem acesso apenas às casas ou apartamentos em piores condições, já que se pressupõe erroneamente que estes seriam mais adequados ao seu modo de vida. Em outro momento da conversa, Seu Antônio deixa a generalização de lado para qualificar positivamente seus vizinhos haitianos:

“Eu tenho vizinhos lá, moro ali em cima, então tenho uns vizinhos que são haitianos. Mas tem que ver! Todo dia, 'oi', 'tudo bom', 'bom dia!' Eles são assim melhor que certos que a gente conhece a vida toda, sabe? A educação deles! Tem outros que... São bagunceiros, né? Mas aqueles lá não, tem que ver, são fora de série! [...] Se fosse tudo igual a esses aí o mundo era totalmente diferente. [...] Já tem os outros que moram lá onde que era o Vila, do lado do Mauro, sabe? Fim de semana encomendaram uma galinha, diz que de noite era briga entre eles que quebraram tudo dentro de casa! No outro dia tava tudo lá na rua. Bebe né... [risos] O Mauro disse, tinha que ver a briga! Esses louco aí de noite, não dava nem pra dormir! Era pau e pau, quebraram som, quebraram as camas, quebraram a mesa... tá tudo lá fora.” (Seu Antônio, morador do bairro Navegantes).

Seu Antônio elogia a educação exemplar dos seus vizinhos haitianos no trato cotidiano, pois sempre cumprimentariam gentilmente aqueles que encontrariam pela rua. É comum esse tipo de elogio em relação aos haitianos na cidade, pois mesmo aqueles que não dominam a língua portuguesa fazem questão de logo aprender as saudações a fim de utilizá-las nas situações cotidianas em que há interação com brasileiros, demonstrando os “bons modos” valorizados pelo grupo. Embora não conviva com vizinhos haitianos que “incomodam”, como eles costumam dizer, Seu Antônio sabe dos rumores a respeito de estrangeiros “bagunceiros” e decide compartilhar uma dessas histórias comigo. Há a tendência de se particularizar os comportamentos positivos apresentados por indivíduos ou grupos de nacionalidade haitiana, compreendendo-os enquanto exceções, ao mesmo tempo em que costuma

generalizar casos específicos de condutas reprováveis, convertendo-as discursivamente em características de toda a coletividade: a “cultura” ou o “povo” haitiano.

As doações da comunidade não são desprovidas de expectativas de retorno, pois se espera que o receptor demonstre certo comportamento, que não se resume apenas ao sentimento de “gratidão” devidamente manifesto no próprio ato do recebimento. Os doadores reais ou virtuais avaliam continuamente a conduta dos receptores, que deverão seguir obrigatoriamente padrões morais específicos. Recusar um objeto doado por considerá-lo impróprio ao uso é uma das maiores violações dessa moralidade, pois se espera que aquele em posição de necessidade não avalie e nem faça quaisquer exigências quanto ao que é dado gratuitamente. Entendo que as reflexões de Godelier (2001) acerca da dádiva, que acrescentaram a noção de propriedades inalienáveis na análise integrada do que deve ser guardado e do que deve circular sob condições específicas, são interessantes para pensar a dinâmica das doações da comunidade encantadense aos haitianos, especialmente a moralidade que norteia os doadores. Segundo Godelier:

“[...] o doador original não deixa de ter direitos sobre o objeto que deu, qualquer que seja o número de pessoas entre as quais este objeto circula. Bem entendido, o fato de que ele circula significa que cada um daqueles que o recebem, que são seus donatários, torna-se por sua vez doador. Mas nenhum deles jamais terá sobre o objeto os mesmos direitos que o primeiro dos doadores. *Este guarda a propriedade inalienável do objeto, todos os outros gozam de direitos de posse e de uso dele* que são, estes sim, alienáveis e temporários, e que são transferidos de um para o outro.” (Godelier, 2001, p.84).

Para Godelier, as coisas dadas, postas para circular nas mãos de outros, não são separadas completamente do doador originário, que mantém direitos sobre a coisa mesmo depois de tê-la dado. Nesse sentido, Godelier conclui que “aceitar um dom é mais que aceitar uma coisa, é aceitar que aquele que dá exerça direitos sobre aquele que recebe” (2001, p.70). Diferente das trocas comerciais, no circuito da dádiva dar é transferir sem alienar ou, em outras palavras, ceder os direitos de uso, sem abrir mão completamente do direito de propriedade. Dessa forma, a relação de dependência entre as partes é mantida mesmo após o fim da transação, o que observamos no caso etnográfico em tela. Os dons caritativos de objetos da comunidade encantadense destinados aos haitianos, assim como a outros grupos vistos como vulneráveis, são retratados pelos doadores virtuais – os moradores estabelecidos – como se continuassem sendo propriedades inalienáveis suas, embora o uso fosse cedido sob certas condições não ditas, mas subentendidas. De acordo com essa visão, os donatários não deveriam

dispor dos objetos de doações livremente, ou seja, da forma como julgarem mais conveniente, mas necessariamente usufruindo deles como valor de uso ou transmitindo-os a um terceiro como dom, nunca como mercadoria. A qualquer momento o doador primeiro ou o seu representante se veriam no direito de reclamar a inalienabilidade do objeto do dom, não para reavê-lo, mas para determinar as formas corretas de utilizá-lo para honrar o seu sentido caritativo originário. A extensão do compartilhamento desse código de conduta é manifesta a partir de acusações de desvios de comportamento dos grupos identificados como alvo de caridade, que circulam de boca em boca entre os encantadenses estabelecidos, a exemplo da fala de Seu Antônio, apresentada anteriormente. Para abordar essas expectativas de comportamento, sigo com o relato da Irmã Efigênia sobre a trajetória de Gerald, um imigrante haitiano que se inseriu em vários tipos de dádivas em Encantado:

“Aí o quarto ia ser ocupado por uma outra parente daquela [haitiana] que repartia lá o aluguel no mesmo apartamento, então o Stephan se viu obrigado a sair. [...] Então ele se mudou sábado passado, ontem, e então ele comprou esses dias um balcão pra pia. *Então o colega dele de trabalho deu a cuba*, a parte de cima da pia, então quando vieram trazer as coisas ali, veio *o colega que doou a pia e ajudou a botar a pia no lugar e daí ainda se ofereceu pra buscar o roupeiro que tava ali embaixo*, tinha chegado outras coisas pra ele. E daí, pra ver assim a... bonito né, e era brasileiro aquele que doou a pia pra ele, a cuba. [...] Eu conheço bem a história [do Stephan], porque esse fui até no consulado lá na... representante do consulado, lá em Porto Alegre. E que veio os documentos que fizeram pra ele, o nome da mãe escrito errado, então o que deu pra fazer? Não faz ideia... Então ele tinha CPF mas precisava todo o resto né. E barrou porque tava o nome da mãe errado. Então *eu fui três vezes pra Porto Alegre pra ver se ajeitava isso aí*, até que deu. Então ele morou um tempo, eu acho que ele ficou mais de ano sem emprego. Vivendo na casa dos amigos haitianos que conheceram ele não sei aonde por ali, parece que na viagem se conheceram, um dos que moravam ali. *Aí acolheram ele e ficou mais de ano morando na casa ali sem contribuir com aluguel, tu imagina, desempregado né*. Então os outros deram acolhida pra ele. Depois começou a trabalhar né, e aí ele começou a se ajeitar um pouco. Aí depois ele saiu dali e ele veio morar aqui... [...] Então lá *ajudamos a montar tudo lá, demos cama, tudo*. Daí ele queria cama de casal, porque ele tá pensando em trazer a esposa. Então tá. Aí o Valentim [voluntário da igreja] passou uma tarde inteira montando um roupeiro, porque o roupeiro tava desmontado. Alguém doou, mas tava desmontado e não dava certo... o Valentim passou um trabalhão lá. *Agora no sábado ele veio aqui pedir pra eu pedir pro Valentim pra ir lá desmontar o roupeiro pra trazer pra cá*. Eu disse pra ele, tu pensa um pouquinho, olha só o trabalho que deu pra montar lá e a peça onde você vai morar não dá pra você colocar um roupeiro daquele, porque é muito pouco espaço que tem ali, é um quarto só. Eu disse, quem vai morar lá onde você vai sair? Vai morar uma prima daquela que tá lá. Então eu disse, *deixa lá o roupeiro pra ela, porque com certeza ela não tem*. Deixa pra ela aquele e nós vamos dar um jeito de arrumar um outro pra ti, menor que aquele lá, porque aquele lá tá muito grande pra trazer ali. Ia ter que desmontar tudo de novo e montar tudo de novo ali. Eu disse, eu não tenho nem coragem de pedir pro Valentim. Aí ele entendeu, ele deixou lá. [...] *Aí quando eu cheguei lá ele disse, 'eu deixei lá o roupeiro', como dizer assim, 'agora tem que me dar outro né'*. Eu disse, bom, vamos ver. Então *eu tô com um compromisso com ele agora, porque eu que mandei ele deixar o roupeiro lá*. Aí então tá, com essa função da casa que queimou [de um grupo de dominicanos] então o pessoal tá doando mais coisas né. Eu disse, se sobrar um roupeiro de duas portas,

lembra de dar pro Stephan. [...] E deu certo. [...] Ave Maria, mas então é vai pra lá, vai pra cá, tu faz ideia né. E eles mudam mudam fácil de lugar, meu Deus do céu... Sempre tentando buscar um lugar que tenha menos aluguel, que seja mais barato.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

Compartilhar a casa ou apartamento com um grupo maior é uma estratégia comumente adotada por imigrantes haitianos para diminuir o custo individual do aluguel. Em situações normais, cada um custeia a parte correspondente da mensalidade, mas há casos em que desempregados – geralmente recém-chegados, mas não somente – são auxiliados por parentes, no sentido mais abrangente, amigos de longa data ou mesmo conhecidos, quase sempre de nacionalidade haitiana. Esse tipo de trocas de dons se inicia com uma assimetria nítida entre os parceiros, que é atenuada com o tempo através de contraprestações, e geralmente se realiza por meio da reafirmação de obrigações mútuas entre indivíduos mais próximos, com certo grau de intimidade, e de mesma nacionalidade. O fato de compartilharem a mesma nacionalidade, assim como uma situação migratória semelhante, é um fator que aproxima esses indivíduos. Estes apresentam status sociais potencialmente equivalentes, diferente das relações estabelecidas entre cidadãos nacionais estabelecidos a longa data na cidade e imigrantes recém-chegados. Foi o caso de Gerald, acolhido por um amigo haitiano que conheceu durante o percurso migratório para o Brasil, que lhe ofereceu casa no momento em que não tinha condições de custeá-la devido ao desemprego, que se estendeu por mais de um ano. Ainda dentro do círculo restrito das relações interpessoais, Gerald recebeu o apoio de um colega de trabalho brasileiro, que lhe ofereceu uma cuba para a pia do apartamento novo, recém alugado, e ainda ajudou com a mudança. O dom praticado entre amigos não expressa obrigações coletivas, pois se constitui como atos individuais mais espontâneos, regidos pelo apoio mútuo e afetividade. Nas palavras de Godelier: “aquilo que marcava e continua a marcar o dom entre próximos não é a ausência de obrigações, é a ausência de “cálculo”” (2001, p.13). Nesse sentido, ao ajudar um amigo não se espera por um retorno imediato, mas sim continuar contando com o suporte do outro, assim como é oferecido.

Já a irmã Efigênia ajudou Gerald não motivada por laços pessoais prévios, mas como membro de uma organização religiosa que se atribui a missão de servir os migrantes em situação de vulnerabilidade, sem esperar retorno objetivo. A intimidade veio depois, com a convivência, mas não foi ela que amparou inicialmente a dádiva. Acionando seu conhecimento no campo das migrações, de caráter pragmático, e suas redes de apoio, Irmã Efigênia acompanhou e orientou Gerald quanto aos caminhos

institucionais adequados para resolver complicadas questões burocráticas relativas aos seus documentos. Gerald também recebeu doações de móveis, eletrodomésticos e outros objetos de uso doméstico através dos Leigos Scalabrinianos, que repassaram os dons da comunidade encantadense. Os voluntários da igreja realizaram a coleta, seleção e entrega desses itens, além de montarem os móveis e, quando necessário, instalarem os utensílios da casa. Para tal, foram estabelecidas relações diretas somente entre o destinatário das doações e a Irmã Efigênia e o Seu Valentim, ou seja, sem a necessidade do engajamento de muitos outros que contribuíram com esse circuito de dons. Com a nova mudança de endereço, Gerald solicitou novamente a ajuda dos voluntários da igreja, com o objetivo de obter o serviço de frete e de desmontagem e montagem de móveis gratuitamente. A Irmã resolveu interferir nos planos de Gerald, convencendo-o a deixar o roupeiro no seu antigo quarto, para que a imigrante haitiana que estava para chegar à cidade o utilizasse. Ao pedir a Gerald que abrisse mão do objeto de doação em favor de outro imigrante, Irmã Efigênia sabia que ele esperaria outro em substituição. Ela tinha plena consciência dessas expectativas, em outras palavras, do compromisso que acabava por assumir com seu ato. Como o donatário ainda fazia uso do objeto doado, ele se sentiu no direito de reivindicar outro semelhante como condição para repassá-lo a um terceiro. Gerald jogava de acordo com as regras amplamente conhecidas. Se ele se recusasse a doar o objeto de dom e o vendesse, ele estaria agindo como um proprietário pleno e, sendo assim, infringindo as normas informais compartilhadas. As análises de Godelier sobre a dinâmica do circuito do *Kula* na Nova Guiné nos ajudam a refletir sobre o caso etnográfico em tela:

“Quanto aos parceiros intermediários, a coisa só é recebida com a *condição de que seja transmitida a um terceiro*, e todos no *kula* sabem que *a qualquer momento o doador inicial do objeto poderá reclamá-lo*, quebrando assim umas das rotas do *kula*. Claro, na opinião dos observadores, *ninguém o faz* ou tem interesse em fazê-lo. *O que interessa às pessoas não é recuperar rapidamente o seu próprio kitoum*¹⁷³, exceto em circunstâncias excepcionais. Também *não é substituí-lo rapidamente* por um *kitoum* da mesma categoria. *É lançá-lo o mais longe possível e deixá-lo circular o maior tempo possível para que leve com ele o nome do seu doador original*, para que o engrandeça e para que o objeto se carregue cada vez mais de vida, de valor,

¹⁷³ De acordo com Godelier (2001), um objeto de valor (*vaguy'a*: colares ou braceletes de conchas que circulam nas rotas *kula*) é um *kitoum* para alguém se este detiver o direito de propriedade inalienável sobre ele, podendo dispor do objeto como quiser, vendendo-o, trocando-o por mantimentos ou utensílios, empregando-o em cerimônias ou inserindo-o no *kula*. Para o autor, dois princípios regeriam o circuito do *kula*: 1) o direito de propriedade inalienável sobre um objeto posto para circular no *kula*, que só cessaria ao ser substituído por um objeto de categoria equivalente, que será assim o seu novo *kitoum*; 2) e o direito de posse e de uso de um objeto que é alienável, sob a condição de ser usado apenas como dom e contradom no *kula*. Os parceiros intermediários – aqueles que não detêm o *kitoum* – tem direito temporário de posse do objeto de valor recebido no *kula* e de transmiti-lo a outro a fim de criar ou honrar dívidas.

enriquecendo-se de todos os dons e de todas as dívidas que sua circulação engendra ou anula.” (Godelier, 2001, p.142).

Como representante dos doadores originários do roupeiro naquele momento, a Irmã Efigênia não queria que o objeto de doação seguisse outro rumo, quebrando a corrente de caridade, e se apressou em garantir que ele circulasse como dom a outro donatário. No contexto dos dons caritativos em Encantado, os doadores e ou seus representantes não demonstravam interesse em reclamar os objetos de volta, mas em mantê-los no circuito das doações o maior tempo possível. Diferente do *kula*, o objetivo não era fazer os dons circularem, pois o repasse dos objetos de doação era somente requerido na medida em que fosse condição para que eles continuassem a ter valor de uso dentro do circuito de caridade. Ou seja, se o objeto de doação fosse usufruído pelo donatário originário até o fim, e de forma “satisfatória”, ele teria cumprido o seu desígnio idealizado aos olhos dos doadores iniciais. Em outras palavras, a manutenção do valor de uso do objeto na categoria de dom é fundamental na perspectiva dos donos originais dos objetos que os inseriram no circuito de caridade. Como a avaliação da vida útil dos objetos é relativa, dependendo da visão e das práticas dos sujeitos que os manejam, uma doação é capaz de readquirir seu valor de uso se for repassada adequadamente a um novo interessado. Não quero dizer que a única razão que movimenta as doações é o fato dos objetos deixarem de ser úteis ou interessantes. Além das razões religiosas ou filantrópicas que sustentam os dons caritativos, há uma série de outras motivações que podem estar relacionadas a situações de ordem prática, como a mudança de residência ou de cidade e o interesse em substituir um objeto ainda em serventia por um novo, mais moderno ou com estilo distinto. Entendo que os doadores iniciais desejam que os objetos de dom tenham seu valor de uso maximizado no circuito de caridade, mas não necessariamente para fazer circular o seu nome e engrandecê-lo, como no *kula*, já que no caso em questão os nomes dos doadores geralmente não são mencionados e nem recordados pelos donatários. Na prática, os doadores iniciais não são reconhecidos pelos seus nomes individuais, mas pela identificação com um grupo, o dos “encantadenses”, ou melhor, dos moradores estabelecidos da cidade, que se representam como gaúchos e ou ítalo-gaúchos. Em regra é esse grupo que aumenta o seu prestígio com os atos públicos de generosidade, não os indivíduos particulares. No contexto de Encantado, os doadores originários não esperam receber um objeto equivalente ao doado como retorno, apenas acompanham a situação das doações à distância. Aliás, não só os doadores de fato, mas também todos os que se identificam

como “sociedade encantadense” – ou seja, como doadores potenciais – supervisionam o uso, a circulação e o descarte dos itens doados, avaliando o comportamento dos donatários, se “merecedores” ou não. Nos casos em que donatários específicos são considerados indignos da caridade, ressentimentos são manifestados na forma de comentários acusatórios – que expõem os comportamentos observados como faltas morais – contra todo o grupo identificado como destinatário da caridade. Martina, uma senhora encantadense que, por alguns anos¹⁷⁴, se engajou pessoalmente no apoio a imigrantes haitianos, por decisão própria e sem fazer parte de qualquer organização, comparou a situação vivida por esses estrangeiros na cidade gaúcha a dos venezuelanos na fronteira de Roraima e em outras cidades do estado. Para ela, os imigrantes haitianos em Encantado estariam em uma situação mais cômoda, por receberem diversos tipos de auxílio da população local em quantidade suficiente, diferente dos venezuelanos que sofreriam muito com a carência de alimentação e moradia, intensificada pela vultosa dimensão dos fluxos de refugiados daquele país. Apesar da generosidade de muitos roraimenses, as necessidades dos venezuelanos estariam além de sua capacidade de saná-las. Caso diferente ocorreria em Encantado, segundo Martina, que avaliava negativamente a conduta dos imigrantes haitianos como um todo, pois existiria muito desperdício diante da grande oferta de doações. Em conformidade com a opinião de muitos encantadenses, Martina achava que os imigrantes haitianos não davam valor às doações que recebiam da comunidade local, descartando-as no lixo com tempo de uso mínimo. Ela citou o exemplo das roupas de frio e cobertores doados em campanhas de inverno, que no verão seguinte não seriam cuidadosamente guardados, mas jogados no

¹⁷⁴ Ela dava gratuitamente aulas de português nas casas de amigos haitianos e, em 2017, solicitou um espaço nas salas do Centro de Evangelização da Igreja Matriz São Pedro, apesar de não ser membro do grupo de Leigos Scalabrinianos, que também oferecia o ensino da língua portuguesa aos estrangeiros. Devido à insistência dos alunos haitianos para que ela ministrasse mais aulas semanais, Martina se comprometeu a dar aulas nas tardes de segundas e terças-feiras no ano de 2017, mas já nos meses iniciais observou o esvaziamento crescente das turmas, ao que ela respondeu mantendo apenas a aula de segunda-feira. Na época, uma parte dos seus alunos, antes desempregada, começou a trabalhar no frigorífico da cidade durante o dia, o que a impossibilitou de comparecer às aulas. De acordo com os relatos da professora Martina, outros haitianos que aparentemente não tinham compromissos formais que entrassem em choque com os horários das aulas, como os que continuavam desempregados, também chegariam atrasados e faltariam muito às aulas, apesar dos seus sermões sobre a ausência de comprometimento, o que a decepcionou profundamente. O absentismo e a impontualidade dos alunos haitianos foram compreendidos por ela como demonstração do desinteresse deles, que seria generalizado em outras dimensões da vida, e de desvalorização dos seus esforços como docente, o que a motivou a abandonar o serviço voluntário. Ela se sentia ofendida por se esforçar em ajudar e não receber o retorno esperado por parte dos alunos haitianos, nesse sentido, se via “dando pérola aos porcos”, em suas palavras. Ela concluiu, a partir de sua experiência e visão de mundo, que os imigrantes haitianos em Encantado se “acomodaram” com os serviços gratuitos da igreja católica e as doações da comunidade encantadense. Ao receberem “de tudo fácil”, sem necessidade de nenhum retorno, eles passaram a não se esforçar e se “aproveitar da bondade dos outros”.

lixo ou convertidos em panos de chão. Cabe acrescentar que até aqueles que não acompanhavam de perto o cotidiano dos imigrantes haitianos na cidade costumavam disseminar fofocas sobre supostas condutas inadequadas dos mesmos, generalizando-as como características culturais dos nacionais do Haiti, em oposição à índole trabalhadora dos descendentes de italianos ou alemães.

Com a prática da dádiva se instaura uma relação de poder (Godelier, 2001; Mauss, 2003; Steiner, 2017), de fato, embora essa dimensão seja ignorada pelos discursos cristãos de caridade. Segue a fala da dona de um brechó frequentado principalmente por haitianos, que é elucidativa da moralidade subjacente à dádiva:

“Percebi que eles não têm aquele plano que a gente tem assim, com a limpeza. Eles põem muito lixo na rua. Aqui em Encantado não era acostumado ver roupa em lixo. É só o que tu vê, é lixo e lixo com roupa! Porque eles... tanto faz eles ganhar ou comprar, eles jogam fora! Eles não têm aquele apego que nem os gringo aqui tem: 'ah, se não dá pra mim, eu vou passar pro outro'. Eles não fazem isso. Eles não se ajudam entre eles com as roupas. Eles podem se ajudar em aluguel. Se uma precisa de dinheiro eles emprestam. Eu sei, porque eles estão aqui [no brechó] direto, né? O meu movimento aqui é 70% de haitiano. Então eu já sei bem a história deles. [...] Eles tem esse costume mesmo [de jogar roupas em boas condições fora], depois que eles usaram, eles querem outro, sempre novidade. Eles ficam feliz com roupa nova. Pode ser usada, mas tem que ser diferente. [...] Ah, eu sempre soube assim que eles tinham necessidade [os haitianos no Haiti]. Mas que eles ganham muita coisa do Canadá, dos EUA. Eles são acostumados a ganhar roupas de marca. Se tu visse aqui no brechó o que eu tenho, as vezes eles dizem 'ah, é lixo isso daí', porque eles estão acostumados a se vestir bem, sabe. [...] Eu sei porque elas [as amigas haitianas] me contam. Eles ganham muita roupa. É o governo mesmo que eu acho que manda dos EUA, do Canadá, mandam pra eles e eles vendem até pros dominicanos. Os dominicanos vão até o Haiti e compram aqueles fardo com um monte de tipo de roupa. E dá pra se notar que as roupas que eles vem pra cá é tudo de marca, especialmente os homens. As mulheres até elas usam qualquer tipo, bem escandaloso assim, mas eles só gostam de coisa de marca.” (Gilda, dona de um brechó, 01/08/17).

Gilda era uma senhora de meia-idade, loira e de olhos azuis, que era proprietária de um pequeno brechó localizado no centro da cidade, próximo ao frigorífico que era o maior empregador dos imigrantes haitianos. Além de atrair muitos haitianos enquanto clientes interessados nas roupas, calçados e acessórios a preços acessíveis, o espaço da loja – um corredor estreito e comprido abarrotado com mais de três mil peças – se tornou um ponto de encontro, onde se podia passar o tempo e jogar conversa fora ao longo do dia. No dia da entrevista, por exemplo, Gilda estava acompanhada de duas jovens haitianas, que observavam o movimento dos clientes e dos pedestres na rua sentadas em tamboretas, pois estavam desempregadas e com tempo livre. Elas não sabiam falar português, então apenas sorriam em resposta às perguntas de Gilda e meneavam a cabeça. Estavam sempre conversando em crioulo entre si e com os clientes

haitianos ou conhecidos que passavam pela rua e por vezes aproveitavam para cumprimentar Dona Gilda e trocar umas palavras. Nesse sentido, Gilda acumulava uma experiência de interação e de diálogo com haitianos muito superior à maioria dos encantadenses que se mantém a parte, com contatos ocasionais.

Gilda diferenciava gringos e haitianos através da relação que eles estabeleceriam com as roupas: os primeiros seriam “apegados”, cuidariam de suas roupas para que elas durassem mais e, quando não tivessem mais intenção de usá-las por diversos motivos (acha que está velha demais, não se ajusta mais ao corpo ou simplesmente enjoou), “passariam para frente” para que outra pessoa fizesse uso até a roupa chegar ao fim de sua vida útil; já os haitianos, especialmente os homens, não teriam o costume de manter as mesmas roupas por muito tempo, logo as descartariam “sem dó” e sem pensar em doá-las para quem necessita ou para quem tem interesse em usá-las. Gilda afirmava saber a razão desse suposto comportamento por parte dos haitianos: eles estariam acostumados a receber roupas de marca dos EUA e do Canadá sem custo algum, já que seriam custeadas pelo governo dos respectivos países. Gilda sustentava que, devido ao fluxo contínuo de roupas de marca sem custo para o país, os haitianos considerariam as roupas sem etiquetas de marcas consagradas internacionalmente como lixo, ou seja, impróprias ao uso. Ao mesmo tempo, não dariam valor adequado nem mesmo às roupas de marca, pois as utilizariam brevemente sem se importar em conservá-las. Esses estereótipos não condizem inteiramente com a realidade, mas eram capazes de se manterem como verdade por comporem essa imagem a partir da articulação de uma série de elementos passíveis de observação direta, no sentido de serem confirmados pela experiência cotidiana de interação com haitianos.

É notório que os imigrantes haitianos, especialmente os homens, demonstravam um forte zelo pela autoimagem através das vestimentas, que eram cuidadosamente escolhidas e exibidas não apenas em eventos especiais de caráter esporádico, como casamentos, mas também em atividades corriqueiras, como os cultos evangélicos semanais. Os haitianos costumavam se vestir com roupas formais para ir à igreja nos fins de semana. Em relação aos homens, o vestuário variava entre o estilo esporte fino e o social, com predominância do último. Observei que a maioria dos homens usava camisa de manga longa com botões, calças sociais, cinto e sapatos. Alguns usavam o terno completo, com gravata e paletó, ou um blazer por cima. Nos cultos, as mulheres haitianas usavam vestidos ou saias com comprimento abaixo dos joelhos e, na parte de cima, as roupas cobriam sempre os ombros, pois mesmo as peças sem mangas – com

alças ou regatas – eram complementadas com casaquinhos de mangas curtas. Nessas ocasiões, as crianças surgiam impecáveis com suas roupinhas ou, no caso das meninas, vestidinhos com babados e lacinhos, além dos cabelos, um espetáculo à parte, com trancinhas compondo os mais diversos penteados. A formalidade e o esmero no vestir-se, notórios nessas ocasiões, eram redobrados nos casos de eventos mais solenes, como casamentos¹⁷⁵, funerais ou batizados. Sobre esse costume, a Irmã Efigênia comenta:

“A maioria [dos haitianos na cidade é evangélica]. Da igreja católica são poucos. E eles são fiéis à igreja deles. Sábado de tarde quando tem encontro lá, eles têm o culto né, a maioria vai. E se arrumam bem bonito, tu precisa ver! [...] Hoje mesmo um [haitiano] veio e disse assim: 'eu estou precisando de um casaco pra ir pra igreja'. Eu disse que na igreja católica cada um vai com a roupa que tem, não importa se... né? Vai com a roupa que tem. Ninguém fica reparando. Mas ele pediu o casaco pra ir pra igreja. [risos] Mas faz parte da cultura deles.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

Na situação relatada, vemos como a necessidade é definida de forma distinta por Irmã Efigênia, como católica, e pelos haitianos protestantes. De um lado, ela via a demanda por roupas especiais para ir aos cultos como desnecessária, uma preocupação excessiva com aparência, que seria incompatível com os ambientes religiosos, onde ninguém deveria “reparar” na roupa do outro. De outro lado, o sujeito haitiano entendia que não deveria se apresentar de qualquer forma na “casa do Senhor”, esforçando-se, portanto, para se vestir da melhor maneira nesse espaço sagrado. Cabe dizer que, apesar dos pontos de vista divergentes, a Irmã Efigênia acatou o pedido do rapaz, por considerá-lo como parte da cultura haitiana. Um dos meus alunos do curso de português, Lucien, um haitiano de 32 anos, comentou que estranhava a forma como os brasileiros se vestiam para ir à igreja Adventista que ele frequentava. Segundo suas palavras, as pessoas iriam “de qualquer jeito, como se não tivessem nada”. Na visão dos haitianos, construir-se de forma digna para ir à igreja significa escolher cuidadosamente suas melhores roupas, de preferência trajes formais, que devem estar limpos, alinhados e, no caso das mulheres, sugerirem recato. Esse cuidado com a forma de apresentação de si não é restrito ao âmbito religioso, embora se acentue nessas ocasiões, manifestando-se em outras esferas da vida haitiana de caráter mundano. Valorizar o que é visto como exterior, como o vestuário, é geralmente considerado como indício de

¹⁷⁵ Tive oportunidade de observar o código de vestimenta de um grupo de haitianos em um casamento por acaso, ao caminhar em uma tarde de domingo pelo bairro Navegantes. Além do uso de roupas sociais e vestidos longos, me surpreendi com um rapaz haitiano em particular, devido à combinação incomum de cores. Ele trajava colete e calças sociais na cor preta e camisa de manga longa vermelha combinando com a gravata borboleta e os sapatos vermelhos. O uso de cores fortes, especialmente os tons mais quentes, é comum entre mulheres e homens haitianos, que frequentemente combinam mais de uma cor na mesma composição. É uma estética distinta que, muitas vezes, é julgada como espalhafatosa, escandalosa ou de mau gosto pelos brasileiros.

vazio interior, ou seja, como falta de cultivo do próprio *self*, seja pelo caminho da espiritualidade ou da intelectualidade. A noção de que o *self* estaria situado no interior do indivíduo e, nesse sentido, se oporia às superfícies exteriores ilusórias é constituinte da ontologia ocidental moderna (Friedman, 1991; Gondola, 1999; Miller, 2010), que embora seja hegemônica, não é universal. Adoto a perspectiva proposta por autores como Friedman (1991), Gondola, (1999) e Miller (2010), que problematizam a pressuposição da universalidade dessa forma de concepção do *self* em análises antropológicas, já que nos conduz à recriminação de uma série de práticas culturais associadas equivocadamente à superficialidade, impedindo-nos de reconhecer as visões de mundo que lhes são subjacentes. Cabe-nos compreender que, no contexto haitiano, o modo de vestir-se não é mero capricho, pois se refere à forma de construção do próprio *self*, que está intimamente vinculada a sua forma de apresentação para o outro.

Retornando à fala de Gilda, a afirmação de que a maior parte dos haitianos receberia roupas de marca enviadas gratuitamente ao Haiti pelo governo dos EUA e do Canadá está, em parte, equivocada. Essa não era a única informação do tipo que circulava entre os moradores antigos a respeito de benesses supostamente recebidas pelos haitianos, seja em seu país de origem, seja na comunidade que se estabeleceu em Encantado. Há de fato um fluxo intenso de roupas usadas – rejeitadas pelos consumidores norte-americanos – que são destinadas ao Haiti, à República Dominicana e a muitos outros países, não apenas os situados no Sul global, conformando um mercado lucrativo (Hansen, 2004) que não caberia na categoria de caridade. De acordo com Hansen (2004), o mercado global de roupas de segunda mão é controlado em grande parte pelas organizações sem fins lucrativos, como instituições de caridade, que revendem de 40 a 75% do seu estoque de roupas doadas, embarcando-as em contêineres para diversos destinos do globo. Esse circuito se estende através das empresas de classificação¹⁷⁶ e das indústrias de reciclagem de têxteis, as maiores importadoras de roupas de segunda mão em grandes quantidades, que são compradas diretamente de instituições de caridade e brechós, especialmente dos EUA, o maior exportador do mundo. O comércio de roupas usadas também se desenvolve a partir das redes sociais transnacionais haitianas. Conforme Dalmaso (2014, p.68), os haitianos que residem no exterior – especialmente no Norte global – costumam enviar roupas de segunda mão,

¹⁷⁶ Essas empresas são especializadas na triagem de roupas usadas, que são classificadas quanto ao tipo (roupas de inverno, por exemplo) e à qualidade, descartando o que é considerado impróprio ao uso como lixo e reexportando as roupas selecionadas para mercados específicos.

entre outros itens, aos familiares que permaneceram no Haiti. As remessas de roupas de segunda mão são destinadas tanto ao consumo direto da família, como à comercialização, que é uma forma comum de ajudar os parentes a “fazer dinheiro” no contexto haitiano, caracterizado pelo alto índice de desemprego. Na ilha de São Domingos, o mercado de roupas de segunda mão – ou simplesmente “*pèpè*” – é movimentado por numerosos empreendimentos de pequena escala, como anteriormente citado, no setor de varejo e atacado, além de constituir o meio de subsistência de muitos haitianos¹⁷⁷, que participam de redes informais de coleta, seleção, distribuição e revenda de roupas usadas que são descarregadas diariamente nos portos haitianos e dominicanos ou então descartadas aos montes nas ruas e em lixões¹⁷⁸.

A abundância de roupas de segunda mão originárias dos EUA na ilha caribenha é um fator importante para compreender o vestuário e as referências estéticas dos imigrantes haitianos em Encantado. Nesse aspecto Gilda foi certa, já por outro lado dificilmente se poderia caracterizar os haitianos enquanto coletividade como um povo que costumeiramente desperdiça roupas. A partir de análise dos circuitos comerciais do lixo na área metropolitana de Porto Príncipe, no Haiti, Neiburg e Nicaise (2010)

¹⁷⁷ Alguns dos meus interlocutores haitianos mencionaram já terem trabalhado na revenda de roupas no Haiti e na República Dominicana. Jeff comprava roupas e calçados na República Dominicana para revender em várias cidades do Haiti, que cruzava de motocicleta. Lucien fazia o mesmo. Já Emmanuel só começou a trabalhar como vendedor ambulante (de roupa e de água de coco), quando se fixou na República Dominicana. No Haiti ele viveu no campo, auxiliando os familiares no plantio de alimentos e na criação de animais.

¹⁷⁸ Como exemplo, cito o caso de uma empresa de classificação de roupas usadas – “D.M Group International” – situada na zona franca da cidade de Pedernales, na República Dominicana. Muitos negociantes haitianos compram fardos de roupas classificadas por essa empresa dominicana, atravessando a fronteira para distribuir as mercadorias em diversos pontos do Haiti, especialmente no sudeste haitiano. Como as indústrias da zona franca dominicana são obrigadas a reexportar 80% das suas mercadorias, uma contrapartida da isenção de impostos, ocorre que uma parte das roupas que entram no circuito de mercado do Haiti acabam retornando aos consumidores dominicanos através das mãos de comerciantes haitianos que as revendem na região de fronteira. Além da compra de fardos de roupas usadas do “D.M. Group International”, os comerciantes haitianos tem outra forma de acesso às roupas de segunda mão dessa exportadora: através de um depósito de lixo. A empresa descarta diariamente milhares de roupas consideradas impróprias ao uso em um desfiladeiro chamado de “Monte Boutique”. Todas as noites as roupas são incineradas, mas durante o dia muitos dominicanos vão ao depósito para selecionar roupas para comercialização. A coleta e distribuição ocorrem em meio a disputas e negociações, atravessadas por relações de poder, que acabam por sustentar um mercado local lucrativo. Mulheres haitianas vão ao local a fim de comprar sacolas de roupas desses especuladores dominicanos, que são de baixo custo, mas não deixam de ter valor de mercado. Esse é um exemplo dos intrincados circuitos transnacionais de roupas usadas que chegam ao Haiti. De doações a instituições de caridade nos Estados Unidos, essas roupas são transformadas em mercadorias ao serem exportadas a empresas de classificação na República Dominicana. Parte continua como mercadoria e segue seu curso em direção ao Haiti e parte é descartada como lixo. A seleção das melhores roupas por catadores, muitas de qualidade e de marcas renomadas, faz com que montantes de roupas usadas retornem à vida social como mercadorias pelas mãos de mulheres haitianas chamadas popularmente de *madan sara*: a grosso modo, comerciantes viajantes. É importante ressaltar que essas informações são referentes ao ano de 2012. O cenário mudou completamente em 27 de março de 2018, quando a empresa “D.M. Group International” fechou as portas (Taylor, 2012).

indicam como milhares de objetos que seriam considerados lixo em outros contextos são intensamente aproveitados pelos haitianos, como roupas, eletrodomésticos, metais, plásticos, entre outros. Sobre as roupas *pèpè*, Shell (2006) retratou as práticas sociais de coleta de peças: as melhores são selecionadas para comercialização; as que apresentam defeitos são reparadas; outras são reestilizadas conforme os gostos locais ou são modificadas em suas proporções para se adequar a novos corpos; e ainda há usos distintos do vestir, como adornar fachadas de lojas, servir de enchimento de estofados ou de matéria-prima para improvisar tendas ou barracas. Longe de serem simples “hábitos culturais”, as práticas cotidianas de reaproveitamento de materiais descartados como lixo no Haiti refletem as alarmantes desigualdades sociais na geopolítica global e, igualmente, nas relações de classe internas ao país.

A atribuição de suposta irracionalidade de consumo, voltado aos supérfluos, era outro estereótipo associado os imigrantes haitianos em Encantado. As acusações não se referiam apenas ao vestuário, calçados e acessórios, mas também a outras categorias de consumo, como os aparelhos eletrônicos de comunicação modernos (celulares, computadores, notebooks e tablets) e o serviço de internet. Era comum observar os imigrantes haitianos – particularmente os homens, de idades variadas – utilizando *smartphones* com *headphones* chamativos nas ruas, seja pelo tamanho ou cor, como aponta Seu Antônio:

“O que acontece, o que eles [haitianos] gostam? TO-DOS! Celularzão desse tamanho [mostra com as mãos, separando-as] e o fone de ouvido aqui [bate as mãos, como quem diz ‘tanto faz’] e aí a vida tá boa, a vida corre e eles não estão nem aí pra ninguém. Eles trabalham, compram os negócios que eles querem, sabe. Oh, aqueles que vêm aqui por cima [rua de cima], sabe, são ‘preto’ e aqueles fones branco, amarelo, tu olha pra eles, ‘tem que ser haitiano’ [risos]!” (Seu Antônio, morador do bairro Navegantes, 30/07/17).

Na fala acima, Seu Antônio não condena os haitianos por supostamente gostarem “mais” de tecnologia, alegando que eles trabalham para comprar o que desejam e não incomodam ninguém. No caso dos imigrantes, era comum não apenas ver jovens exibindo seus aparelhos eletrônicos, mas também homens mais velhos, que andavam nas ruas ouvindo música com seus *headphones* ou conversando pelo celular com fone de ouvido *bluetooth*. No entanto, parte do estranhamento dos encantadenses em relação à estética masculina adotada pelos haitianos, que incorporava dispositivos tecnológicos na forma de apresentação de si, se devia à distinção nós/eles sustentadas em concepções étnico-raciais socialmente construídas.

A alegada “falta de prioridade” de consumo dos imigrantes haitianos, na visão de parte da sociedade encantadense, era contrastada com o seu oposto: a índole e os hábitos culturais das famílias de origem italiana, que seriam vocacionadas ao empreendedorismo e sucesso econômico. Os descendentes dos imigrantes italianos pioneiros conservariam os valores dos seus antepassados: diligência no trabalho, frugalidade, hábito de poupança, criatividade, persistência, trabalho árduo como valor, moralidade, religiosidade e familismo (Santos & Zanini, 2009; Santos, 2014; Zanini, 2004). Quando se aborda as classes populares, inclusive pelas Ciências Sociais, o consumo para além do que é definido como “necessidade básica” é geralmente considerado indigno e irresponsável (Barbosa & Campbell, 2006). Já o privilégio moral de consumir “supérfluos” sem gerar maiores recriações sociais é monopolizado pelas classes abastadas e médias, por se encontrarem acima das meras preocupações com sobrevivência (Barbosa & Campbell, 2006). Grupos étnico-raciais situados em estratos sociais inferiores também são frequentemente acusados de ostentação, futilidade e irracionalidade econômica por supostamente errarem na definição de prioridades de consumo, o que é resultado da moralização da esfera do consumo, com imposição de ideais de comportamento muitas vezes alheios ao modo de vida e aos sentidos construídos pelos grupos em questão. A própria distinção entre “desejos superfluos” e “necessidades básicas” é problemática, pois longe de ser uma constante universal, ela varia conforme as classes sociais e os contextos culturais de referência, já que mesmo os consumos mais prosaicos são realizados de forma culturalmente informada (Barbosa & Campbell, 2006). Essas perspectivas restritivas não são capazes de apreender os significados que estão por trás das escolhas de aquisição dos diferentes grupos, que são pautadas pela valorização de certas experiências abertas com o consumo, como a constituição da subjetividade do sujeito, o status que adquire frente a seu grupo, a ampliação do espaço de sociabilidade do indivíduo e do seu horizonte de existência (Barbosa & Campbell, 2006). O consumo de aparelhos tecnológicos de comunicação e do serviço de internet banda larga nas residências compartilhadas por imigrantes haitianos é criticado por parte da sociedade encantadense como mostra¹⁷⁹ da

¹⁷⁹ Observei até atos mais banais, como a escolha de um supermercado para realizar as compras do mês, serem lidos através do estereótipo de irracionalidade econômica atribuído aos imigrantes haitianos. A Suíno Mais também tem uma rede de supermercados na região. É um dos maiores supermercados da cidade, com aparência moderna e mais variedades de consumo. O fato dos imigrantes haitianos serem vistos corriqueiramente fazendo suas compras nesse mercado era compreendido por alguns encantadenses como mais uma evidência de que eles não saberiam economizar, já que existiriam outros mercados menores com preços mais vantajosos. Ignora-se a racionalidade das diversas motivações que orientam as

irracionalidade de consumo dos estrangeiros dessa nacionalidade, especialmente quando estão (ou se supõe que estejam) em situação de restrição financeira. Ignora-se o fato do acesso à internet ser um item de primeira necessidade na visão de muitos imigrantes haitianos, já que é um dos principais meios de comunicação com a família que se encontra no Haiti ou em outros países. Ademais a óbvia manutenção do vínculo afetivo com a família, a comunicação via internet dá suporte à circulação intensa de informações dentro da rede transnacional haitiana (com destaque para as relações de parentesco, amizade e vizinhança), à solicitação de recursos e à atualização contínua de estratégias, projetos e itinerários migratórios, individuais e coletivos.

Como dito anteriormente, a ideia de que os imigrantes haitianos tinham a “cultura” de despejar objetos de doações, especialmente mobília e vestuário, nas calçadas públicas como lixo ou abandoná-los nos imóveis alugados no momento da devolução era comum em Encantado. A “cultura do Haiti” era acionada como causa para comportamentos do grupo que eram representados como generalizados pelos encantadenses: a não conservação dos bens materiais, que seriam arruinados pelo mau uso antes do tempo, seja por “desleixo”, seja “desconhecimento” das formas apropriadas de manuseio; e o “botar fora” móveis ou roupas em plenas condições de uso, sem repassá-los como doações a outras famílias carentes, geralmente no momento em que vão embora da cidade. Consciente dessas críticas generalizantes, Irmã Efigênia apresentou sua visão:

“Mesmo ali quando moravam [os haitianos] e a gente acompanhava, eles estavam na imobiliária né. Então assim, se um saía, eles tinham que desocupar o espaço. Então aonde que eles iam colocar as coisas? Tinham que botar no lixo. Não podiam deixar dentro do imóvel, porque a imobiliária não permitia. Se obrigavam a levar lá pra rua. E daí o pessoal comentava né. Mas tem que se botar no lugar deles também. Se a imobiliária exige que o espaço seja desocupado, não pode ficar nada lá dentro, onde eles vão colocar? [...] Muitos foram embora do país né. Aí botavam as coisas pra rua. A gente ficava com pena. Quantas vezes que eu passei lá de novo e depois andava recolhendo de novo, porque a gente conhecia as coisas né. As vezes o sofá lá na chuva né. Doía o coração, porque claro né, quem tinha doado, imagina... Passava lá e as coisas que eram doadas, botavam pra rua né. Aconteceu sim. Agora eu acho que não mais muito viu. Porque agora entre eles mesmos se organizam, acho que uns vendem as coisas que conseguem vender, outros dão pros outros amigos... Então agora dificilmente se vê coisa na rua.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

escolhas dos imigrantes haitianos. Por exemplo, um dos meus alunos haitianos, Patrick, apontou como vantagem de ser funcionário do frigorífico o acesso a um cartão de crédito para uso exclusivo em compras na rede de supermercados, farmácias e casas agropecuárias da empresa. Cabe ressaltar que, para muitos haitianos, esse é o único meio de acesso a linha de crédito em Encantado. Ademais, o chamado “prêmio assiduidade” – um benefício extra mensal – era pago pela Suíno Mais aos seus funcionários no formato de crédito na rede de comércio da empresa.

Na fala acima, a Irmã Efigênia se referia a uma opção de contrato imobiliário que foi disponibilizada, entre 2013 e 2017, especificamente aos estrangeiros através da iniciativa da maior empregadora desse segmento em Encantado, a Suíno Mais. Ela propôs um acordo com as agências imobiliárias da cidade em que atuaria como empresa interveniente nos contratos a fim de facilitar o acesso dos seus funcionários haitianos e dominicanos à locação de imóveis. Nem todas elas se interessaram na proposta, mas as principais imobiliárias fecharam o acordo, que consistia no seguinte: de um lado, a imobiliária alugaria casas ou apartamentos via assinatura de contrato com os estrangeiros sem a exigência de fiador, de outro, a empresa se responsabilizaria pelo desconto em folha, enquanto o estrangeiro estivesse no seu quadro de funcionários. As imobiliárias parceiras do frigorífico também eram avisadas com antecedência sobre o fim do contrato empregatício dos seus clientes. Embora seja retratado como solução inovadora pelo frigorífico, o condicionamento do acesso (e da manutenção) da moradia ao emprego apresentava aspectos negativos, como a intensificação do ônus da demissão que recaía sobre os funcionários estrangeiros. Estes eram obrigados a sair dos imóveis em curto prazo e a arcar com os custos extras associados, como a multa pela rescisão dos contratos de locação, que era automática e independente da vontade ou da iniciativa dos locatários. De acordo com o relato da corretora de uma das agências imobiliárias conveniadas, a empresa se comprometia a avisá-la com antecedência sobre o término do vínculo empregatício dos seus clientes antes de sua concretização, assim como orientava os funcionários que seriam demitidos a se dirigirem à imobiliária. Tudo ocorreria para que a chave da casa ou apartamento vazio fosse entregue dois dias antes da formalização da demissão. Restava aos locatários haitianos um prazo ínfimo para encontrar um novo espaço de moradia e organizar a mudança. Frequentemente nessas ocasiões vários móveis doados pela comunidade encantadense através da arrecadação da Igreja Católica eram deixados para trás, ainda que seus usuários tivessem interesse em mantê-los. Como muitos haitianos não conseguiam encontrar um novo espaço de residência no curto prazo estipulado para saírem dos imóveis, eles recorriam às redes haitianas locais para serem abrigados temporariamente nas casas de familiares, amigos ou colegas, que estavam muitas vezes no limite de lotação, carregando consigo o mínimo necessário de objetos pessoais. Quando os móveis eram deixados nas casas ou apartamentos devolvidos às imobiliárias, elas se queixavam dos transtornos associados ao tempo e aos custos despendidos com a retirada desses materiais abandonados, embora geralmente recorressem aos Leigos Scalabrinianos, que viabilizaram as

doações, insistindo para que eles se responsabilizassem pela remoção dos móveis. Já a comunidade encantadense, não diretamente implicada, se ressentia com essas situações, amplamente difundidas pela dinâmica das fofocas, generalizando-as como prova objetiva e incontestada da ingratidão dos haitianos que não zelariam devidamente pelas doações recebidas.

O padre Benjamin, de nacionalidade haitiana, se opôs aos estereótipos negativos associados ao comportamento dos seus compatriotas como receptores de doações. Como sua passagem por Encantado foi breve e anterior à minha chegada, não tive oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, mas nos comunicamos por telefone e internet. Padre Benjamin caracterizava a comunidade local como extremamente solidária e receptiva em relação aos imigrantes. Uma exceção a essa regra seriam as pessoas que doariam objetos em más condições acreditando fazer algum bem ou somente de má fé. Nessas situações, os itens doados rapidamente se tornariam inúteis aos donatários, que os descartariam nas ruas. Conforme Padre Benjamin, as más línguas fariam desses atos excepcionais um motivo para acusar os haitianos de ingratidão, de falta de zelo ou educação, mas isso não representaria as atitudes sociais gerais, mais positivas.

Vale observar que as mesmas críticas da sociedade dominante direcionadas aos imigrantes haitianos enquanto destinatários de caridade também se aplicavam a outros grupos étnicos locais vistos como socialmente vulneráveis, como os indígenas Kaingang. Essas acusações não circulam apenas como fofocas na sociedade local, que não devem ser subestimadas dada sua força coercitiva, mas também alcançam os meios de comunicação. Reproduzo abaixo a opinião enviada por uma moradora de Encantado que foi publicada nas folhas do Jornal Opinião, de circulação local, com o título “indignação de leitora”¹⁸⁰:

“Vestimentas doadas aos índios foram encontradas por um ouvinte em meio ao mato, próximo à ERS-129, Encantado, mais precisamente no ponto onde se alojamos. Conforme o denunciante, peças usadas e outras novas, com etiquetas, teriam sido deixadas para trás quando o grupo seguiu seu rumo. “Enquanto uns passam frio e não terão o que vestir durante a estação mais fria, outros agem assim. Se não querem deveriam passar adiante”, indigna-se.” (JORNAL OPINIÃO, Encantado-RS, 28 de abril de 2017).

Embora a leitora retrate o local onde os indígenas Kaingang acampam sazonalmente como estando “em meio ao mato”, na verdade é uma área verde às

¹⁸⁰ A opinião foi publicada em uma sessão reservada a “reclamações, sugestões e elogios” dos leitores, que são enviados para um endereço de email divulgado no Jornal Opinião.

margens da rodovia RS129, separada de uma área residencial urbana tão somente por uma escadaria. Nesse espaço são montadas barracas que servem de abrigo provisório para pequenos grupos da etnia Kaingang, que se deslocam de Terras Indígenas da região – fora do município – para vender artesanato. Vale dizer que esse mesmo texto também foi publicado¹⁸¹ na página virtual da “Rádio Encantado” em uma rede social (*Facebook*), seguido de numerosos comentários dos usuários, geralmente moradores da cidade que acompanham as notícias locais pela internet. Também foi publicada uma foto das roupas dobradas e dispostas lado a lado na escadaria e uma parte amontoada no chão. Não analisarei detalhadamente o conteúdo desses comentários, mas gostaria de apontar uns elementos comuns às acusações direcionadas aos imigrantes haitianos. As narrativas acusatórias opõem não indivíduos particulares, mas grupos de pessoas. De um lado, aqueles que “não mereceriam ajuda”, como os “índios”, de outro, os moradores da cidade – somente os vistos como legítimos pela sociedade dominante, com exclusão dos indígenas¹⁸² –, que são caracterizados como “cidadãos de bem” “trabalhadores” e “caridosos”, que ajudariam os outros “de coração”, enquanto seriam “feitos de bobo” por “esse tipo de gente” que não valorizaria o gesto de solidariedade, ou melhor, que não corresponderia às expectativas de comportamento como receptores de doações. Nesse sentido, a estrutura das acusações é muito semelhante àquelas direcionadas aos imigrantes haitianos, vistos igualmente como “íngrats” e “acomodados”, em oposição aos moradores estabelecidos. Nos comentários acusatórios, os “índios” foram denominados de modo genérico, já em uma parte dos comentários que defendiam um relativismo cultural – opondo-se aos julgamentos morais realizados a partir de valores exógenos –, os grupos indígenas foram especificados como

¹⁸¹ Publicado às 8 horas do dia 25 de abril de 2017.

¹⁸² A ilegitimidade atribuída à ocupação de espaços – temporária ou mais permanente – por grupos indígenas nas áreas urbanas do Vale do Taquari foi explicitada em diversos comentários como os seguintes: “Lugar de índio não é aqui.”; “Lugar de índio é no mato não no meio da cidade das rodovias pedindo dinheiro, quer ser índio viva como tal no mato e não fica nas cidades explorando as coitadas das crianças.”; “Lugar de índio é no meio da floresta amazônica, eu não ajudo e nunca vou ajudar esse bando de índios abusados e vagabundos.”. Especificamente sobre os acampamentos indígenas sazonais em Encantado, a marca da ilegitimidade estaria nos danos atribuídos à ocupação, como a sujeira do espaço, que seria “mal cuidado”, “sujo”, repleto de “lixo” e de “fezes”. Vale frisar que esses comentários depreciativos também despertaram oposição de outros usuários. Um deles afirma o seguinte: “Li alguns comentários e vou me posicionar, pois há 7 anos estudo e pesquiso os indígenas do Brasil, em particular os Kaingang (esses que “deixaram” as roupas para trás). Em primeiro lugar, temos que entender que os indígenas não podem mais ficar nas matas porque o colonizador invadiu, explorou e desmatou todo o território tradicional indígena. Segundo, mesmo inseridos na cidade, os indígenas mantêm seus traços étnicos e culturais. Mantém a língua nativa, fazem artesanato e tem ensino bilíngue.”.

pertencentes à etnia Kaingang, indicando conhecimento mais especializado na temática indígena¹⁸³.

Como foi dito anteriormente, atualmente a comercialização de artesanato constitui uma atividade econômica fundamental à reprodução social dos grupos indígenas Kaingang do Vale do Taquari, que fabricam manualmente as peças (Lappe & Laroque, 2016). Por se afastar do trabalho assalariado e estar vinculado à alta mobilidade do grupo indígena, o artesanato é geralmente mal visto pela sociedade envolvente. O fato de não ser incomum observar indígenas – especialmente as crianças – pedindo dinheiro, comida ou roupas nas ruas de Encantado também é utilizado para desqualificar moralmente o grupo. Aqueles que se mostraram indignados nos comentários com o comportamento atribuído genericamente aos “índios”, os desqualificaram como “vagabundos”, “abusados”, “aproveitadores” da bondade alheia, “mal-agradevidos”, além de serem acusados de receberem “salário do governo”, enquanto “não trabalham”. Como dito anteriormente, no caso dos imigrantes haitianos, as narrativas os desqualificam não como “vagabundos”, mas como “acomodados”, por não corresponderem às expectativas de “gratidão” e não se portarem como mão de obra estável, continuamente à disposição das indústrias locais. Se até a “oportunidade de emprego” dada aos imigrantes haitianos é vista pela sociedade envolvente como dádiva, a decisão de romper com o contrato empregatício ou de questionar os seus termos pode ser lida como ingratidão ou não merecimento do dom, nem da relação com ele instaurada. Ademais, a inserção no mercado de trabalho parece não ser suficiente para afastar de si a imagem de “maus imigrantes/pobres” ou “acomodados”.

Os casos se aproximam em relação ao imaginário de que indígenas e imigrantes haitianos receberiam “tudo” sem nada retribuir, seja “salário do governo”, “salário livre” de empresas privadas ou “regalias” de instituições da sociedade civil. Nesse sentido, o imaginário coletivo superestima o que os grupos étnicos situados nos estratos sociais inferiores receberiam da sociedade dominante, ao mesmo tempo em que apaga as suas contribuições sociais, a fim de construí-los como “devedores” com o objetivo de legitimar discursivamente a subordinação desses grupos. Já nos discursos dos interlocutores haitianos, eles reconheciam os auxílios recebidos, seja por parte da rede

¹⁸³ Entre os usuários que defenderam o relativismo cultural, dois se identificaram como professores e pesquisadores da temática indígena, vinculados a Universidade do Vale do Taquari (Univates), uma instituição de ensino superior privada, situada em Lajeado, cidade vizinha à Encantado. Os dois divulgaram projetos gratuitos na Univates que abordam a história, a cultura e o modo de vida dos Kaingang no Vale do Taquari.

de apoio haitiana ou da sociedade de imigração, como as instituições religiosas ou seculares e o Estado brasileiro em suas diferentes escalas. Os dons recebidos, na visão dos haitianos, eram significados como mostras de que a sua entrada e permanência no país eram reconhecidas como legítimas pela sociedade de imigração. Verem-se como destinatários de doações em situações específicas não significava a anulação da memória subjetiva dos sacrifícios e esforços realizados durante a experiência migratória.

Os estereótipos sociais negativos atribuídos aos “índios” nesse contexto – e aos imigrantes haitianos em outros – eram acionados por parte da sociedade dominante para desqualificá-los como um “tipo de gente” que “não merece” ajuda. É esse imaginário que sustenta afirmações como: “não dou nada para esse *tipo de gente não dão valor e sabem que vão ganhar de novo*”; “por isso que não doo nessas campanhas, *só doo para quem eu conheço*”; “alguns sofrem nessa vida porque querem, *tem ajuda e não dão valor*”; e “dizem ‘fazer o bem sem olhar a quem’, acho que devemos olhar sim, *fazer o bem a quem merece*”. Há, portanto, uma moralidade subjacente às doações caritativas. Há expectativas de retorno em relação ao comportamento dos destinatários da ajuda, que devem demonstrar, aos olhos dos doadores, que “dão valor” aos dons recebidos e que “merecem” recebê-los.

O abandono dos objetos de doações ao ar livre – ou dentro dos imóveis, no caso dos haitianos – também é um elemento comum às narrativas acusatórias. Abandonar, nesse sentido, é não dar continuidade ao circuito das doações caritativas, repassando os objetos a outros vistos como necessitados. Como o seguinte comentário reforça: “acho que se fosse pra eles [os indígenas] *deixarem pra outras pessoas*, eles deveriam de ter levado [as doações] pra algum lugar e *não deixar ali ao ar livre* e onde não tem muita movimentação, eles sabem muito bem onde deixar, não são tão burros assim, *acho que abandonaram sim as roupas!*”. A mesma acusação é direcionada aos haitianos, que supostamente não devolveriam os objetos das doações às instituições de caridade, nem as transmitiriam a outras pessoas vistas como necessitadas. Tanto no caso dos indígenas, quanto dos imigrantes haitianos, o abandono de objetos doados está relacionado à alta mobilidade dos grupos étnicos.

Parte da mobilidade dos haitianos é imposta pelas condições precárias de trabalho, remuneração e habitação na cidade, mas outra parte está relacionada com a dinâmica dos espaços sociais transnacionais haitianos. Mesmo quando se investe relativamente em projetos de vida em localidades, mais ou menos temporários, a

mobilidade se mantém no campo de possibilidades dos haitianos. As ponderações relativas a novos deslocamentos – dentro do Brasil ou rumo a outros países – são constantes, especialmente no cenário atual de crise econômica e política nacional. O interesse em prolongar o projeto migratório da família no Brasil diminui consideravelmente e outras alternativas passam a ser mais valorizadas. Essas questões – do trabalho e da habitação – serão discutidas nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO IV

A inserção haitiana em contextos fabris: exploração, disciplina, discriminação e resistência

Neste capítulo, nos aprofundaremos na investigação sobre as formas de inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho formal de Encantado, com ênfase na dimensão das relações sociais de produção estabelecidas no cotidiano do frigorífico da cidade e, de modo subsidiário, em contextos laborais alternativos com menor capacidade de absorção da mão de obra estrangeira. A indústria é analisada como espaço social de exploração, disciplina e resistência, indicando tanto as tecnologias de poder empregadas com a finalidade de aumentar o controle sobre a força de trabalho, como as estratégias de resistência dos trabalhadores, sejam elas abertas ou subterrâneas, individuais ou coletivas. Adotando uma postura crítica ao enfoque isolacionista do meio laboral, optamos por abordar o movimento de mobilização e incorporação de estruturas sociais assimétricas de poder – como as desigualdades étnico-culturais, raciais, etárias, de gênero e de status jurídico migratório – pelas mais variadas tecnologias de controle da força de trabalho, identificando as relações de interdependência entre elas. Partimos, ainda, do marco teórico-metodológico do transnacionalismo no estudo dos espaços sociais da migração (Appadurai, 1990, 2008; Basch, Glick-Schiller & Blanc, 1994; Collier & Ong, 2005; Glick-Schiller & Fouron, 1990; Levitt & Glick-Schiller, 2004; Ong, 1999; Sassen, 1988, 1990, 2007), que nos orienta a situar as realidades etnográficas locais no contexto dos fluxos multiescalares de capital, mercadorias, dinheiro, informações, ideias, valores e pessoas. Nesse sentido, analisamos em que medida a inserção dos haitianos no mercado de trabalho de Encantado-RS, no Vale do Taquari, contribuiu para a reconfiguração de sua estrutura e dinâmica internas e para a constituição de novas espacialidades, articulando-as à lógica de mobilidade da força de trabalho no contexto de expansão do capitalismo na economia globalizada, que é simultaneamente atualizada. Vale dizer que as dinâmicas sociais particulares ao contexto etnográfico local não são retratadas aqui como realidades independentes e nem como reflexos mecânicos de processos sociais transnacionais, mas como elementos que participam da constituição do global.

Por se distanciar da idealização do “exótico”, o trabalho nas organizações produtivas modernas foi inicialmente rejeitado pela antropologia, que não reconhecia tal

objeto empírico como adequado para o exercício da perspectiva antropológica, sendo relegado à *expertise* de economistas, sociólogos, historiadores e cientistas políticos. Apenas mais tarde a antropologia se voltou a esse tema pelo interesse despertado pelos processos de incorporação marginalizada de grupos considerados tradicionais à sociedade capitalista globalizada. Nesse campo, a antropologia foi capaz de produzir um novo olhar sobre a dimensão do trabalho através das contribuições teóricas da matriz disciplinar e da valorização da etnografia como método. Através de pesquisas comparativas em diferentes contextos socioculturais, econômicos e políticos, o universo cotidiano da economia e da gestão produtiva, que é frequentemente pensado como regido exclusivamente por princípios racionais universais, se mostra variado (Singer, 2007), com distintas estratégias locais de administração mediadas por construções culturais preexistentes de desigualdade, como as étnicas, etárias, de gênero (Ong, 1987, 2009) e de status migratório. Dito de outro modo, autores como Ong demonstram que as relações de produção capitalistas – decompostas na dinâmica entre as técnicas disciplinares impostas e os modos de resistência, retaliação e negociação associados – não apresentam uma lógica universal monolítica, mas são atravessadas por repertórios culturais variáveis. Nesta análise, nos valem da compreensão das dinâmicas de poder subjacentes ao sistema interétnico e racial – tal como constituído naquela espacialidade durante o período de tempo considerado, posto que mutante – com o objetivo de lançar luz sobre o impacto das construções culturais de desigualdade na conformação das relações sociais de trabalho.

Ademais, a perspectiva das Ciências Sociais no estudo das organizações produtivas modernas contribuiu para superar as análises restritas aos aspectos materiais e tecnológicos da produção, englobando as relações sociais, os valores e os sistemas simbólicos que atravessam efetivamente a organização da produção no cotidiano fabril (Braverman, 2009; Beynon, 2009; Burawoy, 2009; Thompson, 2009; Zonabend, 2009). Posiciono-me junto aos estudos que compreendem o meio ambiente de trabalho como um sistema de relações sociais que não se limita às relações formais de autoridade entre superiores e subordinados, mas inclui principalmente as relações informais entre as diferentes categorias de trabalhadores que conformam uma hierarquia não oficial com outros contornos: socioculturais, sexuais, étnico-raciais, etárias e nacionais na divisão do trabalho. Vale ressaltar que esses tipos de análises de forma alguma consideram o sistema de relações sociais fabris como uma unidade autônoma. As relações de interdependência e mútua influência entre as fábricas e as comunidades circundantes

são extremamente relevantes nas microanálises das interações face a face, assim como contexto social mais amplo, como o Estado-nação e o sistema capitalista global (Burawoy, 1991, 2000, 2009; Lamphere, 1987; Nash, 2009; Ong, 1987, 1999, 2009).

Quanto ao uso da etnografia na investigação em tela, não obtive autorização da indústria frigorífica nem mesmo para realizar uma visita guiada no interior da planta, muito menos para observar o cotidiano no ambiente laboral. Trata-se de uma limitação que as pesquisas em contextos industriais geralmente apresentam, pois a presença de qualquer sujeito estranho à atividade de produção, como a antropóloga, é vista como ameaça ao controle sobre a força de trabalho. Sendo assim, a fim de me aproximar da compreensão sobre a forma como as relações sociais eram estabelecidas no chão de fábrica, utilizei vias indiretas durante a pesquisa de campo: observação participante nos ambientes externos à fábrica; entrevistas e conversas informais com os agentes sociais imersos nesse ambiente, como os funcionários do abate e da linha de produção do frigorífico (os nacionais e os estrangeiros de nacionalidade haitiana e dominicana), a supervisora do Setor Pessoal, como representante da empresa, e membros da direção do sindicato; pesquisa documental em jornais impressos e online; e o levantamento¹⁸⁴ de 150 reclamações trabalhistas em desfavor do frigorífico que foram movidas, desde 2014, por cidadãos haitianos (119 de homens e 31 de mulheres), dominicanos (os 5 de homens) e uma camaronesa. É preciso dizer que o sindicato da área não constituiu uma via de acesso alternativo aos funcionários haitianos. Embora a maioria dos haitianos empregados pelo frigorífico local fosse filiada ao sindicato, a maior parte dos

¹⁸⁴ Cabe ressaltar que o número de ações não corresponde ao de autores, a saber, 136 pessoas, pois há casos de trabalhadores que ajuizaram mais de uma reclamação contra a empresa. Essas ações não representam a totalidade das que foram ajuizadas em desfavor do frigorífico por autores haitianos, pois eram somente as que estavam disponíveis para acesso no Sistema do Projeto Judicial Eletrônico em novembro de 2018. Possivelmente, outras ações já haviam sido arquivadas e retiradas do sistema àquela altura. Os dados foram obtidos da seguinte forma. Inicialmente realizei uma busca no site google.com com os seguintes argumentos de pesquisa: ação trabalhista encantado 'nome da empresa'. Com os resultados obtidos, acessei o site <<https://www.jusbrasil.com.br>>, que continha informações sobre várias reclamações trabalhistas do frigorífico em questão e os dados de seus advogados. Com os números de registro dos advogados em mãos, segui até o site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) e fiz levantamento de todos os processos vinculados ao advogado em questão na comarca de Encantado. A partir daí selecionei os nomes dos reclamantes de origem haitiana um a um e os respectivos números dos processos. Posteriormente, o advogado Rafael de Sousa Costa, munido de certificado digital – necessário para ter acesso aos dados completos dos processos – acessou os processos utilizando-se do Processo Judicial Eletrônico – PJE, sistema ou plataforma por meio da qual são consultados processos judiciais em todo o Brasil. O PJE é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB para a automação do Judiciário. O acesso só é permitido aos processos que são públicos. Entretanto, cabe ressaltar que, via de regra, os atos processuais são públicos segundo o artigo 189 do Código de Processo Civil, ressalvadas algumas exceções descritas no próprio código, tal qual intimidade, dentre outras. Todos os nomes e dados pessoais dos envolvidos foram alterados para preservar o anonimato.

interlocutores haitianos relatou que não confiava no mesmo, pois enquadrava o sindicato como uma espécie de extensão da empresa, já que destituído de um caráter combativo mais acentuado. Geralmente o sindicato era acionado pelos haitianos como forma de usufruir aos serviços médico e odontológico, não como órgão de classe. Para representar seus interesses trabalhistas diante do empregador, os haitianos recorriam uns aos outros como apoio, especialmente aos que apresentavam maior domínio da língua portuguesa. Já nos casos de judicialização das demandas trabalhistas, os haitianos procuravam o serviço de advogados através de suas redes sociais internas, sem auxílio ou indicação do sindicato, que demonstrou não reconhecer os problemas enfrentados pelo segmento estrangeiro em particular.

Sobre a incorporação de cidadãos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, observa-se uma singularidade em relação a outros contingentes de imigrantes que chegam ao país indocumentados, como os dominicanos: a possibilidade de concessão de um visto especial de residência por razões humanitárias aos nacionais do Haiti (Resolução nº97/2012 do CNIg) imprime maior celeridade à regularização¹⁸⁵ de sua situação migratória, viabilizando o ingresso no mercado de trabalho formal. Desde 2013, a nacionalidade haitiana correspondia ao maior contingente de estrangeiros no mercado de trabalho formal do Brasil, posição que mantém até hoje (Cavalcanti e Tonhati, 2017), o que indica a importância que adquiriu no cenário econômico do país. Através de análise de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cavalcanti e Tonhati (2017) assinalaram a tendência de crescimento da participação haitiana no mercado de trabalho formal do Brasil entre 2011 e 2014, que teve um salto impressionante de 815 pessoas para 30.484 em 2014. O perfil sociodemográfico do coletivo haitiano inserido no mercado de trabalho formal do país – que foi elaborado por Cavalcanti et al (2015) a partir dos dados de 2014 – indica que: 79,4% dos admitidos

¹⁸⁵ Os estrangeiros indocumentados de outras nacionalidades percorrem caminho jurídico-burocrático semelhante aos haitianos na regularização de sua situação migratória: solicitam o refúgio junto à Polícia Federal ao ingressar no Brasil pelas fronteiras terrestres, aguardando a emissão do protocolo do pedido pelo órgão, que viabiliza o acesso a outros documentos (Cadastro de Pessoa Física-CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS), antes de dar seguimento à viagem. A diferença é que o tempo de espera é menor para os haitianos que optam por esse tipo de entrada, já que dispõem de um amparo legal exclusivo, o visto humanitário. Embora essa diferença não seja um impeditivo para a regularização dos imigrantes indocumentados de outras nacionalidades, estes se veem obrigados a renovarem de seis em seis meses um visto provisório com permissão de trabalho para manterem-se dentro da legalidade, enquanto aguardam uma resolução. Meus interlocutores dominicanos – inclusive os filhos de pais haitianos – relataram que tinham dificuldade para obter o visto permanente no Brasil, uma desvantagem em comparação aos imigrantes haitianos. Vale dizer que os dominicanos com filhos nascidos no Brasil acessavam o visto permanente com mais celeridade em relação aos seus conterrâneos em condição diversa.

eram homens e 26,6% mulheres; 69,7% tinha entre 20 e 34 anos e 26,9% entre 35 e 49 anos; 26% tinha ensino fundamental incompleto, 11,3% tinha formação incompleta do ensino médio e 35,4% concluiu essa etapa escolar. É importante ressaltar que esse perfil laboral dos haitianos se aproxima das características sociodemográficas dos imigrantes que se registraram na Polícia Federal, a saber, um coletivo majoritariamente masculino, com concentração nas faixas etárias economicamente ativas.

Entre as principais atividades econômicas que absorveram a força de trabalho haitiana estão: construção de edifícios, abate de aves, abate de suínos e frigoríficos (Cavalcanti et al, 2015; Cavalcanti & Tonhati, 2017). Setores industriais intensivos em mão de obra, como a construção civil, os abatedouros e a agroindústria da carne são os que mais se beneficiaram da presença haitiana, pois conseguiram contornar o déficit de mão de obra sem qualificação, esta criada pela recusa dos trabalhadores nacionais de se submeterem às condições de trabalho e de remuneração ofertadas, e ainda foram capazes de diminuir os custos de produção com o achatamento¹⁸⁶ do salário médio pago aos estrangeiros. Como esses dados indicam, apesar da condição de formalidade alcançada por muitos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro, eles foram incorporados de forma marginalizada, no sentido de desempenharem atividades de baixa qualificação, com salários inferiores (com média de 988 reais¹⁸⁷ no mercado formal) e, muitas vezes, submetendo-se a condições degradantes e insalubres (Mamed & Lima, 2016; Risson et al, 2017).

Outras estratégias mobilizadas pelos empregadores com vista à redução dos custos de produção estão para além do limite da legalidade, mas não são menos recorrentes e costumam atingir os segmentos mais vulneráveis, como os imigrantes. Entre elas estão: a fraude à legislação trabalhista com a não-efetivação do registro do trabalhadores nos órgãos competentes e, conseqüentemente, o não-recolhimento das contribuições previdenciárias e trabalhistas¹⁸⁸; o pagamento de salário inferior ao piso das categorias profissionais estabelecidas; a exigência de jornadas de trabalho superiores ao limite definido pela legislação; a priorização da maximização da

¹⁸⁶ Com a incorporação do contingente imigrante ao quadro de operários de baixa qualificação dos abatedouros e frigoríficos, não foi necessário aumentar significativamente os salários oferecidos para continuar atraindo mão de obra suficiente para sustentar as metas de produção estipuladas pela empresa.

¹⁸⁷ Ver: (Cavalcanti et al, 2015).

¹⁸⁸ Empresas cometem fraude ao preencherem as folhas da carteira de trabalho, dando a impressão de legalidade aos trabalhadores, mas sem os registrarem efetivamente (Sanches, 2014). A fraude é descoberta frequentemente apenas no término do contrato de trabalho, momento em que os haitianos descobrem que não tem direito à rescisão e ao seguro-desemprego, ou quando estes sofrem acidentes e não contam com cobertura do INSS.

produtividade às custas da não observância de normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho; a recusa do pagamento de verbas rescisórias; e o não recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos empregados.

O recrutamento da mão de obra haitiana

Uma medida do interesse e da urgência manifesta pela contratação dessa mão de obra foi a quantidade significativa de empresas brasileiras que enviaram representantes aos acampamentos públicos de imigrantes na fronteira amazônica do Acre e, secundariamente, em Tabatinga, no Amazonas, a fim de selecionarem haitianos interessados em trabalhar em outros estados do país. O recrutamento não ocorreu somente nas portas de entrada desses fluxos migratórios, mas foi observado nas capitais que receberam vastos contingentes de imigrantes haitianos, como Rio Branco, Rondônia, Manaus¹⁸⁹ e São Paulo, entre outras. A depender do contexto, a intermediação para a contratação dos haitianos por empresas foi realizada ora pela iniciativa da Igreja Católica¹⁹⁰, ora por representantes do poder público¹⁹¹, como a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Trabalho e Emprego, ora por organizações da sociedade civil, com destaque para as diversas associações de

¹⁸⁹ Na minha pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, observei a prática do recrutamento de haitianos na cidade de Manaus. A igreja São Geraldo era a referência na acolhida aos imigrantes haitianos. A partir de 2010, os padres responsáveis por essa igreja, Valdecir e Gelmino Costa, intermediaram centenas de contratações de haitianos por empresas dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Como procedimento padrão, além de exigir detalhamento sobre o tipo de trabalho oferecido, as condições do seu exercício e os salários pagos pelos mesmos, os padres somente aceitavam as empresas que custeavam o deslocamento e garantiam alojamento para os meses iniciais, geralmente seis (Maroni-Silva, 2014). Em Manaus, outras instituições além da Igreja São Geraldo também atuavam na intermediação do recrutamento de haitianos: a Igreja São Francisco, que acolhia mulheres e crianças estrangeiras; e a Associação Ama Haiti, que tinha um abrigo para haitianos.

¹⁹⁰ Para oferecer aos imigrantes haitianos serviços de assistência, orientação jurídica, principalmente quanto aos processos de documentação, e encaminhamento aos postos de trabalho no país, a Igreja Católica atua através de suas instituições religiosas, ordens e grupos pastorais de leigos que se especializaram historicamente no acolhimento ao migrante, entre outras atribuições, como a Rede Scalabriniana, a Pastoral dos Migrantes, a Pastoral da Mobilidade Humana, a Ordem dos Jesuítas, a Cáritas, entre outros. Estas instituições religiosas, ordens e grupos pastorais de leigos se relacionam entre si através de redes, que também estendem seus contatos de apoio para além da Igreja Católica, alcançando outras instituições religiosas não-católicas, organizações da sociedade civil, incluindo as de caráter secular, instituições públicas (como Polícia Federal, Embaixadas e Consulados) e privadas, diferentes esferas da organização político-administrativa do Estado (municípios, estados e União), além da sensibilização das comunidades dentro de suas áreas de atuação. Essas extensões da rede podem configurar relações de apoio de caráter mais ou menos durável, variando de auxílios esporádicos e ou emergenciais a relações de maior estabilidade.

¹⁹¹ A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) do Acre criou em janeiro de 2012 um cadastro de empresas interessadas em contratar haitianos e também um cadastro de haitianos a procura de vagas de emprego (Assessoria SEJUDH, 2012).

haitianos¹⁹² espalhadas pelo país, sem descartar os diferentes graus de apoio/distância entre eles.

No caso etnográfico em questão, as duas primeiras iniciativas de recrutamento de imigrantes haitianos por parte da Suíno Mais – 58 em 2012 e 75 em 2013 – foram realizadas a partir de um abrigo de imigrantes situado em Brasileia-AC, acompanhando uma tendência observada entre empresas do Centro-Sul do país. De acordo com Mamed e Lima (2015, 2016), a maior parte das empresas que recrutaram trabalhadores haitianos no Acre, entre 2010 e 2014, era do setor¹⁹³ agropecuário, destacando-se a agroindústria da carne, além da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, sediadas geralmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (Mamed & Lima, 2015; 2016). Apesar dos esforços de acompanhamento e fiscalização, a situação de maior vulnerabilidade dos estrangeiros não raro se converteu em exploração do trabalho, e, em seus casos extremos, configurando “trabalho análogo à escravidão”¹⁹⁴. Na prática do recrutamento a longa distância foram registradas diversas denúncias de promessas não cumpridas quanto às condições de trabalho, o valor dos salários e a qualidade dos alojamentos provisórios (Joseph, 2015; Magalhães, 2016; Wroblewski, 2014). Nessa situação também foram noticiados casos de configuração do crime de aliciamento de trabalhadores¹⁹⁵, que ocorre quando se recruta trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não asseguram condições do seu retorno ao

¹⁹² O antropólogo haitiano Handerson Joseph, como presidente da Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil (AIHB), também participou da intermediação da contratação de haitianos por empresas de São Paulo, Santa Catarina e Curitiba durante o ano de 2012 (Joseph, 2015, p.166). Segundo alguns interlocutores do antropólogo, as promessas dos contratantes não se concretizaram: atraso de meses no recebimento dos salários; alojamentos precários; e jornadas de trabalho acima do permitido pelas leis trabalhistas.

¹⁹³ Cavalcanti e Tonhati (2017, p.69) identificaram uma distinção entre os setores geralmente ocupados por mulheres haitianas e por homens haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro: elas eram empregadas no abate de aves, restaurantes e similares e limpeza em prédios e em domicílios; já eles eram absorvidos na construção de edifícios, abate de aves e frigorífico – abate de suínos.

¹⁹⁴ O artigo 149 do Código Penal brasileiro, complementado pelo artigo 203 e 207 do mesmo código, define os seguintes elementos como caracterizadores do trabalho análogo à escravidão, que podem vir juntos ou isoladamente: 1) a submissão de empregados a jornada exaustiva (esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarretem danos à sua saúde ou segurança); 2) a trabalhos forçados; 3) a condições materiais ou psicológicas degradantes (incompatíveis com a dignidade humana e que representem riscos à saúde e à vida do trabalhador); 4) a restrição de locomoção por qualquer meio, seja o isolamento geográfico aliado ao cerceamento de meios de transporte, a retenção de documentos ou objetos pessoais, a vigilância ostensiva ou a servidão por dívida.

¹⁹⁵ Artigo 207 do Código Penal Brasileiro e, de forma complementar, artigo 462 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Este último veda ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de acordo coletivo.

local de origem¹⁹⁶. Dito de outro modo, a cobrança do valor desse deslocamento ou desconto posterior do valor correspondente no salário pode caracterizar a servidão por dívida.

Em outubro de 2012, a supervisora do Setor Pessoal do frigorífico de Encantado, Bianca, foi pessoalmente ao acampamento público de imigrantes em Brasiléia-AC a fim de organizar a comunicação da proposta de emprego da Suíno Mais, que foi auxiliada pela exposição de imagens do ambiente de trabalho, dos equipamentos e vestuário utilizados pelos funcionários, do refeitório da empresa e da cidade de Encantado. De acordo com o depoimento de Bianca, não foi realizado nenhum tipo de processo seletivo com os candidatos às vagas, assim como não se estabeleceu qualquer critério de corte, como grau de escolaridade, capacitação técnica, experiência prévia na área, sexo ou compleição física:

“O ambiente que a gente foi era onde eles estavam alojados [...] Tu não tinha estrutura pra fazer seleção. Só ia lá e falava que tinha emprego, eles te rodeavam, você ficava no meio e tinha quarenta, cinquenta ao seu redor dizendo eu quero, eu quero, eu quero.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

Segundo a representante da empresa, os haitianos interessados na oferta de emprego se organizaram coletivamente, conversaram e, por fim, apresentaram os cinquenta e oito que se candidatariam às vagas. Ou seja, a empresa não teria arbitrado na opção entre candidatos, pois já recebera o número de voluntários equivalente à quantidade de vagas ofertadas, inclusive analfabetos e mulheres (quatro), que eram minoria na fronteira¹⁹⁷. De acordo as informações declaradas pela empresa, a composição dos funcionários da fábrica já era caracterizada pela inclusão de um número significativo de mulheres, que se aproximava da equiparação com o segmento masculino. Após a absorção dos fluxos dos novos imigrantes, a participação das mulheres teria alcançado a marca de cinquenta por cento, ademais, ocorrera um rejuvenescimento do quadro. Nas palavras de Bianca:

¹⁹⁶ O local de origem referido seria o aquele onde os trabalhadores nacionais ou estrangeiros residiam no momento da contratação e do recrutamento. Ou seja, na maioria dos casos dos haitianos recrutados, o local de origem seria a cidade onde estes se instalaram em abrigos temporários que, devido a sua natureza provisória, acabam não sendo considerados como pontos de retorno e recomeço pelos haitianos em mobilidade, que preferem tentar a sorte em outros locais a depender das redes mobilizadas de parentesco, amizade e ou vizinhança.

¹⁹⁷ De acordo com Mamed e Lima (2016, p.139), até 2012 o público do abrigo acreano era caracterizado por imigrantes haitianos do sexo masculino e jovens, com idade entre 20 a 35 anos. Já nos dois anos seguintes, aumentou a participação de mulheres, crianças, adolescentes e pessoas mais velhas, mas este segmento continuou minoritário (idem). Em números aproximados, o coletivo abrigado era formado por 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças (idem).

“Antes [da chegada dos imigrantes haitianos] eu já tinha praticamente 40% de mulheres, 60% de homens. Hoje eu tenho 50% de mulheres, 50% de homens. [...] Mas eu vou te dizer que não mudou. Talvez o que tenha mudado é que os estrangeiros são em grande parte jovens, tem uma faixa etária dos 20 aos 30 anos. Então a gente tem uma mão de obra um pouco mais jovem. O que talvez a Suíno Mais tinha no passado era uma mão de obra um pouco mais velha, porque quem trabalha aqui, trabalha muito tempo. Quem entra na Suíno Mais fica muito tempo, então entra e se aposenta.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

Na primeira turma recrutada, três casais foram contratados, o que era uma política já consolidada da empresa para seus funcionários, independente de nacionalidade, pois constituía um incentivo à fixação da mão de obra, como explica Bianca: “*Justamente porque quando tem um casal trabalhando, tudo fica mais fácil, os dois recebem, fica mais fácil pra tu viabilizar qualquer compra, investimento, então a ideia é essa mesmo: é pra tentar que as pessoas fiquem*”. É comum que as indústrias priorizem a contratação de operários casados e acompanhados da família, por avaliarem estes fatores como indicadores de maior dependência em relação ao emprego, além de associarem os solteiros à maior mobilidade – e disposição a abandonar o emprego – e ao maior grau de resistência à disciplina requerida pelo processo de produção industrial, especialmente em relação ao disciplinamento do tempo – exigência de assiduidade e pontualidade –, como salienta Luciano (2013). No caso em questão, não se trata apenas da priorização da contratação de operários casados, mas da estratégia de empregar casais. Apesar de insistir que os funcionários do frigorífico costumavam entrar na empresa e se manter lá até a aposentadoria, Bianca admite que a estabilização da mão de obra era um interesse e preocupação constantes, que motivaram a criação de estímulos como a contratação de casais. Retornaremos a esse tópico mais adiante.

A experiência de seleção *in loco* de trabalhadores para a indústria frigorífica em questão se distingue de outros métodos de triagem adotados por parte dos agentes empresariais que se dirigiram ao referido abrigo de imigrantes. Nas palavras de Mamed e Lima:

“Nessas ocasiões, os imigrantes adequados ao perfil “homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência” formavam longas filas e eram, um a um, entrevistados pelos agentes [empresariais]. No processo de triagem se verificava, por exemplo, o porte físico do imigrante, a espessura das suas mãos e canelas, o que indicava, segundo o contratante, se a pessoa estava ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observava a estatura, a condição da pele e, em alguns casos, até a genitália do trabalhador, para identificar a presença ou não de hérnias, que, de acordo com os avaliadores, manifesta maior ou menor disposição física para a atividade braçal e pesada, e até inviabiliza a execução desse tipo de atividade.” (2016, p.154).

Esse tipo de triagem, que busca inspecionar visualmente o corpo dos candidatos com o fim de selecionar aqueles considerados mais adequados ao desempenho de atividades braçais – os de aparência mais robusta e saudável – não foi relatada pela representante da empresa frigorífica e nem mencionada pelos interlocutores haitianos, no caso específico abordado. Entretanto, a redução do corpo do sujeito a uma máquina de trabalho desprovida de subjetividade é característica das relações sociais e étnico-raciais assimétricas de poder. Ditos populares como “canela fina é sinal de um bom trabalhador, que pega pesado na enxada sem reclamar” são reverberações da experiência histórica escravocrata, em que os sujeitos colonizados – que se distinguiam do ideal imposto de homem branco de origem europeia – eram reduzidos a meras “engrenagens” na cadeia produtiva, enquadrados como mais ou menos úteis. Se na época da escravidão os negros escravizados de “canela grossa” eram rotulados de “preguiçosos” e, nesse sentido, vistos como “descartáveis” diante da função que lhe era reservada, atualmente não só a expressão se mantém, como observei em campo¹⁹⁸, mas similarmente a ideia de que a integração do imigrante deva ser condicionada à sua capacidade de trabalho e de corresponder a demandas do mercado (Baeninger, 2016, Diehl, 2017). Essa ideia é cara ao paradigma da assimilação, que vem orientando as políticas dos Estados-nações na esfera migratória (Baeninger, 2016; Sayad, 1998).

No ato do recrutamento de trabalhadores haitianos de fora da região, a empresa Suíno Mais contratava imediatamente seus futuros funcionários, com assinatura obrigatória das carteiras de trabalho, como define a legislação. Após o ato, eles estarão sob o regime do “contrato de experiência” durante o prazo de sessenta dias prorrogáveis por mais trinta, depois disso o contrato é por prazo indeterminado. Essa modalidade de contrato funciona como um período de experiência que é utilizado pela empresa para verificar se o empregado tem aptidão para exercer a atividade para a qual foi contratado, enquanto o empregado também avalia se tem interesse em continuar subordinado às condições de trabalho e à estrutura hierárquica dos empregadores, ou seja, se houve

¹⁹⁸ Em tom de gracejo, um morador estabelecido, já de idade, comentou aos risos: “agora ficaram só os canela grossa”, em referência à fixação dos imigrantes haitianos no bairro de Navegantes, que foi comparada à saída substantiva dos dominicanos da cidade. Os primeiros eram associados à negritude, já a racialização dos últimos era mais ambígua. Por vezes os dominicanos eram classificados pelos encantadenses como negros, “tudo igual haitiano” ou “quase igual”, à exceção da língua e da cultura, que eram diferenciadas, mas geralmente eram percebidos como “um pouco mais brancos”. Já a autopercepção dos dominicanos – à exceção dos dominico-haitianos que reconheciam sua haitianidade e valorizavam a dimensão identitária da negritude – frequentemente fazia referência à idealização da branquidade, hispanidade e indianidade do povo dominicano, negando a contribuição africana e ou negra à sua constituição, apesar do passado escravocrata da ilha caribenha.

“adaptação”. Durante a vigência do contrato de experiência, qualquer uma das partes pode rescindir o contrato empregatício antes do prazo, sem incorrer em pagamento de verbas rescisórias para os contratantes. A avaliação da adequação dos “corpos” às atividades laborais nos diferentes setores do frigorífico ocorre durante o contrato de experiência, em que os gestores procuram alocar os novos empregados em funções nas quais demonstrem maior rendimento, com relativa margem de negociação. A princípio, três casais foram alocados nas granjas, dois homens no setor de rações e os outros quarenta e dois no frigorífico, no setor de abate e desossa. Depois todos os haitianos passaram a trabalhar somente nas linhas de produção do frigorífico, a pedido dos mesmos, que queriam se manter unidos. O uso de tradutor fluente em francês só ocorreu no evento de integração da primeira turma recrutada. Ele apresentou a “ideologia” da empresa aos haitianos – missão, visão, crenças e valores – além de outras informações de ordem prática a fim de viabilizar a futura rotina de trabalho. Daí em diante, a comunicação diária ocorreu com a mediação de alguns haitianos do grupo recrutado que compreendiam melhor a língua portuguesa. No primeiro dia útil após a chegada à cidade, os novos funcionários realizaram os exames médicos admissionais e no dia seguinte começaram a trabalhar, aprendendo a desempenhar a atividade na prática, reproduzindo os movimentos dos colegas mais experientes.

Considerando a experiência de contratação de estrangeiros satisfatória, a empresa organizou o segundo recrutamento em janeiro de 2013, nos mesmos moldes do anterior. Este ocorreu também a partir do alojamento em Brasília-AC, mas convocou um grupo maior: setenta e cinco haitianos. Já a terceira e última experiência de recrutamento foi distinta. Dessa vez os representantes da Suíno Mais foram enviados a São Paulo em maio de 2014 a fim de contratar cerca de duas dezenas de haitianos. O local escolhido para a procura por trabalhadores haitianos foi a Paróquia Nossa Senhora da Paz, na rua do Glicério. Situado no centro de São Paulo, este espaço se tornou referência aos imigrantes haitianos que chegam à cidade em busca de abrigo e de trabalho. Não por acaso, pois essa igreja já fazia parte do projeto “Missão Paz”¹⁹⁹, obra dos Missionários de São Carlos, os chamados Scalabrinianos, que se especializaram na assistência aos migrantes de diversas origens, nacionais ou internacionais, assim como

¹⁹⁹ Na Arquidiocese de São Paulo, a Missão Paz oferece abrigo e alimentação aos migrantes, através da Casa do Migrante e, por vezes, de outros espaços improvisados de acolhimento, assim como disponibiliza serviços de documentação, atendimento jurídico, médico, psicológico, aulas de português, cursos profissionalizantes, encontro entre empresas e imigrantes através do Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes.

aos refugiados (Parise, 2016). A Suíno Mais estava entre uma dúzia de empresas cadastradas para a divulgação de ofertas de emprego aos estrangeiros nesse dia, além das que vieram depois, mesmo sem cadastro antecipado. Diferente das duas experiências anteriores, a contratação a partir de São Paulo foi vista como um fracasso absoluto pela empresa. Sobre a avaliação desse dia, Bianca Donati continua:

“A impressão que a gente tinha enquanto a gente estava lá é que a gente estava prostituindo a empresa: quem paga mais leva. Isso está fora da nossa política. O que a gente disser... Isso é uma política da empresa e talvez tenha dado certo: isso aqui a gente vai fazer, a gente vai fazer, a gente cumpre exatamente o que a gente fala. Lá não, era eu te dou tanto, faço isso, aquilo. São Paulo é uma coisa fora do normal. [...] Tinha muita disputa [entre as empresas], só faltava se bater. Muito estranho. Mas isso foi em 2013... 2014, não lembro exatamente a data. Mas as experiências melhores foram as acompanhadas pela Secretaria, foram extremamente organizadas, a gente mostrou [a proposta de emprego], em São Paulo a gente não conseguia nem mostrar, já tinha outra empresa do lado tentando tirar, “aí você ganha pouco, aqui vamos pagar mais”. Claro que é lei de oferta e procura, mas até que ponto eles estavam falando a verdade? A gente sabe da empresa da gente né. [...] Quem estava lá [...] não tinha mão de obra. Hoje mudou, as coisas já mudaram. Hoje em função da crise a gente já tem mão de obra brasileira sobrando.”. (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

É curioso que essa situação seja vista como caótica: a disputa aberta entre empresas por mão de obra é degradante, na perspectiva dos empregadores, mas – inversamente – a concorrência ativa entre candidatos às vagas de emprego é normalizada como preceito do mercado. A oferta plena de empregos aos haitianos naquela situação particular foi sentida, então, como um desequilíbrio no mercado, pois reduziu parcialmente o poder de negociação dos empregadores que, com a intensificação da concorrência entre eles, se viram diante da necessidade de aumentar o valor da força de trabalho, não diretamente sobre os salários, mas através da oferta de moradia por três meses, como forma de atrair mais mão de obra. O desconforto é evidente na fala da supervisora do Setor Pessoal, que inclusive compara esse contexto incomum de disputa entre estabelecimentos por mão de obra não especializada ao ato da prostituição. Entretanto é necessário relativizar essa diminuição do poder de negociação da empresa, pois o fluxo de imigrantes haitianos e de outras nacionalidades mostrou-se contínuo e crescente pelos anos de 2012, 2013 e 2014, o que contribuiu para aumentar o exército industrial de reserva (Marx, 1996) do mercado e, como corolário, manter os salários em níveis inferiores. Desse grupo restaram poucos em Encantado. A decepção com a estrutura e a dimensão do município de Encantado, depois de conhecerem nossa maior metrópole, São Paulo, foi difícil de contornar.

A iniciativa de recrutamento à distância de imigrantes haitianos pela Suíno Mais foi a única no município de Encantado e acabou inaugurando o novo fluxo migratório, que depois se autonomizou. No entanto, a prática já era adotada por construtoras da região do Vale do Taquari²⁰⁰. As empresas da região eram motivadas pelo interesse em suprir o déficit de mão de obra de baixa qualificação e remuneração através da força de trabalho estrangeira, já que estas eram rejeitadas²⁰¹ pelos trabalhadores nativos. No caso da indústria frigorífica, o setor de abate e desossa era o mais desvalorizado pelos trabalhadores nacionais, que consideravam essas atividades “massacrantes” e “penosas” (Bocchi et al, 2014). Desde 2010, a região do Vale do Taquari tem apresentado insuficiência de mão de obra nas áreas de indústria, comércio e serviços, principalmente a capacitada, mas também para preencher as vagas de menor qualificação (A Hora, 2012). Segundo a supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, a empresa passou a enfrentar mais dificuldades para preencher a totalidade de vagas de emprego por volta de 2013. Ela atribuía esse problema a abundância de oferta de trabalho pelas diversas empresas instaladas na região:

“Antes de ir em busca dos haitianos a gente foi para todos os pontos do Rio Grande do Sul, isso antes e depois dos haitianos, porque assim, *a gente tá no Brasil, a gente tem que sempre priorizar a mão de obra brasileira*. Quando a gente tinha dificuldade e sabia que em alguma cidade uma empresa tinha fechado ou tinha mão de obra disponível, a gente ia lá, mas a gente nunca teve êxito. A gente tentou trazer de Cachoeiras do Sul, trouxemos um grupo que ficou um só. Tentamos lá de Alegrete, não deu certo. Venâncio Aires que é aqui pertinho, não deu certo. Hoje nós temos ônibus que vem de Arvorezinha, tem de Ilópolis, cidades que ainda tem condições de trazer de ônibus a gente busca. Todos os dias. A gente tem trabalhadores de toda a região aqui. Agora dessas mais longe a gente já tentou também, mas o que o pessoal quer? O pessoal não quer ficar aqui, que a ideia dos

²⁰⁰ No Vale do Taquari, a Construtora Zagonel foi uma das primeiras, senão a primeira, a recrutar imigrantes haitianos de outras regiões afastadas do país, em junho de 2012 (Rabaiolli, 2012). Está localizada no município de Lajeado, considerado como “a capital” do Vale do Taquari pelo seu destacado desenvolvimento socioeconômico, que é fundamentado na indústria de transformação, de beneficiamento, no setor de comércio e serviços. O proprietário selecionou 14 homens haitianos com interesse na área e, por via aérea, os deslocou para Lajeado a fim de empregá-los como serventes, pedreiros e operadores em prédios da cidade. Essa foi uma estratégia encontrada para contornar a escassez de mão de obra local interessada em desempenhar trabalho de base na construção civil e nas oficinas pesadas, ou seja, cargos de qualificação e remuneração inferiores. Também há falta de mão de obra capacitada.

²⁰¹ A dificuldade de atração da mão de obra nativa era amplamente reconhecida. Nesse aspecto, é oportuno reproduzir o trecho da sentença de uma ação trabalhista ajuizada por um trabalhador haitiano contra o frigorífico, que foi inclusive referido em outras sentenças que tratavam de questões semelhantes: “Ou seja, manifesto está que grande parte dos empregados na ré tem origem haitiana. Muito provavelmente, cerca de metade do seu quadro de empregados tenha origem estrangeira, ou até mais. Indaga-se então: por que a ré se vale da presença destes profissionais dadas as inúmeras dificuldades de relacionamento que lá tem sido verificadas? A resposta só pode ser uma: *a ré tem grande dificuldade de contratar mão de obra nacional para o exercício de sua atividade econômica*. E isto só pode ser ocasionado por duas razões. *Os salários não são atrativos aos trabalhadores nativos e, além disto, as condições de trabalho são penosas*. Isto está muito claro ao Juízo, diante das inúmeras desavenças que lá tem se verificado.”

haitianos é que eles se estabeleçam aqui, criem raízes aqui. As pessoas que vem de fora da região querem só trabalhar e ficar na cidade delas, aí acabam não ficando [na unidade da Suíno Mais em Encantado]. [...] Até em Santa Catarina a gente foi atrás de mão-de-obra em uma época que eles estavam fechando lá, mas também não deu certo.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

O recrutamento de trabalhadores haitianos não foi, portanto, a primeira opção da Suíno Mais como meio de aplacar a escassez de mão de obra. Na verdade foi a alternativa que se vislumbrou após contínuos fracassos nas tentativas de atrair parte da força de trabalho de municípios do Vale do Taquari, de outras cidades gaúchas mais distantes e até mesmo do estado vizinho, Santa Catarina. Estudos sobre a territorialização de um frigorífico de aves em Marechal Cândido Rondon-PR (Carvalho & Heck, 2010; Gemelli, 2009) apontam igualmente para a alta dependência desse setor em relação à mobilização da mão de obra, dado que 40% do quadro de funcionários se deslocava diariamente de áreas rurais e urbanas de 11 municípios da região – incluindo localidades do Mato Grosso do Sul – para cumprir a jornada laboral na indústria, sem contar que grande parte dos trabalhadores que morava em Marechal Cândido Rondon havia migrado de outras cidades atraída pela possibilidade de emprego no frigorífico. Tanto o Oeste Paranaense como a região do Vale do Taquari estão repletos de concorrentes no setor de frigoríficos, além da disputa com outros setores, como a construção civil, pela absorção dos trabalhadores locais, o que diminui o estímulo para que estes se desloquem de suas cidades de origem para empregarem-se e residirem em outras de posição socioeconômica similar. Nesse sentido, a opção da Suíno Mais por recrutar estrangeiros se mostrou mais eficaz, já que comparativamente os haitianos manifestaram maior interesse em fixar residência em Encantado. Não obstante, a preferência continuava a ser por nacionais, como aponta a fala de Bianca Donati, que inclusive naturaliza a mesma. Em outro momento, ela explica a valorização dos naturais da região:

“[...] o perfil dos nossos habitantes aqui [na região do Vale do Taquari] é de trabalhador, é de desbravador, de origem alemã e italiana, trabalham muito” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

O sucesso da Suíno Mais em recrutar mão de obra haitiana foi matéria de divulgação em jornais de circulação interna à região do Vale do Taquari²⁰², que anunciaram a informação de que a empresa teria sido escolhida pela Organização das

²⁰² Refiro-me aos jornais “O Alto Taquari” e “O Informativo do Vale”, que circulam na versão impressa e online (O Informativo do Vale, 2013; O Alto Taquari, 2013).

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, como exemplo de sucesso em recrutamento de mão de obra estrangeira, por oferecer oportunidade de trabalho com dignidade aos mesmos. A consultora internacional de Educação em Direitos Humanos, Alessandra Teixeira, seria a responsável por elaborar o conteúdo para a publicação de doze cadernos educacionais sobre Direitos Humanos e escolheria a referida empresa para retratar um caso de sucesso no caderno intitulado “Direito ao Trabalho com Dignidade”, mas a menção acabou não se concretizando²⁰³. Segundo os jornais, a motivação da escolha seria pelo indicativo de os haitianos recrutados pela empresa supostamente terem mantido o vínculo empregatício, enquanto os relatos da mesma secretaria sugerem que muitos não se adaptaram às empresas que os empregaram, sendo demitidos ou abandonando os postos. Mesmo não tendo se confirmado, esse suposto enquadramento da Suíno Mais como caso de sucesso no recrutamento de estrangeiros me fez refletir sobre o que seria esse “sucesso”, assim como essa “adaptação favorável” dos mesmos. Qualquer atribuição de sentido a esses termos parte da eleição de critérios para definir o que é um sucesso ou adaptação maior ou menor. Em outras palavras, é necessário ter como pressuposto um objetivo projetado – mas não necessariamente declarado – para a ação de recrutamento da força de trabalho. Na perspectiva do frigorífico e de outras empresas que recrutaram mão de obra estrangeira, o objetivo era preencher as vagas ociosas sem ter que incrementar o salário ou melhorar as condições e o regime de trabalho. Nesse sentido, se esse resultado será realizado com maior ou menor rotatividade dos empregados não invalida o sucesso do recrutamento, que depende da manutenção de uma reserva de mão de obra à disposição. Cabe pontuar que não obtive acesso aos dados da empresa relativos aos índices de rotatividade dos contratos de trabalho dos estrangeiros e dos brasileiros na unidade de Encantado, o que dificulta qualquer afirmação sobre o grau efetivo de estabilidade apresentada por cada um deles.

Tendo esse quadro em tela, cabe questionar: é possível falar em *adaptação favorável* a partir do simples indicativo da permanência dos empregados recentemente recrutados na empresa? Se considerarmos apenas o ponto de vista da empresa, sim,

²⁰³ Vale dizer que essas notícias foram divulgadas antes da publicação dos cadernos, no momento em que estavam ainda em elaboração. Com a publicação dos mesmos (SDH/PR, 2013), observei que não havia menção a nenhum exemplo positivo de dignidade no trabalho. Optou-se por ilustrar os princípios dos direitos humanos através da falta, mais precisamente, da apresentação de casos de violações aos direitos dos trabalhadores.

ocorreu um tipo de “adaptação” dos trabalhadores que é favorável aos objetivos dos empregadores de expansão da produção²⁰⁴. No entanto, não é tão simples afirmar o mesmo para os trabalhadores. É necessário ter acesso a mais informações que não apenas a permanência dos mesmos na empresa, como os pontos de vista dos próprios haitianos em relação aos aspectos positivo e negativo dessa alegada estabilidade no emprego.

Trajetórias e projetos migratórios

Diversos estudos²⁰⁵ associam a maior rotatividade à precariedade das condições laborais e de remuneração, enquanto a estabilidade é indicativa do maior grau de satisfação dos ocupantes do emprego. Entendemos que na maior parte das vezes a manutenção do vínculo empregatício não era reflexo da satisfação em relação às condições laborais e de remuneração, nem significava uma acomodação acrítica à rotina de produção e às relações hierárquicas de mando e obediência, mas ocorria independentemente da vontade dos haitianos, por força de fatores externos como: a ausência de alternativas para a rápida reinserção no mercado de trabalho; o alto grau de dependência do salário como meio de manutenção das condições de vida, com ênfase à alimentação e à habitação²⁰⁶, e de amortizar as dívidas contraídas nos esforços

²⁰⁴ Segundo Magalhães (2016), a expansão da produção econômica de muitos frigoríficos nacionais – com criação de terceiro turno de trabalho - foi viabilizada pelo recrutamento e absorção de mão de obra migrante, incluindo a interna ao país e as originárias de fluxos internacionais. O setor enfrentava o “apagão de mão de obra” sem especialização, já que os nativos não se interessavam pelas condições de trabalho e de remuneração precárias.

²⁰⁵ No campo de estudo interdisciplinar do trabalho, estabeleceu-se estreita correlação estatística e inclusive relação circular de causa e efeito (reforço mútuo) entre a alta rotatividade de um setor e a precariedade das condições de trabalho e de remuneração (Braga, 2014; Gonzaga, 1998; Souza, 2015). Do ponto de vista subjetivo, a alta rotatividade geralmente indica a insatisfação da média dos empregados e a baixa rotatividade o maior grau de satisfação, mas não é uma relação simples, já que esse fenômeno multicausal depende igualmente do contexto macroeconômico (índice de desemprego, por exemplo) e não apenas da qualidade do emprego. Três fatores geralmente são avaliados para caracterizar a má qualidade de um posto de trabalho: a baixa produtividade, a baixa remuneração e a alta rotatividade (Gonzaga, 1998). A alta rotatividade pode ser interpretada como elemento de resistência dos operários a adaptarem-se às exigências do processo de trabalho (Luciano, 2013; Carvalhal & Heck, 2010), embora a baixa rotatividade não necessariamente signifique a conformidade às condições de produção. Já as demissões por iniciativa do empregador que elevam a taxa de rotatividade podem assumir a função de selecionar os operários, excluindo aqueles avaliados como “insubordinados” (Luciano, 2013). Enquanto recurso de seleção de operários e de controle dos salários, a manutenção da alta rotatividade em postos de baixa qualificação tende a ser utilizada pelas empresas em contextos de abundância do exército industrial de reserva.

²⁰⁶ No próximo capítulo, analisaremos as estratégias de imobilização da mão de obra acionadas pela indústria frigorífica, que condicionava o usufruto de certas modalidades de moradia à continuidade do vínculo empregatício. Entre elas a oferta de hospedagem provisória aos imigrantes haitianos recrutados e a instituição de uma modalidade de contrato de locação de imóveis em que a empregadora atuava como

individuais e coletivos de mobilização de recursos para a realização do projeto migratório; a insuficiência de recursos monetários para investir em novo deslocamento, seja em escala nacional ou internacional.

Além de analisar as motivações subjetivas e as condições objetivas que contribuem para a maior estabilidade da força de trabalho haitiana na Suíno Mais, é necessário também qualificá-la. Para tal, situaremos a experiência de emprego no frigorífico diante da trajetória dos sujeitos e dos seus projetos de vida, abordando a dimensão migratória, profissional e educacional dos mesmos. Mobilizo os conceitos de trajetória, projeto e campo de possibilidades, tais como definidos e inter-relacionados por Velho:

“Beneficiei-me das obras de diversos autores mas vem principalmente de A. Schutz a influencia principal nessa direção. *Projeto*, nos termos deste autor, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades.” (1994, p.40).

As categorias acionadas por Velho são interessantes para pensar os contextos socioculturais particulares que conformam os múltiplos campos de possibilidades dos atores sociais, a dimensão de intersubjetividade dos projetos neles inseridos e a dinâmica de interação entre os projetos individuais e coletivos. Dessa maneira, revelam-se simultaneamente os valores culturais compartilhados e as especificidades de cada trajetória. Entendemos, pois, a trajetória dos sujeitos e das famílias como expressão dos projetos individuais e coletivos cultivados no campo social transnacional haitiano, que conferem sentido àquela. A respeito do contexto etnográfico em tela, a maior parte dos meus interlocutores haitianos afirmou não somente que mudaria de emprego (ou de cidade/ país), caso soubesse de uma oportunidade melhor, mas que cultivava projetos de investimento na educação e ou profissionalização, com o objetivo de alcançar futuramente melhores posições no mercado de trabalho. Os diversificados projetos migratórios que orientavam as escolhas dos meus interlocutores haitianos em Encantado se assemelhavam quanto à centralidade da procura incessante por melhores

terceira interveniente, garantindo o desconto do aluguel diretamente na folha de pagamento dos seus funcionários estrangeiros. Essa modalidade de contrato locatício contornava um enorme obstáculo para os estrangeiros se integrarem ao mercado imobiliário formal como consumidores, que era a obrigação de indicar fiadores com imóveis, e assim acessar áreas urbanas mais valorizadas, como o centro. Vale ressaltar que essas estratégias da empresa encontravam resistência por parte dos haitianos.

oportunidades de trabalho em países estrangeiros, como meio de contribuir com o sustento da família no Haiti. O presente estudo, assim como outros na área, indica que a mudança de emprego (e ou cidade/país) é geralmente motivada pela busca de postos de trabalho com melhor remuneração e com condições menos penosas, precárias e ou livres de maus tratos (Joseph, 2017; Risson et al, 2017). Os interlocutores haitianos frequentemente expressavam o desejo de se tornarem “profissionais”, como eles costumavam dizer, referindo-se ao exercício de uma função especializada aprendida através do estudo formal, seja curso técnico ou superior. O interesse em compreender o campo de possibilidades de estudo no Brasil ficava claro com os contínuos questionamentos endereçados a mim, assim que descobriam que eu era uma estudante universitária. Vindo com o segundo grupo recrutado pela Suíno Mais, Augustin expôs a sua percepção sobre as oportunidades de trabalho e de estudo no Brasil, que foi construída a partir da experiência no contexto migratório local:

“Eu estou no Brasil, como é as coisas? Agora tá com crise. Se tu quer vir no Brasil, eu não vou te dizer: ‘sim, pode vir!’. [...] Tu pode chegar lá, trabalha, tu faz dois anos, tu não consegue estudar e trabalhar. Vou dizer pra ele. Não vou dizer pra não vim. Só vou explicar as coisas estão feias agora. É bem complicado, até para os brasileiros. [...] Porque os haitianos tem sempre, meu Deus do céu, sempre quer vim no país. Os haitianos gosta de estudar e trabalhar! O que é mais complicado é de estudar. O Brasil o problema mais grave para nós é não conseguir estudar. [...] Pra mim, eu sei como funciona. Os haitianos podem receber, ganha assim oh, um pouco dinheiro e tem liberdade pra estudar, porque nós cremos que depois do estudo, nós podemos fazer mais coisas. Mais que tu estuda, mais tu consegue um emprego melhor e mais também... Quando tu acha um serviço melhor, mais tu consegue viver bem. [...] Eu trabalhei como professor né [no Haiti]. Tô no Brasil, tô trabalhando numa fábrica de plásticos. Não vou dizer mais nada né, pode imaginar como é as coisas.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

No Haiti, Augustin era professor de matemática e já havia trabalhado também como técnico no recenseamento da população do país. Enquanto muitos imigrantes haitianos jovens emigraram com o objetivo de, mais tarde, ingressarem em universidades estrangeiras²⁰⁷, Augustin optou por um caminho diferente, se formar no Haiti e fazer pós-graduação no exterior, com o objetivo de voltar mais qualificado para acessar melhores vagas de trabalho. Casado, pai de uma criança, Augustin deixou sua família para estudar no Equador em junho de 2012. Três irmãos de Augustin já viviam no país. Ele entrou no Equador com o visto de turista, mas aguardava o de estudante para se matricular em um curso de pós-graduação. O processo foi mais complicado do

²⁰⁷ Há vários casos de jovens que interromperam cursos superiores em universidades do Haiti ou da República Dominicana para (re)emigrar com destino ao Brasil, acreditando que encontrariam melhores condições de dar continuidade aos estudos no país.

que ele imaginou, meses aguardando e nenhuma resolução. Com saudades de sua esposa, enviou dinheiro que conseguiu dando aulas de reforço de matemática e de química no Equador para financiar sua viagem. Sem perspectivas de regularização do status migratório do Equador, Augustin e sua esposa decidiram tentar a vida no Brasil, estimulados pela esperança de acessar o “visto humanitário”. Ele foi motivado pelo conselho de um amigo que estava em São Paulo, que o convenceu pela própria experiência de que o Brasil era um bom país para trabalhar e estudar²⁰⁸. Em janeiro de 2013, ele e sua esposa foram recrutados no abrigo público do Acre para trabalhar no frigorífico de Encantado com carteira assinada. No entanto, mais de quatro anos depois, Augustin ainda não conseguira realizar o objetivo primeiro de seu projeto migratório: estudar. Já não trabalhava mais no frigorífico, de onde foi demitido, mas continuava a exercer uma atividade sem qualificação em uma indústria local.

Outros imigrantes haitianos – uma minoria, vale ressaltar – conseguiram obter um tipo de especialização em Encantado, apesar do município não oferecer muitas opções de cursos técnicos ou profissionalizantes. Cito o caso de Claudy, que emigrou em janeiro de 2014 com a meta de trabalhar para financiar os estudos no Brasil. Claudy estava empregado no frigorífico de Encantado, mas mantinha o plano de futuramente graduar-se em agronomia ou engenharia civil, o que requererá uma nova mudança de cidade, já que o município não oferece opções de cursos no ensino superior. Sem condições materiais de ingressar em uma universidade naquele momento, Claudy optou por um curso profissionalizante de instalação de câmeras de segurança, mas ainda não obtivera um emprego na área.

Outro caso semelhante é o de Peterson, imigrante haitiano de 34 anos, que fez um curso técnico na esperança de ampliar as oportunidades de emprego para além das funções não-qualificadas em indústrias locais. A vinda ao Brasil, em abril de 2015, foi sua primeira experiência migratória. Entre as razões que o motivaram a sair do Haiti, ele mencionou o cenário de destruição pós-terremoto, a situação de insegurança e a escassez de oportunidades de trabalho no país, especialmente para os jovens que tem interesse em especializar-se através de curso técnico ou superior e ascender socialmente com o exercício da profissão. Mesmo com formação em mecânica em uma universidade haitiana, Peterson não encontrou espaço no mercado de trabalho haitiano, enfrentando desemprego ou sendo subutilizado como mão de obra em funções como a de motorista

²⁰⁸ O amigo trabalhava e fazia um curso técnico em São Paulo.

de ônibus, caminhão e operador de retroescavadeira. Com mais de dois anos de experiência de vida no Brasil, especificamente em Encantado, Peterson manteve a visão de que o nosso cenário econômico era melhor, se comparado ao do Haiti. Havia empregos, o que já era uma vantagem, mas – por outro lado – as vagas efetivamente ocupadas pelos haitianos, em sua opinião, eram serviços árduos, mal remunerados e sem perspectiva de crescimento profissional. Funcionário da linha de produção do frigorífico, Peterson trabalhava de segunda a sexta das 19 horas às 3 horas da manhã para receber por volta de mil e duzentos reais por mês. Para acessar melhores oportunidades de trabalho, Peterson queria estudar agronomia em uma universidade pública no Brasil. Ele estava se informando sobre as condições de acesso com um amigo, também haitiano, que ingressou na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)²⁰⁹, situada em município de mesmo nome, a 226 km de Encantado. Enquanto não realizava o projeto de ingresso no ensino superior, Peterson fez um curso técnico de operador de retroescavadeira em Lajeado, uma cidade vizinha, na esperança de obter um emprego melhor.

Henry foi um dos imigrantes haitianos que concluiu os últimos anos do ensino médio em Encantado. Ele era carpinteiro e antes de vir ao Brasil, em meados de 2014, vivera por três anos na República Dominicana. Em sua opinião, independente do país de imigração, se mais ou menos desenvolvido, os imigrantes desempenhariam atividades exaustivas, de baixa qualificação e com salários inferiores, caso não se especializassem através dos estudos. Por isso ele decidiu vir ao Brasil, acreditando que aqui existiriam mais oportunidades de estudo. Em Encantado, ele de fato deu continuidade aos estudos, cursando o 2º e o 3º ano do ensino médio à noite no Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini, enquanto trabalhava durante o dia no setor de abate da indústria frigorífica. Ele contou que ao entrar na escola, em 2015, ele era o único haitiano da classe, mas em 2016 teve a companhia de mais dois conterrâneos em sala de aula. Com 31 anos, noivo e sem filhos, Henry não se vê empregado no frigorífico futuramente, pois quer sair do município. Seus projetos de futuro incluem financiar a vinda da noiva do Haiti, a fim de se casarem no Brasil, e cursar agronomia em uma universidade pública. Não era apenas um desejo vago, sem considerações de ordem pragmática. Henry estava sempre se informando sobre o campo de possibilidades de estudo no

²⁰⁹ Em 2017, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) criou um programa voltado a imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade para acesso a formação técnica, tecnológica e superior, com reserva de até 5% das vagas de cada curso para esse público. Para mais informações ver: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/refugiados-e-migrantes/>>. Acesso em: 18 set.2018.

Brasil. Ele cogitava estudar na Universidade Federal de Santa Maria, em município gaúcho de mesmo nome, ou na Universidade Federal da Fronteira Sul, especificamente no campus de Chapecó-SC. Enquanto aquela oferecia um programa específico para ingresso de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, esta destinava vagas suplementares a estudantes haitianos através do PROHAITI²¹⁰. A rede de contatos de Henry se estendia para as duas universidades em questão, o que lhe possibilitava não só o acesso às informações oficiais acerca das vagas, dos cursos disponíveis e dos requisitos e etapas dos processos seletivos, disponíveis em sites públicos, mas uma visão mais particularizada sobre os cursos, a rotina de estudos no campus universitário e as condições de vida na cidade. Havia universidades mais próximas, como a Univates em Lajeado, mas as mensalidades eram incompatíveis com a renda de Henry, como ele afirmou. Ele ainda pretendia chamar os irmãos para vir ao Brasil morar com ele, mas só o fará quando se estabelecer em uma cidade com melhor acesso ao ensino superior, para que todos eles estudem.

Por fim, cito o caso de Jameson, um dos imigrantes haitianos que se formou no curso técnico em contabilidade, na área de gestão, no Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini, mas que enfrentava entraves burocráticos para ter seu diploma reconhecido. No Haiti, o jovem Jameson era estudante: fez estágio como eletricista e encanador e estava cursando a graduação em Ciências Econômicas em uma universidade de Porto Príncipe, que foi interrompida com o projeto imigratório. A decisão de vir ao Brasil não partiu de Jameson, mas foi orquestrada pelo pai, que simplesmente o informou a respeito com as passagens compradas em mãos. Ele prontamente acatou a ordem do pai e não questionou sua autoridade em nenhum momento durante as nossas conversas. Estando sua prima já estabelecida em Encantado,

²¹⁰O PROHAITI é um programa de acesso à educação superior da UFFS voltado para estudantes haitianos, que concorrem a vagas suplementares por meio de um processo seletivo especial. Ele foi criado através de parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 do CONSUNI. Para o edital do 1º semestre de 2017, foram abertas 47 vagas suplementares em cursos de Graduação, nos campi Chapecó, em Santa Catarina, e Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná. O processo seletivo consta de uma prova de redação e de uma prova com vinte questões objetivas de múltipla escolha, com objetivo de testar os conhecimentos dos candidatos em Língua Portuguesa. Para realizar a inscrição, é preciso apresentar, pessoalmente ou por meio de procurador, cópia dos seguintes documentos, acompanhada do original para conferência: Passaporte com visto vigente; CPF; Protocolo do Registro Nacional de Estrangeiro; Comprovação quanto à conclusão do Ensino Médio na forma de histórico escolar e diploma/certificado de conclusão do nível de estudos equivalente ao Ensino Médio brasileiro, emitidos pelo Governo da República do Haiti; Requerimento de Inscrição preenchido e assinado; Comprovante de residência atualizado (no máximo com 90 dias de emissão). Fonte: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/384-universidade-federal-da-fronteira-sul-oferece-vagas-em-cursos-de-graduacao-para-imigrantes-haitianos-campus-chapeco-oferece-curso-preparatorio-para-o-certame>>. Acesso em 20 fev. 2017.

como funcionária de um frigorífico, Jameson veio ao seu encontro. Com dois meses no município, Jameson conseguiu uma vaga de trabalho na Suíno Mais, o mesmo frigorífico que havia empregado sua prima, sendo lotado no setor de embutidos. Tal ocupação, no entanto, era vista por Jameson como temporária, uma forma de se manter até conseguir ingressar no ensino superior, que era o objetivo último da migração. Ao questionar se ele estava satisfeito com as condições de trabalho e de remuneração atuais, Jameson disse que não e justificou. Sua função no frigorífico não corresponderia ao verdadeiro exercício de uma profissão, em sua opinião, pois não requeria uma especialização através do estudo, somente o aprendizado de atividades por meio da própria prática de trabalho. Ele tinha preferência pelos cursos superiores de Ciências Econômicas, Engenharia Civil ou Elétrica, pois desenvolveu o gosto pelos números. Como não existia faculdade na cidade de Encantado e em Lajeado, cidade a 33 quilômetros de distância, as mensalidades dos cursos superiores custavam acima de 600 reais, um valor maior do que Jameson tem condições de arcar, ele planejava se inscrever na seleção da UFFS direcionada a candidatos haitianos. Ele chegou a visitar o município de Realeza, no Paraná, com o propósito de conhecer um dos campus da UFFS. Outra alternativa considerada por Jameson era se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a fim de concorrer a bolsas de estudo em faculdades particulares. Questionei se ele indicaria a cidade de Encantado para outros imigrantes haitianos, ao que ele respondeu negativamente, considerando que a cidade não oferecia muitas opções de emprego e de estudo. Segundo Jameson, seus conterrâneos costumariam sair do Haiti com o objetivo de ingressar em universidades estrangeiras, mas isso não seria somente o resultado de restrições de ordem econômica ou da escassez de vagas nas instituições de ensino superior do país. Ele mesmo seria um exemplo disso, dado que interrompeu o curso superior em Ciências Econômicas para se engajar nos projetos migratórios de sua família. Para Jameson, uma das razões seria a maior valorização da educação que vem de fora em comparação à nacional. Claro que é necessário qualificar essa afirmação, já que os países estrangeiros são classificados hierarquicamente pela diáspora haitiana e não estão, portanto, no mesmo plano. Mas a regra seria essa, o melhor é o que vem de fora. Já findo o campo, em fevereiro de 2018, soube que Jameson, com quem mantenho contato, continua em Encantado trabalhando no frigorífico e iniciou um curso técnico em eletroeletrônica pela Univates, em Lajeado.

Em suma, os funcionários haitianos do frigorífico continuavam atentos a melhores oportunidades de emprego fora do município – já que lá não havia muitas

opções além da Suíno Mais – através das suas redes de contato que acompanham a diáspora haitiana pelo globo, embora muitos fatores limitassem a mobilidade, como foi apontado. O trabalho era o eixo norteador da condição de mobilidade haitiana, mas é necessário frisar que as condições de acesso à educação e profissionalização eram frequentemente avaliadas pelos sujeitos haitianos na definição dos próximos destinos migratórios almejados (Joseph, 2015), assim como a existência de uma rede de apoio no local, como foi indicado nas narrativas acima.

Trabalhos precários no contexto de crise

Com a chegada do primeiro grupo de haitianos em Encantado pelo recrutamento ativo da Suíno Mais, deu-se início a um fluxo autônomo de haitianos e, em menor número, de dominicanos, com destino à região, atraídos pelas oportunidades de trabalho divulgadas pelos seus contatos que já estavam estabelecidos ali. O acionamento de redes sociais de parentesco, amizade e vizinhança foi fundamental para orientar essa nova dinâmica de mobilidade. Desde o último recrutamento de imigrantes haitianos pela Suíno Mais em maio de 2014, não houve nenhum problema com falta de mão de obra não qualificada na cidade e nem necessidade de novos recrutamentos pelo frigorífico, pois mesmo nos casos de demissões – seja a pedido do trabalhador ou por motivação patronal – já existia um excedente de mão de obra imigrante na região disposto a ocupar as vagas de emprego remanescentes. É difícil prever até quando essa situação se manterá, pois se a retração da economia brasileira em meados de 2015 aliada à desvalorização da moeda diminuiu a demanda por mão de obra, por outro lado também impactou a oferta da força de trabalho estrangeira, com a tendência de diminuição significativa do fluxo de haitianos e de outras nacionalidades ao Brasil acompanhado do aumento do movimento de saída do país, seja para retornar ao país de origem, seja para tentar novo destino no campo transnacional haitiano.

Fundada na década de quarenta, a Suíno Mais diversificou suas atividades para além da cadeia produtiva de suínos (granja, matadouro e frigorífico de suínos) em meados dos anos sessenta, quando a empresa acrescentou a fábrica de rações, a indústria de laticínios, as atividades de armazenagem e comercialização de grãos e o Supermercado Suíno Mais. A produção mais diversificada era voltada para o

abastecimento do mercado interno²¹¹, enquanto a exportação, que se iniciou em 1992, se limitava aos cortes suínos congelados e tinha como destino países como a Rússia, o maior importador da empresa, além de Hong Kong, Argentina, Uruguai e outros países do Continente Africano e do Leste Europeu²¹². Em 2015, a cooperativa Suíno Mais comportava mais de 4 mil associados e abatia, diariamente, 2.600 suínos de 105 dias de idade. À essa época, ela contava com 1.752 empregados na matriz encantadense, sendo 1.500 na linha de produção, incluindo 411 estrangeiros (80% haitianos e 20% dominicanos, 290 homens, 121 mulheres)²¹³. Após 2015, com o aprofundamento da crise econômica brasileira, muitos haitianos e dominicanos saíram do Brasil, retornando ao país de origem ou investindo em outros projetos migratórios, especialmente o Chile e os EUA, conforme meus interlocutores. Como o grupo de dominicanos em Encantado já era diminuto, o impacto foi mais visível: em julho de 2017, restavam menos de duas dezenas²¹⁴ no município. Já a dimensão da comunidade haitiana local continuou significativa.

Com a difusão dos haitianos pelos estados brasileiros e a atuação das redes sociais de contato com parentes, amigos, vizinhos e conhecidos dos mesmos, a prática do recrutamento de trabalhadores haitianos a longa distância por empresas decaiu. Os custos adicionais das empresas com o deslocamento²¹⁵ de trabalhadores tornaram-se

²¹¹ Segundo o presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACSURS), Valdecir Luis Folador, 85% da produção de suínos são comercializados no Brasil, enquanto 15% são destinados à exportação (Bencke, 2014). Em agosto de 2014, a Rússia proibiu a importação de produtos alimentícios dos Estados Unidos, entre outras sanções econômicas, em represália à participação do país norte-americano na guerra da Ucrânia. Esse cenário gerou expectativa de maior exportação de carne suína do Brasil para a Rússia, que já era o país que mais importava carne suína brasileira. No primeiro semestre de 2014, foram 83.760 toneladas, mais de 35% do total exportado, conforme a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Atrás da Rússia, seguem países como Hong Kong, Angola, Cingapura e Uruguai.

²¹² As informações a respeito dos países que importam carne suína produzida pela Suíno Mais estavam nos sites da empresa. Somado aos países citados em destaque, a empresa também exportava para Macau, Cingapura, Egito, Dubai, Angola, Gabão, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Seychelles, Vietnã, Tailândia, Moldova, Geórgia, Abkhazia e Azerbaijão. Importante enfatizar que essa lista se altera constantemente com o tempo, pois há transformações no mercado exterior e nas medidas sanitárias, que definem a lista dos países aprovados para se exportar.

²¹³ Dados indiretos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apresentados em notícia do site do Ministério Público do Trabalho (MPT Notícias, 2015). Observação: Apesar de conseguir entrevistar a supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, Bianca Donati, em 3 de março de 2016, após várias tentativas prévias de contato por e-mail e depois pessoalmente na recepção da Suíno Mais, não obtive autorização para acessar quaisquer dados da empresa, apenas os mencionados durante a entrevista gravada, que eram estimativas imprecisas. Ela falou de aproximadamente 480 estrangeiros trabalhando na empresa, sendo 20% de dominicanos e 80% de haitianos. Essas informações se aproximam das disponibilizadas no site do MPT.

²¹⁴ Baseio-me na informação dada por um dos meus interlocutores dominicanos, Ramon, que afirmou existir apenas dezoito dominicanos em Encantado, pois ele conhecia e mantinha contato com cada um.

²¹⁵ De acordo com a Instrução Normativa nº 90/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, nas situações de recrutamento de trabalhadores urbanos – nacionais ou estrangeiros – e o seu transporte para localidade

desnecessários, visto que os próprios haitianos passaram a circular pelo país em busca de trabalho, orientados por suas redes.

A queda do recrutamento ativo de trabalhadores imigrantes pelas empresas é explicada, de outro modo, pela transformação radical do cenário econômico do país nos últimos anos. Se no período de 2010 a 2013 a economia brasileira estava em expansão, desde 2015 sofreu acentuada retração, o que é apontado pela evolução das taxas de crescimento do PIB, calculadas em relação aos anos anteriores²¹⁶: 2010 (7,5%); 2011 (3,9%); 2012 (1,9%); 2013 (3%); 2014 (0,1%); 2015 (-3,8); 2016 (-3,6%); 2017 (1%). O índice de variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2014, considerado estável, foi o pior desde 2009, quando o país estava no auge da crise econômica mundial, deflagrada pela Europa e pelos Estados Unidos. Já o de 2015, de ordem negativa, representa a pior queda desde o início da série histórica atual, iniciada em 1996 pelo IBGE.

A redução da economia em 2015 reflete retrações em praticamente todos os setores da economia, com exceção apenas da agropecuária e da extrativa mineral, que cresceram²¹⁷, respectivamente, 1,8% e 4,9%. As demais atividades econômicas registraram queda: formação bruta de capital fixo (-14,1%); construção civil (-7,6%); indústria (-6,2%); indústria de transformação (-9,7%); serviços (-2,7); comércio (-8,9%); produção e distribuição de eletricidade, gás e água (-1,4%). Essa situação de retração da economia aliada aos índices de retração do crédito, por um lado, e a alta dos juros e inflação, por outro, impactaram a vida dos trabalhadores nacionais e estrangeiros com a deterioração do quadro de emprego e renda e a conseqüente perda de poder

diversa de sua origem, é necessária a comunicação do fato ao órgão local do MTE por intermédio da Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT), que constará, além da identificação do empregador ou da empresa contratante, o endereço da sede do contratante e a indicação precisa do local de prestação dos serviços; os fins e a razão do transporte dos trabalhadores; o número total de trabalhadores recrutados; *as condições pactuadas de alojamento, alimentação e retorno à localidade de origem do trabalhador*; o salário contratado; a data de embarque e o destino; a identificação da empresa transportadora e dos condutores dos veículos; a assinatura do empregador ou seu preposto. O local de origem referido pela instrução normativa seria o local onde os trabalhadores nacionais ou estrangeiros residiam no momento da contratação e do recrutamento. O empregador poderá optar por realizar os exames médicos admissionais na localidade onde será prestado o serviço, caso não haja serviço médico adequado no local da contratação, desde que tal providência ocorra antes do início da atividade laboral. Na hipótese de o trabalhador não ser considerado apto para o trabalho, o empregador será responsável pelo custeio das despesas de transporte até o local de origem, bem como pelo pagamento das verbas salariais decorrentes do encerramento antecipado do contrato de trabalho.

²¹⁶ Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais (Indicadores de Volume e Valores Correntes) de 2017.

²¹⁷ A variação em volume do Valor Adicionado da Agropecuária decorreu, principalmente, do aumento da produção das culturas de soja (11,9%) e milho (7,3%). Já o desempenho positivo da Extrativa mineral se deveu ao aumento da extração de petróleo e gás natural, assim como ao crescimento da extração de minérios ferrosos.

aquisitivo. A tabela abaixo apresenta a relação de admissão e de demissão de haitianos por ano no Brasil:

Admissão X Demissão de haitianos, Brasil (2010 - 2017)			
Ano	Admissões	Demissões	Saldo
2010	23	8	15
2011	1.009	490	519
2012	4.812	2.374	2.438
2013	9.801	4.070	5.731
2014	17.577	6.790	10.787
2015	28.822	21.838	6.984
2016	19.475	27.309	- 7.834
2017	21.981	13.399	8.582

Fonte: (Cavalcanti et al, 2015; OBMigra, 2018).

De 2010 a 2014, o saldo líquido de admissões, com subtração das demissões, foi positivo e crescente. Em 2015 continuou positivo, mas apresentou uma queda em relação ao ano anterior, indicando os primeiros sinais da crise econômica. O aumento do volume de movimentações como um todo no ano de 2015 já indicava a alta rotatividade²¹⁸ dos empregos. Em 2016 observamos o número de demissões superar o de admissões, contrastando com os demais anos. Como observamos anteriormente, os trabalhadores haitianos se concentraram em categorias com baixos salários dentro dos setores de: 1) construção civil; 2) frigoríficos e abate de aves, suínos e bovinos, estes classificados como fabricação de produtos alimentícios, subcategoria da indústria de transformação; 3) e serviços. Todos esses setores sofreram retração econômica em 2015 e 2016, com diminuição dos postos de trabalho. O quadro é alarmante, tendo em vista que o segmento de imigrantes geralmente apresenta maior vulnerabilidade às crises econômicas.

²¹⁸ A rotatividade se refere à movimentação contratual, calculada em percentagem, do número de trabalhadores substituídos por outros no total de trabalhadores. A alta rotatividade de empregos indica uma grande flexibilidade contratual, com predomínio do emprego de curta duração. Há dois tipos de taxas de rotatividade: 1) A taxa de rotatividade global, que envolve todos os desligamentos observados no ano, independente dos seus motivos; 2) A taxa de rotatividade descontada, em que são excluídos os desligamentos por motivos não ligados diretamente à decisão do empregador, ou seja, desligamentos por morte e aposentadoria do trabalhador, transferências e desligamentos a pedido do trabalhador. As decisões tipicamente patronais dizem respeito, principalmente, às demissões sem justa causa, com justa causa e término de contrato.

Mesmo antes da crise econômica, os setores que mais absorveram a mão de obra de imigrantes haitianos já eram caracterizados por elevada rotatividade de contratos de trabalho, ou seja, altos índices de demissão seguidos de admissão, sendo que parte significativa desses desligamentos era de motivação patronal (DIEESE, 2013). Essa alta rotatividade representava maior insegurança para o trabalhador, pois implicava em períodos de desemprego, mais ou menos longos, seguido da busca por nova inserção no mercado de trabalho. Os segmentos de trabalhadores mais atingidos pelos desligamentos no país eram os mais jovens e os de menor escolarização, se comparados aos que permaneceram ativos (DIEESE²¹⁹, 2013). Tendo como referência os 0,5% de estabelecimentos com maior número de desligamentos em 2013, os setores²²⁰ que mais se destacaram eram: seleção, agenciamento e locação de mão de obra; obras de infraestrutura; construção de edifícios; agricultura e pecuária; e fabricação de produtos alimentícios (idem).

Como vimos, uma parte desses setores foi responsável pelo recrutamento e absorção de mão de obra haitiana, como é o caso das agroindústrias da carne. A alta rotatividade do emprego nesse setor da economia não é explicada somente pela crise econômica vigente, mas de certa forma é constitutiva de suas dinâmicas de apropriação da mais-valia. É importante salientar que a concentração de postos de trabalho não qualificados, de baixa remuneração e de alta rotatividade não é atributo exclusivo da agroindústria da carne, mas é uma forte marca do mercado de trabalho formal e informal no Brasil de modo geral (Braga, 2014; Souza, 2015). Conforme Braga (2014), na última década do século XX, foi inaugurado um novo ciclo de reestruturação produtiva das atividades econômicas no Brasil, este marcado pela acentuação das políticas neoliberais, da financeirização do capital e pela reconfiguração das relações sociais de produção, com aumento da terceirização, flexibilização e precarização do trabalho. Tais mudanças acompanharam a instauração do novo modelo de expansão capitalista global – o regime de acumulação flexível ou pós-fordista (Harvey, 1989) – que impactou negativamente os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, ampliando as fileiras do chamado “preariado”. Conforme definição de Standing (2014), o precariado seria uma classe em construção que marcaria a fase de

²¹⁹ Comparação dos índices de 2003 com os de 2013 realizado pelo DIEESE, a partir dos dados da RAIS (DIEESE, 2013).

²²⁰ Caracteristicamente os setores da agricultura e da construção civil têm taxa de rotatividade superior à média em consequência da natureza sazonal de suas atividades. Se a atividade agrícola tem produção cíclica anual, a construção civil, por sua vez, é caracterizada por diferentes etapas de obras, que implicam em diferentes volumes de trabalho e tipos de ocupação (DIEESE, 2011).

Transformação Global da economia e é caracterizada pela insegurança crônica no trabalho e na forma de inserção social, com restrição ou sonegação dos direitos:

“Ao contrário do que, também neste aspeto, se passava com o proletariado do século XX, cuja insegurança no emprego podia estar coberta por medidas de proteção social, o *precariado encontra-se exposto a uma incerteza crônica*, tendo pela frente uma vida de desconhecidas incógnitas. São, finalmente, bem definidas também as relações do precariado com o Estado, no sentido em que possui menos direitos do que todos os demais. De facto, *o precariado caracteriza-se por uma fundamental insegurança no que toca a direitos*. Como se demonstra noutra local (Standing, 2014), esta é a primeira vez na história em que o Estado retira sistematicamente direitos aos seus próprios cidadãos. *Há cada vez mais pessoas – e não apenas migrantes – a ser transformadas em “denegadas”, limitadas no alcance e no aprofundamento dos respectivos direitos cívicos, culturais, sociais, políticos e económicos*. É-lhes, cada vez mais, negado aquilo a que Hannah Arendt chamou “*o direito a ter direitos*”, e que constitui a essência da verdadeira cidadania. Este aspeto é crucial para se entender o precariado. A sua característica essencial é ser mendigo²²¹, pedinte, obrigado a depender de dádivas discricionárias e condicionais vindas não só do Estado, como também das agências e demais instituições de caridade privadas que operam em seu nome.” (Standing, 2014, p.13).

O precariado seria, portanto, a classe trabalhadora não qualificada ou de baixa qualificação, que sofre os efeitos perversos da lógica de trabalho flexível, encontrando-se fortemente exposta: ao desemprego e à informalização e, nesse sentido, à desproteção social e trabalhista; à terceirização, aos contratos temporários e regimes de tempo parcial; e às condições precárias de trabalho, com sub-remuneração, elevada rotatividade no emprego, desrespeito às leis trabalhistas e previdenciárias e alta incidência de acidentes e doenças laborais (Standing, 2014). Embora o precariado inclua a fração migrante, ele não se restringe a esta, englobando outros segmentos vulneráveis às flutuações do mercado, como jovens, mulheres e não brancos (Braga, 2014). No atual modelo de desenvolvimento brasileiro, o crescimento de setores econômicos estratégicos – agroindústria, construção civil, mineração e petróleo – se apoia fundamentalmente sobre a exploração da mão de obra barata (Braga, 2014). As crises econômicas intensificam os usos desses recursos já normalmente mobilizados para a redução de custos trabalhistas, com destaque para a rotatividade e flexibilização dos postos de trabalho, especialmente os não qualificados. Tendo situado a agroindústria da carne em relação ao regime de acumulação flexível, prossigamos a análise dos reflexos

²²¹ Standing (2014) utiliza o termo “mendigo” ou “pedinte” para reforçar a instabilidade crônica do precariado diante da negação do direito de ter direitos no contexto das políticas neoliberais dos Estados-nações. Não obstante, ele não se refere literalmente e nem exclusivamente aos moradores de rua (situação-limite), que constituiriam uma subclasse denominada de “lumpen-precariado” e não desempenhariam nenhum papel ativo no sistema econômico, estando alijados da sociedade. O autor se volta mais para a análise das condições de vida do precariado sobre o qual repousa a expansão do capital global, ou seja, que é peça fundamental no sistema de acumulação flexível.

da crise no contexto sul-rio-grandense. Sobre a retração econômica vivida nacionalmente, a representante do frigorífico Suíno Mais declarou o seguinte:

“Apesar da crise ter afetado todas empresas do país, a gente tá vendendo menos, mas nós não estamos demitindo nenhum funcionário. Nós não estamos é contratando, *os que saem a gente não está repondo*, justamente porque temos ociosidade na área de trabalho. Mas nós somos uma cooperativa, cooperativa não tem muito o que reduzir porque o dono da empresa é o produtor rural e ele continua produzindo. Todo dia tem os suínos aqui, então a gente tem que processar, industrializar e tentar vender. Mas a gente reduziu sim um pouco da produção.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

De acordo com a empresa, o frigorífico teria diminuído sua produção em 2016, o que inibiu novas contratações de funcionários, mas não estaria demitindo a fim de reduzir o quadro de trabalhadores. De fato, na época circulava entre os meus interlocutores haitianos a informação de que a Suíno Mais “não estava mais pegando haitiano”, mas também eram reverberados os casos de demissões com justa causa ou sem justa causa de terceiros. Como dados complementares, através da análise das ações trabalhistas ajuizadas por autores de nacionalidade haitiana, identifiquei dez demissões sem justa causa, doze²²² pedidos de conversão de demissão com justa causa em sem justa causa por iniciativa do empregador e cento e três²²³ demandas de reconhecimento de rescisão indireta²²⁴ do contrato de trabalho por iniciativa do empregador, sem justa causa. Todas essas ações – cento e vinte e cinco – tratavam de prováveis desligamentos de funcionários haitianos referentes ao ano de 2016. Se considerarmos que a empresa contava com aproximadamente quatrocentos e onze funcionários estrangeiros na linha de produção, estamos falando do desligamento de mais de um quarto desse segmento.

²²² Todos obtiveram êxito na Justiça do Trabalho.

²²³ Dos 103 pedidos de reconhecimento de rescisão indireta, 66 obtiveram êxito ou por força de acordo ou de sentença. Entre os que não lograram êxito, há diversos motivos: desistência do autor da ação; arquivamento da ação em razão da ausência do autor em audiência ou casos de pedidos julgados improcedentes.

²²⁴ Nas palavras de Nascimento: “*Denomina-se dispensa [ou rescisão] indireta aquela que tem como motivo um fato ocorrido na empresa e que torna, para o empregado, insuportável a continuidade do vínculo de empresa. É nesse sentido que a CLT, no art. 483, elenca as figuras de justa causa praticadas pelo empregador e que, uma vez ocorridas, permitem que o empregado, se assim decidir, ingresse com ação de dispensa indireta na Justiça do Trabalho contra o empregador. Caso a ação seja procedente, terá assegurados todos os direitos rescisórios, como se tivesse sido dispensado sem justa causa.*” (NASCIMENTO, 2011, p. 1141-1142). O art. 483 da CLT define os motivos pelos quais o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização. A saber, quando: “a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato; b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo; c) correr perigo manifesto de mal considerável; d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato; e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama; f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.” (Brasil, 1943).

Trata-se de um número impressionante, ainda mais considerando que jamais ouvi um interlocutor haitiano admitir que estava ajuizando uma ação contra a empregadora, embora todos dissessem conhecer quem o tivesse feito. Havia o receio de se expor e acabar sofrendo represálias, por isso as críticas geralmente eram contidas. Já os ex-funcionários eram mais despreocupados quanto ao tom das críticas, mas dificilmente continuavam na cidade devido à restrição das oportunidades de emprego fora do frigorífico, o que dificultava o meu acesso a eles. Nesse sentido, o levantamento das ações trabalhistas me possibilitou explorar indiretamente uma dimensão que era tabu no diálogo com os sujeitos haitianos. A maior parte das ações solicitava o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho associado à indenização por danos morais em razão de assédio e de tratamento discriminatório, entre outras demandas, e apresentava uma estrutura argumentativa comum, como a seguir:

“O Reclamante considera rescindido seu contrato de trabalho, tendo em vista o NÃO cumprimento do empregador com suas obrigações. Imperioso mencionar que a empresa Reclamada vem penalizando o reclamante por não se submeter aos desmandos da Reclamada, assim o reclamante vem sofrendo “retaliações”, de seus Superiores Hierárquicos, [nomes preservados]. A verdade é que nos últimos dias, uma verdadeira perseguição aos obreiros haitianos vem acontecendo, de modo que são pressionados a pedir demissão, ou a eles é atribuída uma falta grave, sem justificativa plausível. Além disso, o Reclamante menciona que a empresa Reclamada NÃO ACEITA os seus atestados de saúde. O Reclamante sofre seguidamente de dores de cabeça em razão do esforço excessivo de trabalho. Entretanto, a empresa Reclamada NÃO aceita os comprovantes, descontando os dias faltados. As condições de trabalho a que é submetida a Reclamante, bem como seus compatriotas, afrontava sua dignidade e integridade. Havia exigência de trabalhos sobre-humanos, não sendo anormal a movimentação de até 20.000 Kg de produto em uma única jornada de trabalho. O Reclamante, assim como seus compatriotas, eram deslocados para tais funções enquanto que “nacionais” se negavam a tais atividades pelo esforço físico demasiado, bem como pela sujidade decorrente de gordura e umidade dos produtos da indústria. No momento em que o Reclamante, sofrendo de dores musculares e fadiga, não concorda em continuar a exercer as funções nas condições relatadas, é ameaçado de ser demitido por sua empregadora. A discriminação está no fato de que a rescisão contratual só se opera em relação a estrangeiros na situação aqui tratada. Não era incomum Autor ouvir insultos a respeito de sua origem e condição. Por vezes, ouviu seus superiores se dirigirem aos estrangeiros dizendo: “ – O Brasil já tem seus próprios problemas, e não pode ficar resolvendo o problema de vocês...”. “- Quem disse a vocês que a vida no Brasil é melhor!”, “Se não quer trabalhar duro, tem de voltar pra tua terra”. Tais alegações, em primeiro momento, podem parecer despropositadas, sem qualquer ofensa, tese esta que certamente será defendida pela Ré em sua contestação. Ocorre, Excelência, que os “estrangeiros” que ouvem tais rugidos, distantes milhas e milhas de suas residências, obrigados a sair de sua terra natal para não morrer de fome por conta das devastações naturais e políticas enfrentadas, deixando para trás suas famílias e queridos, não é uma simples conversa sem sentido: é uma agressão moral que não admite afronta, pois não há quem os defenda ou ampare, e nem mesmo a volta pra casa é possível, pela falta de condições para tanto. Estão sozinhos em um mundo estranho e, ao que parece, seus “colegas” faziam questão de lembrá-los disso. O “problema” foi resolvido com o expurgo do “material inútil”. A Reclamada, ainda que detenha o poder de admitir e, especialmente, demitir, deve prezar pela boa-fé e dignidade de seu trabalhador. Agiu a Ré de forma temerária, “retaliatória e, portanto,

discriminatória. [...] O Reclamante, durante toda a sua estada junto à Reclamada, vem sofrendo Assédio Moral. Várias ofensas lhe foram constantemente e reiteradamente direcionadas, especialmente com as seguintes expressões: “*Isso que tu faz só pode ser coisa de preto mesmo*”, “*É coisa de Haitiano*”, “*Haitiano não quer trabalhar duro, tem de voltar pra tua terra*”. Estas expressões NUNCA foram comentários inocentes ou brincadeiras inocentes. Foram, sim, características armas de ofensa moral, pois utilizadas ao longo do tempo, de forma a pressionar o Reclamante ao desprezo, à tristeza, à amargura e à intimidação. O Pior de tudo é que a Reclamada conhecia a situação e nada fazia, ou para cessar a agressão, ou para instruir os agressores a não mais fazê-lo.”²²⁵ (Acréscimos em itálico meus).

Geralmente recorria-se aos motivos definidos pelas alíneas “a”, “b” e “d” do artigo 483 da CLT a fim de respaldar a solicitação de rescisão indireta do contrato de trabalho, ou seja, os autores alegavam que eram submetidos a serviços superiores às suas forças [a], eram tratados com rigor excessivo pelos seus superiores hierárquicos [b] e o empregador não estaria cumprindo as obrigações do contrato [d]. Essas situações não seriam motivadas por questões pessoais, mas atingiriam todos aqueles identificados pelos nativos como “imigrantes haitianos”, incluindo outros estrangeiros racializados pelo olhar externo. As distinções culturais, sociais e linguísticas entre os grupos de trabalhadores imigrantes percebidos como negros – ou não brancos – pelos nacionais eram desprezadas nessas situações, pois constatei relatos semelhantes de discriminação por parte de haitianos, dominicanos e de uma camaronesa. Essa divisão hierárquica das atividades laborais expõe a lógica da imigração enquanto sistema que supõe, em regra, conforme Sayad (1998), a absorção da força de trabalho dos sujeitos *em condição de imigrantes* nas funções mais desvalorizadas socialmente. É necessário alertar que, nos termos propostos por Sayad, a condição de imigrante se descola da acepção estritamente jurídica de estrangeiro²²⁶, referindo-se a um *estatuto social distintivo de dominado*. Como sustenta Sayad (1998), as relações de forças entre o país de imigração e o país de origem dos sujeitos determinam, em grande medida, o tipo de tratamento que eles receberão, se pautado por respeito ou por suspeita, discriminação e hostilidade. O Haiti está em posição econômica e política de país dominado em relação ao Brasil e ocupa status similar de subalternidade nas relações internacionais mais abrangentes e até em relação ao único país fronteiriço, a República Dominicana. As relações geopolíticas assimétricas entre os Estados-nações – como o Haiti e o Brasil – são, pois, estruturantes

²²⁵ A fim de preservar o anonimato do autor, o número do processo junto à Vara Trabalhista de Encantado não será exposto.

²²⁶ Os estrangeiros, no sentido jurídico de não-nacionais, não assumem as mesmas posições nas relações de poder no país de imigração. Há aqueles que, em um lance de olhar, são classificados como “nacionais” ou, então, como “turistas”, e outros que, a despeito de sua classe social, grau de escolaridade ou formação profissional, serão discriminados como “falsos turistas”, ou seja, imigrantes clandestinos virtuais (Sayad, 1998).

na constituição da mobilidade da força de trabalho e na conformação da lógica de articulação dos espaços da produção na economia globalizada (Baeninger; 2016; Sayad, 1998). Não obstante, as relações sociais de trabalho não são definidas somente pelas diferenças de nacionalidade, mas dependem em grande medida da percepção das diferenças étnico-raciais nos contextos locais, que apresentam suas particularidades.

Foi assim que haitianos e dominicanos, embora cultivassem identidades nacionais em oposição um ao outro, eram nivelados no ambiente de trabalho através de dispositivos raciais discriminatórios. Enquanto na República Dominicana os imigrantes haitianos são marginalizados no mercado de trabalho, ocupando posições sociais de status inferior em relação aos dominicanos²²⁷, no contexto de Encantado ambos os grupos foram empregados como operários sem especialização na agroindústria da carne – exercendo funções desprezadas por grande parte do operariado nacional em razão da penosidade das condições laborais e dos salários exíguos – e ainda sendo rebaixados frente aos colegas brasileiros nas relações sociais de produção.

A estrutura hierárquica do frigorífico era composta, resumidamente, pelos funcionários nas linhas de produção, que estão na escala inferior de autoridade, seguidos pelos encarregados, que por sua vez se subordinam aos supervisores. Enquanto cada encarregado exerce o controle em uma única seção, circulando continuamente nesse espaço, o supervisor é responsável por mais setores e, assim, sua presença física só é requerida eventualmente, atuando mais à distância. Acima dos supervisores estão os gerentes²²⁸ de cada setor e, no topo, o presidente executivo. Os haitianos ocupavam apenas as posições inferiores nas relações de mando e obediência. Não havia nenhum funcionário de nacionalidade haitiana ou dominicana que atuasse como encarregado. Estes últimos são os únicos que concentram as prerrogativas de aceleração da linha de produção e de distribuição de punições²²⁹ entre subordinados. Segundo o diretor do sindicato, os haitianos atualmente não teriam condições de desempenhar a função de encarregados, pois criariam um “nicho” exclusivo para favorecer apenas funcionários de

²²⁷ Na República Dominicana há uma forte divisão étnico-racial do mercado de trabalho que é caracterizada pela reserva de empregos subqualificados ou de menor qualificação técnica e social aos imigrantes haitianos. Estes constituem a principal mão de obra braçal da indústria açucareira dominicana e, nas últimas décadas, ocuparam novos nichos nos contextos urbanos, com destaque para a construção civil, o serviço doméstico e o comércio informal de rua, igualmente desvalorizados (Rosa, 2007, 2010).

²²⁸ São eles: Divisão Produtos Lácteos; Divisão Produção Agropecuária; Divisão Controle da Qualidade; Divisão Comércio e Marketing/Produtos Suínos; Divisão Administrativa Financeira; Divisão Produtos Suínos; Divisão Comércio e Marketing/Produtos Lácteos; Divisão Varejo.

²²⁹ São elas: as advertências verbais, por escrito e a suspensão por um, dois ou três dias, que são descontadas no salário. Essas suspensões são chamadas popularmente de “ganchos”.

mesma nacionalidade. Ou seja, o brasileiro é representado pelo sindicalista como “neutro”, sem riscos maiores de ceder a preferências pessoais. Essa visão não é compartilhada pelos haitianos, que veem com clareza as situações em que colegas brasileiros são privilegiados por seus superiores, enquanto o mesmo não se aplica a eles. A dificuldade de comunicação em português também afetava negativamente os haitianos que se viam sem meios de argumentar em próprio favor em situações de desacordo com os encarregados, enquanto os subordinados brasileiros tinham mais poder de negociação.

Com a incorporação dos imigrantes caribenhos no frigorífico, a recusa dos trabalhadores brasileiros em desempenhar as tarefas consideradas mais árduas começou a ser tolerada, enquanto o mesmo não ocorria em relação àqueles, cuja negativa era punida com rigor excessivo pelos superiores hierárquicos, de acordo com esses relatos. Nesse contexto, os estrangeiros se viam sobrecarregados das piores atividades, seja pela maior demanda de força física ou pelas condições ambientais adversas, como frio, calor, umidade ou sujeira, sendo-lhes negada a recusa, já que severamente punida, inclusive com demissão por justa causa. Nas ações trabalhistas analisadas, essas situações foram alegadas pelos estrangeiros como estratégias patronais de controle, cujo intuito era forçá-los a pedir demissão, abrindo mão de verbas rescisórias automaticamente.

Pablo, um dominicano que foi empregado no frigorífico, declarou que não se sentia discriminado no trabalho por ser estrangeiro e caracterizou as relações com os colegas como boas, à exceção de um colega haitiano com quem não se dava bem. Apesar de dizer isso, Pablo relatou em seguida que o tratamento dos encarregados para com os funcionários não era igualitário: os estrangeiros seriam incumbidos pelos superiores dos serviços mais difíceis. Ele atribuía essa diferença ao fato dos chefes “saberem” que os “estrangeiros trabalham muito” e “não tem medo de pegar no pesado”, pois “dependem do salário”. Ou seja, ele tinha consciência dos efeitos sociais da sua condição de imigrante e da naturalização da submissão pelos chefes, que lhes reservavam maior rigor e cobranças de desempenho superior. Com certo ressentimento, Pablo alegou que os dominicanos seriam discriminados no Brasil por ignorância, pois os nacionais achariam que a “República Dominicana não tem nada”, “é miserável como o Haiti”, o que não seria verdade, pois o país caribenho seria rico e atrairia muitos estrangeiros, inclusive brasileiros, conforme sublinhou.

Eduardo e Augusto, dominicanos que me abordaram em uma praça de Encantado em meados de 2017, estavam atrás de emprego e acharam que eu poderia

lhes indicar alguma vaga na cidade. O primeiro era ex-funcionário da Suíno Mais, pois havia pedido demissão acreditando erroneamente que conseguiria reunir dinheiro suficiente para ir aos EUA. O segundo trabalhava como pedreiro, mas não estava recebendo do empregador, encontrando-se em difícil situação. Eles disseram que há dois anos, antes da deflagração da crise, o contexto era outro e o frigorífico contratava muitos dominicanos. Mas em 2016 e 2017, os dominicanos que se candidatavam às vagas de trabalho seriam preteridos diante dos concorrentes locais. Já os haitianos receberiam os “serviços ruins”, como o abate de porcos, os quais os brasileiros não teriam interesse em desempenhar. Eduardo e Augusto naturalizavam essa situação, acreditando que os haitianos trabalhariam “mais forte”, ou seja, exerceriam atividades mais árduas, sujas ou difíceis.

Frigoríficos, acidentes e doenças laborais

Os abatedouros e frigoríficos foram uns dos primeiros tipos de indústrias a adotar o método de linhas de produção, este orientado pelo movimento de “gestão científica” de F.W. Taylor. A incorporação desse tipo de tecnologia de produção engendrou mudanças nas relações de produção das fábricas. Através da fragmentação da produção em tarefas simples, padronizadas e repetitivas se promoveu deliberadamente a desqualificação do trabalho e a diminuição dos custos com salários, uma vez que qualquer um seria capaz de realizar as operações na linha de produção com treinamento simples, além de desumanizar a atividade produtiva, com a separação radical entre a concepção da execução (Braverman, 2009). Os processos de produção dos abatedouros e frigoríficos ainda são caracterizados pela fragmentação em numerosas tarefas mecânicas, repetitivas e intensas realizadas, a baixos salários, por trabalhadores não qualificados. As inovações tecnológicas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados não substituíram a necessidade do uso intensivo de trabalho humano de caráter manual nas seções de abate, desossa e corte de carnes. Foram exatamente esses últimos setores que absorveram a força de trabalho dos imigrantes haitianos recrutados pela Suíno Mais em Encantado. Não por acaso elas correspondem às atividades mais desvalorizadas pela mão de obra da região, uma vez que além de oferecerem salários baixos, são caracterizadas por elevada carga de movimentos repetitivos em ritmo intenso, com exposição constante a facas, serras e instrumentos cortantes, através de extensas jornadas de trabalho (8h48min), com intervalos reduzidos,

realizados em ambientes fechados, com baixas temperaturas, alta umidade, odores desagradáveis e ruídos incômodos (Brightwell et al, 2016; Magalhães, 2016; Mamed & Lima, 2015, 2016). Se esse tipo de função já comporta riscos significativos pelo caráter da atividade em si, os funcionários que o exercem frequentemente são submetidos a ambientes laborais que representam risco grave e iminente de adoecimento ou acidente em consequência das irregularidades flagrantes às normas estipuladas de saúde e de segurança no trabalho, que estabelecem um mínimo de riscos aceitáveis pela perspectiva da legislação vigente. Não é de se surpreender que os profissionais que atuam em frigoríficos tem mais chance de sofrer: a) Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (LER/DORT); b) Transtorno de Humor, como distúrbios mentais e depressão; c) acidentes com cortes, em relação à média dos trabalhadores brasileiros (ONG Repórter Brasil, 2013). O quadro abaixo indica essa correlação:

Tipo de doença	Prevalência em empregados de todos os setores econômicos – por 100 mil trabalhadores	Prevalência em empregados no setor de abate de bovinos – por 100 mil trabalhadores	Prevalência em empregados no setor de abate de aves e suínos – por 100 mil trabalhadores
Transtornos de humor	209,11	323,89 (1,55 vezes maior que a média)	712,92 (3,41 vezes maior que a média)
Transtornos dos Nervos, das Raízes e dos Plexos Nervosos	40,09	130,31 (3,25 vezes maior que a média)	270,28 (6,74 vezes maior que a média)
Dorsopatias	443,70	993,36 (2,24 vezes maior que a média)	805,54 (1,82 vezes maior que a média)
Problemas em músculos, tendões e tecidos moles	288,57	1.017,38 (3,53 vezes maior que a média)	1.229,18 (4,26 vezes maior que a média)
Traumatismos de punho e mão	310,99	938,93 (3,02 vezes maior que a média)	691,23 (2,22 vezes maior que a média)
Queimaduras e corrosões	18,90	114,25 (6,05 vezes maior que a média)	46,80 (2,48 vezes maior que a média)

Fonte²³⁰: NTEP/MPS.

Em 2013, foi aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego uma norma regulamentadora²³¹ (NR36) que estabelece os requisitos mínimos para a saúde e segurança dos trabalhadores que atuam em empresas de abate e de processamento de carnes e derivados. Conhecida como “NR dos Frigoríficos”, o recente marco regulatório foi elaborado com participação do governo, empresas e sindicato dos trabalhadores, a

²³⁰ A tabela foi divulgada no hot site de jornalismo digital “Moendo Gente”, que traz informações em formato multimídia, de acidentes, doenças e outros problemas decorrentes do trabalho na indústria da carne, a partir da investigação das condições de trabalho nos três maiores frigoríficos brasileiros, Brasil Foods (BRF), JBS e Marfrig, em 2012. Disponível em: <<http://moendogente.org.br/#lat=-23.378341326108416&lng=-49.881663489746245&zoom=5>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

²³¹ Foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria MTE n.º 555, de 18 de abril de 2013, que aprova a Norma Regulamentadora n.º 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.

fim de controlar fatores ambientais de risco existentes na operação de abate e de processamento de carne através de uma série de orientações²³². Diversos pontos das NR 36 já eram previstos por outras normas regulamentadoras mais antigas²³³, as quais foram reforçadas e integradas no novo marco regulador. Nesse sentido, é importante entender que grande parte das condições de extrema precariedade de trabalho nos frigoríficos não é simples consequência de uma ausência de regulamentação, mas do descumprimento das existentes. As normas de saúde e segurança são, pois, incompatíveis com um tipo de padrão de organização do trabalho orientado para a maximização da produtividade e do lucro nos setores de produção de carne bovina, de frango e de porco, que vem aumentando anualmente sua participação no comércio internacional²³⁴. As expectativas depositadas nesses setores tanto pelas empresas, quanto pelo Estado, são de crescimento da produção, ou seja, maiores arrecadações e lucros. Nesse sentido, o recrutamento da força de trabalho internacional foi imprescindível para a expansão da agroindústria da carne e o acúmulo de excedente econômico pelo setor (Mamed & Lima, 2016; Magalhães, 2016).

Apesar da NR 36 ter sido publicada em 18 de abril de 2013, muitas empresas – como a Suíno Mais – conseguiram protelar a mudança no padrão de organização das atividades produtivas e nas instalações dos frigoríficos por anos sem incorrer em nenhum custo. Mesmo flagrada em infração²³⁵ ao novo marco regulador de saúde e de

²³² Entre as principais orientações estão a adoção de pausas térmicas e ergonômicas para recuperação e descanso; alternância entre postos de trabalho que demandem diferentes exigências físico-motoras, com vista à redução da carga de movimentos repetitivos que podem resultar em doenças ocupacionais; adaptações estruturais na fábrica que possibilitem a alternância de trabalhos em pé e sentado; assentos para os trabalhadores no exercício das diferentes funções, nos casos possíveis; adequação da altura dos equipamentos usados e mobiliário; uso de equipamentos de proteção individual (EPI), com treinamento em segurança e saúde laborais; regulação da temperatura dos ambientes; minimizar o tempo de exposição ao frio, calor, umidade e ruído; controle da qualidade do ar nas áreas artificialmente ventiladas; orientações ergonômicas para tarefas de movimento repetitivo.

²³³ Entre as Normas Regulamentadoras relacionadas, temos a NR-06 (Equipamentos de proteção Individual - EPI); NR-09 (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA); NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade); NR-12 (Segurança e Saúde no Trabalho em Máquinas e Equipamentos); NR-15 (Atividades e operações insalubres); e NR-17 (Ergonomia).

²³⁴ O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, sendo responsável por um quinto do montante comercializado internacionalmente. É líder em exportação de frango, sendo que 40% da carne de frango exportada no mundo tem origem brasileira. Quanto à exportação de carne suína, o Brasil está em quarto lugar, sendo que sua produção representa 10% do volume exportado no mundo. Segundo o Ministério da Agricultura, até 2020, a expectativa é que a produção nacional de carnes suprirá 44,5% do mercado mundial, a de frango será de 48,1% e a suína será de 14,2%. Fonte: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/exportacao>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

²³⁵ Desde janeiro de 2014, o Ministério Público do Trabalho (MPT) iniciou uma força-tarefa para investigar o meio ambiente do trabalho em frigoríficos do Rio Grande do Sul. Uma das indústrias vistoriadas foi a Suíno Mais, de Encantado, em setembro de 2015. Como resultado, a empresa foi autuada por descumprir normas de saúde e segurança no trabalho e notificada a comparecer ao MPT no município de Santa Cruz do Sul, unidade com abrangência sobre Encantado, em dezembro para audiência

segurança no trabalho do setor, a Suíno Mais não sofreu sanções econômicas, somente negociou novos prazos de adequação através de uma medida extrajudicial do Ministério Público do Trabalho. E mesmo que as multas venham a ser aplicadas futuramente por fiscais do MTE, é muitas vezes menos oneroso que diminuir o ritmo de produção e readequar as estruturas físicas das plantas frigoríficas. O custo real recai sobre os trabalhadores, os quais convivem diariamente com os riscos de acidente e de adoecimento no ambiente de produção que, quando se tornam incontornáveis, são socializados via Previdência, além de se refletirem nos altos índices de rotatividade do setor. Não obstante, a empresa Suíno Mais foi elogiada pela Procuradora do Trabalho responsável pelo processo: “A conduta da empresa revela seriedade e maturidade, pois demonstrou cumprir a maior parte das exigências legais e acordou com o MPT as correções das demais irregularidades em prazos razoáveis”²³⁶.

Em relação à agroindústria da carne, o Estado assume múltiplas facetas: de legislador, contribuindo para a normatização das condições de trabalho no setor de abate e de processamento de carnes; de fiscalizador, através dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego; e também de financiador, através de vultosos investimentos²³⁷ nos maiores frigoríficos do país via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estimular a atividade econômica no setor. Somado a isso, como foi dito, o governo arca com os custos dos afastamentos

administrativa. É nessa ocasião que a empresa deve provar o cumprimento das recomendações e celebrar o termo de ajuste de conduta (TAC), onde estabelece prazos para a adequação do ambiente de trabalho às condições estabelecidas na legislação trabalhista. O acordo foi firmado no dia 26 de fevereiro de 2016. Nesse documento, a empresa se comprometeu a: A) reduzir a frequência das atividades técnicas ao máximo de 30 por minuto; B) reprojeter os postos de trabalho no setor de cozimento de presunto, apresuntado e mortadela, para torná-lo mais ergonômico, além de diminuir o total de peso carregado pelos funcionários por dia e os ruídos excessivos causados pelo choque dos equipamentos metálicos; C) a instalação de proteção contra intempéries no trajeto dos trabalhadores no interior da planta e na travessia da rua para o acesso aos vestiários e ao refeitório; D) e estabelecer os indicadores de saúde e as enfermidades, agravos e queixas com nexos ocupacionais para planejar as ações de saúde do ano seguinte com detalhamento epidemiológico, o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) e a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). A realização de análises ergonômicas recai sobre os empregadores, que não tem interesse em realizá-las com o devido critério, já que temem a redução da produtividade com a diminuição do ritmo das linhas de produção ou com a concessão de maiores pausas aos funcionários. Para cada item do TAC foi estabelecido um prazo específico de cumprimento. Somente se fosse constatada em fiscalização futura inadimplemento das obrigações do termo, a empresa seria multada em 15 mil reais por item infringido e por trabalhador prejudicado.

²³⁶ A declaração da procuradora foi divulgada em notícia do site do próprio Ministério Público do Trabalho (MPT Notícias, 2016).

²³⁷ De 2007 a 2013, o BNDES investiu cerca de R\$ 9,5 bilhões nos três maiores frigoríficos do país: JBS, Marfrig e Brasil Foods, através de empréstimos e também da compra de ações dos frigoríficos. É importante ressaltar que parte expressiva do orçamento do BNDES – cerca de 40% – é alimentado com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é mantido, por sua vez, com tributos pagos por todos os trabalhadores do país (ONG Repórter Brasil, 2013).

temporários e permanentes do trabalho através da Previdência Social, que é financiada por empregadores e empregados através das contribuições previdenciárias, incluindo os novos funcionários haitianos absorvidos pelo mercado de trabalho formal.

Os riscos inerentes às condições de trabalho em frigoríficos são facilmente identificados em sua concretude pelos trabalhadores, pois se manifestam com os contínuos traumatismos, cortes, mutilações e, de forma menos visível, porém não menos contundente, as dores causadas por doenças osteomusculares, para citar apenas algumas. Embora na visão do trabalhador os riscos e os danos à saúde e integridade física sejam evidentes, muitas vezes eles não são considerados excessivos e nem inerentes à atividade de trabalho exercida, não são confirmados por diagnóstico, apesar das queixas de dores crônicas do empregado ou, quando são diagnosticados, não tem a relação de causa reconhecida entre o acidente/doença e o meio/rotina laboral.

Um ponto em comum entre os relatos dos interlocutores haitianos era a acusação de que a empresa “não aceitava os atestados médicos dos haitianos”, embora nenhum caso tenha sido julgado procedente quanto a esse mérito nas ações trabalhistas a que teve acesso, a saber, pela ausência de provas, como as cópias dos atestados médicos que teriam sido entregues e ignorados pela empresa. Eles também acreditavam que eram punidos se faltassem ao trabalho, ainda que apresentassem atestado médico, seja com descontos na folha de pagamento ou demissões com e sem justa causa. De fato, embora o salário base não fosse alterado, o montante final sofria decréscimos com a perda do chamado “prêmio assiduidade” mesmo nos casos de faltas justificadas com atestado médico e de faltas compensadas com hora extra, como está expresso na Resolução N°. 09/90 da Diretoria da empresa, que define os critérios de concessão desse valor extra. O “prêmio assiduidade”²³⁸ consistia em um valor a ser pago em mercadorias no supermercado, farmácia ou casa agropecuária da empresa aos empregados que se destacassem pela assiduidade representada pelo controle de frequência rígido ao serviço, sem ocorrência de atrasos ou faltas. Era um montante significativo, correspondente a “10% do salário básico do empregado, ou seja, excluídas as horas extras, adicionais, integrações e outros acréscimos salariais que compõem a remuneração”. Se há uma diferença técnica entre “punir” e “deixar de premiar” aqueles que apresentam atestado médico, medida que está dentro da legalidade, na perspectiva

²³⁸ Em análise das condições de trabalho no frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon-PR, Carvalho e Heck (2010) descreveram uma estratégia empresarial semelhante: o pagamento de um “prêmio” aos trabalhadores que não registraram nenhuma falta ou atraso no mês, que consistia em uma cesta com frango da cooperativa e bolachas.

dos funcionários o efeito sentido é o mesmo: diminuição do poder de compra de um salário já exíguo, aproximadamente 1.150 reais em 2016.

Outra questão associada que foi reiteradamente manifestada pelos meus interlocutores haitianos era a dificuldade de conseguir atestado médico quando sentiam mal-estar, dores contínuas ou outros sintomas de doenças ou lesões físicas, o que os impossibilitaria de se ausentar do serviço sem incorrer em perdas salariais. As mulheres haitianas que participaram de uma “roda de conversa”²³⁹ promovida pelo grupo de Leigos Scalabrinianos relataram dificuldade de conseguir licença médica quando estão doentes, por isso “no trabalho elas às vezes ficariam como escravas”. Foi relatada a demora em realizar os exames solicitados pelos médicos, chegando a dois ou três meses de espera, o que obstaría o diagnóstico da doença e o tratamento da dor ou de outros sintomas. Em outros casos, o médico dizia que não havia nada de errado sem investigar por meio de exames, o que era desaprovado pelas haitianas que vivenciaram essas situações. A comunicação também era um obstáculo para o diagnóstico adequado, de acordo com as haitianas, já que muitas não conseguiam expressar em português o que estavam sentindo ao médico. Algumas relataram que os acompanhantes que realizariam a tradução eram, por vezes, impedidos de entrar no consultório ao lado delas. Mesmo com a persistência da dor e do mal-estar, elas se viam na necessidade de trabalhar, pois caso faltassem sem apresentar atestado médico sofreriam perdas salariais, consequência que era amplamente conhecida e evitada a todo custo. Esses mesmos apontamentos foram apresentados pelos interlocutores haitianos, embora a dificuldade de comunicação fosse mais acentuada entre as mulheres.

A supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, como porta-voz da administração, via os haitianos como empregados assíduos, elogiando-os nesse quesito, mas atribuía a eles um ritmo de produção um pouco inferior se comparado ao dos nacionais:

²³⁹ Tive oportunidade de contribuir com o projeto da “roda de conversas” na fase de planejamento e de execução graças à abertura do grupo, que se dispôs ao diálogo. O objetivo era conhecer a realidade migratória das mulheres imigrantes e identificar os problemas enfrentados em várias esferas da vida, como trabalho, educação, saúde e lazer. Em outubro de 2016, dezenas de mulheres participaram do evento que fora divulgado através da rede de contatos do grupo de Leigos Scalabrinianos. A dinâmica foi a seguinte: a formação de grupos de aproximadamente seis mulheres para discutir conjuntamente questões sugeridas em uma folha e responder por escrito os pontos centrais apontados pelos membros do grupo. A tradução das perguntas em português para o *créole* e das respostas em *créole* para o português foi realizada por Jameson. Posteriormente a dona Clara – Leiga Scalabriniana que coordenou o projeto – me enviou o relatório das respostas obtidas.

“Eu diria que é uma visão diferente de trabalho, eles [os haitianos] vem de uma cultura diferente da nossa brasileira e da nossa regional. *Nós descendentes de europeus*, a gente trabalha, trabalha, trabalha... Eles têm um perfil um pouco diferente. Eles trabalham também, eles vieram para o Brasil para trabalhar, mas eles têm o horário deles e vão embora. [...] O ritmo deles é diferente. Pode dizer que o ritmo é diferente porque eles não conhecem a atividade? Não. Mesmo estando treinados, trabalhando a tempo, o ritmo é o mesmo. Talvez o ritmo seja um pouco mais lento, mas o que diferencia eles dos brasileiros é que eles são assíduos, muito assíduos. [...] Não faltam o trabalho. O que na verdade nós temos problemas com isso, brasileiros não cumprirem horário, mas eles não. Isso é muito bom. E são muito disponíveis, claro... se formos pensar assim, eu vou para um outro país para trabalhar, vou trabalhar. [...] É uma necessidade e outra, eles mandam dinheiro para os parentes. Então quanto mais eu trabalhar, mais eu vou ter. [...] No início nós tivemos que selecionar quem podia entrar para fazer hora-extra, porque senão estavam todos aqui.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

Na fala de Bianca Donati, a distinção era realizada entre haitianos e brasileiros e, mais especificamente, entre haitianos e descendentes de europeus como fator explicativo do comportamento em relação às atividades laborais. Não havia menção à contribuição africana à cultura brasileira e à cultura gaúcha. Também não se falava na descendência africana dos haitianos, como dificilmente se falava em cor, ao menos publicamente, fora da esfera da intimidade. Os funcionários haitianos eram elogiados pela maior disponibilidade ao trabalho, mas esta virtude não era atribuída à cultura particular do povo e sim à necessidade que caracterizava a suposta condição de imigrantes empobrecidos. De todo modo, esse estado de coisas era vantajoso ao empregador, uma vez que a maior disposição da força de trabalho à realização de horas extras dotava a empresa de maior flexibilidade quanto à definição de metas de produtividade, adequando-as às flutuações do mercado.

Nós podemos concluir que a assiduidade do funcionário haitiano nem sempre era uma ação deliberada com intuito de aumentar os rendimentos mensais. A reclamação mais comum entre haitianos era a dificuldade de obter autorização para ausentarem-se do trabalho em situações de adoecimento, acidente ou dores contínuas. Os funcionários haitianos que optavam por procurar atendimento médico nos hospitais relatavam receber frequentemente apenas um atestado de comparecimento que justificava o tempo despendido na espera e na consulta, mas não os liberava do dia de trabalho, ou seja, eram situações em que os médicos entendiam que não existia razão concreta para indicação de repouso ou prescrição de tratamento de saúde. Eles atribuíam esse tipo de procedimento à discriminação pelo fato de serem haitianos, pois alegavam que os médicos davam mais atenção aos relatos de dor e mal-estar dos pacientes brasileiros, emitindo a licença médica mais facilmente. Restava ao funcionário haitiano, portanto,

cumprir as horas de trabalho ainda que sentindo dor, pondo em risco a sua saúde e segurança, assim como a de colegas, a fim de evitar o decréscimo do salário e outras punições pela falta considerada injustificada. Ou então se afastar, conformando-se com o desconto no salário e com a mancha na sua “ficha” de empregado. Frequentemente a punição era tripla, pois se perdia o valor referente ao dia não trabalhado e ao “gancho” (suspensão) correspondente, além do “prêmio assiduidade”.

Evitando me alongar nessa questão, abordarei duas experiências narradas que são representativas dos problemas estruturais enfrentados pelos haitianos em relação aos efeitos do adoecimento na esfera do trabalho. É o caso de Michaud, de 33 anos, casado, pai de três filhos, com ensino superior incompleto e de fé protestante. A peculiaridade de sua trajetória era o fato de ter emigrado duas vezes ao Brasil, com intervalo de um ano em que permaneceu no Haiti com a finalidade de tratar uma “doença física e espiritual”, conforme descreveu, sem nomeá-la. Na primeira vez, ele chegou ao Brasil em setembro de 2014, residindo em Encantado por um ano e quatro meses. Nessa ocasião, ele foi empregado no frigorífico por 13 meses, até pedir demissão para voltar ao Haiti. Curado, ele retornou em fevereiro de 2017, empregando-se dessa vez na fábrica de pizzas da cidade, já que não conseguira ser readmitido no frigorífico. A respeito da doença, Michaud me contou que sentia dificuldade para respirar e fortes dores pelo corpo, mas não foi diagnosticado com nenhuma doença no Brasil. A partir de suas experiências e as compartilhadas por familiares, amigos e conhecidos, Michaud concluiu que os haitianos não encontravam suporte adequado em atendimento médico quando adoeciam, no sentido de suas queixas de mal-estar, dor e outros sintomas serem ignoradas quando os pacientes eram capazes de se manter de pé e, assim, trabalhar. No máximo os médicos receitariam analgésicos, insistindo no “paracetamol”, como Michaud já sabia de cor. Para agendar uma consulta com especialista, Michaud enfrentou três meses de espera, segundo relata, e nesse ínterim continuou trabalhando normalmente, suportando a dor e o incômodo que o afligiam sem ter o que fazer.

Outro caso é o de Augustin, de 32 anos, casado, pai de um filho e com ensino superior completo. Ele já fora empregado do frigorífico, mas na época trabalhava há dois anos em uma fábrica de reciclagem de plástico. Nesse lugar, ele enfrentou problemas com um colega brasileiro, que o discriminava por ser haitiano, a quem denominou de racista. Esse colega não gostava do fato de Augustin ser elogiado pela sua alta produtividade, pela habilidade que demonstrou no manuseio das máquinas e

pela rigorosa assiduidade, pois não faltava ao serviço de modo injustificado, nem apresentava atestado médico, destoando dos demais. Nas palavras de Augustin:

“Eu comecei a trabalhar [na fábrica de plásticos]. Eu pedi serviço pro meu irmão que tá agora em Porto Alegre [...], porque eu disse que ele é um bom trabalhador, tem respeito. E depois o patrão pede que vai precisar mais gente. Eu pedi pra outro haitiano que tava na Suíno Mais, que a empresa manda embora, ele não sabe porquê. O patrão pegou três [dos indicados por ele]. [...] Porque entrou um mês, no segundo mês me colocaram numa máquina pra produção e eles acham que eu trabalho bem lá e me deixou lá. E o patrão disse que vai precisar mais pessoas. Só agora vai precisar o estrangeiro, porque tem haitiano, tem dominicano. E tava trabalhando com meu colega, ele brasileiro. Ele não é daqui [da cidade], eu acho. Ele é de fora, casou aqui, ele tem muito tempo aqui de Encantado e é muito racismo, eu acho. [...] Eu sempre vim trabalhar, tava de noite, nunca cheguei atrasado e nunca trazer atestado. Um dia ele me chamou, ele disse 'bah, tu nunca tem dor, doente, assim dor de cabeça, assim?'. [...] Ele disse, 'rapaz, tu tem que ir lá, vai lá um dia, rapaz, tem dor, pega três dias de atestado'. Eu falei, eu vou fazer só o que eu posso. Eu tô muito cansado, tenho dor, aí eu vou no médico, o médico vai avaliar, ver o meu problema e dar atestado. Ele me disse, 'então, rapaz, tu nunca foi lá pegar atestado?'. Então o brasileiro sempre pegar e ele pega, ele pega, ele pega, todos pega. 'Então tu não pega, o patrão disse que nós não somos bons, nós somos vagabundos e tu é um bom trabalhador.' Eu falei, então vocês que sabe, eu falei, às vezes eu vou no médico, eu tô com dor, o médico não dá atestado, fazer o que se não dão? [Se] Fico em casa, depois vai dizer que 'bah, você não quis mais trabalhar', vai me mandar embora. Assim que eu falo.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

O colega brasileiro, que chamarei de Arthur, queria que Augustin faltasse ao serviço eventualmente quando sentisse dor ou estivesse doente, como a maioria fazia, apresentando atestados médicos. Sua intenção era que o comportamento considerado exemplar de Augustin não criasse uma diferença gritante em relação aos trabalhadores nacionais. Arthur se ressentia das comparações que o chefe fazia entre os estrangeiros e os brasileiros, acusando esses últimos de serem “vagabundos”, e por isso culpava Augustin, acreditando que ele deveria ser punido por elevar indiretamente o nível de cobranças dos superiores hierárquicos em relação aos operários. Augustin explicou que não faltava ao serviço mesmo quando se sentia debilitado, pois nunca recebera atestado médico depois de se consultar com queixas de dor, independente da intensidade. Sendo assim, ele se esforçava ao máximo para não faltar ao serviço, já que acreditava que a ausência não justificada – ainda que não corriqueira – resultaria em demissão. Depois disso, Arthur começou a importunar Augustin no cotidiano de trabalho, insultando-o, atrapalhando suas atividades e ameaçando agredi-lo caso indicasse outro conterrâneo para que o chefe contratasse. O colega dissera ‘não coloca mais haitiano aqui’, ao que ele respondeu, sem se intimidar, ‘eu não sou responsável, o patrão que pede se precisa’. A todo o momento Arthur demonstrava através de gestos simples que os brasileiros deveriam ter prioridade em tudo, como retirando a marmita de Augustin do micro-ondas

antes de cumprir o tempo programado e colocando a sua no lugar. Cansado, Augustin relatou as frequentes provocações sofridas ao supervisor, mas Arthur acabou descobrindo a denúncia, dando um ultimato: ‘se quer que eu faça mais, vamos lá fora’. Às 6h da manhã, no fim do expediente, Augustin foi abordado no caminho de casa pelo colega que planejara uma emboscada junto ao cunhado e a um amigo. Munido com um pedaço de pau com pregos e ao lado dos comparsas, Arthur espancou Augustin até ser flagrado pelo motorista de caminhão da empresa que reconheceu a vítima, acionou a polícia militar e foi ajudá-lo. Por causa das agressões, Augustin ficou duas semanas em casa se recuperando do ataque covarde. Embora tenha registrado boletim de ocorrência a respeito do incidente, Augustin foi aconselhado por sua família – que temia sofrer represálias – a não seguir com o processo criminal de lesão corporal, ao que acatou, não procedendo à representação. Meses após a violência, Augustin continuou a sentir forte dor no ombro, que o impedia de manter o ritmo esperado de produção. Quando entrevistei a funcionária do Setor de Recursos Humanos da indústria de plásticos, ela falou sobre o funcionário haitiano mais antigo, Augustin, sem mencionar a agressão, a fim de caracterizar a experiência com a mão de obra estrangeira. Primeiro elogiou a rapidez com que Augustin aprendeu a função, enfatizando ao mesmo tempo a assiduidade e pontualidade do empregado. Mas depois criticou o mesmo funcionário pelas contínuas queixas de dores no ombro, que não resultaram em nenhum diagnóstico médico. Por isso ela não acreditava na existência da dor ou, ao menos, na gravidade da mesma. Desconfiava que seria uma dor insignificante, que não configuraria doença ou incapacidade, mas que seria exagerada por Augustin, por má-fé, ignorância ou “moleza”, no sentido de “baixa resistência a dores leves”. Para evitar que o tempo de realização dos exames necessários e, porventura, do tratamento de Augustin afetasse a produtividade da fábrica, o empregador antecipou as férias do empregado. No fim, nada foi constatado, mas ele continuava a alegar que a dor atrapalhava o desempenho das atividades exigidas. Mesmo sem dar muito crédito ao relato do empregado, a empresa o transferiu para funções relativamente “mais leves”, embora ele reclamasse da dor que impossibilitava que ele realizasse certos serviços ainda demandados. A trajetória de Augustin impressiona pelo seu desfecho infeliz, em que ele se converteu no seu oposto aos olhos do empregador: um “mau trabalhador”, que faz “corpo mole”, de acordo com esse julgamento moral. O que foi constante em seu relato era o fato de suas queixas de dor não serem levadas a sério nem quando era um “empregado exemplar”, nem depois, quando seu corpo já não era capaz de suportar o mesmo ritmo de trabalho.

Dentre as 150 ações trabalhistas movidas – desde 2014 – por autores haitianos em desfavor do frigorífico, 14 abordavam questões relativas a acidentes e doenças laborais. Dado o curto tempo em que os imigrantes haitianos foram incorporados ao quadro de funcionários do frigorífico, o número de ações envolvendo acidentes e doenças laborais é significativo, em que pese não representar a totalidade de casos do tipo. É importante frisar que tive acesso a apenas uma parcela das ações trabalhistas que foram ajuizadas entre 2014 e 2018, excluindo-se as que foram arquivadas e não mais constavam no sistema, cuja dimensão não tenho condições de precisar. Apresento abaixo uma síntese sobre o conteúdo e desfecho dessas ações trabalhistas relativas a acidentes ou doenças laborais:

Ações trabalhistas relativas a acidentes e ou doenças laborais ajuizadas por autores/reclamantes de nacionalidade haitiana		
Ações julgadas totalmente improcedentes	3	Nos três casos os danos causados por acidentes ou doenças não foram considerados incapacitantes e nem resultantes de ação ou omissão do empregador, mas de imprudência do empregado.
Acordos homologados por sentenças que definiram um quantum indenizatório	7	Valor das verbas indenizatórias em ordem decrescente: 2.000 (2); 1.900; 1.800; 1.500; 1.000; 800.
Sentenças condenatórias procedentes ao reclamante com pagamento de verbas indenizatórias	2	- Indenização por danos materiais decorrentes de acidente com faca durante o exercício da atividade de auxiliar de abate, que lesionou o braço e mão do empregado, no valor ²⁴⁰ de R\$ 10.500,00. - Indenização por danos materiais no valor ²⁴¹ de R\$ 120.000,00 por acidente de trabalho com máquina de tripária, ocasionando a amputação de três dedos, cirurgias restaurativas e enxerto de pele.
Ações arquivadas	2	Em razão de ausência do reclamante.

²⁴⁰ Para a definição do quantum indenizatório foi considerado: o custo do tratamento médico (cirurgia e fisioterapia), calculado em 5.000 reais, para recuperar a lesão na mão e no braço; e o valor da indenização pela inabilitação temporária (12 meses) à atividade laboral, com perdas funcionais na ordem de 35%, segundo perícia médica, determinada em 5.500 reais. Vale ressaltar que o acidente foi considerado em parte culpa do empregado, por optar por não usar o equipamento de proteção individual (EPI), e do empregador, por não adotar medidas de prevenção suficientes para evitar o evento danoso, como oferecer o treinamento acerca das medidas de segurança no trabalho com devida tradução para a língua do empregado (*créole* ou francês) e fiscalizar adequadamente as práticas de trabalho. Atos estes que caracterizaram omissão culposa por parte da empresa.

²⁴¹ Para o cálculo da indenização foi considerado a graduação de perdas anatômicas e funcionais residuais ao acidente de trabalho, definida pelo perito médico na ordem de 70%. Em outras palavras, o acidente teria reduzido a capacidade laborativa do empregado, mas não o teria tornado inapto, segundo avaliação. O acidente foi considerado culpa da empresa por omissão, pois a reclamada não teria cumprido sua obrigação legal de identificar situações que pudessem trazer riscos para a saúde e segurança dos seus trabalhadores. No caso em questão, o empregado acidentado foi designado para substituir outro funcionário em atividade para a qual não havia recebido treinamento e, portanto, não compreendia os riscos, nem sabia como evitá-los. Além disso, foi dada uma luva grande demais para o empregado, que acabou concorrendo para culminar no acidente, pois foi puxada pela máquina de tripária.

Alguns aspectos me chamaram a atenção: o número de desistências por parte dos autores em relação às reclamações trabalhistas devido ao não comparecimento às audiências, visto que provavelmente não mais se encontravam na cidade; e a alta quantidade de acordos indenizatórios²⁴² em valores irrisórios, se comparados àqueles solicitados pelos autores nas ações. Apresento como hipótese a relação entre esses elementos e a condição de imigrante dos autores, para os quais a imobilidade representava um alto custo, especialmente em espaços urbanos com mercado de trabalho extremamente restrito, como era o caso de Encantado. É factível considerar que a condição de imigrante similarmente influencia a não judicialização das demandas trabalhistas, por desconhecimento dos direitos e deveres no âmbito do trabalho ou pela avaliação do alto custo da espera pelas decisões na Vara do Trabalho, já que seria necessário manter-se na cidade (provavelmente sem emprego) ou custear a passagem a fim de comparecer às audiências. Em consequência, a disposição dos trabalhadores imigrantes em aceitar os acordos indenizatórios, independente da razoabilidade do valor ofertado pela empresa, seria maior, já que a aceleração do fim da ação, viabilizando a saída da cidade, seria valorizada. Se por um lado estar desimpedido para iniciar nova migração é uma vantagem para os haitianos, por outro lado os valores irrisórios acordados não são capazes de inibir as condutas ilícitas do empregador – praticadas através de ações ou omissões – que contribuem para a ocorrência de acidentes ou doenças laborais.

A partir da análise das ações e considerando os relatos dos meus interlocutores haitianos quanto ao ambiente e à rotina de trabalho, a omissão do empregador que mais salta aos olhos é a inadequação da forma como as instruções e os treinamentos em matéria de segurança no trabalho são ministrados aos funcionários haitianos,

²⁴² Para compreender a precarização do trabalho na indústria frigorífica da Copagril, Carvalho e Heck (2010) analisaram 402 processos trabalhistas movidos contra a empresa na Vara do Trabalho de Marechal Cândido Rondon-PR entre 2005 e 2010. Do total de ações trabalhistas, 92% resultam em conciliações, com definição de valores indenizatórios muito inferiores aos solicitados inicialmente. A soma de todos os valores iniciais de cada processo era de aproximadamente 7 milhões e 600 mil reais, enquanto o valor pago total foi de 389 mil reais. Os autores concluem que não há neutralidade na resolução dos processos trabalhistas, devido à imensa assimetria de poder entre as partes em negociação. Embora muitos trabalhadores não concordassem com os termos da conciliação, eles acabariam abrindo mão de uma série de direitos para ter acesso ao montante indenizatório mais rapidamente, ainda que em valor significativamente inferior. Nesse sentido, as concessões empreendidas pelas partes no ato de conciliação estariam longe de ser equivalentes. No final, a sonegação sistemática dos direitos dos trabalhadores pela empresa seria vantajosa do ponto de vista econômico. Sobre as reivindicações dos trabalhadores, em ordem decrescente de recorrência, estão: horas extras; adicional insalubridade; descontos indevidos; FGTS; adicional noturno; verbas rescisórias (Art.477 CLT); participação nos lucros; aplicação do Art. 467 CLT; não disponibilização de vale transporte; rescisão indireta; assédio, danos morais e materiais; reversão do motivo de dispensa; dispensa sem justa causa para mulheres grávidas; reintegração ao emprego; e equiparação salarial.

exclusivamente em português, sem disponibilização do serviço de um tradutor profissional. A empregadora se valia dos funcionários haitianos que melhor se comunicavam em português para realizar a tradução aos colegas em *créole*, mas esse meio era extremamente precário, já que não existiam garantias de que as informações eram compreendidas adequadamente e traduzidas de forma precisa e segura. Segundo relato dos interlocutores haitianos, a maior parte do aprendizado da rotina de trabalho era realizada pela observação dos colegas mais experientes e repetição, o que não garante necessariamente a compreensão das medidas de segurança no trabalho e dos riscos implicados em não observá-las na execução diária das atividades laborais.

Corpo mole e teimosia

Em relação à percepção dos imigrantes negros sobre o tratamento discriminatório sofrido no ambiente laboral, seguem os depoimentos de dois funcionários haitianos que serviram como prova testemunhal em uma das reclamações trabalhistas contra o frigorífico:

“O supervisor Dione trata a autora [haitiana] e Moliere [funcionário haitiano] com rigor excessivo às vezes; uma vez viu uma injustiça e uma discriminação; foi dar a mão para cumprimentar o supervisor e ele não aceitou, dizendo que o depoente era preto; [...] viu o supervisor falando mal dos pretos; uma vez ele falou que iria mandar todos os haitianos embora sem dinheiro e sem comida; não tem como os haitianos aguardar até a audiência sem dinheiro; outra coisa que acontece na ré é que eles não aceitam atestados e querem demitir por justa causa; quando faltam um dia, eles descontam 03 dias; [...] Dione cobra bastante dos empregados; os brasileiros iam ao banheiro e ficavam 15 ou 25 minutos e os chefes não reclamavam; mas se um haitiano fosse, davam suspensão; o supervisor falava "ei preto, ei vagabundo, porque você fica no banheiro, se tinha o intervalo para ir ao banheiro?"”. (Saintavie, funcionário haitiano).

“Seu supervisor lhe trata com rigor excessivo, ele xinga muito os haitianos, os brasileiros ele trata diferente; quando é um brasileiro que apresenta atestado, este é aceito; quando é um haitiano, mandam trabalhar; está há 03 ou 04 anos na empresa e não aguenta mais o rigor dos trabalhos; se um brasileiro vai ao banheiro e demora 15 a 20min, o chefe não fala nada, mas se um haitiano demora de 05 a 10min, já chamam atenção, dizendo "se não quer trabalhar, passa o crachá e vai embora"; quem falava isso era o chefe Décio; outros chefes de outros setores fazem a mesma coisa com os haitianos, com Nadir; acha que o chefe da autora era Juvêncio, que fazia a mesma coisa com a autora; quando acontece isso, o chefe mostrava o próprio crachá e dizia "olha aqui, eu sou o chefe"; os haitianos, portanto, são tratados diferente dos brasileiros; os chefes não gostam dos haitianos; a ré não paga os atestados, jogam no lixo.” (Marcyllon, funcionário haitiano)

Muitos haitianos alegavam sofrer discriminação pelos superiores hierárquicos e colegas de trabalho em razão da cor, da condição de imigrante e da nacionalidade, com contínuas ameaças de demissão caso não obedecessem as ordens dos superiores

hierárquicos ou cometessem qualquer ato considerado como “indisciplina ou insubordinação”, inclusive não atender a um ritmo de produção exigido, o que era classificado como “fazer corpo mole”²⁴³, consistindo em avaliação extremamente subjetiva. Esse tipo de reclamação era recorrente no diálogo com interlocutores haitianos em Encantado, não se restringindo as ações trabalhistas analisadas. As faltas não justificadas ou atrasos eram punidos pela empresa com advertências, suspensões (os famigerados “ganchos”) ou demissão por justa causa, a depender do número de reincidências²⁴⁴. Nesse campo há queixas de rigor excessivo, como aplicação de suspensão para atrasos de 15 minutos, por exemplo. No caso acima, quando o depoente Saintavie diz que “quando [os haitianos] faltam um dia, eles descontam 03 dias”, ele provavelmente se refere à punição pela falta injustificada com suspensão de dois dias, o que acarreta em perdas salariais referentes a três dias de trabalho. O rigor excessivo no controle das idas e do tempo despendido pelos empregados no banheiro também era uma queixa comum nas reclamações trabalhistas movidas por haitianos, como sugerem os depoentes acima, que alegavam sofrer constrangimento diante dos colegas devido a ofensas e ou ameaças esbravejadas pelo chefe em reprimenda ao empregado. Em contraste, os funcionários brasileiros geralmente não reconheciam diferenças quanto ao tratamento dispensado pelos superiores hierárquicos aos colegas haitianos, dando razão para os chefes:

“Alessandro: Às vezes até com encarregado eles [os haitianos] ficam brabo porque ele [chefe] vem botar ordem. Ele pode botar ordem, eles não podem. Aí se tu falar alguma coisa, ‘ah, tu não é chefe’. É a primeira coisa que eles falam, ‘tu não é chefe’. [...] Nós brasileiros, assim, eu pelo menos, né, eu tenho respeito por eles [os superiores]. Claro que eu não vou deixar eles me pisar encima né. [...] Há casos e casos, né. Vamos dizer assim, se tu age de uma maneira quando o encarregado vem falar contigo ou o supervisor da esteira vem falar contigo, que geralmente é o

²⁴³ O termo constava em documentos de advertência e suspensão emitidos pelo frigorífico e juntados a processos trabalhistas. Um deles dizia: “V.Sa. incorreu em falta grave capitulada no Art.482 letra “H” da CLT, fazer “corpo mole”, atrasando o andamento normal das atividades no setor além de sair do local de trabalho sem autorização do superior hierárquico e sem justificativa.”. A empregadora associava o “fazer corpo mole” à falta definida na letra H do Art. 482 da CLT, a saber, “ato de indisciplina ou de insubordinação” do empregado. Quando da análise de uma dessas situações enquadradas pela empresa como “corpo mole”, o juiz fez os seguintes apontamentos na sentença: “Chama a atenção que um destes documentos registra punição à demandante por esta fazer corpo mole ao realizar as atividades, atrasando o andamento das atividades e por faltar sem justificativas ao trabalho. O documento em questão não deixa claro qual a falta injustificada a que se refere. Ora, cuida-se aqui de avaliação meramente subjetiva, sendo impossível ao julgador avaliar a correção ou não da penalidade aplicada, dada a dificuldade de verificar o que a empresa entende por 'corpo mole'.”.

²⁴⁴ Normalmente a primeira falta cometida pelo empregado gerava advertência oral, a segunda advertência escrita, a terceira suspensão de um dia, a quarta de dois dias, a quinta de três dias e a sexta demissão por justa causa. Digo normalmente, porque identifiquei alguns processos trabalhistas que contestavam o rigor da pena de justa causa aplicada pelo empregador, argumentando que não foram respeitados os princípios da gradação das punições e da proporcionalidade do ato.

supervisor da esteira que vem né e pede: ‘ah, fulano, faz isso’, ‘ah, eu não vou!’. É claro que ele vai ser mais grosso contigo né. Agora se ele te pedir, ‘ah, faz isso’ e você for não tem porque reclamar.”

Paloma: Você acha que não tem um tratamento grosseiro injustificado?

Alessandro: Totalmente não. De parte, às vezes tem, não vou dizer que não. Tem sim, porque eles têm um pouquinho de mais poder, claro né. [...] Não vou dizer que não. Mas geralmente tem uma justificativa. [...] Na real o que acontecia? Eles [haitianos] eram despedidos porque eles se negavam a fazer o serviço ou se negavam a cumprir uma ordem, entende? Por isso que eram despedidos. Então tudo tinha um fundamento.” (Alessandro, brasileiro, funcionário do frigorífico, 23/03/2017).

Alessandro manifestava maior conformidade com a dinâmica de punições distribuídas pelos superiores hierárquicos, não reconhecendo legitimidade na maior parte das denúncias de abusos feitas pelos colegas haitianos. Ele seguia a linha do sindicato, que considerava a onda de ações trabalhistas movidas por cidadãos haitianos em desfavor da empresa como injustificadas ou, ao menos, optavam por assim se posicionarem publicamente. Os encantadenses geralmente evitavam a confrontação direta com a empresa frigorífica, que gozava de imenso prestígio na cidade e na região do Vale do Taquari. Estremecer as relações com a Suíno Mais poderia repercutir na trajetória profissional e em outras esferas da vida, já que a economia e a autoimagem do município eram estreitamente vinculadas à suinocultura e às atividades econômicas derivadas. Muitos operários nacionais do frigorífico eram naturais do município ou das redondezas, especialmente os mais antigos, e nesse sentido nutriam relações mais duradouras com o território, o que aumentava o peso de um embate direto com a empresa, que restringiria as oportunidades de trabalho naquela localidade. Já os haitianos que ajuizavam ação contra a empresa rapidamente abandonavam a cidade e investiam em projetos de vida em outros espaços tidos como mais promissores. Alessandro comentou sobre a recusa de uma parte dos colegas haitianos em reconhecer a autoridade dos superiores hierárquicos em situações de conflito de interesses. Sobre essa questão, Jameson me explicou o sentido que atribui à recusa de nomear os encarregados de “chefe”. Ele e outros conterrâneos entendiam que a nomenclatura era uma forma de valorizar a função do superior hierárquico, mas não concordavam com o uso que era feito para justificar abusos de autoridade. Eles percebiam que nas situações de conflitos entre o encarregado e os funcionários da linha de produção, aquele se utilizava da posição de autoridade para impor sua vontade, sem espaço de diálogo: “eu sou seu chefe, você tem que me obedecer!”. Segundo Jameson, os haitianos frequentemente responderiam “meu chefe é só um, Deus!”. Ele explicou que o termo “*chèf*” é utilizado apenas para se referir àquele que não é subordinado a ninguém e está no topo da cadeia de comando. Além disso, Jameson notou que os operários de

produção nativos chamavam o encarregado pelo nome e ele respondia, constituindo um motivo extra para chamá-lo apenas pelo nome, sem tanta deferência. Interessante observar como a fé cristã é mobilizada por muitos haitianos como linguagem de denúncia contra abusos de poder na esfera do trabalho. Apesar do discurso aparentemente conformista, é necessário frisar que os funcionários brasileiros antigos, como o próprio Alessandro, se viam no direito de fazer o mesmo tipo de avaliação quanto à legitimidade de cada comando dos superiores, não obedecendo a eles cegamente, como poderíamos concluir:

“Alessandro: É tranquila [a relação com os superiores], me dou bem com eles todos. Se eu tiver que dizer alguma coisa pra eles eu digo, se eu achar que eles estão certos eu obedeco.

Paloma: E se achar que estão errados?

Alessandro: Eu contesto. Pelo tempo que eu tô lá, eu acho que tenho a obrigação de fazer isso”. (Alessandro, brasileiro, funcionário do frigorífico, 23/03/2017).

É nesse sentido que uma parte dos funcionários haitianos alegava que sofria discriminação no ambiente de produção, ainda que velada, pois ela ocorria na negação do direito dos haitianos de ter voz e contestar quando eles acharem necessário e justo. Nesse ponto, até mesmo interlocutores haitianos que inicialmente afirmaram que as relações com os superiores hierárquicos e com os colegas de trabalho eram positivas, sem maiores conflitos, em outros momentos reconheciam distinções de tratamento, como a ideia dominante de que os haitianos não teriam direito de reclamar de nada, soando como “ingratidão” diante da “dádiva do emprego”. O obstáculo da língua já era uma enorme desvantagem enfrentada pelos operários haitianos. Não obstante, a indústria frigorífica não demonstrou interesse em investir na qualidade da comunicação, tendo em vista que não disponibilizava nenhum tradutor profissional aos funcionários haitianos, que constituíam parcela significativa do quadro da empresa. Nas palavras da supervisora:

“[...] o pessoal da igreja fez um curso de português para que eles [os haitianos] frequentassem e tal. No início foram bastantes e depois foram se dispersando. Mas isso é uma iniciativa deles, até porque quando eles se candidataram para trabalhar no Brasil, eles receberam uma cartilha lá dizendo que eles tinham que se adaptar ao Brasil, não era o Brasil que ia se adaptar a eles, era justamente o contrário.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

Pela fala acima concluímos que o descaso da empresa quanto aos ruídos na comunicação derivava, em parte, do entendimento de que não tinha qualquer responsabilidade de facilitar a adaptação dos empregados haitianos ao ambiente laboral. Restava às comunidades religiosas e aos voluntários da sociedade civil assumirem o

compromisso de disponibilizar aulas de português aos cidadãos haitianos. É evidente que a empresa tinha interesse em garantir que os funcionários estrangeiros entendessem minimamente as ordens e informativos da administração a fim de não interferir negativamente na rotina e no direcionamento da produção. Nesse intuito, ela se valia dos empregados haitianos que melhor se comunicavam em português, ainda que a comunicação por esses meios se mostrasse extremamente precária e só fosse mobilizada em situações específicas como a delegação de funções conforme orientação da administração. De acordo com relatos de interlocutores haitianos, o uso de alguns operários da linha de produção como “tradutores informais” e canais de comunicação entre a administração e a massa de empregados haitianos geralmente apresentava somente uma direção: transmissão de ordens superiores. Não fora concedido espaço fixo para o movimento contrário: os “líderes” de mesa (denominação da empresa) haitianos serviram como representantes dos interesses dos colegas de mesma nacionalidade, posicionando-se contra abusos dos encarregados, por exemplo. Na perspectiva de parte dos trabalhadores haitianos, eles corriam o risco de sofrer punições – inclusive demissão com ou sem justa causa – por decidirem intervir em situações de conflito atuando como porta-vozes de colegas que não conseguiam se expressar em português, ou seja, nos casos em que não eram solicitados pelos superiores. Dessa maneira se tentava impor o silenciamento aos operários haitianos, além de individualizar os conflitos interétnicos e inter-raciais no ambiente laboral. Augustin contou sobre sua experiência auxiliando colegas haitianos no frigorífico:

“Uma vez teve briga, brasileiros brigam com haitiano, quase matam ele. E foi na delegacia [depois para fazer o boletim de ocorrência]. Agressão lá, três brasileiros, tava de noite, dentro da empresa. E o chefe só dá razão para os brasileiros, disse que brasileiro tem razão, ba ba ba, um monte de coisa. Não deixa os haitianos falarem, disse 'fecha a boca!'. E pensa que eu que fui lá na delegacia [acompanhar a denúncia]. [...] Na hora que aconteceu isso, eu tava no serviço né. E eu escutei os barulhos. Então uma amiga disse: 'vai ter briga, vai ter briga!'. Eu fui, quando eu cheguei eu vejo que o haitiano tava torto assim. [...] E cheguei lá, eu e dois haitianos pra conversar. O chefe chegou e disse que 'ah, aqui não é teu lugar, vai no teu serviço!'. Eu falei: 'não é assim!'. [...] Até que eu pensei, eu trabalho, na hora do meu intervalo, eu fui no plantão do hospital com ele. E pra ver o que que... consulta, dar medicamento. [...] Sexta-feira fui trabalhar pra bater cinco e meia [o ponto]. O chefe me disse que 'tu não bate, eu tenho um recado pra você, que a firma disse que não vai ficar mais contigo'. Eu disse: 'por quê?'. Disse que 'não bate'. Me chamou na salinha e disse que eu que acompanhei o rapaz, fui na justiça, blablabla, um monte de coisa e manda passar no escritório. Cheguei lá e a Bianca: 'os responsáveis dizem que não tem recado, não tem nota pra ti, tá na hora do trabalho, vai lá trabalhar'. Eu falei, 'não, meu chefe me mandar passar no escritório'. E chamar ele lá e disse que, bah, e depois me mandar embora. Só depois, um deles me disse que me mandar embora porque os outros disseram que eu que sempre ajudo os haitianos, os haitianos que não falam [português], às vezes, quando tu precisa alguma coisa.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

Augustin era frequentemente solicitado pelos superiores hierárquicos e por colegas de trabalho para ajudar na comunicação. No dia do evento narrado, Augustin estava em outro setor, mas ao saber da agressão contra um colega de trabalho que teria sido cometida por três funcionários brasileiros, ele se deslocou até o local. Lá ele tentou descobrir a razão da agressão e manifestou a intenção de acompanhar a vítima até a emergência do hospital, já que o colega não era fluente em português e encontraria dificuldades tanto para explicar o que sentia, como para compreender as orientações médicas. Entretanto, de maneira rude, o chefe mandou que ele retornasse imediatamente ao trabalho, impedindo-o de ajudar o colega. Inconformado, Augustin encontrou uma alternativa para não deixar o colega na mão e nem incorrer em falta no serviço: usar o intervalo de descanso com essa finalidade. Quinze dias depois Augustin fora demitido sem justa causa, desfecho que ele creditava a sua atuação como intérprete dos operários haitianos em situações que não eram do interesse da empresa. Quais seriam? No acompanhamento de colegas à emergência médica²⁴⁵, à enfermaria da empresa e ao Setor de Recursos Humanos (quando os colegas eram convocados pela administração ou quando se dirigiam por iniciativa própria a fim de esclarecer dúvidas ou encaminhar demandas) ou em discussões entre colegas de trabalho.

O dilema enfrentado por Augustin era comum àqueles que serviam de porta-vozes dos conterrâneos na indústria. Jameson cumpria a mesma tarefa em seu setor e já fora censurado pelo chefe em situações semelhantes, mas encontrou outra maneira de receber passe livre para acompanhar colegas que necessitavam de tradutores na enfermaria. Vale lembrar que a ocorrência de acidentes em abatedouros e frigoríficos é relativamente comum. Para tanto, Jameson se candidatou à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA²⁴⁶) e foi eleito pelos colegas. Antes disso, ele fez dois cursos oferecidos aos funcionários do frigorífico – de socorrista e de primeiros socorros

²⁴⁵ Funcionários do hospital da cidade criticavam a recusa da empresa em autorizar a saída de qualquer operário haitiano que estivesse em horário de expediente para acompanhar e servir de tradutor aos que eram encaminhados à emergência médica e não se comunicavam em português.

²⁴⁶ A CIPA é composta por representantes do empregador e dos empregados. A CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, e auxiliar o SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. A diferença principal entre esses dois órgãos internos da empresa consiste no fato de que o SESMT é composto exclusivamente por profissionais especialistas em segurança e saúde no trabalho, enquanto a CIPA é uma comitê partidário constituída por empregados normalmente leigos em prevenção de acidentes. O incremento das ações preventivas por parte da CIPA, consiste, fundamentalmente, em observar e expor as condições de riscos nos ambientes de trabalho; solicitar medidas para diminuir e extinguir os riscos existentes ou até mesmo neutralizá-los; debater os acidentes ocorridos, solicitando medidas que previnam acidentes parecidos e ainda, guiar os demais trabalhadores quanto à prevenção de futuros acidentes na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes). Fonte: <<http://www.saudevida.com.br/cipa/>>.

(8 horas) – uma vez que estava lotado em um setor que lida com altas temperaturas, com risco de incêndio ou de acidentes relacionados ao fogo. Ele se orgulhava de ser um tradutor requisitado pelos colegas e superiores. Seu valor estaria em traduzir com exatidão o que era dito, sem suavizar as palavras. Se houvesse xingamentos ou expressões duras ele as traduzia, independentemente se viessem de superiores ou de subordinados.

As disputas no chão da fábrica pelo controle do trabalho frequentemente são direcionadas à imposição de maior velocidade de produção, pois esse é um modo comum de extrair mais-valia dos operários. Conforme experiência de Jameson, os conflitos verticais entre encarregados e operários da linha de produção frequentemente estavam associados às exigências de aumento do ritmo de produção. Jameson, que costumava traduzir essas discussões, citou protestos comuns dos seus conterrâneos: “eu não sou escravo!”, “eu não sou uma máquina!”. Segundo um ex-funcionário do frigorífico, Michaud, os chefes não respeitariam a “personalidade” dos haitianos, em suas palavras, obrigando-os a produzir “duas vezes mais” que os colegas brasileiros. De acordo com Michaud, a velocidade da esteira só era diminuída nas ocasiões em que os fiscais vistoriavam o ambiente de produção, mas assim que saíam do recinto o ritmo frenético de trabalho era imposto novamente. A “esteira” era reconhecida como uma das maiores desvantagens do trabalho no frigorífico, já que através dela se imprimia uma velocidade de produção a ser cumprida, cujo descumprimento era facilmente verificável: não deveria sobrar nenhuma peça sem desossar ou cortar na esteira. Um ponto negativo associado era o aumento do risco de manusear facas e objetos cortantes nesse contexto de pressão constante por velocidade. Já os conflitos horizontais entre colegas ocorriam por motivos diversos. Além dos mal-entendidos potencializados pelas barreiras linguísticas, era comum a ocorrência de desavenças e altercações motivadas por “brincadeiras de mau gosto” interpretadas como ofensa, ciúmes de companheiros, disputas para exercer (ou evitar) determinados serviços e concorrência por recursos escassos que facilitam o desempenho do trabalho, como as brigas por carrinhos usados no transporte de produtos de uma seção a outra. Segundo Jameson, quem chega primeiro ao setor já se apressa em garantir a posse do carrinho ou então combina com colegas para que eles escondam o carrinho, driblando a concorrência e a ordem de chegada.

Os diferentes setores de produção não eram igualmente avaliados pelos funcionários, que percebiam as “vantagens” e “desvantagens” particulares a cada um.

Jameson, um dos meus principais interlocutores haitianos, que me ajudou a compreender as dinâmicas internas ao frigorífico, tinha preferência pelo local onde trabalhava no setor de embutidos. Sua função consistia em preparar, cozinhar e defumar os alimentos derivados de carne com o uso de uma série de máquinas. Não havia vigilância contínua do encarregado, que controlava mais o fluxo dos produtos que eram enviados à seção de cozimento e defumação e os que saíam dessa área, acompanhando apenas eventualmente a forma como o trabalho era realizado, voltando-se mais para a eficiência da produção. É uma vantagem relativa, já que o controle ainda era imposto através da exigência de um ritmo de produção determinado. A vantagem estava em não ter os seus movimentos escrutinados pelo encarregado, possibilitando um espaço maior para conversas informais entre colegas, por exemplo.

Somente uma única vez Jameson teve problemas com o encarregado. Foi um dia em que um colega da sua seção faltou, ninguém foi remanejado para a função e ele teve de realizar o serviço por dois. O encarregado chamou diretamente a atenção dele porque os produtos não estavam sendo preparados no ritmo de costume. Jameson não conseguia realizar todas as tarefas da cozinha ao mesmo tempo, o que prejudicou o preparo de alguns embutidos, como era de se esperar. Em resposta, Jameson argumentou que o atraso na produção era consequência do desfalque na equipe do setor. No mesmo dia, mais tarde, o encarregado foi ao setor reclamar novamente, desconsiderando a situação excepcional já relatada por Jameson. Depois o encarregado o abordou em seu intervalo de descanso para cobrar que continuasse trabalhando a fim de atingir a meta de produção. Jameson disse que tinha direito àquele intervalo, que além do mais era uma norma de segurança e de saúde no trabalho, com as quais ele tinha familiaridade enquanto membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). O encarregado o ameaçou com o fim do acesso às horas-extras, que eram disputadas pelos funcionários como meio de incrementar o salário. Irredutível, Jameson manteve sua posição, disse que ele poderia prejudicá-lo, mas mesmo assim não trabalharia no intervalo que lhe era de direito. Outro instrumento de coerção utilizado pelos encarregados, além de limitar ou facilitar o acesso de seus subordinados às horas-extras, era a distribuição de uma punição, “o gancho”, que consiste em ser suspenso do trabalho por meio expediente ou um, dois ou três dias, com o desconto equivalente no salário. O encarregado não se utilizou dessa última punição, pois Jameson não lhe faltou com respeito e talvez encontrasse dificuldade para justificar seu ato. Mas no dia seguinte Jameson descobriu com surpresa que fora transferido de setor, um ato velado de

punição, já que pode ser justificado por questões aparentemente técnicas como remanejamento de pessoal para suprir carência em outro setor, entre outras. Jameson teve sorte, pois seu colega de trabalho, Moisés, um brasileiro que estava empregado no fumeiro da fábrica há 37 anos, utilizou seu prestígio para recorrer ao superior do encarregado, o supervisor, e pedir para que Jameson voltasse ao seu setor, já que gostava de trabalhar ao lado dele. Embora Moisés não estivesse acima do encarregado na hierarquia de comando da empresa, ele recorreu a alguém que estava, além de ter um relativo poder de influência devido à antiguidade na empresa. Jameson relatou inclusive que Moisés era “louco”, que já ofendera o encarregado e que não se importava em romper com as expectativas de comportamento de sua posição, desafiando a cadeia de comando. Moisés cumpria a sua função com rigor e eficiência, mas não aceitava arbitrariedades e nem se calava diante de desaforos de superiores. Dificilmente seria demitido, já que do ponto de vista financeiro representaria um custo alto demais. A sua antiguidade lhe proporciona uma relativa “liberdade” em comparação a outros funcionários que ocupam a mesma posição na hierarquia da empresa, mas possuem menor tempo de vínculo com a mesma. Além da transferência compulsória de setor como retaliação velada dos chefes, os haitianos diziam que encontravam mais dificuldades para mudar de setor no frigorífico, se comparados aos brasileiros, que pareciam gozar de mais poder de influência nessas negociações com superiores.

Na opinião de Jameson, a atitude costumeiramente truculenta de parte dos encarregados afetaria a todos os funcionários igualmente, independente de nacionalidade. Contou que acompanhou por diversas vezes colegas brasileiros serem duramente repreendidos e até desrespeitados pelos encarregados. Apesar de já ter discordado do seu superior hierárquico e ter se recusado a obedecer aos comandos que considerava injustos, Jameson disse que não se exaltaria nesses momentos de discussão com o encarregado, ao que ele atribuía o fato de nunca ter recebido “gancho”. Outra razão para a relação com o seu superior não ser conflituosa seria a disposição de Jameson em auxiliar na comunicação deste com os subordinados haitianos, serviço que era valorizado por ambas as partes. Claro que, para ser “tradutor”, o funcionário haitiano tinha que demonstrar uma compreensão satisfatória do português, a fim de transmitir corretamente as instruções. Outro funcionário haitiano do frigorífico, Robenson, que trabalhava lá há três anos, manifestou opinião semelhante a de Jameson:

“O chefe superior? Sim, são tranquilos. Mas sabe que às vezes a pessoa xinga, porque o chefe do setor tem um caráter muito difícil, não sabe como tratar pessoa.

Não tem... falta carinho. Falta carinho pra dizer 'vai fazer isso' [fala com voz calma] e não 'vai fazer esse trabalho, vai fazer isso assim' [tom ríspido]. Não tem como tratar pessoa [assim]. Sabe, eu estou trabalhando contigo, mas não sou teu filho para falar comigo como você quer. Precisa falar manso. Com respeito. É isso o que falta. Mas a pessoa que obedece não vai ter problema. [...] Passa problema às vezes quando manda pessoa, a pessoa não quer ir e fica bravo. Mas se mandar 'vai fazer isso' e tu vai sem problema, não vai passar nenhum problema." (Robenson, 34 anos, 02/03/2016).

Para Robenson, o comportamento desrespeitoso dos encarregados era generalizado. Quem suportasse os xingamentos, as arbitrariedades e aceitasse seguir as ordens dos superiores com celeridade não encontraria problemas, de acordo com Robenson. O difícil era seguir isso à risca. Enquanto uma parte dos meus interlocutores haitianos entendia que a rotina de trabalho no frigorífico era difícil para todos, muitos acreditavam ou ao menos desconfiavam que sofriam algum tipo de discriminação na relação com os superiores e com os colegas de produção brasileiros, o que era acentuado especialmente em situações de conflito. Segundo Jairo, um dos diretores do sindicato, as pessoas escolhidas para desempenhar a função de encarregado costumavam ser “brutamontes”, ou seja, rudes, severas e intolerantes, em suma, intratáveis. Achavam que esse tipo de atitude era necessário para manter a disciplina e o respeito dos seus subordinados. As mulheres não eram designadas a esse tipo de função de mando, que ele soubesse, com exceção de “uma sapatão” que já fora vista aos beijos com outra mulher na indústria. Por outro lado, ele caracterizava os haitianos como trabalhadores educados e gentis, que esperavam receber um tratamento igualmente respeitoso, o que geralmente não acontecia no contexto de produção. Ou seja, o mais comum era que o comportamento dos chefes de seção fosse ríspido e intransigente, o que até os qualificaria a exercer esse tipo de função. Uma vez a fábrica contratara um encarregado “muito bronco” que distribuía punições a “qualquer um que atravessasse ele”. Até que as mulheres brasileiras se juntaram e foram ao sindicato reportar a situação com o intuito de que, por sua vez, o sindicato expusesse o problema à empresa e encontrasse soluções, como a mudança de comportamento que veio a ocorrer. Já os haitianos agiriam de forma independente, sem acionar o sindicato para diálogo com os empregadores. Recorrer à Justiça do Trabalho geralmente era visto como atitude extrema, avessa ao diálogo. Denúncias relativas ao comportamento arbitrário e discriminatório dos encarregados eram comuns nas ações movidas por haitianos e por outros estrangeiros negros, como a camaronesa que acionou o argumento abaixo em reclamação trabalhista em desfavor do frigorífico:

“Por outro lado, Excelência, há salientar, ainda, que além das condições de trabalho atingir a dignidade humana do trabalhador, também foi suficiente para afrontar a integridade física da parte Autora, visto que a distinta e excessiva carga de trabalho não foi respeitada pela Requerida, uma vez que tanto a Reclamante como os demais colegas haitianos eram deslocados para tarefas que outros funcionários brasileiros se negavam a cumprir. *A estratégia adotada pelos encarregados da Reclamada para o cumprimento das ordens de serviço tinha como regra ameaçar os haitianos de demissão “por justa causa”*. Na oportunidade, a parte Autora recebeu ameaças de que seria *“mandada embora da empresa sem direito a ganhar dinheiro algum”*, ainda, *“vai voltar para o Haiti sem dinheiro”*, *“cumpre as ordens ou vamos lhe mandar de volta para o Haiti sem nada”*, *“essa negrada não quer trabalhar”*, *“haitiano tem que sofrer aqui no Brasil”*, *“haitiano tem que trabalhar ou vai passar fome”*. Em certa oportunidade, por não cumprir a ordem emanada por seu encarregado, o qual determinou que realizasse tarefa diversa e muito mais excessiva do que outros funcionários brasileiros, acabou por ser demitida por justa causa.” (Grifo em itálico meu).

Além de estar presente em conversas informais e entrevistas que realizei durante o campo, a questão foi apontada por mulheres haitianas que participaram da “roda de conversa”. Acredito que a dinâmica da roda de conversa, cujas discussões se davam somente entre as mulheres haitianas e através da língua materna, contribuiu para que elas se sentissem mais seguras em abordar assuntos como o racismo. Elas registraram o assédio sofrido no ambiente de trabalho, em que colegas brasileiros diziam para os haitianos voltarem ao Haiti, perguntando se lá não tinham casa, trabalho ou comida com o intuito de humilhá-los. Como forma de provocação, outros *blan*²⁴⁷ questionavam se eles não tinham um país para retornar. Esse tipo de hostilidade por vezes atingia as haitianas de tal modo que algumas chegavam a chorar, conforme relato. Em resposta aos ataques verbais dos colegas classificados como racistas, elas afirmaram que “todos temos o mesmo sangue” e que não vieram ao Brasil por não ter nada no próprio país ou fugindo da fome, mas com o objetivo de construir uma vida melhor. Um dos grupos de mulheres relatou que os *blan* não respeitariam os haitianos no trabalho, nem os valorizariam como iguais, dando razão e preferência sempre aos brasileiros em situações de conflitos ou de disputas por recursos escassos.

Conforme os depoimentos dos haitianos juntados às reclamações trabalhistas, a recusa em executar o que era visto como sobrecarga de trabalho, no sentido de não ser comumente desempenhada pelos colegas brasileiros alocados na mesma função, resultava em punições – advertência ou suspensão de um a três dias, dependendo do histórico de faltas cometidas pelo industriário e de reincidências – e em demissão por

²⁴⁷A categoria haitiana “*blan*” (em *créole*) significa branco, literalmente, mas pode ser utilizada para designar todos os estrangeiros, independente de sua cor de pele. Ela é oposta ao termo “*noir*” (em francês) ou “*nwa*” (em *créole*), que significa negro, e é utilizado em referência a todos os naturais do Haiti. Nesse sentido, se a intenção for denominar um estrangeiro negro, ele será chamado de “*blan nwa*” (Baptista, 2012).

justa causa. Um dos meus interlocutores haitianos que estava empregado no frigorífico há dois anos, Peterson, afirmou que os colegas brasileiros raramente eram designados para tarefas mais pesadas, com ambiente desconfortável ou sujo, e quando o eram, eles permaneciam um tempo menor em comparação aos imigrantes. Pela sua experiência, uma dessas atividades desprezadas era retirar os embutidos do fumeiro, pois o ambiente era quente, úmido, abafado e sujo, o que tornava o serviço mais desgastante. Devo registrar, no entanto, que a percepção dos funcionários brasileiros acerca da divisão da carga de trabalho no frigorífico era diametralmente oposta a dos haitianos:

“Lá tem o seguinte problema né, que como a gente trabalha em esteira né, então o serviço tem que andar né, não para. Então às vezes quando eles [haitianos] embirram assim, até com os próprios supervisores, eles batem o pé, sabe, então não é fácil. Quando eles batem o pé... até com nós, colegas também. [...] ‘Ah, é brasileiro né? Então vou trabalhar menos e deixar mais pra ti!’. Eles [haitianos] gostam de fazer isso, tanto que eu trabalho com eles assim, mas eles acham que se tu faz uma vez uma coisa, você tem que fazer sempre pra eles. Aí se tu não faz... Vamos dizer, você ajuda a reduzir hoje o meu serviço. ‘Ah, ela tá atrasada, vou ajudar ela, fazer a parte dela também porque ela tá atrasada.’. Aí todo dia ela vai deixar pra ti fazer todo dia, você entende? Aí se no outro dia tu não fizer, aí eles ficam brabo, daí a questão que eles chamam nós de racista. Principalmente eu, que nunca fui, eles chamam muito de racista, eles mesmo chamam a gente de racista. [...] Então eu às vezes fico até triste com isso, porque assim oh, nunca fui e se eu fosse não teria vindo aqui, porque eu ajudei eles quando chegaram, então, hoje ajudo quando posso. [...] Só que o brasileiro é assim, se tu falar pro brasileiro assim oh, hoje diz ‘faz isso pra mim’, ‘tá, posso fazer’, amanhã se ele quiser de novo, ‘não, péra aí né!’. Tu conversa com o brasileiro né, ele entende que é o serviço dele, não vou tá fazendo todo dia isso né. Já eles [haitianos] não entendem.” (Alessandro, brasileiro, funcionário do frigorífico, 23/03/2017).

Há dezoito anos empregado no frigorífico, Alessandro atualmente trabalha lado a lado com colegas haitianos na linha de produção. Para ele, os funcionários haitianos não compreenderiam as normas da empresa e a rotina de produção ou não teriam interesse de segui-las. Eles são caracterizados como particularmente “teimosos”, já que só aceitariam “fazer as coisas do jeito deles”. Um “favor” prestado eventualmente seria logo compreendido como “obrigação” diária pelos haitianos, que discutiriam com os colegas de esteira para exigir que eles assumissem a parte “extra” do trabalho. Assim como Alessandro, que afirma que os funcionários haitianos não seguiriam corretamente a dinâmica dos favores entre colegas de esteira, Juliana diz que uma parte deles costumaria “se escorar” nos outros:

“O único problema deles [haitianos] é que todo mundo gosta deles, o problema é que eles se escoram na gente né. Porque todo mundo na firma gosta dos haitianos, todo mundo, e daí eles se prevalecem um pouco, isso aí é errado. Pra mim os direitos são iguais né. [...] Se tu trabalha comigo, tu tem que me ajudar né? A gente na firma é tudo colega e daí eles não gostam muito de ajudar, aí muitos trabalham bastante e outros já são mais escoradinhos. Ou tem umas [haitianas] que não gostam

da gente, não gostam de ajudar, não gosta de ensinar. [...] Mas tem uns que são muito queridos. Eu tenho várias amigas haitianas, são muito queridas, são melhores que as brasileiras. [...] Eu trabalho na presuntaria. Tem uma amiga lá muito querida, adoro ela, é uma pessoa querida mesmo, ajuda em tudo, tá disposta a tudo, sempre.” (Juliana, brasileira, funcionária do frigorífico, 30/07/17).

Apesar das críticas direcionadas ao segmento dos haitianos, Juliana relativiza sua generalização, indicando que “muitos trabalham bastante”, “são muito queridos”, “ajudam em tudo”. Vemos que há uma tendência das avaliações de experiências com sujeitos particulares serem generalizadas para o grupo étnico-racial e nacional ao qual se enquadram, lógica esta que admite “exceções” à regra. Nesse sentido, as tensões existentes nas relações horizontais entre os grupos de industriários muitas vezes assumem a linguagem da etnicidade, da racialidade e da origem nacional, como indicado nas falas a seguir:

“O único problema deles [haitianos] é que nem... A gente [brasileiros] faz fila né? Nessa parte eles são ignorantes, porque não querem entrar na fila que nem todo mundo. Todo mundo gosta deles, os chefes, todo mundo elogia eles e querem ajudar eles com dinheiro, com coisas e aí eles se prevalecem. A gente tem que fazer fila né, todo mundo na fila e eles furam ou vão lá na frente e ficam esperando, daí quando chega a tua vez pra bater, eles batem na frente. Daí se tu fala alguma coisa eles ficam bravo, não gosta ou falam na língua deles da gente, fazem piadinha, debocha...” (Juliana, brasileira, funcionária do frigorífico, 30/07/17).

“Inclusive hoje eu tava na fila. Eu era o primeiro da fila, era pra todo mundo respeitar a fila na ordem de bater o crachá, pra passar, pra não dar erro né. Aí chega a haitiana lá e zup na minha frente: ‘não, colega, vamos respeitar a fila né!’. E ontem ela tava atrás de mim, tinha um brasileiro na minha frente ali, veio e fez a mesma coisa que ela fez, eu disse pra ele: ‘não, colega, vamos respeitar a fila!’, ele foi pra fila, daí só que ela não aceitou o que eu falei pra ela hoje de manhã. Ah, me xingou, me xingou, me chamou de racista, não sei o que lá, me xingou, xingou na língua dela, não entendia nada, deixei ela falar.” (Alessandro, brasileiro, funcionário do frigorífico, 23/03/2017).

A (des)igualdade entre os grupos de nacionais e estrangeiros é continuamente avaliada por cada um deles nas mais variadas situações cotidianas, como nas filas para “bater o crachá”, ser atendido no Setor Pessoal da empresa ou no acesso ao refeitório. Uma parte dos brasileiros, haitianos e dominicanos se acusa mutuamente de não respeitar a ordem de chegada, enquanto outra parte não define essas querelas em termos de pertencimento nacional. Outro campo de tensão é a disputa para ser (ou não ser) alocado em setores específicos, já que uns que gozam de maior preferência e outros são rejeitados pela natureza do serviço envolvido ou pelas condições ambientais de realização do mesmo. Em todas essas situações, as diferenças culturais e linguísticas intensificam a desconfiança e os conflitos entre os grupos de trabalhadores brasileiros e haitianos, como apontado nas falas acima: “me chamou de racista, não sei o que lá, me

xingou, xingou na língua dela, não entendia nada”, “daí se tu fala alguma coisa eles ficam bravo, não gosta ou falam na língua deles da gente, fazem piadinha, debocha”. Os efeitos negativos da dificuldade de comunicação são evidentes nos relatos dos operários. Conforme Augustin:

“E cada vez os haitianos tem problema, tem que levar eu, mesmo que eu não falo muito português, eu falo um pouco espanhol, misturo com português, o médico entende. E assim. Eu nunca fui na aula de português. Tinha curso, eu não fui. [...] E assim que tava ajudando. Tem haitiano que sofre muito lá [no frigorífico], os colegas xinga, sabe lá? Quando eu tava né, os colega xinga, só que fala alguma coisa que os haitianos não entendem, quando os haitianos falam crioulo, eles xingam os haitianos, 'tem que falar português!'. Nem sabe que os haitianos não falam, nem sabe que o português é complicado pra falar. Só quando os haitianos falam entre eles, eles xinga, 'tu tá no Brasil, tem que falar português!'. O haitiano não entende, quase tem briga né.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

Frequentemente o costume dos colegas haitianos de conversarem entre si exclusivamente na língua materna é interpretado pelos funcionários brasileiros que compartilham os mesmos espaços com os estrangeiros como afronta, mesmo sem compreenderem o que de fato está sendo dito: “estão xingando, falando mal de nós, debochando”, logo pressupõem. Uma parte dos interlocutores haitianos confessou se ressentir pelos colegas brasileiros se incomodarem com o uso do *créole* no ambiente de trabalho e, por vezes, os denunciarem pelo “ato de indisciplina” junto ao superior hierárquico. Cada grupo interpreta a atitude do outro como prova da intenção de prejudicá-lo.

Construindo resistências possíveis

Diversos estudos desconstroem a ideia de que os propalados princípios racionais de administração da produção, como os métodos de inspiração taylorista, seriam métodos de controle absoluto das relações sociais no chão de fábrica (Burawoy, 2009; Beynon, 2009; Ong, 1987, 2009). Para tanto, esses autores voltam a análise para as disputas entre a administração e os diferentes segmentos de trabalhadores em torno do controle sobre o processo de trabalho. A partir desses diálogos, adotamos a perspectiva teórica de que a autoridade da administração da fábrica nunca é absoluta, apesar de exercer extensa dominação através da implementação de políticas de organização do trabalho e da incorporação de maquinários e sistemas tecnológicos específicos, que nem sempre visam o incremento da produtividade, mas o aumento do controle da força de trabalho em si. Mesmo o sistema taylorista clássico – ou melhor, principalmente ele –

suscita a formação de efeitos indesejados, como o aumento da resistência operária contra o controle da administração fabril sobre o processo de trabalho (Beynon, 2009).

O cenário é mais complexo do que a relação de mando e obediência orientada pela estrutura hierárquica, há relações de companheirismo e suporte mútuo, como também de conflitos entre colegas e entre esses e seus superiores. Se a estrutura hierárquica e as normas organizacionais representam forças que constroem a agência dos trabalhadores, não menos importantes são os processos através dos quais os indivíduos recriam essas normas através de alianças informais e reformulam a hierarquia oficial nas práticas cotidianas (Beynon, 2009; Burawoy, 2009). Nesse sentido, valoriza-se nas análises a organização da cultura laboral pelos trabalhadores que a atualizam cotidianamente no chão de fábrica. A partir dessa cultura, regras instituídas pela alta administração são ignoradas, contornadas ou subvertidas, revelando a microfísica da resistência com o potencial de manipulação e a relativa flexibilidade das normas oficiais na prática (Beynon, 2009; Burawoy, 2009). Entretanto, os estudos também demonstram que os atos de resistência, desobediência ou sabotagem anônima podem ter sucesso mais ou menos temporário em assumir parcialmente o controle do processo de trabalho, mas tem limites que geralmente são determinados pelas forças macroeconômicas e flutuações de mercado (Beynon, 2009; Burawoy, 2009).

Soube de atos de rebelião no chão de fábrica promovidas por trabalhadores haitianos que agiram de forma independente do sindicato, que inclusive não reconhecia a legitimidade daqueles, condenando-os como pura expressão de desordem. Bianca Donati relata a perspectiva da empresa sobre esse caso:

“O maior desafio é que quando eles [os haitianos] querem ir embora, eles acham que a empresa tem que demitir. Como a nossa legislação beneficia muito o empregado a ser demitido [sic], então eles aprenderam isso, não são bobos. Então quando eles querem ir embora, tem outro emprego, eles começam a incomodar, aí eles não seguem as regras. O que o trabalhador brasileiro faz, ele não vem trabalhar e aí a gente pune. Eles não, *eles chegam no trabalho e cruzam os braços e ficam lá*. Hoje a demissão tem um custo alto pro empregador. Esse talvez seja o único problema. Mas com relação a hierarquia, eles são cumpridores, tirando essas exceções né. [...] Hoje assim se um empregado se apresenta pro trabalho de braços cruzados, a gente pune. *Eles são contratados para trabalhar, não para ficar atrapalhando o andamento normal das atividades e aí eles tem que sair do local de trabalho. E muitas vezes eles não querem sair, aí a gente chama nossos vigilantes e eles tiram do ambiente de trabalho*. Inclusive a gente teve até casos que a gente registrou ocorrência de pessoas que invadiram o local de trabalho, haitianos. *Trabalhadores que queriam ficar atrapalhando lá para forçar uma demissão*. E aí a gente comunica quando é um caso meio fora do comum, a gente comunica pra Polícia Federal. De seis em seis meses eles iam lá renovar o documento... então a gente tem um contato bem grande com a Polícia Federal. Então quando tinha alguma coisa fora do padrão a gente comunica a eles.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 3 de março de 2016).

Nota-se que os haitianos estão em situação de maior vulnerabilidade frente às práticas de disciplinarização do trabalho. O fato da documentação desse segmento ser temporária e necessitar de contínuas renovações junto à Polícia Federal expõe os trabalhadores haitianos a mecanismos extra de coerção por parte da empresa. Esta última explora deliberadamente essa vulnerabilidade como parte de suas prerrogativas. Não conheci pessoalmente nenhum operário haitiano que tenha participado de paralisações do tipo, já que tão logo eram demitidos deixavam a cidade em busca de trabalho, mas não afirmaria categoricamente que se trata de uma estratégia para forçar demissão. Um interlocutor haitiano que também é funcionário da empresa me disse que o comum é diminuir o ritmo de produção, contrariando as ordens dos encarregados, e ser deliberadamente negligente. A recusa a submeter-se à disciplina do trabalho, desafiando-a dentro do ambiente de trabalho, seria mais uma forma de protestar contra a desvalorização do trabalhador haitiano e contra os tratamentos considerados discriminatórios. Tática semelhante foi observada por Braga (2014) em pesquisa sobre a formação do precariado na indústria paulistana do *call center* entre os anos de 2004 e 2009. Em sua maioria jovens mulheres não brancas recém saídas da informalidade – além de um contingente significativo de LGBTs – as teleoperadoras expressavam resistência em “paralisações de protesto” dentro do ambiente de trabalho contra casos de abuso de poder dos coordenadores de operações – geralmente homens brancos heterossexuais –, incluindo situações de assédio sexual contra colegas de trabalho. Enquanto a experiência compartilhada de discriminação étnico-racial aproximava os operários haitianos, viabilizando mobilizações coletivas de protesto no chão de fábrica, no estudo de caso trazido por Braga, a experiência de discriminação por gênero funcionava como catalisador de uma série de outros descontentamentos difusos com as condições de trabalho e de remuneração, dando suporte à organização política dos teleoperadores.

Através da análise das reclamatórias trabalhistas, acessei o seguinte depoimento de um dos chefes do setor de desossa no frigorífico:

“Midelson e Berthony deviam retornar às 12h25min, mas eles retornaram às 12h40min; como eles não justificaram o atraso, foram encaminhados ao RH e receberam suspensão; precisa haver uma disciplina na execução do trabalho; ambos já tinham outras punições por outros motivos; neste momento, ligou para o RH e descobriu que Midelson estava suspenso e não poderia estar na empresa; falou isso para Midelson e diante disso outros quatro ou cinco haitianos, em solidariedade a Midelson, se recusaram a trabalhar; ficaram os seis parados por 30min; conversaram e foram encaminhados para o RH e junto com o jurídico foram desligados; depois os

haitianos voltaram e entraram na empresa, não sabe se foi no mesmo dia ou no dia seguinte, mesmo despedidos por justa causa, com a finalidade de tumultuar; conversaram com eles enquanto o guarda chamou a polícia, que os algemou, acha que por ser procedimento da polícia; os haitianos não foram colocados no chão; os haitianos não reagiram; a polícia os levou para a delegacia; os haitianos se recusaram a sair de lá mesmo quando a polícia chegou; os haitianos acharam que Midelson teria sofrido um acidente e teria sido suspenso por isto, mas isto não é verdade; acha que atualmente tem uns 300 empregados haitianos na ré; no setor do depoente, são uns 100 haitianos e uns 120 brasileiros.” (Valdeci, testemunha, chefe do setor de desossa).

Os protestos dos operários haitianos contra decisões dos superiores hierárquicos que eles avaliavam como abusivas eram enquadrados pela empresa como uma forma dos empregados forçarem a demissão sem justa causa, ao que respondiam com rescisão do contrato de trabalho por justa causa, ou seja, sem o direito ao pagamento das verbas rescisórias. No caso acima, dois operários haitianos foram punidos com suspensão por terem chegado quinze minutos atrasados ao posto de trabalho após o intervalo, no segundo período da jornada do dia, e por “não justificarem o atraso”, de acordo com o chefe do setor. Considerando a punição desmedida, os dois operários se recusaram a sair do local de trabalho, descumprindo a determinação do encarregado. Em solidariedade, outros três operários haitianos teriam convencido os demais conterrâneos alocados no setor de desossa a paralisarem a produção, de acordo com relatório de ocorrência da empresa. Como a produção é organizada em cadeia, o fato de parte significativa dos funcionários do setor da desossa interromperem suas atividades impede que os outros setores funcionem, pois dependem do envio dos cortes suínos desossados. Todos os cinco envolvidos no ato de paralisação, que durou entre 30 e 40 minutos, foram posteriormente demitidos por justa causa. Não se tratava de simples “tumulto” com intenção de “forçar demissão”, mas de contestação da forma de aplicação das regras da empresa: a distribuição de punições, sejam estas suspensões ou demissões. Os desentendimentos agravados pela dificuldade de comunicação também são notáveis nessas situações. Ao que parece, muitos dos envolvidos no ato não compreendiam o que estava de fato ocorrendo, se fora aplicada a suspensão contra os colegas ou se era caso de demissão e quais eram as justificativas alegadas pela empresa. Sobre o caso em questão, em sentença o Juiz deferiu o pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho de um dos operários haitianos envolvidos com os seguintes argumentos:

“Como se vê, são grandes os conflitos na ré envolvendo os empregados haitianos. É manifesta, ademais, a enorme dificuldade de comunicação. Note-se que os dois testemunhos verificados nestes autos o foram por pessoas, segundo atesta o procurador da parte demandante, que detinham a melhor fluência dentre aqueles que conheciam os fatos controvertidos. O que se verificou é um depoimento prestado por

empregado com grande dificuldade de se expressar na língua portuguesa. Se estes são dentre todos aqueles que melhor se comunicam, imagina-se, então, que a comunicação dos demais deve ser quase nula. Não é demais lembrar que a ré sequer se ocupou a contratar um tradutor, ou seja, um empregado com capacidade de fazer chegar a estes empregados uma comunicação precisa e segura no âmbito da empresa. Disse a testemunha Valdeci, acima citada, que a ré se vale daqueles empregados haitianos que melhor se comunicam na nossa língua. Afirmou que "se comunica com os haitianos falando português; se não se entenderem, chama um tradutor, que um colega deles mesmo; a ré não possui tradutor". A julgar pelo que se verificou em audiência, é manifesto que a possibilidade de comunicação nestas condições mostra-se muitíssimo precária. [...] nisto a ré foi plenamente culpada ao fazer ingressar em seus quadros funcionais um considerável número de empregados estrangeiros sem sequer se preocupar em contratar, não apenas um, mas vários tradutores que pudessem viabilizar uma melhor comunicação entre os procedimentos exigidos pela empresa. [...] Quando a empresa demandada se vale da contratação de estrangeiros em larga escala e não adota as devidas cautelas para que estes trabalhadores tenham sua vida profissional facilitada minimamente com a comunicação e, ainda, mostra-se intolerante na sua gestão administrativa no trato com esses trabalhadores especiais, resta evidente que assumiu para si todo ônus de encontrar embaraços de todo tipo. Além disto, justifica que o empregado, diante das condições penosas de trabalho, postule em Juízo a rescisão indireta do seu contrato de trabalho. Há assim, manifesto rigor excessivo no trato com estes profissionais, dadas as circunstâncias com que são tratados pela ré, o que justifica a extinção do contrato com fulcro na norma do art. 483, alínea "b", da CLT. Não se pode olvidar as graves assertivas das testemunhas do autor no sentido do tratamento desigual e desumano dado aos haitianos em relação aos brasileiros. Contudo, a este ponto da controvérsia não se faz necessário chegar, pelo menos por ora, diante dos demais elementos aqui trazidos e apurados e que, por si só, justificam o deferimento da pretensão. Acolho, assim a pretensão neste tópico para o fim de declarar a extinção contratual por culpa do empregador. [...] Não se pode dar a estes trabalhadores o mesmo tratamento que se dá aos brasileiros por razões óbvias. Há que se tratar diferente os diferentes, especialmente quando estes diferentes sequer conseguem se comunicar adequadamente e, portanto, discernir na plenitude as exigências do empregador."

A barreira linguística foi reconhecida em diversas sentenças de reclamações trabalhistas como fator que agravava os conflitos entre operários haitianos e os seus superiores hierárquicos. Como a empresa não instituiu mecanismos de facilitação da comunicação, como a disponibilização de tradutores profissionais, apesar da contratação em massa de haitianos, ela foi julgada culpada pela rescisão do contrato de trabalho em alguns casos. Argumento que diversos conflitos não se originavam somente de dificuldade de compreensão das "normas da empresa" pelos operários haitianos, mas estavam associados ao exercício de atos coletivos de contestação da razoabilidade da forma de aplicação das punições em relação ao segmento haitiano. Dito de outro modo, a percepção do tratamento discriminatório não era apenas um ruído na comunicação.

Não consegui entrar em contato com nenhum haitiano que tivesse aderido a tais atos de protesto, mas muito se falava sobre esses eventos dentro das redes sociais haitianas. Jameson, por exemplo, soube de dois atos deliberados de interrupção da produção no setor de desossa encabeçados por conterrâneos. Conforme as informações

repassadas a Jameson, os atos eram uma forma de contestação da demissão de operários haitianos por justa causa, pois as consideraram abusivas. Segundo Jameson, os atos foram bem-sucedidos, resultando na reversão das demissões por justa causa em sem justa causa. Outro interlocutor haitiano explicou um ato de paralisação de forma semelhante:

“Eu ouvi falar de outras pessoas que uma vez tinha mandado uma pessoa embora, sem direito nenhum e daí a parte de desossa na Suíno Mais era... Na desossa se tinha 200 empregados, uns 50 só que eram brasileiros, a maioria eram haitianos. E uma vez eles ficaram parados na firma, não iam trabalhar hasta obter uma explicação do que tinha acontecido com aquele colega, mas aquilo eu só ouvi falar na rua.” (Renel, funcionário domínico-haitiano do frigorífico).

Embora fosse funcionário do mesmo frigorífico, Renel era de outro setor e ainda trabalhava no turno inverso, por isso não acompanhara diretamente os atos de paralisação, mas também ouviu falar a respeito. Outro funcionário haitiano do noturno, Augustin, que também não se envolvera diretamente com o ato e nem sabia ao certo das razões que o motivaram, acabou sendo afetado ainda assim. A empresa acreditava que ele havia confeccionado um cartaz de convocação ao ato de paralisação, escrito em créole e em português, e que fora exposto na fábrica. Ele nem ao menos fazia parte da turma de operários haitianos que organizou e aderiu ao ato, mas a suspeita logo recaiu sobre ele devido a sua maior fluência e habilidade de escrita em português, que na época não era comum. Ele me contou o que soube sobre a greve:

“Acho que [o motivo da paralisação] foi reclamar alguma coisa que não tá certo. Acho que disse que não vai trabalhar porque os haitianos trabalhavam no lugar mais pesado, não sei agora... O lugar que mata os porcos, sabe? Tem um lugar que se não trabalha haitiano, acho que parou, parou. [...] Os porcos não passa e parou. Dez minutos só. [...] Isso foi por causa de uma coisa que aconteceu, não sei se fez uma coisa pros haitianos lá dentro, se machucou, uma coisa assim que o chefe dá uma coisa... Eu não sei, eu não se explicar. Eu só sei que tinha um dez minutos, um dia que parou, só os porcos não passa... [...] Tá vindo na minha cabeça [relembrando o motivo], mandou um haitiano embora uma vez, disse que é justa causa, não pagou. Acho que ele é... o haitiano ele trabalha muito, a firma manda embora, diz justa causa, não manda embora, dá justa causa pra ele. Só como ele tem muito amigo lá dentro, disse que não é assim, se manda embora o rapaz, tem que pagar [as verbas rescisórias]. Então como disse que, acabou chefe, disse ‘se não mandar recado pra pagar ele, vai parar, o trabalho vai parar’. E começa um sair, um, dois saem. Aonde que passa os porcos parou e agora já chamou, ligou no escritório bem rápido, disse que é pra pagar ele e o serviço continua.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

A razão do ato era um tanto nebulosa para Augustin, embora tivesse algumas lembranças a respeito. Ele estava certo de que era uma “reclamação” sobre “alguma coisa que não estava certa” e, ao mesmo tempo, uma forma de pressionar o empregador a acatar a demanda do grupo de operários haitianos. Por causa do evento em questão,

Augustin foi chamado a comparecer no Setor Pessoal para se explicar, ou melhor, convencer Bianca de que ele não tinha responsabilidade sobre o “ato coletivo de insubordinação”. Foi dito que “alguém” o denunciara através de uma ligação anônima. Ele negou, mas não foi suficiente. A insistência em enquadrá-lo como autor do cartaz de convocação da greve mesmo sem qualquer evidência além da alegada “denúncia anônima” revoltou Augustin: como sua palavra valeria menos que a de um anônimo que nada teria a perder? Depois de muita discussão e argumentação sobre a injustiça da acusação, Augustin foi liberado, mas dias depois fora demitido sem justa causa. Para ele, seria uma represália do empregador.

A eficiência dos atos de paralisação era relativa. Vimos que os envolvidos eram demitidos por justa causa e uns até conseguiram convertê-la em demissão sem justa causa por culpa do empregador através do acionamento da Justiça do Trabalho, mas nem todos eram capazes de arcar com os custos de vida na cidade enquanto aguardavam o desfecho da reclamatória trabalhista. Apesar disso, os atos de contestação eram divulgados dentro das redes haitianas como vitoriosos.

Foi constatado pela empresa que os operários haitianos por vezes se dirigiam ao posto de trabalho mesmo estando suspensos. Se era uma forma de desafiar a autoridade dos encarregados que os suspenderam ou simplesmente uma falha de comunicação não se sabe. Como o cartão utilizado para “bater-ponto” não tinha mecanismo de bloqueio nos dias de suspensão, funcionando normalmente, os haitianos de “gancho” muitas vezes acabavam cumprindo sua jornada de trabalho e sendo pagos pelas mesmas. Eventualmente quando os funcionários haitianos suspensos eram punidos novamente pelos encarregados o “erro” era constatado no sistema ao serem encaminhados ao Setor Pessoal.

Os haitianos que chegaram antes da instalação da crise, entre 2012 e 2015, geralmente se encontravam empregados e contrastavam sua situação de rápida integração no mercado de trabalho com a de familiares, amigos e conhecidos recém-chegados, que ou enfrentaram um longo período de desemprego ou ainda se encontravam nessa situação. O desemprego dos haitianos recém-chegados acabava sobrecarregando aqueles que já estavam instalados no município e que se ofereceram para recebê-los em suas casas. Nesse sentido, os efeitos da crise foram sentidos por toda comunidade haitiana, incluindo fluxos migratórios anteriores e os recentes. Como professora do curso de português oferecido e organizado pelos Leigos Scalabrinianos da Igreja Matriz São Pedro, eu acabava conhecendo rapidamente os recém-chegados, já

que eles constituíam a maior parte dos estudantes interessados em se familiarizar com a língua portuguesa, dada a dificuldade de comunicação e o tempo livre de que dispunham enquanto desempregados. As mulheres haitianas sofriam mais com a barreira da língua, que dificultava a obtenção de emprego e a inserção social no país de imigração (De Paula, 2017; Pereira, 2017), mas raramente participavam das aulas, sejam as solteiras ou as casadas que viviam com seus maridos. Para compreender esse quadro, é necessário considerar a desigualdade de gênero na divisão das tarefas domésticas e no cuidado das crianças, que sobrecarregava as mulheres haitianas. Conforme as informações obtidas na “roda de conversa” com mulheres haitianas, uma parte delas se queixou do comportamento dos companheiros, que não contribuía com o serviço doméstico e nem cuidavam das crianças, embora muitas vezes as mulheres exercessem função semelhante ou idêntica a dos maridos no frigorífico. Sobre o tempo livre, ele praticamente não existia, pois a maior parte das mulheres trabalhava fora e dentro de casa, sentindo-se muito cansadas para outra atividade, além de que não há tempo hábil. Muitas haitianas indicaram o interesse em estudar a língua portuguesa, reconhecendo a importância de dominá-la para ser capaz de se comunicar satisfatoriamente no país de imigração, mas relataram não dispor de tempo, nem de energia. Ademais, devido às desigualdades de gênero estruturais à sociedade haitiana, o segmento de mulheres haitianas era marcado por menor escolaridade, sendo que muitas não tinham o domínio da língua francesa – ensinada nas instituições escolares haitianas – e falavam exclusivamente o *créole* (Rosa, 2007). Essa desvantagem da formação escolar das mulheres aliada ao relativo isolamento desse segmento no âmbito doméstico e nos espaços sociais restritos à comunidade haitiana obstaculizava o aprendizado da língua portuguesa. Somada à discriminação étnico-racial e de gênero, a dificuldade de comunicação ampliava a marginalização das mulheres haitianas no mercado de trabalho local, como sugere a fala da Irmã Efigênia:

“[...] a mulher [haitiana] tem mais dificuldade pra conseguir emprego porque começaram tudo a ficar grávida. E tem licença, tem todo aquele período. Então pra empresa também não é fácil né. E aí então... e tem várias que não conseguiram emprego ainda, que eu conheço. [...]

Paloma: Mas as haitianas já chegaram a te procurar atrás de emprego na casa de pessoas?

Efigênia: Sim, muito, muito. [...] Ah, tem umas... meu deus do céu! Tinha uma que morava perto do cemitério, que agora está trabalhando lá na Dona Eliana, aquela da pizzeria. Mas antes ela vinha, 'ah, mas eu peço qualquer coisa, eu faço qualquer trabalho, sei passar roupa, sei fazer limpeza né'. Mas quem [vai querer contratar]? [...] Mas muitas já vieram pedir pra nós ajudar a procurar casa de família, fazer limpeza, qualquer coisa, cuidar de doentes. [...] E no prédio mesmo, tem uma senhora que tava precisando né. Mas como ela vai dar trabalho pra uma [mulher

haitiana] que ela não sabe falar português? E pra cuidar de uma pessoa idosa e doente, como é que tu vai deixar, vai sair tranquila [de casa] e ela não entende, não pode falar. É difícil. Não que não procure, que não queiram, mas é todo o contexto. Então eu sempre digo, vocês tem que aprender o português, que daí é mais fácil.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

A dificuldade de comunicação era uma desvantagem das mulheres haitianas em relação às dominicanas que, como falantes de espanhol, conseguiam compreender mais facilmente o português e se expressar de forma satisfatória. Nesse sentido, as vagas de serviço doméstico, de babá e de cuidador de idosos em Encantado²⁴⁸ raramente eram preenchidas por mulheres haitianas, embora elas se dispusessem a exercer essas atividades diante da crise e do desemprego. Inclusive, através da “roda de conversas”, uma parte das mulheres haitianas manifestou o interesse em trabalhar como empregadas domésticas, não como preferência, mas como alternativa, já que se encontravam desempregadas.

Embora muitas mulheres haitianas fossem contratadas pelo frigorífico da cidade, a representante de outra indústria local, de menor porte, já identificava problemas específicos em relação à contratação de mulheres haitianas, de acordo com entrevista concedida em julho de 2017. A empresa de recuperação de resinas plásticas tinha cem funcionários alocados na fábrica, sendo apenas dois (homens) de origem haitiana, pois um casal de haitianos havia sido demitido. O expediente dos auxiliares e operadores de produção era das seis da manhã às dezesseis horas e o salário variava de 1.300 a 1.450 reais. O problema com as haitianas começava já na entrevista, pois não se comunicavam em português, deixando a tarefa a cargo dos maridos, que as acompanhavam. A barreira linguística representava um risco, de acordo com a empresa, pois não conseguiam ter uma comunicação de qualidade suficiente com o funcionário para instruir quanto às medidas de segurança ao lidar com o maquinário. A empresa contratou apenas a esposa de um funcionário haitiano, mas ela foi demitida um ano depois por baixa produtividade, assim como o marido. A fábrica de plásticos já enfrentou dificuldades para preencher as vagas ociosas de mão de obra sem especialização, até anunciava nas rádios locais. Para ocupar a vaga de auxiliar de produção não era exigido grau de escolaridade mínima, já a de operador de produção requeria ensino médio completo. A escassez de mão de obra e a alta rotatividade dos empregados do setor de produção

²⁴⁸ Embora as dificuldades de comunicação e as diferenças étnico-culturais constituam empecilhos para a absorção das mulheres haitianas no serviço doméstico em Encantado, ao menos até o momento, outros estudos indicam que as imigrantes haitianas ocuparam esse setor em diversas regiões do Brasil (Cavalcanti & Tonhati, 2017; Dutra, 2017; Joseph, 2015, 2017).

foram problemas constantes na fábrica de plásticos até 2015, que atribuía como causa a oferta abundante de vagas de emprego na região. Já com a crise econômica deflagrada em 2016 e 2017, os funcionários se tornaram mais estáveis por temerem o desemprego.

Parte dos meus interlocutores haitianos estava há oito meses sem emprego na cidade, mas eles afirmavam conhecer outros que estavam há mais de dois anos nessa situação. Sobre esse contexto de crise, Claudy se mostrou alarmado com os casos de desemprego entre seus conterrâneos. Segundo Claudy, nos casos mais graves os haitianos se viam obrigados a retornar ao Haiti, muitas vezes endividados ou destituídos dos bens empenhados para financiar o projeto migratório, como terrenos, casas, carros, motos e animais. Por outro lado, Claudy fez questão de mencionar a solidariedade existente na comunidade haitiana de Encantado, que ultrapassaria redes de parentesco, englobando até mesmo recém-conhecidos. Henry, por exemplo, contou que fez compras no mercado para um amigo que estava desempregado há doze meses, auxiliando em sua alimentação. Outros, como Henry, disseram que alertavam seus contatos no Haiti para a mudança no mercado de empregos local, para que ninguém migrasse sem ter consciência das dificuldades e se frustrasse depois.

Mãe e filha que administravam uma fábrica de pizza da cidade também relataram a mudança de cenário. A empresa era diminuta, com apenas vinte funcionários, mas já enfrentou dificuldade em atrair mão de obra, especialmente em 2013. Sobre a rotatividade do quadro de funcionários, dona Eliana explica:

“Aqui olha, não é muitos anos [que o funcionário se mantém no quadro], no máximo três, quatro anos. Depois eles vão embora, daqui a pouco estão voltando. É assim. [...] Se o funcionário é bom, eu pego ele de volta. Já vários aqui saem, ficam fora, às vezes um ano, depois perdem emprego e acabam voltando. Se o funcionário é bom eu pego de volta.” (Eliana, dona de uma fábrica de pizzas, 31/07/17).

A rotatividade dos industriários do setor alimentício é normalizada como característica do mercado de trabalho local, marcado pela escassez de mão de obra não especializada. Mas essa situação mudou com a vinda dos imigrantes haitianos recrutados pelo frigorífico, como conta dona Eliana:

“Antes de virem os haitianos pra cá, tava em falta de funcionários. Logo que vieram, que depois veio vindo, a Suíno Mais não tava pegando [contratando mais funcionários], que eu comecei a pegar uns deles. E muitos porque eu trouxe muitos colegas da Clara. Conhece a Clara? E as vezes ela me ligava, 'não tem uma vaga?'. Muitas pessoas da igreja, colegas minhas, que elas ajudam a Clara na distribuição de alimentos, de roupa. [...] Aqui agora, desde o ano passado, que veio bastante pra Suíno Mais. E daí a Suíno Mais passou a mandar embora e daí o que acontece? Eles estão batendo de porta em porta pra pedir ajuda, pra pedir emprego. Então, eu tenho esse emprego. Temos oito haitianos, eu acho. Quatro mulheres e acho que quatro

homens. Nove, porque uma tá fora porque ganhou neném. [...] Muitos bateram [na porta]. Hoje eu não tenho mais vaga. Eu tenho um fluxo de vinte funcionários, eu não posso ter... Porque se eu botar mais gente depois meus impostos mudam, porque minha empresa passa pra pequena, média, grande. Daí muda todos meus impostos. Eu estou conseguindo dar conta dos pedidos que a gente tem, é meio puxadinho mas a gente consegue.” (Eliana, dona de uma fábrica de pizzas, 31/07/17).

Em 2016 o frigorífico da cidade não estava mais absorvendo os novos fluxos migratórios de haitianos como mão de obra, inclusive muito se falava de uma onda de demissões – com e sem justa causa – na empresa, que atingia especialmente os imigrantes caribenhos. Fora a Suíno Mais não havia muitas opções de empregabilidade acessíveis aos imigrantes haitianos dentro do município, embora a região em que ele se encontrava – o Vale do Taquari – concentrasse diversas indústrias alimentícias. A fábrica de plástico e a fábrica de pizzas eram umas das raras opções, com capacidade de absorção da mão de obra extremamente limitada. A fábrica da dona Eliana contratou nove candidatos de origem haitiana dentro do quadro de vinte funcionários. Eram ex-funcionários do frigorífico que foram demitidos ou recém-chegados a procura de emprego. Quanto à produtividade, dona Elsa atribuía à habilidade desenvolvida por cada um, independente de nacionalidade. Se havia diferenças, elas estavam na barreira linguística e no desconhecimento das leis trabalhistas que marcavam a relação com os funcionários haitianos. Outro ponto era a assiduidade, como declarou Rafaela, filha de dona Eliana:

“Então é mais pessoal de cada um [a habilidade de trabalho]. Eu acho assim, que nem eles [haitianos]... são pessoas assim que precisam. Eles veem porque eles precisam. Então assim, eles não faltam. Eles não faltam! Tipo, é em último caso. Que nem trazer atestado, essas coisas. É muito difícil. Já o brasileiro, às vezes tu vê que ele meio que vai no posto de saúde, 'tô com uma dor no pé', te traz um atestado. Eles [haitianos] tem medo de perder o emprego. Quando eles conseguem, eles querem manter. Essa dificuldade deles conseguirem um emprego, eu acho que favorece muito o empenho deles. Em compensação, que às vezes tem brasileiro que sai do contrato de experiência e já começa te incomodar, a trazer atestado, a faltar... Se pegar uma gripe fica em casa. Eles não, pra eles faltar tem que ser uma coisa assim oh! Eles vão no médico, eles vem, te avisam 'oh, eu vou no médico, mas quando eu sair do médico eu venho trabalhar’”. (Rafaela, administradora de uma fábrica de pizzas, 31/07/17).

O horário de trabalho era cumprido rigorosamente pelos funcionários haitianos (das 7h às 12h30 e das 13h às 17h30), ao que a administradora atribuía à necessidade de manter-se empregados, dada a alta dependência do salário intensificada pela condição de imigrantes. Caso fossem demitidos ou pedissem demissão da empresa – seja a fábrica de pizzas, de recuperação de plásticos ou a indústria frigorífica – dificilmente os sujeitos conseguiriam se reinserir no mercado de trabalho do município,

que era restrito, e se veriam obrigados a realizar nova migração. Nesse sentido, era muito difícil conhecer haitianos que tivessem saído de empresas locais, pois esses já não mais se encontravam na cidade e nem na região do Vale do Taquari. É válido frisar que, ao realizar a leitura de muitas reclamações trabalhistas, constatei a existência de vários pedidos de celeridade no julgamento em razão de passagens compradas para outras localidades. Muitas destas ações (15,3%) foram arquivadas em razão do não comparecimento dos autores às audiências marcadas na Vara do Trabalho, o que indica a alta mobilidade desses grupos. O prolongamento da permanência na cidade, sem a devida reinserção no mercado de trabalho, representava um custo muito alto para os imigrantes haitianos, que assim acabavam abandonando as reclamações trabalhistas ou comunicando a desistência²⁴⁹ (12,6%) à Justiça do Trabalho.

Ao longo deste capítulo, indicamos o impacto da absorção da mão de obra haitiana no mercado de trabalho formal de Encantado, que antes da chegada desse contingente imigrante padecia da escassez de oferta de força de trabalho não qualificada, especialmente nas indústrias alimentícias. Recrutar trabalhadores na condição de imigrantes, como os haitianos, foi uma estratégia amplamente utilizada por empresas de diferentes setores econômicos – sediadas no Centro Sul do país – que dependiam da exploração do precariado (Braga, 2014; Standing, 2014), como agroindústrias da carne, construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e serviços de limpeza (Mamed & Lima, 2015, 2016). Nesse processo de incorporação, as estruturas sociais assimétricas de poder – desigualdades étnico-culturais, raciais, de gênero e de status jurídico migratório – foram amplamente utilizadas como parte de técnicas disciplinares de controle da força de trabalho haitiana no chão de fábrica. Não obstante, demonstramos que os vínculos de solidariedade entre os haitianos, intensificados pela situação comum de opressão, serviram de suporte às ações de resistência organizadas no cotidiano fabril, ainda que sem respaldo do sindicato e de alcance relativo.

Se para muitos haitianos o emprego no frigorífico é visto como temporário, enquanto não encontram melhores oportunidades de trabalho e de estudo em outras cidades inseridas circuito da mobilidade haitiana, a alta rotatividade desses postos de trabalho não vem representando um obstáculo à indústria alimentícia, já que são constantemente ocupados por novos fluxos de imigrantes. O interesse das empresas em

²⁴⁹ Devo ressaltar que a comunicação formal da desistência dos autores em prosseguir com as ações trabalhistas pode ter diversas motivações como o interesse em continuar a trabalhar na empresa ré, a realização de acordos extrajudiciais com o empregador, o receio de represálias, a intenção de sair da cidade, entre outras.

reter o quadro de funcionários é maior em contextos de escassez de mão de obra e é voltado mais aos postos de trabalho qualificados ou que envolvem custos significativos de capacitação de novos contratados. Não é o caso da força de trabalho de baixa qualificação absorvida em massa pela agroindústria da carne. Com o recrutamento de haitianos pelo frigorífico e o desencadeamento de fluxos autônomos de imigrantes para a cidade, os custos de mobilização da mão de obra diminuíram sensivelmente. Além disso, no contexto analisado a indústria teve condições de se apoiar em altas taxas de rotatividade sem prejudicar a eficiência produtiva, com a vantagem de usufruir constantemente de novas levas de trabalhadores, descartando aqueles cujos corpos já não alcançassem os mesmos níveis de produtividade. Trata-se de um setor que literalmente consome os corpos dos operários, que em curto tempo tendem a desenvolver doenças ou sofrer acidentes laborais. Como argumenta Braga:

“Símbolo da massiva migração em busca de direitos sociais e proteção trabalhista, *a carteira de trabalho passou a evocar a promessa da cidadania salarial: ao progresso material iria se somar a proteção do trabalhador*. No entanto, a simples existência de leis trabalhistas jamais garantiu a satisfação dessa expectativa histórica. Ao contrário, desde os anos 1940, as classes subalternas mobilizam-se ininterruptamente a fim de garantir, efetivar e ampliar seus direitos sociais previstos na lei. Por isso, não será exagerado afirmar que, no Brasil, em grande medida, *a consciência da classe trabalhadora confunde-se com a consciência do direito a ter direitos*. E esta forma de consciência de classe está reemergindo nos dias atuais.” (2014, p.46, grifo meu).

No atual modelo de desenvolvimento econômico, a maior incorporação ao mercado de trabalho formal já não é garantia de acesso às condições mínimas de reprodução digna da vida, nem à proteção social. Além dos baixos salários, há outros custos como a deterioração da saúde física e psicológica dos trabalhadores. Vimos que, a despeito do comportamento de subserviência idealizado pelos empregadores, os imigrantes haitianos tem mobilizado a Justiça do Trabalho como forma de resistência à discriminação étnico-racial arraigada nas relações sociais de produção – verticais e horizontais – e à precariedade das condições de trabalho. São formas de resistência *a priori* mais individualizadas, de alcance relativo, mas que na prática se apoiam no compartilhamento de informações, conhecimento e contatos através das redes sociais haitianas. Vale ressaltar, ainda, que se a alta mobilidade pode representar um empecilho ao sucesso das ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores haitianos, que dependem da presença dos autores nas audiências, ela também tem sido utilizada como meio de se desvencilhar de empregos ruins.

CAPÍTULO V

A questão da habitação: entre o controle e a mobilidade da força de trabalho

Este capítulo é dedicado à análise das inter-relações entre as condições sociais de acesso à moradia pelos imigrantes haitianos e o modo de inserção destes no universo laboral a partir do contexto urbano de Encantado-RS. Inicialmente, abordo as experiências dos sujeitos em seus itinerários migratórios, mais especificamente, os relatos acerca das condições de vida nos abrigos de assistência aos imigrantes situados na fronteira amazônica. Sigo explorando os desdobramentos da oferta de alojamento temporário aos grupos de trabalhadores haitianos recrutados em Brasileia-AC e na capital de São Paulo – espaços centrais nos circuitos de mobilidade haitiana – pela indústria frigorífica Suíno Mais entre 2012 e 2014. Finalmente, lanço mão da etnografia realizada na mencionada cidade gaúcha entre setembro de 2016 e agosto de 2017, com o objetivo de analisar as condições sociais de inserção dos recém-chegados haitianos no mercado imobiliário formal e, principalmente, informal. Além dos obstáculos comuns das exigências legais que dificultam o acesso de estrangeiros (e de nacionais) ao aluguel de casas e apartamentos via imobiliárias locais, como a apresentação de dois fiadores com imóveis próprios, também problematizo os obstáculos silenciados, a saber, aqueles engendrados pelo racismo e pela difusão de estereótipos negativos atribuídos aos recém-chegados haitianos pelos moradores locais estabelecidos há gerações na cidade. Identifico dois movimentos: a tentativa de imobilização da força de trabalho pela empresa através de políticas de habitação voltadas aos funcionários estrangeiros, cujo acesso estava condicionado à continuidade do vínculo empregatício; e os processos sociais de marginalização e sub-habitação aos quais os haitianos e dominicanos estavam submetidos, que os condicionava a concentrarem-se no bairro de Navegantes. Por fim, reflito em que medida podemos falar da imobilização do segmento haitiano na região, explorando as práticas de mobilidade e os sentidos atribuídos às mesmas pelos diferentes grupos sociais.

A partir de 2010, a maioria dos imigrantes haitianos que entrou em território brasileiro pelo estado do Acre²⁵⁰ – na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia – se instalou e recorreu aos serviços oferecidos por um alojamento mantido pelo poder público, com recurso estadual e federal, e organização da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). A opção pelo acampamento público de imigrantes e o tempo de permanência no mesmo eram explicadas por quatro fatores: a vulnerabilidade social e econômica dos haitianos, agravada após a superação dos longos e onerosos trajetos que compõem a rota Haiti-Brasil via Acre, geralmente marcada por coação, extorsão e violência impostas por agentes das redes de tráfico de pessoas (Mamed & Lima, 2016); o interesse em regularizar a situação migratória através da solicitação de refúgio, o que requeria a emissão de um documento pela Polícia Federal, cujo tempo de espera no auge dos fluxos chegava a três meses; e o descompasso entre os vultosos fluxos de haitianos e a exígua oferta de imóveis acessíveis e de vagas no setor hoteleiro dos municípios acreanos fronteiriços. Somente no intervalo de 2010 a 2014, o referido abrigo passou por seis endereços diferentes nas cidades gêmeas de Brasileia e Epitaciolândia, na região de fronteira, em consequência das denúncias a respeito das condições improvisadas e insalubres do espaço disponibilizado, aliadas aos esforços de ampliação do espaço de acolhimento, insuficientes para a crescente demanda de estrangeiros (Mamed & Lima, 2015). Sem suporte contínuo e consistente do Governo Federal, que atuou especialmente através da implementação de ações emergenciais²⁵¹ no abrigo em Brasileia, sem assumir as despesas correntes de gestão do alojamento, a SEJUDH adotou uma estratégia paliativa para contornar a alegada indigência de

²⁵⁰ Do total de solicitações de refúgio de haitianos no Brasil, no período de 2000 a 2014, segundo o órgão de inclusão da informação, o estado com maior demanda foi o Acre, com 27.723 solicitações, seguido de São Paulo, com 7.158, e do Amazonas, com o número de 5.121 (Cavalcanti et al, 2015).

²⁵¹ Refiro-me à disponibilização de recursos financeiros, materiais e humanos pelo Governo Federal em situações críticas via criação de forças-tarefas enviadas ao abrigo em Brasileia. Estas atuaram na regularização da situação dos imigrantes, na melhoria das condições sanitárias do abrigo e nas inspeções de saúde. Longe de serem esforços contínuos de atenção humanitária, as forças-tarefas organizadas pelo Governo Federal foram implementadas no abrigo em Brasileia somente no auge da crise migratória, em abril de 2013 (Assessoria de Imprensa do Ministério da Justiça, 2013; Ministério da Justiça, 2013). Uma das metas dessas ações emergenciais era a agilização da emissão de documentos (CPF, Carteira de Trabalho, Protocolo de Solicitação de Refúgio) através de mutirão de agentes do Ministério da Justiça, Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de liberar os imigrantes para seguirem viagem. Já as ações de assistência à saúde dos imigrantes – com envio de insumos e profissionais de saúde pelo Governo Federal – respondiam ao interesse de prevenção de risco à saúde pública. Nesse intuito, foram feitas triagens dos imigrantes, exames para diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis e campanhas de vacinação contra febre amarela, hepatite B, tétano e difteria.

recursos e a contínua superlotação do espaço: a organização de numerosas viagens para encaminhar os estrangeiros albergados em ônibus fretados com destino às cidades do Centro-Sul (Mamed & Lima, 2015, 2016), o que revelou tensões e desentendimentos²⁵² com outros governos estaduais.

Foi nesse abrigo que a empresa gaúcha de alimentos Suíno Mais recrutou, em outubro de 2012, o primeiro grupo de cinquenta e oito haitianos (54 homens, 4 mulheres) para trabalhar na fábrica de Encantado, como forma de contornar o alegado déficit de mão de obra de baixa qualificação na região. Repetindo essa estratégia, a segunda turma de setenta e cinco haitianos²⁵³ foi recrutada meses depois, em janeiro de 2013, a partir do mesmo alojamento em Brasiléia-AC. De fato, outras empresas do ramo da agroindústria da carne – que dependem de trabalhadores braçais para atuarem no abate de animais, na desossa e no processamento dos derivados – enfrentavam a mesma dificuldade: encontrar candidatos dispostos a executar tarefas desagradáveis e mal remuneradas em ambiente insalubre e com alta incidência de acidentes e doenças laborais. Isso explica o interesse dos abatedouros e frigoríficos nacionais em recorrer à força de trabalho de imigrantes empobrecidos e outras classes socialmente vulneráveis. Sobre as condições de vida no “refúgio” – nome que os haitianos albergados davam ao espaço – Julien avalia a partir de sua experiência:

"No tempo que eu entrei tava um pouco difícil [na fronteira acreana], porque tinha o refúgio lá. Sabe que antes que dá os papéis ali tem que ficar um tempo no refúgio?"

²⁵² O caso público mais divulgado pela mídia foi a troca de acusações de irresponsabilidade entre a Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, por um lado, e a Justiça e de Direitos Humanos do Acre, por outro (Muniz, 2014). A primeira, na figura da secretária Eloisa de Sousa Arruda, afirmou em nota divulgada em abril de 2014, que o governo do Acre foi irresponsável e inconsequente ao enviar ônibus fretados com haitianos para São Paulo sem planejamento e prévia articulação. Já o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, alegou que o estado é apenas uma porta-de-entrada e não um destino de fixação dos haitianos, que se dirigem para a região Centro-Sul do país. Para ele, a função do estado do Acre é receber os imigrantes, dar atenção humanitária no período de acolhida e oferecer condições para eles chegarem aos seus destinos. Nilson Mourão ainda acusou o governo de São Paulo de preconceituoso, por impor dificuldades à recepção de imigrantes negros e pobres. A urgência do deslocamento de haitianos do estado do Acre para outras regiões do Brasil teria sido agravada pelo aumento do fluxo de imigrantes e a interdição da BR-364 pela cheia do Rio Madeira, em Rondônia. Devido a esses fatores, entre março e abril de 2014, o abrigo em Brasiléia, distante 232km da capital acreana, e com pouco mais de 22 mil habitantes, comportou mais de 2,5 mil imigrantes, número muito acima de sua capacidade. Em consequência da superlotação, o governo decidiu fechar o abrigo em abril de 2014, deslocar os estrangeiros para o novo acampamento em Rio Branco, mais amplo, assim como encaminhá-los para outras regiões do Brasil, através de ônibus fretados, com o objetivo de evitar nova superlotação (Muniz, 2014). Sobre a decisão de fechamento do abrigo tomada pelo governador do Acre Tião Viana, o secretário Nilson Mourão ponderou: “O governador entendeu que a cota de solidariedade, de generosidade da população de Brasileia foi dada. Os imigrantes não cessam de chegar, a situação do abrigo é insustentável e ele entendeu que deveria desativar o abrigo e transferir para Rio Branco” (Brasil, 2014).

²⁵³ Não tenho informações sobre o número exato de homens e mulheres nesse grupo, mas era majoritariamente masculino.

Mas naquele tempo que eu tava no refúgio lá no Acre, em Brasiléia, foi um pouco difícil, porque tinha muita gente e também não tem como viver bem lá... Para tomar banho tem pouco banheiro. Tá um pouco difícil lá. [...] Muita gente, quase 500 pessoas. [...] Eu fiquei um mês." (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

Julien fez parte da primeira turma de haitianos recrutada em 2012 pela empresa encantadense. Como tantos outros, antes de seguir viagem foi necessário aguardar por um mês no local até conseguir o protocolo de solicitação de refúgio²⁵⁴ emitido pela Polícia Federal, cuja demora estava relacionada ao aumento vertiginoso do fluxo de imigrantes haitianos, senegaleses e dominicanos, entre outras nacionalidades de menor expressão, que entravam irregularmente pela fronteira acreana e demandavam atendimento do órgão. Continuamente superlotado²⁵⁵, o caráter improvisado do espaço disponibilizado era notório: estruturas deficientes de acolhimento, saneamento, abastecimento de água, distribuição de alimentos, atendimento de saúde, além de orientação jurídica e registro de entrada e saída dos abrigados. As condições de vida no abrigo eram extremamente insalubres, como relembra Julien, que assim como muitos dos seus conterrâneos dormiu em colchonetes improvisados no chão, em meio à sujeira, sem acesso a latrinas e duchas funcionais em número suficiente (Mamed & Lima, 2016). A ausência de condições mínimas de higiene afetava gravemente a saúde dos albergados, sendo que muitos sofriam de dores abdominais e diarreia (Mamed & Lima, 2016; Moraes, 2013). Sobre as dificuldades enfrentadas no abrigo, Augustin, que fez parte do segundo grupo de haitianos recrutados, afirma:

“Augustin: Quando chegar lá no Acre estava muito complicado. Tu nunca foi lá? Meu Deus do céu, estava bem complicado! Não tinha ideia! Não tem nenhuma maneira pra voltar, porque era um trajeto, olha, bem longe... Não é tão fácil pra alguém que sai de lá e vem pra cá. Se alguém sair de lá de ônibus, vem pra cá pro Brasil... Um rapaz não foi no médico pra consultar com psiquiatra, uma coisa assim. [...] Em Brasiléia, no Acre, complicado... A chuva, quando tem chuva, a água quase subiu nas mulheres. Eu sempre pedi, vai lá no médico, tomar medicamento pra pensar alguma coisa né.

- Paloma: Então as pessoas adoeciam da cabeça?

- Pensa, porque nunca viveu as coisas assim! Na minha vida, meu Deus do céu, aconteceu na minha vida... Não vou mais esquecer, nunca! Porque desde bem

²⁵⁴ Embora o caso dos imigrantes haitianos não se enquadrasse na definição legal de refúgio estabelecida pela ONU e adotada pela legislação brasileira, a estratégia de solicitação de refúgio foi amplamente adotada pelos haitianos, que assim garantiam acesso à carteira de trabalho e CPF enquanto aguardavam uma resposta dos órgãos competentes.

²⁵⁵ A incapacidade de atender ao exorbitante número de imigrantes que não cessavam de chegar ao abrigo, em Brasileia, fez o governador do Acre, Tião Viana (PT), decretar estado de emergência social na cidade em abril de 2013. De acordo com o G1, o governador afirmou que: "O decreto é de um grito de alerta de que a situação chegou ao limite. Transbordou o suportável e nós precisamos de ajuda, e do papel institucional e constitucional do Governo Federal numa questão dessa gravidade. O governo do Acre já assumiu R\$ 3 milhões em gastos. A União nos ajudou com R\$ 600 mil, mas nós precisamos de uma medida definitiva" (Marcel & Natani, 2013). Mais um episódio de tensões entre as esferas do Governo em relação às políticas de acolhimento dos imigrantes haitianos.

pequenininho, meu pai, somos oito na família, meu pai sempre trabalhar duro pra sustentar nossa família. [...] É um pai que gosta de mim muito. Nunca me deixar fazer serviço pesado, porque criança só me deixar estudar.” (02/08/2017).

Além da vulnerabilidade a doenças e a violência durante as longas e arriscadas viagens por via terrestre, os imigrantes muitas vezes experimentavam estresse físico e intenso sofrimento psicológico, os quais eram agravados pelas condições indignas a que eram submetidos no deslocamento e nos abrigos (Mamed & Lima, 2016). A duração dos trajetos migratórios – que variava entre dez dias e três meses – dependia tanto das rotas utilizadas, quanto dos imprevistos que surgiam, como: 1) a modificação das políticas migratórias dos países de trânsito, como o “fechamento” de fronteiras²⁵⁶; 2) os abusos por parte da rede de atravessadores, que muitas vezes extorquiam seus clientes, recorriam à intimidação e outros meios violentos ou abandonavam os sujeitos no meio do trajeto, sem recursos; 3) e a ocorrência de roubos de documentos ou bens, extorsões, estupros e agressões praticadas por agentes associados às redes de tráfico de pessoas, inclusive policiais e funcionários públicos corruptos do Peru, segundo relatos dos interlocutores haitianos. Abalado com a precariedade das condições de alojamento em Brasileia, no Acre, e dividido entre a esperança e o receio quanto ao que lhe aguardava no “Brasil” – como ele se referiu aos locais onde esperava investir em projetos de fixação mais ou menos temporários, que se diferenciavam das “portas de entrada” ou “corredores” – já era tarde demais para desistir. Depois de um longo caminho trilhado e de inúmeras dificuldades enfrentadas, aquele investimento não deveria ser em vão. Após aceitar o convite dos representantes do frigorífico, Augustin ainda enfrentaria seis dias de estrada em um ônibus fretado rumo ao interior gaúcho. Lá ele esperava desfrutar do acesso à moradia por seis meses sem incorrer em desconto na folha de pagamento,

²⁵⁶ Em janeiro de 2012, com a publicação da Resolução Normativa Nº 97, que instituiu o visto humanitário como via regularizada de entrada dos haitianos no Brasil, os grupos de imigrantes que estavam em trânsito no Peru foram impedidos de ingressar em território nacional. Foi uma tentativa do Estado de controlar os fluxos migratórios, contendo a via irregular de entrada pelas fronteiras terrestres, cujo resultado foi a intensificação da situação de vulnerabilidade dos haitianos, que não cessavam de chegar (Mamed & Lima, 2016). Aproximadamente 250 imigrantes haitianos foram impedidos de atravessar a fronteira terrestre que divide a cidade peruana de Iñapari do município de Assis Brasil-AC, vendo-se obrigados a aguardar a permissão de entrada no Brasil por três meses. Nesse intervalo, os haitianos se aglomeraram nas praças públicas, improvisando acampamentos e acomodando-se como conseguiam, mesmo ao relento. Sem dinheiro para se manter por tanto tempo, a maioria dependia das doações de alimentos da população local, sem receber nenhum tipo de assistência das autoridades (Maroni-Silva, 2014). Alguns dos haitianos que fizeram parte do primeiro grupo recrutado no Acre relataram, em entrevistas, o sofrimento que vivenciaram durante a espera pela abertura da fronteira brasileira, já sem recursos suficientes para retornarem ao Haiti. Segundo Robenson: "O problema que passou no momento de viagem para vir aqui. Passou muita dificuldade para entrar aqui. Quatro meses e pouco, alguma semana. Você sabe fronteira Iñapari? No Peru. Três meses para entrar. Depois entrei no Acre, um mês no refúgio. Depois a empresa foi nos buscar para trabalhar aqui [no frigorífico]" (02/03/2016).

claro, caso continuasse a trabalhar na indústria. Vale dizer que o compromisso assumido pela empresa de arcar com os custos dos seis meses de alojamento não foi iniciativa da mesma, mas condição estabelecida pela SEJUDH, que intermediou a contratação do primeiro e do segundo grupo de imigrantes recrutados no abrigo de Brasileia.

Seguindo a orientação de Sayad (1991), reflito em que medida a “proteção” dispensada aos imigrantes pelo Estado é instrumentalizada enquanto meio de coordenação, controle e vigilância de populações alvo, seja na forma de políticas de assistência e de proteção social, seja através de omissões nesse campo. A assistência aos imigrantes haitianos nas fronteiras brasileiras se realizava de modo característico, com oferta de alojamento, alimentação e atendimento de saúde em número insuficiente e em condições visivelmente impróprias à vida, dignidade e bem-estar (Mamed e Lima, 2016). A precariedade marcava não apenas o espaço físico destinado aos imigrantes – instalações improvisadas, estruturalmente deficientes, insalubres, com escassez de materiais e serviços essenciais – mas expressava simultaneamente o caráter do espaço social reservado a esses imigrantes no Brasil: subalterno e indefinidamente “provisório” (Sayad, 1998). A concentração desse contingente estrangeiro no abrigo ainda viabilizou o seu controle por parte das autoridades governamentais. Vale frisar que, ao falar em controle, não me refiro à contenção dos fluxos, que resistiram aos obstáculos impostos à entrada e permanência, mas à gestão desses segmentos populacionais pelo Estado. Nesse sentido, o espaço do abrigo serviu como suporte: à identificação dos sujeitos através de cadastro, mesmo que deficiente, adiantando a produção de dados sobre essa população; ao relativo controle da saúde pública através de triagem, realização de exames e imunização de parte dos estrangeiros; à normalização temporária da situação dos imigrantes irregulares através dos serviços de documentação pelos órgãos competentes (emissão de protocolo, CPF, CTPS²⁵⁷); e aos agenciamentos com vista à incorporação dos imigrantes no segmento inferior do mercado de trabalho brasileiro (Mamed & Lima, 2016). Estes últimos foram organizados através do cadastro das empresas voluntárias, da divulgação das vagas de emprego entre os imigrantes e do encaminhamento dos candidatos às regiões que demandavam força de trabalho de baixa qualificação, com destaque ao Centro-Sul do país.

Como dispositivo no sentido foucaultiano (2001, 2004, 2010), o abrigo em Brasileia cumpriu duas funções intimamente relacionadas: assistência e controle do

²⁵⁷ Carteira de Trabalho e Previdência Social.

segmento de imigrantes que ingressou no território brasileiro de forma irregular. Em outros termos, o abrigo de assistência ao imigrante serviu como dispositivo de exercício do biopoder pelo Estado, que foi capaz de conduzir a inserção da população imigrante com maior aproveitamento ao projeto de desenvolvimento econômico e industrial. Como foi exposto, as empresas privadas atuaram como agentes sociais relevantes no processo de gestão da distribuição espacial dos haitianos, de modo a intervir no ajustamento dos fluxos migratórios às demandas de expansão das forças produtivas. A função de intermediador das contratações de estrangeiros via recrutamento foi exercida, a depender do contexto, pelo Estado²⁵⁸ ou por instituições civis, como organizações religiosas, organizações não governamentais e associações, inclusive de haitianos (Joseph, 2015; Mamed & Lima, 2016; Uebel & Ruckert, 2017). Entendo ainda que a precariedade do abrigo não comprometeu a eficácia desses agenciamentos, pelo contrário, uma vez que incrementou o valor atribuído socialmente pelos imigrantes à oferta de emprego nas situações de calamidade, imprimindo a aura de dádiva à oportunidade de emprego, visto como meio de deixar de imediato aquele contexto de sofrimento para trás. Como nos adverte Foucault (2001, 2004, 2010), nas sociedades disciplinares não apenas as ações, mas as omissões servem igualmente ao Estado como instrumentos de exercício do biopoder – com a vantagem de diminuir os custos envolvidos – sobre determinados segmentos populacionais, aos quais se faz viver ou se deixa morrer. Conforme argumenta Carneiro (2005), nas sociedades pós-coloniais a dinâmica do biopoder incide sobre a racialidade, disciplinando as relações raciais de modo a engendrar a sujeição dos corpos negros (e das populações racializadas), expondo-os à exploração nas relações de produção, à marginalização na sociedade, ao abandono do Estado e à morte, já que enquadrados como categorias dispensáveis. É, portanto, na forma do racismo que o direito de matar (ou de deixar morrer) é exercido nas sociedades modernas, embora este seja legitimado através de discursos de defesa da vida e de proteção da sociedade.

Os agenciamentos, entretanto, nem sempre são eficazes, como indicam as diferentes experiências de recrutamento de trabalhadores estrangeiros pela Suíno Mais. Na terceira e última ação de recrutamento de haitianos pela Suíno Mais se observou

²⁵⁸ De acordo com Mamed e Lima (2016, p.153), o Estado não atuou apenas como agente intermediário do recrutamento de imigrantes por empresas, especialmente do Centro-Sul do país, mas também divulgou a disponibilidade e os perfis dos imigrantes acolhidos no acampamento público acreano enquanto mão de obra a uma rede de contatos de empresários, fomentando e orientando o recrutamento através de ações do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Geral da Presidência da República.

uma menor disposição do grupo à manutenção do vínculo empregatício e ao estabelecimento no município. Dessa vez, os representantes da Suíno Mais foram enviados a São Paulo, contratando vinte e um²⁵⁹ trabalhadores haitianos em maio de 2014. Nessa situação, o frigorífico se comprometeu a oferecer alojamento por três meses, não como exigência do agente intermediador, mas como forma de atrair a mão de obra estrangeira que era disputada acirradamente com outras empresas na época. Em médio prazo, a estratégia não se mostrou suficiente, já que a maior parte do grupo não se manteve à disposição do frigorífico por muito tempo, optando por abandonar o posto de trabalho a fim de retornar a São Paulo ou a outro grande centro urbano com mais opções de empregabilidade e de acesso a serviços. Diferente dos grupos recrutados no Acre, esses já conheciam outra faceta do Brasil, cuja aparência – muitas vezes ilusória – era de abundância de oportunidades. Nesse sentido, o contexto socioeconômico da região onde ocorreram os recrutamentos se mostrou importante à compreensão do grau de fixação dos grupos de estrangeiros contratados pela empresa. Na contramão desse movimento, Joel decidiu continuar na cidade:

"Quando eu cheguei no refúgio, então não tinha ninguém do meu lugar no refúgio. Padre brasileiro mandou ônibus, tinha ônibus lá em Rio Branco. Então de Rio Branco cheguei a São Paulo. E então fiquei em São Paulo, outro padre. Então assim chegou... cheguei ali, então a empresa foi, a Bianca e o Marcelo a buscar haitiano para trabalhar. Então cheguei aqui com um grupo, mas eles não queriam trabalhar, foram embora, mas eu venho a trabalhar e tem serviço, fiquei a trabalhar. E ali trabalhei, mandei dinheiro para buscar minha esposa, agora minha esposa está aqui, mas agora faz... Eu não sei, 19 de dezembro, casamos na igreja católica e agora eu estou trabalhando pra ver se consigo ajuda para buscar meu filho que está lá." (Joel, 29 fev. 2016).

Na época em que Joel ingressou em território brasileiro pela rota de entrada do Acre, o abrigo não mais funcionava na região de fronteira. De fato, em abril de 2014, o acampamento fora desativado e transferido à capital do estado, Rio Branco. A mudança foi justificada pelas autoridades²⁶⁰ do Acre através dos seguintes argumentos: 1) No novo espaço, os imigrantes dispunham de uma "infraestrutura mais adequada de

²⁵⁹ Não tenho informações sobre o número exato de homens e mulheres nesse grupo, mas era majoritariamente masculino.

²⁶⁰ Refiro-me às declarações públicas do então secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, e do Secretário de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), Antônio Torres. Segundo o G1 Acre, o primeiro afirmou que: "O abrigo de Brasília ficará desativado definitivamente. Nós entendemos que a população de Brasília e de Epitaciolândia já deram a sua parcela de solidariedade aos imigrantes. Agora é a vez dos moradores de Rio Branco contribuírem." (Fulgêncio & Brasil, 2014). Na mesma direção, Antônio Torres declarou: "Hoje compreendemos que o município não suporta mais, chegou ao limite máximo. Nossa intenção é fazer com que essa força-tarefa, de fretar os aviões, faça com que quase todos possam sair do estado. Em Rio Branco, acreditamos que a saída deles será facilitada." (idem).

acolhimento”²⁶¹, com capacidade de até 200 pessoas; 2) A dispersão dos haitianos para as outras regiões do país seria facilitada, já que a cidade dispõe de aeroporto; 3) Os poderes municipais e as populações de Brasileia e Epitaciolândia já teriam cumprido sua “cota de solidariedade” para com os imigrantes, contribuindo muito além de seus limitados recursos e capacidades²⁶² e, portanto, já era chegado o momento de delegar a tarefa da atenção humanitária a outras esferas do Governo; 4) Com a cheia histórica do Rio Madeira, em março de 2014, o único acesso ao Acre por via terrestre fora interditado, isolando-o dos outros estados do país. Essa situação de calamidade pública, que fora decretada na época pelo estado, imprimiu urgência ao fechamento do abrigo em Brasileia, à aceleração da emissão dos documentos necessários à regularização dos imigrantes e ao encaminhamento desse contingente aos centros urbanos situados no Centro-Sul do país, especialmente a cidade de São Paulo.

Foi nesse contexto que Joel e muitos de seus conterrâneos foram encaminhados a São Paulo por meio de ônibus contratados pelo governo do Acre. Ao chegar a São Paulo, os haitianos eram orientados a se dirigirem ao centro de acolhida da Missão Paz, mantido por missionários scalabrinianos da Igreja Nossa Senhora da Paz, na Baixada do Glicério, que atende migrantes, imigrantes e refugiados. No relato, Joel relembra do padre que coordenava a Missão Paz, Pr. Paolo Parise, que cadastrou e acompanhou as empresas interessadas em contratar mão de obra estrangeira. Nesse sentido, a mudança nas estratégias nacionais de recepção e acolhimento dos imigrantes influenciou na decisão do frigorífico de enviar seus representantes não mais à fronteira amazônica, mas a São Paulo, a fim de recrutar mão de obra. Uma vez em Encantado, Joel não desistiu de trabalhar no frigorífico. Motivado pela ansiedade de alcançar as condições mínimas para “mandar buscar”²⁶³ a esposa, era necessário se estabelecer o quanto antes. Quando conseguiu reunir os recursos para financiar a vinda de Sonise, sua esposa, ela foi

²⁶¹ Segundo Mamed e Lima (2016), apesar de o espaço do novo abrigo (uma chácara privada de 5 hectares a 10km de distância do centro de Rio Branco) ter melhor infraestrutura em relação aos anteriores, com a ocorrência de superlotação surgiram os mesmos problemas estruturais: “[...] falta de água para beber, fossas e vasos sanitários entupidos, colchões velhos e sujos, espaço deteriorado e, em determinados momentos, já insuficiente para acomodar o fluxo intermitente” (p.144).

²⁶² Com 21.398 habitantes (IBGE, Censo 2010), o município de Brasileia já chegou a abrigar aproximadamente 2.500 estrangeiros, o que corresponde a 20% da população local. Ademais, já passaram pela região mais de 20 mil imigrantes, sendo a maior parte de nacionalidade haitiana, senegalesa e dominicana (Fulgêncio & Brasil, 2014).

²⁶³ Segundo Joseph: “Às vezes, “mandar buscar” (voye chèche) algum membro da família é uma forma de diminuir a ajuda econômica (de parte daquele que manda buscar) aos que ficam e para que o recém-chegado se responsabilize pela manutenção de alguns familiares que estão no Haiti.” (2015, p.184). No caso em questão, mandar buscar a esposa era uma forma de amenizar a saudade da família, além de ser um investimento que visava converter um “receptor” de remessas em “fornecedor”, o que em tese aceleraria a realização do projeto migratório familiar.

orientada por Joel a seguir o mesmo itinerário até chegar à capital acreana, de onde completaria o restante da viagem rumo ao Sul de avião. O próximo passo do projeto migratório da família era “mandar buscar” um dos três filhos do casal que estavam sob os cuidados da avó materna no Haiti:

“Não [digo] que eu estou vivendo uma vida má aqui, pra mim eu estou vivendo bem aqui, mas meu filho não tá vivendo bem. Eu tenho que buscar meu filho, eu tenho que estar perto dele pra mim. Porque imagina, se eu como todo dia, meu filho eu não sei se come, se não come...” (Joel, 29/02/2016).

Apesar do empenho conjunto, Joel e Sonise ainda não dispunham de montante suficiente para cobrir os custos envolvidos, o que era uma enorme fonte de frustração e de angústia para eles. Esse era um drama comum nas famílias de imigrantes haitianos, que não conseguiam formar poupança diante dos gastos ordinários que consumiam quase integralmente a renda obtida pelo trabalho nas indústrias. Mesmo inseridos no mercado de trabalho formal, como era o caso de Joel e Sonise, muitos haitianos enfrentavam enorme dificuldade para dar continuidade ao projeto migratório familiar, já que ocupavam funções de baixa remuneração.

A oferta de hospedagem temporária

Se os grupos de trabalhadores haitianos recrutados em outros estados – dois em um abrigo em Brasiléia-AC, distante 232 km de Rio Branco, e um na capital de São Paulo – receberam o benefício do custeio temporário da hospedagem pela referida empresa durante os seis e os três primeiros meses, respectivamente, essa aparente estabilidade estava condicionada à continuidade do vínculo empregatício, conferindo maior peso ao mesmo. Durante o prazo de gratuidade da hospedagem, os haitianos recrutados se esforçaram em economizar parte dos salários recebidos para fins diversos, como a quitação de dívidas contraídas com o intuito de viabilizar o projeto migratório e as remessas de dólares aos dependentes que permaneceram no Haiti.

Tendo firmado o compromisso de oferecer alojamento temporário aos funcionários haitianos recrutados à distância, restava à empresa Suíno Mais encontrar um meio de cumpri-lo de forma a minimizar os custos envolvidos. Com esse intuito, o frigorífico tentou angariar apoio do poder executivo municipal, mas sem sucesso, como conta a supervisora do Setor Pessoal:

“Eu estive conversando com a Prefeitura, foi eu e mais pessoa, acho que alguém do jurídico, uns meses antes, quando nós buscávamos mão de obra nas fronteiras. Inclusive solicitei uma parceria com relação ao alojamento. Eu lembro que o vice-prefeito disse que não tinha o que fazer. Também não abriram nenhuma porta pra gente ver a questão de trazer brasileiros para cá. A gente foi atrás de ver questão de saúde, carteirinha do SUS. A gente pediu pra fazer e eles mandaram na verdade uma pessoa aqui pra fazer pra todos, depois que eles já estavam aqui sim. [...] A gente comunicou que a gente estava com falta de mão de obra, mas eles [a Prefeitura] já sabiam, porque a gente já tinha ido lá muitos meses antes, inclusive ver uma forma de fazer alojamentos, trazer um terceiro que fizesse alojamentos e administrasse, porque não é nosso carro-chefe. Mas assim, eles não demonstraram nenhum interesse, nenhum tipo de vontade de ajudar. Mas a gente sabe que órgão público tem dificuldade.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 03/03/2016).

A “oferta”²⁶⁴ de moradia por empresas do Centro-Sul – especialmente os frigoríficos – aos imigrantes haitianos recrutados era comum e ocorria geralmente através do alojamento dos novos funcionários em residências administradas pelos empregadores, extrapolando o controle sobre os imigrantes do ambiente de trabalho à rotina de vida (Brightwell et al, 2016; Magalhães, 2016; Mamed & Lima, 2016; Risson et al, 2017; Uebel & Ruckert, 2017). No caso em tela, diante da resposta negativa da Prefeitura em auxiliar a empresa na oferta de um alojamento coletivo aos imigrantes recrutados, a Suíno Mais optou por contratar o serviço de hospedagem de um hotel situado a 3,5 km da unidade fabril. Os estudos que incluem reflexões sobre as tecnologias de imobilização da força de trabalho e os seus efeitos sociais (Cho, 2009; Leite Lopes, 1976, 1988; Magalhães, 2016; Mamed & Lima, 2016; Sayad, 1991; Wolf & Mintz, 2003) costumam tratar das vilas operárias ou dos alojamentos coletivos de trabalhadores administrados pelas empresas empregadoras, analisando-os enquanto forma de dominação que intensifica o controle sobre a mão de obra. No caso em questão, investiu-se na vinculação entre empregador e empregado através da oferta de moradia, mas de modo indireto: terceirizando a administração da “moradia”, ou melhor, da hospedagem, cujo caráter de impessoalidade e de provisoriedade do ambiente são evidentes.

Os novos funcionários foram acomodados no Hotel Paraíso, às margens da RS 129, em Encantado, que contava com 26 quartos e 3 flats, todos equipados com

²⁶⁴ É necessário qualificar caso a caso a oferta de alojamento pelas empresas aos trabalhadores haitianos recrutados. A investigação de Magalhães (2016) sobre a inserção laboral de imigrantes haitianos recrutados na cidade de Balneário Camboriú-SC para trabalharem em frigoríficos de Chapecó-SC revela que a oferta de alojamento “gratuito” divulgada como principal vantagem para atrair mão de obra – que já sofria com os alugueis caros – não foi realizada nos termos acordados, pois na realidade o salário pago aos imigrantes recrutados era inferior ao dos trabalhadores nacionais, com a justificativa da “oferta” da habitação, para a qual também se descontava uma taxa do salário (R\$ 32,00), condições que não foram previamente explicitadas.

banheiro privativo. Uma família de ascendência italiana, estabelecida na região há gerações, era dona do Hotel Paraíso, e residia no prédio do estabelecimento que administrava. Antes do contrato com a Suíno Mais, os clientes habituais do Hotel Paraíso eram representantes comerciais, prestadores de serviços e, eventualmente, estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)²⁶⁵. Turistas eram infrequentes e não constituíam a clientela mais comum, apenas durante a realização da SuínoFest, um evento gastronômico que atraía visitantes da região e de fora.

Fora o ambiente da fábrica e as salas de aula do curso de português para haitianos²⁶⁶, o Hotel Paraíso foi um dos primeiros espaços de convivência entre os imigrantes caribenhos recrutados pela indústria alimentícia e os encantadenses. A partir dessa interação, se iniciou a edificação das representações sociais que seriam atribuídas aos haitianos enquanto coletividade pelos moradores locais estabelecidos, difundidas em grande medida pelos canais informais de fofocas. Apesar de caracterizarem os seus clientes haitianos como muito educados e gentis no trato diário, os donos do hotel – Izabel e Eduardo – afirmaram que na questão da conservação dos ambientes e do cuidado com os móveis, os estrangeiros eram extremamente omissos, indicando exceções à regra, cujo efeito discursivo era somente confirmá-la. Para Izabel e Eduardo, apesar de terem contratado arrumadeiras extras que trabalhariam diariamente na manutenção dos quartos, os haitianos ainda assim teriam sido capazes de: danificar todo o mobiliário de madeira com a manipulação descuidada de água, alimentos e objetos úmidos; mofar a superfície do teto e das paredes ao manterem os ambientes úmidos e sem ventilação, com as janelas fechadas; e impregnar as roupas de cama com o cheiro forte de suor e de perfume, tornando-as impróprias ao uso de outros clientes, que não haitianos, de acordo com a avaliação dos donos. No entanto, vale dizer que os haitianos que foram hospedados no hotel passavam o dia cumprindo a longa jornada de 8 horas e 48 minutos no frigorífico e, sendo assim, o tempo que ficavam nos quartos correspondia somente ao de descanso. Domingo era o único dia que eles costumavam ficar mais tempo nesses espaços, pois aos sábados frequentemente realizavam hora-extra na

²⁶⁵ Há uma unidade da UERGS no município de Encantado, que oferece dois cursos de graduação (Bacharelado em Administração e em Ciência e Tecnologia de Alimentos) e um curso superior em tecnologia (Tecnólogo em Agroindústria). De acordo com a filha dos proprietários do Hotel Paraíso, que era funcionária do estabelecimento, eventualmente calouros da UERGS de fora da cidade se hospedavam em quartos comuns do hotel ou em flats do apart hotel antes de assumirem compromisso com imobiliárias locais, optando por se fixar em Encantado. Ao chegar a Encantado, em setembro de 2017, também me hospedei nesse hotel até encontrar um apartamento onde me estabelecerei durante o período de campo.

²⁶⁶ O curso era ministrado por voluntárias associadas ao grupo de Leigos Scalabrinianos da Igreja Matriz São Pedro.

fábrica. Ainda assim, os danos aos ambientes, mobiliário e demais itens de uso comum do hotel foram atribuídos exclusivamente à forma de uso supostamente inadequada dos haitianos como coletividade, que não saberiam ou não se importariam em zelar pela conservação e limpeza dos espaços. Dado o estado crítico dos quartos e apartamentos após o uso contínuo pelos clientes haitianos, a única solução encontrada por Isabel e Eduardo, segundo alegaram, foi reformar completamente o hotel após a saída dos estrangeiros, sendo necessária inclusive a substituição dos móveis e dos enxovais. Todos esses objetos supostamente impróprios ao uso comercial foram doados pelo hotel aos próprios haitianos, mas não diretamente, por intermédio de voluntários da igreja católica, que forneceram o transporte gratuito, desmontaram e montaram os móveis, lavaram e reformaram as roupas de cama, adicionado babados estampados aos tecidos inteiramente brancos. Os donos do hotel concluíram que, apesar da necessidade da reforma, o serviço temporário à empresa frigorífica foi um negócio lucrativo, mas que não saberiam dizer se receberiam dezenas de haitianos de uma vez novamente, embora grupos menores sim, por causa do trabalho excessivo envolvido.

O acesso dos imigrantes haitianos à moradia após o fim do prazo de hospedagem custeada pela empresa foi dificultado pelo receio dos moradores locais estabelecidos em sofrer danos materiais. Além da desconfiança que se costuma associar à condição de estrangeiro em cidades interioranas, no sentido de não pertencimento às redes sociais locais, que atestariam de antemão o caráter e a confiabilidade do recém-chegado, somou-se o fardo dos estigmas de desleixados e remissos quanto à manutenção da estrutura e da limpeza dos espaços domésticos, que já circulavam a todo vapor na cidade. As informações sobre essa transição – do hotel aos imóveis alugados – foram coletadas através de relatos dos envolvidos. Em 2016, com o início do campo, tive a oportunidade de acompanhar diretamente a difusão de comentários depreciativos a respeito do comportamento dos haitianos como inquilinos, condôminos ou vizinhos, os quais repetiam as mesmas imagens acima em tons generalizantes, embora frequentemente viessem acompanhados de ressalvas a notáveis “exceções” fartamente elogiadas – casos de haitianos extremamente “caprichosos” no cuidado com os espaços domésticos – certamente com o intuito de afastar de si suspeitas ou acusações de discriminação.

Para contornar a resistência dos encantadenses – geralmente velada – em disponibilizar casas e apartamentos à clientela haitiana, a empresa frigorífica organizou uma reunião com as imobiliárias e os donos de imóveis disponíveis à locação,

convidando como mediador o padre Benjamin, de nacionalidade haitiana, que assumiu a tarefa de sensibilizar a todos quanto à situação dos haitianos, apresentados como imigrantes trabalhadores e, nesse sentido, dignos de um voto de confiança. Nessa ocasião, a empresa apresentou às imobiliárias e locadores de imóveis de Encantado uma proposta de parceria que viabilizaria a oferta de uma modalidade de contrato destinado exclusivamente aos seus funcionários estrangeiros, haitianos e dominicanos, cujas cláusulas explicaremos a seguir.

O condicionamento da moradia ao emprego

Com o fim do prazo de provimento da habitação pela empresa, surgiu um problema: como os funcionários haitianos terão acesso à moradia? A solução da Suíno Mais foi convidar todas as imobiliárias da cidade a firmar um acordo, que se daria da seguinte forma: de um lado, a imobiliária alugaria casas ou apartamentos via assinatura de contrato com os estrangeiros sem a exigência de fiador, de outro, o frigorífico, enquanto empresa interveniente, se responsabilizaria pelo desconto em folha, dentro do limite da legislação²⁶⁷ (no máximo 30% do salário), enquanto o estrangeiro²⁶⁸ estivesse no seu quadro de funcionários. Três imobiliárias da cidade se interessaram em disponibilizar esse tipo de contrato de locação aos empregados estrangeiros do frigorífico: Imobiliária Residence; Nova Morada; Morar Bem²⁶⁹. A responsabilidade da empresa interveniente era definida nos contratos conforme modelo²⁷⁰ abaixo:

²⁶⁷ Ao que tudo indica, o limite de 30% para desconto em folha de pagamento parece ter sido uma decisão de uma margem consignável estabelecida pelo frigorífico a partir de uma construção jurídica, provavelmente devido ao caráter alimentar do salário, de modo que a subsistência do empregado não fique comprometida. Há no ordenamento jurídico uma farta legislação que trata deste aspecto em diferentes modalidades, seja para empréstimos, cartão de crédito, arrendamento mercantil etc. A Lei Federal nº 10.820 de 2003 estabelece, em seu artigo 2º, § 2º, II, que o total das consignações voluntárias não poderá exceder a quarenta por cento da remuneração disponível. Cumpre esclarecer que a legislação em comento não traz especificamente a figura jurídica do contrato de aluguel, de modo que o limite estabelecido pela empresa se encaixa dentro do patamar legal de 40%. No entanto, a pesquisa de campo revelou que esse limite de 30% quanto ao valor de desconto do salário era, por vezes, ultrapassado, especialmente no momento da devolução dos imóveis e do encerramento do contrato locatício, quando incidiriam taxas extras ao valor do aluguel, mas também em mensalidades regulares.

²⁶⁸ Essa política era voltada somente para os funcionários estrangeiros do frigorífico, portanto, se aplicava aos haitianos e aos dominicanos. Parte dos funcionários brasileiros se queixava de sua exclusão dessa modalidade de contrato, pois também alegava ter dificuldade de obter fiadores.

²⁶⁹ Nomes fictícios.

²⁷⁰ Tive acesso a onze contratos de locação de imóveis assinados, entre os anos de 2013 e 2015, por locatários haitianos que apresentavam a Suíno Mais como terceira interveniente, à despesa de fiadores. Destes, sete foram realizados através de três agências imobiliárias da cidade e os demais eram contratos particulares de locação, sem intermédio de imobiliária. Todos apresentavam o mesmo formato quanto à responsabilidade da interveniente, às obrigações dos locatários e dos locadores. As diferenças estavam no

“NONA: Como interveniente a Suíno Mais assume a obrigação de descontar, mensalmente, o valor do aluguel da folha de pagamento dos locatários e efetuar o pagamento junto à imobiliária, na forma e nos prazos previstos anteriormente.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ajustam as partes que a responsabilidade da interveniente será sempre interpretada restritivamente e se limita ao descrito no caput dessa cláusula e LIMITADO AO PERÍODO EM QUE OS LOCATÁRIOS MANTIVEREM CONTRATO DE TRABALHO com a interveniente, não importando o motivo de sua resolução.” (Modelo padrão de contrato de locação de imóvel).

Os contratos deixavam claro que a empresa interveniente não assumiria a função de fiadora, mas se limitaria a garantir o desconto do valor do aluguel da folha de pagamento dos locatários e somente enquanto durasse o contrato de trabalho destes. Na prática, as imobiliárias enfrentaram dificuldades para realizar as cobranças dos clientes haitianos que eram desligados da empresa. Por isso, foi acordado posteriormente que a Suíno Mais se comprometeria a avisar as imobiliárias logo após a entrega do aviso de demissão aos funcionários que eram seus clientes nessa modalidade de contrato. Do ponto de vista das imobiliárias, sem o vínculo empregatício não havia garantia de recebimento dos aluguéis vincendos, pois se perdia a possibilidade do desconto em folha e até o canal de comunicação mais utilizado, que era via empresa. Para os clientes haitianos, a condição de desemprego era obviamente um complicador no cumprimento dos compromissos contratados com a imobiliária e, mais ainda, significava a perda quase imediata da moradia e um novo problema: para onde ir?

De acordo com o relato de uma corretora da Imobiliária Residence, a Suíno Mais avisaria as imobiliárias com antecedência sobre o término do vínculo empregatício e orientaria o funcionário haitiano demitido a procurar a imobiliária o quanto antes. Tudo ocorreria para que a chave da casa ou apartamento vazio fosse entregue no máximo dois dias antes da formalização da rescisão do contrato de trabalho. Restaria aos locatários haitianos um prazo ínfimo para procurar um novo espaço de moradia e organizar a mudança. Como fonte complementar de informação, tive acesso aos documentos referentes ao desligamento/“despejo” de uma funcionária/locatária haitiana, que chamarei de Emitha. Sobre a cronologia dos fatos: ela recebeu o aviso de demissão por justa causa no dia 8 de setembro de 2014; a empresa informou a imobiliária sobre o desligamento dois dias depois; a locatária assinou um documento em que declarava estar ciente da obrigação de desocupação imediata do imóvel no dia 15 de setembro, ou

prazo do contrato, que variava entre dozes meses (dez contratos) e seis meses (um contrato) e no valor da multa rescisória, que variava entre três meses de aluguel (oito contratos), um mês (um contrato) e zero (dois contratos).

seja, uma semana após o aviso de demissão; conforme o aviso, Emitha deveria comparecer ao Setor Pessoal da empresa para a formalização da demissão no dia 18 de setembro. A situação, que se assemelha a um despejo, foi questionada em reclamação trabalhista ajuizada por Emitha em desfavor da empregadora. A Reclamante demandou indenização por danos morais acionando como uma das fundamentações o fato de ter se deparado abruptamente com a obrigação de devolver a casa alugada onde vivia em razão da demissão praticada pela Reclamada, que foi classificada como arbitrária e abusiva. No entanto, o pedido foi julgado improcedente com a seguinte fundamentação:

“Ora, ainda que não fosse discutida nos autos a justa causa, a empregada não é detentora de estabilidade no emprego. Portanto, *a qualquer momento poderia ter sido despedida imotivadamente pelo empregador e, nesta hipótese, também teria dificuldades de honrar com compromissos financeiros já assumidos.*

Quanto ao imóvel, os autos não dão maiores detalhes sobre o tema, mas presume-se que *se tratava de uma espécie de cláusula contratual, já que a moradia era intermediada pelo empregador.* Neste caso, à míngua de demais elementos deste tipo de contrato, *não há como presumir que a empresa agiu com dolo ou má fé, ou tenha praticado algum ato arbitrário,* notadamente quando a própria empregada deixa presumido que *se tratava de condição pré-existente ou inerente ao contrato de trabalho.*

Assim, nada autoriza concluir que a reclamante tenha sofrido abalos à dignidade de sua condição humana, ou que a irregularidade praticada pela ré quanto ao motivo que deu para a rescisão contratual tenham repercutido de maneira ofensiva à sua honra, imagem ou à sua dignidade profissional.

Portanto, somente o afastamento da justa causa não é, por si só, circunstância caracterizadora de violação a direito de personalidade da trabalhadora, hábil a gerar direito a reparação por danos morais. E, considerando a míngua de demais elementos que comprovem a prática de qualquer ato ou omissão do empregador capaz de causar abalo ou dano ao patrimônio moral da empregada, não há o que deferir.”²⁷¹ (Grifo meu)

A grosso modo, nesse caso a que tive acesso, o juiz considerou como não abusivas as cláusulas contratuais que vinculavam o fim do contrato de trabalho à rescisão automática do contrato de locação, que eram de conhecimento prévio dos contratantes. Não foi discutida, no entanto, a omissão do contrato quanto a definição de um prazo mínimo para que o inquilino, após a rescisão do contrato de locação, restituísse o imóvel. Ao deixar a definição desse prazo a critério do empregador, do locador e ou imobiliária, a data acabava sendo definida à revelia do interesse do inquilino. Também não foi estipulado em que momento o contrato de locação seria considerado rescindido. Vimos que, no caso em tela, o contrato de locação foi considerado rescindido *três dias antes* da formalização do desligamento do funcionário/locatário, ao menos esta foi a data limite estipulada para a devolução do

²⁷¹ A fim de preservar o anonimato da autora, o número do processo junto à Vara Trabalhista de Encantado não será exposto.

imóvel. É evidente que esse tipo de condição contratual gerava uma insegurança jurídica e financeira imensa ao inquilino, que estava sujeito ao despejo a qualquer momento. Tal condição era ainda mais grave em se tratando de estrangeiros. No entanto, vale dizer que Emitha teve deferido o pedido de reversão da demissão por justa causa para demissão sem justa causa, o que se traduz em vantagens ao empregado, visto que algumas verbas indenizatórias a que ela não teria direito na modalidade anterior, no caso da demissão sem justa causa lhe são garantidas. No contexto de Encantado, o acionamento das redes de ajuda mútua internas à comunidade haitiana se mostrou crucial nesses momentos. Era comum que outros conterrâneos se sensibilizassem com a situação dos recém-desempregados/desabrigados, a que todos estavam sujeitos, e oferecessem um teto temporariamente, forjando novos vínculos e obrigações nos espaços sociais de mobilidade haitiana.

A situação de insegurança dos trabalhadores haitianos que optavam pelo contrato de locação viabilizado pela anuência da empresa empregadora se assemelhava àquela forjada nos antigos sistemas de fábrica-vila operária, no sentido de constituir igualmente uma tecnologia de imobilização da força de trabalho. Leite Lopes (1976, 1988) se dedicou à compreensão da forma de dominação fábrica-vila operária, que é caracterizada pela submissão dos indivíduos à mesma autoridade no domínio do trabalho e da moradia. Sobre essa forma de controle diz o autor:

“Além disso, as concessões extramonetárias recebidas pelos operários, que giram em torno da casa da usina, trazem importantes repercussões sobre a mobilidade dos operários no mercado de trabalho. Pois não há dúvida de que qualquer ameaça de demissão ou qualquer projeto de procurar um novo emprego esbarram com dois obstáculos que se completam e que praticamente imobilizam o operário: além de se ver na situação de desempregado ao ser demitido ou demitir-se para procurar emprego, o operário vê-se também simultaneamente despejado. [...] Dependentes da administração quanto às condições materiais de existência de sua própria moradia, os operários têm que pensar duas vezes ao verem negadas pelos empregados suas reivindicações mínimas.” (1988, p.182-183).

Nesse sentido, a aparente “estabilidade” conquistada a partir do acesso à moradia na vila operária tinha seu lado negativo para o trabalhador, que se via ainda mais dependente da administração da usina, e ainda tinha seu tempo livre submetido à disciplina do trabalho, ao menos potencialmente, pois era visto como força de trabalho permanentemente à disposição. A eficácia desse sistema como meio de imobilização do trabalhador dependia do constante reforço do medo da despossessão e do sentimento de dependência em relação ao empregador, o que era realizado através de contínuas arbitrariedades por parte da fábrica, cujo objetivo era evitar a consolidação de um sentimento de propriedade da casa e de pertencimento a uma comunidade independente

da usina. No caso etnográfico em tela, o fantasma da “demissão-despejo” também era um fator importante à imobilização da força de trabalho estrangeira. Entretanto, há diferenças marcantes quanto à forma de agenciamento dos trabalhadores e aos efeitos relativos de imobilização, de caráter temporário. No caso analisado, a casa não é uma concessão extramonetária oferecida pela empresa empregadora, mas uma mercadoria custeada diretamente pelo trabalhador. Atuando apenas enquanto empresa interveniente nos contratos de locação e com a vantagem de não incorrer em custos extras de subsídio, o frigorífico já era capaz de consolidar a dependência dos seus funcionários no campo da habitação. O fato da despossessão era imposto por outros meios que não o controle de uma vila operária: o condicionamento da continuidade do contrato locatício à manutenção do emprego; a imposição de ônus extras ao ato de rescisão do contrato de locação e de trabalho. Enquanto Leite Lopes se voltou à questão da imobilização da mão de obra no sistema fábrica-vila operária, Mun Young Cho (2009) analisou o que chamou de situação de “flexibilidade forçada” imposta à “população flutuante” na China – constituída por um tipo de migrante interno irregular – através de políticas estatais. A maximização do aproveitamento da força de trabalho da população flutuante era garantida pelo Estado Chinês através da contínua despossessão dos camponeses, começando pelo status pleno de cidadania, que era suspenso com o deslocamento das áreas rurais de origem aos centros urbanos, muitas vezes motivado pelas expropriações de casas e de terras nessas regiões sem as devidas compensações monetárias. Ao serem forçados à proletarização nas áreas industriais urbanas, esses migrantes de origem camponesa deixavam de ter o direito de acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, já que desprovidos dos registros de permanência, tornando-se mais dependentes dos empregadores. Nos dois casos, a imposição da despossessão às populações – seja pelo Estado ou empresas privadas – é um elemento comum às tecnologias de agenciamento e de domesticação dos corpos ao trabalho industrial.

Retornando ao nosso caso etnográfico, apresento outras fontes de insegurança apontadas pelos interlocutores haitianos. Por um lado, a cobrança automática do valor do aluguel na folha de pagamento – após acordado com o empregado/locatário – era o que viabilizava os contratos de locação de imóveis sem apresentação de fiadores e o acesso dos haitianos às casas e apartamentos no centro que, sendo mais valorizadas, geralmente eram disponibilizadas exclusivamente pelos meios formais. Já por outro,

esse modelo de contrato costumava gerar tensões, uma vez que o valor²⁷² descontado variava e as razões não eram compreendidas por muitos haitianos, que desconfiavam de cobranças indevidas e de exploração via conluio entre a empregadora e as imobiliárias. Devido à divulgação da ocorrência de acréscimos nas cobranças mensais dos aluguéis, muitos haitianos viam a modalidade de contrato de locação com desconto direto na folha de pagamento como desvantajosa, pois se sentiam vulneráveis diante das oscilações e das mudanças repentinas de valor sem aparente justificativa. Não por acaso, muitos dos meus interlocutores haitianos se queixavam desses valores em nossas conversas, que eram aproveitadas para tirar dúvidas sobre a legalidade desses atos, acreditando que eu – como “estudante da universidade” e “professora” – saberia dirimi-las e não teria motivos para enganá-los. A suspeita em relação ao sindicato era frequente, pois acreditavam que a instituição “estava do lado do empregador” e, por isso, recebiam retaliações caso realizassem críticas ou confessassem a desconfiança em relação a variação do valor da cobrança dos aluguéis na folha de pagamento. As incertezas em torno dos termos do contrato, seja o de locação ou de trabalho, e das leis brasileiras associadas, eram amplificadas pela dificuldade de compreensão da língua portuguesa, o maior obstáculo ao diálogo. Essa situação gerava uma dependência em relação aos colegas haitianos que se comunicavam melhor em português, como explica Augustin:

“Cada vez que, por exemplo, se desconta [de] um haitiano. Um exemplo, alguém é 500 [o valor do aluguel], eu vejo na folha do pagamento 600. Às vezes tem um [colega] que vem conversar comigo porque isso [da alteração do valor]. Ele não fala [português]. Eu fui lá conversar pra ele, traduzir. Cada vez que acontece uma coisa, me chama. Eu fui traduzir. [...] Acontece às vezes, foi da imobiliária. Um exemplo. Cada um ano vem aumento, os haitianos nem sabe isso. Tem que ter alguém pra explicar que cada ano, se o contrato é 500, pode acontecer [aumento de] 11%, alguma coisa. Ninguém explica! Então se acha que tá desconto errado e vai lá [no Setor Pessoal]. E eu falei então, vamos lá, vou traduzir. Fala crioulo e eu traduzo pra ele. Então, por isso. E às vezes tem também, deixa eu ver, às vezes ele compra no mercado [da rede do frigorífico] e desconta tal e fechou o mês. Tem uma coisa errada, me chamou, quando tem tempo eu ajudo. E assim que eles me mandam embora.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

Augustin era constantemente demandado pelos colegas de trabalho para elucidar os motivos específicos de cada variação nas cobranças que incidiam sobre a folha de

²⁷² O que aparecia no contracheque era o montante final descontado do salário referente ao valor do aluguel, cujo cálculo incluía IPTU e, por vezes, seguro e condomínio. A incidência desses outros aditivos implicava nas variações mensais do valor cobrado. Entretanto, não havia discriminação do valor de cada um desses itens separadamente, já que englobados na categoria genérica de “aluguel”. Geralmente os haitianos entendiam que o aluguel era um valor fixo, que não deveria variar de um mês a outro, mas não compreendiam o que eram os aditivos, o motivo de pagá-los e a periodicidade em que incidiriam no valor final.

pagamento. Como afirma Augustin, o desconhecimento acerca dos procedimentos legais e burocráticos que afetavam a vida dos haitianos era extremamente comum, não existindo um meio eficaz e contínuo de diálogo e de orientação voltado aos estrangeiros. Para contornar esses problemas, os haitianos costumavam conversar entre si, compartilhando informações e aprendizados e, nos casos de maiores dúvidas, uns se dirigiam ao Setor Pessoal da empresa acompanhados de colegas como tradutores. Essa atitude era evitada, pois os mais desconfiados temiam sofrer punições, ainda que veladas. O próprio Augustin acreditava que sua demissão, sem justa causa, fora motivada por sua atuação frequente como tradutor dos colegas que, de outra maneira, não teriam como encaminhar suas demandas, sejam elas dúvidas, denúncias ou defesas contra a aplicação de punições que entendiam como injustas, apresentando suas versões dos conflitos e disputas com colegas ou superiores que ocorriam na fábrica. Possibilitar a comunicação, nos casos em que as demandas partiam dos empregados, era potencialmente subversivo, a depender dos interesses em jogo e de quem avaliava.

Ciente dessas dificuldades enfrentadas pela comunidade haitiana na cidade, reservei uma aula do curso de português²⁷³ para conversar com os estudantes haitianos sobre os procedimentos envolvidos na locação de imóveis. Propus como atividade²⁷⁴ a elaboração de e-mail fictício endereçado a uma imobiliária a respeito do aluguel de um imóvel. Observei que a maioria não sabia o que significava a cobrança de “IPTU”, “condomínio”, “seguro” e nem a função do “fiador”. As dúvidas mais comuns eram em relação à oscilação do valor do aluguel: Por que mudava? Era legal? Quando a imobiliária ou o locador poderiam aumentar o valor do imóvel²⁷⁵? O desconhecimento

²⁷³ A aula específica em questão foi realizada em momento oportuno, em julho de 2017, depois de termos explorado o vocabulário relacionado aos cômodos da casa e seus objetos comuns. Quinze alunos compareceram no dia. É preciso dizer que a maior parte dos alunos que frequentava o curso apresentava muitas dificuldades de compreensão do português, com vocabulário restrito, por isso as aulas eram voltadas a conteúdos mais básicos. Adotei como método a elaboração das aulas e dos materiais didáticos distribuídos com explicações, exemplos e exercícios em francês e em português, a fim de facilitar a compreensão. Também adotei o método de questionar a turma a respeito da gramática e do vocabulário na língua nativa dos alunos, o crioulo haitiano, a fim de criar oportunidades mútuas de ensino e de aprendizagem, estimular a autoestima dos estudantes e incentivar a participação de todos.

²⁷⁴ Como material de apoio, distribuí diferentes anúncios de imóveis para locação, com informações dos custos e das características das casas/ apartamentos, reproduzindo o padrão de divulgações do tipo. Aproveitei para falar das abreviações comuns em anúncios e também dos valores cobrados, como aluguel, IPTU, seguro e condomínio. Também falei sobre o significado de “fiador” e as regras comuns de contratos formais de aluguéis.

²⁷⁵ A periodicidade do reajuste do valor do aluguel e o indexador eram estabelecidos nos termos do contrato. Nos contratos analisados, o reajuste era anual de acordo com a variação do IGP-M (FGV) acumulado desde o início do contrato ou do último reajuste. Os contratos também previam que, em caso de extinção do indexador acima ou de diminuição da periodicidade em lei posterior, o aluguel seria reajustado a partir de outro índice que refletisse a inflação real do período e na menor periodicidade permitida em lei.

acerca das implicações práticas dos termos estabelecidos pelo contrato de locação era notória, o que demonstrava a vulnerabilidade desse segmento.



Imagem 14 – Aula de português para haitianos, nas dependências da Igreja Matriz.

A maior implicação desse tipo de contrato era o condicionamento da manutenção do contrato de locação, que dava acesso à moradia, à continuidade do vínculo empregatício. Quando o fim do contrato de trabalho ocasionava automaticamente a rescisão antecipada do contrato de locação, ou seja, ocorria antes do término do prazo²⁷⁶ ajustado, recaía sobre o locatário a multa contratual, que geralmente correspondia a três²⁷⁷ meses do aluguel, calculada proporcionalmente ao período que faltaria cumprir. Mesmo que a demissão fosse iniciativa do empregador, com ou sem justa causa, o locatário/empregado seria responsabilizado pelo término da relação de contrato de locação, independente de sua vontade. Além da multa, a rescisão acarretava outros encargos adicionais, de praxe no meio, como a cobrança de taxa referente aos reparos necessários à reposição do imóvel, a fim de entregá-lo em suas condições iniciais, que incluía obrigatoriamente a pintura das paredes, forros, aberturas e instalações que constava como nova e outros eventuais consertos identificados por vistoria, além do custo de limpeza. Esse momento costumava ser conflitivo, como relatavam os corretores e os interlocutores haitianos. Os valores adicionados ao cálculo

²⁷⁶ Geralmente um ano.

²⁷⁷ Dos onze contratos de locação analisados, a maioria definiu o valor da multa correspondente a três meses de aluguel (oito contratos), um estabeleceu um mês de aluguel e dois extinguiram a multa.

da dívida, que muitas vezes ultrapassava 30% do salário, eram questionados pelos inquilinos haitianos, que os consideravam abusivos, como o depoimento a seguir:

"Isso é um problema para nós aqui [os valores cobrados pelas imobiliárias]. Às vezes as imobiliárias que estão ali ficam cobrando muito muito muito né. Para pintar um apartamento eles podem cobrar, por exemplo, nós somos quatro em casa morando. Dá para cobrar 400 em cada. Dá 1.600 só para pintar um apartamento. [...] Mas isso é ruim, assim, eu acho. Eu posso pintar eu mesmo. Eu vou pegar um pintor ali, já pago, isso vai levar [custar] menos né. Eles [as imobiliárias] não aceitam isso. [...] Se fosse eu mesmo que leva ele ali, não vai levar tanto dinheiro. Eu compro tinta, então já levo eles lá, um trabalho de meio dia só e já termina, porque é só por dentro [do apartamento]. [...] Sim, pedi já [para fazer isso], mas não deixa. Diz que não deve." (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

As imobiliárias da cidade estabeleciam nos contratos de locação a obrigatoriedade de utilizar somente os pintores credenciados pela agência, mas – como foi dito – as cláusulas desses documentos eram, em grande medida, obscuras aos olhos dos clientes haitianos, devido as dificuldades de compreensão da língua portuguesa, ainda mais no formato aplicado em termos contratuais. Julien morava em um modesto apartamento acima de um comércio, cujo aluguel de aproximadamente 800 reais era dividido com mais três amigos haitianos, sendo todos empregados do frigorífico. No fim das contas, os seus companheiros optaram por manter o apartamento, convidando sem demora outro colega de trabalho para ocupar sua vaga e assim manter a divisão do aluguel no mesmo patamar. Nesses casos, aqueles que saem do imóvel são cobrados pelos valores devidos – obrigatoriamente a taxa de pintura e limpeza e, a depender do caso, reparos e multa rescisória – proporcionalmente ao número de locatários cadastrados, evitando que os encargos se acumulem e recaiam somente sobre alguns clientes. Mesmo com a divisão, Julien considerou o valor elevado, a saber, 600 reais (200 reais de aluguel mais 400 de pintura, não inclusos água e luz), que correspondia à metade do seu salário. Sua saída era motivada pela vinda da esposa e de outros familiares do Haiti, o que exigiria um espaço de moradia mais amplo. Apesar das críticas às cobranças, Julien e sua esposa Roseline resolveram alugar outro apartamento via imobiliária a fim de manterem o mesmo estilo de vida no centro da cidade. Outros interlocutores haitianos expressavam a mesma reprovação diante dos encargos extras abatidos²⁷⁸ na folha de pagamento no momento da devolução dos imóveis, vistos como

²⁷⁸ Enquanto os relatos dos haitianos acerca das cobranças consideradas excessivas no ato da entrega dos imóveis eram abundantes, tive acesso somente a dois documentos que discriminavam esses valores. Em um deles, a Imobiliária Residence cobrou 370 reais de valores extras (200 de pintura, 70 de limpeza e 100 de multa rescisória) de um locatário que dividia a casa com mais oito colegas, ao menos como consta na assinatura do contrato de locação. Se o valor foi dividido entre os 9 inquilinos, o custo total da pintura da casa seria 1.800 reais e a limpeza 630 reais, o que não parece factível. Considero duas hipóteses: os

excessivos. Peterson contou que, no ato de devolução da casa, a imobiliária teria cobrado 1.200 reais referentes à taxa de renovação da pintura. O aluguel da casa de dois quartos, situada no bairro Navegantes, era de 800 reais, divididos entre Peterson, a esposa e o cunhado, na condição de funcionários do frigorífico. Após reclamação dos inquilinos, a corretora da imobiliária disse que conversaria com o dono da casa para negociar alternativas, mas nada foi feito. A corretora da Imobiliária Residence afirmou que, nas situações em que esses encargos cobrados ultrapassavam os 30% do salário do inquilino, a imobiliária ou solicitaria ao locador que dispensasse o locatário estrangeiro da parte excedente da dívida, realizando um desconto se assim concordasse; ou dividiria o valor em parcelas que, caso não quitadas pelo cliente, seriam assumidas pela própria imobiliária. Embora não tenha dados para afirmar que essas concessões não eram de fato adotadas pelas imobiliárias, meus interlocutores haitianos não relataram nenhum caso do tipo. Como foi exposto, geralmente os comentários sobre as experiências de entrega dos imóveis eram negativos, em decorrência da cobrança de valores considerados excessivos pelos haitianos.

Os representantes das imobiliárias que concordaram em aceitar a inserção da terceira interveniente nos contratos de locação com estrangeiros e, por corolário, o pagamento do aluguel via desconto direto na folha de pagamento (com a dispensa de outras garantias usuais contra inadimplência, como fiadores, depósito de caução ou seguro fiança) justificaram as altas taxas de pintura, limpeza e consertos frequentemente impostas aos locatários haitianos pelas condições deploráveis de conservação dos imóveis no ato de devolução, na maior parte dos casos. De acordo com Zélia, a dona da Imobiliária Morar Bem, o custo do reparo de imóveis alugados para clientes haitianos seria significativamente maior, se comparado aos brasileiros, em consequência da sujeira impregnada nas estruturas em “níveis inimagináveis”, que exigiria uma limpeza mais pesada e a aplicação de mais camadas de tinta no teto, nas paredes e em outras superfícies. Para reforçar o seu ponto, ela descreveu casos em que as casas estavam “arruinadas” pela imundície e mofo, de tal maneira que a imobiliária se viu obrigada a contratar uma empresa para limpar o piso e as paredes com jato de água de alta pressão. Nessas situações, era necessário pintar a casa mais de três vezes a fim de cobrir

valores foram inflacionados com vista à exploração dos inquilinos; ou então um ou mais locatários saíram da casa sem quitar suas dívidas, deixando que elas acumulassem em desfavor dos colegas que restaram. Já no outro caso a Imobiliária Residence cobrou 470 reais (150 de pintura, 100 de limpeza, 20 de consertos e 200 de multa rescisória) de uma inquilina, além dos 200 reais de aluguel. Não tenho informações sobre o número de inquilinos que dividiam a casa com ela, para calcular o valor total da pintura, limpeza e consertos, uma vez que o contrato de locação não foi juntado à reclamação trabalhista.

satisfatoriamente as manchas de sujeira e de mofo das estruturas. Zélia ainda explicou que isso geraria um custo maior no futuro, pois quanto mais camadas de tinta são aplicadas numa superfície, mais cedo será necessário lixá-las. A dona concluiu dizendo que, por causa desses ônus extras, seria importante selecionar inquilinos “caprichosos”, que se dedicassem à manutenção dos espaços. Esse seria o caso de um inquilino dominicano que demonstrava zelo pela casa, o que motivou a imobiliária a disponibilizar nova casa depois da rescisão do contrato, pois “sabia que ele iria cuidar”. Dito isso, inferi que, nos casos de experiências consideradas problemáticas, a imobiliária iria mobilizar uma série de obstáculos com o intuito de evitar a assinatura de novo contrato com o cliente ou então, como contou Zélia, iria direcioná-lo às casas “com chão de madeira, mais velhas”, embora “sempre em boas condições de uso”.

A mesma imagem foi construída pelo depoimento da corretora da Imobiliária Residence, Rogéria, que fez questão de me mostrar uma série de fotos²⁷⁹ de imóveis “destruídos” por inquilinos haitianos, como “prova objetiva” da veracidade das atribuições negativas de descuido e de desleixo. Vale ressaltar que esses estereótipos negativos são restritos ao âmbito do cuidado com a limpeza e conservação dos espaços de convivência, pois os haitianos são vistos pelos moradores locais como pessoas que se preocupam muito com o asseio do próprio corpo, assim como das roupas e de outros itens de uso pessoal. Frequentemente se assinala o hábito de que as mulheres e homens haitianos deixam suas roupas brancas e brilhantes com o esforço das próprias mãos, pois costumam lavá-las em bacias, sem o uso de tanque ou máquina de lavar. A incorporação acrítica dos referidos preconceitos pelas imobiliárias era evidenciada pela recomendação dada aos donos de imóveis cadastrados, alertando-os a retirarem quaisquer acessórios de valor que não sejam essenciais às casas, evitando que sejam danificados ou destruídos por inquilinos haitianos. Temendo ser vista como preconceituosa, Rogéria se apressou em dizer que não se poderia generalizar, pois existiriam exceções, e seguiu relatando casos de inquilinos haitianos que de tão zelosos com organização e limpeza, acabavam por melhorar a casa, caprichando no enceramento do piso, removendo manchas de mofo dos tetos e paredes, entre outras coisas. Um dos seus clientes haitianos inclusive teria solicitado uma escada à imobiliária com o intuito de limpar com mais cuidado o teto da casa, demonstrando um

²⁷⁹ As fotos dos imóveis mostravam a pintura das paredes com manchas de sujeira e de mofo; lixo espalhado ou acumulado em cantos; e cozinha com azulejos ou pinturas manchadas com o acúmulo de gordura. Nisso consistia a destruição.

“alto padrão de higiene” que a impressionou. Não obstante, as exceções apenas confirmam a regra e, nesse sentido, seus registros não são capazes de invalidar os estereótipos negativos. Esses últimos se mantêm, demonstrando sua força ao influenciar na disponibilização, pelas imobiliárias, de imóveis em pior estado de conservação a essa clientela, além de dificultar o atendimento a solicitações de consertos ou de melhorias que são proteladas nos casos em que não afetam a estrutura da casa ou apartamento. Essas queixas são comuns entre os haitianos. Um dos meus alunos, Patrick, disse que gostaria de alugar uma casa que ao menos tivesse um “teto fechado”. Depois que ele me explicou, compreendi que se referia ao forro de PVC, madeira ou alvenaria, itens cuja existência e manutenção são essenciais para evitar o alastramento de goteiras, a entrada de umidade e de sujeira da rua na casa. Ao visitar a casa de um interlocutor, Pierre, um dos primeiros haitianos a chegar a cidade, notei o aborrecimento que lhe causava o estado de conservação da casa, já entregue com inúmeros defeitos, como manchas de sujeira e mofo no teto e nas paredes e vários furos no telhado. Assim que se instalou na casa, Pierre acionou a imobiliária e solicitou o conserto, mas era simplesmente ignorado. A localização da casa, no centro, era valorizada, mas o estado de conservação de sua estrutura era visivelmente inferior ao padrão de qualidade alardeado pelas imobiliárias. Sobre o direcionamento de casas deterioradas aos estrangeiros, segue o relato de um senhor encantadense, que trabalhava no reparo de casas:

“Eu trabalho em obra, sabe? Então, numa empresa, então faz bastante reforma das casas que era pra eles [haitianos] morar, sabe? Mas assim, umas coisas assim que não tinha condições de botar um ser humano morar, sabe? Não tinha condições! Então a gente ia dar uma arrumada, uma ajeitada [...] Aí um dia eu fui dar uma ajeitada no forro da casa, porque casa velha caía muita sujeira pra baixo, do telhado.” (Seu Antônio, morador do bairro Navegantes, 30/07/17).

Embora as estratégias dos empregadores de incorporação dos haitianos como consumidores no mercado imobiliário viabilizassem o acesso a casas e apartamentos no centro da cidade e no bairro Navegantes, os imóveis disponibilizados eram geralmente de qualidade inferior. Ainda assim, o segmento haitiano era responsabilizado nos discursos dominantes pela deterioração dos espaços habitados, o que incentivava a restrição das ofertas de imóveis àqueles vistos como mais adequados ao suposto padrão inferior de limpeza e de conservação da clientela haitiana. Ou seja, só restava aos inquilinos haitianos se resignarem com os espaços físicos e sociais a que eram designados pela sociedade de imigração ou assumirem as melhorias dos imóveis e assim conquistarem o rótulo de “exceções” em zelo, sem romper com o estigma imposto.

Os corretores da imobiliária Nova Morada, Renan e Andréia, recorreram ao que identificavam como “costumes e crenças da cultura haitiana” para explicar os problemas específicos de manutenção dos imóveis associados à clientela haitiana. Eles teriam o hábito, por “motivos religiosos”, de não descartarem papel higiênico em lixeiras, somente no vaso sanitário, o que teria causado o comprometimento dos encanamentos das redes de esgoto de casas alugadas pela imobiliária. O atribuído desconhecimento da funcionalidade dos componentes estruturais dos imóveis, como rede elétrica e encanamento, foi outro fator apontado pelos corretores como explicação ao mau uso das casas pelos inquilinos haitianos, que danificariam sua estrutura com maior frequência, apesar da boa fé.

Já a corretora da imobiliária Residence deu maior ênfase à dificuldade dos haitianos de compreender as obrigações contratuais de devolver os imóveis nas condições originais, arcando com os custos dos reparos necessários. Para reforçar sua alegação, Rogéria citou o caso de um grupo de locatários haitianos que teriam promovido uma festa na casa alugada com numerosos convidados de mesma nacionalidade. Já embriagado, um dos convidados teria quebrado uma mesa de churrasco retrátil, acoplada à parede, ao subir nela para dançar e se exibir aos demais, em um ato de irresponsabilidade. Ao invés de mandarem consertar ou informarem a imobiliária sobre o dano, já que a mesa era do locador, os moradores descartaram o objeto no lixo, atitude igualmente desaprovada. A história, contada nesses termos, chegou ao conhecimento da imobiliária, que cobrou pelo dano causado e, antecipando-se a repetição do problema do descuido no manuseio, já irremediavelmente associado à clientela haitiana, adotou como estratégia a retirada de itens não essenciais dos imóveis – acessórios, vidraças, móveis ou aparelhos embutidos – destinados a esse público, como procedimento padrão de prevenção a estragos.

Alugar imóveis em grupo – não necessariamente constituído por membros de uma mesma família – era outra particularidade associada à clientela haitiana. Os contratos de locação²⁸⁰ costumavam ser assinados por mais de um inquilino haitiano, que compartilhavam os encargos associados, como aluguéis e contas de luz, água,

²⁸⁰ Todos os meus interlocutores haitianos moravam com um ou mais adultos em idade laboral. Havia os locatários oficiais, ou seja, aqueles que assinavam o contrato de locação, e os informais, que contribuía financeiramente com as contas da casa, mas não eram registrados diante da imobiliária. Ademais, é necessário considerar os que eram temporariamente abrigados, mas que não estavam em condições de arcar com os gastos da casa, como os imigrantes recém-chegados, os desempregados, entre outros. Como fonte complementar, os contratos de locação analisados apresentavam de dois a dez inquilinos responsáveis.

internet, entre outras. Aqueles que coabitavam nos imóveis podiam ter vínculos antigos (parentesco, vizinhança, amizade) ou serem colegas recentes, com diferentes níveis de afinidade, intimidade e confiança²⁸¹, mas que estavam na mesma situação de vulnerabilidade. Além da óbvia diminuição dos custos, esses arranjos domésticos diminuía os casos involuntários de rescisão do contrato de locação, geralmente ocasionados pela demissão de funcionários pelo frigorífico, que – como foi dito – atuava como anuente. A extinção do vínculo empregatício de um ou mais locatários de uma residência resultava em rescisão do contrato a depender da relação entre o número de locatários ainda empregados pelo frigorífico e o valor do aluguel, pois este último não deveria comprometer mais de 30% do salário de cada um, de acordo com a regra informada pela empresa. Quando havia tempo hábil e interessados disponíveis, os inquilinos restantes iam atrás de colegas de trabalho para substituir o contribuinte que fora demitido, a fim de manterem o imóvel. Quando não conseguiam um substituto, só restava arcar com o ônus não antecipado: ou o aumento do gasto individual com o aluguel; ou a restituição compulsória do imóvel, com os custos que lhe são inerentes. Na prática, essas restrições eram frequentemente contornadas por estratégias de habitação. Uma delas é compartilhar o custo dos aluguéis com inquilinos não registrados, muitas vezes ultrapassando o limite de moradores estabelecido pelo proprietário do imóvel. Essa estratégia diminuía o encargo dos locatários oficiais que, embora tivessem os valores referentes ao aluguel descontados diretamente em folha, eram ressarcidos proporcionalmente por aqueles, mas ao mesmo tempo desencadeava conflitos com as imobiliárias. Nos contratos analisados não existia nenhuma cláusula que limitava diretamente o número de moradores, mas sim a sublocação do imóvel:

“Os locatários não poderão, salvo se autorizado por escrito pelo Locador: a) Mudar a destinação do imóvel; b) Sublocar, ceder total ou parcialmente suas instalações ou dependências; [...] e) Transferir direitos e obrigações deste contrato.”

Pelos termos do contrato, é vedada a prática de cessão de cômodos da casa ou de compartilhamento da mesma com outros residentes que contribuíssem regularmente – ou fossem cobrados pelo sublocador – com fração do aluguel e outros encargos associados, sem expresse consentimento do locador. Conforme as imobiliárias, por

²⁸¹ Um indício dessa situação é a instalação de trancas nas portas dos cômodos dos imóveis compartilhados, que é uma solicitação comum entre clientes haitianos, segundo uma corretora de imóveis de Encantado. Há inclusive a divisão de casas ou apartamentos entre diferentes famílias haitianas, ainda que não tenham vínculos anteriores entre si. Há casos em que cada família mantém seus próprios eletrodomésticos (fogão, geladeira, etc.) e móveis no cômodo que lhe corresponde, reproduzindo espécies de “mini-lares” relativamente independentes dentro de um único imóvel.

vezes essa situação só era descoberta quando os locatários oficiais eram desligados da empresa e, ao retomar a casa, a imobiliária se deparava com sublocatários ocupando o espaço, uma complicação inesperada. A alta rotatividade dos haitianos nos imóveis alugados e a falta de controle da imobiliária sobre a mesma foram apresentadas como desvantagens dos contratos com estrangeiros via empresa interveniente, que eram mais difíceis de administrar. Os corretores da imobiliária Nova Morada afirmaram que o hábito comum dos locatários haitianos sublocarem os imóveis sem autorização dificultava o controle sobre quem estava de fato de se responsabilizando pelo pagamento. Nos casos em que os haitianos se furtavam de suas obrigações legais, abandonando repentinamente o emprego e a cidade, a imobiliária se via diante de dificuldades burocráticas para responsabilizar os sublocatários ocupantes do imóvel, já que a relação geralmente não era formalizada.

Como a medida de proteção contra a inadimplência nos contratos locatícios que incorporavam a figura da empresa interveniente era o desconto em folha, conflitos e ruídos na relação entre empregador e empregado poderiam, por sua vez, repercutir negativamente na relação entre inquilino e senhorio ou imobiliária. Na avaliação dos corretores, os problemas no ambiente de trabalho poderiam motivar o abandono simultâneo do emprego e do imóvel pelo inquilino estrangeiro, sem o devido encerramento do contrato locatício e a quitação dos débitos associados ao ato. Nesses casos, a imobiliária assumia o prejuízo, resguardando o locador. Fazer constar a situação de inadimplência no CPF do estrangeiro junto aos órgãos de restrição de crédito não seria suficiente para inibir essas práticas, de acordo com as imobiliárias.

Em 2013, no início da incorporação dos haitianos no mercado imobiliário – de acordo com relatos de moradores locais e de corretores – muitos proprietários de imóveis rejeitaram a ideia de realizar contratos com haitianos, pois temiam sofrer prejuízos, apesar da garantia do desconto em folha. Para viabilizar o agenciamento dos haitianos como consumidores nesse mercado, as imobiliárias parceiras da empresa empregadora realizaram uma campanha de conscientização junto aos locadores associados, reforçando o compromisso de que não existiriam riscos de danos, seja de inadimplência, seja da recusa em reparar eventuais estragos nos imóveis, pois ainda que os inquilinos estrangeiros não assumissem esses encargos, as imobiliárias se responsabilizariam pela quitação dos mesmos. Segundo a imobiliária Residence, a campanha deu resultados: o número de proprietários cadastrados teria aumentado, pois a intermediação dos contratos pela imobiliária significava a garantia de devolução dos

imóveis nas mesmas condições iniciais, além de poupá-los do trabalho de lidar diretamente com os clientes estrangeiros. Em março de 2016, essa agência administrava aproximadamente trinta contratos com locatários haitianos. Os corretores da imobiliária Nova Morada afirmaram que no auge dos negócios chegaram a ter quarenta contratos com locatários haitianos e dominicanos, mas em agosto de 2017 mantinham somente dez. Portanto, em certa medida, as imobiliárias até se beneficiavam da difusão de estereótipos negativos associados aos cidadãos haitianos, como o atribuído desleixo com a limpeza dos ambientes domésticos e a imperícia ou o descuido de manuseio dos componentes dos imóveis – como vidros, maçanetas, encanamentos e eventuais peças embutidas, já que as casas não eram mobiliadas –, uma vez que isso poderia estimular o aumento do cadastro de locadores nas imobiliárias, como medida de proteção contra eventuais danos causados pelos inquilinos haitianos, inclusive a inadimplência. Em março de 2016, quando entrevistei a supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, a política de habitação voltada aos funcionários estrangeiros era considerada um sucesso:

“Só que aí quando terminaram os seis meses [de hospedagem] era a nossa preocupação [a habitação dos funcionários estrangeiros], aí a gente mais uma vez mobilizou a comunidade, fez uma parceria com as imobiliárias. A gente viabilizava o desconto em folha e a empresa entrava como anuente, ou seja, ela se responsabilizava pelo desconto, dentro da legislação, enquanto o estrangeiro fosse nosso funcionário, nosso empregado. E funciona assim até hoje. [...] E um detalhe, esse contrato é feito entre várias pessoas. Eu quero morar com mais cinco amigos, então eu vou descontar um percentual, a imobiliária me informa, ela faz um rateio, quanto eu vou descontar de cada um. Ah, mas depois eu não dou mais com o amigo... troca o amigo. *A gente foi fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, eles acharam a ideia bem legal, inclusive citaram para outras empresas, porque a questão do desconto, você limita ele dentro da legislação, que é até trinta por cento do salário. Eles tem aonde morar, eles escolhem com quem querem morar*, porque muitas vezes o problema é esse, “ah, eu vou ficar junto com fulano, mas eu não me dou bem com ele”, a gente teve esse tipo de problema no hotel. “Ah, mas eu não quero dividir o quarto com aquele”. A gente tem isso também né, brasileiro tem isso, todas as nacionalidades.” (Bianca Donati, supervisora do Setor Pessoal da Suíno Mais, 03/03/2016).

À época da entrevista, duas imobiliárias mantinham a parceria com o frigorífico: Residence e Morar Bem. Por outro lado, a Nova Morada já não realizava novos contratos nessa modalidade, embora não cancelasse os já existentes. O fim definitivo da atuação da Suíno Mais como empresa interveniente nos contratos de locação dos seus funcionários estrangeiros ocorreu em 2017, depois de quatro anos em vigor, como conta a irmã Efigênia, que acompanhou as mudanças associadas:

“O problema maior é a moradia [para os estrangeiros], que eu vejo né. Então, agora mesmo, o dono, o proprietário aqui debaixo daquele apartamento encima da loja Coppola pediu o imóvel. Então eram três, quatro [haitianos] que moravam lá.

Partiam o aluguel eu acho que uns cinco, se não me engano. Então primeiro saíram alguns, depois saíram outros. Acabaram ficando três ali, assumindo o aluguel. E agora ele pediu o apartamento então tem que se mandar né. Aquele casal que estava ali embaixo, saíram essa semana dali. Que ficava barato alugar pra eles, dava uns 200 reais por pessoa. Agora vão ter que sair e se virarem com aluguel né. [...] Mas ficava barato porque eles dividiam o aluguel e eram vários então ficava bom né. Só que agora todos tem que sair. Tem duas morando ali ainda e elas tem que sair. Ontem tava uma pra baixo de Navegantes procurando uma casa. E aí precisando de fiador né, porque aí imobiliária não aceita. A Suíno Mais não assina mais né [como terceira interveniente]. Andou dando problemas né, o pessoal saía deixando o aluguel ali pra pagar e coisa assim né. E aí eles mudam muito, eles saem e depois deixam os outros no aluguel. E aqueles que eram responsáveis saíram e tudo assim então... Mas agora a maior parte tá lá pro Navegantes. Pro Centro tem poucos mesmo.” (Irmã Efigênia, 05/09/2017).

A irmã atribuiu o fim da modalidade de contrato com a figura jurídica da terceira interveniente aos casos de inadimplência entre os estrangeiros. Não teve acesso aos dados sobre essa taxa, a fim de comparar com outros segmentos, mas era uma reclamação comum das imobiliárias envolvidas. Já os meus interlocutores haitianos entenderam que o encerramento da oferta desse tipo de contrato, que dispensava fiadores e depósito de caução, era uma represália do frigorífico aos seus funcionários haitianos, tendo em vista que uma parcela significativa destes ajuizou reclamações trabalhistas em desfavor da empresa. Seja esse o motivo verdadeiro da mudança de política da empresa ou não, a explicação de parte dos haitianos é relevante por si só, na medida em que indica a percepção do acirramento das relações entre a empresa empregadora e o segmento de trabalhadores haitianos.

A política de habitação desenvolvida pela Suíno Mais, como terceira interveniente nos contratos de locação, fez parte do esforço de controle da força de trabalho estrangeira, não no sentido de impulsionar a fixação definitiva dos imigrantes na cidade, mas de garantir uma reserva suficiente de mão de obra barata à disposição da indústria naquela área, que simultaneamente apoiava-se na rotatividade dos empregos como forma de manutenção das elevadas metas de produção, com a exclusão dos operários cuja produtividade decaía ou daqueles vistos como insubordinados. O condicionamento do acesso e manutenção do aluguel via imobiliária à continuidade do vínculo empregatício com o frigorífico contribuiu para a imobilização temporária e seletiva da mão de obra estrangeira, já que os custos advindos da autodemissão ou da mobilidade eram amplificados nessa modalidade de contrato, desestimulando-os. Não obstante, o segmento haitiano lançou mão de uma série de estratégias não antecipadas pela empresa empregadora, como as múltiplas sublocações dos imóveis, que escapavam ao controle das imobiliárias, e o compartilhamento dos espaços de habitação com

conterrâneos recém-demitidos/desalojados, que viabilizaram a mobilidade haitiana dentro e fora da cidade.

Discriminação no mercado imobiliário

A resistência dos proprietários em alugar imóveis aos imigrantes haitianos não se limitou ao início da incorporação desse segmento no mercado imobiliário local. Ela se manteve durante todo o tempo, mas geralmente de forma velada, já que ações do tipo – que diferenciam clientes em virtude de raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, obstando o acesso a serviços e bens – são passíveis de criminalização pela legislação brasileira. A tentativa de camuflar o viés racista e discriminatório no âmbito do mercado imobiliário através de inúmeros obstáculos aparentemente de ordem prática não impediu que muitos haitianos se sentissem ofendidos e injustiçados com o tratamento diferenciado que lhes era imposto, violando os direitos e as garantias fundamentais expressas pela Constituição Brasileira de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os relatos de Jameson, que acumulava três anos de experiência de vida na cidade, são muito ricos e nos ajudam a compreender os problemas enfrentados pela comunidade haitiana para se estabelecer em Encantado e usufruir do direito à moradia. Na opinião de Jameson, compartilhada por muitos de seus conterrâneos, a maior dificuldade para os haitianos alugarem casas na cidade era encontrar “imóveis disponíveis”, apesar da abundância de placas de “aluga-se” exibidas nos imóveis, geralmente acompanhadas pelas logomarcas das imobiliárias. Os haitianos que, como Jameson, já passaram pela experiência de alugar imóveis via imobiliária acreditavam que as agências declaravam não ter imóveis vagos somente quando solicitadas por clientes haitianos. Nesse sentido, o que faltava eram os “imóveis para haitianos”. Quando estava atrás de casas para alugar, Jameson costumava explorar as ruas residenciais do Centro e de suas adjacências de bicicleta, registrando no celular as imagens das casas que lhe interessavam, que mostraria mais tarde aos companheiros que dividiriam o espaço com ele. Depois ele se dirigia às imobiliárias para se informar sobre valores e condições contratuais e solicitar as chaves para conhecer o interior da casa. Em uma das agências foi dito que a casa não estava mais vaga. Ele acabou alugando a casa vizinha através de outra imobiliária. Por meses, continuou observando a casa vazia e a faixa de “aluga-se” fixada no portão, como um lembrete incômodo de que não era

bem-vindo em todos os espaços. O que se dizia é que, apesar da manutenção das placas nas casas, elas “infelizmente” já haviam sido alugadas ou estavam em via de serem alugadas. Situações do tipo eram recorrentes.

Outro indício de discriminação era a recusa da entrega das chaves dos imóveis aos clientes haitianos, sob variadas justificativas sistematicamente apresentadas: “a casa está em reforma”, “a chave não se encontra na imobiliária”, “os imóveis de interesse não estão mais vagos”, entre outras. Quando eu mesma estava interessada em alugar um apartamento na cidade, não foi difícil obter as chaves junto às diferentes imobiliárias. Bastava deixar um documento de identificação na agência e retirar as chaves. No caso de imóveis mobiliados, um corretor me acompanhava como medida de segurança contra eventuais furtos. Já os haitianos, mesmo se dispondo a retornarem em outro momento, se deparavam com sucessivos obstáculos até serem vencidos pelo cansaço. Jameson já me alertava sobre a resistência de determinadas imobiliárias em disponibilizar as chaves dos imóveis anunciados, pois ouvia as queixas de amigos e conhecidos, até que aconteceu com ele:

“Difícilmente uma pessoa vai dizer ‘eu sou racista, você não pode ficar aqui, você é negro’. A pessoa não chega e fala, mas às vezes o jeito também de... a reação da pessoa. Não vou dizer que é racismo, porque a pessoa não falou uma coisa, uma palavra que tenha a ver, mas que nem que eu falei pra você sobre a casa, o aluguel ali. Talvez isso é racismo, porque chega o haitiano pra pedir uma casa, a casa está vazia, a casa está pronta pra alugar e você não quer alugar para o haitiano. E vai uma brasileira, pede a chave e a chave está pronta pra brasileira, mas o haitiano pediu e falaram que a chave não tava pronta e ‘só semana que vem’. E manda uma brasileira pra pedir a chave, a chave tá pronta. Então eu acho que isso é racismo. [...] O meu primo queria entregar a chave [no lugar da amiga brasileira que solicitou a chave a pedido deles]. Na hora que o meu primo pediu pra ela, ‘me dá a chave que eu devolvo pra ela[corretora], pra ela ver que ela mentiu pra mim, que ela falou que a chave não estava pronta e a chave estava prontinha’. Daí eu falei pra ele, ‘não, deixa, deixa’. Aí ela pegou a chave e devolveu. Mas o que o meu primo tá pretendendo fazer, vai mandar a brasileira de novo que pediu a chave, a brasileira vai falar, ‘é pra alugar, vocês vão alugar?’, ‘sim’, ‘então tá, eu vou chamar as pessoas que vão alugar’, pra ver o que eles vão falar pra nós agora, se é bem racismo ou não, mas eu acho que é.” (Jameson, 27/02/2017).

Jameson, que sempre se mostrava alegre e otimista em nossas conversas, estava visivelmente decepcionado nesse dia. Como o número de moradores da sua casa tinha aumentado – eram sete com ele, entre primos e amigos, todos de origem haitiana ou dominico-haitiana –, Jameson estava a procura de uma casa maior. Acompanhado de seu primo Jefferson, Jameson foi à Conecta Negócios Imobiliários, mas não conseguiram as chaves da casa que estavam interessados. A imobiliária informou que as visitas ainda não estavam abertas, pois a casa estava em reforma. Recomendaram que voltassem dias depois. Eles retornaram à Conecta Negócios Imobiliários, como

combinado, e ouviram ainda a mesma desculpa, agora com nova data. Desconfiados, eles explicaram a situação a uma amiga gaúcha e ela foi à imobiliária a pedido deles, dizendo que tinha interesse em conhecer a casa. No mesmo momento, sem delongas, ela recebeu as chaves em mãos, que repassou aos amigos. Embora já soubessem que isso ocorria, o impacto de sofrerem a discriminação diretamente foi desconcertante: não acreditavam no que estava acontecendo. O primo de Jameson queria colocar o ato discriminatório às claras. De que maneira? Entregando ele mesmo as chaves nas mãos da corretora, deixando claro que eles estavam por trás da solicitação da gaúcha, estando cientes, portanto, da mentira inventada para evitá-los enquanto clientes e da flagrante discriminação no atendimento dispensado aos haitianos. Apesar de estar igualmente revoltado, Jameson aconselhou Jefferson a não confrontar a imobiliária, a fim de evitar conflitos que viessem a prejudicá-los de alguma forma. Na condição de imigrante, ainda que regularizado, Jameson era mais cauteloso, resguardando-se de sofrer constrangimentos em momento futuro. Enquanto em outros encontros Jameson falava animadamente sobre planos futuros no Brasil, como entrar na universidade, dessa vez a tônica era diferente: o entusiasmo deu lugar à dúvida. Ele se questionava, enquanto conversávamos, sobre as implicações de continuar a viver em um lugar onde era necessário simular não ser quem se é para ter acesso a uma casa, a qual pagaria para morar como qualquer outro e ainda assim não era bem-vindo. No final, eles acabaram alugando outra casa e resolveram deixar essa questão de lado.

Pedir a um brasileiro que se informasse junto à imobiliária sobre a disponibilidade dos imóveis, os valores cobrados, as condições contratuais, entre outros pormenores, era uma estratégia frequentemente utilizada pelos haitianos. Eu mesma já sondei esse tipo de informação nas imobiliárias da cidade a pedido de um aluno meu chamado Jeff. Claro que para assinar o contrato é indispensável a presença dos verdadeiros interessados, seus documentos e dados completos, mas essa estratégia servia, na percepção dos haitianos, para evitar negativas infundadas de antemão e o inflacionamento arbitrário dos valores. Essa desconfiança não era só em relação aos imóveis, mas à compra de mercadorias ou serviços cujos valores variassem ou não estivessem etiquetados, como móveis e eletrodomésticos de segunda mão ou o orçamento de um electricista, por exemplo. Parte dos meus interlocutores também acreditava que omitir da imobiliária o número de inquilinos que – a princípio – contribuiriam com as despesas da casa era uma forma de se esquivar de aumentos artificiais do preço do aluguel. Quando digo a princípio, refiro-me ao fato da

composição de moradores dos espaços domésticos haitianos ser extremamente fluida, como reflexo da acentuada mobilidade dos seus integrantes. As casas haitianas são, pois, marcadas pela frequente chegada e partida de diferentes pessoas²⁸² com as quais se compartilha laços de sangue, afinidade, amizade ou vizinhança (Dalmaso, 2014). Os haitianos acreditavam que, quanto maior o número de inquilinos, maior seria o aluguel cobrado pelo locador ou pela imobiliária. Uns entendiam que essa distinção era somente com nacionais do Haiti, outros atribuíam à condição de estrangeiros, que fariam deles alvos mais fáceis de enganar.

Os representantes das imobiliárias não costumavam admitir que adotavam nenhum tipo de distinção de tratamento em razão de nacionalidade, cor, raça ou etnia, mas em duas oportunidades tive a confirmação de que, quando se tratava de clientes haitianos interessados em imóveis específicos, os proprietários destes eram consultados antes das agências confirmarem se estavam “vagos”. Os corretores da imobiliária Nova Morada reconheceram de antemão que esse método não era correto, mas o justificaram alegando que, se agissem de outro modo, causariam sérios problemas com os locadores. O mesmo argumento foi mobilizado pela dona da Imobiliária Morar Bem, depois que acompanhei, por acaso, o atendimento de um jovem casal de haitianos, que entrou no estabelecimento enquanto conversávamos. Na verdade, eles estavam retornando à imobiliária para conferir se a corretora já saberia informar sobre a disponibilidade de casas ou apartamentos de dois dormitórios na área próxima ao frigorífico, onde trabalhavam. Na primeira vez, ela os dispensara dizendo que voltassem outro dia, pois necessitaria de tempo para averiguar. Dessa vez, Zélia afirmou que a imobiliária não tinha imóveis vagos com aquelas especificações, mas depois – um tanto desconsertada – mudou a versão e admitiu que não havia procurado como combinado por falta de tempo. Ela então questionou se eles já tinham interesse em alguma casa ou apartamento avistado com o anúncio da imobiliária. Com resposta afirmativa, o rapaz indicou dois imóveis. No entanto, de acordo com Zélia, um deles não estaria cadastrado naquela

²⁸² Jameson e os dois primos que o acompanharam no trajeto migratório, por exemplo, moraram inicialmente na casa de sua prima, que foi a primeira da família a se instalar no país. Eram cinco ao todo, mas depois a prima resolveu tentar o ingresso nos EUA pela fronteira mexicana, obtendo sucesso. Um irmão de Jameson também foi para a cidade gaúcha, mas após meses desempregado saiu em busca de melhores oportunidades no Chile, estabelecendo-se lá. Seu primo Jefferson tentou trilhar o caminho do irmão de Jameson, mas não teve a mesma sorte – os nichos de trabalho ocupados pelos haitianos na capital chilena já estavam saturados –, resolvendo retornar a Encantado. Outra moradora integrada à casa era a namorada de Jefferson e o irmão dela, este recém-separado da esposa, com quem morava. Poderia me estender nessa narrativa das sequências de idas e vindas de moradores de uma casa, que aparentam não ter início e nem fim e, em certa medida, não são antecipadas pelos atores sociais que delas participam.

imobiliária, mas em outra. Já sobre o outro, Zélia disse que iria contatar o locador e se informar sobre a situação do imóvel, se estaria realmente vago. Pediu ao jovem que retornasse no dia seguinte. Ele e sua esposa estavam visivelmente frustrados com a demora. Numa tentativa de agilizar o processo, o rapaz disse que esperaria ela ligar para o proprietário do imóvel, ao que Zélia respondeu não ser possível, pois ‘o dono não estava disponível naquele horário’. Após os dois saírem do recinto, Zélia contou que sempre recomendava que os clientes haitianos voltassem depois, porque tinha de consultar os proprietários sobre o seu interesse em alugar seus imóveis para inquilinos dessa nacionalidade. Muitos apresentavam restrições, pois temiam sofrer ‘prejuízos’ ou danos à estrutura da casa, já que estes eram os estigmas que acompanhavam os imigrantes haitianos nos discursos dos moradores locais. Essa situação era de conhecimento da sociedade local, como indica Dona Clara, leiga scalabriniana que atuava na atenção aos imigrantes:

“Esse é um problema bem grande aqui é a questão de moradia [para os imigrantes]. [...] Que teve os apartamentos que... Porque também tem o preconceito. É bem escondidinho, disfarçado, mas tem. *Tem imobiliárias que não alugam pra haitiano. Eles alegam que o proprietário não aluga pra haitiano, mas quer dizer, por quê?* [...] Uma pessoa me disse que foi sábado, acho que foi sábado, que tava num minimercado, ali numa fruteira que tem na cidade. E tinha uma haitiana comprando algumas coisas e faltou 50 centavos pra pagar. E aí na hora assim, ela [a amiga] disse pro dono: 'Eu pago 50 centavos que faltou'. Ele disse: 'Não, não precisa, ela vem de volta. Eles [os haitianos] são mais corretos pra pagar as coisas do que os nossos brasileiros'. Ele disse: 'Fica devendo dois reais, a gente nem sabe quem é, nem anota o nome. Quando é daqui a pouco a pessoa vem de volta pra pagar. Não tem problema nenhum'. Quer dizer, não é essa a questão [a inadimplência]. A questão é assim, talvez até os hábitos, que eles fazem muita fritura, a comida deles, tu passa assim na frente da casa, tu sente o cheiro, porque é uma comida mais forte. Então, muita fritura, claro, as cozinhas ficam meio detonadas, eu digo, porque também eu acho que elas não tem essa noção de como tirar, limpar gordura. Tudo isso são coisas que precisaria ajudar. Mas... Você não consegue fazer tudo. E também é muita intromissão, eu acho, entrar na casa de alguém e começar dar as ordens, 'faz assim, faz assado'. Não é tão simples a coisa.” (Dona Clara, 24/02/2016).

Há várias interpretações sobre as razões de parte dos proprietários locais não disponibilizar seus imóveis para a locação aos imigrantes haitianos, mas esse fato não é posto em dúvida. Dona Clara não acreditava que o medo da inadimplência era o motivo para essas restrições do setor imobiliário, pois no seu círculo de convivência os haitianos eram retratados como honestos e bons pagadores. Entretanto, vimos que este era um argumento amplamente utilizado pelas imobiliárias locais. Deixo claro que não tive acesso às taxas de inadimplência nesse segmento e em outros, para fins de comparação, e somente explorei os discursos dos diferentes agentes sociais envolvidos.

A deterioração ou não conservação adequada dos imóveis, mencionadas por Dona Clara, também eram frequentemente acionadas como razão dessa resistência.

Pelo mesmo motivo, a imobiliária Morar Bem não aceitava cauções como garantia de pagamento de inquilinos haitianos, apenas fiadores. De fato, a caução não era uma opção estimulada pelas imobiliárias, que só excepcionalmente aceitavam essa garantia e se obtivesse consentimento do locador. Zélia mencionou outra restrição, comum entre as imobiliárias da cidade: evitar alugar apartamentos para inquilinos haitianos. Nesses casos, a resistência não seria somente dos locadores, mas especialmente dos outros moradores do prédio, que passariam a “incomodá-la” o tempo inteiro, encaminhando problemas de convivência diária no condomínio, cuja resolução não seria competência da imobiliária. Inclusive, alguns clientes haitianos já tinham demonstrado interesse em um apartamento vago na mesma área em que Zélia morava, mas ela acabava recorrendo a desculpas de “indisponibilidade”, já que ela não queria ser pressionada pelos condôminos que a conheciam e não a deixariam em paz se alugasse para moradores haitianos.

Já a corretora da imobiliária Residence declarou que a agência não se recusava a alugar apartamentos a clientes haitianos, dada a evidente ilegalidade do ato, mas que os aconselhava a optarem por casas, sob o argumento de que assim “teriam maior liberdade”, sem restringi-la devido a reclamações de vizinhos, conflitos típicos da convivência em condomínio. De acordo com Rogéria, pela experiência da imobiliária, as queixas frequentes contra locatários haitianos em apartamentos estariam relacionadas: à falta de conservação e higiene dos espaços, como o descarte de lixo através das janelas e nos corredores e escadas do prédio; o número “excessivo”²⁸³ de moradores nos imóveis; o volume alto das conversas; e a quantidade excessiva de convidados (estrangeiros negros) circulando no condomínio em situações cotidianas de visita ou em festas, que era associada à “diminuição da segurança” do espaço. Outra desvantagem seria o encaminhamento à imobiliária de reclamações pelos síndicos dos edifícios com inquilinos haitianos e a cobrança de soluções imediatas em relação aos conflitos de convivência, engendrando problemas extras de administração dos imóveis alugados.

Havia, portanto, nas práticas cotidianas, níveis de proximidade interditos aos imigrantes haitianos, como o compartilhamento de um mesmo condomínio com os

²⁸³ A corretora citou o caso de um apartamento de dois cômodos com dez moradores haitianos.

moradores locais estabelecidos. Se como vizinhos de rua ainda existia maior chance de se resguardar da convivência, o mesmo não ocorreria nos condomínios, onde as implicações da existência do outro são dificilmente ignoráveis. Nessas circunstâncias, ainda que se evite interações diretas com os “indesejáveis”, as marcas de sua existência são inescapáveis, independente do apelo à indiferença, como os sons que ecoam através das paredes, teto e piso; os cheiros; os encontros aleatórios nos corredores, escadas ou elevadores; e as divergências quanto as formas de uso dos espaços comuns. Nessas situações, os moradores estabelecidos acionavam uma série de discursos, como os da civilidade (os “bons modos”), salubridade e segurança, para se opor ao ingresso ou permanência dos imigrantes haitianos nos espaços privativos dos grupos étnico-raciais dominantes, sem ser necessário mencionar as diferenças de raça ou cor. É importante dizer que os apartamentos a que os haitianos acabavam tendo acesso na cidade eram aqueles em pior estado de conservação. Geralmente não eram situados em edifícios residenciais com portaria, mas nos pavimentos superiores de lojas comerciais do Centro. Com o tempo, esses imóveis – já deteriorados – acabavam incorporando os estigmas atribuídos aos imigrantes haitianos. Como argumenta Sayad (1991), que se dedicou ao estudo da imigração argelina na França, a desqualificação das chamadas “habitations à loyer modéré” (HLM, habitações de aluguel baixo) destinadas às camadas mais pobres das classes populares francesas, que são formadas significativamente por estrangeiros, contribui ao rebaixamento do status dos seus habitantes e vive versa, numa situação de reforço mútuo negativo.

Gostaria de encerrar esse subtópico apresentando casos em que as relações entre inquilinos e senhorios não só eram satisfatórias a ambos, como ultrapassaram a esfera do contato profissional, engendrando vínculos de amizade, estima mútua e solidariedade. Começo abordando a experiência de Joel de procurar uma casa para alugar na cidade:

“Primeiro quando eu tava em São Paulo, a empresa falou para mim que ela vai dar três meses de garantia para nós. Depois de três meses, temos que procurar nossa casa. [...] Morava no Hotel Paraíso lá em cima. Então depois de três meses, então eu cheguei aqui nessa casa, eu vi uma placa que dice 'nessa casa ali se vende'. Então eu tava com número de telefone do dono dessa casa. Então eu liguei para ele. Ele trabalha em Lajeado. Eu falei para ele, faça um favor para mim, que eu não tem onde morar, que eu trabalho na empresa, que ela põe três meses, já chegou nos três meses. Então ele falou que ele não pode, então eu falei que faça esse favor para mim. Ele falou para mim esperar, 'vem aí domingo'. Domingo quando eu venho aqui, ele alugou aqui para mim. Então quando ele alugou para mim, ele chegou a vender essa casa. E quem comprou essa casa falou para mim que não se preocupe que tudo vai ser igual. Então quando depois eu falei para ela que eu vou para outro [imóvel]. Então ele gastou, construiu essa casa para que eu não fosse para outro lugar, porque a mãe do dono dessa casa mora lá em cima. Ela chorou para que eu

não fosse para outro lugar. Então construíram aqui e eu fico aqui." (Joel, 29/02/2016).

Chegando ao fim do prazo de hospedagem custeada pela empresa, em julho de 2014, Joel ainda não havia encontrado uma casa para morar. Ele não se dirigiu às imobiliárias da cidade, mas foi atrás de casas aos arredores do frigorífico em que trabalhava, a fim de negociar diretamente com os donos. Joel entrou em contato com o proprietário da casa de interesse pelo número de telefone anunciado na fachada, sem indicações de terceiros. Atualmente existe uma rede consolidada de contatos de locadores que já tiveram inquilinos haitianos que circula pelo boca a boca na comunidade haitiana local, sendo frequentemente acionada nessas situações. A mãe do proprietário, uma senhora de idade, morava no pavimento superior da casa que Joel alugou. Sendo assim, o interesse do locador – que possuía três casas naquela rua – não era apenas realizar um negócio lucrativo, mas encontrar alguém cujos hábitos não causassem importunação a sua família. Ele deu um voto de confiança a Joel, que com a convivência logo conquistou o afeto e respeito da mãe do senhorio, dona Francisca. Demonstrando orgulho, Joel me contou que dona Francisca foi sua madrinha de casamento na igreja católica, enquanto Robson, o filho dela, foi seu padrinho de batismo, o que são indicativos da consideração que as famílias tinham uma pela outra. Quando Sonise, esposa de Joel, estava para chegar ao aeroporto de Porto Alegre, a família do senhorio se ofereceu para buscá-la de carro, o que Joel fez questão de sublinhar, como mostra do cuidado que lhe era dedicado. Outro demonstrativo do valor dado por ambos à relação construída foi o investimento feito por Robson para que Joel não se mudasse de lá. Diante da tristeza de sua mãe, depois que Joel revelou a intenção de procurar outro imóvel maior antes que sua esposa chegasse, a fim de acomodá-la com mais conforto, Robson decidiu reformar a casa, ampliando-a e realizando algumas melhorias. Assim Joel não teve que sair de lá, onde continuava morando quando o visitei para entrevistá-lo. Outro caso que tive conhecimento se deu da mesma forma, desenvolvendo-se a partir da relação entre inquilino e locador. Augustin conta como conheceu sua “mãe brasileira” abaixo:

“Como eu tendo aqui mãe brasileira foi, pra mim, era uma mãe brasileira, era da igreja católica. O nome dela é Verônica, da família Ferreti. Ela me considera como um filho. [...] Eu tava no Hotel Paraíso, porque a Suíno Mais nos coloca no Hotel Paraíso. Como lá só tinha um quarto e banheiro, não tinha fogão, não tinha geladeira no meu quarto, eu não conseguia viver. Eu fui lá na Suíno Mais, no escritório e falei pra eles, pros responsáveis, que eu não vou conseguir morar lá. E a comida no refeitório do frigorífico eu não consegui comer. Eu falei pra eles, não vou, não consegui comer essa comida. Eu não sou acostumado a comida brasileira, então lá

não tem fogão pra minha esposa cozinhar, eu não vou ficar lá. Então lá os responsáveis disse então pra procurar uma casa e procurei uma casa pra alugar. Procurei, procurei e achei uma casa perto do frigorífico. [...] No dia que eu encontrei com a dona [da casa], ali eu sempre chamar as pessoas de idade de mãe. [...] Então chamo mãe e assim, estou na casa, sempre pagar no dia certo. E ela acha, meu Deus do céu, uma mulher que tem um coração! O marido, a família toda! Então sempre vem a minha casa, 'o que tu precisa?'. Sempre me pergunta. Às vezes vem me visitar. [...] [Moro no] Centro. E nunca fui morar no Navegantes, não gosto. E assim, chamo mãe, chama meu filho, mãe, filho... O marido, pai, filho... O filho dela me chama mano, a filha dela que é enfermeira me chama mano, mana e assim vai. Então, assim no dia do casamento convidei, ela saiu com o marido e foi lá no casamento.” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

A esposa de Augustin foi uma das poucas mulheres recrutadas pela empresa na fronteira amazônica, uma vez que a maior parte dos imigrantes haitianos que ingressou no Brasil naquele momento era do sexo masculino. As limitações da vida no hotel não agradaram a Augustin e sua esposa, o que o motivou a negociar uma alternativa com a Suíno Mais. Outro grupo de haitianos fez o mesmo, mas por outros motivos: queriam mais liberdade para conversar até mais tarde sem serem repreendidos e também para beber, que era contra a política do estabelecimento. Augustin também os auxiliou a encontrar uma casa para alugar no Centro. Pelo relato de Augustin, vimos que a relação de respeito que estabeleceu com sua senhoria, que chamava de mãe, se transformou, com a experiência de convívio, em afeto, cuidado e suporte mútuo. Observei que, assim como Augustin, vários dos meus interlocutores haitianos construíram vínculos significativos de familiaridade com alguns encantadenses, adotando-os como parte da família e sendo por eles adotados. Segundo Dalmaso (2014), o conceito haitiano de família (“fanmi” em créole) é capaz de englobar outros tipos de relações, que não apenas as marcadas pela consanguinidade e afinidade, através da convivência, do apoio mútuo e da partilha, como vizinhos, conhecidos ou amigos. O caso etnográfico em tela indica que os haitianos conseguiram reproduzir essa dinâmica de relacionalidade social no Sul do Brasil, agregando não só conterrâneos, mas nacionais que se mostraram abertos a estreitar a convivência. Em outras palavras, se é notório que a reprodução das desigualdades e estigmas étnico-raciais impactou profundamente as formas de integração dos haitianos na sociedade gaúcha, engendrando processos de marginalização e de sub-habitação do segmento, é importante atentar para o fato de que esta não constituiu uma barreira intransponível à estima mútua e à construção de relações de familiaridade. Durante a pesquisa de campo, não tive condições de aprofundar a análise dessas formas de relacionalidade social entre famílias haitianas e brasileiras que se tratavam por termos de parentesco, a fim de identificar como se

manifestavam as assimetrias de status e poder, mas sinalizo este como um tema para futuras investigações.

A marginalização no bairro Navegantes

O valor dos aluguéis e as exigências contratuais comuns no mercado imobiliário – como a apresentação de fiadores²⁸⁴, depósito de caução ou seguro fiança – já realizavam a maior parte da filtragem dos moradores, obstando o acesso da maior parte dos imigrantes haitianos aos espaços sociais de habitação mais valorizados na cidade. Embora a modalidade de contrato de locação com a figura jurídica da empresa interveniente tenha contribuído para a incorporação dos haitianos no mercado imobiliário formal, uma série de desvantagens desestimulava a opção pela mesma, na visão dos sujeitos: o aumento dos valores descontados diretamente em folha sob a rubrica de aluguel, sem aparente justificativa; o risco de ser demitido e concomitantemente despejado; e a cobrança de encargos vistos como excessivos no ato de devolução do imóvel, como a taxa de rescisão do contrato locatício e de pintura, limpeza e consertos.

Dado esse contexto, não é de se surpreender que a maioria dos haitianos residentes em Encantado optasse por residir no bairro Navegantes, que além de ser próximo do frigorífico, a maior indústria empregadora do segmento, era mais acessível devido ao valor dos aluguéis e à forma de locação, mais informal. Lá havia maior

²⁸⁴ Um dos meus principais interlocutores haitianos, Jameson, foi uma exceção quanto à forma escolhida de contrato de locação. Apesar de ser funcionário do frigorífico e, portanto, ter acesso à modalidade de contrato locatício que dispensa apresentação de fiadores, Jameson preferiu não fazê-lo, uma vez que tinha um “pai brasileiro” – Clóvis – que se dispunha a servir de fiador. Ademais, como muitos haitianos, Jameson não confiava na forma de pagamento por desconto direito em folha, pois ouvia de seus conterrâneos que o valor do aluguel costumava aumentar sem razão aparente. Jameson conheceu Clóvis através da igreja católica, não como fiel, pois ele professava fé protestante, mas através de um padre haitiano, de quem se aproximou e tinha como amigo. Na primeira experiência de locação de imóvel no Brasil, Jameson contou com a ajuda de Benjamin, o padre haitiano, e de Clóvis, que trabalhava na manutenção dos espaços da igreja, pois ambos se ofereceram como fiadores. O apartamento alugado também era propriedade da igreja, mas o contrato foi assinado por intermédio de uma imobiliária da cidade. Depois ele se mudou para outros imóveis, sempre assinando contrato via imobiliária, tendo a Clóvis como fiador. Segundo Jameson, Clóvis o tinha como filho e ele, por sua vez, também o tratava como pai. Durante essa conversa, Jameson me mostrou uma foto – salva no celular – em que posava tomando chimarrão com Clóvis. Em outro momento, vi no Facebook uma foto postada por Jameson que mostrava ele na companhia de Clóvis e de outro amigo gaúcho. Jameson estava vestido com as indumentárias gaúchas, o que me chamou atenção, além da frase escolhida como descrição da imagem: “Se trouxeres teu orgulho de ser brasileiro, te entregarei minha honra de ser gaúcho... Ser gaúcho não é opção geográfica, é filosofia de vida.”. O amigo que estava ao seu lado na foto comentou: “Fiz um gaúcho novo hoje! kkkk”. Os comentários eram espirituosos. Um deles dizia que Jameson se tornara “haitiucho”, em referência à mistura das identidades haitiana e gaúcha, o que foi aprovado por Jameson, que curtiu o comentário.

número de casas disponíveis para alugar através de negociação direta com o dono, sem exigência de fiador e muitas vezes sem assinatura de contrato, realizado somente verbalmente. Segue o depoimento de André, que alugava diversas casas no bairro de Navegantes para imigrantes haitianos:

“A gente é muito amigo deles [haitianos], tem bastante gente que mora nas minhas casas. Quando veio assim pra Santa Cruz, Polícia Federal, eu já levei mais de 70 pra lá, que eu conheço, pra fazer carteira, fazer passaporte. [...] Em imobiliária tem muita burocracia. E comigo a burocracia não existe. Existem pessoas corretas e eles são muito corretos, pagam certinho, não atrasam, não tem problema nenhum. [...] É contrato verbal, tanto faz, às vezes eu faço um contrato pra eles pra poder se atualizar, pra poder ficar no Brasil, entendeu? Mas eles são muito corretos, não precisa fazer avalista, não precisa nada. Porque nisso como vai pegar avalista, quem vai fazer pra eles? [...] Vai falar com um amigo de uma pessoa que vai confiar em ti, mesma coisa que nós ir pra lá no Haiti, quem vai ser avalista para nós se eles não confiar em nós? Alguém tem que confiar. E eu tenho confiança neles e deu certo. [...] Eles vieram chegando, daí um trazia o outro e o outro chegava e conversava. Eles dão a caução bem direitinho, tem nada que deixa a desejar eles. Existem alguns no meio, que eu não conheço, que pode fazer as coisas erradas, como nós brasileiros também temos esse problema. Todo país tem isso. [...] Tá sendo uma experiência muito grande, a convivência grande com pessoas educadas, me cumprimentam, me chamam de pai. E eu fico feliz da vida por isso. Que eles tem uma boa educação.” (André, locador de casas no bairro de Navegantes, 30/07/17).

A perspectiva de André sobre seus clientes haitianos contrasta em muito com as narrativas dos representantes das imobiliárias locais. A informalidade dos contratos é retratada por ele como mostra de confiança que seria necessária em relação aos estrangeiros, já que eles não têm condições de indicar fiadores no Brasil. Há também uma maior proximidade, já que, como morador do bairro de Navegantes, André é vizinho de muitas famílias e grupos de haitianos.

Apesar dessas vantagens econômicas e de menor burocracia nas locações de imóveis, morar no bairro de Navegantes não era uma escolha absolutamente livre dos haitianos, mas dependia das opções acessíveis aos imigrantes naquela conjuntura social, econômica e cultural, cujo desdobramento foi o movimento de incorporação subordinada desse segmento no espaço urbano. A maior parte do bairro de Navegantes era caracterizada por: infraestrutura urbana e serviços públicos deficitários²⁸⁵; maior

²⁸⁵ Em 2017, a comunidade de Navegantes sofria com a falta de vagas na única creche pública do bairro. Em setembro de 2017, a Escola Municipal de Educação Infantil de Navegantes (EMEI) estava ultrapassando o limite de lotação, com aproximadamente 90 crianças, quase a metade de ascendência haitiana. Incapaz de absorver a demanda local, a EMEI Navegantes não estava aberta a novas matrículas. Os pais tinham de procurar vagas nas outras creches da rede pública do município, ainda que mais distantes do local de moradia e de trabalho. Em conversa com as recreacionistas da EMEI Navegantes, soube que elas consideravam as condições de trabalho nessa unidade como extremamente desgastantes em comparação a outras creches da rede pública, com mais recursos e estruturas físicas melhores. A “cultura do bairro” – associada à violência e criminalidade – foi apontada como fator extra que dificultaria o desenvolvimento do trabalho dos educadores, que relataram o desinteresse dos pais

acúmulo de lixo e de entulhos nas áreas públicas; maior vulnerabilidade à violência associada ao domínio do tráfico de drogas na área; habitações de qualidade inferior, como casebres de madeira ou casas de alvenaria com estruturas improvisadas; e risco de alagamentos e enchentes com o acúmulo excessivo de chuvas e a consequente cheia do rio Taquari. A última enchente de maior gravidade na região ocorreu antes da chegada dos haitianos à cidade, em 2011, e gerou a remoção de várias famílias nos bairros Navegantes, Vila Moça e Lago Azul, que são os primeiros locais por onde as águas do rio Taquari invadem.

O bairro Navegantes é composto por duas áreas, uma antiga, com melhor infraestrutura, e outra chamada de “Novo Navegantes”, que fica em uma baixada às margens do rio Taquari e é de construção relativamente recente. A constituição do bairro remonta à época da colonização, com a fixação de colonos europeus que vieram das Linhas²⁸⁶ Vilasboas e Figueira de Melo – atualmente pertencentes aos municípios de Coronel Pilar e Garibaldi – pelo rio Taquari (Ferri, 2015). Vale ressaltar que, entre a segunda metade do século XIX até por volta de 1940, o rio Taquari era um dos principais canais de transporte da região, tanto para o escoamento de produtos agropecuários e industriais, quanto para o deslocamento de passageiros. No município de Encantado, o ponto de embarque e desembarque que mais de destacou foi o Porto Onze²⁸⁷, situado junto ao bairro Navegantes (Ferri, 2015). Segundo Ferri (2015), os primeiros moradores do bairro eram majoritariamente de origem italiana, mas também

encantadenses em participar do ambiente escolar dos filhos e até mesmo a ocorrência de conflitos e de agressão física daqueles contra os professores. Sobrecarregadas com o trabalho na EMEI Navegantes, caracterizada por salas superlotadas, as monitoras acabavam pedindo transferência para outras unidades, onde tinham condições melhores de desenvolver o trabalho sem comprometer a própria saúde. Além da superlotação, as monitoras não encontravam suporte da secretaria de educação para lidar com a dificuldade de integração das crianças de pais haitianos. A qualidade da educação era significativamente afetada pelo estado de precariedade da escola. Soube, com surpresa, que grande parte das crianças nascidas no Brasil de pais haitianos não conseguia se expressar em português, somente reproduziam algumas poucas palavras e de forma isolada. É necessário ressaltar que essas crianças eram matriculadas na creche a partir dos quatro meses – as mães geralmente trabalhavam no frigorífico – e ainda assim, com três ou quatro anos de idade não haviam aprendido o idioma, apesar de conviverem por até doze horas diárias com crianças e recreacionistas brasileiras que se expressavam exclusivamente em português. A única exceção era uma menina de quase três anos que falava muito bem o português, o que era explicado pelo fato de conviver com uma madrinha brasileira. As monitoras também tinham dificuldade para se comunicar com os pais haitianos e não dispunham de nenhum tradutor para fazer a mediação.

²⁸⁶ As colônias eram geralmente divididas em *travessões* ou *linhas*, que nada mais eram do que uma estrada em linha reta, com alguns quilômetros de comprimento. Ao longo do travessão ficavam os lotes rurais, com cerca de 250 metros de largura por mil metros de comprimento, fazendo fundos com os lotes de um outro travessão. Próximo à estrada era construída a residência do colono, que, em média, distava cerca de 250 metros da do vizinho. Também era possível adquirir somente meio lote, ou mesmo 1/4 ou 1/8 de lote.

²⁸⁷ À época da colonização, o Porto Onze contava com um armazém e uma maxambomba usada para escoar as mercadorias produzidas pelos colonos. Com o aumento da importância do transporte rodoviário, as empresas de navegação que atuavam no rio Taquari foram desativadas na década de 40 (Ferri, 2015).

foram registradas famílias alemãs e, mais tarde, de “etnia lusa e ou negra”, nos termos escolhidos pelo historiador local. De fato, ainda hoje o bairro é conhecido por abrigar uma parcela de famílias negras que se dedica à memória e culto das tradições afro, inclusive no campo religioso, sediando um famoso Centro Afro do município. Já o “Novo Navegantes” ou “Navegantes II” – que antigamente era área de lavoura – foi inaugurado na década de 80 a partir de um “loteamento popular”, sendo ocupado por trabalhadores da indústria alimentícia. Sobre a história de desenvolvimento do bairro e as percepções relativas às mudanças recentes, segue o diálogo de dois antigos moradores:

Geraldo: Esse nosso bairro era tão bom uma época... Ficou ruim agora, tá dando muita morte.

Paloma: Esse bairro foi criado pra abrigar os trabalhadores do frigorífico? Geraldo: Não, *isso aqui foi um loteamento que o Antônio Lorenzi fez quando ele era prefeito, pros pobres né. Cada um comprava o terreninho, fez bem barato.* E então todo mundo começou a construir, fazer as casinhas. Aí o Adroaldo Conzatti, que foi prefeito depois da gestão do Lorenzi, fez *outro bairro lá embaixo, Navegantes II*, tá tudo unido agora.

Antônio: *É que o pessoal tudo tinha uma casas do frigorífico, tudo casas que o pessoal que trabalhava morava. Então o que aconteceu? Só que se saísse da empresa, perdía a casa. Então o que aconteceu? O pessoal tudo comprou terreno, a prefeitura ajudava né, e começou a fazer casa. E aí começa a vim gente de fora e tudo. Aí a começou a mistura.* [risos]

Geraldo: Mas vou te contar viu, o que tá dando de morte aí é um perigo, meu Deus do céu...

Antônio: *É negócio de tráfico né, sabe, então eles estão um eliminando o outro. É assim. O cara fez lá, matou o da outra família, já oh, 'tu já tá morto também'. Daqui a pouco passa um tempo, quando tu vê o cara leva uma saraivada de bala. E assim eles vão um matando o outro. Enquanto não matam a gente...*

Geraldo: Mataram um guri novo aí que prenderam ele, ele entregou os outros lá, de droga né. Passou, ele achou que tava... Tava bem nos fundos da delegacia em cima de um prédio pintando, rolou pra baixo, uma saraivada de bala. Os caras disseram pra ele 'tu tá morto', cruzaram lá de moto, mataram ele e ninguém sabe até hoje quem foi.

Antônio: Agora mataram o Pé de Pato, faz uns quinze dias, vinte.” (30/07/17).

Esses senhores se posicionavam enquanto moradores da parte mais antiga de Navegantes, cujo desenvolvimento também estava associado a projetos de habitação popular promovidos pela Administração Municipal, mas era diferenciado – pelos sujeitos que lá residiam – da fundação do “*outro bairro lá embaixo, Navegantes II*”, apesar de estar “*tudo unido agora*”. É interessante observar como a indústria frigorífica foi e ainda é, na prática, um agente importante na constituição da cidade e, particularmente, do bairro de Navegantes. Primeiro, ela influenciou diretamente a expansão do bairro através da vila operária sob sua gestão. Depois, indiretamente, quando a Prefeitura realizou, naquela área, novos loteamentos direcionados às classes populares, que tiveram acesso aos lotes através do pagamento de parcelas a preços

baixos. Dessa forma, se incentivou outro tipo de acesso à habitação para os funcionários do frigorífico, viabilizando a fixação da mão de obra necessária à indústria. Em 2012, com o recrutamento de imigrantes haitianos, a indústria frigorífica mais uma vez interferiu significativamente nas dinâmicas sociais de constituição do bairro, que já eram estreitamente vinculadas à mesma. Desde antes da chegada dos imigrantes haitianos, o frigorífico já atraía “gente de fora” para a cidade, impactando sobremaneira a constituição daquele espaço. De ascendência lusa, Geraldo e Antônio consideravam a “mistura” como efeito da chegada de novos trabalhadores atraídos pela cooperativa. A decadência do bairro era atribuída ao movimento de expansão urbana e ao aumento da violência associada ao tráfico de drogas, muito anteriores à vinda dos novos fluxos de estrangeiros. A coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município expôs sua percepção sobre as mudanças na composição da população de Navegantes:

“As pessoas que moraram lá [no bairro Navegantes] gostaram, porque fica perto do centro, do hospital, da cooperativa. [...] Creche, posto de saúde, *tem tudo lá. O único inconveniente é que pega água, enchente. Época de enchente ele tapa, tem que sair todo mundo de lá. O município já fez algum trabalho de habitação pra reassentar, mas eles voltaram*, dizem que não se importam com a enchente. Muitos né. Mas tem uns que se importam e saem. E as vezes saem até por conta, sem auxílio do município. Mas a maioria... E agora o que gente tá percebendo é que o bairro tá assim oh, *estão saindo muitos que eram já do bairro, que nasceram, que se criaram lá, então eles estão alugando as casas para esses imigrantes [haitianos e dominicanos]. E pra outras pessoas que vem de fora também. Vem de Caxias, vem de Alvorada, vem de várias cidades que estão passando por dificuldades, vem tentar a vida aqui. [...] Aquilo foi sempre uma ocupação*, depois um prefeito resolveu fazer um loteamento. E as casas eram de madeira, precárias, mas isso a não sei quantos anos atrás. Eu nem morava aqui. E aí foram fazendo saneamento, calçamento, creche, foram dando infraestrutura pro bairro. [...] *É um bairro de pessoas carentes, lá tem bastante violência*, mas eles... os que moram lá gostam de morar. Tem muitas famílias que a gente já perguntou, [se querem] se inscrever em programas habitacionais pra sair, mas não querem.” (Vilma, coordenadora do CRAS, 25/02/2016).

Muitos recém-chegados, sejam estes gaúchos vindos de fora ou estrangeiros, vem se estabelecendo no bairro de Navegantes, que tem como vantagem o valor dos aluguéis e a proximidade do centro urbano – onde se concentra a oferta de determinados serviços públicos – e do frigorífico, que absorve parte dessa mão de obra. O aumento da demanda por casas na área tem sido aproveitado pelos antigos moradores, que alugam suas casas para os recém-chegados, enquanto se transferem para outros bairros. Por outro lado, a desvalorização do bairro é explicada pelo alto risco de enchente e pela carência de infraestrutura e de serviços públicos, que ainda são marcados pela precariedade. Como a maior parte dos residentes de Navegantes é das classes populares

e muitas das casas em que vivem não foram regularizadas pelo poder público, atribuiu-se o estigma de “ocupação” a esses espaços.

Como reflexo da marginalização dos espaços de habitação, uma parte dos moradores do bairro é vista pela sociedade encantadense como desviante, a partir da atribuição de variados estigmas que lhe rendem má fama, tais como “vagabundos, arruaceiros, drogados e bandidos”. Soube dessa fama já nos primeiros dias de campo, ao abordar uma transeunte em uma rua do Centro para pedir informações sobre endereços, cujas orientações foram acompanhadas de um alerta para jamais andar sozinha pelo bairro de Navegantes. Esse alerta foi repetido por vários outros moradores da cidade em diferentes momentos²⁸⁸, o que realmente me deixou receosa durante minhas contidas andanças pelo bairro, ocasiões em que procurava estar acompanhada, por via das dúvidas. Roberto, um membro da direção da associação²⁸⁹ comunitária do bairro, reconheceu a existência desses estereótipos negativos que maculavam a imagem de Navegantes, mas os atribuiu ao comportamento desordeiro e criminoso de “dez por cento” da população local, que viveria só para “incomodar”, enquanto os outros “noventa por cento” seria formado por trabalhadores honestos e direitos. Como muitos outros habitantes locais, o próprio Roberto trabalhou por mais de dez anos no matadouro da cidade, mas teve de se aposentar após ser acometido por doença laboral. Apesar de rejeitar os estereótipos que condenavam a comunidade de Navegantes, Roberto criticou o modo de vida de parte dos moradores do “Novo Navegantes”, que não teriam “vontade de crescer”, pois não se dedicariam o suficiente ao trabalho, nem investiriam na estrutura da casa (por exemplo, com a construção de um assoalho, indicou), “desperdiçando” o dinheiro ganho com churrascos regados à bebida alcoólica nos fins de semana, sem exceção. O presidente da Associação Afro Nova Geração, Joacir, que se vê como liderança da comunidade de Navegantes, também associou os estigmas a uma minoria dos moradores locais, que prejudicariam a imagem do bairro:

²⁸⁸ Em setembro de 2016, por exemplo, fui aconselhada por uma atuante Leiga Scalabriniana, Dona Clara, a evitar andar em Navegantes durante a época de eleição, pois os “ânimos” estariam aflorados e a “politicagem” costumava gerar conflitos, com esperados tiroteios ou balas perdidas pelo bairro.

²⁸⁹ A Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Navegantes de Encantado foi criada em 1985 e atualmente congrega 49 associados. Segundo Roberto, as principais pautas defendidas pela associação são: o maior investimento público em projetos sociais voltados às crianças e adolescentes do bairro; a entrega da obra do Centro Esportivo de Navegantes, que não avançou desde a desapropriação de uma área de 14 mil metros quadrados em 2012, onde seria construído; a isenção de imposto ou a criação de IPTU diferenciado para proprietários de casas em áreas alagadiças, com o argumento de que eles sofrem graves danos materiais com as enchentes periódicas do rio Taquari, sem receber indenização ou ajuda por parte da administração pública; a melhora da coleta de lixo e entulho na área; e a melhora da cobertura de atendimento dos agentes de saúde nas casas, que seria insuficiente.

“Joacir: No momento a gente ganha do Governo Federal o número de valor x de Bolsa Família é porque existe a periferia. Porque tá tratando de dinheiro público e dinheiro público, *Bolsa Família* o que é? Pras pessoas necessitadas. Então se está distribuindo. Claro que é bem verdade que a renda, esse valor todo, na minha opinião, *é mal distribuído, porque é aliciado por pessoas que andam denegrindo a imagem da comunidade [de Navegantes]. [...] Como é que eu vou me preocupar de ir lá trabalhar se você tá me dando?* Então aí o que tu tá gerando comigo? *Tá me incentivando a eu ir aonde dá essas barbaridades todas. Tu cai na drogadição,* porque tu sabe que lá *todo mês eu tô sabendo que eu vou lá e tu vai me dar um sacolão,* me dá um... [...] Mas eu também concordo com ele, quando ele diz a periferia não existe. Eu também concordo que não existe. Hoje em Encantado não precisaria nem mais de Bolsa Família, porque não tem miséria.

Pai Tião: *Falta a vontade das pessoas trabalharem.*

Joacir: Não existe miséria, mas a minha opinião. Então ela é uma renda mal distribuída. *E aí tu tendo uma renda mal distribuída, o que acontece? Você alicia a outras coisas.* Porque eu conheço gente da minha comunidade [de Navegantes], todo mês tem lá o seu salário, parece que tá empregado, aí tu fica se perguntando em casa assim, pô, eu trabalho de segunda a segunda, eu ganho três, eu não consigo comprar nem uma meia pro pé, mas como que esse cara... Aí você vai a fundo e... Não tem assim.” (28/10/2016).

Nesses discursos, o aumento da vagabundagem, criminalidade e dependência de drogas é frequentemente visto como consequência da oferta regular de dádivas que não requerem contrapartidas, como resume Joacir: “*Como é que eu vou me preocupar de ir lá trabalhar se você tá me dando? Então aí o que tu tá gerando comigo? Tá me incentivando a eu ir aonde dá essas barbaridades todas.*”. No diálogo acima, Joacir critica a implementação do Bolsa Família²⁹⁰ no município, que em sua opinião distribuiria a renda de forma inadequada. Quando Joacir fala em “*má distribuição de renda*”, ele não se refere exclusivamente às fraudes no cadastro, como as falsas declarações de renda, pois considera igualmente como falha a destinação do recurso a sujeitos avessos ao trabalho, que viveriam constantemente na vadiagem. São esses sujeitos que rebaixariam a imagem da comunidade de Navegantes.

Os problemas do bairro de Navegantes eram apontados pelos haitianos que residiam no Centro como razão para não morarem lá, apesar dos aluguéis serem mais baratos:

²⁹⁰ O Programa Bolsa Família (PBF) é um mecanismo condicional de transferência de recursos do Governo Federal que visa atender às famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Embora seja um programa federal, o cadastro das famílias é de responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal. Segundo as regras do PBF, as famílias que podem ser atendidas pelo programa são aquelas com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais ou com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. As condicionalidades do programa, chamadas de compromissos das famílias beneficiárias, foram estabelecidas para incentivar e acompanhar o acesso à saúde e educação. São elas: matricular e manter as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola; realizar o acompanhamento de saúde de gestantes e crianças nas unidades de Saúde e manter a vacinação em dia.

"Eu ficar gostando dessa cidade, é uma cidade bem tranquila, não tem briga, não tem muito roubo. É bem tranquila essa cidade, só lá no Navegantes é um pouco perigoso. Nem pensar morar lá, porque eu não gosto. Gasta mais [para morar no Centro], mas fica tranquilo disso." (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

A violência foi igualmente assinalada por Jameson como característica negativa de Navegantes, por isso até evitava circular por lá à noite. Seus amigos que moravam nesse bairro diziam que às vezes ouviam disparos de arma de fogo, o que – aliado às notícias corriqueiras de assassinatos que eram divulgadas pelas mídias locais, geralmente execuções associadas ao tráfico de drogas – justificava a seu ver as precauções adotadas. Somado a isso, Jameson dizia que “Navegantes é bagunça”, referindo-se às queixas dos seus amigos haitianos quanto ao uso de som alto e a constante realização de festas pelos vizinhos durante a noite e madrugada.

A sensação de insegurança também foi relatada por muitos interlocutores haitianos que viviam no bairro de Navegantes. Henry, que morava com mais dois conterrâneos na casa alugada pelo amigo que o recebeu em Encantado, observou diretamente e soube por terceiros da ocorrência de brigas, tiroteios e assassinatos no bairro, por isso tinha vontade de se mudar do local. Entretanto, enquanto dividia o aluguel de 350 reais com dois amigos haitianos em Navegantes, não encontrava casa ou apartamento por menos de 600 reais no Centro, segundo declarou. Diante disso, ele acreditava que o valor dos aluguéis cobrados pelas imobiliárias eram maiores quando se tratava de clientes haitianos. Já Reginald escolheu alugar uma casa em Navegantes, que soube através de um colega que estava deixando o imóvel, devido à dispensa da apresentação de fiadores e à proximidade do local de trabalho. Ele já havia morado em Porto Alegre, onde enfrentou dificuldades para alugar casas em razão dessa exigência. Apesar da acessibilidade da habitação em Navegantes, Reginald não gostava de morar no bairro, pois o considerava perigoso. A percepção do risco estava associada à ocorrência de assassinatos no bairro – o último na semana anterior à nossa entrevista, de acordo com Reginald – e ao uso de drogas na rua à plena vista. Um dos usuários – de nacionalidade brasileira – abordava Reginald frequentemente para pedir dinheiro, ao que ele consentia por temer sofrer represálias. Já a relação com os vizinhos não seria conflitiva, a única queixa de Reginald era o fato de uma das vizinhas não responder seus cumprimentos de bom dia, o que o incomodava.

Um dos poucos interlocutores haitianos que disse gostar de morar no bairro foi Willy. Ele morava com uma irmã, um irmão e dois amigos que os receberam em Encantado. Sua esposa, que o acompanhou na migração, foi hospedada em outra casa

por amigos, pois não se dera bem com os anfitriões de Willy. Apesar de reconhecer a má fama do bairro, Willy disse que se sentia seguro tanto lá como no resto da cidade, explicando que nunca presenciara nenhum ato de violência. Nesse sentido, Willy contou que recomendaria a cidade a outros conterrâneos, mas alertaria sobre a falta de trabalho, já que estava desempregado há seis meses, embora mantivesse a esperança. Considerando a experiência de Willy em outros espaços de mobilidade, que foi marcada por ameaça, violência e discriminação, compreendemos o otimismo que demonstrava diante de adversidades, uma mostra de sua resiliência. Em busca de melhores condições de vida, trabalho e remuneração, Willy deixou o Haiti para viver na República Dominicana, onde permaneceu por quatro anos, até decidir investir na imigração para o Brasil. Embora o país vizinho oferecesse melhores oportunidades de emprego em relação ao Haiti, Willy e sua família sofreram com a criminalidade e os atos generalizados de xenofobia e racismo, chegando a testemunhar assassinatos de compatriotas. Durante o itinerário migratório ao Brasil, no fim de 2012, Willy foi extorquido por policiais peruanos, que subtraíram todo o dinheiro que carregava consigo – 800 dólares – sob ameaça de agressão, deixando-o sem um tostão nos cinco dias restantes de viagem, o que o levou a passar fome. Na Bolívia, ele viu um companheiro haitiano ser intimidado por outro policial, que utilizou ofensas de cunho racial. Depois de vinte e dois dias de viagem²⁹¹ árdua e onerosa, Willy entrou no Brasil pela fronteira de Rondônia, instalando-se em Porto Velho. Lá ele ficou por nove meses desempregado, o que levou a retornar ao Haiti. Não obstante o fracasso da primeira experiência migratória no Brasil, Willy decidiu tentar novamente três anos depois, em setembro de 2016. Dessa vez, com o visto humanitário em mãos, Willy fez a viagem²⁹² de avião na companhia de sua esposa e sem os percalços do deslocamento terrestre na fronteira. Outro avanço importante, Willy teve recurso à rede social de contatos de haitianos estabelecidos em Encantado, conseguindo que dois amigos se dispusessem a recebê-lo e ajudá-lo. Os múltiplos esforços e investimentos aplicados por Willy e sua família no projeto migratório coletivo com destino ao Brasil, aliado à experiência de extremo sofrimento na República Dominicana, devem ter influenciado na disposição de acomodação às condições de vida de Encantado. Em outras palavras, todas as fichas da

²⁹¹ Willy seguiu a rota República Dominicana-Colômbia-Ecuador de avião, completando a viagem de ônibus do Ecuador ao Peru e de lá para a Bolívia, atravessando a fronteira pelo estado de Rondônia. Vale ressaltar que esse trajeto não foi muito utilizado pelos haitianos, além de ser dispendioso: Willy relata que gastou aproximadamente 2.400 dólares.

²⁹² Dessa vez, com a adoção da via migratória regular, Willy gastou 1.800 dólares com deslocamento.

família foram gastas ali e, sem alternativas melhores, eles tinham de fazer dar certo, o que os deixava mais vulneráveis naquele contexto.

Se a informalidade dos contratos verbais de locação de casas em Navegantes era considerada uma vantagem para os haitianos, ela também tinha suas dimensões negativas. Vale ressaltar que a informalidade era a situação mais comum, mas também havia locadores que ofereciam um contrato escrito para ser assinado. Apresentarei dois casos que indicam a insegurança jurídica a que eram expostos os haitianos nessas situações. Enquanto conversava com Robenson em sua casa, meu anfitrião recebeu a visita inesperada de uma amiga, que aparentava estar extremamente aflita. A conversa que tiveram em *créole* foi resumida posteriormente por Robenson, que me contou que o proprietário da casa alugada por sua amiga demandou que ela saísse o quanto antes, sem espaço para negociação, por isso o desespero em encontrar uma nova casa com urgência. Robenson acreditava que o motivo do “despejo” foi o fato de sua amiga não ter consentido em pagar o aluguel adiantado como solicitou o dono da casa em uma ocasião, pois ela não tinha condições de fazê-lo antes de receber o salário. Ou seja, ele quis alterar arbitrariamente a data de pagamento do aluguel, que era feita regularmente no dia dez, e como não obteve sucesso, rompeu o contrato como represália, sem oferecer o prazo mínimo de trinta dias para que a locatária encontrasse outra casa. Outro caso que observei foi semelhante. Um dos meus alunos, Patrick, contou que teve de mudar da casa em que morava no bairro de Navegantes com certa urgência, pois a locadora vendera a casa sem alertá-lo sobre a negociação com antecedência. Como não tinha um contrato escrito, ele se desdobrou para encontrar uma nova casa e realizar a mudança em apenas dez dias. Acabou que a mudança forçada teve um lado positivo, pois Patrick iria receber o seu irmão e o cunhado da esposa, que, ademais, estava grávida e, portanto, precisavam de mais espaço. Em maio de 2017, eles estavam morando em uma casa alugada de três quartos no bairro de Navegantes, com contrato ainda não formalizado, mas a dona – que morava nos fundos do lote – se comprometera a apresentar os papéis em breve.

Vimos que as queixas dos haitianos em relação às condições de vida no bairro Navegantes eram relacionadas à sensação de insegurança gerada pelo alto índice de criminalidade e violência na área. Em relação à convivência com vizinhos encantadenses os relatos geralmente eram positivos, no sentido de ser incomum a ocorrência de conflitos ou enfrentamentos diretos entre os grupos. O único tipo de reclamação era em relação ao uso de som alto em festas até altas horas por alguns

vizinhos, que perturbavam a rotina de descanso e sono nos fins de semana. Outros falavam de certa indiferença de vizinhos brasileiros, que não os cumprimentavam, segundo parte dos interlocutores haitianos.

Para compreender a percepção dos moradores estabelecidos do bairro de Navegantes, entrevistei vinte²⁹³ encantadenses, além das incontáveis conversas informais no decorrer no campo, das informações obtidas através de investigação documental em jornais locais e da observação participante. Optei por entrevistar moradores do bairro de Navegantes por considerar que eles provavelmente teriam maior experiência de convívio com os imigrantes haitianos, já que muitos eram seus vizinhos. Além disso, muitos moradores de Navegantes eram funcionários do frigorífico que empregava a maior parte dos imigrantes caribenhos. Meu objetivo era investigar em que medida a convivência na vizinhança entre gaúchos e ítalo-gaúchos, de um lado, e imigrantes haitianos, de outro, possibilitaria a desconstrução dos pré-julgamentos na forma de estigmas e representações do outro como negatividade e carência absolutas, que eram atribuídos de forma generalizada ao grupo étnico-racial dos haitianos. As observações de campo e os discursos dos atores sociais apontaram para a reprodução de dinâmicas de segregação mesmo no interior de espaços socialmente marginalizados, como o bairro de Navegantes. Segue a visão de Seu Antônio, que é aposentado, sobre a convivência com os haitianos no bairro Navegantes:

“Pra dizer a verdade, a gente não tem, não convive com eles [haitianos] né.[...] Eles estão no mundinho deles, a gente aí, que nem eu disse, a gente passa, cumprimenta, tudo numa boa, não tem nenhum problema. Ninguém incomoda ninguém.” (Antônio, 30/07/17).

Seu Antônio tinha vários vizinhos haitianos, cuja interação se resumia a saudações e cumprimentos amigáveis e umas palavras trocadas no portão de casa. Somado a isso, ele observava o comportamento dos seus vizinhos no dia a dia, significando parte dele como “cultura” ou “costume” do “povo haitiano”. Outros entrevistados relataram situação semelhante de convivência amistosa, porém distanciada:

“Eles [haitianos] não conversam. A única coisa que a gente vê é o 'bom dia', o 'boa tarde'. E a comida deles tem muito cheiro de pimenta. A comida deles é bastante apimentada.” (Amélia, 30/07/17).

²⁹³ Do total, 9 eram mulheres e 11 homens, os quais responderam a um questionário semi-estruturado.

“Sim [já interagi com vizinhos haitianos], mas através de gestos assim né, porque eles pouco entende a gente. [...] Eles perguntam alguma coisa, a gente tenta, até dá pra responder alguma coisa pra eles né.” (Rosa, 30/07/17).

“Assim, eles [os haitianos] são muito educados, sinceros. [...] A única coisa é que eles [os haitianos] não gostam muito de se misturar com os brasileiros. Eles ficam na deles e acabou.” (Joaquim, 30/07/17).

Dos vinte entrevistados, nove demonstraram ter uma convivência mais íntima com imigrantes haitianos. Uma trabalhava no frigorífico e tinha colegas de trabalho haitianas, que se tornaram suas amigas. Ela também era muito próxima de uma vizinha haitiana, que considerava sua amiga, e a ajudava a cuidar de sua filha, um bebê de colo. Outro caso era de uma família encantadense – pai, mãe e filha – que acabaram “apadrinhando” a filha da vizinha haitiana, com quem conviveram diariamente. Eles contaram que sofreram muito com a partida da família haitiana, especialmente da menina. No caso de Gilda, a dona de um brechó, a convivência ocorria principalmente através do dia a dia no seu estabelecimento, já que muitos dos seus clientes eram de nacionalidade haitiana:

“Eu fiz muita amizade com eles [haitianos]. Então se eu estou na rua ou se eu estou no supermercado, eles gritam: 'mãe, mãe!' [risos]. Todo mundo olha. [...] Mas eu não tenho preconceito nenhum com eles [haitianos], eu gosto. Vivo com elas [haitianas que frequentam o brechó]. A gente se dá bem com todas que tem. Elas vem aqui fazer amizade com nós. Desde o comecinho. Tem gente que já tá há quatro anos aqui. Eu acho que... eu digo que aqui é o brechó do Haiti, porque elas me enxergam na rua, gritam, todo mundo me conhece.” (Gilda, 01/08/17).

De acordo com o relato de Gilda, várias das suas clientes haitianas se tornaram suas amigas. Além disso, sua irmã criava uma menina de ascendência haitiana, cuja mãe a deixou em seus cuidados temporariamente²⁹⁴ para tentar entrar nos Estados Unidos através da cidade de Tijuana, no México. Outro caso singular foi o de André, um senhor que alugava várias casas no bairro Navegantes para imigrantes haitianos. Conversei com ele, sua filha e sua neta, que contaram manter relações de amizade com várias famílias haitianas. Nas palavras de André:

“A gente é muito amigo deles [haitianos], tem bastante gente que moram nas minhas casas. Quando veio assim pra Santa Cruz, Polícia Federal, eu já levei mais de 70 pra lá, que eu conheço, pra fazer carteira, fazer passaporte. [...] Tá sendo uma experiência muito grande, a convivência grande com pessoas educadas, me cumprimentam, me chamam de pai. E eu fico feliz da vida por isso. Que eles têm uma boa educação. [...] Eu fui padrinho de um gurizinho [haitiano]. A convivência é muito grande, a amizade. Muito boa. Pra mim, ótima.” (André, 30/07/17).

²⁹⁴ Segundo Gilda, houve um acordo de guarda provisória junto à vara de família da cidade.

A experiência de André e de sua família com grupos haitianos não se restringia aos negócios imobiliários, alcançava a intimidade do lar a partir de interações cotidianas. A maior parte das famílias encantadenses não acumulava experiências do tipo, mantendo-se alheias aos espaços domésticos haitianos. Nessas situações, o “não incomodar” era valorizado pela sociedade encantadense, ou seja, não interferir negativamente na rotina das casas de moradores já estabelecidos na cidade, como indicam as falas seguintes:

“Eu convivo com família haitiana aqui. Faz seis anos aí que tem. Não posso fazer queixa deles. Aqui tem uma semana que a gente não vê ninguém. Não incomoda. Tudo, sem problema nenhum.” (Genuíno, 30/07/17).

“Eles ficam na deles né, não se misturam, nenhuma incomodação.” (Joaquim, 30/07/17).

“Já morou [haitiano] aqui pertinho [da minha casa], nunca incomodaram.” (Rosa, 30/07/17).

“Eu tenho uma vizinha haitiana. São queridos assim, a guriazinha... E ela já vai sair daqui, é bem querida, sabe, não incomodam, não são nojentos, nem nada.” (Juliana, 30/07/17).

Nesse sentido, o relativo isolamento das famílias estrangeiras também é considerado como virtude do grupo, ou seja, algo que os qualifica aos olhos da sociedade envolvente: “*tem uma semana que a gente não vê ninguém*”; “*eles ficam na deles*”; “*não se misturam*”, em suma, não incomodam. Em outras palavras, afirmar que os estrangeiros recém-chegados “não incomodavam”, nesse contexto, significa dizer que a ordem da sociedade não foi abalada apesar das mudanças demográficas, socioculturais e econômicas suscitadas com a absorção dos fluxos migratórios de haitianos. Em suma, o ato de não incomodar é associado a uma condição de relativo isolamento do diferente, em que os efeitos potencialmente nocivos de sua presença não são sentidos pelos grupos dominantes. No contexto de Encantado, determinadas atitudes eram consideradas incômodas pelos moradores estabelecidos: música, vozes ou som alto em horários inadequados; e acúmulo de sujeira e de lixo na vizinhança. Dos vinte entrevistados, apenas dois se queixaram da convivência com vizinhos haitianos por causa de barulho:

“O comportamento deles [haitianos], que eu achei assim que eles não procuram, não respeitam muito o... como é que se diz? O sossego público, na minha ideia, não respeitam muito. Fora isso, não tem nada. Cada um vive sua vida. Graças a Deus eu não me incomodo com ninguém. Uma vez tinha uns haitianos que faziam festinha ali na frente, mas pra mim aqui não me atinge. E também todo mundo tem direito de se divertir né, como nós temos, eles também tem. E se eles puderem, feliz deles que podem né.” (Roberto, 22/07/17).

“É, eles [haitianos] fazem muito barulho com som né. Música alta. Mas eu falei que tem que ter respeito, senão não dá pra viver perto. Daí eles pararam, nem ligaram mais. É mais quando eles fazem festa mesmo né, aniversário, aí é uma barulheira só [risos].” (Gilda, 01/08/17).

Na visão de Roberto, os imigrantes haitianos teriam o hábito de não zelar pelo sossego público, mas no fim ele suaviza sua crítica, defendendo o “direito” à diversão. De forma semelhante, Gilda inicia seu discurso atribuindo comportamento ruidoso aos haitianos como coletividade, mas depois associa os excessos a ocasiões especiais, como festas. Cabe ressaltar, que há uma percepção generalizada de que o modo de falar haitiano na língua nativa, o *créole*, seria naturalmente alto e ruidoso, assemelhando-se a discussões coléricas, afloradas de emoções, mesmo em situações absolutamente corriqueiras do trato do dia a dia. Tendo em vista esse contexto, determinadas formas de uso do espaço público por grupos de haitianos causaram estranhamento:

“Antônio: Em cada esquina era três, quatro haitianos. Cada esquina, cada esquina, era três, quatro deles, sabe. Não é que nem a gente, a gente sai daqui, vai pro centro, volta, mas eles não. [...]

Geraldo: Eles conversam na rua, mas parecem que estão brigando.

Antônio: Eu acho que eles usam aqueles, o telefone, mas usam o fone né, então eles ficam conversando "blablabla". Quando um vê o outro, assim de longe, eles já vão cumprimentando, conversando, já de longe sabe.

Geraldo: Eles falam com o pessoal deles lá.

Antônio: É a única coisa que não tem, porque nós assim, nós brasileiros, nós vamos assim quatro, cinco assim e fica um burburinho, papati papapá. Eles não, eles tudo quanto é esquina tem quatro, cinco deles, sabe.

Paloma: Aqui [os encantadenses] tem mais costume de conversar na praça, na frente de casa?

Antônio: Isso, em casa. A gente não tem costume de sair e ficar numa esquina, pá pá, sabe. A gente fica em casa ou vai na casa de um amigo, um parente. Eles não, não sei como é que era no país deles né.

Geraldo: É tudo amontoado, tudo...”. (Antônio e Geraldo, 30/07/17).

Os hábitos dos haitianos de se deslocarem em grupos e de se reunirem em esquinas para conversar foram significados por moradores estabelecidos de Encantado como características étnicas distintivas do grupo. Segundo Fernando Diehl (2017), situação semelhante ocorria em Lajeado, cidade vizinha a Encantado, pois verificou que os estabelecidos percebiam o costume de andar em grandes grupos e de falar alto como características distintivas dos haitianos, não somente em relação aos lajeadenses de origem europeia, como também da minoria negra local. Em Encantado, os espaços domésticos – e determinados espaços públicos fronteiriços com a intimidade do lar, como as praças públicas – eram considerados ideais às práticas de sociabilidade pelos

ítilo-gaúchos, como defende o senhor Antônio. Os tradicionais filós²⁹⁵, costumes dos antepassados italianos, consistiam em confraternizações na casa de um anfitrião junto a familiares, amigos e vizinhos, ocasiões em que se rezava, cantava músicas italianas e compartilhava comidas e bebidas. As casas das famílias encantadenses ainda são centrais à reprodução das relações interpessoais, regidas pela afetividade e pela lógica da dádiva. Especialmente nos fins de tarde, era comum observar grupos reunidos nas varandas das casas e apartamentos ou mesmo nas calçadas enquanto conversavam, compartilhavam chimarrão e observavam o movimento das ruas. Do mesmo modo que as varandas das casas, as praças públicas eram intensamente utilizadas pelos encantadenses durante a semana, nos fins de tarde, e aos sábados, domingos e feriados durante todo o dia. Famílias, amigos e vizinhos, muitas vezes com a companhia de cães de estimação, ocupavam os bancos disponíveis e ainda preenchiam os espaços livres com cadeiras de praia dobráveis para acomodar mais e mais pessoas. As pessoas levavam seus kits de chimarrão, vasilhas com pipoca, garrafa de refrigerante e outros comes e bebes. As crianças costumavam brincar nas proximidades, ao alcance dos olhos dos pais, com bola, bicicleta ou patinete. Por vezes, se observava uma roda de violão cercada de jovens. Nesses espaços públicos amplamente apropriados pelos moradores estabelecidos de Encantado, de maioria branca, raramente se observava haitianos. Embora os discursos de Antônio e Geraldo retratassem a sociabilidade dos gaúchos e ítilo-gaúchos como restrita ao espaço da casa, as calçadas das maiores ruas comerciais do centro da cidade, como a Padre Anchieta, eram tomadas por grupos de moradores, especialmente os jovens, que não apenas iam e vinham, mas que se fixavam em diferentes alturas da via pública, nas calçadas. Em pé, sentados no meio-fio ou em cadeiras de praia dobráveis, uma multidão abarrotava as ruas comerciais nos fins de semana até altas horas da noite, o que era motivo de conflito com os moradores das proximidades²⁹⁶, que reclamavam do desrespeito ao sossego público. Nessas ocasiões,

²⁹⁵ Atualmente os filós são eventos públicos organizados anualmente pela Secretaria Municipal da Juventude, Desporto e Turismo nos diferentes bairros da cidade durante os festejos da Semana de Imigração Italiana como forma de resgatar as tradições culturais itálicas. Nesse sentido, os filós saíram dos espaços domésticos das famílias italianas para serem reproduzidos em espaços comunitários por iniciativa do poder público, que atua como financiador e guardião das tradições reconhecidas e celebradas como parte da história e identidade do município.

²⁹⁶ Os moradores do centro frequentemente reclamavam da sujeira deixada para trás, como latas e garrafas de cerveja, e principalmente da perturbação do sossego público, uma vez que a movimentação e efervescência dos grupos de jovens que ocupavam a Rua Padre Anchieta nos fins de semana se estendia até depois das 22 horas (Schardong, 2017). O uso abusivo do som de carros particulares, que ficavam estacionados com o porta-malas aberto perto dos grupos de jovens, era a maior queixa. Frequentemente o

os jovens tomavam chimarrão, refrigerante e cerveja, ouviam música através de som-automotivo, conversavam, flertavam e se divertiam. Nesse sentido, os espaços públicos não eram vivenciados pelos encantadenses como mundo das relações impessoais, pois eram recriados através de práticas locais como ambientes caseiros, familiares e pontos de encontro de amigos e de vizinhos. Se a apropriação das esquinas de ruas da cidade, principalmente do bairro Navegantes, por imigrantes haitianos causava estranhamento e até desconforto por parte dos moradores estabelecidos de Encantado, não era pela “novidade” da conversão do espaço público em espaço de sociabilidade, de compartilhamento de experiências e informações e de reprodução dos laços familiares, de vizinhança e de amizade. Isso já ocorria localmente. A verdadeira novidade era a ampliação da apropriação dos espaços públicos por grupos étnico-raciais marginalizados, como os estrangeiros negros de nacionalidade haitiana. No curso da interação, determinadas características culturais diferenciais foram atribuídas à etnicidade haitiana pelos gaúchos: o uso do *créole*, o modo de vivenciar o espaço público e a racialidade negra, mas não isoladamente. É o que afirma Roberto:

“Ah, o estilo deles [haitianos] é um pouco diferente. Eles falam mais alto... Tu vendo eles conversar, tu já vê, não é brasileiro. Agora se não estão conversando é brabo definir um do outro. [risos] Se tu não vê eles conversando, aí é brabo porque daí tu não sabe, porque moreno pra mim tem em todo lugar, né. Aí depois de ver o jeito que eles conversam, a gente já sabe quem é.” (Roberto, 22/07/17).

O uso exclusivo do *créole* nas conversas entre haitianos, seja nos espaços domésticos, nas esquinas, nos estabelecimentos comerciais ou no ambiente de trabalho, era visto com desconfiança pelos gaúchos, que muitas vezes se incomodavam por não compreenderem nada do que ali era dito. Outra característica associada ao modo de vida haitiano pelos gaúchos era o “viver amontoado”. Costumava-se dizer que os haitianos “se amontoavam” nas ruas e, da mesma forma, nos espaços domésticos:

“Aqui, aqui... os haitianos... Tem um, nessa casa aqui de dois pisos do lado aí. Tinha... Estranho que eles moram tudo junto assim, tudo amontoado [risos].” (Roberto, 22/07/17).

A forma de ocupação dos espaços domésticos atribuída à população haitiana era estigmatizada como anormalidade diante do modelo de unidade doméstica da família nuclear. Os imigrantes haitianos costumavam compartilhar a moradia – e o aluguel do imóvel – com outros conterrâneos, que não necessariamente apresentavam vínculos de

assunto era abordado por jornais locais, que repercutiam os depoimentos dos moradores das adjacências da Rua Padre Anchieta sobre os transtornos causados pelo barulho na área (Schardong, 2017).

parentesco. De forma semelhante aos encantadenses, os meus interlocutores dominicanos também acionaram o “gostar de morar tudo junto” como marcador étnico-racial dos haitianos, que os estigmatizaria, distinguindo-os dos seus conterrâneos, que “no máximo morariam em cinco pessoas”. Segundo os dominicanos, na República Dominicana os haitianos agiriam da mesma forma, alugando casas para alguns moradores oficiais e depois aumentando exponencialmente “até uns vinte”, tanto por receber outros adultos, como por terem filhos “descontroladamente”. Era uma caricatura deliberadamente exagerada para ridicularizar os haitianos, geralmente acompanhada de risadas. Diversamente, parte dos moradores estabelecidos reconhecia o compartilhamento da moradia como estratégia socioeconômica dos haitianos na sociedade de imigração:

“Então a facilidade deles é que eles se juntam em 7, 8 numa casa. Que nem o aluguel é 700, daí eles pagam 100 reais cada um e eles conseguem viver melhor né.” (Gilda, 01/08/17).

Dividir a moradia com um grupo maior de conterrâneos era uma estratégia comum adotada pelos haitianos para diminuir o custo com a habitação e, assim, viabilizar o envio regular de remessas à família no Haiti, o que era ainda mais fundamental no contexto de restrição econômica, de aumento do desemprego e de achatamento do poder de compra no Brasil. Já a contínua mudança dos integrantes dos espaços domésticos haitianos, que tanto aumentavam, quanto diminuía, era reflexo da alta mobilidade do segmento haitiano, constitutiva do seu modo de vida. Também estava associada às condições de acesso à moradia pelos imigrantes haitianos que, como vimos, era marcada pela instabilidade, seja nos contratos formais de locação de imóveis, seja nos acordos verbais informais.

Nos discursos dos estabelecidos, os estigmas associados a determinados espaços urbanos alimentavam as representações sociais negativas dos grupos que lá residiam, assim como eram reforçados e ressignificados por estas. No caso dos haitianos não foi diferente. Além da desvalorização do bairro de Navegantes, que repercutia em pré-julgamentos sobre os atributos morais de seus moradores, os haitianos sofriam os estigmas relativos às formas de ocupação dos espaços domésticos, que lhes eram particulares. O compartilhamento dos espaços de habitação por grupos de haitianos não restritos à família nuclear ou aos laços de consanguinidade e afinidade era visto como condição propícia à formação de sujeitos moralmente desajustados e perigosos. Larissa, uma educadora que trabalhava na creche de Navegantes, apontou o comportamento

supostamente “agressivo” de duas crianças de ascendência haitiana, de três e quatro anos, como uma tendência de todas as demais associadas ao grupo étnico-racial haitiano, que seria resultado do “contexto familiar” em que viviam – sobre o qual desconhecia, mas supunha ser superlotado, sem os cuidados de criação adequados e sem a devida imposição de “limites” – aliado às crenças e práticas culturais distintas. Para compreender o problema que enfrentava, a monitora tinha interesse em visitar as casas das famílias haitianas no bairro de Navegantes para conhecer as suas rotinas diárias, os hábitos culturais e o contexto de vida, mas o diretor da EMEI não encampou a ideia.

Assim que cheguei à creche²⁹⁷, a educadora Larissa estava contando a história da última “agressão” cometida por uma criança de origem haitiana, que chamarei de Ronald. Ele havia batido em uma criança da turma, que era restrita à faixa etária de 3 a 4 anos. Como sanção, Larissa mandou que ele sentasse e ficasse quieto, sem interagir com as outras crianças, ao que Ronald reagiu mordendo a professora. Outro caso foi o de Frantz, que apanhou uma “barra de ferro”²⁹⁸ e a usou para golpear um colega de classe. A situação ocorreu no instante em que a única monitora dessa turma, Larissa, foi ao banheiro com uma criança que estava passando mal. Larissa era responsável por uma turma composta por dezessete crianças brasileiras e duas “haitianas”, ou melhor, descendentes de haitianos, mas de nacionalidade brasileira. Os únicos “haitianos” da sala, Ronald e Frantz, seriam muito violentos – agrediriam os outros com socos, chutes e mordidas –, não interagiriam amigavelmente com as outras crianças, recusando-se a participar de brincadeiras em grupo, não saberiam dividir nada com os colegas, “tumultuariam” as aulas, desobedecendo aos comandos das atividades, e aparentemente xingariam os outros em créole quando contrariados. Como consequência, as duas crianças “haitianas” eram isoladas dos colegas, que interagiriam a partir da cooperação amistosa, e se agrediriam mutuamente. Em tom alarmante, Larissa concluiu: “Daqui há uns dois ou três anos, o que vai estourar de problema no primeiro [ano do ensino fundamental]! Imagina! Se está assim agora...”. Ademais, declarou que estava muito preocupada com “o tipo de ser humano que está formando”. E continuou: “Pensa no seu

²⁹⁷ Visita realizada em 2 de agosto de 2017.

²⁹⁸ Aparentemente ninguém questionou o fato das crianças da creche terem acesso a uma “barra de ferro” solta nas dependências da instituição e ficarem sem supervisão, ainda que por instantes. A contratação de funcionários em quantidade inferior ao mínimo necessário para atender o universo de crianças matriculadas na creche, que sobrecarrega as monitoras com tarefas e responsabilidades além de suas capacidades, e a falta de manutenção da estrutura física da escola são fatores que favorecem acontecimentos do tipo. Não me aprofundei nessas questões, as quais extrapolavam os objetivos da tese, entretanto, é evidente que o caminho não é culpar crianças de 3 a 4 anos por riscos a que foram expostas no ambiente escolar.

filho, tu formando alguém que pode dar um tiro ou uma facada!”. A educadora parecia acreditar que o comportamento enquadrado como “agressivo” das crianças seria um sinal de futura delinquência das mesmas, caso o problema não fosse resolvido a tempo, combatendo sua causa. Como hipótese, Larissa considerava a compreensão do “contexto familiar” como chave para normalizar o comportamento das crianças “haitianas”. Para ela, os familiares responsáveis falhariam quanto à imposição de limites às crianças, que – por isso – não saberiam aceitar ordens na creche, não seguiriam as regras e seriam avessas à disciplina escolar.

Embora o tal “comportamento agressivo” se manifestasse apenas em duas crianças haitianas do “Maternal B”, o comportamento era atribuído a todos os identificados como haitianos/ descendentes de haitianos. O raciocínio era o seguinte: como Ronald e Frantz frequentaram a creche desde o início e estavam se desenvolvendo assim, as outras crianças que estavam no “Berçário A e B”²⁹⁹, que eram majoritariamente de origem haitiana, tendiam a se comportar da mesma maneira, pois compartilhavam o mesmo “tipo de contexto familiar”, supostamente, as casas superlotadas, “com dez ou mais haitianos”. A percepção dos estrangeiros negros e dos seus filhos como potencialmente perigosos, apesar de não ser fundamentada na realidade dos fatos, era recorrente na cidade. Como explanado no capítulo II, um vereador do município reproduziu na tribuna a apreensão de parte dos moradores estabelecidos, que associavam a chegada dos imigrantes haitianos ao aumento da violência, da criminalidade e da disseminação de doenças, mesmo sem quaisquer indícios. Posteriormente, um pedido de desculpas fora feito à comunidade haitiana, mas a sombra do “negro perigoso” continuava à espreita no imaginário coletivo da sociedade encantadense: “o caos social ainda não fora implantado, mas e quando acabar os empregos para os haitianos, como eles irão se comportar?”. Com as crianças não era diferente, elas deveriam ser mantidas sob vigilância, além de serem normalizadas adequadamente para impedir o desenvolvimento do “potencial de periculosidade” atribuído à negritude e etnicidade haitianas.

Embora não tenha explorado a dinâmica de integração dos filhos de imigrantes haitianos na creche local – que merece investigação futura – adoto como hipótese o entendimento que o problema não estava no suposto comportamento agressivo das crianças, mas nas condições que dificultam a comunicação e o aprendizado da língua

²⁹⁹ O “Berçário A” tem crianças na faixa etária de 4 meses até 1 ano e 2 meses e o “Berçário B” tem crianças na faixa etária de 1 ano e 2 meses até 2 anos. Já o “Maternal B” tem crianças de 3 a 4 anos.

portuguesa. As crianças “haitianas” não se recusavam a participar das atividades³⁰⁰ pedagógicas por desobediência e falta de limites, mas por não compreenderem as regras do jogo e os seus sentidos. Sem o apoio de um tradutor, Larissa não sabia em que medida as crianças “haitianas” compreendiam os comandos, já que elas praticamente não se expressavam em português³⁰¹, mas em *créole*. Ao serem repreendidas por não cooperarem com as dinâmicas de sala, as crianças ficavam irritadas e reagiam, resistindo da forma que conseguiam se expressar naquele contexto, com o próprio corpo: mordendo, gritando, chorando ou batendo. Isso gerava um círculo vicioso, pois ao agirem assim, as crianças eram separadas das outras como forma de garantir a segurança delas e das demais, o que as deixava mais nervosas. Analisando a inserção das crianças migrantes vindas do Haiti em creches e escolas de Sinop-MT em 2015, Alexandre e Abramowicz (2017) indicam outros comportamentos associados à dificuldade de comunicação com professores, de aprendizagem e de compreensão das regras escolares: a timidez, o medo de errar que conduz ao silêncio e a obediência irrestrita aos professores. Esse tipo de comportamento tem mais chances de não ser identificado como problema pelas instituições escolares, já que tende a não impactar negativamente no desenvolvimento das atividades em sala de aula, mas é igualmente preocupante, pois indica a dificuldade de verbalização das crianças migrantes, de integração plena e de aprendizagem.

Devo ressaltar que parte da sociedade local se mostrava aberta à convivência com os imigrantes haitianos, aprendendo com o outro para além da gama de estereótipos negativos disseminados na mídia. Não obstante, notava-se a manutenção de um imaginário coletivo exotizante acerca do modo de vida haitiano, como aponta a fala de Gilda:

“Gilda: Aqui eles não estão fazendo o que eles faziam lá. Lá eles comiam até gato. Tu já comeu gato [pergunta para uma moça haitiana, amiga dela, que estava na loja] uma vez? G-a-t-o, miau? Ela não fala brasileiro [sic] ainda. Mas teve uns que me

³⁰⁰ A cooperação das crianças “haitianas” era maior nas atividades que consistiam em brincar livremente, sem maiores regras, como o uso de brinquedos. E as atividades preferidas eram individuais, pois a interação com os outros colegas era conflituosa, inclusive entre as crianças de origem haitiana. Elas acabariam chorando, gritando ou se agredindo, segundo a monitora. As atividades que exigiriam maior concentração, observação, controle e compreensão dos comandos, como desenhar, pintar ou montar um quebra-cabeça, que são desenvolvidas com as crianças sentadas, e outras mais passivas, como assistir a um desenho na TV, a um teatro de fantoches ou ouvir uma história, não cativavam a atenção das crianças “haitianas”. Essas preferências são indícios de que a dificuldade de compreensão da língua portuguesa tornava certas atividades mais desinteressantes e sem sentido às crianças “haitianas”.

³⁰¹ As crianças não falariam frases completas em português, ainda que simples, como 'tia, não quero isso', 'estou com fome/sede/dor/sono/cansada'. Elas apenas apontariam as coisas e diziam palavras isoladas em português, como 'não', 'xixi', 'água' e 'carne'.

contaram que comiam. Logo que chegaram aqui em Encantado tinha gente apavorada, porque andou sumindo uns gatos. E eles estavam dizendo que eram eles. Daí um dia eu falei 'olha, vocês nem inventam de comer os gatos das pessoas porque são de estimação né'. Aí eu acho que pararam, porque ninguém mais se queixou. [risos]

Paloma: A senhora ouviu isso de quem?

Gilda: Deles mesmos, aí um contou pra mim que eles comiam lá no país deles. Era normal comer gato.” (Gilda, 01/08/17).

De acordo com um interlocutor haitiano, Jameson³⁰², no Haiti a carne de gato não é consumida normalmente pela população como um todo, mas por alguns segmentos. Imagens como essa, que causa intenso estranhamento diante dos costumes locais, se alastravam rapidamente pelo boca a boca. De acordo com as informações dadas por encantadenses, rumores alarmantes como esse – de que “os haitianos comem carne de gato e, portanto, os gatos domésticos estão correndo enorme perigo de serem caçados e abatidos para virarem alimento na mesa dos estrangeiros” – eram mais comuns no início dos fluxos migratórios de haitianos. O medo não era somente a antecipação de um choque de culturas, mas era igualmente efeito de um imaginário racista. Com o tempo, o alarme catastrófico em relação à presença haitiana na cidade foi diminuindo, uma vez que muitos dos temores não se concretizaram da forma como se esperava, como o extermínio dos gatos, o uso da rua como latrina para defecar e outros mais sérios, como o aumento dramático da violência, da criminalidade e da disseminação de doenças. Ainda sobre esse imaginário:

“Agora o que eles [haitianos] alegam lá [para justificar a migração], que não tem serviço [no Haiti] e que eu sei também, lá tem muitas doenças, né. Os haitianos eles não tem, quase não tem banheiro, é... tudo na rua, essas coisas assim né. É interessante que eles não tem banheiro, faz cocô na rua, essas coisas né. Inclusive umas pessoas comentaram que uns queriam fazer aqui também né, aí o pessoal já virou né, não pode né, na rua assim sabe, cocô na rua, essas coisas. Cada um tem seu banheiro né.” (Roberto, 22/07/17).

Ainda que o caos não tenha se instalado com a vinda dos imigrantes haitianos, como a sociedade encantadense antecipara, eles continuaram a ser vistos como potencialmente perigosos, independente da ausência de evidências. O enquadramento dos imigrantes haitianos em estado de suspeição permanente pela sociedade demonstra a eficácia dos parâmetros étnico-raciais e de classe na estruturação de relações de poder locais.

³⁰² Nas palavras de Jameson: “Tem gente sim que come gato [no Haiti], mas não é uma coisa que todo mundo faz. Quem come gato? Vamos dizer... sabe aquelas pessoas, quando eles bebem muito, tipo... tem gente que se acostuma comendo, mas na verdade quem come mais o gato, quem pega como uma coisa normal de comer gato é as pessoas que bebem. Quando estão bebendo cerveja, cachaça, essas coisas, daí eles acostumam matar o gato, depois cozinhar e comer. Mas não é uma coisa que todo mundo faz lá no Haiti. Algumas pessoas sim fazem isso, comem gato.” (04/10/18).

Vimos que a fofoca funcionou como um poderoso instrumento de estigmatização, que obstou o acesso dos recém-chegados haitianos à moradia, especialmente aquelas mais valorizadas pela localização na cidade, como no bairro Centro, ou pela qualidade da estrutura e do seu estado de conservação. Em célebre estudo realizado nos anos 50 em Winston Parva, nome fictício dado a uma comunidade suburbana situada nos arredores de uma cidade industrial da Inglaterra, Elias e Scotson estabelecem orientações sobre a fofoca como objeto de reflexão sociológica:

“A fofoca, em outras palavras, não é um fenômeno independente. O que é digno dele depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias. A imagem negativa do loteamento, que levava os “aldeões” a perceberem como um mexerico bem-vindo qualquer incidente que servisse de confirmação dela, era o inverso da imagem positiva que eles tinham de si mesmos. O uso comum nos inclina a tomar por “fofocas”, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estruturalmente, porém, a fofoca depreciativa [blame gossip] é inseparável da elogiosa [pride gossip], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica. Uma comparação das fofocas da “aldeia” com as existentes entre os moradores do loteamento mostrou com muita clareza como era estreita a ligação entre a estrutura da fofoca e a da comunidade cujos membros a difundem.” (Elias e Scotson, 2000, p.95?).

A dinâmica da fofoca e a sua estrutura não são aleatórias, como alertam os autores, mas exprimem e, se eficazes, reforçam as hierarquias de poder locais, naturalizando as desigualdades existentes entre os estabelecidos e os outsiders, que – no caso etnográfico em tela – são de ordem social, econômica, étnico-racial, de gênero, de cidadania e de status jurídico migratório. Para produzir tais efeitos, há uma filtragem do que é considerado interessante para ser divulgado pelos moradores locais estabelecidos. Geralmente, são selecionadas imagens positivas de membros do próprio grupo, usadas para representá-lo como virtuoso, enquanto se escolhe as imagens mais negativas dos recém-chegados que, mesmo sendo referentes a casos singulares, são veiculadas como se confirmassem a desonra de todo o grupo. É nesse sentido que os autores identificam a complementaridade entre as fofocas elogiosas e as depreciativas, já que elas atuam conjuntamente na manutenção da ordem das micro-relações de poder locais.

A dinâmica dos mexericos laudatórios e depreciativos estava a serviço da confirmação das virtudes civilizatórias superiores e dos valores morais reivindicados pelos ítalo-gaúchos. Vale lembrar que na região sul-rio-grandense e, em menor medida, até mesmo nacionalmente, os colonos europeus são representados como heróis civilizadores que desbravaram a natureza selvagem, venceram inúmeras adversidades sem auxílio externo e, com trabalho duro e persistência, implantaram o

desenvolvimento nos campos e no meio urbano, sendo considerados os principais responsáveis pelo progresso das áreas em que se fixaram. Essas qualidades atribuídas aos imigrantes europeus, especialmente às famílias pioneiras que participaram do processo histórico de colonização da região Sul, são reivindicadas pelos ítalo-gaúchos, que ora as veem como virtudes “de sangue”, ora como “étnicas/culturais”, mas de todo modo como carisma do grupo. Dentre os símbolos de distinção étnica dos ítalo-gaúchos, uma série de valores morais é comumente mobilizada: a crença no trabalho duro como valor, o capricho nos afazeres³⁰³, o empreendedorismo, a racionalidade econômica, o espírito comunitário e de cooperação mútua, a moralidade, o caráter ordeiro, a honestidade, a fé católica e a família como pilar da sociedade. Já que centrais à afirmação da superioridade dos moradores locais estabelecidos, uma parte significativa desses valores morais é frequentemente negada aos recém-chegados haitianos através dos estigmas que lhes eram impostos, sendo excluídos assim do carisma único dos ítalos-gaúchos.

Ao mesmo tempo em que a cidade se representava como “forjada na têmpera do homem que acredita no trabalho” – relembrando as palavras de Ferri (2007, p.12) sobre os fundadores de Encantado – não reconhecia essa mesma “fibra” em qualquer tipo de imigrante. Os atuais não estariam dispostos aos mesmos “sacrifícios”, já que era dito que “escolhiam serviço”, não se empenhavam devidamente nas atividades, diminuían o ritmo (o chamado “corpo mole”), se recusavam a executar trabalhos mais pesados e, em suma, já não confiariam no próprio esforço como meio determinante de ascensão social. É importante dizer que a realidade não correspondia a essas ideias e crenças difundidas a respeito dos haitianos, uma vez que eles assumiram – ao lado de um segmento empobrecido de moradores locais – as funções mais extenuantes, desagradáveis, arriscadas e mal remuneradas da região, a saber, o trabalho no abate de suínos, na desossa e no processamento dos derivados, que sofria com déficit de mão de obra. A persistência desses estereótipos que qualificam os haitianos como indolentes (ou “deitados”, no linguajar local) e “acomodados”³⁰⁴ é explicada em parte pela força do

³⁰³ Esses atributos são mais associados às mulheres ítalo-gaúchas, que se dedicariam às atividades domésticas, zelando pela limpeza, organização e estética da casa e do quintal, além do cuidado com as crianças. No contexto local, os descendentes de alemães são vistos como ainda mais caprichosos nesses quesitos, ostentando jardins e gramados impecáveis, o que seria reconhecido inclusive pelos descendentes de italianos.

³⁰⁴ Há uma série de direitos e serviços públicos acessados pelos estrangeiros que é vista pelos moradores locais, que gozam da cidadania nacional, como vantagens indevidas e excessivas, por supostamente não implicarem em contradádivas equivalentes de retorno. A conduta dos imigrantes que receberiam oferta de assistência por parte dos moradores locais já estabelecidos e de organizações da sociedade civil também é

ideário da meritocracia, que responsabiliza os pobres por não vencerem a condição de pobreza via esforço e trabalho árduo e condena as denúncias contra a condição de subalternidade imposta como “vitimismo”.

Parte significativa do conteúdo das fofocas elogiosas e depreciativas se refere, respectivamente: à autorepresentação da comunidade encantadense como extremamente solidária com os segmentos considerados mais necessitados, como os imigrantes haitianos, dominicanos e os indígenas Kaingang, aos quais são costumeiramente destinadas dádivas caritativas; e à representação atribuída aos haitianos como indignos da assistência gratuitamente ofertada, “ingratos” e “acomodados”, que não se esforçariam através do trabalho duro para superar a sua condição de pobreza, já que supostamente estariam “mal-acostumados” com as “facilidades” recebidas, eximindo-se, assim, de contribuir com o desenvolvimento da cidade.

Outro eixo de distinção elegido pelos ítalo-gaúchos era a adesão a valores tidos como civilizados, especialmente no campo das normas de conduta e de relação com o outro – como entre vizinhos – e da salubridade dos espaços domésticos e de uso comum. Os haitianos eram taxados pelos moradores estabelecidos de “barulhentos” e de “antihigiênicos”, o que dificultava a locação de imóveis na cidade por sujeitos identificados ao grupo étnico-racial dos haitianos, especialmente em se tratando de apartamentos em condomínios. Ao repreender os supostos comportamentos incivilizados dos imigrantes recém-chegados nas redes de fofocas, os moradores estabelecidos reforçavam a autoimagem virtuosa do grupo, que se apresentavam como caprichosos na manutenção e limpeza dos espaços domésticos, além de respeitáveis na vizinhança.

Já no âmbito da religiosidade cristã, embora as famílias dos italianos pioneiros se representassem como católicas, os moradores estabelecidos geralmente reconheciam a fé protestante dos imigrantes haitianos como um caráter positivo de suas identidades. Vale ressaltar que a religião evangélica estava em franca ascensão na região, especialmente nas periferias, como o bairro de Navegantes, onde se encontrava número significativo de igrejas e de fiéis. Sobre essa questão, seguem comentários de moradores

alvo de crítica, como demonstrado no capítulo III. No contexto da região sul-rio-grandense, é necessário considerar a força do imaginário do imigrante europeu pioneiro que, devido a sua habilidade de colonizador que acredita no valor do trabalho, teria sido capaz de construir as colônias agrícolas e as vilas, mesmo abandonado à própria sorte pelo Estado e “sem receber nada de graça”, “nem mesmo as terras”, que foram pagas em parcelas com o suor da labuta diária e muito esforço.

de Navegantes sobre as crenças e práticas religiosas dos haitianos tais como eram percebidas:

“A gente não sabe a religião deles, qual é que é, mas eles não incomodam. Tem uns que estão até indo na igreja que a tua mãe vai. Na Igreja Mundial. Eles não têm, assim, na normalidade tu pode cruzar por eles, eles dão adeus, tudo, não incomoda, não provocam briga. Eu acho que eles devem ter chance.” (Antônio, 30/07/17).

“Existe [diferença] na crença [dos haitianos], existe. Eles são mais evangélicos ou na língua deles, “*pwotestan*”. Procuram mais evangélicos do que a igreja católica. Bem mais.” (André, 30/07/17).

“Tem muitos deles [haitianos] que vão na mesma igreja que meu pai, evangélica. (Helena, 30/07/17).”

“Eles [haitianos] tem bastante fé. [...] Eles vão bastante pras igrejas evangélicas. E eles vão e cumprem né.” (Joaquim, 30/07/17).

Era comum ouvir elogios da população local em relação à religiosidade haitiana³⁰⁵, indicada pela frequência às igrejas evangélicas e pelo tempo dedicado aos cultos. Um morador de Navegantes inclusive afirmou que, em sua opinião, a vinda dos haitianos para o bairro ajudava a melhorar a moral da comunidade com o fortalecimento das igrejas locais, que se multiplicavam com a demanda. As orações e a musicalidade dos cânticos em créole e em francês, as quais ecoavam das igrejas, eram enaltecidas como “coisa bonita de se ver” por muitos encantadenses, que contrastavam essa conduta com o abuso de bebidas alcoólicas por parte dos moradores locais. De início nem mesmo se observava o consumo público de bebidas alcoólicas pelos haitianos, mas com o tempo – de acordo com encantadenses – uma parcela dos imigrantes passou a ser vista festejando nos fins de semana com música, comidas haitianas e bebidas alcoólicas, como cerveja e cachaça. Essa minoria era criticada pelos encantadenses como “maus imigrantes” que cederam aos vícios que se diziam comuns ao bairro de Navegantes. Conversando com enfermeiras do hospital da cidade, elas me disseram se preocupar com o aumento do consumo de álcool pela população como um todo, o que incluiria os haitianos, sendo que antes a abstinência era considerada uma característica distintiva do grupo. Da mesma forma, elas temiam o aumento dos casos de “doenças

³⁰⁵ Rosa Pereira (2017), que se debruçou sobre a experiência religiosa evangélica de haitianos no contexto migratório de Porto Velho-RO, identificou um tipo de discurso recorrente dos moradores locais que desqualificavam a experiência evangélica dos haitianos como farsa criada para serem aceitos socialmente. Embora não tenha encontrado esse tipo de narrativa em Encantado, devo ressaltar que não estabeleci relações de maior proximidade com a comunidade evangélica local, portanto, não a descarto essa possibilidade de antemão. Contudo, observei que a comunidade evangélica haitiana era convidada para participar de eventos religiosos na cidade e na região, que eram organizados por igrejas brasileiras. Nesse sentido, havia um reconhecimento dos haitianos evangélicos como irmãos de fé, também demonstrada pela cessão de espaços para cultos em créole por igrejas locais.

infectocontagiosas”, não devido à chegada dos haitianos, como muitos afirmavam, mas em consequência do “aumento da população pobre de Navegantes”, que concentrariam problemas como “alcoolismo, abuso de drogas ilícitas, violência e prostituição”. Segundo as profissionais de saúde, a maior exposição ao meio dessa área urbana marginalizada era considerada uma influência negativa, que faria dos seus habitantes um segmento mais propenso a adotar esses comportamentos de risco para a saúde. De outro lado, a maior parte dos haitianos acionava a fé protestante como marcador para delimitar a identidade distintiva do grupo, positivando-a frente a outros grupos aos quais eram atribuídos “hábitos mundanos”. Muitos haitianos se viam como mais virtuosos por seguirem os “ensinamentos de Deus” na vida diária, valorizando em seus discursos a coerência entre a fé e a conduta moral³⁰⁶. Os conterrâneos que não seguiam essa orientação moral eram excluídos da virtude do grupo, como exceções.

As dinâmicas de mobilidade dos haitianos

Um caráter que se destacou na representação que os encantadenses atribuíam aos imigrantes haitianos e, secundariamente, nas autodefinições dos haitianos, era a disposição à mobilidade no âmbito local, nacional e transnacional. O grau de fixação na cidade não era apenas um dado objetivo aos olhos dos encantadenses – especialmente dos empregadores e das imobiliárias, os quais tinham interesse direto no controle da mobilidade dos haitianos, como mão de obra ou clientela com compromissos contratuais – já que eles geralmente vinculavam qualidades morais aos mais “estáveis”, tais como: humildade, no sentido de submissão às autoridades e de resignação diante das condições de habitação e de trabalho; *ethos* de trabalhador, que valoriza o esforço árduo diário e demonstra perseverança em seus projetos de vida; ordeiro, que quer se estabelecer com a família em uma localidade; maior “racionalidade” na definição de projetos de vida, não se deixando seduzir pela “vida errante” atrás de “ilusões”, como salários mais altos em outras cidades, estados ou países, especialmente os mais desenvolvidos através de viagens “clandestinas” que comportam riscos.

Apesar da generalização da alta mobilidade como “hábito cultural” do Haiti, os agentes sociais que acompanharam de perto o processo de instalação desses imigrantes

³⁰⁶ Os meus interlocutores haitianos que se declaravam evangélicos consideravam como conduta cristã o não consumo de bebida alcoólica, a valorização da família e do casamento, o estudo da Bíblia, a rotina de orações e o respeito a um código de vestimenta feminino, como a proibição do uso de calças, o uso de vestidos e saias com comprimento no joelho ou abaixo e de roupas que cobrissem o colo e os ombros.

na cidade, como a representante do setor de Recursos Humanos do frigorífico que recrutou as primeiras turmas de haitianos, os voluntários da igreja católica que promoviam ações sociais para o atendimento dos estrangeiros e os donos do Hotel Paraíso, que prestaram o serviço de hospedagem aos funcionários haitianos, distinguiam perfis específicos a cada um dos três grupos recrutados. Era um consenso que o primeiro grupo recrutado “se adaptou mais” à cidade e ao trabalho na fábrica, o que se deduzia do fato de que muitos se mantiveram em Encantado, investindo na vinda de membros da família. Para Izabel e Eduardo, donos do Hotel Paraíso, esse grupo era composto por pessoas mais “humildes” e “trabalhadoras”, que queriam construir a vida na cidade. Em contraste, a terceira e última turma foi descrita como um grupo de haitianos mais “jovens” e “aventureiros”, que não se conformaram com as condições de vida que lhes foram reservadas no interior gaúcho. O segundo grupo foi situado em um ponto intermediário na escala de adaptação, comportando imigrantes que demonstravam graus distintos de acomodação e de insatisfação.

Parte dos moradores locais julgava a mobilidade haitiana, dentro da cidade e para além dela, como exacerbada, atribuindo sua causa à cultura haitiana, vista como um estilo de vida errante e inconsequente, como indico a seguir:

[Tião]: Eles [haitianos] mudam muito! Tipo, aqui tem dez, daí passou um mês quando você vai ver já estão lá no outro bairro. Quando tu vê sumiram pra Caxias, pra Porto Alegre, eles mudam muito de lugar pra lugar. [...] É isso que eu acho errado neles, porque eu acho que como eles estão vindo pra outro país, se eles se colocaram em Encantado, eles tem que ficar aqui. Se eles se colocarem em Roca Sales ou em Porto Alegre, eles tem que ficar lá.

[Jurema]: Em Lajeado tem bastante. Em Caxias e Porto Alegre.

[Tião]: Tem gente que veio e tem pessoas que voltaram [para o Haiti].

[Joacir]: Voltaram, mas uns foram pro México, outros pra Flórida, porque eles conseguem serviço em dólar. [...] Diz que por onde eles [haitianos e dominicanos] vão, tem muito rio pra passar, muita água pra passar, então daí eles fazem os comboio e se vão. Ele disse: 'Bah, mas eu não gosto de aventura'. É triste, é muita aventura... Ele tava me contando que não sabe em quantos que eles saíram pra ir e pra chegar lá, talvez nesse lugar lá [Tihuana, na fronteira do México com os EUA]. (28 de outubro de 2016).

A repreensão dos haitianos pela sua disposição à mobilidade era frequentemente expressa pelos moradores locais, como exposto acima. A instabilidade atribuída ao segmento haitiano era contraposta ao “amor à nova terra” idealizado como atitude definidora das famílias italianas pioneiras que não somente lá se estabeleceram, mas que são celebradas como as responsáveis pela fundação e pelo desenvolvimento econômico, social e cultural do município e da região do Vale do Taquari. Ou seja, nos discursos sociais dominantes a fixação dos imigrantes não era um valor em si, mas condição

associada ao modelo de colonização europeia, cujo sucesso idealizado era atribuído às virtudes étnicas reivindicadas pelos descendentes dos colonos europeus, como a vocação civilizadora e o pendor ao trabalho duro. Através de estudo de caso sobre as práticas de mobilidade dos colonos de origem europeia durante a fase final dos assentamentos no Vale do Itajaí-SC (1880-1930), Seyferth (1993) desmistifica as narrativas de idealização da fixidez do campesinato nas regiões de colonização do sul do Brasil, inclusive por parte da literatura especializada. De acordo com Seyferth (1993), devido à força do paradigma de sucesso dos empreendimentos coloniais na região, a maior parte dos estudos voltados ao tema em questão simplesmente ignorava a mobilidade do campesinato de origem europeia, cuja fixação na área era vista como a causa incontestada do seu desenvolvimento. Enquanto isso, outros autores que identificaram indícios da alta mobilidade do campesinato no interior dos assentamentos coloniais e em direção a outras frentes de expansão atribuíram esse fenômeno à “influência deletéria” do nomadismo supostamente inerente à cultura cabocla³⁰⁷, em referência às populações rurais nacionais, que carregavam o estigma da inferioridade étnico-racial e social. Embora seja um contexto distinto, onde a condição camponesa ainda era valorizada pelos colonos de origem europeia, é interessante observar as semelhanças nas estratégias de distinção étnica e de estigmatização do outro, como exposto por Seyferth:

“Na prática, a maioria daqueles que são chamados de caboclos pertencem ao segmento pobre do proletariado de Brusque, que vivem apenas do salário. Para eles, a prática agrícola é uma utopia. As condições objetivas de expropriação dos “tijucanos” [como eram identificadas as populações rurais nacionais que não haviam participado diretamente do processo histórico de colonização daquela região], portanto, não importam muito no contexto da desqualificação do caboclo, apontado como alguém sempre disposto a abandonar sua terra pela “ilusão do salário”, a trocar a agricultura por um “serviço mais leve”, a se mudar de um lado para o outro “deixando tudo por conta de Deus” (1993, p.55).

O ethos do trabalho e o enraizamento reivindicados como virtudes étnicas pelos descendentes de italianos ainda são acionados como mecanismos de oposição a outros segmentos, embora aqueles não sejam mais caracterizados como valores estritamente

³⁰⁷ Seyferth (1993, 1996) exclui a “caboclicização” dos colonos de origem europeia ou “aculturação para baixo” como causas da mobilidade do campesinato nas áreas de colonização do Vale do Itajaí, já que o contato com as populações rurais nacionais foi irrisório antes do movimento de industrialização da década de 30. Ela explica a mobilidade pela própria dinâmica de reprodução do campesinato no contexto de colonização, cuja estrutura inviabilizava a manutenção da condição de colono já na segunda geração, o que impulsionou os deslocamentos desses contingentes para zonas pioneiras e áreas urbanas.

camponeses. Seyferth argumenta que as condições objetivas de expropriação³⁰⁸ dos chamados caboclos não eram vistas como a causa de sua marginalização pelos colonos e pelo Estado, mas como sinais materiais da incapacidade à civilização dos caboclos, cuja indolência, irracionalidade e apego às supostas facilidades da vida errante os impediriam de tornar a terra produtiva e de assim contribuir para o crescimento do país. Da mesma forma, a alta mobilidade dos haitianos no contexto urbano sul-riograndense é julgada por parte da sociedade envolvente como caráter desqualificador, que implicaria na incapacidade de contribuição desses imigrantes para o desenvolvimento industrial da região.

É preciso considerar que a agilidade com que muitos haitianos reavaliam seus planos, investindo em novos deslocamentos antes não cogitados é – de fato – surpreendente aos olhos de quem está fora do universo da diáspora haitiana. Como argumenta Handerson Joseph (2015), as relações tecidas nos espaços sociais de mobilidade pelos haitianos são fundamentais para a contínua reelaboração das estratégias e dos itinerários migratórios dos sujeitos. Nesse sentido, mais do que a simples execução de projetos migratórios acabados, estes são continuamente remodelados em movimento através das interações, que atualizam redes de informações, ajuda mútua e solidariedade. Para situar o leitor quanto o grau de indeterminação dos trajetos migratórios, vale dizer que vários dos meus interlocutores haitianos confessaram que inicialmente não tinham intenção de vir ao Brasil e sim de se estabelecer em outros países, como República Dominicana, Equador, Uruguai, Guiana Francesa ou Chile, mas optaram pelo país depois de se decepcionarem com a experiência migratória e ou serem aconselhados por conhecidos que avaliavam as condições de vida no Brasil como melhores, seja em relação às oportunidades de trabalho, de estudo ou de acesso à moradia. A mesma constatação – a maleabilidade na definição do destino migratório – foi apontada por outros autores que analisaram a imigração haitiana em diversas regiões do país (Cavalcanti & Tonhati, 2017; Giacomini & Bernartt, 2017; Joseph, 2015; Oliveira, 2017; Pereira, 2017; Risson et al, 2017). Enquanto o desejo de emigrar geralmente se faz presente desde cedo na vida dos haitianos, o momento de partir e o destino que será adotado, em um primeiro momento, são relativamente imprevisíveis, dependendo do acesso a recursos econômicos, sociais e

³⁰⁸ Refiro-me à expulsão sistemática das populações designadas como caboclas ou indígenas das áreas de colonização que ocorria à medida que os lotes eram ocupados pelos colonos de origem europeia, além da incorporação tardia desse segmento como reserva de mão de obra à disposição das indústrias que se desenvolveram na região.

educacionais e da emergência de condições vistas pelos sujeitos como “oportunidades”. A mobilidade é, pois, estruturante na conformação dos projetos de vida dos haitianos, que veem a emigração como meio de reprodução do núcleo familiar e de ascensão econômica. Os relatos dos interlocutores haitianos indicam que a possibilidade de recorrer a uma rede de apoio nos espaços de mobilidade tem grande peso na tomada de decisão sobre o destino migratório, nem que seja somente um contato disposto a receber o recém-chegado, oferecendo-lhe abrigo e ou alimentação provisoriamente até encontrar um emprego e ser capaz de contribuir por si, além de orientá-lo quanto ao mercado de trabalho local, por vezes até indicando-o a uma vaga.

A esperança de ascender na hierarquia dos espaços sociais transnacionais é um motivador que não deve ser desprezado na compreensão da contínua disposição à circulação que caracteriza o segmento de imigrantes haitianos. Sobre as estratégias de ascensão adotadas por haitianos que se dispõem a novos deslocamentos, segue o comentário de uma encantadense:

“Se um [haitiano] diz [para outro]: 'Ah, vamos lá pro Balneário Camboriú?'. Ele: 'Já?'. 'Sim!'. Larga emprego e tudo e vão [embora]! E uma haitiana, que é a Jozeli, ela deixou a menina [filha] com a minha irmã. Um bebê, ela tinha um ano e meio, eu acho. Aí a minha irmã ficou até com medo, foi no juiz. Fizeram tipo uma guarda provisória. Aí ela disse: 'Ah, quero ganhar dinheiro, vou para os EUA'. Tipo, lá nem conseguiu entrar, ficou presa oito meses. Nós achava que ela até tinha morrido. Depois ela ligou pra minha irmã e disse: 'Tô sem nada, perdi tudo... Tive que nadar no rio, cruzar no mato pra poder chegar lá, nos coiotes'. Era uma loucura! E a Quica [a irmã] disse: 'Mas foi tu que quis né? Tu tava bem aqui, tinha tudo!'. E agora ela ligou, faz quinze dias que ela... que deportaram ela né? Tá lá no Haiti de novo. E a nenê já tá com quatro aninhos, coisa mais linda! E ela não quer a mãe mais, ela quer a Quica, imagina! A Quica nunca deu um tapa, nada, só carinho. Não sei quando ela vier.” (Gilda, 01/08/17).

Há uma moralização evidente da disposição à mobilidade, especialmente pela dimensão de imprevisibilidade que a acompanha. A decisão de investir em um novo projeto migratório considerado mais promissor é vista como atitude desarrazoada pelos moradores locais estabelecidos, pois se “largaria emprego e tudo” – inclusive filhos, como ressalta Gilda – por uma chance de adentrar espaços sociais altamente valorizados pela diáspora haitiana. É necessário compreender que a natureza desses projetos não é estritamente individual, mas coletiva. Em outros termos, ser capaz de sustentar financeiramente o núcleo familiar estabelecido no Brasil geralmente não era suficiente para configurar o sucesso da imigração, por vezes, nem seu mínimo satisfatório (De Paula, 2017; Itzigsohn, 1995; Joseph, 2017; Pereira, 2017; Risson et al, 2017). A maior parte dos meus interlocutores afirmou ser responsável por enviar remessas regularmente

aos seus familiares no Haiti ou na República Dominicana, que as empregavam geralmente como meio de reprodução de suas unidades domésticas (como custeio da alimentação, itens de higiene, vestuário e escolarização das crianças e adolescentes) e, em menor medida, como renda extra que viabilizaria investimentos associados a um projeto de ascensão socioeconômica. Consciente das obrigações sociais atribuídas pelas famílias haitianas aos membros que vivem no exterior, Irmã Efigênia nos apresenta outra visão acerca do caso³⁰⁹ da haitiana que deixou a filha temporariamente aos cuidados da madrinha brasileira para tentar ingressar nos EUA em 2016:

“E ela então deixou a menina ali e ficou acho que mais de seis, sete meses sem dar notícias. Aí todo mundo dizia assim, 'ah, ela deve ter ficado presa nos Estados Unidos, coisa assim né'. Mas anteontem eu soube que... Tem uma irmã dela que mora aqui e ela tava conversando com a irmã dela no Haiti. Aí eu soube que ela está lá [no Haiti], ela chegou e tá pensando em vim de volta, por causa da filha que ela deixou aqui. Então ela não ficou presa nos EUA. [...] Acho que foi deportada, deve ter sido, porque eu não perguntei muito a história. [...] Tá pensando em voltar, tu faz ideia. E ela tinha um emprego bom. Ela trabalhava no refeitório da Suíno Mais. E ela tinha sido promovida porque nunca tinha faltado o emprego. [...] Eu sei que ela... Não sei o que deu na cabeça, de um dia pro outro fiquei sabendo que a Jozeli foi embora. 'Mas que doida!' Pensei né. Verdade, ela estava bem, tinha emprego, mas eu imagino que ela ficou preocupada, porque veio a irmã dela com o marido, o namorado, sei lá, e vieram mais três, quatro pessoas. Então eles estavam sem emprego, todo mundo. E todo mundo vivendo nas costas dela. E penso que ela... sei

³⁰⁹ No universo haitiano é extremamente comum que crianças circulem, ao longo da vida, nas casas de diferentes familiares, que não apenas os pais, e de outros adultos não aparentados que assumem temporariamente a responsabilidade pela sua criação (Dalmaso, 2014; Joseph, 2015). Essas transferências informais de responsabilidade de um adulto para outro a respeito de uma criança, no interior da rede de parentesco e além dela, não se confundem com as adoções formais por não implicarem a cessão irrevogável dos direitos e deveres maternos e paternos através de um procedimento legal (Fonseca, 2006). Vimos que a necessidade de formalizar a guarda partiu da madrinha brasileira, que provavelmente temia enfrentar dificuldades burocráticas junto ao Estado em situações como: a matrícula da criança em creches ou escolas, atendimento em hospitais e eventuais viagens. Na sociedade haitiana, essas práticas não são sinônimo de omissão de responsabilidade dos pais, pois geralmente eles consideram que estão agindo corretamente ao oferecer, assim, melhores condições de vida aos filhos, como acesso à educação, sem abrir mão da identidade de pais e do vínculo com as crianças. Segundo Dalmaso (2014, p.123), as razões alegadas pelos haitianos para enviar suas crianças a outros lares são: garantir o acesso a melhores oportunidades de escolarização e ou profissionalização, geralmente associadas aos deslocamentos das áreas rurais aos meios urbanos ou, ainda, do Haiti ao exterior; dificuldades financeiras para sustentar os filhos; tragédias familiares; fortalecer vínculos, por exemplo, com a família paterna da criança, no caso de pais separados, o que aumenta as chances do genitor assumir parte do encargo financeiro da criação; entre outros. Apesar de comuns e amplamente aceitas no universo haitiano, as práticas de circulação de crianças comportam riscos, que são considerados pelos sujeitos envolvidos. Fonseca (2006) indica que os riscos antecipados pelos sujeitos são considerados potencialmente menores quando a circulação de crianças se mantém dentro da rede de parentesco, pois a circulação seria somente um termo inserido em um circuito contínuo e mais abrangente de reciprocidade, dificilmente desfeito. Nesse sentido, a transferência pode implicar conflitos relacionados a desencontros de expectativas quanto aos custos e benefícios envolvidos ou a reivindicações da identidade social de mãe por parte da receptora em detrimento da genetriz, assim como pode resultar em uma adição de referências maternas sem maiores tensões (Fonseca, 2006). No caso em questão, os riscos são grandes, pois a circulação da menina ocorreu não apenas fora da rede de parentesco, mas também em país estrangeiro, do qual a mãe se ausentou com intenção de tentar ingressar nos EUA e lá se estabelecer para em momento futuro retornar ao Brasil e reaver sua filha, levando-a consigo.

lá o que deu... Deixou o emprego e se mandou. E agora tá pensando em voltar.”
(Irmã Efigênia, 05/09/2017).

A pressão dos encargos depositados em Jozeli – como amparar os familiares recém-chegados que se encontravam desempregados – deve ser considerada no esforço de compreensão da mobilidade haitiana, sob pena de concluirmos pela irracionalidade das dinâmicas sociais de circulação e, assim, nos fecharmos aos sentidos dados pelos atores sociais. É precipitado concluir que Jozeli “tava bem aqui, tinha tudo!”, sem ampliar o olhar às obrigações contraídas em relação à família extensa. Perspectivas individualistas que consideram somente as responsabilidades do sujeito relativas ao sustento da família nuclear ignoram a centralidade da rede extensa de parentesco na organização doméstica haitiana e na viabilização dos projetos migratórios de seus membros. Os familiares que permaneceram no Haiti frequentemente foram responsáveis por financiar parcial ou integralmente os processos de mobilidade dos meus interlocutores haitianos, que adicionalmente empenhavam seus próprios recursos materiais. Por outro lado, muitos deles também contavam com a contribuição monetária de parentes que já se encontravam estabelecidos no exterior, não apenas no Brasil, mas nos EUA, Canadá, França e Guiana Francesa, aos quais costumavam recorrer em situações críticas de necessidade.

Tendo em vista esse quadro, há outras interpretações factíveis para a ação de Jozeli. Diante dos encargos excessivos que a continuidade no Brasil implicava, incompatíveis com o valor do salário que recebia, o engajamento em nova imigração aos EUA provavelmente foi visto como uma saída e, talvez, como oportunidade única naquele momento, em meados de 2016, com a mudança na conjuntura econômica e política de ambos os países. Desde 2015, a economia já dava sinais da crise que se aprofundava no Brasil: o aumento das fileiras de imigrantes desempregados e do tempo de reinserção no mercado de trabalho, a exemplo dos familiares de Jozeli; a diminuição dos postos de trabalho oferecidos aos imigrantes nas indústrias e na construção civil; e a disparada do dólar frente ao real, que minguava o valor das remessas enviadas aos dependentes no Haiti. Por outro lado, respondendo às mudanças nas condições de vida no Brasil, milhares de haitianos – empregados que solicitaram demissão, como Jozeli, ou desempregados – mobilizaram os recursos que conseguiram economizar durante o tempo de trabalho no país e decidiram ir atrás de melhores oportunidades em outros

países, destacando-se EUA e Chile³¹⁰ como destinos preferenciais nesse momento. Com a esperança de obter asilo nos EUA, milhares de haitianos atravessaram países das Américas do Sul e Central – como Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala e México – em direção à fronteira norte do México com os EUA, destacando-se o porto de entrada de Tijuana-San Ysidro, onde esperavam obter do Governo dos EUA uma indicação para solicitar asilo. Não obstante, raramente esse objetivo era alcançado. Segundo dados do Departamento de Segurança Interna dos EUA (Department of Homeland Security - DHS), o índice de inadmissibilidade das solicitações de asilo de cidadãos haitianos aumentou mais de 600% em 2016 (Baker, 2017), como indicado abaixo:

³¹⁰ No município de Encantado, a saída de grupos de haitianos que lá residiam com destino ao Chile era um fenômeno amplamente conhecido e comentado pelos moradores locais. Vários dos meus interlocutores haitianos tinham familiares, amigos ou conhecidos que seguiram essa rota em 2016, menos arriscada e dispendiosa que a imigração para os EUA, França ou Canadá. A estratégia migratória consistia em entrar no Chile como turista e munido de uma carta-convite escrita por um residente legal do país, com o objetivo de solicitar visto de residência temporária após obter contrato de trabalho, uma opção prevista pelas leis de imigração chilenas. Como exemplo, cito o caso da família de Jameson. Seguindo os passos de sua prima, que já estava estabelecida em Encantado, Jameson foi ao seu encontro em fevereiro de 2014. Após dois meses, ele conseguiu uma vaga no mesmo frigorífico em que ela trabalhava. Seu irmão mais novo, Pierre, chegou dois anos depois, no início de 2016. Após cinco meses desempregado e sem expectativas de ser contratado, seu irmão decidiu ir para o Chile, onde conseguiu uma vaga de trabalho já na primeira semana. Segundo informou ao irmão, Pierre recebia em pesos chilenos o equivalente a 400 dólares por mês, valor superior ao salário pago pelo frigorífico. Jameson chegou a receber convite do irmão para ir ao Chile, mas ele o rejeitou, pois acreditava que, apesar da recessão da economia brasileira, ele teria mais chances de acessar o ensino superior no país. Já o primo de Jameson, Jefferson, apostou que a vida no Chile seria melhor que as condições oferecidas em Encantado, saindo da cidade no fim de 2016. Influenciada por ele, sua namorada rescindiu o contrato de trabalho com o frigorífico com o objetivo de ir ao encontro de Jefferson no Chile. Entretanto, a decisão se mostrou equivocada, já que Jefferson resolveu voltar ao Brasil com apenas um mês de experiência no Chile. Os fluxos de saída observados em Encantado não eram únicos, mas refletiam uma tendência da diáspora haitiana. Em 2016, o Chile registrou um aumento acentuado da participação haitiana nos fluxos migratórios recentes e de curto prazo. Aqueles são indicados pelo número de primeiras solicitações de visto por parte de estrangeiros haitianos que ingressaram no Chile como turistas. Em 2016 foram registradas 35.277 solicitações, que aumentaram 72,3% no ano seguinte, alcançando a marca de 60.806 (Departamento de Extranjería y Migración del Gobierno de Chile, 2018). Já os fluxos de curto prazo são caracterizados pelas emissões de permissões de residência temporária, que tem validade de um a dois anos. Em 2016 registrou-se o montante de 23.750 vistos outorgados a haitianos, um crescimento de 167% em relação ao ano anterior (Dittborn & Valdés, 2017). Em 2017, foram concedidos 44.269 vistos temporários a haitianos, montante 86,4% superior a 2016 (idem). Com o aumento dos fluxos de haitianos para o Chile, a regularização da situação migratória se tornou cada vez mais difícil, já que escasseou os postos de trabalho de baixa qualificação com a acirrada concorrência. Segundo reportagem da Folha (Colombo, 2017), aproveitando-se das necessidades burocráticas dos haitianos, surgiu uma máfia de vendedores de contrato de trabalho no Chile, que cobrava de 120 a 500 dólares pelos documentos. Como indício das dificuldades recentes de integração dos haitianos na sociedade chilena, o Governo chileno anunciou, em novembro de 2018, a criação do chamado “Plano Humanitário de Regresso Ordenado” destinado aos cidadãos haitianos que queiram retornar ao país de origem de forma gratuita e voluntária através de aviões da Força Aérea Chilena (Departamento de Extranjería y Migración del Gobierno de Chile, 2018).

Ano Fiscal*	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Haitianos declarados inadmissíveis como asilados	2.959	1.746	1.439	1.562	1.097	968	6.974
Concessão de asilo afirmativo** a haitianos	669	819	632	444	473	346	100

Fonte: U.S. Department of Homeland Security.

* O ano fiscal se inicia em 1º de outubro do ano de referência até 30 de setembro do ano seguinte.

** De acordo com a lei de imigração dos Estados Unidos, o asilo afirmativo é aquele solicitado por estrangeiros nos pontos de entrada dos EUA, como aeroportos ou postos de verificação na fronteira, ou por haitianos que ingressaram nos Estados Unidos em um período não superior a um ano.

De maio a setembro de 2016, em média 1.200 haitianos por mês foram declarados inadmissíveis como solicitantes de asilo nos portos de entrada dos EUA, especialmente em San Ysidro (Baker, 2017). As detenções de haitianos aumentaram 390% em 2016, o que indica o alto índice de insucesso desses projetos migratórios, como foi o caso de Jozeli. Muitos haitianos apostavam na chance de receber autorização de entrada nos EUA através do acionamento de um tratado humanitário, o Status de Proteção Temporária³¹¹, que foi aplicado aos nacionais do Haiti após o terremoto de 2010, justamente com a ordem temporária de não deportação, com exceção daqueles que tivessem cometido crimes ou representassem ameaça à segurança nacional. Essa concessão de entrada não garantia a residência permanente ao fim do processo, apenas conferia regularidade à estada, com permissão de trabalho, enquanto o pedido de asilo era avaliado. Provavelmente, Jozeli considerou a imigração para os EUA naquele

³¹¹ Em 22 de setembro de 2016, o secretário do Departamento de Segurança Interna dos EUA divulgou uma declaração em que afirmava intenção do governo de suspender a ordem de não deportação de haitianos, alegando que condições extraordinárias causadas pelo terremoto de 2010 que impediam o Haiti de lidar adequadamente com o retorno de seus nacionais não existiam mais. A possibilidade de o tratado humanitário ser revogado a qualquer momento motivou milhares de haitianos a adiantarem à ida aos EUA, o que ocasionou uma situação de calamidade na cidade fronteiriça de Tijuana, com superlotação em abrigos para imigrantes. Com a passagem do furacão Matthew no Haiti, em outubro de 2016, o status de proteção temporária aos haitianos foi prorrogado, mas a política de deportação dos haitianos se manteve em relação àqueles detidos ao tentar entrar ilegalmente no país ou ao serem declarados inelegíveis após solicitar asilo nas fronteiras. No fim de 2017, a secretária de Segurança Interna dos EUA, Elaine Duke, anunciou a data de suspensão da designação de Status de Proteção Temporária (TPS) para o Haiti, que seria em 22 de julho de 2019. Com a ameaça de deportação, milhares de haitianos tiveram de decidir entre tentar entrar ilegalmente nos EUA ou se instalar em Tijuana, México, já sem recursos financeiros para reemigrar. Com o fracasso do plano de ingresso nos EUA, aproximadamente 3.000 haitianos ficaram em Tijuana, muitos destes sendo recrutados por fábricas que exportam para os EUA (Watson, 2018). No México havia a possibilidade dos haitianos regularizarem o status de imigração ou como visitantes por motivos humanitários, com validade de um ano, ou como refugiados por razões humanitárias, válido por quatro anos.

momento como uma saída: a chance de aumentar sua capacidade de contribuir com a família e, ao mesmo passo, de elevar seu status; e ser um motivo socialmente aceitável para se desvencilhar temporariamente dos custos de sustentar os familiares residentes em Encantado, investindo seus recursos antes de serem exauridos nessa situação crítica.

O fato do suporte econômico aos familiares ser uma obrigação amplamente aceita no meio haitiano está longe de significar que não existem conflitos e desencontros de expectativas associadas à maneira de ofertar e de dispor da ajuda mútua dentro da rede de parentesco. Nessa questão, Augustin conta sobre suas responsabilidades para com a família, a forma de distribuir esses encargos e as tensões envolvidas:

“Eu tenho uma grande responsabilidade. [...] Então eu paguei pra trazer a minha família. [...] Primeiro minha esposa. [...] E depois eu chamei uma irmã. Ali um pouco nós combinamos, a família, cada um ajuda e paga passagem pra um irmão. Depois, eu tenho um irmão, eu sou mais velho do que ele. Eu trabalho, pago passagem pra ele. E depois nós temos um cunhado. A família do irmão do meu cunhado paga passagem para o meu cunhado. Eles vêm pro Brasil por causa de mim, porque eu falei pra eles: 'Quer vim? Pode vim!'. Quando chegou no Brasil, arrumei serviço pra ele [o irmão mais novo]. Só quando vem mais um, mais um e acha que tá ruim agora. Ele acha tá ruim agora. Eu falei pra ele: 'Quando tu chegou no Brasil, eu falei, não é assim, a vida é assim! Vem pro Brasil, tu vai fazer um serviço diferente, não se importa?'. 'Faço!'. 'E depois tu faz dinheiro de passagem, tu volta.'. Eu falei pra ele: 'Eu não vou pagar passagem pra tu vim e depois eu mesmo que vou pagar passagem pra [você] voltar'. Eu falei: 'Se é complicado, fica trabalhando um mês, aí tu guarda dinheiro e tu vai voltar'. Eu falei: 'Eu trabalho pra ajudar pra pagar passagem pra você, pra voltar não é, tem que trabalhar pra voltar!'. E meu cunhado traz a mulher dele e assim minha irmã traz marido dela. Assim homem traz mulher, mulher traz homem. E assim o Brasil tá assim mesmo [risos].” (Augustin, 32 anos, 02/08/2017).

Como Augustin expõe, há deveres que são mais consolidados no seio da família, como a responsabilidade do irmão mais velho diante dos mais novos, enquanto em outros aspectos se admite negociações com maior flexibilidade. O entendimento acerca do grau de satisfação alcançado com a experiência migratória inclui a capacidade de investir na reprodução da mobilidade no interior da rede de parentesco e de honrar as dívidas – morais e ou financeiras – contraídas diante de familiares e outros membros das redes sociais de apoio. Sobre o dever de financiar a vinda de outros membros da família extensa, Julien nos explica:

"Eu fui passear, porque os haitianos gostam de viagem. Ah, meu Deus do céu, se os haitianos tiverem dinheiro, já conhecem o mundo! Eu fui viajar no Equador uma vez, passar oito dias só. Um país tranquilo, mas não dá para viver... Oh, se levar família, viver lá é bom. Leva família, viver é tranquilo, porque lá é tudo barato, casa para alugar, as comidas, tudo barato lá. Mas só o que aconteceu? Não tem trabalho! Mesmo os moradores desse país também ficam um pouco sem trabalho. Lá é bom

para viver, mas só com a família. Nem pensar se você tem uma família fora, nem pensar, porque você não vai conseguir dar nada!” (Julien, 29 anos, 05/03/2016).

É importante frisar que o sentido de “família” referido acima não é restrito à sua dimensão nuclear (pai, mãe e filhos), pois inclui membros que compartilham laços de parentesco em graus variados e agrega outros não necessariamente consanguíneos ou afins, como afilhados/madrinhas/padrinhos, vizinhos ou amigos. A colocação de Julien serve como lembrete de que a notória abertura dos haitianos para a mobilidade não é explicada integralmente pelas condições sociais, econômicas e políticas que inscrevem o Haiti no sistema-mundo capitalista via exportação de mão de obra barata, mas constitui simultaneamente um valor no mundo social haitiano. Além de ser um meio de lutar por melhores condições de vida, a mobilidade assume múltiplos sentidos para além das necessidades materiais, como o “gosto por viajar” e conhecer novos mundos. Estes sentidos foram cultivados ao longo da experiência histórica haitiana de circulação em escala local, regional e (trans)nacional.

Refletir sobre as dinâmicas de mobilidade haitiana no contexto etnográfico de Encantado se mostrou uma tarefa complexa, com numerosas nuances. Ao mesmo passo em que a população haitiana era alvo de diversas estratégias de controle da força de trabalho por parte da indústria frigorífica – desde o recrutamento na fronteira, o custeio da hospedagem nos meses iniciais, a política de inserção dos funcionários estrangeiros como consumidores no mercado formal de locação de imóveis e o condicionamento do usufruto da habitação à continuidade do vínculo empregatício –, ela desenvolveu estratégias de resistência para resguardar sua capacidade de circulação, como a opção pelos contratos informais de locação de imóveis; o compartilhamento da residência com outros inquilinos haitianos, sendo eles registrados ou não; o abandono simultâneo do emprego e do imóvel alugado e o acolhimento dentro das redes sociais de ajuda mútua.

Se o dispositivo de imobilização da força de trabalho está vinculado à exploração da condição de vulnerabilidade social, econômica e jurídica dos trabalhadores imigrantes e à intensificação da mesma, como argumentamos, não podemos ignorar o outro lado da moeda: a instabilidade e a alta rotatividade dos postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração, geralmente rejeitados pelos nativos. O aproveitamento da força de trabalho migrante pelos abatedouros e indústrias de processamento de carne não requer, pois, a fixação duradoura desse contingente, somente a manutenção de um fluxo suficiente para suprir as demandas de produção, adequando-se às oscilações do mercado, e para conter o aumento do valor do trabalho

nesse setor, com a geração de um exército reserva de mão de obra à disposição. Uma série de fatores como a necessidade de os haitianos sustentarem a si e à família que ficou no Haiti ou na República Dominicana, o dever moral de reinvestirem na mobilidade de outros membros da rede de parentesco e o interesse em acumular poupança contribuí para a submissão às condições de trabalho e de remuneração precárias (Risson et al, 2017), ainda que temporária, e para garantir a continuidade do fluxo migratório de trabalhadores. A rotatividade da mão de obra nesse setor, inclusive, representa certa vantagem aos empregadores, já que os operários sem especialização são literalmente consumidos pela rotina laboral da agroindústria da carne, com alto índice de adoecimento e de acidentes. A absorção de novos trabalhadores nas funções que não exigem qualificação não acarreta custos significativos ao empregador, já que a adequação à rotina e ao ritmo de produção exigidos depende mais do vigor físico e da própria prática de trabalho e não da oferta de cursos internos de especialização. Na última parte deste capítulo, demonstramos que a mobilidade continuou no campo de possibilidades dos haitianos que, com o acesso aos recursos mínimos necessários, geralmente após árduo esforço coletivo, não deixavam de se engajar em novas migrações avaliadas pelos sujeitos – em determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas – como mais promissoras quanto à empregabilidade, remuneração, condições de vida e ao acesso à educação e profissionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, os objetos de reflexão sobre os quais me debrucei não conformavam um sistema integrado de trocas de dons, mas sim múltiplos domínios da dádiva que se manifestavam nas relações entre os sujeitos haitianos em seus itinerários migratórios e diferentes instituições sociais, como os organismos multilaterais, os Estados-nações, a administração pública brasileira nos âmbitos federal, estadual e municipal, as empresas privadas, organizações religiosas e a sociedade envolvente. Longe de formar um conjunto harmônico, plenamente integrado, as práticas da dádiva que atravessavam o cotidiano dos imigrantes haitianos no contexto gaúcho, assim como em suas trajetórias de vida, nos são apresentadas através de uma multiplicidade de fragmentos sobrepostos que, enquanto se alinham em certos aspectos, se opõem em diversos outros. A depender da instância, surgem diferentes agentes sociais, mais ou menos dispostos à dádiva, e que nutrem expectativas distintas nas relações que estabelecem com os sujeitos haitianos, acentuando ora a dimensão da *generosidade* e da *partilha*, ora a da *superioridade* e da *dívida contraída*.

Se, por um lado, o Estado viabilizou o acesso dos cidadãos haitianos ao “visto por razões humanitárias”, por outro, não criou um conjunto consolidado e articulado de políticas públicas que garantissem os direitos integrais dos migrantes e a inclusão digna desse segmento na vida econômica, social, cultural e política brasileira. As iniciativas da administração pública – no âmbito federal, estadual ou municipal – com o objetivo de oferecer assistência aos haitianos não foram integradas, mas pontuais, e geralmente eram respostas tardias às situações emergenciais e calamitosas divulgadas pela mídia, às cobranças de associações e entidades civis e religiosas atuantes na recepção dos estrangeiros e às reivindicações dos sujeitos. Mesmo no ápice dos fluxos massivos de cidadãos haitianos em direção ao território brasileiro, essa população muitas vezes foi relegada à própria sorte pelos poderes públicos, dependendo em grande medida de ações da sociedade civil, como a assistência oferecida por instituições religiosas, organizações não governamentais e associações ou redes de ajuda mútua de compatriotas para o acesso temporário à moradia, alimentação e orientação quanto aos procedimentos de documentação, além do encaminhamento ao mercado de trabalho. No âmbito de Encantado, as orientações relativas à documentação dos estrangeiros foram oferecidas por leigos e religiosos da Igreja Católica, que – imbuídos pelo carisma Scalabriniano – se responsabilizaram voluntariamente pela organização de projetos sociais voltados ao

mesmo público, como as aulas de português gratuitas e as campanhas de doações que mobilizavam a comunidade local de moradores. De forma similar, estes últimos organizaram outras ações solidárias mais pulverizadas, de cunho independente, como na esteira das relações entre os estrangeiros recém-chegados e os colegas de trabalho, de igreja ou de vizinhança estabelecidos há maior tempo na cidade.

Mesmo se nos limitarmos somente à análise das ações (e omissões) do Governo – em suas diferentes instâncias – encontramos orientações conflitantes em relação à disposição de receber imigrantes e efetivamente incluí-los em sua agenda política. No caso em tela, as autoridades do município de Encantado não se viam como corresponsáveis por assegurar a integração dos imigrantes na sociedade local. Elas atribuíam essa obrigação à indústria frigorífica que recrutou as primeiras turmas de trabalhadores haitianos que se instalaram na cidade. Esta, por sua vez, não se interessava em iniciar uma nova dinâmica de fixação e povoamento na cidade, mas tão somente em cobrir o déficit de mão de obra, mais especificamente, aquela disposta a ocupar as funções mais penosas e mal remuneradas na cadeia produtiva local, que não eram suficientemente atrativas aos nativos. Ao deslocar seus representantes a outros estados a fim de oferecer vagas de emprego aos haitianos, a empresa estava interessada em ofertar a “oportunidade de trabalho” enquanto “dádiva” aos imigrantes. Em outras palavras, a empresa contava com a condição singular de maior vulnerabilidade dos imigrantes, esperando como contradádiva a subordinação voluntária destes ao regime de produção fabril, sem abertura a maiores questionamentos, como expressão de gratidão e do reconhecimento do valor moral do dom ofertado. A empresa empregadora entendia que os funcionários estrangeiros tinham “obrigação de se adaptarem ao Brasil”, já que “escolheram vir ao país”, aprendendo o português por iniciativa e esforço próprio, independente de suporte, incorporando as “normas” da empresa e mostrando-se disciplinados. Além do dom do emprego, cuja oferta foi levada até eles, e do custeio do deslocamento dos recrutados, a empresa Suíno Mais ofereceu hospedagem “gratuita” nos seis ou três primeiros meses do contrato de trabalho. Seja como condição estabelecida pelo intermediador³¹² ou como atrativo diante da concorrência acirrada entre empregadores pelo agenciamento da mão de obra haitiana³¹³, a oferta de moradia

³¹² No caso dos recrutamentos realizados em abrigo público no Acre, a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos (SEJUDH) do estado atuou como mediadora da contratação de mão de obra dos imigrantes albergados.

³¹³ Refiro-me ao caso do recrutamento realizado pela Suíno Mais na capital de São Paulo em maio de 2014.

em suas diferentes modalidades (alojamento coletivo, hospedagem ou aluguel de imóveis) ampliava o controle sobre a força de trabalho, estreitando o par moradia/emprego. Esse tipo de estratégia foi amplamente utilizada por empresas do Centro-Sul do país como forma de preencher os postos de trabalho de baixa qualificação, esquivando-se assim de melhorar as condições de trabalho e de remuneração que os caracterizavam. Ainda apresentamos outra forma da empresa condicionar o acesso e usufruto da moradia à continuidade do vínculo empregatício, com a vantagem de não ter de custear a habitação: atuar como “terceira interveniente” nos contratos locatícios de casas ou apartamentos para funcionários estrangeiros. A empresa se comprometia a descontar o valor do aluguel na folha de pagamento do seu funcionário e, em contraparte, o locador ou a imobiliária dispensavam a apresentação de fiadores, avalistas ou seguro-fiança. Embora facilitasse o acesso dos estrangeiros ao mercado imobiliário formal enquanto consumidores, essa modalidade de contrato aumentava o ônus da demissão, já que implicava em encargos extras (multa contratual, taxa de pintura, limpeza e conserto, entre outras) e na obrigação de devolver o imóvel, sem garantia de um tempo mínimo para realizar os arranjos necessários, como planejar e executar a mudança e encontrar outro imóvel.

Demonstramos, a partir do contexto local, como opera a ideologia que impõe aos sujeitos que se encontram na condição social de imigrantes – no sentido dado por Sayad (1998) – a obrigação de justificarem continuamente a sua presença na sociedade de acolhimento através da adequação ao trabalho. Por outro lado, vimos como o exercício efetivo de um trabalho extremamente precário e desvalorizado socialmente, muitas vezes abaixo da qualificação do imigrante, ainda assim não o livrava de ser julgado e classificado pela sociedade envolvente como “deitado”, “acomodado” e “íngrato” que não valorizava o que lhes era dado “gratuitamente”. Ao imigrante não é permitido “escolher trabalho”, pois não estaria em posição de fazê-lo: “trabalho sempre existe para quem quer trabalhar”. Essas são ideias muito presentes não só em relação aos imigrantes, mas aos segmentos pobres nacionais, vistos similarmente como um “problema social” que colocaria em risco a coesão e integração da sociedade, sedimentando, assim, o caminho para apreendê-los como objetos de intervenção pública, seja pela face da assistência, do controle ou da repressão (Gautié, 1998; Sayad, 1991; 1998). Essa representação do “imigrante negro empobrecido” como “perigo” em potencial à ordem social estava mais escancarada nos momentos iniciais de recepção dos grupos de haitianos em Encantado, quando os temores de aumento da

criminalidade, violência e da disseminação de doenças estavam à flor da pele, chegando a serem anunciados na Câmara de Vereadores do Município, como se fossem fatos óbvios e incontestes. Com o tempo, os haitianos foram avaliados como “bons imigrantes/ trabalhadores”, o que acalmou os ânimos, mas não afastou completamente a sombra do perigo da “onda negra”, cujo despertar – acreditava-se – ainda poderia ocorrer em um cenário de crise e de desemprego. A vigilância continuava sendo necessária, portanto, assim como a assistência, mas na medida correta, para não incentivar a “vagabundagem” ou o “corpo mole”.

Indicamos que o acesso a documentos expedidos pelo Estado, como o “visto humanitário”, o CPF e a Carteira de Trabalho, foi compreendido por muitos haitianos como uma prova incontestada da legitimidade de sua permanência no país. No entanto, no âmbito local, uma parte da sociedade envolvente condicionava a aceitação da presença dos haitianos não só a continuidade do desempenho do trabalho, mas à observação de uma série de normas de comportamento que os qualificariam como “merecedores” dos dons recebidos. Como adverte Godelier: “em uma totalidade hierarquizada não existem relações verdadeiramente recíprocas. Existem apenas relações não simétricas de complementaridade e de interdependência.” (2001, p.181). No caso em tela, as relações de dons já eram estabelecidas em um contexto de profundas desigualdades étnico-raciais e sociais, o que em certa medida contribuiu para a expressão das relações assimétricas de poder que distanciavam os moradores estabelecidos – cuja maioria se identificava com o ideário da italianidade e do gauchismo – dos haitianos, estes como destinatários da caridade.

Através das fofocas e da vigilância coletiva e difusa das atitudes dos haitianos, o campo da dádiva também se apresentava como expediente de luta pela reputação dos grupos étnico-raciais, não somente de indivíduos particulares. Nesse sentido, não era suficiente olhar para os sujeitos haitianos de forma isolada, pois era necessário compreender os demais componentes do sistema interétnico e inter-racial: os ítalo-gaúchos, os gaúchos, os seus segmentos negros internos que lutavam por maior espaço de atuação e de reconhecimento e os indígenas Kaingang. Dentre estes, os descendentes dos colonos italianos gozavam de maior prestígio, já que uma parte dos mecanismos de reivindicação étnica incluía as narrativas de constituição recíproca do espaço urbano de Encantado e da “saga imigrantista” dessas famílias, especialmente as celebradas como “pioneiras”. A luta pelo direito à cidade (e ao território) também se desenvolvia no campo da linguagem étnica, o que era particularmente notório na situação dos indígenas

Kaingang, cujos antepassados não eram considerados verdadeiramente como sujeitos da história local e, de forma similar, nem os contemporâneos como membros da cidade, mas como estando “de passagem” por lá. Já a participação simbólica das famílias de origem itálica no desenvolvimento da região era reconhecida e celebrada em toda a parte: na arquitetura, nos monumentos, nos museus, nas artes, nas praças públicas, nos eventos comemorativos oficiais e na historiografia e literatura regionais. A saga dos pioneiros era continuamente revivida pelas novas gerações, que incorporavam em suas identidades parte daquela história e dos valores étnicos que animavam seus antepassados.

As trajetórias dos imigrantes haitianos e das famílias dos colonos pioneiros eram inevitavelmente comparadas, sendo que as últimas eram consideradas referências de excelência de conduta e de virtudes morais, que serviam de medida para avaliar os demais. Por diversas vezes ouvi que no tempo dos pioneiros os imigrantes italianos contaram apenas com os frutos do próprio trabalho, “sem nada receber do governo”, nem mesmo o mínimo de suporte que fora estabelecido em contratos escritos. “Os lotes não foram dados, mas comprados com muito esforço e sacrifício!”. Se receberam dádivas, foram uns dos outros, com os mutirões comunitários para construir equipamentos públicos considerados essenciais, como escolas, hospitais, capelinhas e igrejas. Já os imigrantes contemporâneos, como os haitianos, seriam “privilegiados” com a oferta de assistência, mas muitos “não saberiam aproveitá-la corretamente” e se tornariam “dependentes” e “mal-acostumados”, deixando de valorizar o “trabalho árduo”. As virtudes alegadas como atributos dos italianos eram várias (apego à família, religiosidade cristã, empreendedorismo, caráter ordeiro, espírito comunitário), mas todas elas se assentavam no valor do trabalho duro e do esforço contínuo e disciplinado. A percepção sobre a forma de transmissão dessas virtudes é um tanto ambígua, como sugere a metáfora do sangue e da tradição. O mesmo se dá com os atributos morais reivindicados pelos gaúchos: são tratados como inatos, ao mesmo tempo em que é afirmado o dever de mantê-los vivos pelo culto às tradições.

A dimensão da branquidade (e de rejeição da negritude), subjacente aos ideários da italianidade e do gauchismo, não era explícita: se apresentava como condição de “normalidade” do ser. Já para os grupos racializados, ela era extremamente marcada, um peso constante imposto pelo olhar branco que suspeita, vigia e aprisiona o Outro no corpo negro, sem reconhecer-lhe plenamente a subjetividade. Argumentamos que a dinâmica de autoafirmação das virtudes civilizatórias dos grupos racialmente

dominantes se sustentava, em grande medida, na desqualificação do Outro, a quem eram negados esses atributos especiais, ao menos no padrão de excelência reservado àqueles. Era dito que dificilmente se encontrava um imigrante com um padrão de higiene e de conservação dos espaços (domésticos e de uso comum) próximo ao dos descendentes de europeus. Além disso, o padrão de qualidade do trabalhador local – que herdara a “fibra de imigrante (europeu)” – não era comparável a nenhum outro, por isso – dizia-se – era legítimo priorizar, sempre que fosse possível, essa mão de obra. Mesmo ocupando os postos de trabalho que, de tão penosos e mal pagos, eram desprezados pelos nativos, ainda assim os haitianos eram acusados – por parte dos colegas brasileiros e pelos superiores hierárquicos – de fazer “corpo mole” na linha de produção. Segundo parte dos interlocutores haitianos e dominicanos, no frigorífico as piores tarefas logo se tornaram “serviço de haitiano”, ao qual não se podia recusar sob pena de receber punições por indisciplina.

Vimos que as representações sociais atribuídas pela sociedade local aos imigrantes haitianos e ao seu país de origem estavam em conformidade com os discursos nacionais e internacionais dominantes, os quais caracterizavam o povo haitiano pelo viés exclusivo da carência, como altamente dependente da assistência internacional e, nesse sentido, como “devedor” que não estaria em condições de recusar os auxílios oferecidos, nem os seus termos. É o discurso da dívida que tenta impor a subordinação. Sustentamos que o mesmo se dava com o emprego ofertado ou concedido, já que no ambiente de produção muitas vezes não se admitia uma postura crítica por parte dos funcionários haitianos, por exemplo, em divergências com colegas brasileiros ou com os chefes, principalmente nas denúncias de abusos, rigor excessivo, racismo ou assédio moral. Contrariando as expectativas da sociedade envolvente, os haitianos tem mobilizado, ao menos no contexto de Encantado, a Justiça do Trabalho para encaminhar suas demandas. A eficácia é relativa, em termos materiais, mas o recado é dado. O desligamento da empresa por iniciativa do empregado e o investimento em novos projetos migratórios também são formas de resistência dos haitianos às condições precárias de trabalho e moradia que encontram. Tal disposição demonstrada pelos haitianos – de engajarem-se continuamente em processos de desterritorialização e de reterritorialização – é objeto de crítica por parte dos moradores locais estabelecidos, que os acusam de irracionalidade ao “deixar tudo para trás como loucos ou irresponsáveis”. No imaginário coletivo os colonos italianos persistiram por

anos a fio até conseguirem alcançar o status de proprietários, o que demonstraria a fibra desse povo.

Retornando ao exemplo da ajuda humanitária no campo das relações internacionais, o seu valor não se converte em dívida monetária para o país destinatário, mas funda uma relação de dependência e de obrigação moral em relação à comunidade de doadores. Essas configurações de poder entre os Estados-Nações, as quais situam o Haiti em relação de subordinação no sistema capitalista global, não são novas e em outros momentos históricos já assumiram a linguagem mais explícita da dívida:

“Entretanto, a dívida não é apenas um item da justiça do conquistador; ela também pode ser uma das maneiras de punir os vencedores que não deviam ter vencido. O exemplo mais espetacular disso é a história da República do Haiti - o primeiro país pobre a ser posto em permanente servidão por dívida. O Haiti foi um país fundado por antigos escravos que tiveram a ousadia não só de organizar uma rebelião, acompanhada de grandiosas declarações de direitos e liberdades universais, mas também de derrotar os exércitos de Napoleão enviados para rendê-los e fazê-los retornar à servidão. A França imediatamente afirmou que a recém-criada república lhe devia 150 milhões de francos em danos pelas plantações expropriadas, além dos custos de aprovisionamento das expedições militares fracassadas, e todos os outros países, incluindo os Estados Unidos, concordaram em impor um embargo ao Haiti até que essa dívida fosse paga. A soma era intencionalmente impossível de ser paga (o equivalente a cerca de 18 bilhões de dólares), e o embargo assegurou que desde então o nome "Haiti" passasse a ser usado como sinônimo de dívida, pobreza e miséria.” (Graeber, 2016, p.13, grifo meu).

Tendo credores que impõem dívidas impagáveis ou doadores que estipulam as condições para a manutenção dos fluxos de recursos ou de outros tipos de dons, o Haiti continua a ser visto como “sinônimo de dívida, pobreza e miséria” até os dias atuais. Embora essa representação possa inspirar compaixão e, assim, algum tipo de solidariedade – mais ou menos acompanhada de expectativas de subordinação –, há outros efeitos negativos geralmente não considerados. Inspirando-me na belíssima palestra³¹⁴ intitulada “o perigo de uma história única”, que foi proferida pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie na ocasião do evento Technology, Entertainment and Design (TED), conferência realizada nos Estados Unidos em julho de 2009, gostaria de fazer o mesmo alerta, que atende às preocupações expressas pelos meus interlocutores haitianos a esse respeito. Se nós nos mantivermos informados apenas pela mídia comum e nos fecharmos para outras formas de aprendizado sobre o outro, corremos o perigo de assimilar uma única história sobre diversos povos que estão em posições de poder marginalizadas na hierarquia socioeconômica e política global. Quem detém o poder é

³¹⁴ A gravação da palestra em vídeo está disponível no site oficial do evento: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt>. Acesso em: 8 jul. 2018.

capaz não só de ser aquele que conta a história de um povo, mas também de fazer com que essa versão seja a história definitiva daquele povo. O problema não é apenas a história ser verdadeira ou falsa, mas de ser apenas um relato parcial que, no entanto, é visto como a totalidade, como a história única possível sobre aquele povo. É assim que se solidificam estereótipos, insistindo somente nas histórias negativas sobre o Haiti e sobre o povo haitiano. Falando apenas sobre catástrofes, pobreza, fome, desemprego, falência do Estado, nós acabamos retratando o outro pela falta, pela negatividade. Se dispor a ouvir e a aprender outras histórias é igualmente importante, pois devolve a dignidade às pessoas, que podem se ver e ser vistas como são: sujeitos de conhecimento, de ação e de criação e não meros objetos de intervenção ou de assistência, vítimas passivas das estruturas de poder. Olhar o outro apenas pelo que lhe falta, nas palavras de Adichie: “Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes.”. Não é a toa que muitos haitianos insistem nessas outras histórias, como a de resistência histórica do povo haitiano, das belezas naturais de seu país, das artes, da música, das expressões de religiosidade, entre diversas outras possíveis. Nas palavras de Adichie:

“Histórias tem sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.
(Chimamanda Adichie)

Muitos encantadenses estavam dispostos a novos aprendizados e a exercitar a escuta em relação aos recém-chegados haitianos. Para muitos, a relação não se restringia a doações materiais, mas era muito mais rica e aberta à partilha, incorporando a linguagem do parentesco, da amizade ou da irmandade de fé. A crítica que realizo a partir do trabalho de campo nessa localidade fala mais do contexto nacional, do que de um espaço circunscrito no interior gaúcho. Os ideários que exploro no decorrer do texto, como o mito das três raças ou a tese do branqueamento, dizem muito sobre a forma como a sociedade brasileira tem construído sua imagem, esquivando-se de encarar determinados problemas sociais, como o racismo.

Devo ressaltar ainda que o desenvolvimento do trabalho de campo, entre 2016 e 2017, coincidiu com o encerramento de um ciclo na política brasileira com o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef e, mais recentemente, a ascensão da extrema-direita ao poder, cujas repercussões futuras ainda não somos capazes de

dimensionar. Acompanhei a experiência de inserção dos haitianos na sociedade brasileira em um momento em que era difundida nesse coletivo a ideia de que o Governo Brasileiro, através da figura da Presidenta Dilma, estava de “portas abertas” para recebê-los, inclusive incentivando os fluxos. A realidade não era exatamente esta, mas de fato existia esse imaginário de hospitalidade, que foi construído a partir da interpretação de discursos públicos de representantes do Estado e da repercussão da política de concessão de visto humanitário aos nacionais do Haiti. É bem verdade que o acesso aos documentos não foi acompanhado de uma política de Governo mais ampla e coerente, com articulação mínima das instâncias, para garantir a inserção socioeconômica, cultural e política desse segmento na sociedade brasileira. Ainda assim, tivemos uma mudança no marco regulatório da imigração – com a instituição da nova lei de migração, a Lei N°13.445/2017 (Brasil, 2017) – que trouxe avanços importantes na direção das garantias dos direitos dos migrantes, se comparada ao Estatuto do Estrangeiro que, nascido no contexto da Ditadura Militar, era pautado pela doutrina da segurança nacional, enquadrando o estrangeiro *a priori* como ameaça à ordem e coesão social. Não sabemos se, nos próximos anos, continuaremos a avançar nessa direção, se estagnaremos ou se enfrentaremos retrocessos na área, com o aumento da contenção dos fluxos migratórios nas fronteiras e da criminalização dos indocumentados.

Já na área trabalhista, os temores quanto ao fim de direitos duramente conquistados são ainda mais visíveis no horizonte, já que planos de “flexibilização” dos contratos de trabalho, ainda superiores aos já viabilizados pela reforma trabalhista no Governo Temer, fizeram parte da campanha do então candidato Bolsonaro. Mais uma vez o Governo promete combater o desemprego pelo único caminho que considera eficaz. Parafraseando o discurso de Jair Bolsonaro que foi noticiado em diversos meios de comunicação: ou escolhemos manter todos os direitos e continuar sofrendo o desemprego ou abrimos mão de ‘direitos excessivos’ e assim fabricamos o pleno emprego³¹⁵. Nem é necessário falar em investimentos por parte do Estado, o alívio ao bolso do patrão já seria suficiente, argumentam. Emprego é emprego! É oportunidade,oras! Para que falar nas condições em que será desenvolvido? Em adição à gravidade

³¹⁵ Refiro-me a duas falas de Jair Bolsonaro. Uma foi dita enquanto era candidato à presidência: “O que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia: menos direitos e [com mais] emprego, ou todos os direitos e desemprego” (El País, 2019). Já a outra declaração foi dada durante a primeira entrevista concedida como Presidente: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista” (El País, 2019).

desta nova era, a própria existência da Justiça do Trabalho está sendo questionada, assim como as atribuições do Ministério Público do Trabalho, que consistem em fiscalizar e combater práticas criminosas como o trabalho em condições análogas à escravidão e o trabalho infantil, para dar alguns exemplos. Os trabalhos caracterizados como “precários” são os tipos de atividades para os quais os imigrantes já foram direcionados desde a fronteira através dos recrutamentos. O movimento que ora acompanhamos é o de expansão desses setores, intensificando a rotatividade dos empregos, rebaixando os salários e restringindo os direitos de proteção social do trabalhador, que vem sendo comparados à mera “assistência”. Se o direito a ter direitos já era historicamente negado aos grupos enquadrados na condição social de imigrantes e aos segmentos nacionais marginalizados, como demonstrei ao longo desta tese, agora a tônica é a da expansão da precarização do trabalho e da desproteção social a outros setores da sociedade. É mais uma razão para aprendermos com a vivência dos sujeitos haitianos, que já enfrentam essa realidade há tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul - 1822 a 1930. **Estudo & Debate** (Lajeado), Lajeado - RS, v. 8, n.1, p. 49-91, 2001.

A HORA. “Empresas inovam em busca de mão de obra: Primeira feira de empregos reúne 29 empresas da região, que oferecem 1.258 vagas”. Lajeado. 19 out. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/cidades/2012/10/19/empresas-inovam-em-busca-de-mao-de-obra/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

A HORA. Vila Italiana relembra a história da imigração. Encantado, 20 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2017/07/20/vila-italiana-relembra-a-historia-da-imigracao/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

ALEXANDRE, I. J.; ABRAMOWICZ, A. Inserção escolar: crianças migrantes do Haiti nas creches e escolas de Sinop MT. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.184-197.

APPADURAI, Arjun. "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". In: Mike Featherstone (org.). **Global Culture**. Londres, Sage Publications, 1990. p. 295-310.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: a mercadoria sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

ARAÚJO, J. R. C. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p. 385-398.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Haitianos no Acre recebem CTPS e vacinas: 852 imigrantes já estão aptos a buscar emprego, após três dias

de trabalho de força-tarefa. JUSBRASIL. Brasília, 16 abr. 2013. Disponível em: <<https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/100460116/haitianos-no-acre-recebem-ctps-e-vacinas?ref=amp>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ASSESSORIA SEJUDH. Governo realiza cadastro de haitianos em Brasileia. Notícias do Acre. 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/governo-realiza-cadastro-de-haitianos-em-brasileia/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BAENINGER, R.; PERES, R. Imigração haitiana em São Paulo: perfil e ocupação. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p. 253-266.

BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.13-44.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, 2017.

BAKER, Brian. **“Immigration Enforcement Actions - USA: 2016”**. Annual Report. December 2017. Homeland Security. Office of Immigration Statistics. Office of Strategy, Policy and Plans.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**. n.3. São Paulo, 1993.

BAPTISTA, José Renato de Carvalho. **Sè Tou Melanje: Uma etnografia sobre o universo social do Vodou Haitiano**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, 2012.

BAPTISTA, José Renato de Carvalho. Bois Caiman: as metáforas da história e a realidade dos mitos na construção da identidade (inter)nacional do Haiti. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. **UFJF**, v. 9, n. 2, 2014.

BAPTISTE, C. J.; VIEIRA, J. M. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.577-608.

BARBOSA, Lúvia e CAMPBELL, Colin (org.). “O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas”. In: **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 204p.

BARBOSA, Lúcia M. de A.; SÃO BERNARDO, Mirelle A. de. A importância da língua na integração dos/as haitianos/as no Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.58-67.

BARCELÓ, Mar Oliver. Educación y desigualdad en los bateyes de la República Dominicana. **Educar**, v.50, n.2, p.403-425, 2014.

BARTH, Fredrik. "Os Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.187-227.

BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik (org. LASK, Tomke) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000. p. 69-93.

BASCH, Linda & SCHILLER, Nina Glick & BLANC, Cristina Szanton. “Different settings, same outcome: transnationalism as a global process”. In: **National Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and derritorialized nation-states**. Longhorn: Gordon & Breach Publishers, 1994.

BAUD, M. Race and nation in the Dominican Republic. In: **New West Indian Guide**. Nieuwe West-Indische Gids v.76, n.3-4, Leiden, p. 312-321, 2002.

BENCKE, Juliana. Exportações para a Rússia podem beneficiar frigoríficos locais. **O informativo do Vale**. 14 ago. 2014. Disponível: <<http://www.informativo.com.br/geral/exportacoes-para-a-russia-pode-beneficiar-frigorificos-locais,21599.jhtml>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BENEDUZI, Luís Fernando. Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.35, n.1, p. 40-55, 2009.

BENEDUZI, Luis Fernando. Por um branqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil. **Antíteses**, v.4, n.7, p. 13-30, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Estado e Sociedade**, v.31, n.1, 2016.

BERNARTT, Maria de Lourdes; BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias; GIOVANNA, Pezarico; GIACONMINI, Taíze. PIOVEZANA, Leonel. Diaspora haitiana: primeiros estudos sobre impactos para o desenvolvimento urbano e regional nas regiões sul e norte do Brasil. **Cadernos Ceru**, v.26, n.1, 2016.

BEYNON, Huw. Controlling the line. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

BLACKMAN, C. Um século de imigração afro-antilhana no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.65-84.

BLACKMAN, C.; BURGEILE, O. A representação historiográfica sobre os afro-antilhanos em Porto Velho. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.85-94.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

BOCCHI, L.; CIMADON, J. M.; CORSO, G.; ZAMBERLAM, J. **Os novos rostos da imigração no Brasil: haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solidus, 2014.

BORBA, J. H. O. M.; MOREIRA, J. B. Integração local de haitianos em Santo André: interação entre poder público municipal e entidades religiosas. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v.1, 2016. p.451-466.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p. 315-331, 2011.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do Call Center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, p.25-52, 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

BRASIL. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL, Kátia. Acre vai desativar abrigo para haitianos em Brasileia. **Amazônia Real**. 09 abr. 2014. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/acre-vai-desativar-abrigo-para-haitianos-em-brasileia/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRAUM, Pedro, DALMASO, Flávia e NEIBURG, Federico. **Gender issues: Relations between men and women in the low-income districts of Port-au-Prince**. Rio de

Janeiro: Viva Rio, Nucec/UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://www.nucec.net/publicaccedilotildees-selecionadas.html>>.

BRAVERMAN, Harry. Scientific Management. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

BRIGHTWELL, M. G. S. L. et al. Haitianos em Santa Catarina: trabalho, inclusão social e acolhimento. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.487-504.

BURAWOY, Michael et al. **Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis**. University of California Press, 1991.

BURAWOY, Michael. "Introduction: reaching for the global". In: BURAWOY, Michael et al. **Global ethnography: forces, connections and imaginations in a postmodern world**. University of California Press, 2000, p. 1-40.

BURAWOY, Michael. Thirty years of making out. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

BUSOLLI, Jonathan. A Terra Indígena Pó Mág, Tabai/RS, no contexto das movimentações de reterritorialidade Kaingang e busca pela garantia dos Direitos Constitucionais. **Revista Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. 4ª. Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARRERA, Gabriela Bernal. Por qué migrar? Algunos apuntes sobre las viejas e nuevas heridas de Haití. . In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos.** Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

CARRERA, Gabriela Bernal. La migración haitiana hacia Brasil: Ecuador, país de tránsito. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos.** Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

CARVALHAL, M. D.; HECK, F. M. A territorialização do frigorífico de aves da Copagril em Marechal Cândido Rondon (PR): precarização do trabalho e desrespeito à legislação trabalhista. **Revista Pegada**, v.11, n.2, p.51-77, 2010.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro, 2005-2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. C. G.; DAYRELL, F. C. S.; SILVA, S. R. M. Da partida à acolhida: a realidade dos imigrantes haitianos residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dos desafios à integração social e laboral. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil.** 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.525-550.

CASTRO, M. C. G.; AGUILAR, C. A. S. Atendimento a imigrantes e refugiados: debate em pauta no Serviço Social. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.551-576.

CAVALCANTI, L.; ALMEIDA, S.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA. Os imigrantes haitianos: perfil e características da principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA. D. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Anuário 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T. Características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana no Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.68-71.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CHADE, Jamil. Soldados brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. **Estadão Internacional**, 17 abr. 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-deabusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CHARLES, Carolle. “Political refugees or economic immigrants? A new “old debate” within the Haitian immigrant communities with contestations and division”. **Journal of American Ethnic History**. v.25, n.2/3, Immigration, Incorporation, Integration and Transnacionalism: Interdisciplinary and International Perspectives, pp. 190-208, 2006.

CHO, Mun Young. Forced Flexibility: A Migrant Woman's Struggle for Settlement Globalização. *The China Journal*, n.61, p. 51-76, 2009.

COHEN, Abner (org.) **Urban Ethnicity**. London: Tavistock Publications, 1974.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n.34, 1997.

COLLIER, S. J. & ONG, A. Global Assemblages, Anthropological problems. In: COLLIER, S. J. & ONG (org.). **Global Assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Malden, MA: Blackwell, 2005.

COLOMBO, Sylvia. Com crescente imigração haitiana no Chile, tema virou assunto de Estado. 19 nov. 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/amp/mundo/2017/11/1936576-com-crescente-imigracao-haitiana-no-chile-tema-virou-assunto-de-estado.shtml>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.173-206.

COUTO, K. C. Notas de pesquisa: entre o Haiti e o Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.667-678.

DÁLIA ALIMENTOS 70 ANOS. **Revista Opinião (Edição Especial)**, Encantado-RS, 15 jun. 2017.

DALMASO, Flávia Freire. **Magia em Jacmel: uma leitura crítica da literatura sobre o vodu haitiano à luz de uma experiência etnográfica**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, 2009.

DALMASO, Flávia F. **Kijan moun yo ye? As pessoas, as Casas e as dinâmicas da familiaridade em Jacmel/Haiti.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional/UFRJ, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.** Coleção TRANS. Vol. 1, 2, 3, 4, 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DEM. **Minuta: Migración Haitiana en Chile.** Departamento de Extranjería y Migración do Ministerio del Interior y Seguridad Pública do Chile, 2018. Disponível em: <<http://www.extranjeria.gob.cl/destacados/2018/01/24/publicaciones/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

DEPARTAMENTO DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN DEL GOBIERNO DE CHILE. **Partió Plan Humanitario de Regreso Ordenado.** 8 nov. 2018. Disponível em: <<http://www.extranjeria.gob.cl/noticias/2018/11/08/partio-plan-humanitario-de-regreso-ordenado/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DE PAULA, L. C. As experiências migratórias a partir da inserção local de migrantes haitianos(as) na cidade de Porto Alegre. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 2017, 1. ed. Brasília: UnB. p.153-159.

DERBY, Lauren. “Haitians, Magic, and Money: Raza and Society in the Haitian-Dominican Borderlands, 1900 to 1937”. **Comparative Studies in Society and History**, v. 36, n.3, p. 488-526, 1994.

DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza. “Sobre fluxos e(m) contextos africanos”. In: Dias & Lobo (org.). **África em movimento.** Brasília, ABA Publicações, 2012.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2011.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da RAIS (2002-2013)**. São Paulo: DIEESE, 2013.

DIEHL, Fernando. O processo de formação do estereótipo dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 2017, 1. ed. Brasília: UnB. p.111-117.

DITTBORN, Claudia Silva; VALDÉS, Victor Ballesteros. **Reportes Migratorios: Población migrante en Chile**. Departamento de Extranjería y Migración do Ministerio del Interior y Seguridad Pública do Chile, 2017.

DODDS, P. AP Exclusive: UN child sex ring left victims but no arrests. **AP News**, 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.apnews.com/e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>>. Acesso em: 30 out. 2018.

DUTRA, Délia. Migrantes haitianos e mercado de trabalho no Distrito Federal. Uma análise sociológica a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.47-57.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EL PAÍS. Bolsonaro: ‘Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista’. Proposta de campanha inclui carteira de trabalho “verde e amarela” que, segundo especialistas, vai precarizar ainda mais o trabalho. 4 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Ed. UFBA, 2008.

FARIA, A. V. Os haitianos e o refúgio ambiental. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.609-638.

FÁVERO, A. F.; FIGUEIREDO, E. A. P. de; IRGANG, R.; COSTA, C. N.; SARALEGUI, W. H. L. Evolução da genética: do porco tipo banha ao suíno light. In: SOUZA, J. C. P. V. B.; TALAMINI, D. J. D.; SCHEUERMANN, G. N.; SCHMIDT, G. S. (Ed.). **Sonho, desafio e tecnologia: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. p. 105-136.

FERNANDES, Duva; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. In: **OIM. La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

FERNANDES, D. ; CASTRO, M. C. G. A integração na perspectiva do enriquecimento mútuo: experiência dos que emigram e os desafios dos que acolhem. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.467-486.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.95-112.

FERREIRA, Daniel Granada. Negritude e diferença no caso da imigração haitiana no sul do Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.118-125.

FERRI, Antônio Genuíno. **Encantado II: Sua história, sua gente**. Encantado, RS: Gráfica AJP de Conto, 2007.

FERRI, Genuíno Antônio. **Encantado Centenário**. Encantado, RS: BT Indústria Gráfica Ltda, 2015.

FRIEDRICH, T. S. et al. Política migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.73-91.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v.26, p.11-44, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. “O uso dos prazeres e as técnicas de si [1983]; Política e ética, uma entrevista [1984]; Polêmica, política e problematizações [1984]; Foucault [1984]; O cuidado com a verdade [1984]; O retorno da moral [1984]; A ética do cuidado de si como prática da liberdade [1984]; Uma estética da existência [1984]; Verdade, poder e si mesmo [1988]; A tecnologia política dos indivíduos [1988]”. In: Motta, Manoel de Barros (org.). **Ditos & Escritos V. Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Mrûr Jykre - A cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2005.

FREITAS, P. T. Migrações internacionais e cidadania local: um estudo sobre a formação de um novo domínio de agência na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.427-450.

FRIEDMAN, Jonathan. “Consuming desires: strategies of selfhood and appropriation”. **Cultural Anthropology**, v. 6, n.2, 1991.

FULGÊNCIO, Caio; BRASIL, Janine. Governo desativa abrigo em Brasília e transfere imigrantes para capital: Imigrantes que chegarem à cidade serão orientados a irem para Rio Branco. Nos últimos três anos, mais 20 mil imigrantes passaram por Brasília. **G1 ACRE**. 09 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/governo-desativa-abrigo-em-brasileia-e-tranfere-imigrantes-para-capital.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos RS: 1803-1950**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1981.

GEMELLI, Diane D. Capital, território e trabalho no oeste paranaense: o frigorífico de aves da Copagril. **Revista Pegada**, v.10, n.2, p.1-13, 2009.

GEORGE, Sheba. ““Dirty nurses” and “men who play”: gender and class in transnational migration”. In: Burawoy, Michel et al. **Global ethnography: forces, connections and imaginations in a postmodern world**. University of California Press, 2000.

GLICK-SCHILLER, Nina & FOURON, Georges. ““Everywhere We Go, We Are in Danger”: Ti Manno and the Emergence of a Haitian Transnational Identity”. **American Ethnologist**, v.17, n.2, p. 329-347, 1990.

GIACOMINI, Taize; BERNARTT, Maria de Lourdes. Uma reflexão sobre motivos que desencadearam o movimento migratório de haitianos no Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p. 126-143.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. SP/RJ: Editora 34 e Ed.UCAM, 2001.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODOY, Gabriel Gualano de. “O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar”. In: Ramos, André de Carvalho et al (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo, 2011.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana - 1921. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 2, p. 307-331, 2003.

GONDOLA, Didier. “Dream and Drama: The Search for Elegance among Congolese Youth”. **African Studies Review**, v.42, n.1, 1999.

GONZAGA, G. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, 1998.

GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GREGO, R. B. Os novos imigrantes internacionais na região de Limeira: o caso da imigração haitiana. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.653-666.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Estado e Sociedade**, v. 31, n.1, 2016.

GSHOW. Luciano Huck vai ao Haiti e mostra vida dos militares brasileiros. 16 jul. 2016. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/07/luciano-huck-vai-ao-haiti-e-mostra-vida-dos-militares-brasileiros.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

HANSEN, Karen Tranberg. “Helping or Hindering? Controversies around the International Second-Hand Clothing Trade.” **Anthropology Today**, v. 20, n.4, 2004.

HARVEY, David. **The Condition of Post-Modernity**. Oxford, Basil Blackwell, 1989.

HASENBALG, Carlos A. “Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento), p.57-65, 2002.

HEROLD, Celso Luiz. **A força dos pequenos, a crença no trabalho, a fé no progresso: pesquisa histórica do cooperativismo regional e dos primeiros sessenta anos da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado LTDA**. BT Indústria Gráfica, Encantado/RS, 2015.

HERRLEIN JÚNIOR, R.; CARVALHO, V. R. F. O Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, durante o período colonial brasileiro 1500-1822. In: **Segundas Jornadas de História Econômica**, Montevideo, 1999.

HOLZBERG, Carol S; GIOVANNINI, Maureen J. Anthropology and Industry: Reappraisal and New Directions. **Annual Review of Anthropology**, v. 10, pp. 317-360, 1981.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman: black women and feminism**. Boston: South End Press, 1981.

HUCK, Luciano. “‘Depois do que vi, acho que a Humanidade não deu certo’, diz Luciano Huck sobre Haiti. Apresentador relata, em artigo, o sofrimento que viu no país mais pobre das Américas.”. **O GLOBO**, 5 jun. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/depois-do-que-vi-acho-que-humanidade-nao-deu-cert-o-diz-luciano-huck-sobre-haiti-19444700>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

HUMANS RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2016: Haiti: Eventos de 2015**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285575>>. Acesso em: 30 out. 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2015.

IPEA et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, 2011.

ITZIGSOHN, Jose. Migrant remittances, labor markets, and household strategies: a comparative analysis of low-income household strategies in the caribbean basin. **Social Forces**, v.74, n.2, p.633-655, 1995.

JAMAICA OBSERVER. Haitian carnival lyrics take aim at UN peacekeepers. 21 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.jamaicaobserver.com/news/Haitian-carnival-lyrics-take-aim-at-UN-peacekeepers>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

JAROSCHINSKI SILVA, J. C. Impactos políticos, jurídicos e sociais da migração haitiana para o Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.399-408.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, 2015.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 2017, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.7-26.

KAWAGUTI, Luis. Operação militar no Haiti custa R\$ 1,3 bi em 10 anos. BBC Brasil. 1 jun. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140601_dez_anos_missao_brasil_haiti_lk_an>. Acesso em: 20 mar. 2017.

KAWAGUTI, Luis. Saída das tropas da ONU do Haiti pode ser adiada para abril de 2017, diz general brasileiro. BBC Brasil. 4 ag. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36961169>>. Acesso em: 30 mar. 2017a.

KAWAGUTI, Luis. O Brasil vai enviar tropas para outra missão de paz após deixar o Haiti? BBC Brasil. 14 out. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37648987>>. Acesso em: 29 mar. 2017b.

KOLBE, A.R. 'It's Not a Gift When It Comes with Price': A Qualitative Study of Transactional Sex between UN Peacekeepers and Haitian Citizens. **Stability: International Journal of Security and Development**, v.4, n.1, 2015.

KREUTZ, Marcos Rogério. **Movimentações de populações guarani, século XIII ao XVIII – Bacia hidrográfica do rio Taquari, Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, 2015.

KREUTZ, Marcos Rogério; SANTOS, Paula Dresch dos; MACHADO, Neli Galarce; LAROQUE, Luis Fernando. (2014). A colonização Guarani nas Planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Tellus**, ano 14, n. 27, p. 33-66, Campo Grande, MS, 2014.

LAMPHERE, Louise. **From working daughters to working mothers: Immigrant women in a New England industrial community**. Ithaca, New York: Cornell Univ Press, 1987.

LAPPE, Emelí; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Trançado e tramas na Terra Indígena Foxá: o comercializar do artesanato na cidade de Lajeado/RS. In: XIII Evento Nacional de História Oral - História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, 2016, Porto Alegre. **Anais do XIII Evento Nacional de História Oral - História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**, v. 0, p. 1-17, 2016.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; BARDEN, Julia Elisabete; CASTOLDI, Ana Paula; ROSA, Cibele Caroline da. Imigrantes açorianos e seus descendentes no Vale do

Taquari, Rio Grande do Sul: processo histórico envolvendo movimentações e práticas socioculturais. **Revista Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio. O trabalho visto pela antropologia social. **Revista Ciências do Trabalho**, v.1, n.1, pp.65-84, 2013.

LEVITT, Peggy & GLICK-SCHILLER, Nina. “Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society”. In: **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p.1002–1039, 2004.

LOBO, Andrea. Mobilidades e etnografias possíveis: entre migrações, refúgios e trânsitos diversos. In: LOBO, A. (Org). Dossiê Dinâmicas Migratórias e Experiências Etnográficas. **Revista Textos Graduados**, v. 4, n.1, 2018.

LUCIANO, F. F. **Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na Acesita**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú–Santa Catarina–Brasil. **PerCursos**, v. 15, n. 28, p. 223-256, 2014.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Estado de Santa Catarina: Fases do fluxo e contradições da inserção laboral. **Blucher Social Sciences Proceedings**, v. 2, n. 2, p. 219-237, 2015.

MAGALHÃES, L. F. A. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: contradições da inserção laboral. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1., 2016. p.505-524.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.229-252.

MAGNANI, J. Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, jun., São Paulo, 2002.

MAMED, Letícia.; LIMA, Eurenice Oliveira de. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.113-172.

MAMED, Letícia Helena e LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. v. 18, n.1, p. 33-64, 2015.

MANFIO, Juliana Maria. As Crônicas da Colonização: a produção literária sobre a imigração italiana na região da quarta colônia. *Acta Scientiarum*. **Humam and Social Sciences**, Maringá, v. 39, n. 1, p. 71-76, 2017.

MARCEL, Yuri; NATANI, Rayssa. Acre decreta situação de emergência social por causa de surto de imigração: Tião Viana diz que Ministério das Relações Exteriores está sendo 'omisso'. Entrada descontrolada de imigrantes no AC preocupa governo do Estado. **G1 ACRE**. 09 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/04/acre-decreta-situacao-de-emergencia-social-por-cao-de-surto-de-imigracao.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MARONI-SILVA, Paloma Karuza. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice**

fronteira norte. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2014.

MARONI-SILVA, Paloma Karuza. O visto humanitário como política migratória: o caso da imigração haitiana com destino ao Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil.** 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.317-350.

MARTINEZ, Samuel. “From Hidden Hand to Heavy Hand: Sugar, the State, and Migrant Labor in Haiti and the Dominican Republic”. **Latin American Research Review**, v.34, n.1, p. 57-84, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Difel, 1996.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: Mauss, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

METZNER, Tobías. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos.** Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

MILLER, Daniel. “Why clothing is not superficial”. In: **Stuff.** Cambridge: Polity press, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Força-tarefa regulariza situação de mais de mil imigrantes haitianos no País. Governo do Brasil. 17 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/04/forca-tarefa-regulariza-situacao-de-mais-de-mil-imigrantes-haitianos-no-pais>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MOENDO GENTE. As más condições de trabalho nas maiores indústrias brasileiras de carne. 2012. Hot site multimídia. Disponível em: <<http://moendogente.org.br/#lat=-23.378341326108416&lng=-49.881663489746245&zoom=5>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MOORE, Henrietta. **The Subject of Anthropology: gender, symbolism and psychoanalysis**. Cambridge and Malden, Polity Press, 2007.

MORAES, Maurício. ONG leva caso de imigrantes haitianos no Acre à OEA. **BBC Brasil**. 23 ago. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130819_acre_haitianos_conectas_o_ea_mm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MOREIRA, Jorge. **CTG Giuseppe Garibaldi: sua história, seus pioneiros**. 1ª Ed. Encantado, RS: GRAFEN, 2001.

MOREIRA, Jorge. **20 anos Grupo de Artes Nativas Anita Garibaldi: uma história de tradição e família**. 1ª Edição. Encantado, RS: Gráfica BT, 2014.

MPT NOTÍCIAS. Frigorífico é notificado por más condições de trabalho. Porto Alegre. 28 set. 2015. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/315cce22-7bcd-4f79-9baa-74673889ffe9!/ut/p/z0/jYzJDoIwFEV_BRcsm1cGqSyRGIKEqDvsxjxKwSqUqXH4e_EHjMtzc-4BDgVwjQ_VoFG9xnbhMw8uTkL9dHugWZIdGY1OTr5LE8eNKYM98N_CUnCnPM4b4AOaK1G67qHwnLUQ0nUJK0VF_JqFJCwRCfMD5m02YV3L8HtVt3HkEXDRayNfBopuMDadsUWrkpbqhknqGW26zJbujRIKZ5v-VR_uvHw_o9UHeq6ttw!!/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MPT NOTÍCIAS. Frigorífico firma TAC para regularizar ambiente de trabalho. Porto Alegre. 3 mar. 2016. Disponível em: <http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/c75fca50-7e2a-4c4f-8c3e-c05faaaeb4ed!/ut/p/z0/jYzLDoIwEEV_BRcsmxkQxC0SQ5AQdYfdmKG0WIUC0vj4e_EHjMtzc-4BDiVwQw_dkNW9oXbmE1-dvRSDbLPHPM0PEcZHR9hmqecnGME0-G9hLujrOPIYuOiNIS8LZTdYFydqyamlo7vhLs1ELs6zY3qrhabJRRGFS1CILJI-sUAEiq3FUjKBoSiWQWy_tb9e5EUDfCB7IVpo3oo_7oON169n_HiA71fPoM!/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MUNIZ, Tácita. Secretário de Justiça do Acre acusa governo de SP de 'preconceituoso': Desde 2010 Acre recebeu mais de 20 mil imigrantes, segundo Sejudh, mais de 300 imigrantes ainda estão no Acre. **G1 Rede Amazônica**. 24 abr. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/secretario-de-justica-do-acre-acusa-governo-de-sp-de-preconceituoso.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes**. v. 68, n.1, p. 41-45, 1974.

NASH, June. Community and class consciousness. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

NEIBURG, F.; NICAISE, Natacha. **Lixo: Estigmatizações, Comércios, Políticas**. Porto Príncipe, Haiti. 1. ed. Rio de Janeiro: Viva Rio – NuCEC, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Iara Aun Khoury. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo. v. 10, 1993.

NOTÍCIAS R7. Abusos e violência: tropas chefiadas pelo Brasil no Haiti são criticadas. 24 out. 2017. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/abusos-e-violencia-tropas-chefiadas-pelo-brasil-no-haiti-sao-criticadas-24102017>>. Acesso em: 23 out. 2018.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. “O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7”. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 5, n. 10, dez. 2013.

N’ZENGOU-TAYO, Marie-José. “Fanm se poto mitan: haitian woman, the pillar of society”. **Feminist Review**, n.59, 1998.

O ALTO TAQUARI. Contratação de haitianos será exemplo da Unesco. 6 set. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/oaltotaquari/docs/06_setembro_e47c0e4ff1683b>. Acesso em: 9 jul. 2016.

OBMIGRA. A movimentação do trabalhador imigrante no mercado de trabalho formal: CTPS CAGED, **Relatório Anual 2017-2016**/ Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Grupo de haitianos repudia em vídeo reportagem de Luciano Huck. 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,grupo-de-haitianos-repudia-em-video-reportagem-de-luciano-huck-sobre-o-pais,10000058466/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

O INFORMATIVO DO VALE. Contratação de haitianos pela Dália é destacada pela UNESCO: Exemplo vai ser tema de publicação editada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Encantado. 4 set. 2013. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/geral/contratacao-de-haitianos-pela-dalia-e-destacada-pela-unesco,13708.jhtml>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

OIOS - United Nations Office of Internal Oversight Services. **Evaluation Report: Evaluation of the Enforcement and Remedial Assistance Efforts for Sexual Exploitation and Abuse by the United Nations and Related Personnel in Peacekeeping Operations**. Department of Field Support. Report nº IED-15-001, 2015.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Mário de. Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.27-46.

OLIVEIRA, M. M.; SILVA, E. O. Migração haitiana na Amazônia à luz dos Estudos de Gênero. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.287-316.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ONG, Aihwa. **Spirits of Resistance and Capitalist Discipline; Factory Woman in Malaysia, Albany, N.Y.** State University of New York Press, 1987.

ONG, Aihwa. **Flexible Citizenship: the cultural logics of transnationality**. Durham: Duke University Press, 1999.

ONG, Aihwa. The production of possession: spirits and the multinational corporation in Malaysia. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Caderno temático: Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos**. Programa Escravo, nem pensar!, 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf> Acesso em: 9 nov. 2018.

O POVO. Dívida do Brasil na ONU, 2º maior do mundo, atinge US\$ 425 milhões: A dívida brasileira é a segunda maior do mundo, superada apenas pela pendência que os EUA tem com a entidade internacional. 16 set. 2016. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/ae/2016/09/divida-do-brasil-na-onu-2-maior-do-mundo-atinge-us-425-milhoes.html>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ORO, Ari. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.

PARISE, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.409-426.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Pioneers and Entrepreneurs: bio/ethnographic notes towards an anthropology of urban growth. **Vibrant** (Florianópolis), v.8, p.502-528, 2011.

PEDEMONTE, N. R.; AMODE, N.; RENCORET, J. V. “Racismo y matrices de “inclusión” de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión”. **Polis, Revista Latinoamericana**, v.14, n.42, p.217-245, 2015.

PEDEMONTE, N. R.; SILVA, C.; AMODE, N.; VÁSQUEZ, J.; ORREGO, C. **Boletín Informativo N° 1: Migración Haitiana en Chile**. Departamento de Extranjería y Migración, 2016.

PEIRANO, Mariza. “O Estado na vida das pessoas”. In: **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

PERAZA-BREEDY, Jorge; LUSSI, Carmem. Encontros de Diálogo Bilateral Haiti-Brasil. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratórios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

PEREIRA, R. M. C. Haitianos evangélicos: lugaridades e experiência religiosa em Porto Velho-RO. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.160-183.

PERES, R. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.267-286.

PORTAL BRASIL. Brasil autoriza residência permanente a 43,8 mil haitianos: Imigrantes terão direito a carteira de identidade de estrangeiro para acessar mercado

formal de trabalho e serviços públicos. 11 out. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PORTES, Alejandro & GROSFUGUEL, Ramón. “Caribbean Diasporas: Migration and Ethnic Communities”. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 533, Trends in U.S.-Caribbean Relations, pp. 48-69, 1994.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Haitianos rechaçam comentários de Luciano Huck e da TV Globo. 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/06/haitianos-rechacam-comentarios-de-luciano-huck-e-da-tv-globo.html>>. Acesso em: 23 out. 2018.

RABAIOLLI, Andréia. “Haitianos viram pedreiros na cidade”. **O Informativo do Vale**. 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/22462>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. RJ: Editora Andes, 1957.

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kwanza, 2006.

RISSON, A.; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. Reflexões acerca da inserção de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho de Chapecó-SC e região. In: IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo. **Anais do IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão**, 2014.

RISSON, A. P.; DAL MAGRO, M. L. P.; LAJÚS, M. L. de S. Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo)**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.144-152.

ROSA, Renata de Melo. “Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XV, n. 29, p. 71-85, 2007.

ROSA, Renata de Melo. “Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XVIII, n.34, p. 99-112, 2010.

SALZINGER, Leslie. “A maid by any other name: the transformation of “dirty work” by Central American Immigrants”. In: BURAWOY, M. et al. **Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis**. University of California Press, 1991.

SANCHES, Mariana. Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos: Estudo recém-divulgado estima que, até o fim deste ano, haverá cerca de 50 mil de cidadãos do Haiti no Brasil. **O Globo**. 17 ago. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-africanos-sao-explorados-em-carvoarias-frigorificos-13633084#ixzz3AgAluBth>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais, culturas e identidades negras no Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. “Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Antropolítica**. Niterói, n. 27, p. 21-41, 2009.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A emergência discursiva do conceito de “Pioneiro Italiano” como marcador identitário e delimitador de fronteiras étnicas. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 40-52, 2014.

SÁ, Patricia Rodrigues Costa. As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. **Cadernos OBMigra - Revista Migrações Internacionais**, v. 1, 2015.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital**. Cambridge. University Press, 1988.

SASSEN, Saskia. **The global city**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

SASSEN, Saskia. **A sociology of globalization**. New York: W.W. Norton, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. "Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França", Rio, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.17, 1991.

SCHARDONG, Luísa. Encantado fará campanha para cumprir lei do silêncio: audiência discutiu alternativas para barulho depois das 22h. **O Informativo do Vale**. 7 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/encantado-fara-campanha-para-cumprir-lei-do-silencio,42787.jhtml>>. Acesso em: 8 out. 2018.

SEIXAS, R. J. S. Políticas migratórias recentes da República Dominicana e do Brasil para haitianos: onde está a hospitalidade política? In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.351-384.

SEYFERTH, G. Imigração, Colonização e Identidade Étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia** (São Paulo), São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1987.

SEYFERTH, G. "Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema migração e raça no Brasil". **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, p. 165-185, 1991.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.

SEYFERTH, G. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 7, 1996.

SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2010.

SHELL, Hanna Rose. Textile Skin. **Transition**, n. 96, p. 152-163, 2006.

SILVA, C. R.; MAGALHÃES, L. F. A.; ASSIS, G. O. A imigração haitiana nas páginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e 2015. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.639-652.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. “**Territorialidade Kaingang: um estudo da aldeia Kaingang Linha Glória, Estrela/RS. Lajeado-RS**. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates, 2011.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A história dos Kaingang da Terra Indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: Sentidos de sua (re)territorialidade. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 3, 435-448, 2012.

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. **Mana** (UFRJ. Impresso), v. 14, p. 141-170, 2008.

SILVA, Sidney. “O Eldorado é aqui? Imigração haitiana e a política migratória brasileira”. In: 28º. Reunião brasileira de Antropologia, São Paulo. **Anais da 28º. RBA**, 2012.

SILVA, Sidney A. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.207-228.

SINGER, Milton B. “The Indian joint family in modern industry”. In: SINGER, Milton B.; COHN, Bernard S. (Ed.). **Structure and change in Indian society**. New Brunswick: Aldine Transaction, 2007.

SOUZA, R. S. Relações de trabalho e o processo de precariedade na construção civil brasileira. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, ano IX, n 17, 2015.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, 2014.

STEINER, Philippe. A dádiva organizacional: dádiva à distância e circuitos de troca. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 1, 2017.

TAYLOR, E. B. Monte Boutique: A changing commons in the informal used clothing trade. 2012. Disponível em: <<https://erinbtaylor.com/entry/monte-boutique-a-changing-commons-in-the-informal-used-clothing-trade>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C. **Os metalúrgicos de Salvador: um estudo de ideologia operária**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

THOMPSON, E.P. Time, Work-discipline, and Industrial Capitalism. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.

TORRES-SAILLANT, Silvio. “The Tribulations of Blackness: Stages in Dominican Racial Identity”. Callaloo, v. 23, n. 3, **Dominican Republic Literature and Culture** pp. 1086-1111, 2000.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “An unthinkable history”. In: **Silencing the past. Power and the production of history**. Beacon Press: Boston, p. 70-107, 1995.

UEBEL, R. R. G.; RUCKERT, A. A. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno migratório contemporâneo. In: FELDMAN-BIANCO, B.; CAVALCANTI, L. (Org.). **Dossiê Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes (Revista Périplo**, 1. ed. Brasília: UnB, 2017. p.92-110.

UH, Shiori. ““Unlikely heroes”: the evolution of female leadership in a Cambodian ethnic enclave”. In: BURAWOY, M. et al. **Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis**. University of California Press, 1991.

VÁSQUEZ, Tania; BUSSE, Erika; IZAGUIRRE, Lorena. La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

VEJA. Grupo de haitianos repudia reportagem de Luciano Huck. 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/grupo-de-haitianos-repudia-reportagem-de-luciano-huck/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 128-149, 2014.

VILLEN, Patrícia. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, v. 1, 2016. p.45-64.

WARE, Vron. “Introdução: O poder duradouro da branquidade: ‘um problema a solucionar’”. In: WARE, Vron (orgs.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. RJ: Garamond, 2004.

WATSON, Julie. Sem entrar nos EUA, haitianos são prova de sucesso de imigrantes em Tijuana. **UOL Notícias Internacional**. 23 nov. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/23/haitianos-provam-que-imigrantes-podem-ter-sucesso-em-tijuana.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

WOLF, Eric R. e MINTZ, Sidney. “Fazendas e plantações na Mesoamérica e nas Antilhas”. In: MINTZ, Sidney e DABAT, Christine Rufino (Coord.). **O poder amargo**

do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2003.

WROBLESKI, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil: Em dois flagrantes diferentes, 121 haitianos foram resgatados. Grupo de migrantes vivia em alojamento que, segundo equipe de fiscalização, parecia uma senzala. **Repórter Brasil**. 23 jan. 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. “A Família como Patrimônio: A Construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos”. **Campos**, v. 5, n.1, p.53-67, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **MANA**, v. 13, n.2, p.521-547, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 21-44, 2013.

ZONABEND, Françoise. “The nuclear everyday”. In: MOLLONA, Massimiliano; DE NEVE, Geert; PARRY, Jonathan (orgs). **Industrial work and life: an anthropological reader**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2009.